



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 643

Segunda-feira - 27 de Dezembro de 2010

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	1
Biguaçu	3
Braço do Trombudo	5
Caçador	22
Campo Alegre	46
Campos Novos	48
Canoinhas	65
Capinzal	67
Concórdia	87
Coronel Martins	87
Ermo	92
Eral Velho	94
Forquilha	95
Fraiburgo	96
Garopaba	116
Gaspar	117
Herval do Oeste	120
Iomerê	125
Irineópolis	126
Itapoá	127
Joaçaba	127
Lages	157
Luzerna	157
Massaranduba	159
Novo Horizonte	177
Paulo Lopes	178
Pinheiro Preto	179
Porto Belo	179
Porto União	179
Rio do Sul	199
Salto Veloso	199
Santa Terezinha do Progresso	217
São Lourenço do Oeste	219
São Pedro de Alcântara	219
Schroeder	220
Siderópolis	236
Tunápolis	239
Videira	239

Antônio Carlos

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº. 178/2010

DECRETO Nº. 178/2010 de 21 de Dezembro de 2010

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento Programa de 2010.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1.246 de 08 de Dezembro de 2009.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 8.922,83 para as seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0002.2.010-3.1.91.00.00.00.00.00 - Despesa Intra-Orçamentária R\$ 1.440,67

04.01.12.361.0002.2.008-3.1.91.00.00.00.00.00 - Despesa Intra-Orçamentária R\$ 110,32

04.01.12.365.0002.2.014-3.1.91.00.00.00.00.00 - Despesa Intra-Orçamentária R\$ 6.262,05

07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.02 - FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.02.15.452.0007.2.033-3.1.91.00.00.00.00.00 - Despesa Intra-Orçamentária R\$ 589,20

10 - SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO

10.01 - SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO

10.01.04.121.0001.2.006-3.1.91.00.00.00.00.00 - Despesa Intra-Orçamentária R\$ 520,59

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0002.2.010-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 1.440,67

04.01.12.361.0002.2.008-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 110,32

04.01.12.365.0002.2.014-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 6.262,05

07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.02 - FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.02.15.452.0007.2.033-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 589,20

10 - SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO

10.01 - SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO

10.01.04.121.0001.2.006-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Diretas R\$ 520,59

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 21 de Dezembro de 2010.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 21 de Dezembro de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº. 179/2010

DECRETO Nº. 179/2010 de 21 de Dezembro de 2010

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento Programa de 2010.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1.246 de 08 de Dezembro de 2009.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 2.609,64 para as seguintes dotações orçamentárias:

07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
07.02 - FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
07.02.20.606.0008.2.035-3.1.91.00.00.00.00.00 - Despesa Intra-Orçamentária R\$ 2.203,75
08 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE
08.01 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE
08.01.27.812.0004.2.019-3.1.91.00.00.00.00.00 - Despesa Intra-Orçamentária R\$ 405,89

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair excesso de arrecadação R\$ 2.609,64

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 21 de Dezembro de 2010.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 21 de Dezembro de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº. 180/2010

DECRETO Nº. 180/2010 de 21 de Dezembro de 2010

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento Programa de 2010.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1.246 de 08 de Dezembro de 2009.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$

42.897,04 para as seguintes dotações orçamentárias:

13 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO CARLOS
13.01 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO CARLOS
13.01.09.272.0009.0.001-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 26.262,78
13.01.09.272.0009.0.002-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 16.634,26

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair excesso de arrecadação R\$ 42.897,04

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 21 de Dezembro de 2010.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 21 de Dezembro de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº. 181/2010

DECRETO Nº. 181/2010 de 22 de Dezembro de 2010

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento Programa de 2010.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1.246 de 08 de Dezembro de 2009.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 12.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS
03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS
03.01.04.122.0001.2.003-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
05 - SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL
05.02 - FUNDO MUNICIPAL PARA A INFANCIA E ADOLESCENCIA
05.02.08.243.0006.2.029-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS
03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS
03.01.04.122.0001.2.003-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
05 - SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL
05.02 - FUNDO MUNICIPAL PARA A INFANCIA E ADOLESCENCIA
05.02.08.243.0006.2.029-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 22 de Dezembro de 2010.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 22 de Dezembro de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Biguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 207/2010

DECRETO Nº 207/2010 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e declara a vacância do cargo público da servidora ANA MARIA ROSA ANDRADE e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art.1º Aposentar por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 a servidora ANA MARIA ROSA ANDRADE, inscrita no CPF nº 303253319-87, portadora do RG nº 557.164 e do PASEP nº 100.94619.94.5, detentora da matrícula funcional nº 342, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Normalista do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 3.823,77 (três mil oitocentos e vinte e três reais e setenta e sete centavos), que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 59 da Lei municipal nº 730/92 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 01/01/2011.

Art. 5º Revogar as disposições em contrário.

Biguaçu, em 22 de dezembro de 2010.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em exercício
Reg.publ.n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES
Gerente de Protocolo e Expediente

Decreto 208

DECRETO Nº 208/2010 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e declara a vacância do cargo público da servidora MARIA DAS GRAÇAS RODRIGUES MARTINS e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

Art.1º Aposentar por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 a servidora MARIA DAS GRAÇAS RODRIGUES MARTINS, inscrita no CPF nº 342.323899/20, portadora do RG nº 557.163-4 e do PASEP nº 10094619856, detentora da matrícula funcional nº 325, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Normalista do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 4.376,86 (quatro mil trezentos e setenta e seis reais e oitenta e seis centavos), que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 59 da Lei municipal nº 730/92 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 01/01/2011.

Art. 5º Revogar as disposições em contrário.

Biguaçu, em 22 de dezembro de 2010.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício
Reg.publ.n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES
Gerente de Protocolo e Expediente

Decreto 210/2010

DECRETO Nº 210/2010 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.

Retifica o Decreto nº 016 de 15 de fevereiro de 2007 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Os artigos 2º e 4º do Decreto nº 016 de 15 de fevereiro de 2007 fica retificado nos seguintes termos:

"Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria compulsória, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º e §730, inciso II da Constituição da República, correspondente a 82,16% (oitenta e dois virgula dezesseis por cento), de sua remuneração-de-contribuição, observada a metodologia de cálculo disposta na Lei federal n. 10887/2004, que serão pagos mensalmente pelo PREVBIGUAÇU".

"Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos serão aplicados a partir de 17/02/2007, nos termos do art. 24 da Lei municipal nº 1619/2001."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e retroage seus efeitos a contar de 17/02/2007 (data da efetiva implantação do benefício).

Biguaçu, 22 de dezembro de 2010.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

AFONSO PEDRO BORBA
Coordenador de Controle Interno

Reg.publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS
Escriturária

47º Convocação Concurso Prefeitura de Biguaçu

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPALIDADE DE BIGUAÇU
GABINETE DO PREFEITO
47ª CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 98, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público Edital 001/2007, abaixo relacionados para comparecer na Prefeitura Municipal de Biguaçu, situada na Praça Nereu Ramos, nº 90, Centro, Biguaçu - SC, no PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS, munido da Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DO CANDIDATO ABAIXO RELACIONADO É INDISPENSÁVEL, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO SERÁ TIDO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após aprovação no referido exame pré-admissional, o candidato será nomeado e tomará posse no exercício do cargo.

Biguaçu, 23 de dezembro de 2010.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

CARGO: FISCAL DE TRIBUTOS 1

11	CLEY FABIANO DE SOUZA
12	LEANDRO FRANCISCO TORQUATO

Extrato

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - PREVBIGUAÇU

Primeiro Aditivo ao Contrato 001/2010
Dispensa de Licitação nº 001/2010
Objeto: locação de imóvel para sede da autarquia previdenciária municipal

Contratante: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - PREVBIGUAÇU
Contratado: PEDRO ALTAMIRO DA COSTA

CLÁUSULA PRIMEIRA: O contrato fica desde já prorrogado pelo prazo de 08(oito) meses, iniciando-se em 01/01/2011 e encerrando-se em 31/08/2011.

CLÁUSULA SEGUNDA: Todas as demais cláusulas, condições e obrigações do Contrato de Prestação de Serviços original, continuam em vigor sem qualquer alteração e aqui ratificadas expressamente, respeitando-se tão somente as modificações introduzidas neste instrumento.

Biguaçu, 22 de dezembro de 2010.
MAURICÉIA DE LARA NUNES SIQUEIRA
Diretora-Executiva do PREVBIGUAÇU

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - PREVBIGUAÇU

Primeiro Aditivo ao Contrato 001/2010
Dispensa de Licitação nº 001/2010
Objeto: locação de imóvel para sede da autarquia previdenciária municipal
Contratante: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - PREVBIGUAÇU
Contratado: PEDRO ALTAMIRO DA COSTA
CLÁUSULA PRIMEIRA: O contrato fica desde já prorrogado pelo prazo de 08(oito) meses, iniciando-se em 01/01/2011 e encerrando-se em 31/08/2011.

CLÁUSULA SEGUNDA: Todas as demais cláusulas, condições e obrigações do Contrato de Prestação de Serviços original, continuam em vigor sem qualquer alteração e aqui ratificadas expressamente, respeitando-se tão somente as modificações introduzidas neste instrumento.

Biguaçu, 22 de dezembro de 2010.
MAURICÉIA DE LARA NUNES SIQUEIRA
Diretora-Executiva do PREVBIGUAÇU

Extrato

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - PREVBIGUAÇU

Segundo Aditivo ao Contrato 001/2009
Contratante: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - PREVBIGUAÇU
Contratada: KRAUSE CONSULTORES ASSOCIADOS S/S LTDA.
CLÁUSULA PRIMEIRA: O contrato fica desde já prorrogado pelo prazo de 03(três) meses, iniciando-se em 01/01/2011 e encerrando-se em 31/03/2011.

CLÁUSULA SEGUNDA: Todas as demais cláusulas, condições e obrigações do Contrato de Prestação de Serviços original, continuam em vigor sem qualquer alteração e aqui ratificadas expressamente, respeitando-se tão somente as modificações introduzidas neste instrumento.

Biguaçu, 22 de dezembro de 2010.
MAURICÉIA DE LARA NUNES SIQUEIRA
Diretora-Executiva do PREVBIGUAÇU

Extrato

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - PREVBIGUAÇU

Segundo Aditivo ao Contrato 002/2009
Contratante: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - PREVBIGUAÇU
Contratada: SOMMA INVESTIMENTOS S.S.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O contrato fica desde já prorrogado pelo prazo de 12 (doze) meses, iniciando-se em 01/01/2011 e encerrando-se em 31/12/2011.

CLÁUSULA SEGUNDA: Todas as demais cláusulas, condições e obrigações do Contrato de Prestação de Serviços original, continuam em vigor sem qualquer alteração e aqui ratificadas expressamente, respeitando-se tão somente as modificações introduzidas neste instrumento.

Biguaçu, 22 de dezembro de 2010.
MAURICÉIA DE LARA NUNES SIQUEIRA
Diretora-Executiva do PREVBIGUAÇU

Braço do Trombudo

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 1/17

PREFEITURA MUNICIPAL**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2010****Ata de Registro de Preço 11/2010**

Número do Registro de Preços: 11/2010 **Data do Registro:** 22/03/2010 **Válido até:** 22/03/2011

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
1	AREIA MEDIA (7)	M3	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	POUSO GRANDE	64,8695	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	WEISS	66,6295	2
2	ARAME RECOZIDO (11)	KG	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	5,9628	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERDAU	6,1852	2
3	KIT CAVALETE 3/4 (220)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	27,8000	1
4	AREIA FINA (1958)	M3	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	WEISS	66,6295	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	POUSO GRANDE	67,8635	2
5	CAIXA DE DESCARGA (2449)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ALUMASA	16,4680	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ALUNASA	17,1044	2
6	COLA 75 G (2463)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	4,0000	1
7	CAP 40MM (5366)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	1,8000	1
8	CAP 32 MM (5367)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	0,8000	1
9	LUVA SOLDÁVEL 40MM (5379)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	1,6500	1
10	SUBSTITUTO DE CAL (6031)	LT	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ALVENARIT	4,0267	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	VEDACIT	4,5167	2
11	TIJOLO 6 FUROS 9X14X24 (INTEIRO) (6447)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BRAÇO NOVO	0,3900	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	BRAÇO NOVO	0,3940	2
12	LUVA PBA 110X100MM (6915)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	16,2500	1
13	LUVA PBA 85X75MM (6916)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	9,7500	1
14	LUVA SOLDAVEL 85MM (6917)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	17,8000	1
15	LUVA SOLDAVEL 60MM (6919)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	5,2000	1
16	LUVA SOLDAVEL 32MM (6922)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	0,7500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 10/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2010

Número do Registro de Preços: 11/2010

Data do Registro: 22/03/2010

Válido até: 22/03/2011

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	4,1211	2
129	Cabo para pá de juntar (7191)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MUGGE	3,9246	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	4,1211	2
130	Chave de fenda 1/4x5 (7192)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TRAMONTINA	4,1367	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FAMASTIL	5,6191	2
131	Colher de pedreiro nº9 (7193)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FAMASTIL	8,0998	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FAMASTIL	8,2422	2
132	Desempenadeira plástica c/ espuma (7194)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DEPESIL	4,4256	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	4,5790	2
133	Disco diamantado para corte seco (7195)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BOSCH	16,7005	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	BOSCH	17,4003	2
134	Enxada 19 cm com cabo (7196)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	METISA	11,9409	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PANDOLFO	13,0960	2
135	Enxada com cabo (7197)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	METISA	19,6231	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PANDOLFO	20,1477	2
136	Lápis de carpinteiro (7198)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FABER CASTEL	0,8768	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FABER CASTELL	0,9158	2
137	Lima chata nº 8 (7199)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FAMASTIL	7,3264	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	NICHOLSON	7,9327	2
138	Martelo 25mm (7200)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FAMASTIL	14,9470	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FAMASTIL	15,5687	2
139	Pá de juntar com cabo (7201)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	METISA	13,5692	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 11/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2010

Número do Registro de Preços: 11/2010

Data do Registro: 22/03/2010

Válido até: 22/03/2011

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PANDOLFI	13,7371	2
140	Pá de cavar com cabo (7202)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	METISA	13,5692	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PANDOLFI	13,7371	2
141	Serrote profissional nº20 (7203)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FAMASTIL	22,8951	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FAMASTIL	26,7208	2
142	Trena 5 metros (7204)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FAMASTIL	7,6012	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PROFIELD	7,7657	2
143	Barra de ferro 1/4 (7205)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERDAU	15,7834	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	16,0540	2
144	Barra de ferro 3/8 (7206)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERDAU	30,2871	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	32,1080	2
145	Barra de ferro 5/16 (7207)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	21,5582	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERDAU	21,7556	2
146	Fita crepe 50x50 (7208)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	6,5499	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	3M	6,6440	2
147	Rejunte cores diversas 1kg (7209)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CERTA	1,8069	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CERANFIX	2,1744	2
148	Haste terra 1 metro (7210)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	INCA	9,4328	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FERMANN	10,2708	2
149	Impermeabilizante para concreto 1 litro (7211)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	QUEVEKS	8,5826	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	QUEVEKS	8,8587	2
150	Impermeabilizante para reboco 1 litro (7212)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	QUEVEKS	8,5826	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 12/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2010

Número do Registro de Preços: 11/2010

Data do Registro: 22/03/2010

Válido até: 22/03/2011

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	QUEVEKS	8,8587	2
151	Linha de nylon nº100 (7213)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	7,7843	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IÇARA	7,9327	2
152	Pares de luvas de látex (7214)	PAR	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	3,3885	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ORION	3,9246	2
153	Mangueira para tirar nível metro (7215)	M	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MANTAC	1,2072	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MANTAC	1,2211	2
154	Mangueira preta 1/2x2.0mm (7216)	M	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CARPES	0,7726	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MANTAC	0,7815	2
155	Mangueira preta 3/4x2.0mm (7217)	M	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CARPES	0,7726	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MANTAC	0,7815	2
156	Mangueira preta 1x2.0mm (7218)	M	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CARPES	0,9657	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MANTAC	0,9768	2
157	Massa acrílica 1kg (7219)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LUKSCOLOR	7,7397	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	NOVA COR	7,8615	2
158	Prego 10x10 - pct 1kg (7220)	KG	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERDAU	11,4605	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	12,1939	2
159	Prego 12x12 - pct 1kg (7221)	KG	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERDAU	9,8520	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	10,4519	2
160	Prego 17x27 - pct 1kg (7222)	KG	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERDAU	5,3884	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	5,4872	2
161	Prego 18x30 (7223)	KG	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERDAU	5,3884	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 13/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2010

Número do Registro de Preços: 11/2010

Data do Registro: 22/03/2010

Válido até: 22/03/2011

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	5,6614	2
162	Prego 22x48 (7224)	KG	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERDAU	5,3884	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	5,6614	2
163	Rolo de lâ 5cm c/ cabo (7225)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	2,2097	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	2,4392	2
164	Rolo de lâ 9cm c/ cabo (7226)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	3,9095	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	4,3155	2
165	Rolo de lâ 15cm c/ cabo (7227)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	5,2693	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	5,6289	2
166	Rolo de lâ natural 23cm s/ cabo (7228)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	12,9609	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	14,0722	2
167	Rolo de espuma 23cm s/ cabo (7229)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	6,2042	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	6,5670	2
168	Sifão para esgoto 50cm (7230)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	4,4723	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BLUKIT	4,8453	2
169	Silicone 280 gramas (7231)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	8,1309	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ORION	8,8587	2
170	Cap soldável 20mm (7232)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	0,5000	1
171	Cap soldável 25mm (7233)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	0,6500	1
172	Cap soldável 40mm (7234)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	1,9000	1
173	Cap soldável 50mm (7235)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	2,6000	1
174	Joelho soldável 90 graus 20mm (7236)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	0,6000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 14/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2010

Número do Registro de Preços: 11/2010

Data do Registro: 22/03/2010

Válido até: 22/03/2011

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
175	Joelho soldável 90 graus 25mm (7237)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	0,7000	1
176	Joelho soldável 90 graus 40mm (7238)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	2,1500	1
177	Joelho soldável 90 graus 50mm (7239)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	2,7000	1
178	Joelho RL 25x1/2 (7240)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	1,4000	1
179	Joelho RL 25x3/4 (7241)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	1,5000	1
180	Luva soldável 20mm (7242)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	0,4500	1
181	Luva soldável 25mm (7243)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	0,5500	1
182	Luva soldável 40mm. (7244)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	1,6500	1
183	Luva soldável 50mm (7245)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	1,6500	1
184	Registro de pressão soldável (7246)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	12,2500	1
185	Registro esfera 20mm (7247)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	5,1000	1
186	Registro esfera 25mm (7248)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	6,6000	1
187	Tee soldável 20mm (7249)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	0,9000	1
188	Tee soldável 25mm (7250)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	1,1000	1
189	Tee soldável 40mm. (7251)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	3,7500	1
190	Tee soldável 50mm (7252)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	4,2500	1
191	Tubo soldável 20mm (7253)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	9,0000	1
192	Tubo soldável 25mm (7254)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	10,0000	1
193	Tubo soldável 40mm. (7255)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	33,2000	1
194	Tubo soldável 50mm (7256)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	35,2000	1
195	Solvente (1 litro) (7257)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ANJO	5,9492	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FARBEM	6,5670	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 15/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2010

Número do Registro de Preços: 11/2010

Data do Registro: 22/03/2010

Válido até: 22/03/2011

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
196	Malha pop 3.4 20x20 (7258)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	22,0169	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERDAU	23,8885	2
197	Telha de fibrocimento 122x4mm (7259)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IMBRALIT	4,4138	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	EMBRALITI	4,4738	2
198	Telha de fibrocimento 244x4mm (7260)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	EMBRALITI	8,1261	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IMBRALIT	8,3862	2
199	Tinta esmalte cores - 3,6lt (7261)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ANJO	44,6194	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LUKSCOLOR	46,4382	2
200	Fundo a óleo - 3,6 lt (7262)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	RESICOLOR	32,5509	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LUKSCOLOR	35,6495	2
201	Tinta acrílica semi brilho cores - 3,6 lt (7263)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ANJO	46,9141	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LUKSCOLOR	47,0949	2
202	Selador acrílico - 3,6 lt (7264)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LUKSCOLOR	23,9227	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ANJO	24,2219	2
203	Acrílico semi brilho - 18 lt (7265)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	UNIVERSO	210,7734	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LUKSCOLOR	213,8973	2
204	Selador acrílico - 18 lt (7266)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LUKSCOLOR	64,7321	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	UNIVERSO	83,2895	2
205	Verniz solar incolor - 3,6 lt (7267)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LUKSCOLOR	42,6856	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ANJO	44,6194	2
206	Tinta esmalte cores - 1 kg (7268)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ANJO	12,7484	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LUKSCOLOR	13,1340	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 16/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2010

Número do Registro de Preços: 11/2010

Data do Registro: 22/03/2010

Válido até: 22/03/2011

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
207	Osmocolor transparente - 3,6 lt (7269)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MONTANA	70,3609	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MONTANA	72,2409	2
208	Tinta spray cores - 250gr (7270)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DECOR	9,8505	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	COLORGIN	10,6237	2
209	Torneira de jardim 1/2 (7271)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	HERC	2,7041	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	KRONA	2,7352	2
210	Torneira de jardim 3/4 (7272)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	KRONA	2,4421	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	HERC	2,7041	2
211	Torneira para lavatório plástica (7273)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	KRONA	5,8611	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	HERC	6,0359	2
212	Torneira bóia 3/4 (7274)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	KRONA	5,8611	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ASTRA	6,0359	2
213	Trincha cerdas medias 1" (7275)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLASATLAS	2,2947	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	2,3454	2
214	Trincha cerdas medias 2" (7276)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	3,3996	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	3,7526	2
215	Trincha cerdas medias 3" (7277)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	5,6943	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	6,0979	2
216	Trincha cerdas medias 4" (7278)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	7,5052	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	7,6490	2
217	Válvula para pia plástica (7279)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ASTRA	2,3566	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	KRONA	2,5136	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 17/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2010**Número do Registro de Preços: 11/2010****Data do Registro: 22/03/2010****Válido até: 22/03/2011****Objeto da Compra:** Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
218	Fita veda rosca 18x10 (7280)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	1,7717	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	1,8069	2
219	Mangueira de jardim 1/2 siliconada (7281)	M	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MANTAC	1,5630	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MANTAC	1,7383	2
220	Brita nº1 (7354)	M3	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	WEISS	57,7455	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LZK	57,8835	2
221	Brita nº 0 (7355)	M3	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	WEISS	57,7455	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LZK	57,8835	2
222	LUVA PBA 60 MM (7359)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	3,8500	1
223	LUVA DE CORRER 40 MM (7360)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	10,0500	1
224	LUVA DE CORRER 32 MM (7361)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	8,8000	1

BRACO DO TROMBUDO , 22 de Março de 2010.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2010**Número do Registro de Preços: 11/2010****Data do Registro: 22/03/2010****Válido até: 22/03/2011****Objeto da Compra:** Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
17	JOELHO SOLDAVEL 85MM (6923)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	39,8000	1
18	TEE PBA 85MM (6924)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	18,3500	1
19	TEE PBA 85X60MM (6925)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	15,7000	1
20	TEE PBA 60MM (6926)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	6,3000	1
21	TEE SOLDAVEL 40MM (6927)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	3,7500	1
22	TEE SOLDAVEL 32MM (6928)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	1,4500	1
23	REDUÇÃO PBA 110X85MM (6929)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	12,2500	1
24	REDUÇÃO PBA 85X60MM (6930)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	6,5000	1
25	REDUÇÃO PBA 60X40MM (6931)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	4,3000	1
26	REDUÇÃO PBA 85X40MM (6932)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	11,8500	1
27	REDUÇÃO 60X32MM (6933)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	4,0500	1
28	REDUÇÃO 40X32MM (6934)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	0,7500	1
29	CAP 110MM (6935)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	31,7500	1
30	CAP 85MM (6936)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	18,3500	1
31	CAP 60MM (6937)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	4,4500	1
32	FLANGE PVC 85MM (6938)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	104,5000	1
33	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS 110X3/4 (6939)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	12,5000	1
34	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS 85X3/4 (6940)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	5,2000	1
35	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS 60X3/4 (6941)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	4,2000	1
36	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS 40X3/4 (6942)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	3,8500	1
37	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS 32X3/4 (6943)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	3,3000	1
38	ADAPTADOR P/ MANGUEIRA C/ REGISTRO 3/4 (6944)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	4,5388	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2010

Número do Registro de Preços: 11/2010

Data do Registro: 22/03/2010

Válido até: 22/03/2011

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	KRONA	4,5910	2
39	ADAPTADOR P/ MANGUEIRA 3/4 (6945)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	1,6900	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	KRONA	1,7095	2
40	EMENDA P/ MANGUEIRA C/ REGISTRO (6946)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	5,6013	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	KRONA	5,6657	2
41	MANGUEIRA RAMAL PREDIAL 20MM (6947)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	1,5935	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	1,6118	2
42	COLA 175 G (6948)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	7,0000	1
43	REGISTRO BORBOLETA 3/4 (6949)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	7,5000	1
44	REGISTRO BORBOLETA 110MM (6950)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	287,0000	1
45	REGISTRO BORBOLETA 85MM (6951)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	152,3000	1
46	REGISTRO BORBOLETA 60MM (6952)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	35,0000	1
47	REGISTRO BORBOLETA 40MM (6953)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	17,8000	1
48	REGISTRO BORBOLETA 32MM (6954)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	14,0000	1
49	TUBO PBA 85X75MM (6955)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	86,5000	1
50	TUBO PBA 60MM (6956)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	39,5000	1
51	TUBO SOLDAVEL 40MM (6957)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	33,2000	1
52	TUBO SOLDAVEL 32MM (6958)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	22,8000	1
53	CURVA PBA 60MM (6959)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	27,8500	1
54	CURVA SOLDAVEL 60MM (6960)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	13,3500	1
55	CURVA SOLDAVEL 40MM (6961)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	5,9500	1
56	CURVA SOLDAVEL 32MM (6962)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	2,6500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2010

Número do Registro de Preços: 11/2010

Data do Registro: 22/03/2010

Válido até: 22/03/2011

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
57	CURVA 45° PBA 110MM (6963)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	50,1500	1
58	CURVA 45° PBA 85MM (6964)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	28,5500	1
59	Abraçadeira c/ chaveta 1 polegada (7121)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FERMANN	0,7222	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	INCA	0,9366	2
60	Abraçadeira de nylon 20cm (pct c/ 100und) (7122)	PCT	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	HERC	9,4589	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DECORLUX	13,1981	2
61	Argamassa AC1- saco com 20kg (7123)	SC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CERANFIX	6,4430	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CERTA	6,6575	2
62	Argamassa AC 2 - saco com 20kg (7124)	SC	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CERTA	12,5431	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CERANFIX	12,9313	2
63	Argamassa AC 3 - saco com 20kg (7125)	SC	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CERTA	27,0160	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	VOTORAN	27,2239	2
64	Assento sanitário almofadado (7126)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	HERC	25,3095	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ASTRA	26,7590	2
65	Avental de raspa sem manga (7127)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DEPESIL	13,4608	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	RETKE	14,5161	2
66	Balde para concreto plástico (7128)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	5,2500	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PARABONI	6,2500	2
67	Broca de aço rápido 8mm (7129)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FAMASTIL	8,0000	1
68	Broca de aço rápido 6mm (7130)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FAMASTIL	6,0000	1
69	Broca de aço rápido 4mm (7131)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FAMASTIL	5,0000	1
70	Broca de videira 10mm (7132)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FAMASTIL	8,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2010**Número do Registro de Preços: 11/2010****Data do Registro: 22/03/2010****Válido até: 22/03/2011****Objeto da Compra:** Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
71	Broca de video 8mm (7133)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FAMASTIL	7,0000	1
72	Broxa nº 1 (7134)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	3,6510	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	4,0340	2
73	Broxa nº2 (7135)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	5,1598	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	5,5243	2
74	Cadeado 30mm (7136)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	STAM	6,1920	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	6,7060	2
75	Cadeado 40mm (7137)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	9,4067	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	STAM	9,4097	2
76	Caixa d'água 310 litros (7138)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BAKOF	84,3820	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	87,5430	2
77	Caixa d'água 500 litros (7139)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	117,0129	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BAKOF	117,8307	2
78	Caixa de gordura com cesto (7140)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CIPLA	88,0933	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FIBERBLU	96,4800	2
79	Cal de pintura - saco 5 kg (7141)	SC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GULIN	5,0334	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CAL	5,6465	2
80	Carrinho de mão caçamba de pvc (7142)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAESTRO	83,5000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	NACIONAL	85,5000	2
81	Caçamba para carrinho de mão pvc (7143)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAESTRO	27,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DEPECIL	33,0000	2
82	Cesto de lixo com tampa pvc (7144)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	HERC	20,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 6/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2010

Número do Registro de Preços: 11/2010

Data do Registro: 22/03/2010

Válido até: 22/03/2011

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DEPECIL	26,5000	2
83	Cilindro para fechadura (7145)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	10,1906	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SOPRANO	10,2139	2
84	Cimento CP 2 - saco com 50kg (7146)	SC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	VOTORAN	20,7600	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	VOTORAM	20,9600	2
85	cola cano 17gr (7147)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	2,1000	1
86	Cola cano 75gr (7148)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	4,2000	1
87	Dobradiça zincada 2 (7149)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GUBLER	0,8445	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	INCA	0,9145	2
88	Dobradiça zincada 3 (7150)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GUBLER	1,2868	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	INCA	1,3936	2
89	Dobradiça zincada 4 (7151)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GUBLER	1,8498	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	INCA	2,0033	2
90	Massa epoxi 100gr (7152)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LUKSCOLOR	3,7526	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ORION	4,2495	2
91	Engate flexível 40cm (7153)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	KRONA	2,6870	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	2,8127	2
92	Escada 5 degraus alumínio (7154)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MASTRO	71,0000	1
93	Escada 7 degraus madeira (7155)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PINUS	118,0000	1
94	Caixa sifonada 100x100x50 (7156)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	5,2630	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	KRONA	5,3667	2
95	Cap de esgoto 100mm (7157)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	3,1306	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 7/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2010

Número do Registro de Preços: 11/2010

Data do Registro: 22/03/2010

Válido até: 22/03/2011

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	3,3416	2
96	Cap de esgoto 75mm (7158)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	2,7150	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	2,9070	2
97	Cap de esgoto 50mm (7159)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	1,6708	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	1,7889	2
98	Curva de esgoto 100mm (7160)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	6,4848	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	6,8920	2
99	Curva de esgoto 75mm (7161)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	6,4325	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	6,8873	2
100	Joelho de esgoto 90 graus 150mm (7162)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	13,8641	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	17,9609	2
101	Joelho de esgoto 90 graus 100mm (7163)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	3,0909	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	3,3095	2
102	Joelho de esgoto 90 graus 75mm (7164)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	2,7150	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	2,9070	2
103	Joelho de esgoto 90graus 50mm (7165)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	1,4202	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	1,5206	2
104	Joelho de esgoto 90graus 40mm (7166)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	0,8945	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	1,0025	2
105	Luva de esgoto 100mm (7167)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	2,2361	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	2,2556	2
106	Luva de esgoto 75mm (7168)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	1,8796	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 8/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2010

Número do Registro de Preços: 11/2010

Data do Registro: 22/03/2010

Válido até: 22/03/2011

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	2,0125	2
107	Luva de esgoto 50mm (7169)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	1,4202	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	1,5206	2
108	Luva de esgoto 40mm (7170)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0,9189	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	0,9839	2
109	Redução esgoto 50x40 (7171)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	1,0442	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	1,1181	2
110	Tee de esgoto 150mm (7172)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	24,2263	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	25,9392	2
111	Tee de esgoto 100mm (7173)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	5,5971	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	5,9929	2
112	Tee de esgoto 75mm (7174)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	4,3858	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	4,6959	2
113	Tee de esgoto 50mm (7175)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	2,5897	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	2,7728	2
114	Tee de esgoto 40mm (7176)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	1,8379	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	1,9678	2
115	Tubo de esgoto de 6 metros 150mm (7177)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	66,1898	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	75,1851	2
116	Tubo de esgoto de 6 metros 100mm (7178)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	27,1502	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	27,7282	2
117	Tubo de esgoto de 6 metros 75mm (7179)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	25,8971	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 9/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2010

Número do Registro de Preços: 11/2010

Data do Registro: 22/03/2010

Válido até: 22/03/2011

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	25,9392	2
118	Tubo de esgoto de 6 metros 50mm (7180)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	22,5555	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	24,1503	2
119	Tubo de esgoto de 6 metros 40mm (7181)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	12,6144	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	13,5063	2
120	Espuma expansiva 400gr (7182)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ORION	15,3014	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	15,3584	2
121	Fechadura interna metálica (7183)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SOPRANO	18,6585	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	19,3360	2
122	Fechadura externa metálica c/ cilindro (7184)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	21,3393	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SOPRANO	22,9209	2
123	Alicate universal (7185)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PROFIELD	13,7891	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FAMASTIL	16,8574	2
124	Alicate de corte (7186)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	LEAO TOOLS	9,9807	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FAMASTIL	12,3621	2
125	Alicate de bico (7187)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	LEAO TOOLS	10,0135	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FAMASTIL	12,3621	2
126	Aplicador de silicone (7188)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	7,4082	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GYMCOL	7,4091	2
127	Serra para cortar ferro (7189)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FAMASTIL	2,2895	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	NICHOLSON	2,4210	2
128	Cabo para enxada (7190)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MUGGE	3,8411	1

Caçador

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 4.720

DECRETO nº 4.720, de 17 de dezembro de 2010.

Fixa o índice de reajuste na planta de valores para o exercício de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador e nos termos do art. 11-K do Código Tributário do Município de Caçador,

CONSIDERANDO o disposto no art. 11-K do Código Tributário do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º - Fica fixado em 10,27% (dez vírgula vinte e sete por cento) o índice de reajuste na planta de valores para fins de incidência sobre o cálculo do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana- IPTU e sobre o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, para o exercício de 2011.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de dezembro de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Administração e Fazenda.

Anexo do Decreto Nº 1120 de 2010 - ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/22

Data: 22/12/2010



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

VALORES DA PLANTA GENÉRICA - EXERCÍCIO 2011

Distrito	Setor	Seção	Lado	Código/Nome Rua	Ilu	Lix	Clo	Pav	Lim	Plu	Valor M²
		100	X	3942 - JOSE PREZALINO DE OLIVEIRA	Não	Não	Não	Não	Não	Não	0,00
001		200	X	8219 - GUILHERME LAURO RUPP	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	5,55
001	01	50	X	72 - JOSE BOITEUX	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	121,79
001	01	100	X	234 - JOAO REMILIO RIGO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	32,61
001	01	100	X	391 - MARECHAL CANDIDO RONDON	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	69,42
001	01	100	X	404 - RUI BARBOSA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	115,03
001	01	100	X	153 - JOAO PEDRO RODRIGUES	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	47,36
001	01	100	X	412 - RIACHUELO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	60,90
001	01	100	X	200 - 25 DE MARCO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	94,73
001	01	100	X	137 - CURITIBANOS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	101,50
001	01	100	X	421 - LAURO MARINS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	69,42
001	01	100	X	218 - SIEGFRIED HELMUTH LUHRS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	69,42
001	01	100	X	331 - CARLOS SPERANCA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	126,67
001	01	100	X	315 - GENERAL OSORIO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	126,67
001	01	100	X	307 - VICTOR BAPTISTA ADAMI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	63,33
001	01	100	X	81 - BENJAMIN CONSTANT	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	126,67
001	01	150	X	196 - ADELMIR PRESSANTO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	67,66
001	01	150	X	340 - LAURO MULLER	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	126,67
001	01	150	X	374 - ONIO PEDRASSANI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	69,42
001	01	150	X	277 - ATILIO FAORO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	47,36
001	01	150	X	21 - LUIZ CARAMORI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	85,80
001	01	150	X	366 - ANITA GARIBALDI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	85,80
001	01	150	X	226 - LUIZ ANDREOLLA	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	32,61
001	01	150	X	111 - HENRIQUE CRUZ GARCIA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	42,90
001	01	150	X	101 - ROSA DALLA CHIESA BAÚ	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	42,90
001	01	150	X	12657 - MADRE BENVENUTA	Não	Não	Não	Não	Não	Não	8,16
001	01	150	X	293 - PORTO UNIAO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	94,73
001	01	200	X	285 - ERNESTO KIRSCHNER	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	62,25
001	01	200	X	315 - GENERAL OSORIO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	126,69
001	01	200	X	129 - FERNANDO MACHADO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	57,24
001	01	200	X	145 - MARIA DEOMAR COSTA NEVES	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	63,33
001	01	200	X	277 - ATILIO FAORO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	60,90
001	01	200	X	323 - SANTA CATARINA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	126,67
001	01	200	X	358 - NEREU RAMOS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	69,42
001	01	200	X	161 - CAMPOS NOVOS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	101,50
001	01	250	X	188 - ERNESTO MARTELLO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	85,80
001	01	250	X	269 - AMERICO WORDEL	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	42,90
001	01	300	X	170 - GENERAL ANTONIO SAMPAIO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	94,05
001	01	300	X	251 - ELIAS ABDALLA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	42,90
001	01	300	X	421 - LAURO MARINS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	53,05
001	01	400	X	13 - ARISTEU PORTO LOPES	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	54,13
001	01	400	X	99 - 7 DE SETEMBRO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	126,67
001	01	400	X	331 - CARLOS SPERANCA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	105,56
001	01	400	X	200 - 25 DE MARCO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	69,42
001	01	400	X	358 - NEREU RAMOS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	102,17
001	01	400	X	102 - CONSELHEIRO MAFRA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	121,79
001	01	400	X	129 - FERNANDO MACHADO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	69,49



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

Página: 2/22

Data: 22/12/2010

VALORES DA PLANTA GENÉRICA - EXERCÍCIO 2011

Distrito	Setor	Seção	Lado	Código/Nome Rua	Ilu	Lix	Clo	Pav	Lim	Plu	Valor M²
001	01	400	X	30 - OSORIO TIMERMANN	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	63,33
001	01	400	X	56 - BENEDITO PONCIANO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	21,11
001	01	500	X	102 - CONSELHEIRO MAFRA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	101,50
001	01	500	X	382 - GETULIO VARGAS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	126,67
001	01	500	X	129 - FERNANDO MACHADO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	63,33
001	01	500	X	48 - EMILIO JOAQUIM	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	85,80
001	01	550	X	439 - SENADOR SALGADO FILHO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	126,67
001	01	550	X	331 - CARLOS SPERANCA	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	105,55
001	01	600	X	307 - VICTOR BAPTISTA ADAMI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	94,05
001	01	700	X	137 - CURITIBANOS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	74,43
001	01	700	X	242 - CID GONZAGA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	21,65
001	01	700	X	161 - CAMPOS NOVOS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	69,02
001	01	700	X	366 - ANITA GARIBALDI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	126,67
001	01	700	X	1940 - JOSE GIOPPPO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	23,01
001	01	700	X	307 - VICTOR BAPTISTA ADAMI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	94,00
001	01	700	X	129 - FERNANDO MACHADO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	42,90
001	01	800	X	30 - OSORIO TIMERMANN	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	94,05
001	01	1300	X	1940 - JOSE GIOPPPO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	13,53
001	01	1700	X	64 - BARAO DO RIO BRANCO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	102,17
001	01	2000	X	64 - BARAO DO RIO BRANCO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	202,99
001	01	2800	X	64 - BARAO DO RIO BRANCO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	311,25
001	01	2900	X	64 - BARAO DO RIO BRANCO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	230,06
001	02	50	X	994 - AFIF JOAO ELMESSANE	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	9,47
001	02	50	X	676 - SANTA CECILIA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	18,40
001	02	50	X	773 - MARQUES DE OLINDA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	24,49
001	02	50	X	1028 - ITAPIRANGA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	21,65
001	02	50	X	579 - ARARANGUA	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	20,30
001	02	90	X	10060 - BERTHA GROTH	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	24,49
001	02	100	X	684 - AUSTRIA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	24,49
001	02	100	X	641 - TAO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	20,30
001	02	100	X	9789 - JOSE MARQUES DOS SANTOS	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	02	100	X	4710 - TUBARAO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	28,42
001	02	100	X	9835 - JOÃO KUCZER	Não	Não	Não	Não	Não	Não	13,53
001	02	100	X	544 - BRUNO CACHOEIRA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	27,07
001	02	100	X	10116 - ERNESTO BARBOSA ROESCH	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	18,95
001	02	100	X	714 - ARGENTINA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	48,99
001	02	100	X	10078 - CLINEU DOMINGOS BERARDI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	18,95
001	02	100	X	731 - EQUADOR	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	47,36
001	02	100	X	1095 - PRESIDENTE COSTA E SILVA	Não	Não	Não	Não	Não	Não	13,53
001	02	100	X	617 - LAURINDO VERONESE	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	21,65
001	02	100	X	9711 - PADRE THOMAS PIETERS	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	16,37
001	02	100	X	9738 - 6	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	16,37
001	02	100	X	13246 - D LOT. GILBERTO GONÇALVES	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	14,34
001	02	100	X	1125 - DANIEL LESSING	Não	Não	Não	Não	Não	Não	17,59
001	02	100	X	9771 - ANTONIO DA SILVA RIBEIRO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	02	100	X	1001 - JARAGUA DO SUL	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	24,49
001	02	100	X	13244 - B LOT. GILBERTO GONÇALVES	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	14,34



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

Página: 3/22

Data: 22/12/2010

VALORES DA PLANTA GENÉRICA - EXERCÍCIO 2011

Distrito	Setor	Seção	Lado	Código/Nome Rua	Ilu	Lix	Clo	Pav	Lim	Plu	Valor M²
001	02	100	X	9819 - JOSÉ RODRIGUES	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	5,55
001	02	100	X	10094 - OLYMPIO VERGETT	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	18,95
001	02	100	X	13247 - E LOT. GILBERTO GONÇALVES	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	14,34
001	02	100	X	854 - CARLOS COELHO DE SOUZA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	40,60
001	02	100	X	838 - GUILHERME MALESKE	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	02	100	X	1133 - ALFREDO GIOppo	Não	Não	Não	Não	Não	Não	5,55
001	02	100	X	12288 - GASPAR	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	21,11
001	02	100	X	9746 - CLAUDINO PICOLOTO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	18,40
001	02	100	X	13245 - C LOT. GILBERTO GONÇALVES	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	14,34
001	02	100	X	10051 - ADOLFO FRANZ GROTH	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	28,42
001	02	100	X	1141 - PERU	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	32,61
001	02	100	X	986 - RIO DO SUL	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	24,49
001	02	100	X	757 - BOLIVIA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	47,36
001	02	100	X	10281 - RUA EDUARDO HARTMANN	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	14,21
001	02	100	X	706 - AUGUSTO SANTOS PERRET	Não	Não	Não	Não	Não	Não	18,40
001	02	100	X	994 - AFIF JOAO ELMESSANE	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	16,24
001	02	100	X	1044 - IMARUI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	21,65
001	02	100	X	9720 - OTTO LESSING	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	18,40
001	02	100	X	650 - SOLON COELHO DE SOUZA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	18,40
001	02	100	X	13277 - JACOB MIGUEL ZANCHETTIN	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	36,81
001	02	100	X	9827 - ADONIS HOMERO GONÇALVES CORDEIRO	Não	Não	Não	Não	Não	Não	13,53
001	02	100	X	536 - MIGUEL COUTO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	64,28
001	02	100	X	1010 - SAO BENTO DO SUL	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	24,49
001	02	100	X	625 - MIGUEL MATOS DE FIGUEIREDO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	40,87
001	02	100	X	1061 - MANOEL PEDRO DRIESSEN	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	21,65
001	02	100	X	10191 - CECILIA MALESKE	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	14,21
001	02	100	X	790 - ITA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,30
001	02	100	X	9703 - NARCISO BASSO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	18,95
001	02	100	X	9754 - SADI ANTONIO COFFERRI	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	16,37
001	02	100	X	871 - BADEN POWEL	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	48,99
001	02	100	X	9762 - ESTEFANO JOÃO FABIANI	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	02	100	X	722 - URUGUAI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	32,61
001	02	100	X	609 - ITAJAI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,30
001	02	100	X	897 - REINOLDO LEBELEIN	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	28,42
001	02	100	X	1036 - IBIRAMA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	21,65
001	02	100	X	587 - REINALDO MAFFESSONI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	48,72
001	02	100	X	668 - TANGARA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	18,40
001	02	100	X	561 - PASCHOAL ROTTA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	27,07
001	02	100	X	13243 - A LOT. GILBERTO GONÇALVES	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	14,34
001	02	100	X	9851 - SERVIDAO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	02	100	X	10272 - SD 51 JARDIM PANORMA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	36,67
001	02	100	X	951 - COLOMBIA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	40,87
001	02	150	X	10124 - PRESCILIANA AIRES DE ARRUDA MAIA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	02	150	X	919 - ARISTILIANO RAMOS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	64,28
001	02	150	X	1168 - POETA JOÃO AMAZONAS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	36,81
001	02	150	X	749 - VENEZUELA	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	32,74
001	02	150	X	10167 - JULIO LESSING	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	14,21



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

Página: 4/22

Data: 22/12/2010

VALORES DA PLANTA GENÉRICA - EXERCÍCIO 2011

Distrito	Setor	Seção	Lado	Código/Nome Rua	Ilu	Lix	Clo	Pav	Lim	Plu	Valor M²
001	02	150	X	811 - JOAQUIM FERNANDES DE LARA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	18,40
001	02	200	X	10213 - PAULO LESSING	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	14,21
001	02	200	X	901 - DANIEL LANGARO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	28,42
001	02	200	X	9801 - SANTINA DAGANI MENIN	Não	Não	Não	Não	Não	Não	13,53
001	02	200	X	528 - PALHOCA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	28,96
001	02	200	X	10256 - 6	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	14,21
001	02	200	X	12122 - FAHDO THOME	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	54,13
001	02	200	X	10221 - FRIEDA LESSING KRAMER	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	14,34
001	02	200	X	10141 - 13	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	33,83
001	02	200	X	9843 - S/ NOME	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	02	200	X	951 - COLOMBIA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	32,61
001	02	200	X	943 - PARAGUAI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	28,42
001	02	200	X	9860 - ANGELO NILO GATTI	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	12,31
001	02	200	X	10248 - 2	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	02	200	X	10230 - HENRIETTE LESSING	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	14,34
001	02	200	X	10159 - ARNILDA LESSING	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	14,21
001	02	200	X	684 - AUSTRIA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	18,95
001	02	200	X	10132 - JORGE THOME	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	33,83
001	02	200	X	1052 - CARLOS DALMAS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	21,65
001	02	200	X	889 - MATO GROSSO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	27,07
001	02	200	X	846 - GOIAS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	24,49
001	02	200	X	595 - ALCIR FRANCISCO ZANDAVALLI	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	20,30
001	02	200	X	1095 - PRESIDENTE COSTA E SILVA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	18,40
001	02	250	X	1168 - POETA JOÃO AMAZONAS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	24,36
001	02	250	X	765 - MANOEL FRANCIO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	28,42
001	02	250	X	692 - JORDAO GRANEMANN	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	18,40
001	02	250	X	935 - QUINTINO BOCAIUVA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	64,42
001	02	250	X	10108 - MARCELINO ANJOS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	27,07
001	02	250	X	781 - CHILE	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,71
001	02	250	X	552 - BLUMENAU	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	27,07
001	02	300	X	9665 - JOAO AUGUSTINHO DA LUZ NETTO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	28,42
001	02	300	X	10183 - EUGENIO SANTIN	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	18,40
001	02	300	X	1117 - FELIPE JOSE DE PAULA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	02	300	X	10043 - 8	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,43
001	02	300	X	1176 - ERMINDO LUIZ SETTI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	02	300	X	633 - ERMINDO ALBINO FONTANA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	37,89
001	02	300	X	10205 - JOSE ANTONIO SALAMONI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	28,96
001	02	300	X	820 - ITUPORANGA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	02	300	X	1109 - ANGELINA BERNARDI KUCZER	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	02	300	X	9797 - LUIZ MENIN	Não	Não	Não	Não	Não	Não	13,53
001	02	300	X	10175 - JORGE JOAO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	14,21
001	02	300	X	10264 - SANTO ROSSETTI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	36,67
001	02	300	X	12122 - FAHDO THOME	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	40,60
001	02	300	X	4787 - JOINVILLE	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,01
001	02	300	X	889 - MATO GROSSO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	20,30
001	02	300	X	927 - ALTAMIRO GUIMARAES	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	95,00
001	02	350	X	10086 - PEDRO JOAO BALENA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	18,95



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

Página: 5/22

Data: 22/12/2010

VALORES DA PLANTA GENÉRICA - EXERCÍCIO 2011

Distrito	Setor	Seção	Lado	Código/Nome Rua	Ilu	Lix	Clo	Pav	Lim	Plu	Valor M²
001	02	400	X	1150 - TIO BALDUINO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	61,30
001	02	400	X	927 - ALTAMIRO GUIMARAES	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	64,42
001	02	400	X	943 - PARAGUAI	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	23,01
001	02	450	X	803 - ITAIOPOLIS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	20,30
001	02	500	X	1087 - CRICIUMA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,30
001	02	500	X	510 - HONORINO MORO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	02	500	X	12122 - FAHDO THOME	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	20,30
001	02	500	X	10051 - ADOLFO FRANZ GROTH	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	17,59
001	02	500	X	1125 - DANIEL LESSING	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	02	500	X	1079 - FLORIANOPOLIS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	23,01
001	02	500	X	10086 - PEDRO JOAO BALENA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	14,89
001	02	500	X	862 - JOSE REICHMANN	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	29,77
001	02	550	X	1044 - IMARUI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	18,40
001	02	600	X	919 - ARISTILIANO RAMOS	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	48,99
001	02	600	X	978 - PANAMA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	27,07
001	02	700	X	960 - HERCULANO COELHO DE SOUZA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	67,66
001	02	700	X	1087 - CRICIUMA	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	13,53
001	02	700	X	12122 - FAHDO THOME	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	6,77
001	02	1000	X	9690 - GERHARD FEZER	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	5,55
001	02	1000	X	846 - GOIAS	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	5,55
001	02	1000	X	1125 - DANIEL LESSING	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	6,77
001	02	1000	X	9657 - 210	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	02	1000	X	1133 - ALFREDO GIOPPO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,30
001	02	1100	X	9690 - GERHARD FEZER	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	12,18
001	02	1300	X	960 - HERCULANO COELHO DE SOUZA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	40,60
001	02	1500	X	64 - BARAO DO RIO BRANCO	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	119,54
001	03	50	X	11139 - CEDRO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	9,07
001	03	50	X	10833 - 356	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	03	50	X	10949 - 5	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	13,53
001	03	50	X	10876 - FERNANDO MAYER	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	03	50	X	10892 - 5	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	03	50	X	2172 - SEBASTIAO GONCALVES	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	03	50	X	11112 - OSMAR RITTER	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	9,47
001	03	50	X	1702 - 332	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	03	50	X	10931 - JOAO SCHPHAUSER	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	03	50	X	1737 - ARAÇA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	03	100	X	1761 - IMBUIA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	11,37
001	03	100	X	1249 - ANTONIO WOLOCH	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	03	100	X	2105 - EVALDO LUIZ FONTANA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	03	100	X	1354 - FERMIANO PAES CARNEIRO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	20,30
001	03	100	X	1311 - MARCOS AFONSO VITTO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	17,86
001	03	100	X	1460 - AIMORE	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	17,59
001	03	100	X	11091 - FRANCISCO CHAVES DOS SANTOS	Não	Não	Não	Não	Não	Não	20,30
001	03	100	X	11058 - JOAO BALZAN	Não	Não	Não	Não	Não	Não	33,83
001	03	100	X	1443 - EDMUNDO COELHO DE MATOS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	17,86
001	03	100	X	10884 - EUCLIDES JOSE PADILHA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	03	100	X	11031 - ILMAR JOSE PIERDONA	Não	Não	Não	Não	Não	Não	33,83



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

Página: 6/22

Data: 22/12/2010

VALORES DA PLANTA GENÉRICA - EXERCÍCIO 2011

Distrito	Setor	Seção	Lado	Código/Nome Rua	Ilu	Lix	Clo	Pav	Lim	Plu	Valor M²
001	03	100	X	1541 - 316	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	03	100	X	202 - 202	Não	Não	Não	Não	Não	Não	13,53
001	03	100	X	2148 - G	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	15,29
001	03	100	X	1613 - ROMILDO KOPPE	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	03	100	X	8723 - JORGE MEIRELLES	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	03	100	X	1648 - SILVIO MATIELLO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	22,73
001	03	100	X	2130 - KAIGANG	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	13,53
001	03	100	X	1389 - OLIVIO ANTONIO MATOS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	13,53
001	03	100	X	1711 - MILTON CESAR PEGORARO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	14,89
001	03	100	X	11007 - PROJETADA	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	16,37
001	03	100	X	1290 - ARNO WILLI FAUTH	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	17,86
001	03	100	X	11015 - PEDRO DRIESSEN SOBRINHO	Não	Não	Não	Não	Não	Não	12,18
001	03	100	X	11066 - VALDIR MORAIS	Não	Não	Não	Não	Não	Não	13,53
001	03	100	X	1524 - SANTIAGO RODRIGUES	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	15,29
001	03	100	X	9550 - G	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	5,55
001	03	100	X	11147 - JOAO FERREIRA DOS SANTOS	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	9,47
001	03	100	X	11082 - MARLENE CORDEIRO MORAIS	Não	Não	Não	Não	Não	Não	13,53
001	03	100	X	11074 - IVAN ANTONIO BARICHELLO	Não	Não	Não	Não	Não	Não	13,53
001	03	100	X	10914 - JOAO SIMAO DE ALMEIDA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	03	100	X	2008 - MATURINO BORGES DA LUZ	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	66,45
001	03	100	X	2067 - JANDIRA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,30
001	03	100	X	2024 - 349	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	03	100	X	1974 - AUGUSTO CORREA DE MELLO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	24,36
001	03	100	X	1915 - MARINA WAGNER BURG	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	03	100	X	1451 - 314	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	03	100	X	1406 - SANTA BERNADETE	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	9,47
001	03	100	X	1371 - 310	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	03	100	X	11023 - A	Não	Não	Não	Não	Não	Não	28,55
001	03	100	X	8278 - ANTONIO VICENTE DE LIMA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	03	100	X	1753 - GUAMIRIM	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	11,37
001	03	100	X	1435 - TUPI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	17,59
001	03	150	X	1648 - SILVIO MATIELLO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	03	150	X	1508 - CURITIBA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	20,43
001	03	150	X	2032 - ARLINDO MARTINS DA SILVA	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	13,53
001	03	150	X	1397 - MOEMA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,01
001	03	150	X	1931 - CARAGUATA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	17,86
001	03	150	X	2181 - 2	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	03	150	X	196 - ADELMIR PRESSANTO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	53,63
001	03	150	X	12662 - ARISTILIANO DE ALMEIDA	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	13,53
001	03	150	X	2075 - GUARACI	Não	Não	Não	Não	Não	Não	13,53
001	03	150	X	1265 - ANTONIO BELENKE	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	9,47
001	03	150	X	2041 - ANNA VIERO DOS REIS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	13,53
001	03	150	X	2016 - ZELIO RODRIGUES	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	03	150	X	1991 - 13 DE MAIO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	54,13
001	03	150	X	1869 - ADRIANO JOSE CHIOT	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	03	200	X	10825 - SANTA EDWIGES	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	9,47
001	03	200	X	1664 - OTAVIO GONCALVES CORDEIRO	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	10,83



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

Página: 7/22

Data: 22/12/2010

VALORES DA PLANTA GENÉRICA - EXERCÍCIO 2011

Distrito	Setor	Seção	Lado	Código/Nome Rua	Ilu	Lix	Clo	Pav	Lim	Plu	Valor M²
001	03	200	X	1648 - SILVIO MATIELLO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	03	200	X	11040 - AMANTINO BURG	Não	Não	Não	Não	Não	Não	33,83
001	03	200	X	10965 - HENRIQUE VEBBER DA SILVA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	12,18
001	03	200	X	1621 - OSVALDO ALVES	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	03	200	X	1605 - CICERO BUSCARONS	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	03	200	X	1303 - PADRE JOSE CHAMOT	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	17,86
001	03	200	X	1672 - SILVERIO CORREA DOS SANTOS	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	03	200	X	1346 - BARTIRA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	20,43
001	03	200	X	10868 - VITORIO BIANCHI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	03	200	X	10850 - TEOFILO ZARUR	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	12,18
001	03	200	X	1222 - JOAO WOLOCH	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	9,47
001	03	200	X	10973 - DINEY WERNER	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	12,18
001	03	200	X	1699 - CESAR PEREIRA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	03	200	X	11104 - SANTA ROSA DE LIMA	Não	Não	Não	Não	Não	Não	9,47
001	03	200	X	2202 - Rua nº: 2202	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	03	200	X	277 - ATILIO FAORO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	85,81
001	03	200	X	10922 - HEINZ RODOLFO MULLER	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	03	200	X	10817 - IRENO LUIZ CORDEIRO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	03	200	X	1516 - MANAUS	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	15,29
001	03	200	X	1419 - GUARANI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	13,53
001	03	200	X	1338 - JULIA GIOPPO CARNEIRO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	20,43
001	03	200	X	2113 - JOAO BENETTI SOBRINHO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	17,86
001	03	200	X	2083 - FRANCISCO PINO GARCIA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	03	200	X	2059 - SALOMAO GIOPPO CARNEIRO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,30
001	03	200	X	1427 - JOSE HONORIO LUIZ	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	17,86
001	03	200	X	1681 - ABDALLA JOSE THOME	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	03	200	X	1800 - MARIO DA LUZ	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	14,89
001	03	200	X	1362 - EMILIA GIOPPO BRASIL	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	23,01
001	03	200	X	1320 - IRMAO LEO GUILHERME RECH	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	17,86
001	03	200	X	1257 - SANTA LUZIA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	9,47
001	03	250	X	1630 - ANTONIO PEREIRA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	03	250	X	1559 - PEDRO FERNADES DE OLIVEIRA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	03	250	X	1851 - ANTONIO ROTTA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	03	250	X	1231 - SANTA BARBARA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	9,47
001	03	250	X	1907 - DOMINGOS GABARDI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	03	250	X	1885 - JOAQUIM GONÇALVES CORDEIRO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	03	250	X	1842 - PLINIO MORGENSTERN	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	03	300	X	10906 - BERNARDINO DEBONI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	03	300	X	1583 - ANAIR FRANCA PERETTI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	03	300	X	1575 - AUGUSTO GONÇALVES DE MORAIS	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	03	300	X	1826 - JOSE LUIZ CORDEIRO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	14,89
001	03	300	X	1893 - GENESIO CRUZ	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	03	300	X	1214 - SANTA RITA DE CASSIA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	9,47
001	03	300	X	1656 - GENEROSO PADILHA MORAIS	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	03	300	X	2199 - ARMINDO DALASTRA BONFANTI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	03	300	X	1982 - 1 DE MAIO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	54,13
001	03	300	X	1966 - FRANCISCO CORREA DE MELLO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,30



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

Página: 8/22

Data: 22/12/2010

VALORES DA PLANTA GENÉRICA - EXERCÍCIO 2011

Distrito	Setor	Seção	Lado	Código/Nome Rua	Ilu	Lix	Clo	Pav	Lim	Plu	Valor M²
001	03	300	X	1770 - ARAUCARIA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	03	300	X	1508 - CURITIBA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	16,24
001	03	300	X	1745 - AVELINO MANDELLI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	9,06
001	03	300	X	1745 - AVELINO MANDELLI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	11,37
001	03	350	X	1958 - TUPINAMBA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	20,30
001	03	350	X	1877 - SEBASTIAO GONÇALVES CORDEIRO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	03	350	X	1834 - ANTONIO ZARUR	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	03	400	X	1591 - MILTON ANTONIO MARINI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	03	400	X	1567 - TEOFILO GOMES DE MATOS	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	03	400	X	1532 - BRASILIA	Não	Não	Não	Não	Não	Não	42,90
001	03	400	X	1397 - MOEMA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	18,95
001	03	400	X	1362 - EMILIA GIOPPO BRASIL	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	20,30
001	03	400	X	242 - CID GONZAGA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	40,60
001	03	400	X	2164 - SC 14	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	03	400	X	2156 - LADISLAU LISZKIEVICH	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	17,86
001	03	400	X	1273 - ANTONIO RANZANI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	03	400	X	2091 - ARNALDO DE PAULA TIMERMANN	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	17,86
001	03	400	X	1281 - AURELIO COSTA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	13,53
001	03	400	X	1923 - MONGE JOAO MARIA	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	17,86
001	03	400	X	9223 - AYRTON ARAUJO MENZEL	Não	Não	Não	Não	Não	Não	8,40
001	03	400	X	1788 - SD 01	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	03	400	X	1745 - AVELINO MANDELLI	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	8,40
001	03	500	X	10841 - S/ NOME	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	03	500	X	1532 - BRASILIA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	20,30
001	03	500	X	1729 - ENGENHEIRO LOURENÇO FAORO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	20,30
001	03	500	X	1401 - JOAO CORREA DE MELLO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	03	600	X	145 - MARIA DEOMAR COSTA NEVES	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	20,43
001	03	600	X	1818 - ANTONIO VIVAN	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	15,29
001	03	600	X	1796 - VITOR KRUGER	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	10,83
001	03	700	X	10990 - DOMINGOS GIOVANI PEGORARO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	03	700	X	1940 - JOSE GIOPPO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	23,01
001	03	700	X	1486 - ODELIR GODINHO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,30
001	03	800	X	1567 - TEOFILO GOMES DE MATOS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	12,18
001	03	800	X	1494 - JOSE NACLE DAVI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,30
001	03	800	X	1478 - RAULINO RIBEIRO DOS SANTOS	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,30
001	03	800	X	1788 - SD 01	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	4,52
001	03	900	X	2164 - SC 14	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	03	900	X	1818 - ANTONIO VIVAN	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	03	1000	X	1729 - ENGENHEIRO LOURENÇO FAORO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	27,07
001	03	1000	X	2121 - LUIZ TORTATTO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	13,53
001	03	1000	X	1478 - RAULINO RIBEIRO DOS SANTOS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	13,53
001	03	1300	X	1940 - JOSE GIOPPO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	13,53
001	03	1400	X	439 - SENADOR SALGADO FILHO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	67,66
001	03	1500	X	1532 - BRASILIA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	53,59
001	03	1500	X	1729 - ENGENHEIRO LOURENÇO FAORO	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	5,41
001	03	1500	X	12568 - SC 302	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	5,01
001	03	1500	X	439 - SENADOR SALGADO FILHO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	27,07



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

Página: 9/22

Data: 22/12/2010

VALORES DA PLANTA GENÉRICA - EXERCÍCIO 2011

Distrito	Setor	Seção	Lado	Código/Nome Rua	Ilu	Lix	Clo	Pav	Lim	Plu	Valor M²
001	03	1700	X	2121 - LUIZ TORTATTO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	9,47
001	03	2000	X	1729 - ENGENHEIRO LOURENÇO FAORO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	10,83
001	04	0	X	1532 - BRASILIA	Não	Não	Não	Não	Não	Não	0,00
001	04	50	X	8588 - GOITACAS	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	04	50	X	3624 - FLORIANO VOSNI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	04	50	X	3373 - JOAQUIM RAISEL DA CRUZ	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	14,89
001	04	50	X	8979 - PERIQUITO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	9,07
001	04	50	X	9193 - SENY HARTKOFF DOS SANTOS	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	9,07
001	04	50	X	8057 - 412-1	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	04	50	X	8260 - FERNANDO TURATTI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	9,20
001	04	50	X	8251 - JOAO MARIA VISLOSKI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	9,20
001	04	50	X	8375 - RAUL RUPPEL	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	04	50	X	8472 - 3	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	04	50	X	8171 - GRALHA AZUL	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	9,07
001	04	100	X	9266 - 1 LTO TEKLA	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	5,55
001	04	100	X	9037 - EUSEBIO FERREIRA DOS SANTOS	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	04	100	X	13255 - A LOT. NOVO HORIZONTE	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	5,55
001	04	100	X	13267 - QUADRA "O" STA. TEREZINHA	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	5,55
001	04	100	X	13257 - C LOT. NOVO HORIZONTE	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	5,55
001	04	100	X	3942 - JOSE PREZALINO DE OLIVEIRA	Não	Não	Não	Não	Não	Não	10,83
001	04	100	X	3942 - JOSE PREZALINO DE OLIVEIRA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	04	100	X	8570 - TAMOIO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	04	100	X	9088 - ANTONIO TAVARES JUNIOR	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	04	100	X	3861 - FRANCISCO PIZARRO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	16,37
001	04	100	X	3829 - JOAO BORDIGNON	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	13,53
001	04	100	X	3331 - ADOLFO KLETKE	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	12,18
001	04	100	X	3781 - ARISTIDES Malfatti	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	04	100	X	3756 - 488	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	04	100	X	3730 - DOM LUIZ COLUSSI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	04	100	X	3535 - 475	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	04	100	X	9274 - RUA DE SERVIDAO	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	14,89
001	04	100	X	9231 - NILO HENRIQUE THOME	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	13,53
001	04	100	X	9177 - RUA M LTO SANTA TEREZINHA 2	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	9,07
001	04	100	X	9029 - ALEIXO GONCALVES DE LIMA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	04	100	X	8987 - CANARIO	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	5,55
001	04	100	X	8979 - PERIQUITO	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	5,55
001	04	100	X	8928 - MARIA BENTA DE LIMA	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	5,55
001	04	100	X	3306 - SEBASTIAO DE OLIVEIRA CARNEIRO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	04	100	X	8731 - II	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	04	100	X	8723 - JORGE MEIRELLES	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	12,76
001	04	100	X	3209 - XAXIM	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	14,89
001	04	100	X	8511 - JURUNA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	04	100	X	8499 - BOROROS	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	04	100	X	8481 - AVA-CANOEIRO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	04	100	X	8359 - LAUDELINO FOGAÇA DE ALMEIDA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	04	100	X	8286 - FELISBERTO CUSTODIO DE OLIVEIRA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	108,26
001	04	100	X	3063 - 441	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

Página: 10/22

Data: 22/12/2010

VALORES DA PLANTA GENÉRICA - EXERCÍCIO 2011

Distrito	Setor	Seção	Lado	Código/Nome Rua	Ilu	Lix	Clo	Pav	Lim	Plu	Valor M²
001	04	100	X	8189 - 425-1	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	9,20
001	04	100	X	8171 - GRALHA AZUL	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	5,55
001	04	100	X	8111 - ANDORINHA	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	5,55
001	04	100	X	8065 - 414-1	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	9,20
001	04	100	X	2849 - IGNES BORTOLON PIVATTO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	14,89
001	04	100	X	2822 - VENCESLAU GONÇALVES VIEIRA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	04	100	X	2768 - DAS PRIMAVERAS	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	6,09
001	04	100	X	2741 - DAS TULIPAS	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	6,09
001	04	100	X	2725 - FRANCISCO DE ALMEIDA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	04	100	X	13279 - "A" MORADA DO SOL II	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,75
001	04	100	X	13259 - E LOT. NOVO HORIZONTE	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	5,55
001	04	100	X	2652 - ERNESTO BORCHATE	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,30
001	04	100	X	13256 - B LOT. NOVO HORIZONTE	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	5,55
001	04	100	X	2563 - MANOEL LUIZ CORDEIRO	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	20,30
001	04	100	X	2695 - JOAO MANOEL LUIZ OSORIO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	04	100	X	2547 - MIGUEL CURY	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	33,83
001	04	100	X	13258 - D LOT. NOVO HORIZONTE	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	5,55
001	04	100	X	8634 - I	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	04	100	X	8383 - JOAO D'AGOSTINI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	04	100	X	8898 - SERRA DA PEDRA BRANCA	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	5,55
001	04	100	X	8120 - BEIJA-FLOR	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	5,55
001	04	100	X	8430 - JAIR CARLOS RIGO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	17,59
001	04	100	X	8448 - ERNESTO BOLSON	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	17,59
001	04	100	X	8740 - III	Não	Não	Não	Não	Não	Não	13,53
001	04	100	X	3420 - DINARTE JOSÉ RODRIGUES	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	04	100	X	8278 - ANTONIO VICENTE DE LIMA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	9,20
001	04	100	X	8081 - LUIZ CARLOS ANDRIOLA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,24
001	04	100	X	8642 - II	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	04	100	X	3357 - FLORINDO DAGOSTINI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	04	100	X	8049 - PEDRO CAMPANHA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	04	100	X	8791 - EUGENIO FRANCISCO PARIS	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	04	100	X	8774 - FRANCISCO SANTI	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	04	100	X	9053 - ELIAS DE MORAES	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	04	100	X	8138 - TICO TICO	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	5,55
001	04	100	X	3110 - ARY DE OLIVEIRA CARNEIRO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	04	100	X	9061 - BONIFACIO JOSE DOS SANTOS	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	04	100	X	8154 - PICA PAU	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	5,55
001	04	100	X	8529 - PATAXO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	04	100	X	8502 - CARIJO	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	04	100	X	8162 - SABIA	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	5,55
001	04	100	X	13260 - F LOT. NOVO HORIZONTE	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	5,55
001	04	100	X	8771 - ALTAIR FERREIRA DE SOUZA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	10,83
001	04	100	X	8537 - POTIGUAR	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	04	100	X	8197 - PAPAGAIO	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	5,55
001	04	100	X	8201 - JOAO DE BARRO	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	5,55
001	04	100	X	8839 - IDA DAL FORNO HARRES	Não	Não	Não	Não	Não	Não	12,18
001	04	100	X	9240 - ALFREDO RIBEIRO DOS SANTOS	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	13,53



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

Página: 11/22

Data: 22/12/2010

VALORES DA PLANTA GENÉRICA - EXERCÍCIO 2011

Distrito	Setor	Seção	Lado	Código/Nome Rua	Ilu	Lix	Clo	Pav	Lim	Plu	Valor M²
001	04	100	X	8831 - JOAO ANGELI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	9,07
001	04	100	X	8847 - JOAO MARIA CASTILHO SOBRINHO	Não	Não	Não	Não	Não	Não	9,34
001	04	150	X	3951 - ALZERINO ALVES PEREIRA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	04	150	X	12657 - MADRE BENVENUTA	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	8,17
001	04	150	X	1508 - CURITIBA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	16,35
001	04	150	X	3837 - PEDRO DRIESSEN FILHO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,24
001	04	150	X	3667 - ESTEFANO KIMAC	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	04	150	X	3616 - RISOLETA LEMOS MAIA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	04	150	X	3608 - NELSON EUGENIO BUSATO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	04	150	X	3594 - FORTALEZA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,37
001	04	150	X	3497 - FERMINO BORGES DE CARVALHO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	04	150	X	3471 - SEBASTIAO VELASQUES	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	04	150	X	9282 - ANTONIO ROSA DE OLIVEIRA	Não	Não	Não	Não	Não	Não	10,83
001	04	150	X	9223 - AYRTON ARAUJO MENZEL	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	13,53
001	04	150	X	8995 - FRANCISCO ALONSO DE SOUZA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	04	150	X	8961 - PEDRO MELO	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	8,12
001	04	150	X	8901 - RACHIDE ABDALLA	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	5,55
001	04	150	X	8685 - VITOLDO GURSKI	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	04	150	X	8596 - CAETE	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	04	150	X	8553 - XAVANTES	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	04	150	X	8456 - AZIR DE SOUZA SANTOS	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	17,59
001	04	150	X	3161 - JOAÇABA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	20,30
001	04	150	X	8197 - PAPAGAIO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	9,07
001	04	150	X	3039 - FRANCISCO GEREMIA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	04	150	X	8146 - 420-1	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	9,20
001	04	150	X	2954 - OLIVIO ABATTI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	04	150	X	2938 - OSVALDO MANOEL GOMEZ	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	17,59
001	04	150	X	2920 - JOAO P. PEDRO CARPES	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	04	150	X	2890 - ONOFRE PEREIRA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	14,89
001	04	150	X	2857 - EGIDIO CORDEIRO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	04	150	X	9215 - MARIA ANTONIA BUSATO ZANDAVALI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	13,53
001	04	150	X	2636 - FRANCISCO NOVASKI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	20,30
001	04	150	X	2601 - FRAIBURGO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	04	150	X	2539 - CHAPECO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	20,30
001	04	150	X	2521 - CAPITULINO DE MORAIS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	47,36
001	04	150	X	510 - HONORINO MORO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	13,53
001	04	150	X	8651 - IV	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	04	150	X	2971 - ANTONIO APPI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	04	150	X	8880 - SERRA DO IRANI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	04	150	X	8952 - MARIA EVA CARDOSO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	11,37
001	04	150	X	9011 - MARIA ROSA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	04	150	X	8154 - PICA PAU	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	9,07
001	04	150	X	8600 - CAIAPOS	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	5,55
001	04	150	X	8910 - ABDALLA ELIAS FARFUD	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,28
001	04	150	X	3314 - MARIA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA CARNEIRO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	04	150	X	8545 - TREMEMBE	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	04	150	X	9002 - TEODORA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	5,55



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

Página: 12/22

Data: 22/12/2010

VALORES DA PLANTA GENÉRICA - EXERCÍCIO 2011

Distrito	Setor	Seção	Lado	Código/Nome Rua	Ilu	Lix	Clo	Pav	Lim	Plu	Valor M²
001	04	200	X	358 - NEREU RAMOS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	42,91
001	04	200	X	4001 - EUTIMIO MIOZZO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	04	200	X	3969 - TEREZA DE FREITAS MULLER	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	04	200	X	3799 - BASILIO CIFFRO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,30
001	04	200	X	3772 - ADELIA THOME JOAO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	20,30
001	04	200	X	3756 - 488	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	04	200	X	3705 - EDUARDO BENTO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	14,89
001	04	200	X	3683 - PROFESSORA LUIZA RAISEL	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	16,24
001	04	200	X	3632 - JOAO THIVES SOBRINHO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	04	200	X	3586 - VITORIA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	04	200	X	3896 - OTAVIO JOSE LEITE	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	04	200	X	3543 - ZAKI THOME	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	04	200	X	3527 - ELVIRA POPIA PAVELSKI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	14,89
001	04	200	X	3519 - ALCIDES SABINO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	13,53
001	04	200	X	3454 - BENJAMIN GIOPPO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	14,89
001	04	200	X	3446 - ALBERTO ZANATTA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	04	200	X	3438 - ERCILIO DE LIMA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	14,89
001	04	200	X	9185 - JOAO CARLIN DO PRADO	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	9,07
001	04	200	X	3420 - DINARTE JOSÉ RODRIGUES	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	8,17
001	04	200	X	9100 - OLEGARIO RAMOS	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	04	200	X	9096 - AGOSTINHO SARAIVA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	04	200	X	9070 - JOSE MARIA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	04	200	X	9045 - ADEODATO MANOEL RAMOS	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	04	200	X	3390 - JOSE IOOS JUNIOR	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	14,89
001	04	200	X	8944 - SERRA GERAL	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	5,55
001	04	200	X	8871 - SERRA DO RIO DO RASTRO	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	5,55
001	04	200	X	3322 - AUGUSTO DE PAULA CARNEIRO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	04	200	X	8855 - III JUNG 2	Não	Não	Não	Não	Não	Não	9,07
001	04	200	X	8804 - D	Não	Não	Não	Não	Não	Não	12,18
001	04	200	X	8782 - SILVERIO SINKERE	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	04	200	X	3268 - AQUILES DE PAULA LINHARES	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	27,07
001	04	200	X	8758 - LUCIDIO ALVES PACHECO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	04	200	X	3233 - JOAO ANTONIO ZANCHI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	29,77
001	04	200	X	3225 - JOAO ROBERTO MOREIRA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	04	200	X	8618 - IANOMAMI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	04	200	X	3195 - TEREZINA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,24
001	04	200	X	8413 - HERALDO JOSE MAFFESSONI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	17,59
001	04	200	X	3144 - ANGELO PAGANELLI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	16,24
001	04	200	X	3101 - FAUSTO MACHADO DE QUADROS	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	04	200	X	8243 - JOSE VILMAR MONTEIRO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	9,07
001	04	200	X	3055 - JOSE LEWINSKI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	04	200	X	3047 - VITORIO RECALCATTI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	04	200	X	3012 - 435	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	04	200	X	3004 - EUGENIO BUSATO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	04	200	X	2997 - FLORENCIO BUSATO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	04	200	X	8120 - BEIJA-FLOR	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	9,07
001	04	200	X	8090 - NICANOR GONÇALVES CORDEIRO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

Página: 13/22

Data: 22/12/2010

VALORES DA PLANTA GENÉRICA - EXERCÍCIO 2011

Distrito	Setor	Seção	Lado	Código/Nome Rua	Ilu	Lix	Clo	Pav	Lim	Plu	Valor M²
001	04	200	X	2962 - LUIZ FAVARIM	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,37
001	04	200	X	2938 - OSVALDO MANOEL GOMEZ	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	13,53
001	04	200	X	2881 - DILMA DEBONI PETRY	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	17,59
001	04	200	X	2873 - BERNARDINA GONÇALVES DE OLIVEIRA LOF	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	04	200	X	2831 - SEBASTIAO ANTONIO DE SOUZA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	04	200	X	2792 - DAS AZALEIAS	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	6,09
001	04	200	X	2750 - DAS VIOLETAS	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	6,09
001	04	200	X	2741 - DAS TULIPAS	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	6,09
001	04	200	X	2687 - FRANCISCO DRIESSEN	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	04	200	X	2679 - SEBASTIANA DE PAULA CARNEIRO DRIESSE	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,24
001	04	200	X	13169 - HERCILIO TIBIAS	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	9,07
001	04	200	X	2628 - ALBINO PUTTI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	17,59
001	04	200	X	2512 - PRUDENTE DE MORAIS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	32,61
001	04	200	X	8383 - JOAO D'AGOSTINI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	04	200	X	9215 - MARIA ANTONIA BUSATO ZANDAVALI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	13,53
001	04	200	X	8766 - LUCIA DONIDA SANTI	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	04	200	X	8227 - TEREZA DIVA GARCIA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	9,07
001	04	200	X	9258 - JOAO AMANCIO COSTA	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	13,53
001	04	200	X	3136 - 447	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	04	250	X	8332 - TELMO TADEU SIQUEIRA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	04	250	X	3691 - HENRIQUETA TEDESCO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	04	250	X	3560 - SALVADOR	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	04	250	X	3471 - SEBASTIAO VELASQUES	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	10,83
001	04	250	X	3403 - PAULO LUDERINGHAUSEN	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	14,89
001	04	250	X	8901 - RACHIDE ABDALLA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	10,28
001	04	250	X	8863 - SERRA DA TAQUARA VERDE	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	5,55
001	04	250	X	8669 - OSNI AMARO ROMAO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	04	250	X	3152 - ARACAJU	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	14,89
001	04	250	X	8367 - LUIZ SOUZA CORREA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	04	250	X	8341 - JOAO NATAL	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	04	250	X	8324 - FRANCISCO LOPES DE SOUZA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	04	250	X	8294 - CARLINDO DE PAULA	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	9,07
001	04	250	X	8138 - TICO TICO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	9,07
001	04	250	X	2709 - MARCIO SOARES	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,24
001	04	300	X	3985 - ADELIA JULIETA PACHECO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	04	300	X	3977 - ANASTACIO AMARO DE SOUZA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	04	300	X	3870 - CLOVIS LUIZ DE NARDI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	04	300	X	3802 - HERMINIO MAFFESSIONI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,30
001	04	300	X	3721 - HENRIQUE JULIO BERGER	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	20,30
001	04	300	X	3659 - JOSE DE LEMOS BRAGA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	14,34
001	04	300	X	3641 - ALDO ELOY GATTERMANN	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,37
001	04	300	X	9118 - ADELMIRA TIVES DA CRUZ	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	12,18
001	04	300	X	8936 - SERRA DO ESPIGAO	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	5,55
001	04	300	X	8839 - IDA DAL FORNO HARRES	Não	Não	Não	Não	Não	Não	9,34
001	04	300	X	3292 - ERNESTO ANTONIO ZARDO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	04	300	X	8812 - ARY HARRES	Não	Não	Não	Não	Não	Não	5,55
001	04	300	X	3276 - ANTONIO MIGUEL SULZBACH	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

Página: 14/22

Data: 22/12/2010

VALORES DA PLANTA GENÉRICA - EXERCÍCIO 2011

Distrito	Setor	Seção	Lado	Código/Nome Rua	Ilu	Lix	Clo	Pav	Lim	Plu	Valor M²
001	04	300	X	3241 - MOACIR SAMPAIO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	42,90
001	04	300	X	3179 - NATAL	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	10,83
001	04	300	X	8405 - MANOEL DE SOUZA SANTOS	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	17,59
001	04	300	X	8308 - JOCELY CARLOS FRANCA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	9,07
001	04	300	X	3098 - MARIO D'AGOSTINI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	14,89
001	04	300	X	8243 - JOSE VILMAR MONTEIRO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	04	300	X	8235 - VITOR LEZAN	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	9,20
001	04	300	X	3071 - VIRGILIO ANTONIO DA SILVA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	14,89
001	04	300	X	8219 - GUILHERME LAURO RUPP	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	9,07
001	04	300	X	2989 - DEOCLIDES PEDRO BOM	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	17,59
001	04	300	X	8111 - ANDORINHA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	9,20
001	04	300	X	2946 - GUILHERME ATILIO ZARDO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	17,59
001	04	300	X	2717 - AMADEU LIZOTT	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,24
001	04	300	X	3926 - VICTORIA ANCAY PORTELA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	04	300	X	3799 - BASILIO CIFFRO	Não	Não	Não	Não	Não	Não	8,12
001	04	300	X	2610 - MARCOS GONCALVES CORDEIRO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,30
001	04	300	X	2598 - RIO DAS ANTAS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	13,53
001	04	300	X	2580 - TIMBO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	04	300	X	2555 - VIDEIRA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	20,30
001	04	300	X	8316 - GILBERTO PIOLLA DA SIVA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	9,07
001	04	300	X	1745 - AVELINO MANDELLI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	9,07
001	04	350	X	12120 - LEONARDO GRANEMANN	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	12,18
001	04	350	X	3462 - JOSE SOUZA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	04	350	X	3438 - ERCILIO DE LIMA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	04	350	X	9126 - JOAO MARIA DE AGOSTINI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	04	400	X	3764 - ABDALLA JOAO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,30
001	04	400	X	3675 - ANGELO CAOVIALLA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,24
001	04	400	X	3578 - LUCIANO VICTORIO BIASI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	12,18
001	04	400	X	3551 - RAIMUNDO JOSE PIERDONA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	04	400	X	1532 - BRASILIA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	42,90
001	04	400	X	3489 - OCTACILIO TRINDADE CORDEIRO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	04	400	X	3390 - JOSE IOOS JUNIOR	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	04	400	X	3381 - 460	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	04	400	X	3365 - ARLINDO ALOY JUNG	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	04	400	X	3250 - VISCONDE DE MAUA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	33,83
001	04	400	X	8677 - JOSE CORREA GONCALVES	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	04	400	X	8561 - TUPINIQUEM	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	04	400	X	3128 - ELIAS BIASI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	12,18
001	04	400	X	8201 - JOAO DE BARRO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	9,07
001	04	400	X	2911 - OLINDOMAR TONET	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	04	400	X	2873 - BERNARDINA GONÇALVES DE OLIVEIRA LOF	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	04	400	X	2831 - SEBASTIAO ANTONIO DE SOUZA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	04	400	X	3888 - 495	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	04	400	X	2644 - JOSE EDGAR THOME	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,30
001	04	400	X	3845 - SEBASTIAO GONÇALVES DO NASCIMENTO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	12,18
001	04	400	X	200 - 25 DE MARCO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	42,91
001	04	400	X	4639 - PAULINO LEAO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	42,49



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

Página: 15/22

Data: 22/12/2010

VALORES DA PLANTA GENÉRICA - EXERCÍCIO 2011

Distrito	Setor	Seção	Lado	Código/Nome Rua	Ilu	Lix	Clo	Pav	Lim	Plu	Valor M²
001	04	400	X	3993 - ALEXANDRE ALVES GUERIN	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	04	450	X	3811 - SIMPLICIANO CORREA DE MIRANDA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,24
001	04	500	X	3748 - ATILIO BASQUERA	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	04	500	X	3691 - HENRIQUETA TEDESCO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	17,59
001	04	500	X	9266 - 1 LTO TEKLA	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	5,55
001	04	500	X	3454 - BENJAMIN GIOPPO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	04	500	X	3403 - PAULO LUDERINGHAUSEN	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	14,89
001	04	500	X	3934 - JESUS ALVES PADILHA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	04	500	X	3187 - CANOINHAS	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	33,83
001	04	500	X	3179 - NATAL	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	14,34
001	04	500	X	3128 - ELIAS BIASI	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	16,24
001	04	500	X	2971 - ANTONIO APPI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,37
001	04	500	X	8031 - OSNY TEODORO DA CUNHA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	04	500	X	2806 - COMENDADOR PRIMO TEDESCO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	04	500	X	2784 - DAS VITORIAS REGIAS	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	6,09
001	04	500	X	2661 - COMENDADOR SELVINO CARAMORI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,30
001	04	500	X	2571 - HUGO TORRES CRUZ	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	20,30
001	04	600	X	3900 - IVETE ZINI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	04	600	X	3853 - LAGES	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	27,07
001	04	600	X	3501 - JOSE OLEINIK	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	04	600	X	3411 - JOAO PEREIRA DA SILVA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	04	600	X	3365 - ARLINDO ALOY JUNG	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,37
001	04	600	X	3349 - ANTONIO BOMBASSARO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	16,37
001	04	600	X	3284 - VICENTE BERARDI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	12,18
001	04	600	X	3195 - TEREZINA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	04	600	X	3161 - JOAÇABA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	13,53
001	04	600	X	3080 - FIORINDO CONSTATINI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	04	600	X	3021 - ANTONIO OZORIO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	14,89
001	04	600	X	8022 - CRISTOVAO COLOMBO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	04	600	X	2784 - DAS VITORIAS REGIAS	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	6,09
001	04	600	X	2776 - DAS ORQUIDEAS	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	6,09
001	04	700	X	161 - CAMPOS NOVOS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	69,02
001	04	700	X	3608 - NELSON EUGENIO BUSATO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	9,07
001	04	700	X	3420 - DINARTE JOSÉ RODRIGUES	Não	Não	Não	Não	Não	Não	14,89
001	04	700	X	8626 - VICTOR HUGO PETRY	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	04	700	X	3217 - BELEM	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,24
001	04	700	X	2865 - RICARDO ANGELLI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	04	700	X	3918 - FELIPE JOAO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	04	800	X	3241 - MOACIR SAMPAIO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	32,75
001	04	800	X	8014 - PEDRO ALVARES CABRAL	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	04	900	X	3721 - HENRIQUE JULIO BERGER	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	27,07
001	04	900	X	3241 - MOACIR SAMPAIO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	20,43
001	04	900	X	8073 - JOAQUIM BALSANELLI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	04	900	X	2903 - SILVIO GIOPPO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	14,89
001	04	1000	X	1729 - ENGENHEIRO LOURENÇO FAORO	Não	Não	Não	Não	Não	Não	20,30
001	04	1000	X	3748 - ATILIO BASQUERA	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	10,83
001	04	1000	X	3713 - DO CONTESTADO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	14,89



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

Página: 16/22

Data: 22/12/2010

VALORES DA PLANTA GENÉRICA - EXERCÍCIO 2011

Distrito	Setor	Seção	Lado	Código/Nome Rua	Ilu	Lix	Clo	Pav	Lim	Plu	Valor M²
001	04	1000	X	3241 - MOACIR SAMPAIO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	16,37
001	04	1000	X	3128 - ELIAS BIASI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	12,18
001	04	1000	X	2806 - COMENDADOR PRIMO TEDESCO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	9,07
001	04	1000	X	2733 - ADALBERTO MANUEL PETRY	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	04	1000	X	2661 - COMENDADOR SELVINO CARAMORI	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	04	1000	X	510 - HONORINO MORO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	13,53
001	04	1200	X	8961 - PEDRO MELO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	04	1200	X	8391 - 442	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	04	1200	X	2661 - COMENDADOR SELVINO CARAMORI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	04	1300	X	3721 - HENRIQUE JULIO BERGER	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	33,83
001	04	1400	X	2806 - COMENDADOR PRIMO TEDESCO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	04	1400	X	439 - SENADOR SALGADO FILHO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	67,66
001	04	1500	X	1729 - ENGENHEIRO LOURENÇO FAORO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,30
001	04	1500	X	12990 - ABILIO FRANCO	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	5,55
001	04	1500	X	3748 - ATILIO BASQUERA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	20,30
001	04	1500	X	1532 - BRASILIA	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	04	1500	X	12568 - SC 302	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	5,01
001	04	1500	X	2733 - ADALBERTO MANUEL PETRY	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	04	1700	X	2661 - COMENDADOR SELVINO CARAMORI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,24
001	04	2000	X	1729 - ENGENHEIRO LOURENÇO FAORO	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	13,53
001	04	2000	X	2814 - ALBINO PHELIPPE POTRICH	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	04	2500	X	1729 - ENGENHEIRO LOURENÇO FAORO	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	6,77
001	04	3000	X	1729 - ENGENHEIRO LOURENÇO FAORO	Não	Não	Não	Não	Não	Não	20,30
001	04	3000	X	2814 - ALBINO PHELIPPE POTRICH	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	9,20
001	04	3500	X	2814 - ALBINO PHELIPPE POTRICH	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	05	50	X	4582 - JUSTINA BASSEGIO SORGATTO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	13,53
001	05	50	X	4493 - 518	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	05	50	X	927 - ALTAMIRO GUIMARAES	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	82,55
001	05	100	X	4027 - MARECHAL DEODORO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	55,75
001	05	100	X	13240 - D LOT. DONA EDY	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,30
001	05	100	X	13239 - PAULO VEIGA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,30
001	05	100	X	13238 - LUIZA DAMBROZ FAORO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,30
001	05	100	X	13237 - GENTIL PICCOLI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,30
001	05	100	X	12119 - III	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	05	100	X	1079 - FLORIANOPOLIS	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,01
001	05	100	X	4973 - BECO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	21,11
001	05	100	X	4833 - 526	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	26,52
001	05	100	X	4795 - CONCORDIA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	21,11
001	05	100	X	4761 - ALEXANDRE PEGORARO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	23,82
001	05	100	X	4752 - AMERICO BALATKA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	23,82
001	05	100	X	4736 - ALEXANDRE PICCOLI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	23,82
001	05	100	X	4710 - TUBARAO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	28,42
001	05	100	X	4701 - TIJUCAS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	28,42
001	05	100	X	960 - HERCULANO COELHO DE SOUZA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	55,78
001	05	100	X	4604 - OLAVO BILAC	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	24,36
001	05	100	X	4442 - 512	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	05	100	X	935 - QUINTINO BOCAIUVA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	55,75



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

Página: 17/22

Data: 22/12/2010

VALORES DA PLANTA GENÉRICA - EXERCÍCIO 2011

Distrito	Setor	Seção	Lado	Código/Nome Rua	Ilu	Lix	Clo	Pav	Lim	Plu	Valor M²
001	05	100	X	4361 - WILAMIR ANTONIO GIARETTA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	13,53
001	05	100	X	4311 - JOAQUIM RIBEIRO DOS SANTOS	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	05	100	X	4302 - VITAL ANTONIO ALMEIDA	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	05	100	X	4299 - Rua nº: 4299	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	21,25
001	05	100	X	4264 - HUGO HONAISSER	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	26,52
001	05	100	X	4256 - VICTOR KONDER	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	42,49
001	05	100	X	4248 - MARECHAL HERMES	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	42,49
001	05	100	X	4221 - PADRE FEIJO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	55,75
001	05	100	X	4213 - FRANCA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,99
001	05	100	X	4108 - SEBASTIAO CARNEIRO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	26,52
001	05	100	X	4094 - PEDRO FRANCISCO FORESTI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	23,82
001	05	100	X	4078 - CAMBORIU	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	21,11
001	05	150	X	13156 - ARISTIDES MORIGGI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	13,53
001	05	150	X	12431 - MACIEIRA	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	17,86
001	05	150	X	4990 - ROMULO PEREIRA DE SOUZA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	05	150	X	4841 - NAPOLEAO RIBEIRO DOS SANTOS	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	05	150	X	4825 - ARESTIDES MORIGI	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	05	150	X	4817 - CESTELIO SOLIMANN	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	21,11
001	05	150	X	4809 - ALBINA MARIA BISCARO ZARDO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	21,25
001	05	150	X	4779 - BOM PASTOR	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,82
001	05	150	X	4574 - INGLATERRA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	21,25
001	05	150	X	4523 - ALEMANHA	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	26,52
001	05	150	X	4507 - HERMINIO ALVES DE MORAIS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	21,25
001	05	150	X	4485 - SAVOIA ASSEF	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	05	150	X	4370 - AUGUSTO XAVIER PAES	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	13,53
001	05	150	X	4086 - JOAO FORESTI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	23,95
001	05	150	X	4060 - MARECHAL FLORIANO PEIXOTO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	55,75
001	05	150	X	4043 - BIGUACU	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	21,11
001	05	200	X	4035 - IRMAO TOMAZ	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	05	200	X	12619 - PALMIRA DE PAULA CARNEIRO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	20,30
001	05	200	X	1052 - CARLOS DALMAS	Não	Não	Não	Não	Não	Não	18,39
001	05	200	X	4965 - DOMINGOS FURTADO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	05	200	X	4931 - TOMAZ WISNIEWSKI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	05	200	X	4744 - LAGUNA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	26,52
001	05	200	X	4728 - MAFRA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	26,52
001	05	200	X	4698 - URUSSANGA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	28,42
001	05	200	X	4680 - SAO FRANCISCO DE ASSIS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	47,36
001	05	200	X	4663 - HERCILIO LUZ	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	55,75
001	05	200	X	4647 - CRUZ E SOUZA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	21,25
001	05	200	X	4531 - AUGUSTO DRIESSEN	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	26,52
001	05	200	X	4515 - VITORIO CHIARELLO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	05	200	X	4396 - SILVESTRE PETRIKOWSKI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	05	200	X	4370 - AUGUSTO XAVIER PAES	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	13,53
001	05	200	X	4345 - RICARDO FENDT	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	13,53
001	05	200	X	4329 - IRACEMA MARIA GOMES DOS SANTOS	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	05	200	X	4302 - VITAL ANTONIO ALMEIDA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	05	200	X	4264 - HUGO HONAISSER	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	13,53



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

Página: 18/22

Data: 22/12/2010

VALORES DA PLANTA GENÉRICA - EXERCÍCIO 2011

Distrito	Setor	Seção	Lado	Código/Nome Rua	Ilu	Lix	Clo	Pav	Lim	Plu	Valor M²
001	05	200	X	4230 - PAULO CASTELLI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	42,49
001	05	200	X	4205 - PORTUGAL	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	26,52
001	05	200	X	4175 - CANADA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	21,11
001	05	200	X	4167 - BELGICA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	21,11
001	05	200	X	4051 - ORLEANS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	28,42
001	05	250	X	12670 - FRANCISCO ASSIS BEJAMINI	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	13,53
001	05	250	X	12655 - JOANNA ANNHICE SANTIN DALMAS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	13,53
001	05	250	X	4876 - GENY DE JESUS AFONSO CARNEIRO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	05	250	X	4868 - 534	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	05	250	X	4671 - VICTOR MEIRELLES	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	21,25
001	05	250	X	4639 - PAULINO LEAO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	27,07
001	05	250	X	4566 - ISRAEL	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	21,25
001	05	250	X	4540 - HOLANDA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	26,52
001	05	300	X	4922 - VERGINIA SCAPINELLI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	05	300	X	4914 - AGOSTINHO DIETRICH	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	05	300	X	4850 - ALCIDES TOMBINI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	55,75
001	05	300	X	4787 - JOINVILLE	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	23,01
001	05	300	X	4655 - IRMAO GUIDO GABRIEL	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	26,52
001	05	300	X	4621 - PINHEIRO MACHADO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	27,07
001	05	300	X	4612 - 520	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	21,25
001	05	300	X	4591 - DOMINGOS SORGATTO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	05	300	X	4515 - VITORIO CHIARELLO	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	10,83
001	05	300	X	4418 - IZIDORO BELOTTO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	05	300	X	4388 - ESTEFANO BOIKO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	05	300	X	4353 - MARTINHO INÁCIO TRINDADE	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	13,53
001	05	300	X	4272 - JOSE BONIFACIO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	42,49
001	05	300	X	4191 - ITALIA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	26,52
001	05	300	X	4183 - LIBANO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	21,25
001	05	300	X	4159 - PRESIDENTE KENNEDY	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	55,75
001	05	300	X	4141 - PRESIDENTE CASTELO BRANCO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	55,75
001	05	300	X	4132 - ORESTES PEREIRA GOMES	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	55,75
001	05	300	X	4124 - TOMAZ GONÇALVES PADILHA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	26,52
001	05	300	X	4078 - CAMBORIU	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	27,07
001	05	300	X	4043 - BIGUACU	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	26,52
001	05	350	X	4957 - DINAMARCA	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	20,30
001	05	350	X	4728 - MAFRA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	26,52
001	05	350	X	4426 - LUIZ CAETANO FRANCO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	05	350	X	4400 - JOSE CEZARIO GUZZI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	05	400	X	4035 - IRMAO TOMAZ	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	26,52
001	05	400	X	4019 - BRUSQUE	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	24,36
001	05	400	X	4639 - PAULINO LEAO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	42,49
001	05	400	X	4221 - PADRE FEIJO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	42,49
001	05	450	X	4680 - SAO FRANCISCO DE ASSIS	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	56,84
001	05	500	X	12122 - FAHDO THOME	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	20,30
001	05	500	X	4957 - DINAMARCA	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	13,53
001	05	500	X	4931 - TOMAZ WISNIEWSKI	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	05	500	X	4655 - IRMAO GUIDO GABRIEL	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	40,60



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

Página: 19/22

Data: 22/12/2010

VALORES DA PLANTA GENÉRICA - EXERCÍCIO 2011

Distrito	Setor	Seção	Lado	Código/Nome Rua	Ilu	Lix	Clo	Pav	Lim	Plu	Valor M²
001	05	500	X	4621 - PINHEIRO MACHADO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	42,49
001	05	500	X	4591 - DOMINGOS SORGATTO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	42,49
001	05	500	X	4558 - ESTADOS UNIDOS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	21,25
001	05	500	X	4426 - LUIZ CAETANO FRANCIO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	5,55
001	05	500	X	4418 - IZIDORO BELOTTO	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	5,55
001	05	500	X	4400 - JOSE CEZARIO GUZZI	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	5,55
001	05	500	X	4116 - ALFREDO CACHOEIRA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,30
001	05	600	X	4035 - IRMAO TOMAZ	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	42,49
001	05	700	X	12122 - FAHDO THOME	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	13,53
001	05	700	X	4591 - DOMINGOS SORGATTO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	26,52
001	05	700	X	4388 - ESTEFANO BOIKO	Não	Não	Não	Não	Não	Não	6,77
001	05	700	X	4337 - ANTONIO COMAZZETTO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	05	800	X	4019 - BRUSQUE	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	28,42
001	05	800	X	4884 - 530	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	05	800	X	4281 - TIRADENTES	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	05	900	X	4906 - HELENA WISNIEWSKI	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	05	900	X	4892 - SANTOS MARIO SCAPINELLI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	05	1000	X	4035 - IRMAO TOMAZ	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	55,75
001	05	1000	X	12122 - FAHDO THOME	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	5,41
001	05	1000	X	510 - HONORINO MORO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	05	1000	X	4337 - ANTONIO COMAZZETTO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	05	1000	X	4116 - ALFREDO CACHOEIRA	Não	Não	Não	Não	Não	Não	6,77
001	05	1100	X	4116 - ALFREDO CACHOEIRA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	05	1200	X	510 - HONORINO MORO	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	5,55
001	05	1200	X	4281 - TIRADENTES	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	20,30
001	05	1500	X	64 - BARAO DO RIO BRANCO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	135,33
001	05	2500	X	4949 - ANTONINA GLUSZCZAK	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	06	50	X	13183 - EUCALIPTO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	11,28
001	06	50	X	13182 - PALMITOS	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	11,28
001	06	50	X	5929 - MARIO DE PAULA CARNEIRO	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	5,55
001	06	50	X	5881 - SYLVANO PROENCIO	Não	Não	Não	Não	Não	Não	10,83
001	06	50	X	5651 - 5	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	18,40
001	06	50	X	5554 - D	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	06	50	X	5201 - 607	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	06	100	X	854 - CARLOS COELHO DE SOUZA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	32,75
001	06	100	X	1406 - SANTA BERNADETE	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	9,47
001	06	100	X	5911 - CANDIDA ANTONIA DO CANTO	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	9,47
001	06	100	X	5902 - RUA 1A LTO TARUMA	Não	Não	Não	Não	Não	Não	10,83
001	06	100	X	5872 - BELA VISTA	Não	Não	Não	Não	Não	Não	10,83
001	06	100	X	5864 - FRANCISCO MENEGAZZO	Não	Não	Não	Não	Não	Não	10,69
001	06	100	X	5830 - LEONEL EMILIO AIMI	Não	Não	Não	Não	Não	Não	10,83
001	06	100	X	5821 - SEBASTIÃO DOS SANTOS	Não	Não	Não	Não	Não	Não	10,83
001	06	100	X	5814 - V - TARUMA	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	10,02
001	06	100	X	5791 - VEREADOR ETELVINO PEDRASSANI	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	5,41
001	06	100	X	5775 - C	Não	Não	Não	Não	Não	Não	12,18
001	06	100	X	5767 - INACIO ALVES DA SILVA	Não	Não	Não	Não	Não	Não	12,18
001	06	100	X	5759 - EMILIO PREVEDO	Não	Não	Não	Não	Não	Não	12,18



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

Página: 20/22

Data: 22/12/2010

VALORES DA PLANTA GENÉRICA - EXERCÍCIO 2011

Distrito	Setor	Seção	Lado	Código/Nome Rua	Ilu	Lix	Clo	Pav	Lim	Plu	Valor M²
001	06	100	X	5732 - IV - LOT. CARNEIRO	Não	Não	Não	Não	Não	Não	13,53
001	06	100	X	5724 - WALDEMAR FAUTH	Não	Não	Não	Não	Não	Não	13,53
001	06	100	X	5708 - PASCOAL DE JESUS LOPES	Não	Não	Não	Não	Não	Não	13,53
001	06	100	X	5621 - PASQUAL CASSOL	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	06	100	X	5620 - ARI PONTES	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	06	100	X	5619 - DANTE SABEDOT	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	06	100	X	5618 - DESBRAVADOR JOAIR DOS SANTOS LIMA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	06	100	X	5617 - JOAO NEI PONTES	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	06	100	X	5571 - JAIRO GERONIMO COELHO DE SOUZA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,37
001	06	100	X	5511 - ANGELO BOGIO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	06	100	X	5481 - 622	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	06	100	X	5431 - ABSALAO CARNEIRO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	42,90
001	06	100	X	5414 - FREI ROGERIO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	26,52
001	06	100	X	5392 - CAMPOS SALLES	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	16,37
001	06	100	X	5384 - DA PAZ	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,37
001	06	100	X	5376 - JOSE RIBEIRO DOS SANTOS	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,37
001	06	100	X	5368 - 617	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,37
001	06	100	X	5333 - ABILIO PAES CARNEIRO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	06	100	X	5325 - AMAZONAS	Não	Não	Não	Não	Não	Não	14,89
001	06	100	X	5261 - PRINCESA IZABEL	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	17,59
001	06	100	X	5198 - IVO GILBERTO BUENO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	06	100	X	5171 - SERGIPE	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	06	100	X	5104 - BAHIA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	20,43
001	06	100	X	5091 - BENJAMIN ZANDAVALLI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	24,36
001	06	100	X	5074 - VIDAL RAMOS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	26,52
001	06	100	X	5066 - IVO A. ROVEDA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	42,90
001	06	100	X	5031 - PEDRO BUSATO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	20,43
001	06	100	X	5015 - 600	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	06	100	X	4361 - WILAMIR ANTONIO GIARETTA	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	13,53
001	06	150	X	5465 - RIO DE JANEIRO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	20,30
001	06	150	X	5457 - ESPIRITO SANTO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	20,30
001	06	150	X	5422 - HAMILCAS CARNEIRO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	20,30
001	06	150	X	5279 - GUALBERTO RAMALHO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	16,37
001	06	150	X	5210 - RORAIMA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	06	150	X	5180 - ACRE	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	06	150	X	5147 - 601	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	06	150	X	5082 - CASTRO ALVES	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	23,01
001	06	150	X	5074 - VIDAL RAMOS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	16,37
001	06	150	X	5058 - FRANCISCO SCHNEIDER	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	20,43
001	06	200	X	13302 - ATILIO CECCATTO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	14,89
001	06	200	X	13301 - CLOVIS JOÃO DALLAZEM	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	14,89
001	06	200	X	13007 - VIDAL CHAVES	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	14,89
001	06	200	X	12357 - Rua nº: 12357	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	16,24
001	06	200	X	846 - GOIAS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	20,43
001	06	200	X	773 - MARQUES DE OLINDA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	26,56
001	06	200	X	5856 - ABILIO VIERO	Não	Não	Não	Não	Não	Não	10,83
001	06	200	X	5848 - URSULA SCAPINELLI	Não	Não	Não	Não	Não	Não	10,56



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

Página: 21/22

Data: 22/12/2010

VALORES DA PLANTA GENÉRICA - EXERCÍCIO 2011

Distrito	Setor	Seção	Lado	Código/Nome Rua	Ilu	Lix	Clo	Pav	Lim	Plu	Valor M²
001	06	200	X	5813 - ODAIR ROQUE TOMBINI POMPERMAYER	Não	Não	Não	Não	Não	Não	10,83
001	06	200	X	5805 - HONORINO ALFREDO FILIPPON	Não	Não	Não	Não	Não	Não	10,83
001	06	200	X	5791 - VEREADOR ETELVINO PEDRASSANI	Não	Não	Não	Não	Não	Não	12,18
001	06	200	X	5783 - D	Não	Não	Não	Não	Não	Não	12,18
001	06	200	X	5741 - ANTONIO DE PAULA RIBAS	Não	Não	Não	Não	Não	Não	13,53
001	06	200	X	5716 - FERMINA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO RIBAS	Não	Não	Não	Não	Não	Não	13,53
001	06	200	X	5694 - III - LOT. CARNEIRO	Não	Não	Não	Não	Não	Não	13,53
001	06	200	X	5686 - LEOCADIA KERBER PIVATO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	06	200	X	5678 - 3 OLSEN 1	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	06	200	X	5660 - 2	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	06	200	X	5589 - LEONARDO OLINDO WISNIEWSKI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	06	200	X	5520 - DOMINGOS PIVATTO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	06	200	X	5503 - MARIA HERONDINA TRISTAO	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	16,37
001	06	200	X	5500 - SD QUADRA 151 SETOR 6	Não	Não	Não	Não	Não	Não	10,83
001	06	200	X	5406 - VISCONDE DO RIO BRANCO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,24
001	06	200	X	5350 - JOAO ROSA DOS SANTOS	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	06	200	X	5341 - JOAO CASTELANI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	06	200	X	5244 - PEDRO DEBONI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	20,43
001	06	200	X	5228 - ARTUR TREVISANI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	14,89
001	06	200	X	5139 - RIO GRANDE DO SUL	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	20,43
001	06	200	X	2019 - SD TABAJARA	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	12,18
001	06	250	X	5635 - SILVIO SANTI	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	18,40
001	06	250	X	5627 - BAZBINA AKKAR	Não	Não	Não	Não	Não	Não	18,40
001	06	250	X	5597 - JULIO WISNIEWSKI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	06	250	X	5562 - MARIA SCHUMANN ROTTA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,37
001	06	250	X	5546 - DOMINGOS PEDRO MACHADO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	06	250	X	5538 - JOSE DE SOUZA TRINDADE	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	06	250	X	5236 - ALOYS HONORIO WAGNER	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	06	250	X	5163 - ANTONIO ROSSETTO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	06	250	X	5155 - JOSE ANTONIO PIVATO	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	13,53
001	06	250	X	5023 - FERNANDO BADOTTI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	20,43
001	06	300	X	854 - CARLOS COELHO DE SOUZA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	32,69
001	06	300	X	5899 - APARICIO MANTOVANI	Não	Não	Não	Não	Não	Não	10,69
001	06	300	X	5601 - JOSE GLUSZCZAK	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,83
001	06	300	X	5562 - MARIA SCHUMANN ROTTA	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	18,95
001	06	300	X	5490 - JOSE BENTO TRISTAO	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	13,53
001	06	300	X	5317 - IVO RAISEL	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	06	300	X	5287 - HUMBERTO BUSATO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,43
001	06	300	X	5112 - SAO PAULO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	20,43
001	06	300	X	5040 - LUIZ SIMAS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	20,43
001	06	400	X	773 - MARQUES DE OLINDA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	20,43
001	06	400	X	5643 - JACOB SANTI	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	18,40
001	06	400	X	5449 - MINAS GERAIS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	24,36
001	06	400	X	5431 - ABSALAO CARNEIRO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	32,75
001	06	400	X	5414 - FREI ROGERIO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	20,43
001	06	400	X	5325 - AMAZONAS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	18,40
001	06	400	X	5295 - GUERINO ANDREA ZANATTA	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	13,53



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

Página: 22/22

Data: 22/12/2010

VALORES DA PLANTA GENÉRICA - EXERCÍCIO 2011

Distrito	Setor	Seção	Lado	Código/Nome Rua	Ilu	Lix	Clo	Pav	Lim	Plu	Valor M²
001	06	400	X	5121 - GUANABARA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,30
001	06	500	X	862 - JOSE REICHMANN	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	29,77
001	06	500	X	854 - CARLOS COELHO DE SOUZA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	20,43
001	06	500	X	5414 - FREI ROGERIO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,37
001	06	500	X	5287 - HUMBERTO BUSATO	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	5,55
001	06	500	X	5252 - JOSEFINA CONTI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,43
001	06	500	X	5244 - PEDRO DEBONI	Não	Não	Não	Não	Não	Não	12,18
001	06	600	X	9517 - BENJAMIN BRASIL	Não	Não	Não	Não	Não	Não	12,18
001	06	600	X	5473 - 621	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	12,18
001	06	600	X	919 - ARISTILIANO RAMOS	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	49,03
001	06	700	X	5309 - OSMAR BAPTISTA STIEVENS	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	13,53
001	06	700	X	5074 - VIDAL RAMOS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	20,43
001	06	700	X	919 - ARISTILIANO RAMOS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	32,68
001	06	1000	X	9690 - GERHARD FEZER	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	5,55
001	06	1200	X	846 - GOIAS	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	06	1300	X	5287 - HUMBERTO BUSATO	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	12,18
001	06	1300	X	919 - ARISTILIANO RAMOS	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	12,18
001	06	1500	X	5325 - AMAZONAS	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	12,18
001	2	150	X	13277 - JACOB MIGUEL ZANCHETTIN	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	36,39
001	4	200	X	8219 - GUILHERME LAURO RUPP	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	5,55

Total de Ruas : 1007

Decreto Nº 4.724

DECRETO nº 4.724, de 21 de dezembro de 2010.

Corrige o Valor de Referência Municipal - VRM, para fins de cobrança de tributos, taxas, contribuição de melhoria e outros créditos.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05/04/1990, art. 191, da Lei Municipal nº 054, de 15/12/1983, que institui o Código Tributário do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º - Fica corrigido o Valor de Referência Municipal - VRM, de que trata o art. 191, da Lei Municipal nº 054, de 15/12/1983, que institui o Código Tributário Municipal, passando de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para R\$ 165,00 (cento e sessenta e cinco reais), para fins de cobrança de tributos, taxas, contribuição de melhoria e outros créditos, para o exercício financeiro de 2011.

Parágrafo único - Essa correção corresponde ao índice de 10,27% (dez vírgula vinte e sete por cento).

Art. 2º - Na aplicação do presente Decreto, serão observadas as demais disposições da Lei Municipal nº 054, Código Tributário do Município de Caçador, suas alterações e demais normas que regulamentam a matéria.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de dezembro de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Administração e Fazenda.

Decreto Nº 4.725

DECRETO nº 4.725, de 22 de dezembro de 2010.

Aprova "Loteamento do Contestado".

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano e Lei 2.119/04,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o "Loteamento do Contestado", situado nos Bairros Gioppo e Nossa Senhora Salete, nesta cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, de propriedade de Imóveis Zardo Ltda., com área total de 200.595,93m² (duzentos mil, quinhentos e noventa e cinco metros e noventa e três decímetros quadrados) e área a ser loteada de 137.400,64m² (cento e trinta e sete mil, quatrocentos metros e sessenta e quatro decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 25.869, tudo em conformidade com o Mapa e o Memorial Descritivo em anexo, que ficam fazendo parte integrante do mesmo.

Art. 2º Ficam assim distribuídas as áreas do "Loteamento do Contestado":

I - 69.514,42m² (sessenta e nove mil, quinhentos e quatorze metros e quarenta e dois decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 25.869 do R.I. desta Comarca destinada à formação de 148 lotes;

II - 26.675,78m² (vinte e seis mil, seiscentos e setenta e cinco metros e setenta e oito decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 25.869 do R.I. desta Comarca destinada à área de vias públicas;

III - 20.973,34m² (vinte mil, novecentos e setenta e três metros e trinta e quatro decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 25.869, do R.I. desta Comarca, destinada a área verde;

IV - 20.237,10m² (vinte mil, duzentos e trinta e sete metros e dez decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 25.869 do R.I. desta Comarca, destinada a área institucional;

V - 63.195,29m² (sessenta e três mil, cento e noventa e cinco metros e vinte e nove decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 25.869 do R.I. desta Comarca, de área remanescente.

Art. 3º O registro do "Loteamento do Contestado", no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação deste ato, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 4º Os serviços de Infra Estrutura deverão ser efetuados num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses e são de total responsabilidade do loteador.

Art. 5º Ficam caucionados junto à Prefeitura Municipal de Caçador, os lotes da quadra "C", de nºs 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47 e 48 do "Loteamento do Contestado", até que as obras de infra-estrutura sejam totalmente concluídas, em cumprimento às exigências da Lei Complementar nº 128/2008.

Art. 6º Somente será permitida a construção de edificações sobre os lotes após a execução da infra-estrutura.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de dezembro de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Administração e Fazenda.

Cancelamento Contrato 130/10 PREFEITURA

CANCELAMENTO DO CONTRATO N º 130/2010.

Proc. nº 106/2007 - PR nº 50/2007

Motivo: Fornecedor recusou-se a assinar o contrato.

FORNECEDOR: TIM CELULAR S/A .

Cancelamento Contrato 18/10 - ASS. SOCIAL

CANCELAMENTO DO CONTRATO N º 18/2010.

Proc. nº 18/2010 - Dispensa nº 03/2010

Motivo: Proprietário solicitou a desocupação do imóvel.

CONTRATADOS/LOCADORES: IDEMAR LIDANI/ MARIA MADALENA BENTO LIDANI.

Campo Alegre

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 6.323 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.323 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010
CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO
PARA SUPERVISIONAR A EXECUÇÃO DO PROCESSO
SELETIVO SIMPLIFICADO - 2011 - EDITAL Nº 009/2010.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com as Leis Complementares Municipais nº 006; 014 e suas respectivas alterações e, demais Legislações vigentes;

DECRETA:

Art.1º) Fica constituída a Comissão do Processo Seletivo - 2011, integrada pelos Servidores Públicos Municipais abaixo descritos, para, sob a Presidência do primeiro, supervisionar, nos termos das Leis Complementares Municipais 006 e 014 e suas respectivas alterações, a execução do Processo Seletivo Simplificado - 2011, objeto do Edital nº 009/2010, do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC, destinado a substituição de Servidores Públicos Municipais lotados na Secretaria Municipal de Educação.

I - José Carlos Neneve Cordeiro, matrícula nº 000084;
II - Maria Maurene Ottavagen May, matrícula nº 000082;
III - Rosani Aparecida da Silva Scholze, matrícula nº 000211;
IV - Sirley Dranka de Souza Freitas, matrícula nº 000069.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.324 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.324 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO
DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; DECRETA:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com a Srª. LÍLIAN DA CRUZ KUHNEN, Professora, matrícula nº 954812, a partir de 17 de dezembro de 2010.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de dezembro de 2010.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.325 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.325 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO
DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; DECRETA:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com a Srª. VANESSA MLCZEWSKY NASCIMENTO, Professora, matrícula nº 954868, a partir de 17 de dezembro de 2010.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de dezembro de 2010.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.326 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.326 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO
DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; DECRETA:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com a Srª. MERI TEREZINHA MACHADO HÜBNER, Professora, matrícula nº 954798, a partir de 17 de dezembro de 2010.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de dezembro de 2010.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.



Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.328 de 21 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.328 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE PENSÃO POR MORTE DO SERVIDOR

INATIVO ALBERTO EGON LENHERT.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.537;

DECRETA:

Art.1º Conceder PENSÃO POR MORTE, conforme dispõe o Art. 34 da Lei Municipal nº 2.537, e o Art. 40, §§ 2º,7º e Inciso I da Constituição Federal a dependente Srª. IVONE LENHERT, do Servidor Inativo Sr. ALBERTO EGON LENHERT, falecido em 20/12/2010, detentor da matrícula funcional nº 003, pertencente Quadro de Servidores Inativos do IPRECAL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º Autorizar o pagamento dos proventos de pensão, correspondentes ao valor bruto de R\$ 1.348,47 (um mil trezentos e quarenta e oito reais e quarenta e sete centavos) que corresponde a 100% do valor de proventos do Servidor Inativo falecido.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, estabelecendo-se seus efeitos a partir da data do óbito do Servidor Inativo.

Art.4º Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF MARLENE DE FÁTIMA P. M. FOITTE.

Prefeito Municipal Diretora Executiva - IPRECAL

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.330 de 23 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.330 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010

DISPÕE SOBRE RESCISÃO DO CONTRATO

DE TRABALHO TEMPORÁRIO POR JUSTA CAUSA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; DECRETA:

Art.1º Rescindir por Justa Causa o Contrato de Trabalho Temporário firmado com a Srª. MARCIA FIGUEIREDO PEIXOTO, matrícula nº 954866, a partir da data de 23 de dezembro de 2010.

Art.2º) A Rescisão Contratual de que trata o Art. 1º dá-se em razão de interesse da Administração Pública Municipal, após diversas tentativas de contato com a Contratada, sem que a mesma se manifestasse acerca do Contrato de Trabalho firmado com esta Municipalidade.

Art.3º) A Rescisão do Contrato de Trabalho Temporário por Justa Causa, não gera em hipótese alguma o pagamento da indenização constante no §2º, do inciso II, do art. 309, da LC n.º 006/02.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 23 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.331 de 23 de Dezembro de 2010

DECRETO Nº 6.331 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 299 e 300 e Inciso VIII e Artigo 314 em seus Parágrafos 1º e 2º; e suas alterações;

Art.1º) Contratar, o Sr. LUCIANO DORNELLES SALERNO ao cargo público de Médico IV, Categoria Funcional: Atividades de Nível Superior, com provimento de Caráter Temporário - Regime Jurídico: Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, com carga horária de 12 (doze) horas semanais, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 039 de 12 de dezembro de 2006.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 006/2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 039 de 12 de Dezembro de 2006, é o de Nível 6 Sub-Nível 61 referência A, no valor de R\$ 27,71 (vinte e sete reais, setenta e um centavos) por hora, além de 40% (quarenta por cento) do valor da hora à título de Gratificação Especial Médica, mais 25% de adicional noturno por hora efetiva noturna, com carga horária de 12 (doze) horas semanais, pelo período de 25 de dezembro de 2010 a 25 de junho de 2011, ou até a Homologação do Concurso Público e Convocação dos aprovados.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Sr. LUCIANO DORNELLES SALERNO, em 1º lugar no Processo Seletivo nº 007/2010, homologado pelo Decreto nº 6.332 em data de 23 de dezembro de 2010.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 23 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar Nº 08 de 08/12/10

LEI COMPLEMENTAR Nº 08 DE 08/12/10

ACRESCENTA DISPOSITIVO À LEI COMPLEMENTAR Nº 003/00 DE 04.12.2000 - ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS -, IMPLANTANDO A LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º - O Artigo 76 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos, Lei Complementar nº 003/2000, de 04 de dezembro de 2010, passa a vigorar acrescido do seguinte Inciso:

"IX - Licença-Prêmio.

Art. 2º - O Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos, Lei Complementar nº 003/2000, de 04 de dezembro de 2010, passa a vigorar acrescido em seu Capítulo IV da Seção X e do seguinte Artigo:

SEÇÃO X DA LICENÇA-PRÊMIO

Art. 99 - A. Após cada quinquênio de serviço público municipal ininterrupto, ao servidor que requerer, conceder-se-á licença-prêmio de três meses, com todos os direitos e vantagens do cargo efetivo.

§ 1º - Somente será considerado tempo de serviço público municipal, para efeito de concessão de licença-prêmio, o tempo de serviço prestado ao Município de Campos Novos, a partir do dia 01 de janeiro de 2011.

§ 2º - Não será concedida licença-prêmio se houver o servidor no quinquênio correspondente:

I - sofrido pena de suspensão;

II - faltado ao serviço sem justificativa por mais de quinze dias;

III - usufruído de licença:

a) Superior a cento e vinte dias, consecutivos ou não, para

tratamento de saúde;

b) Superior a sessenta dias, consecutivos ou não, por motivo de doença em pessoa da família;

c) Superior a noventa dias, consecutivos ou não, para tratamento de interesses particulares.

§ 3º - O Servidor que pretender usufruir a licença-prêmio deverá efetuar requerimento, e aguardar em exercício a concessão da licença-prêmio, que deverá ser analisada pelo Departamento de Pessoal o preenchimento das condições legais, ser submetida à deliberação do chefe superior imediato, e a correspondente autorização para gozo.

Art. 3 - As despesas oriundas da presente Lei, serão suportadas por dotações orçamentárias próprias, do orçamento do Município.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 16 de dezembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Lei Complementar Nº 07 de 16/12/2010

LEI COMPLEMENTAR Nº 07 DE 16/12/2010

INSTITUI TARIFA SOCIAL DE ÁGUA DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL E TEMPLOS RELIGIOSOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º - Fica instituída por esta Lei a Tarifa Social de Água, destinada a microempreendedor individual, optante pelo simples nacional e templos religiosos que não possuam em seu entorno, salão de festas ou outros.

§ 1º. Considera-se microempreendedor individual o empresário individual a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406 de 10/01/2002 (adiante reproduzido), que tenha auferido receita bruta, no ano calendário anterior, de até R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

"Art. 966 - Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

Parágrafo único. Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa."

Art. 2º - A Tarifa Social de Água, que substituirá a tarifa normal cobrada pelo SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto consiste em:

1 - O valor da Tarifa Social de Água, corresponde a 50% (cinquenta por cento) da tarifa comercial normal, dando o direito ao consumo de 10.000 litros, de água por mês.

2 - Nos casos que o consumo de água for superior a 10.000 litros, será cobrado pelo valor da tarifa normal, salvo o disposto no parágrafo único.

Parágrafo único. Nos casos de erro comprovado de leitura ou vazamento de água ocorrido, previsto no Art. 91 do Decreto 6.139/2010, independente da ação ou omissão do consumidor, a conta de consumo será cobrada com base no disposto do inciso I deste artigo.

Art. 3º - Para fazer jus à Tarifa Social, o microempreendedor individual deverá encaminhar requerimento junto ao SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, comprovando os requisitos dispostos no Art. 1º desta Lei Complementar e as exigências constantes nos parágrafos deste artigo.

§ 1º. A unidade comercial será exclusivamente unifamiliar.

§ 2º. Ser proprietário do imóvel, não superior a 70m²

§ 3º. Estar adimplente junto ao SAMAE e ao Município de Campos Novos.

§ 4º. Possuir título de propriedade do imóvel (contrato devidamente reconhecido ou escritura).

§ 5º. Possuir CNPJ e Alvará de Funcionamento.

§ 6º. Comprovante de enquadramento do Simples Nacional.

§ 7º. Assinatura de termo de compromisso pelo consumidor, atestando a veracidade das informações prestadas, após aprovação do estudo realizado pela Secretaria do Bem Estar Social.

§ 8º. Fotocópia da identidade e CPF do consumidor titular (usuário).

§ 9º. Realizar anualmente o cadastramento.

§ 10. Residir no imóvel.

§ 11. Todas as informações prestadas, bem como os documentos apresentados poderão ser analisados e conferidos pelo SAMAE, mediante vistoria.

§ 12. O SAMAE, se necessário, estabelecerá regulamentos, normas e procedimentos sumários e simplificados para os deferimentos e a aplicação da Tarifa Social.

Art. 4º. Não se enquadram na tarifa social do microempreendedor individual, estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços, não enquadrados no simples nacional e que não atendam o art. 3º, parágrafo 1º a 12 desta lei.

Art. 5º. Aplicam-se a tarifa social do microempreendedor individual os aumentos ou reajustes da Tabela das Tarifas do SAMAE, estabelecidas em lei ou decretos.

Art. 6º. Os templos religiosos deverão comprovar o preenchimento das condições estabelecidas no Art. 1º, bem como estarem devidamente regularizados como organização religiosa, através de estatuto registrado em cartório e inscritos na Receita Federal, através da apresentação do seu CNPJ.

Art. 7º. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias de sua publicação.

Art. 8º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 16 de dezembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.581 de 09/12/2010

LEI Nº 3.581 DE 09/12/2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SAMAE

Vilibaldo Erich Schmid, prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, no valor de R\$ 219.000,00 (duzentos e dezenove mil reais) nas dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

17.512.0036.1.036 - REEQUIPAMENTO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA
4.4.90.00.00.00.00.0244 - Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

17.512.0036.1.038 - OBRAS, AMPLIAÇÕES, E REFORMAS NO SISTEMA DE CAPTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA
4.4.90.00.00.00.00.0244 - Aplicações Diretas R\$ 148.000,00

17.512.0036.2.059 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÕES DO SISTEMA DE ÁGUA
3.3.90.00.00.00.00.0244 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do crédito adicional suplementar previsto no Art. 1º, serão anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

17.512.0036.1.035 - REEQUIPAMENTO DO DEPTº ADMINISTRATIVO DO SAMAE
4.4.90.00.00.00.00.0244 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

17.512.0036.1.037 - REEQUIPAMENTO DO SISTEMA DE ESGOTO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS
4.4.90.00.00.00.00.0244 - Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

17.512.0036.1.039 - OBRAS, REFORMAS E AMPLIAÇÕES DO DEPTº ADMINISTRATIVO DO SAMAE
4.4.90.00.00.00.00.0244 - Aplicações Diretas R\$ 94.000,00

17.512.0036.1.040 - OBRAS, REFORMAS E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS
4.4.90.00.00.00.00.0244 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 219.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 9 de dezembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.582 de 09/12/2010

LEI Nº 3.582 DE 09/12/2010

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2011

Vilibaldo Erich Schmid, prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º O orçamento fiscal do município de Campos Novos, abrangendo a administração direta, seus fundos, órgãos, autarquia e fundações, para o exercício financeiro de 2011, estima a Receita em R\$ 58.452.262,68 (cinquenta e oito milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, duzentos e sessenta e dois reais e sessenta e oito centavos); e fixa a Despesa em 58.452.262,68 (cinquenta e oito milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, duzentos e sessenta e dois reais e sessenta e oito centavos), discriminados nos anexos integrantes desta Lei.

Art. 2º A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes do anexo integrante desta lei, com o seguinte desdobramento.

Consolidada

Receitas

RECEITAS CORRENTES 58.452.262,68

RECEITAS DE CAPITAL 3.980.923,05

Total Geral: 58.452.262,68

Art. 3º A Despesa da administração direta será realizada segundo a discriminação dos quadros "Programas de Trabalho" e "Natureza da Despesa", integrantes desta Lei, e a autarquia e fundações em seus respectivos orçamentos aprovados por decreto executivo.

POR FUNÇÕES DE GOVERNO		
01	- Legislativa	2.348.275,00
04	- Administração	3.944.898,22
06	- Segurança Pública	250.470,31
08	- Assistência Social	1.642.469,61
10	- Saúde	10.167.014,83
11	- Trabalho	285.854,75
12	- Educação	18.682.909,42
13	- Cultura	384.885,84
14	- Direitos da Cidadania	180.924,27
15	- Urbanismo	2.981.874,17
16	- Habitação	300.654,98
17	- Saneamento	3.418.984,30
18	- Gestão Ambiental	115.141,09
19	- Ciência e Tecnologia	15.600,00
20	- Agricultura	756.099,33
22	- Indústria	68.495,62
23	- Comércio e Serviços	55.645,76
25	- Energia	914.964,87
26	- Transporte	7.315.839,43
27	- Desporto e Lazer	1.655.725,69
28	- Encargos Especiais	2.945.035,19
99	- Reserva de Contingência	20.500,00
Total geral:		58.452.262,68

POR SUBFUNCOES		
031	- Ação Legislativa	2.348.275,00
122	- Administração Geral	3.180.196,97
123	- Administração Financeira	275.041,81
126	- Tecnologia da Informatização	248.517,79
182	- Defesa Civil	250.470,31
241	- Assistência ao Idoso	62.047,30

243	- Assistência à Criança e ao Adolescente	282.235,56
244	- Assistência Comunitária	1.512.397,39
272	- Previdência do Regime Estatutário	1.250.000,00
301	- Atenção Básica	5.125.396,41
302	- Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.041.618,42
333	- Empregabilidade	83.539,14
334	- Fomento ao Trabalho	315.770,89
361	- Ensino Fundamental	12.441.265,49
365	- Educação Infantil	6.193.468,93
367	- Educação Especial	48.175,00
391	- Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	164.885,84
392	- Difusão Cultural	20.000,00
451	- Infra-Estrutura Urbana	2.219.346,22
452	- Serviços Urbanos	615.000,00
453	- Transportes Coletivos Urbanos	147.527,95
482	- Habitação Urbana	300.654,98
512	- Saneamento Básico Urbano	3.418.984,30
541	- Preservação e Conservação Ambiental	87.625,00
542	- Controle Ambiental	68.516,09
543	- Recuperação de Áreas Degradadas	10.250,00
572	- Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	10.000,00
601	- Promoção da Produção Vegetal	264.750,00
606	- Extensão Rural	440.099,33
661	- Promoção Industrial	168.495,62
695	- Turismo	255.645,76
752	- Energia Elétrica	914.964,87
782	- Transporte Rodoviário	7.315.839,43
811	- Desporto de Rendimento	925.942,30
812	- Desporto Comunitário	433.675,10
813	- Lazer	296.108,29
841	- Refinanciamento da Dívida Interna	1.025.000,00
843	- Serviço da Dívida Interna	102.500,00
846	- Outros Encargos Especiais	567.535,19
999	- Reserva de Contingência	20.500,00
Total geral:		58.452.262,68
POR PROGRAMA		
1	- MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	970.000,00
2	- MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES	2.348.275,00
3	- MANUTENÇÃO DPTO DE ORGANIZAÇÃO E COORDE	456.850,00
4	- MANUTENÇÃO DPTO MODERNIZAÇÃO ADMIN E INF	1.377.132,32
5	- MANUTENÇÃO DPTO TRIBUTAÇÃO ARRECADAÇÃO	184.649,88
6	- MANUTENÇÃO DPTO CONTABILIDADE E PATRIMONI	242.917,79
7	- MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO PESSOAL	154.188,87
8	- MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS	227.625,78
9	- MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	90.391,93
10	- MANUTENÇÃO DO FUNDO DO DESENV. AGROPECU	275.000,00
11	- MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL	184.885,84
12	- MANUTENÇÃO DO FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOL	180.924,27
13	- MANUTENÇÃO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONA	198.154,98
14	- MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	906.996,50
15	- MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JO	5.041.618,42
16	- MANUTENÇÃO DO FUNREBON	199.220,31

17	- MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	1.794.775,93
18	- MANUTENÇÃO DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES E EVENT	268.495,62
19	- PAVIMENTAÇÃO E ASFALTAMENTO DE RUAS	6.833.336,43
20	- AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS	783.852,60
21	- MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	914.964,87
22	- MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E INFAN	10.776.527,11
23	- MANUTENÇÃO DO ENSINO - RECURSOS FUN-DEB 6	3.517.435,85
24	- MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	198.777,95
25	- MANUTENÇÃO DO ENSINO COM RECURSOS FUND	1.444.957,23
26	- MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO - OUTROS RECURSO	1.101.038,30
27	- MANUTENÇÃO DPTO MUNICIPAL DE ESTRADAS E R	1.840.746,62
28	- PROMOÇÃO AO TURISMO	92.020,76
29	- MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	982.214,76
30	- IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS HABITACIONAIS	102.500,00
31	- CONSTRUÇÕES E REFORMAS NA SEC. TRANSPOR	297.250,00
32	- MANUTENÇÃO DO ESPORTE E LAZER	1.359.617,40
33	- MANUTENÇÃO DO FUNDO DE SAÚDE	5.125.396,41
34	- CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS	176.108,29
35	- OPERAÇÕES ESPECIAIS - PREFEITURA MUNICIPAL	2.910.500,00
36	- SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGU	3.453.519,49
37	- MANUTENÇÃO DA SEC. DA AGRICULTURA E MEIO A	559.865,42
38	- MANUTENÇÃO DA SEC. DE INDÚSTRIA, COMERCIO	195.854,75
39	- MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS EDUCATIVOS ESP	48.175,00
40	- MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA	615.000,00
41	- RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.500,00
TOTAL GERAL:		58.452.262,68
POR CATEGORIA ECONÔMICA		
DESPESAS CORRENTES		47.130.450,33
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	26.685.955,75
	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	104.550,00
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.339.944,58
DESPESAS DE CAPITAL		11.301.312,35
	INVESTIMENTOS	10.053.326,06
	INVERSOES FINANCEIRAS	5.125,00
	AMORTIZACAO DA DÍVIDA	1.242.861,29
RESERVA DE CONTINGENCIA		20.500,00
	RESERVA DE CONTINGENCIA	20.500,00
TOTAL GERAL:		58.452.262,68
POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO		
01.00	- GABINETE DO PREFEITO	970.000,00
02.00	- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇ	456.850,00
03.00	- SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	5.187.406,57
04.00	- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	18.682.909,42
05.00	- SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRA	1.084.714,76
06.00	- SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	491.349,33
07.00	- SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURIS	556.371,13

POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

08.00	- SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URB	11.483.928,47
09.00	- SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	1.535.725,69
10.00	- RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.500,00
11.00	- FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁR	275.000,00
12.00	- FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE	184.885,84
13.00	- FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA	180.924,27
14.00	- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	906.996,50
15.00	- FUNREBON - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE B	199.220,31
16.00	- FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL	198.154,98
17.00	- SAMAE - SERV. AUTÔNOMO MUN DE AGUA E ESG	3.453.519,49
18.00	- FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁSIO	5.041.618,42
19.00	- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	5.125.396,41
20.00	- PODER LEGISLATIVO	2.348.275,00
21.00	- FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUN	68.516,09
TOTAL GERAL:		58.452.262,68

Art. 4º Os orçamentos das despesas das administrações indiretas poderão ser expandido até os limites das efetivas arrecadações.

Art. 5º Os recursos da reserva de contingência estão fixados de acordo com a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, e serão destinadas para atendimento dos passivos contingentes e riscos fiscais imprevistos.

§1º. A utilização dos recursos da reserva de contingência será por ato do Chefe do Poder Executivo.

§2º. Para efeitos desta lei, entende-se como riscos fiscais imprevistos as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços públicos não orçados ou orçados a menor.

§3º. Não se efetivando até 30/11/2011 os riscos fiscais imprevistos, as dotações reservadas poderão ser utilizadas por ato do Chefe do Poder Executivo para atender outras rubricas orçamentárias.

Art. 6º O Poder Executivo está autorizado a:

realizar operações de crédito por antecipação da receita, até o limite não informado da receita estimada, nos termos legais da legislação em vigor.

abrir créditos suplementares, até o limite não informado do orçamento da despesa, nos termos do artigo 7º da Lei nº 4.320/64.

abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação de convênios, não previsto na receita do orçamento, desde que respeitadas os objetivos e metas da programação aprovada nesta Lei.

abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação considerada a tendência do exercício.

planejar dotações orçamentárias dentro do projeto ou atividade através de decreto, desde que não implique em aumento dos valores fixados no referido projeto ou atividade.

Art. 7º Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos federal, estadual e com outros municípios, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 9 de dezembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.583 de 15/12/2010

LEI Nº 3.583 DE 15/12/2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Município de Campos Novos, nos projetos e nas atividades abaixo nos seguintes elementos de despesas:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 09 - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

PROJ/ATIV: 2.018 - Manutenção do Ensino FUNDEB 60%

ELEMENTO DE DESPESA: 77-3.1.90.00.00.00.00.0.1.0013.0 R\$ 700.000,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação que se refere o Art. 1º ficam anulados nos projetos e nas atividades abaixo, os seguintes elementos de despesas:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 10 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAR

PROJ/ATIV: 2.011 - Manutenção Deptº de Educação Ensino Infantil - Pré-Escolar

ELEMENTO DE DESPESA: 127-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0066.0 R\$ 150.000,00

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 10 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAR

PROJ/ATIV: 1.017 - Reequipamento do Ensino Infantil

ELEMENTO DE DESPESA: 131-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0066.0 R\$ 50.000,00

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 10 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAR

PROJ/ATIV: 1.014 - Construções, Ampliações e Reformas nas Creches

ELEMENTO DE DESPESA: 137-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0063.0 R\$ 45.000,00

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO

UNIDADE: 16 - DEPARTAMENTO HABITACIONAL

PROJ/ATIV: 1.007 - Implantação de Projetos Habitacionais

ELEMENTO DE DESPESA: 28-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0036.0 R\$ 50.000,00

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJ/ATIV: 1.059 - Construção de Praças, Jardins e Parques Infantis

ELEMENTO DE DESPESA: 49-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 R\$ 300.000,00

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 10 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAR

PROJ/ATIV: 1.016 - Reequipamento de Creches

ELEMENTO DE DESPESA: 135-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0036.0 R\$ 40.000,00

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 10 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAR

PROJ/ATIV: 1.015 - Construções, Ampliações e Reformas no Ensino Fundamental

ELEMENTO DE DESPESA: 121-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0036.0 R\$ 44.076,20

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 10 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAR

PROJ/ATIV: 1.013 - Construções, Ampliações e Reformas no Ensino Infantil

ELEMENTO DE DESPESA: 140-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0066.0 R\$ 20.923,80

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 15 de dezembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.584 de 15/12/2010

LEI Nº 3.584 DE 15/12/2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, consignado na seguinte rubrica:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.064 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde - Rec. Próprios

12-3.1.90.00.00.00.00.00.0003.0 - Aplicações Diretas R\$ 280.000,00

Art. 2º - Para cobertura da suplementação que se refere o Art. 1º

ficam anulados nos projetos e nas atividades abaixo, os seguintes elementos de despesas:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 02 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde
PROJETO/ATIVIDADE: 2.066 - Manutenção do Programa Saúde da Família
17-3.1.90.00.00.00.00.00.0072.0 - Aplicações Diretas R\$ 280.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 15 de dezembro de 2010.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Lei Nº 3.585 de 15/12/2010

LEI Nº 3.585 DE 15/12/2010
AUTORIZA ADQUIRIR IMÓVEL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir de Gabriel Pinto o imóvel urbano em forma de triângulo conforme mapa anexo com a área de 4.121,00m² (quatro mil, cento e vinte um metros quadrados), objeto da matrícula no CRI da Comarca nº 27.895.

Art. 2º. A área mencionada no Artigo 1º possui as seguintes confrontações:

Ao Norte: com Área 01 de Gabriel Pinto, em 111,38 metros;
Ao Sul: com Patrimônio Municipal, em 133,72 metros;
A Oeste: com terreno de herdeiros de Benjamin Colla, em 74,00 metros.

Art. 3º. O valor da aquisição será de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), a serem pagos da seguinte forma:

a) R\$ 57.500,00 (cinquenta e sete mil e quinhentos reais) no ato da assinatura da escritura pública de compra e venda
b) 3 parcelas mensais de 57.500,00 (cinquenta e sete mil e quinhentos reais), com vencimento a cada 30 (trinta) dias, após a assinatura da escritura.

Art. 4º. Os encargos decorrentes desta lei serão suportados por dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente sob a rubrica:

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
UNIDADE: 24 - SUBSECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
PROJ/ATIV. 1.058 - Aquisição de terrenos e edificações
3-4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0

Art. 5º. O imóvel mencionado no Art. 1º, com as confrontações definidas pelo Art. 2º, destinar-se-á à ampliação do Cemitério Dom Daniel Hostin.

Art. 6º. As despesas de escritura e honorários do tabelionato serão suportadas pelos vendedores.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 15 de dezembro de 2010.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Lei Nº 3.586 de 15/12/2010

LEI Nº 3.586 DE 15/12/2010
AUTORIZA REVITALIZAR A PRAÇA LAURO MÜLLER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica O Poder Executivo autorizado a revitalizar a Praça Lauro Müller, conforme proposta e memorial descritivo anexos a esta Lei, e que passam a integrá-la, independente de transcrição.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei, serão suportadas por dotações do orçamento vigente, consignado sob a rubrica:

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
UNIDADE: 24 - SUBSECRETARIA SERV. URBANOS E PRODUÇÃO DE MATERIAIS
PROJETO/ATIVIDADE: 2.035 - Manutenção Subsecretaria Serv. Urbanos e Produção de Materiais
ELEMENTO DE DESPESA 2-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas

UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL
PROJETO/ATIVIDADE: 1.059 - Construção de praças, jardins e parques infantis
ELEMENTO DE DESPESA 49-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 15 de dezembro de 2010.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Lei Nº 3.587 de 15/12/2010

LEI Nº 3.587 DE 15/12/2010
AUTORIZA CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO À ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A SEGUINTE

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção social no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) à Associação dos Servidores Públicos Municipais, CNPJ 75.444.190/0001-35, localizada neste município.

Art. 2º - Os recursos mencionados no artigo anterior, destinar-se-ão ao custeio de despesas para aquisição dos brindes de Natal para os servidores públicos municipais.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei, serão suportadas pelas dotações consignadas no orçamento do Município sob a rubrica:

Órgão: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
Unidade: 08 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Proj/Atividade: 2002- Manutenção da Secretaria de Administração
93.3.3.50.00.00.00.00.10000.0
Transferência a instituições privadas sem fins lucrativos

Art. 4º. A entidade terá o prazo de 30 (trinta) dias para prestação de contas dos valores recebidos.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 15 de dezembro de 2010.
VILIBALDO ERICH SCHMID,
Prefeito Municipal

Lei Nº 3.588 de 15/12/2010

LEI Nº 3.588 DE 15/12/2010
AUTORIZA CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO À ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA COPERCAMPOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção social no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) à Associação Atlética Copercampos, CNPJ 83.826.974/0001-56, localizada na Rua Assis Camargo Costa, s/n, neste município.

Art. 2º - Os recursos mencionados no artigo anterior, destinar-se-ão ao custeio de despesas para manutenção das atividades esportivas e culturais da entidade.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei, serão suportadas pelas dotações consignadas no orçamento do Município sob a rubrica:

Órgão: 09 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
Unidade: 27 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES - GERÊNCIA ADMINISTRATIVA
Proj/Atividade: 2039- Manutenção do Deptº Esportes
47.3.3.50.00.00.00.00.10000.0
Transferência a instituições privadas sem fins lucrativos

Art. 4º. A entidade terá o prazo de 30 (trinta) dias para prestação de contas dos valores recebidos.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 15 de dezembro de 2010.
VILIBALDO ERICH SCHMID,
Prefeito Municipal

Lei Nº 3.589 de 15/12/2010

LEI Nº 3.589 DE 15/12/2010
INSTITUI O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE CAMPOS NOVOS - FUNDEMA

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica instituído nos termos da presente Lei, o Plano de Cargos e Salários do pessoal da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Campos Novos, doravante denominada FUNDEMA.

Art. 2º. O Quadro de pessoal da FUNDEMA é composto:
I - cargos de provimento em comissão;
II - cargos de provimento efetivo;

Art. 3º. Para efeito do presente Plano, entende-se:

I - Quadro de Pessoal
Conjunto de cargos efetivos, cargos de provimento em comissão e funções gratificadas, organizados em grupos de complexidade, de acordo com a natureza específica de suas atribuições, na forma estabelecida no Anexo I, parte integrante desta Lei.

II - Cargo
Constitui a composição de todas as atribuições exercidas por uma pessoa, relacionadas com a sua especialidade e ou formação profissional.

III - Servidor
Pessoa legalmente investida em cargo ou função pública.

IV - Função
É a atribuição ou conjunto de atribuições que a administração confere a cada categoria profissional.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA DO QUADRO DE PESSOAL

SEÇÃO I DA ESTRUTURA

Art. 4º. Integra a estrutura do Quadro de Pessoal da FUNDEMA:
I - cargos de provimento
II - cargos de provimento efetivo

SEÇÃO II DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Art. 5º. Os cargos de provimento em comissão são da livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo.

Art. 6º. O vencimento pelo exercício do cargo de provimento em comissão, ou subsídio será fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Art. 7º. Caso a nomeação para ocupar cargo comissionado recair sobre servidor do quadro permanente do Município, este poderá

optar entre seus vencimentos ou os subsídios inerentes ao cargo em comissão.

Art. 8º. Os cargos de provimento em comissão que compõem o quadro de pessoal da FUNDEMA, o valor dos subsídios são os descritos no anexo II desta Lei.

Art. 9º. As especificações das atribuições dos ocupantes de cargos de provimento em comissão são os descritos no Estatuto da FUNDEMA.

SEÇÃO III DOS CARGOS EM PROVIMENTO EFETIVO

Art. 10. Os cargos de provimento efetivo da FUNDEMA, as atribuições dos seus ocupantes, e seus vencimentos são os constantes no Anexo III desta Lei.

Art. 11. A investidura em cargo de provimento efetivo se caracterizará mediante concurso público de provas, ou provas e títulos, conforme dispuser o regulamento.

SEÇÃO IV DA PROGRESSÃO FUNCIONAL

Art. 12. A progressão funcional do servidor do quadro permanente da FUNDEMA, dar-se-á mediante progressão horizontal, conforme regulamento a ser baixado por ato do Chefe do Poder Executivo.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. O regime jurídico dos servidores da FUNDEMA - Fundação Municipal do Meio Ambiente de Campos Novos, é o definido na Lei Complementar nº 03 de 04 de dezembro de 2000 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos.

Art. 14. O regime de Previdência Social dos Servidores da FUNDEMA, será o Regime Geral da Previdência Social - INSS.

Art. 15. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação consignada sob rubricas próprias, no orçamento da FUNDEMA.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 15 de dezembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

ANEXO I

QUADRO DE PESSOAL DA FUNDEMA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE CAMPOS NOVOS

CARGO	VAGAS
Diretor Superintendente	01
Diretor Operacional	01
Fiscal Ambiental	02
Agente de Serviços	02
Gerente Administrativo	01
Gerente de Projetos, Controle e Fiscalização	01

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em,

15 de dezembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

ANEXO II

QUADRO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

CARGO	VENCIMENTOS
Diretor Superintendente - DC	R\$ 4.654,54
Diretor Operacional - DC	R\$ 1.941,93

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 15 de dezembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

ANEXO III QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

GERENTE ADMINISTRATIVO

Categoria: Serviço

Carga Horária: 40 horas

Vencimentos: R\$ 1.059,25

Atribuições:

Executar serviços no protocolo, no recebimento e na expedição de documentos; executar serviços de apoio administrativo, elaborar e redigir ocorrências, relatórios, correspondências, memorandos e comunicações; auxiliar no controle da entrada e saída de documentos; executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade do serviço e orientação superior; organizar e manter atualizado o cadastro e registro de todos os bens patrimoniais da FUNDEMA.

Condições de Provimento: Concurso Público

Habilitação: Diploma ou Certificado de Conclusão do Ensino Médio

AGENTE DE SERVIÇOS

Categoria: Serviço

Carga Horária: 40 horas

Vencimentos: R\$ 776,78

Atribuições: Executar serviços de operacionalização, manutenção e execução de serviços burocráticos, receber e prestar informações, digitar material inerente ao setor, organizar e manter atualizados os arquivos, prestar assessoramento na área administrativa e outras atividades inerentes à função; receber, classificar, numerar, registrar, distribuir e manter o controle de todos os documentos e papéis que derem entrada e tramitarem na Fundação.

Condições de Provimento: Concurso Público

Habilitação: Diploma ou Certificado de Conclusão do Ensino Médio

GERENTE DE PROJETOS, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Categoria: Serviço

Carga Horária: 40 horas

Vencimentos: R\$ 1.059,25

Atribuições: Compete a programação, organização, coordenação, execução e o controle das atividades relacionadas com a fiscalização e elaboração de projetos; organizar, coordenar, controlar e executar as ações de fiscalização e proteção dos recursos naturais; fiscalizar e atuar infrações ambientais, e penalizar nos limites da delegação; manter atualizada a legislação sobre assuntos relativos à sua área de atuação; desenvolver projetos visando fornecer subsídios para a recuperação de áreas degradadas; formular propostas de ação para apoiar programas e projetos especiais, que envolvam o controle da poluição e a recuperação ambiental; propor e definir áreas prioritárias para elaboração de estudos necessários à formulação de projetos especiais e executar atividades afins, desenvolver outras atividades relacionadas com a fiscalização ambiental.

Condições de Provimento: Concurso Público

Habilitação: Diploma ou Certificado de Conclusão do Ensino Médio

FISCAL AMBIENTAL

Categoria: Serviço

Carga Horária: 40 horas

Vencimentos: R\$ 776,78

Atribuições:

Cumprir as determinações da diretoria, fiscalizar e monitorar a disposição de embalagens e defensivos agrícolas, os recursos hídricos, poluição atmosférica, extração de recursos naturais não renováveis, controle de poluição veicular, disposição de resíduos sólidos no solo, lançamento de efluentes, emissão de sons e ruídos, bem como, fiscalizar as condicionantes das licenças e o cumprimento da legislação federal, estadual e municipal na área ambiental, bem como as demais atividades inerentes à função.

Condições de Provimento: Concurso Público

Habilitação: Diploma ou Certificado de Conclusão do Ensino Médio e Certificado de Curso técnico na Área

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 15 de dezembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.590 de 15/12/2010

LEI Nº 3.590 DE 15/12/2010

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ENTIDADE QUE MENCIONA

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS AUTISTAS DE CAMPOS NOVOS - AMA, entidade civil, filantrópica, assistencial e educacional, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 11.408.672/000-57, com sede na BR-282, km 342, s/n., neste município.

Art. 2º. Ficam assegurados os benefícios da legislação vigente à entidade mencionada no artigo anterior.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 15 de dezembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.591 de 15/12/2010

LEI Nº 3.591 DE 15/12/2010

DENOMINA DE "ESCOLA ISOLADA MUNICIPAL CARLOTINA CORDEIRO ANTUNES" A ESCOLA MUNICIPAL SERRARIA PACHECO

Vilibaldo Erich Schmid, prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica denominada de "ESCOLA ISOLADA MUNICIPAL PROFESSORA CARLOTINA CORDEIRO ANTUNES" a Escola Municipal

Serraria Pacheco, criada pelo Decreto nº 294 de 10 de fevereiro de 1967, localizada na Comunidade do Pacheco, neste município.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a promover os gastos necessários para identificação do nome do homenageado no estabelecimento mencionado no Art. 1º.

Art. 3º. Os encargos decorrentes desta Lei serão suportados por dotações consignadas no orçamento vigente.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, inclusive a Lei nº 3.567/2010.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 15 de dezembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.169 de 01/12/2010

DECRETO Nº 6.169 DE 01/12/2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento geral do Município, no valor de R\$ 295,95 (duzentos e noventa e cinco reais) na rubrica abaixo discriminada:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 09 - DEPTº DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

PROJ/ATIV. 1.020 - Construções e Reformas no Ensino com Recursos do FUNDEB 40%

111-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0014.0-Aplicações Diretas R\$ 295,95

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 295,95 (duzentos e noventa e cinco reais), parte do excesso de arrecadação - FUNDEB 40%.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 01 de dezembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.179 de 07/12/2010

DECRETO Nº 6.179 DE 07/12/2010

AUTORIZA LICENÇA DE DESMEMBRAMENTO DE TERRENO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando os pareceres técnicos e jurídicos exarados no Processo Administrativo nº 30.072;

Com amparo no Artigo 95 e seguintes da Lei Complementar nº 03 de 28 de maio de 2007 - Plano Diretor, c/c Artigo 100, incisos VIII, XXVI e 8º, inciso I "H" da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º- Art. 1º- Fica concedida Licença de Desmembramento do imóvel urbano de propriedade de Eloir Waldir Henz com a área de 4.092,54m² (quatro mil noventa e dois metros e cinquenta

e quatro centímetros quadrados), sem benfeitoria, matriculados no CRI da Comarca de Campos Novos, sob nº 27.713, localizado na Rua Projetada a 21,49m da esquina com a Rua Nereu Ramos, Bairro Santo Antônio, nesta cidade.

Art. 2º. O imóvel mencionado no Art. 1º possui as seguintes confrontações:

Área Total Atual: 4.092,54m²

Confrontações e Dimensões

Ao Norte: confronta com João Orlando Santos Neto (Sanga), em 36,15 metros;

Ao Sul: confronta com Eloi Mauro Kussler, em 25,10 metros;

Ao Leste: confronta com Silvio Alexandre Zancanaro e Outros, em 123,75;

Ao Oeste: confronta com Espólio de Áurea Bittencourt, em 53,09 metros.

Art. 3º - A Licença de Desmembramento autorizada por este Decreto, dará origem a 08 (oito) unidades imobiliárias, com as seguintes confrontações:

Lote 03: 300,09m²

Confrontações e Dimensões:

Ao Norte: confronta com Eloir Waldir Henz (Lote 4), em 19,60 metros;

Ao Sul: confronta com Eloi Mauro Kussler (Lote 2), em 19,60 metros;

A Leste: confronta com Silvio Alexandre Zancanaro e Outros, em 15,31 metros;

A Oeste: confronta com Rua Projetada, em 15,31 metros.

Lote 04: 300,09m²

Confrontações e Dimensões:

Ao Norte: confronta com Eloir Waldir Henz (Lote 5), em 19,60 metros;

Ao Sul: confronta com Eloi Mauro Kussler (Lote 3), em 19,60 metros;

A Leste: confronta com Silvio Alexandre Zancanaro e Outros, em 15,31 metros;

A Oeste: confronta com Rua Projetada, em 15,31 metros.

Lote 05: 300,09m²

Confrontações e Dimensões:

Ao Norte: confronta com Eloir Waldir Henz (Lote 6), em 19,60 metros;

Ao Sul: confronta com Eloi Mauro Kussler (Lote 4), em 19,60 metros;

A Leste: confronta com Silvio Alexandre Zancanaro e Outros, em 15,31 metros;

A Oeste: confronta com Rua Projetada, em 15,31 metros.

Lote 06: 300,09m²

Confrontações e Dimensões:

Ao Norte: confronta com Eloir Waldir Henz (Lote 7), em 19,60 metros;

Ao Sul: confronta com Eloi Mauro Kussler (Lote 5), em 19,60 metros;

A Leste: confronta com Silvio Alexandre Zancanaro e Outros, em 15,31 metros;

A Oeste: confronta com Rua Projetada, em 15,31 metros.

Lote 07: 300,09m²

Confrontações e Dimensões:

Ao Norte: confronta com Eloir Waldir Henz (Lote 8), em 19,60 metros;

Ao Sul: confronta com Eloi Mauro Kussler (Lote 6), em 19,60 metros;

A Leste: confronta com Silvio Alexandre Zancanaro e Outros, em

15,31 metros;

A Oeste: confronta com Rua Projetada, em 15,31 metros.

Lote 08: 300,09m²

Confrontações e Dimensões:

Ao Norte: confronta com Eloir Waldir Henz (Lote 9), em 19,60 metros;

Ao Sul: confronta com Eloi Mauro Kussler (Lote 7), em 19,60 metros;

A Leste: confronta com Silvio Alexandre Zancanaro e Outros, em 15,31 metros;

A Oeste: confronta com Rua Projetada, em 15,31 metros.

Lote 09: 300,09m²

Confrontações e Dimensões:

Ao Norte: confronta com Patrimônio Público Municipal (Área da Praça), em 19,60 metros;

Ao Sul: confronta com Eloir Waldir Henz (Lote 08), em 19,60 metros;

A Leste: confronta com Silvio Alexandre Zancanaro e Outros, em 15,31 metros;

A Oeste: confronta com Rua Projetada, em 15,31 metros.

Lote 10: 358,54m²

Confrontações e Dimensões:

Ao Norte: confronta com Patrimônio Público Municipal (Área da Praça), em 12,16 metros;

Ao Sul: confronta com Lori Nothafft (Lote 11), em 17,50 metros;

A Leste: confronta com Rua Projetada, em 23,28 metros;

A Oeste: confronta com Espólio de Áurea Bittencourt, em 13,31 metros, mais adiante 10,68 metros.

Art. 4º - Ficam aprovados a planta arquitetônica de desmembramento e memorial descritivo das unidades imobiliárias descritas, dimensionadas e caracterizadas no Art. 3º deste Decreto.

Art. 5º - Ficam os cartórios de Tabelionato e do registro de Imóveis da Comarca, autorizados a promoverem a escrituração e as averbações que se fizerem necessárias à transferência de domínio e registro dos imóveis objetos deste decreto.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 7 de dezembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.180 de 07/12/2010

DECRETO Nº 6.180 DE 07/12/2010

AUTORIZA LICENÇA DE DESMEMBRAMENTO DE TERRENO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando os pareceres técnicos e jurídicos exarados no Processo Administrativo nº 30.168;

Com amparo no Artigo 95 e seguintes da Lei Complementar nº 03 de 28 de maio de 2007 - Plano Diretor, c/c Artigo 100, incisos VIII, XXVI e 8º, inciso I "H" da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º- Art. 1º- Fica concedida Licença de Desmembramento do imóvel urbano de propriedade de Lori Nothafft com a área de 2.609,99m² (dois mil seiscentos e noventa metros e noventa e

nove centímetros quadrados), sem benfeitoria, matriculados no CRI da Comarca de Campos Novos, sob nº 27.714, localizado na Rua Projetada a 91,82m da esquina com a Rua Nereu Ramos, Bairro Santo Antônio, nesta cidade.

Art. 2º. O imóvel mencionado no Art. 1º possui as seguintes confrontações:

Área Total Atual: 2.609,99m²

Confrontações e Dimensões

Ao Norte: confronta com Eloir Waldir henz, em 20,56 metros;

Ao Sul: confronta com Eloir Waldir henz, em 24,82 metros;

Ao Leste: confronta com Eloi Mauro Kussler, em 22,38 metros;

Ao Oeste: confronta com Espólio de Áurea Bittencourt e Oraclides Wolckert, em 94,67 metros.

Art. 3º - A Licença de Desmembramento autorizada por este Decreto, dará origem a 07 (sete) unidades imobiliárias, com as seguintes confrontações:

Lote 11: 300,26m²

Confrontações e Dimensões:

Ao Norte: confronta com Eloir Waldir Henz (Lote 10), em 17,50 metros;

Ao Sul: confronta com Lori Nothaft (Lote 12), em 19,46 metros;

A Leste: confronta com Rua Projetada, em 16,25 metros;

A Oeste: confronta com Espólio de Áurea Bittencourt, em 16,37 metros.

Lote 12: 302,83m²

Confrontações e Dimensões:

Ao Norte: confronta com Lori Nothaft (Lote 11), em 19,46 metros;

Ao Sul: confronta com Lori Nothaft (Lote 13), em 19,81 metros;

A Leste: confronta com Rua Projetada, em 15,30 metros;

A Oeste: confronta com Espólio de Áurea Bittencourt, em 3,21 metros; e com Oraclides Wolckert, em 12,09 metros.

Lote 13: 302,85m²

Confrontações e Dimensões:

Ao Norte: confronta com Lori Nothaft (Lote 12), em 19,81 metros;

Ao Sul: confronta com Lori Nothaft (Lote 14), em 19,77 metros;

A Leste: confronta com Rua Projetada, em 15,30 metros;

A Oeste: confronta com Oraclides Wolckert, em 15,30 metros.

Lote 14: 302,23m²

Confrontações e Dimensões:

Ao Norte: confronta com Lori Nothaft (Lote 13), em 19,77 metros;

Ao Sul: confronta com Lori Nothaft (Lote 15), em 19,73 metros;

A Leste: confronta com Rua Projetada, em 15,30 metros;

A Oeste: confronta com Oraclides Wolckert, em 15,30 metros.

Lote 15: 302,61m²

Confrontações e Dimensões:

Ao Norte: confronta com Lori Nothaft (Lote 14), em 19,73 metros;

Ao Sul: confronta com Lori Nothaft (Lote 15), em 19,69 metros;

A Leste: confronta com Rua Projetada, em 15,30 metros;

A Oeste: confronta com Oraclides Wolckert, em 15,30 metros.

Lote 16: 301,30m²

Confrontações e Dimensões:

Ao Norte: confronta com Lori Nothaft (Lote 15), em 19,69 metros;

Ao Sul: confronta com Lori Nothaft (Lote 17), em 19,65 metros;

A Leste: confronta com Rua Projetada, em 15,30 metros;

A Oeste: confronta com Oraclides Wolckert, em 15,30 metros.

Lote 17: 360,57m²

Confrontações e Dimensões:

Ao Norte: confronta com Lori Nothaft (Lote 16), em 19,65 metros;

Ao Sul: confronta com Rua Nereu Ramos, em 20,51 metros;

A Leste: confronta com Rua Projetada, em 15,32 metros;
A Oeste: confronta com Oraclides Wolckert, em 21,38 metros.

Art. 4º - Ficam aprovados a planta arquitetônica de desmembramento e memorial descritivo das unidades imobiliárias descritas, dimensionadas e caracterizadas no Art. 3º deste Decreto.

Art. 5º - Ficam os cartórios de Tabelionato e do registro de Imóveis da Comarca, autorizados a promoverem a escrituração e as averbações que se fizerem necessárias à transferência de domínio e registro dos imóveis objetos deste decreto.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 7 de dezembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.181 de 07/12/2010

DECRETO Nº 6.181 DE 07/12/2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento geral do Município, no valor de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais) na rubrica abaixo discriminada:

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

UNIDADE: 27 - DEPTº DE ESPORTES - GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

PROJ/ATIV. 1.056 - Construções, Ampliações e Reformas no Esporte Municipal

45-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas..R\$ 23.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), parte do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 07 de dezembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.182 de 08/12/2010

DECRETO Nº 6.182 DE 08/12/2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento geral do Município, no valor de R\$ 67.000,00 (sessenta e sete mil reais) na rubrica abaixo discriminada:

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

UNIDADE: 27 - DEPTº DE ESPORTES - GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

PROJ/ATIV. 1.056 - Construções, Ampliações e Reformas no Esporte Municipal

45-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas..R\$ 67.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será

utilizado o valor de R\$ 67.000,00 (sessenta e sete mil reais), parte do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 8 de dezembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.183 de 08/12/2010

DECRETO Nº 6.183 DE 08/12/2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento geral do Município, no valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais) na rubrica abaixo discriminada:

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 23 - DEPTº DE ENGENHARIA

PROJ/ATIV. 2.033 - Manutenção Departamento de Engenharia

5-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas..R\$ 32.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), parte do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 8 de dezembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.184 de 09/12/2010

DECRETO Nº 6.184 DE 09/12/2010

REGULAMENTA LEI Nº 3.581/2010

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, no valor de R\$ 219.000,00 (duzentos e dezenove mil reais) na rubrica constante no Art. 1º da Lei nº 3.581/10.

Art. 2º. Para a cobertura do crédito adicional suplementar previsto no Art. 1º, fica anulada parcialmente a dotação orçamentária constante do Art. 2º da referida Lei.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em 9 de dezembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.185 de 09/12/2010

DECRETO Nº 6.185 DE 09/12/2010

APROVA LOTEAMENTO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

Considerando o parecer técnico e jurídico nos autos do Processo Administrativo nº 29.008;

Considerando o Decreto nº 4.060/99 de 29/06/1999;

Considerando disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979;

Com amparo no Art. 99 e seguintes da Lei Complementar nº 03 de 28/05/2007, que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, que dispõe sobre as normas, fixa objetivos e diretrizes urbanísticas do município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o loteamento de propriedade da Administradora e Loteamento Benjamin Colla Ltda, localizado em zona de interesse residencial, no perímetro urbano da cidade de Campos Novos, bairro Jardim Bela Vista.

Art. 2º A área loteada possui 196.841,66m² (cento e noventa e seis mil, oitocentos e oitocentos e quarenta e um metros e sessenta e seis centímetros quadrados), e está registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campos Novos sob nº 22.570.

Art. 3º A área loteada denominar-se-á "Loteamento Benjamin Colla" e é composto por 248 (duzentos e quarenta e oito) lotes em 27 quadras, com as seguintes características:

a) Área dos Lotes: 113.509,28m²

b) Área das Ruas: 61.781,15m²

c) Área Verde: 10.984,85m²

d) Área destinada a Equipamentos Comunitários: 10.566,38m²

e) Área Remanescente: 54.996,76m²

f) Área Loteada: 196.841,66m²

g) Área da Matrícula nº 22.570: 251.838,42m²

Art. 4º Passarão a integrar o domínio do município as seguintes áreas:

1) Área de ruas com 61.781,15m²

2) Área de Interesse Social com 10.566,38m²

3) Área Verde com 10.984,85m²

Art. 5º Fica concedido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para os loteadores demarcarem as quadras, lotes, abertura de ruas, implantarem a rede de energia elétrica, iluminação pública e de abastecimento de água.

§ único. O prazo previsto no caput, poderá ser prorrogado a pedido do loteador mediante requerimento fundamentado, não podendo ser superior a 2 (dois) anos a partir da data da aprovação do loteamento (Art. 102, § 2º, LC nº 03).

Art. 6º Recolhidas as taxas e demais encargos, expeça-se o alvará de loteamento mediante a assinatura dos Termos de Compromisso de execução de obras de infraestrutura, de Caucionamento, e apresentação de modelo de contrato de compra e venda a ser utilizado de acordo com a Lei Federal (Art. 94, §6º, LC nº 03) de 28/05/2007.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial os Decretos nºs 4.060 de 29/06/1999; 6.143 de 22/10/2010 e 6.153 de 17/11/2010.

Prefeitura de Campos Novos, 09 de dezembro de 2010.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.186 de 13/12/2010

DECRETO Nº 6.186 DE 13/12/2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento geral do Município, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) na rubrica abaixo discriminada:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 09 - DEPTº DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL
PROJ/ATIV. 2.017 - Manutenção do Ensino FUNDEB 40%
112-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0014.0-Aplicações Diretas..R\$ 40.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), parte do excesso de arrecadação - FUNDEB 40%.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 13 de dezembro de 2010.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.187 de 13/12/2010

DECRETO Nº 6.187 DE 13/12/2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento geral do Município, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) na rubrica abaixo discriminada:

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
UNIDADE: 28 - DEPTº DA JUVENTUDE E LAZER
PROJ/ATIV. 2.040 - Manutenção do Deptº de Juventude e Lazer
40-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas..R\$ 6.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), parte do excesso de arrecadação de recursos próprios.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 13 de dezembro de 2010.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.188 de 15/12/2010

DECRETO Nº 6.188 DE 15/12/2010

REGULAMENTA LEI Nº 3.583/2010

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art.100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas em R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) as dotações orçamentárias do município, consignadas nas rubricas constantes do Art. 1º da Lei nº 3.583/2010.

Art. 2º - Para cobertura da suplementação a que se refere o art. 1º, ficam anulados os projetos e atividades consignados sob a rubrica constante do Art. 2º da referida lei.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 15 de dezembro de 2010.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.189 de 15/12/2010

DECRETO Nº 6.189 DE 15/12/2010

REGULAMENTA LEI Nº 3.584/2010

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art.100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, consignadas nas rubricas constantes do Art. 1º da Lei nº 3.584/2010.

Art. 2º - Para cobertura da suplementação a que se refere o art. 1º, ficam anulados os projetos e atividades consignados sob a rubrica constante do Art. 2º da referida lei.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 15 de dezembro de 2010.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.190 de 15/12/2010

DECRETO Nº 6.190 DE 15/12/2010

ESTABELECE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido a partir do dia 24 de janeiro de 2011, o novo horário de funcionamento da Biblioteca Pública Municipal:

- Das 8h às 12 horas
- Das 13h30 às 17h30 horas

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24 de janeiro de 2011.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 15 de dezembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.191 de 15/12/2010

DECRETO Nº 6.191 DE 15/12/2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento geral do Município, no valor de R\$ 18.700,00 (dezoito mil e setecentos reais) nas dotações abaixo discriminadas:

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

UNIDADE: 27 - DEPTº DE ESPORTES - GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

PROJ/ATIV. 2.039 - Manutenção do Deptº de Esportes

47-3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000.0

Transferências a Instit. Privadas s/Fins Lucrativos R\$ 18.000,00

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 08 - DEPTº DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJ/ATIV. 2.002 - Manutenção da Secretaria de Administração

93-3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000.0

Transferências a Instit. Privadas s/Fins Lucrativos R\$ 700,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 18.700,00 (dezoito mil e setecentos reais), parte do excesso de arrecadação de recursos próprios.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 15 de dezembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.192 de 15/12/2010

DECRETO Nº 6.192 DE 15/12/2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 4.480,00 (quatro mil quatrocentos e oitenta reais) na dotação abaixo discriminada:

ÓRGÃO: 14 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJ/ATIV. 2.048 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

19-3.3.50.00.00.00.00.0.1.0036.0

Transferências a Instit. Privadas s/Fins Lucrativos R\$ 4.480,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 4.480,00 (quatro mil quatrocentos e oitenta reais), parte do excesso de arrecadação de recursos próprios.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 15 de dezembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.193 de 17/12/2010

DECRETO Nº 6.193 DE 17/12/2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 10.871,70 (dez mil oitocentos e setenta e um reais e setenta centavos) na dotação abaixo discriminada:

ÓRGÃO: 14 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJ/ATIV. 1.027 - Obras, Reformas e Ampliações na Assist. Social do Mun.

Inclusive para o CRAS

12-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 10.871,70

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 10.871,70 (dez mil oitocentos e setenta e um reais e setenta centavos), parte do excesso de arrecadação de recursos próprios.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 17 de dezembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.194 de 17/12/2010

DECRETO Nº 6.194 DE 17/12/2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento geral do Município, no valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais) na rubrica abaixo discriminada:

ÓRGÃO: 01 - GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01 - GABINETE DO Prefeito Municipal

PROJ/ATIV. 2.000 - Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal

109-3.1.90.00.00.00.00.0.1.0014.0-Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 06 - DEPARTAMENTO DE PESSOAL

PROJ/ATIV. 2.002 - Manutenção da Secretaria de Administração

92-3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 16.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), parte do excesso de arrecadação recursos próprios.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 17 de dezembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.195 de 20/12/2010

DECRETO Nº 6.195 DE 20/12/2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento geral do Município, no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) nas dotações abaixo discriminadas:

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 - DEPTº DE Manutenção e Apoio Operacional
PROJ/ATIV. 1.010 - Pavimentação e Asfaltamento de Ruas
37-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0036.0-Aplicações Diretas..R\$ 400.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos reais), parte do excesso de arrecadação de recursos provenientes de convênios estaduais.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 20 de dezembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.196 de 20/12/2010

DECRETO Nº 6.196 DE 20/12/2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, nas dotações abaixo discriminadas:

ÓRGÃO: 14 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJ/ATIV. 2.048 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
17-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 21.000,00

PROJ/ATIV. 2.050 - Manutenção Programa SENTINELA
9-3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 7.500,00

PROJ/ATIV. 1.027 - Obras, reformas, Ampliações na Assist. Social Mun. Inclusive CRAS
12-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 40.500,00 (quarenta mil e quinhentos reais), parte do excesso de arrecadação de recursos próprios.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 20 de dezembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.197 de 20/12/2010

DECRETO Nº 6.197 DE 20/12/2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SAMAE

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.465/09 de 18/11/09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Art. 16 da Lei nº 3.474/09 de 17/12/09 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) nos projetos e nas atividades abaixo discriminados os seguintes elementos de despesas:

17.512.0036.2.059 - Manutenção do Sistema de Operação e Manutenção do Sistema de Água
3.1.90.00.00.00.00.00.0244 - Aplicações Diretas R\$ 16.000,00

17.512.0036.2.060 - Manutenção do Sistema de Operação e Manutenção do Sistema de Esgoto
3.1.90.00.00.00.00.00.0244 - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

Art. 2º - Por conta da suplementação a que se refere o Art. 1º, ficam anulados nos projetos e nas atividades abaixo os seguintes elementos de despesa:

17.512.0036.2.059 - Manutenção do Sistema de Operação e Manutenção do Sistema de Água
3.3.90.00.00.00.00.00.0244 - Aplicações Diretas R\$ 16.000,00

17.512.0036.2.060 - Manutenção do Sistema de Operação e Manutenção do Sistema de Esgoto
3.3.90.00.00.00.00.00.0244 - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 20 de dezembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.198 de 21/12/2010

DECRETO Nº 6.198 DE 21/12/2010

CORRIGE VALOR VENAL DE IMÓVEIS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso XXIX da Lei Orgânica, c/c Art. 257, § 2º da Lei Complementar 001/2002 - Código Tributário Municipal, considerando o relatório apresentado pela comissão nomeada pela Portaria 1.451/10 - Processo Administrativo 30.440,

DECRETA:

Art. 1º - Fica corrigido em 100% (cem por cento) o valor venal dos imóveis localizados nas Ruas Cel. Farrapo, Agenor Trúculo, Cel. Pedro Carlos, Barão de Itapetininga, Darcy Correa Pedroso, Emidio Nicolau Serpa, Salvador Vieira, Avelino Cardoso França, Constantino Silvestrin, Alípio de Moraes, Lucas Alves de Carvalho, Irene Durli, Henrique Baggio e identificadas pelas seções descritas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - O Departamento de Tributação e Arrecadação deverá providenciar as alterações necessárias no cadastro de contribuintes do IPTU.

Art. 3º - Os efeitos deste Decreto ocorrerão a partir do lançamento do IPTU do exercício de 2011.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 21 de dezembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

CÂMARA DE VEREADORES

Resolução Nº 10/2010

RESOLUÇÃO Nº 10/2010

ALTERA A COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES PARA ATUAREM NA LEGISLATURA 2011/2012, CONFORME ART. 77 E SEGUINTE DO REGIMENTO INTERNO.

O cidadão Maurílio Castro Campagnoni, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno

Art. 1º. Fica alterada a composição das Comissões Permanentes para atuarem na legislatura 2011/2012, conforme Art. 77 e seguintes do Regimento Interno:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
PRESIDENTE: SILVIO HENRIQUE DE ALMEIDA LOPES SOBRINHO (PMDB)

VICE-PRESIDENTE: MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI (PMDB)

RELATOR: JOSÉ TADEU GUZATTI (PMDB)

MEMBRO: JOÃO VALDENIR DA SILVA (DEM)

MEMBRO: LEONILDO RECALCATTI (PPS)

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
PRESIDENTE: MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI (PMDB)
VICE-PRESIDENTE: JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES (PPS)

RELATOR: SILVIO HENRIQUE DE ALMEIDA LOPES SOBRINHO (PMDB)

MEMBRO: LEONILDO RECALCATTI (PPS)

MEMBRO: ADAVILSON TELLES (PP)

COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS (AGRICULTURA, OBRAS, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO, MEIO AMBIENTE, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, COMÉRCIO E TURISMO)

PRESIDENTE: ADAVILSON TELLES (PP)

VICE-PRESIDENTE: JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES (PPS)

RELATOR: JOSÉ TADEU GUZATTI (PMDB)

MEMBRO: CIRILO RUPP (PMDB)

MEMBRO: JOÃO VALDENIR DA SILVA (DEM)

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, em 21 de dezembro de 2010.

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)

Presidente da Mesa

Resolução Nº 9/2010

RESOLUÇÃO Nº 9/2010

NOMEIA COMISSÃO REPRESENTATIVA DO PODER LEGISLATIVO DE CAMPOS NOVOS PARA ATUAR DURANTE O RECESSO PARLAMENTAR.

O cidadão Maurílio Castro Campagnoni, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Representativa da Câmara Municipal de Vereadores para atuar durante o recesso parlamentar, de 23 de dezembro de 2010 à 01 fevereiro de 2011, conforme prevê o Regimento Interno da Câmara.

Art. 2º - Compete a Comissão Representativa:

I - Resolver questões inadiáveis surgidas durante o recesso;

II - Convocar extraordinariamente a Câmara, nos casos previstos na Lei Orgânica, para apreciar e votar proposições que derem entrada durante o recesso.

Art. 3º - Designo os vereadores Maurílio Castro Campagnoni, José Adelar Carpes e Leonildo Recalcatti para fazerem parte da referida Comissão, os quais assumirão os cargos de Presidente, Relator e Membro, respectivamente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, em 21 de dezembro de 2010.

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)

Presidente da Mesa

Portaria Nº 15/2010

Portaria Nº. 15/2010

EXONERA SERVIDOR QUE MENCIONA.

O cidadão Maurílio Castro Campagnoni, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno

RESOLVE:

Artigo 1º. Exonerar, FRANCIELI ANITA SCHEIDT, brasileira, solteira, inscrita sob CI nº 11/C 3.426.571 e CPF nº 006809219-90, do cargo em Comissão de Assessora de Imprensa e Comunicação, nível AIC 01, do anexo VI, do Plano de Cargos e Salários da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Lei nº. 3.258/07 e art. 3º da lei nº. 3.384/09, a partir desta data.

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 23 de Dezembro de 2010.

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)

Presidente da Mesa

Portaria Nº 16/2010

Portaria Nº. 16/2010

EXONERA SERVIDOR QUE MENCIONA.

O cidadão Maurílio Castro Campagnoni, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno

RESOLVE:

Artigo 1º. Exonerar, ANA PAULA LEITE, brasileira, solteira, inscrita sob CI nº 4.984.585 e CPF nº 071.926.929-64, do cargo em Comissão de Telefonista, Nível PLC 03, do anexo I - 07 e art. 03 do Plano de Cargos e Salários da Câmara Municipal de Vereadores, a partir desta data.

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 23 de Dezembro de 2010.
MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)
Presidente da Mesa

Portaria Nº 17/2010

Portaria Nº. 17/2010

EXONERA SERVIDOR QUE MENCIONA.

O cidadão Maurílio Castro Campagnoni, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno

RESOLVE:

Artigo 1º. Exonerar, VERA JULIANA ZACHOW, brasileira, casada, portadora do CI nº 3.711.327 - SSP/SC, data de expedição 16/05/2006, CPF nº 044.072.799-58, do cargo em Comissão de Assessora Técnica Legislativa - ATL 01, da Câmara Municipal de Vereadores, conforme Lei Nº. 3.384/09 de 20/02/2009, a partir desta data.

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 23 de Dezembro de 2010.
MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)
Presidente da Mesa

Portaria Nº 18/2010

Portaria Nº. 18/2010

EXONERA SERVIDOR QUE MENCIONA.

O cidadão Maurílio Castro Campagnoni, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno

RESOLVE:

Artigo 1º. Exonerar, MARILU LEMOS DOS SANTOS CALGARO, brasileira, casada, portadora do CI nº 4.742.715- SSP/SC, CPF nº 022.682.559-05, do cargo em Comissão de Assessora Técnica Legislativa - ATL 01, da Câmara Municipal de Vereadores, conforme

Lei Nº. 3.384/09 de 20/02/2009, a partir desta data.

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 23 de Dezembro de 2010.
MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)
Presidente da Mesa

Portaria Nº 19/2010

Portaria Nº. 19/2010

EXONERA SERVIDOR QUE MENCIONA.

O cidadão Maurílio Castro Campagnoni, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno

RESOLVE:

Artigo 1º. Exonerar, VANESSA APARECIDA DA SILVA, brasileira, solteira, portadora do CI nº 4.180.795 - SSP/SC, CPF nº 063.992.889-75, do cargo em Comissão de Assessora Técnica Legislativa - ATL 01, da Câmara Municipal de Vereadores, conforme Lei Nº. 3.384/09 de 20/02/2009, a partir desta data.

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 23 de Dezembro de 2010.
MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)
Presidente da Mesa

Portaria Nº 20/2010

Portaria Nº. 20/2010

EXONERA SERVIDOR QUE MENCIONA.

O cidadão Maurílio Castro Campagnoni, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno

RESOLVE:

Artigo 1º. Exonerar, CECÍLIA BITTENCOURT MACHADO, brasileira, solteira, portadora do CI nº 5.381.760 - SSP/SC, CPF nº 059.724.249-67, do cargo em Comissão de Assessora Técnica Legislativa - ATL 01, da Câmara Municipal de Vereadores, conforme Lei Nº. 3.384/09 de 20/02/2009, a partir desta data.

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 23 de Dezembro de 2010.
MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)
Presidente da Mesa

Portaria Nº 21/2010

Portaria Nº. 21/2010

EXONERA SERVIDOR QUE MENCIONA.

O cidadão Maurílio Castro Campagnoni, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno

RESOLVE:

Artigo 1º. Exonerar, JOÃO MARIA MORAES RIBEIRO JUNIOR, brasileiro, solteiro, portador do CI nº 5.496.326-5 - SSP/SC, data de expedição 02/06/2004, CPF nº 080.900.659-61, do cargo em Comissão de Assessor Técnico Legislativo - ATL 01, da Câmara Municipal de Vereadores, conforme Lei Nº. 3.384/09 de 20/02/2009, a partir desta data.

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 23 de Dezembro de 2010.
MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)
Presidente da Mesa

Portaria Nº 22/2010

EXONERA SERVIDOR QUE MENCIONA.

O cidadão Maurílio Castro Campagnoni, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, VALDEMIR JOÃO SEMIN, brasileiro, casado, portador do CI nº 11/R 1.881.553 - SSP/SC, data de expedição 11/07/1984, CPF nº 543.524.609-15, do cargo em Comissão de Motorista M - 01, da Câmara Municipal de Vereadores, conforme Lei Nº. 3.384/09 de 20/02/2009, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 23 de Dezembro de 2010.
MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)
Presidente da Mesa

Canoinhas

PREFEITURA MUNICIPAL

Editais 001/2011/FME - Processo Seletivo Para Contratação de Professores-Técnicos

EDITAL 001/2011/FME - PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES-TÉCNICOS

A Fundação Municipal de Esportes, através de seu Presidente, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interesses que encontram-se abertas as inscrições para a CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES-TÉCNICOS EM CARATER TEMPORÁRIO, para atuarem no ano letivo de 2011 junto à Fundação

Municipal de Esportes.

1. DAS INSCRIÇÕES:

1.1 O processo de inscrições dar-se-á no período compreendido entre 27 de dezembro de 2010 à 17 de janeiro de 2011, das 9 horas às 12 horas e das 14 horas às 16 horas, junto à sede da Fundação Municipal de Esportes, localizada à Rua Senador Felipe Schimdt s/nº (Estádio Municipal Benedito Theresio de Carvalho Junior).

1.2 No ato da inscrição, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Xerox da carteira de identidade;
- b) Xerox do diploma de graduação em Educação Física, pós-graduação, ensino médio ou declaração fornecida pela Entidade de Ensino Superior (com data do mês vigente) de que o candidato encontra-se cursando graduação em Educação Física, devendo constar qual fase ou ano;
- c) Xerox da Cédula de Identidade Profissional CREF com anuidade em dia - Conselho Regional de Educação Física/CONFEEF;
- d) Comprovante de quitação do serviço militar obrigatório para candidatos do sexo masculino;
- e) Comprovante de quitação com as obrigações eleitorais.

1.3. O candidato ou procurador deverá preencher o formulário de inscrição e entregá-lo junto a respectiva documentação. Será permitido realizar a inscrição por procuração específica para este fim;

1.4 O candidato deverá apresentar cópia dos documentos citados, acompanhados dos originais;

1.5 Quanto ao xerox do Diploma de conclusão do Ensino Médio, citado, só será necessária sua apresentação para o candidato que não tiver concluído a graduação;

1.6 Não será realizada a inscrição de candidato que no ato não apresentar todos os documentos necessários.

2. DAS VAGAS

2.1 Estarão abertas as inscrições para contratação de profissionais nas seguintes modalidades:

VAGAS	Modalidade Esportiva	Carga Horária	Remuneração
01	Tênis de mesa	40 horas	R\$ 1.133,01
01	Handebol	20 horas	R\$ 566,50
01	Ginástica	40 horas	R\$ 1.133,01
01	Voleibol	20 horas	R\$ 566,50
01	Integrador futebol do interior	40 horas	R\$ 1.133,01

2.2 O preenchimento das vagas ficará condicionado a demanda de alunos e conseqüente formação de turmas para cada modalidade.

2.3 O prazo de duração das contratações temporárias objeto do presente processo terá termo final na data 15/12/2011, se por qualquer outro motivo não for rescindido antes, sendo que a contratação será de acordo com o disposto na Lei Municipal nº 3.869/2005.

3. DOS REQUISITOS

3.1 No ato da inscrição o candidato além de apresentar a documentação solicitada no item 1.2, deverá comprovar o preenchimento de requisitos específicos, apresentando a respectiva documentação:

MODALIDADE ESPORTIVA	REQUISITOS ESPECÍFICOS
Tênis de mesa, Handebol, Ginástica, Voleibol e Integrador Futebol de Campo do Interior.	Graduação Nível Superior em Educação Física e registro no CREF

3.2 Classificação dos candidatos obedecerá aos critérios de maior graduação e participação em cursos de aperfeiçoamento e, ainda, participação em competições oficiais (Federações, Ligas,

Fesportes), recebendo a seguinte pontuação:

- O candidato que possuir Graduação Nível Superior em Educação Física obterá 20 pontos, que somente serão válidos nas modalidades em que o requisito específico for Graduação em nível superior;
- O candidato que está regularmente inscrito no CREF em dia com suas obrigações obterá 20 pontos.

- O candidato que apresentar comprovante de frequência e aproveitamento em Cursos de Aperfeiçoamento profissional na respectiva modalidade ofertados por instituições oficiais: Federações da modalidade, CREF, Secretaria de estado do Esporte, Turismo e Lazer; Obterá 05 pontos por evento/curso.

- O Candidato que apresentar comprovantes de frequência e aproveitamento em Cursos de Aperfeiçoamento ofertados por Instituições de Ensino Superior, Empresas de Eventos esportivos e Instituições não oficiais, obterá 01 ponto por evento/curso.

- O Candidato que apresentar comprovantes de participação em competições oficiais da modalidade pretendida, expedido por Escola, Fundação, Clube ou Associação da qual fez parte nos últimos dois anos, obterá 01 ponto por competição.

Critério de desempate: Em caso de empate terá preferência o candidato que apresentar maior pontuação de Curso de Aperfeiçoamento na modalidade em que se inscreveu, realizado por instituições oficiais da modalidade e persistindo o empate, o candidato que possuir maior idade.

4. DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO

4.1 A divulgação da listagem classificatória será fixada na FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES no dia 24 de janeiro de 2011, a partir das 16 horas;

Os candidatos que se sentirem prejudicados na classificação, poderão interpor recursos, que serão aceitos até às 16 horas do dia 26 de janeiro de 2011, devendo ser preenchidos formulários próprio fornecido pela Fundação Municipal de Esportes e dirigidos à Comissão Organizadora.

5. DA ESCOLHA DE VAGAS

5.1 As vagas serão preenchidas, observando-se a demanda de alunos e conseqüente formação de turmas para cada modalidade;

5.2 As vagas serão preenchidas, observando-se a ordem de classificação;

5.3 A Data do processo de escolha de vagas será informada juntamente com a homologação do resultado da classificação a ser publicada em edital, após análise dos recursos se houverem;

5.4 Após a primeira chamada e não tendo sido preenchidas todas as vagas, a Fundação Municipal de Esportes procederá à nova chamada, em data, horário e local a ser publicado em edital.

5.5 O candidato que não apresentar-se no local, data e horário estabelecidos para a escolha de vagas perderá a vez da escolha e passará a ser o último da lista, para futura chamada, se houver, integrando o Cadastro de Reserva, denominado Banco/RH;

5.6 O candidato melhor classificado poderá assumir 01 (uma) vaga, com carga horária a ser definida pela Fundação Municipal de Esportes, conforme demanda de alunos e conseqüente formação de turmas para cada modalidade, desde que haja compatibilidade de horários;

5.7 Depois de efetivada a escolha de vagas, não será permitido ao candidato trocá-la, salvo por interesse do poder público. O local para desempenhar as suas funções será determinado pela FME.

5.8 O quadro de vagas será apresentado no dia de publicação da ordem de classificação dos inscritos.

6. DAS DISPENSAS

6.1 A dispensa do contratado poderá ocorrer da seguinte forma:

- a) a pedido e
- b) de ofício;

6.1.1 Quando o pedido para dispensa for interesse do candidato, deverá preencher requerimento próprio junto a Fundação Municipal de Esportes;

6.1.2 Quando for de ofício, a Fundação Municipal de Esportes deverá proceder a comunicação ao servidor contratado;

6.1.3 A dispensa de ofício dar-se-á na situação em que ocorrer redução do número de turmas e interesse do serviço público.

6.1.4 Sendo dispensado, o contratado terá de concorrer à próxima vaga, que por ventura, venha a abrir.

7. DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1 O candidato só poderá efetuar sua inscrição mediante a apresentação de todos os documentos exigidos;

7.2 O candidato deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se após a assinatura responsável pelas mesmas;

7.3 Será admitida a inscrição por procuração, para este fim específico, a qual deverá ser anexada a ficha de inscrição;

7.4 O candidato que no ato da inscrição prestar declaração falsa ou inexata, ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos dela correntes, sem prejuízo da ação penal cabível;

7.5 O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo;

7.6 Depois de efetivada a inscrição, não será fornecida cópia dos documentos anexados e nem alterada a documentação;

7.7 As contratações temporárias objeto do processo seletivo, serão regidas pela Lei Municipal nº. 3.869/2005. Aplicar-se-ão, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei Municipal nº. 2.305/1190, no que couber.

7.8 É de responsabilidade do candidato manter seu cadastro (telefone) atualizado junto a Fundação Municipal de Esportes;

7.9 Os casos omissos - serão decidido e resolvidos pela Comissão Organizadora, em conjunto com a Assessoria Jurídica do município de Canoinhas.

Canoinhas, 20 de dezembro de 2010.

RICARDO PEREIRA MARTIN

Presidente da Fundação Municipal de Esportes

LEOBERTO WEINERT

Prefeito Municipal

Aditivo de Retificação e Ratificação ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito N.º 566

ADITIVO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO N.º 566 FIRMADO ENTRE BANCO DO BRASIL S.A. E MUNICÍPIO DE CANOINHAS EM 28/12/2007, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E DA GESTÃO DOS SETORES SOCIAIS BÁSICOS NO VALOR DE R\$838.368,90, COM VENCIMENTO FINAL EM 10/10/2015.

MANDATÁRIO - BANCO DE BRASIL S.A. sociedade de economia mista, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 00.000.000/0001-91, com sede em Brasília, Capital Federal, por sua AGÊNCIA CANOINHAS (SC), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0343-39, neste ato representado pelo Sr. CLAUDIO OSIRES ARBIGAUS, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial, bancário, residente e domiciliado em Rio Negrinho/SC, portador da Cédula de Identidade nº 2R 542664, emitida pela SSI/SC em 05/02/1975 e CPF 352.591.249-87, abaixo assinado.

BENEFICIÁRIO - MUNICÍPIO DE CANOINHAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, CEP 89.460-000, Município de Canoinhas (SC), inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.384/0001-80, representado por seu Prefeito Sr. LEOBERTO WEINERT, brasileiro, casado em regime de comunhão



universal, residente e domiciliado em Canoinhas/SC, portador de Cédula de Identidade nº 480.330, emitida pela SSP SC em 23/04/1997 e CPF 247.300.099-91.

FINALIDADE - O presente instrumento tem por objeto retificar e ratificar, na forma das cláusulas abaixo, o Contrato de Finalidade Abertura de Crédito nº 566, no valor de R\$ 838.368,90 (oitocentos e trinta e oito mil, trezentos e sessenta e oito reais e noventa centavos), firmado entre as partes em 28/12/2007, com vencimento final em 10/10/2015.

O MANDATÁRIO e o BENEFICIÁRIO têm justo e acordado, neste ato, retificar as Cláusula primeira, Sétima e Nona do supracitado Contrato, que passam a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA PRIMEIRA - NATUREZA, VALOR E FINALIDADE DO CONTRATO.

O BNDES, através do MANDATARIO, abre ao BENEFICIARIO, por este Contrato, um crédito no valor global de R\$ 838.368,90 (oitocentos e trinta e oito mil, trezentos e sessenta e oito reais e noventa centavos), a conta dos seus recursos ordinários, que são compostos, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador - FAT, pelos recursos ordinários do FAT - Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP, respeitada, quanto à sua alocação, legislação aplicável a cada uma das aludidas fontes, observando o disposto no Parágrafo Primeiro da Cláusula Segunda, destinado à modernização da administração tributária, geral e patrimonial do Município de Canoinhas, SC, conforme projeto aprovado pela Decisão nº P - 10/2007, de 05 de abril de 2007, do Presidente do BNDES, no âmbito do Programa de Modernização de Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos.

CLÁUSULA SÉTIMA - RESERVA DE MEIOS DE PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para fins do disposto nesta Cláusula, o BENEFICIÁRIO autoriza que o MANDATÁRIO retenha à conta e ordem do BNDES, as parcelas do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, ou de outros recursos que com idêntica finalidade venham a substituí-los, que forem necessárias ao pagamento das prestações de amortização do principal e dos acessórios da dívida contraída nos montantes e prazos contratualmente estipulados, transferindo os recursos ao BNDES pelo meio que este determinar.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO BENEFICIÁRIO

V. incluir, a partir das assinaturas deste Contrato, inclusive, em cada exercício financeiro, em suas propostas de orçamento anual e plurinual de investimentos, as parcelas do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, ou de outros recursos que, com idêntica finalidade, venham a substituí-los, destinadas ao BENEFICIÁRIO, no montante necessário ao pagamento do principal e acessórios decorrentes da operação;

VIII. encaminhar ao MANDATÁRIO relatórios trimestrais de progresso físico-financeiro do projeto, e análise qualitativa de desvios e de aspectos relevantes a críticos de seu andamento;

Assim ajustados, o MANDATÁRIO e o BENEFICIÁRIO, declarando não haver intenção de novar, ratificam o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito ora aditado em todos os seus termos, cláusulas e condições não expressamente alterados neste documento, que àquele se integra, formando um todo único e indispensável para todos os fins de direito.

Vai este assinado em 03 (três) vias, com as testemunhas abaixo.

Canoinhas (SC), 03/12/2010.

Pelo MANDATÁRIO:
CLAUDIO OSIRES ARBIGAUS - Gerente de Agência

Pelo BENEFICIÁRIO:
LEOBERTO WEINERT - Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:
Nome: Dalsen Luis Salomon
CPF: 004.608.919-52

Nome: Argos José Burgardt
CPF: 548.533.899-20

Capinzal

PREFEITURA MUNICIPAL

Resultado de Julgamento de Recurso Administrativo - Concorrência para Concessão de Serviço Público Nº 133/2010.

RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO
CONCORRÊNCIA PARA CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO Nº 133/2010.

OBJETO: Outorga onerosa de concessão para exploração do serviço público de estacionamento rotativo controlado pago de veículos automotores em vias e logradouros públicos do Município de Capinzal.

A comissão de licitações recebeu recurso administrativo da empresa LB Comércio e Serviços Ltda., ao qual atribui efeito suspensivo. Neste recurso a empresa contesta a habilitação da empresa Gerestar Operação de Estacionamento Rotativo Ltda., alegando irregularidade na apresentação dos seguintes itens: Balanço Patrimonial item 6.1 alínea "g" e item 6.1 alínea "m". A íntegra do recurso administrativo foi enviada por e-mail aos interessados, para eventuais manifestações nos prazos legais, sendo que a empresa Gerestar Operação de Estacionamento Rotativo Ltda., registrou que não tem interesse em apresentar impugnação ou contra-razões ao recurso administrativo. A comissão de licitações solicitou análise jurídica sobre a aceitação do recurso administrativo. Após o recebimento da análise jurídica constatou-se que o parecer é pelo indeferimento do recurso administrativo, com a consequente manutenção integral do julgamento de documentos de habilitação. Assim sendo a Comissão de Licitação julga improcedente o recurso administrativo e mantém seu julgamento, considerando habilitada a empresa Gerestar Operação de Estacionamento Rotativo Ltda. A Comissão de Licitação marca para o dia 03 de janeiro de 2010, às 08 horas e 10 minutos a abertura dos envelopes de propostas.

Abre-se prazo de recurso e vistas ao processo.

Capinzal, em 23 de dezembro de 2010.
PAULO RONALDO WAMES
Presidente da Comissão de Licitação

Contrato 180/2010 - PMC

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO 0180/2010
Dispensa de Licitação 0153/2010

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL
CONTRATADA: MARCIA M. DA SILVA & CIA LTDA ME
OBJETO: Contratação da empresa MARCIA M DA SILVA CIA LTDA.

ME, através de Processo Licitatório - Modalidade de Dispensa de Licitação para locação de sistemas de informática, destinado ao Gerenciamento Eletrônico de Documentos administrativos e contábeis nos termos da descrição anexa, durante o período de janeiro de 2011 até 31 de dezembro de 2011.

VALOR R\$: 4.428,00

VIGÊNCIA: 27/12/2010 A 31/12/2011

Contrato 181/2010 - PMC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0181/2010

Dispensa de Licitação 0154/2010

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: OSMAR KOSENHOSKI ME

OBJETO: Contratação da Empresa OSMAR KOSENHOSKI Me para dedetização de ratos, cupins, baratas, moscas e demais insetos, das escolas municipais, outras instalações de departamentos ligados a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, departamentos do Bem Estar Social e Educação de Jovens e Adultos (EJA)prédio do NEP, para o ano de 2011.

VALOR R\$: 7.567,08

VIGÊNCIA: 27/12/2010 A 31/12/2011

Contrato 182/2010 - PMC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0182/2010

Convite p/Obras e Serviços de Engenharia 0144/2010

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: ANDREONI JR. CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa para execução de serviços de pintura externa do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos com área de 892,90m² e ampliação de sala do nível subsolo anexo à CIDASC com área de 22,50, com orçamento realizado pela equipe técnica da AMMOC , recursos próprios.

VALOR R\$: 54.185,16

VIGÊNCIA: 27/12/2010 A 27/03/2011

Termo Aditivo 001/2010 Contrato 73/2009 PMC

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO T.A 001/2010

CONTRATO SUPERIOR 0073/2009

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: ELETRONICA BEBBER LTDA

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original a partir de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

VALOR R\$: 0,00

VIGÊNCIA: 22/12/2010 A 31/12/2011

Classificação Geral Recurso**CLASSIFICAÇÃO DO SELETIVO 027/2010**

(RELAÇÃO DAS APROVAÇÕES COM NOTAS MAIOR OU IGUAL A QUATRO)

A MÉDIA FINAL É RESULTADO CONFORME CONSTA EM EDITAL ITEM 8.2.1 e ITEM, 8.2.2.
O CRITÉRIO DE DESEMPATE SE BASEIA NO ITEM 8.4 DO REFERIDO EDITAL.
PARA OS CARGOS DE PROFESSORES É ACRESCENTADO O PESO DOS TÍTULOS.

TIT.	N.P	M.F	PROF. EDUCAÇÃO FÍSICA	CLASSIFICAÇÃO
2	7,6	9,6	0644 - MARCOS J. TOMAZ	1º LUGAR
2	6,6	8,6	0777 - GABRIELA SARTORI	2º LUGAR
1	7,4	8,4	0411 - OTAVIO R. LAMIN	3º LUGAR
2	6,4	8,4	0631 - DIEGO VETORAZI	4º LUGAR
2	6,2	8,2	0633 - KLAUCIANE PELENTIR	5º LUGAR
1	7,0	8,0	0254 - CLOVIS B. JUNIOR	6º LUGAR
2	5,8	7,8	0590 - ELIZANDRA LOVATEL	7º LUGAR
2	5,8	7,8	0691 - PATRICIA DE SIQUEIRA	8º LUGAR
1	6,2	7,2	0710 - RUBYANY BRANDAO SAVARIS	9º LUGAR
1	6,2	7,2	0066 - JULIANO KLOSS	10º LUGAR
0	7,0	7,0	0397 - ALEX EMANUEL RECH	11º LUGAR
1	6,0	7,0	0493 - KALIANA BOZ	12º LUGAR
1	6,0	7,0	0598 - DANIELI DO PRADO	13º LUGAR
1	5,6	6,6	0606 - LINDOMAR DOS SANTOS	14º LUGAR
1	5,6	6,6	0384 - FRANCIELI AP. CAZARA	15º LUGAR
1	5,6	6,6	0802 - BIANCA A. SPIRONELO	16º LUGAR
0	6,4	6,4	0519 - JULIANO DO PRADO	17º LUGAR
1	5,4	6,4	0069 - EDSON F. MORETTI	18º LUGAR
2	4,2	6,2	0305 - LUIZ ANTONIO LOVATEL	19º LUGAR
0	6,0	6,0	0705 - ALBERTO J. SARTORI	20º LUGAR
0	5,8	5,8	0629 - OSEIAS D AVILA	21º LUGAR
1	4,8	5,8	0315 - AMAURI MACHADO	22º LUGAR
1	4,8	5,8	0662 - MOISES LOPES	23º LUGAR
1	4,6	5,6	0222 - VALDECIR J. SARETTA	24º LUGAR
1	4,4	5,4	0581 - JULIANA BONAMIGO	25º LUGAR
1	4,2	5,2	0817 - ECTOR ALEX FANO	26º LUGAR
0	4,4	4,4	0756 - LEONIR KAYSER	27º LUGAR
0	4,2	4,2	0404 - CARINA DA SILVA	28º LUGAR

M.F	AUXILIAR DE PROFESSOR	CLASSIFICAÇÃO
6,4	0472 - JANETE BAZZO SPADINI	1º LUGAR
6,4	0287 - VANUSA AP. P. DA SILVA	2º LUGAR
6,2	0309 - DEBORA DAMBROS	3º LUGAR
6,2	0327 - MONICA ALBARA	4º LUGAR
6,2	0346 - ENILCE M. MERIB	5º LUGAR
6,0	0369 - LUCIELI PERI	6º LUGAR
6,0	0271 - PATRICIA G. BENTACH	7º LUGAR
6,0	0661 - JOSIANE FREISLEBEN	8º LUGAR
6,0	0445 - MARILEI AP. MACHADO	9º LUGAR
6,0	0224 - ELISANGELA T. G. MARTINELI	10º LUGAR
5,8	0109 - CAMILA R. CARLETTI	11º LUGAR
5,8	0459 - ALINE PATRICIA DA SILVA	12º LUGAR
5,8	0310 - LETICIA PALINSK	13º LUGAR
5,8	0557 - JULIANA A. BAZZI PERI	14º LUGAR

A MÉDIA FINAL É RESULTADO CONFORME CONSTA EM EDITAL ITEM 8.2.1 e ITEM, 8.2.2.
O CRITÉRIO DE DESEMPATE SE BASEIA NO ITEM 8.4 DO REFERIDO EDITAL.
PARA OS CARGOS DE PROFESSORES É ACRESCENTADO O PESO DOS TÍTULOS.

M.F	AUXILIAR DE PROFESSOR - (Continuação)	CLASSIFICAÇÃO
5,8	0471 - KERLY DE GIACOMETTI	15º LUGAR
5,6	0565 - ANDREIA AP. DA ROSA	16º LUGAR
5,6	0785 - THIARA J. SCHEUERMANN	17º LUGAR
5,6	0425 - ANILIZE A. MORESCO	18º LUGAR
5,6	0416 - MARILIA HACK	19º LUGAR
5,6	0728 - MARA FERREIRA	20º LUGAR
5,6	0374 - JANAINA AP. REQUES	21º LUGAR
5,6	0768 - JOSIANE FERREIRA	22º LUGAR
5,6	0077 - SIMONE ANTUNES G. VIGANO	23º LUGAR
5,4	0304 - CASSIA R. ZANINI	24º LUGAR
5,4	0363 - JANETE DA ROSA	25º LUGAR
5,4	0475 - LUCIANA PEREIRA DA S. SCHRODER	26º LUGAR
5,4	0403 - MAIARA B. SCHILLER	27º LUGAR
5,4	0025 - ANAGIBA A. COLLE	28º LUGAR
5,4	0039 - LUCAS A. DORINI	29º LUGAR
5,4	0008 - LEONIR AP. MACHADO	30º LUGAR
5,4	0571 - DARLIANE C. NORA	31º LUGAR
5,4	0221 - EDINEIA P. BOOF	32º LUGAR
5,2	0278 - CLEUCIR CABRAL	33º LUGAR
5,2	0679 - GRACIELE ZILIOOTTO	34º LUGAR
5,2	0637 - RUBIA LUCIA MAGRINELLI	35º LUGAR
5,2	0430 - ADELAIDE T. PAZA	36º LUGAR
5,2	0399 - JAKELINE ANGELI	37º LUGAR
5,2	0544 - MONAISE F. C. CRIVELATTI	38º LUGAR
5,2	0541 - MARILEI DA SILVA P. BERGAMO	39º LUGAR
5,2	0579 - EDINEIA M. C. COELLI	40º LUGAR
5,0	0230 - RENATA ALVES DOS SANTOS	41º LUGAR
5,0	0297 - MONICA R. DALAVEQUIA	42º LUGAR
5,0	0326 - MARIA AP. FRARON	43º LUGAR
5,0	0740 - PATRICIA ROQUE DE M. COLOMBO	44º LUGAR
5,0	0680 - TAMIRIS GIRIOLI	45º LUGAR
5,0	0711 - CRISTIANE DO AMARAL	46º LUGAR
5,0	0447 - GICELI AP. B. DAMBROS	47º LUGAR
5,0	0617 - JENNILY MARQUES	48º LUGAR
5,0	0111 - ALESSANDRA DORINI	49º LUGAR
5,0	0110 - LUANA GAZZOLA	50º LUGAR
5,0	0205 - JULANE B. KWIATKOVSKI	51º LUGAR
4,8	0253 - ELIZABETE FERREIRA	52º LUGAR
4,8	0240 - ANDRESSA M. DA ROSA	53º LUGAR
4,8	0358 - GISLEIDE AP. RODRIGUES	54º LUGAR
4,8	0375 - LUCILENE P. DOS SANTOS	55º LUGAR
4,8	0709 - MARIA CRISTIANE WUNDER	56º LUGAR
4,8	0427 - JOELICE MASCARELLO	57º LUGAR
4,8	0396 - CRISTIANE F. PEREIRA	58º LUGAR
4,8	0431 - ANDREIA MASSON	59º LUGAR
4,8	0014 - GISLAINE DA SILVA	60º LUGAR
4,8	0063 - ROSANE N. DA SILVA TOALDO	61º LUGAR
4,8	0099 - ARIANE SURDI	62º LUGAR
4,8	0046 - ADERLISE FATIMA R. SIVIERO	63º LUGAR

A MÉDIA FINAL É RESULTADO CONFORME CONSTA EM EDITAL ITEM 8.2.1 e ITEM, 8.2.2.
O CRITÉRIO DE DESEMPATE SE BASEIA NO ITEM 8.4 DO REFERIDO EDITAL.
PARA OS CARGOS DE PROFESSORES É ACRESCENTADO O PESO DOS TÍTULOS.

M.F AUXILIAR DE PROFESSOR - (Continuação)		CLASSIFICAÇÃO
4,8	0625 - JANE R. CAMPIONI	64º LUGAR
4,8	0211 - GISELE DA SILVA F. SETTI	65º LUGAR
4,6	0259 - ANA AP. SCHMIDT	66º LUGAR
4,6	0381 - SUELI C. WEBBER	67º LUGAR
4,6	0723 - MONAISE AP. DE F. AMALCABURIO	68º LUGAR
4,6	0650 - ANA CAROLINE GUIMARAES	69º LUGAR
4,6	0672 - ELISANGELA DE FATIMA R. CALEGARI	70º LUGAR
4,6	0687 - ROSANE MACHADO	71º LUGAR
4,6	0684 - MARIELI F. FACCIN	72º LUGAR
4,6	0486 - MARIA SIMONE X. A. DA ROSA	73º LUGAR
4,6	0489 - CHAIANE FRIZZO	74º LUGAR
4,6	0024 - MONICA L. DUARTE	75º LUGAR
4,6	0047 - ALDA ROSENEI C. CORDEIRO	76º LUGAR
4,6	0587 - ELIANE L. DOS SANTOS	77º LUGAR
4,6	0582 - DIANDRA P. COLOMBO	78º LUGAR
4,6	0546 - LUCILENE DA SILVA SARMENTO	79º LUGAR
4,6	0561 - ALINE BERNART BARETTA	80º LUGAR
4,6	0192 - JUCILENE T. SURDI	81º LUGAR
4,6	0163 - MARINES S. KOCH	82º LUGAR
4,6	0212 - CRISTIANE AP. DE OLIVEIRA	83º LUGAR
4,6	0213 - TAILANE G. DE MATOS MASSON	84º LUGAR
4,4	0232 - FRANCIELI M. VERGANI	85º LUGAR
4,4	0313 - GABRIELA SURDI	86º LUGAR
4,4	0337 - CARLA SIMONE VIGOLO	87º LUGAR
4,4	0697 - IANA LARISSA W. DARGA	88º LUGAR
4,4	0503 - GLACI MARIA P. S. BORGES	89º LUGAR
4,4	0504 - RENATA FERNANDA NORA	90º LUGAR
4,4	0080 - ADENIZIANA DAROS	91º LUGAR
4,4	0083 - ANA MARIA I. SURDI	92º LUGAR
4,4	0074 - ELAINE F. DOS SANTOS	93º LUGAR
4,4	0055 - CRISTIANE AP. ROSALEN	94º LUGAR
4,4	0601 - MARILCE GOTARDO	95º LUGAR
4,4	0518 - CHARLY MARCON	96º LUGAR
4,4	0156 - LILIAN DE FATIMA INACIO	97º LUGAR
4,2	0231 - NILZA THOMAZ DE V. BERGAMO	98º LUGAR
4,2	0308 - VILMA DA SILVA P. KUNZ	99º LUGAR
4,2	0321 - LAILA V. RODRIGUES	100º LUGAR
4,2	0387 - BELONI DA LUZ	101º LUGAR
4,2	0712 - JUCILEI TENUTTI	102º LUGAR
4,2	0760 - SIMONE DA SILVA RIBEIRO	103º LUGAR
4,2	0487 - VANESSA DE MATTOS	104º LUGAR
4,2	0497 - SOLANGE S. FACCIN COLOMBO	105º LUGAR
4,2	0034 - SCHAIANE BOLZANI	106º LUGAR
4,2	0058 - ALINE AP. DUTRA	107º LUGAR
4,2	0093 - ROSELAINA HOFFMA	108º LUGAR
4,2	0626 - MARIA G. ALVES MENDES	109º LUGAR
4,2	0559 - JOSANE AP. DE ALMEIDA	110º LUGAR
4,2	0627 - VANESSA DA SILVA	111º LUGAR
4,2	0154 - GELSSI C. CASSIANO	112º LUGAR

A MÉDIA FINAL É RESULTADO CONFORME CONSTA EM EDITAL ITEM 8.2.1 e ITEM, 8.2.2.
O CRITÉRIO DE DESEMPATE SE BASEIA NO ITEM 8.4 DO REFERIDO EDITAL.
PARA OS CARGOS DE PROFESSORES É ACRESCENTADO O PESO DOS TÍTULOS.

M.F AUXILIAR DE PROFESSOR - (Continuação)		CLASSIFICAÇÃO
4,2	0162 - JESIELE P. L. DUARTE	113º LUGAR
4,2	0819 - MELANIA P. RIBEIRO	114º LUGAR
4,0	0282 - DAIANA A. DE CAMPOS	115º LUGAR
4,0	0248 - ELINE J. CHAVES	116º LUGAR
4,0	0345 - SONIA TEREZINHA BARANCELLI	117º LUGAR
4,0	0764 - FLAVIA H. BONATO	118º LUGAR
4,0	0406 - KARIMONE PAULA GALIO	119º LUGAR
4,0	0450 - FRANCIELI AP. VIDI	120º LUGAR
4,0	0045 - ROSANGELA R. FACCIN	121º LUGAR
4,0	0594 - MICHELE PISSOLI	122º LUGAR
4,0	0540 - THAIS REGINA DO NASCIMENTO	123º LUGAR
4,0	0520 - JOZIANE CALEGARI	124º LUGAR
4,0	0168 - VANESSA SIVIERO	125º LUGAR
4,0	0132 - WILZIELINE F. S. DA COSTA	126º LUGAR
4,0	0191 - GRASIELA D. BORIN	127º LUGAR
4,0	0218 - FERNANDA C. SERENA	128º LUGAR
4,0	0178 - ELIANE L. DUARTE	129º LUGAR
4,0	0179 - SONA U. STRAPASSAO	130º LUGAR
4,0	0797 - FABIA CAMILA DA ROSA	131º LUGAR
4,0	0825 - DAIANE AP. DE CORDOVA	132º LUGAR
4,0	0623 - GRAZIELA G. COAS	133º LUGAR

TIT.	N.P	M.F	PROFESSOR DE ARTES	CLASSIFICAÇÃO
2	6,4	8,4	0394 - MIRIAN DE AZEVEDO E SILVA	1º LUGAR
2	6,0	8,0	0322 - MARCIA TEREZINHA HANEL TOSCAN	2º LUGAR
2	5,8	7,8	0611 - LILIA APARECIDA GOTARDO	3º LUGAR
1	6,6	7,6	0352 - ANGELA CARLA DORINI	4º LUGAR
2	5,6	7,6	0257 - EDITE BRESSAN SAVARIS	5º LUGAR
0	5,8	5,8	0172 - SILVANA APARECIDA ANTUNES	6º LUGAR
1	4,4	5,4	0139 - ELISETE SONEGO	7º LUGAR
0	5,0	5,0	0085 - MARILDA RODRIGUES	8º LUGAR
1	4,0	5,0	0410 - SILVANA BARETA	9º LUGAR
0	4,4	4,4	0115 - ROSANE DE OLIVEIRA SOUZA	10º LUGAR

M.F	SECRETÁRIO DE ESCOLA	CLASSIFICAÇÃO
8,8	0280 - MARCELA DARGA	1º LUGAR
6,4	0794 - KATIA BAZZO	2º LUGAR
6,0	0344 - NEIVA CRISTINA MECABO	3º LUGAR
5,8	0604 - LILIAN APARECIDA RAMOS	4º LUGAR
5,4	0706 - ELIZANE MARIA ALVES	5º LUGAR
5,0	0815 - VANDERSON PRONER CHIAMULERA	6º LUGAR
4,8	0491 - SCHAILANA MARA LOVATEL	7º LUGAR

**A MÉDIA FINAL É RESULTADO CONFORME CONSTA EM EDITAL ITEM 8.2.1 e ITEM, 8.2.2.
O CRITÉRIO DE DESEMPATE SE BASEIA NO ITEM 8.4 DO REFERIDO EDITAL.
PARA OS CARGOS DE PROFESSORES É ACRESCENTADO O PESO DOS TÍTULOS.**

TIT.	N.P	M.F	PROFESSOR DE MATEMÁTICA	CLASSIFICAÇÃO
2	8,2	10,2	0725 - DIRCE ADRIANE SCARTON	1º LUGAR
0	10,0	10,0	0572 - ALINE MARIA DE LIMA	2º LUGAR
2	7,8	9,8	0553 - CARMEN METZKE MARKUS	3º LUGAR
2	6,0	8,0	0612 - PATRICIA VIGANO	4º LUGAR
2	5,2	7,2	0010 - ANDREA RIBAS DE MATOS	5º LUGAR
0	5,8	5,8	0241 - SIMONE C. ZENI CORA	6º LUGAR
0	4,6	4,6	0365 - SIMONE CARVALHO DA SILVA	7º LUGAR

TIT.	N.P	M.F	PROFESSOR DE CIENCIAS	CLASSIFICAÇÃO
2	6,0	8,0	0220 - SIMONE SALETE ZAPALALIO	1º LUGAR
2	5,2	7,2	0778 - DENIR BRANCALIONE	2º LUGAR
2	5,0	7,0	0364 - CRISTIANE GALIO	3º LUGAR
0	5,0	5,0	0351 - HAIALA MICHELINI MASSON	4º LUGAR

TIT.	N.P	M.F	PROFESSOR LINGUA INGLESA	CLASSIFICAÇÃO
2	5,4	7,4	0197 - LUCIANA MILAN STRINGHI	1º LUGAR
2	4,4	6,4	0456 - VANUZA REGINA SITNIEWSKI	2º LUGAR
2	4,0	6,0	0338 -FRANCIELE FRANKE	3º LUGAR

TIT.	N.P	M.F	PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA	CLASSIFICAÇÃO
2	7,4	9,4	0505 - CLAUDIA MARIA PIOVEZAM	1º LUGAR
2	7,2	9,2	0323 - ARACELY AMALIA VIEL	2º LUGAR
2	6,8	8,8	0608 - ZAUDILE DURIGON	3º LUGAR
1	7,4	8,4	0347 - SAIONARA DE FATIMA A. RAMOS	4º LUGAR
1	6,0	7,0	0675 - LUANA PAULA RODRIGUES	5º LUGAR

M.F	FUTSAL - TREINAMENTO	CLASSIFICAÇÃO
7,0	0700 - MARCIO LUIZ WERLANG	1º LUGAR
6,6	0630 - SERGIO RODRIGUES DOS SANTOS	2º LUGAR

M.F	HANDEBOL - ESCOLINHA	CLASSIFICAÇÃO
5,0	0657 - JUCELMA ANGELA POGGERE	1º LUGAR

M.F	FUTSAL - ESCOLINHA	CLASSIFICAÇÃO
7,0	0228 - FELIPE JOSE MIQUELOTO	1º LUGAR

M.F	BOCHA - ESCOLINHA	CLASSIFICAÇÃO
7,8	0285 - ALVARO JOSE DE CASTRO M. HOLETZ	1º LUGAR
6,0	0719 - GILBERTO BASEI JUNIOR	2º LUGAR
4,8	0273 - GERSON ANTONIO PRANDO	3º LUGAR

M.F	FUTEBOL - ESCOLINHA	CLASSIFICAÇÃO
7,6	0783 - ROMI VILARINO LIRA	1º LUGAR

M.F	HAENCON-DO - ESCOLINHA	CLASSIFICAÇÃO
6,6	0157 - RUDEMAR DIRCEU DICKEL	1º LUGAR

A MÉDIA FINAL É RESULTADO CONFORME CONSTA EM EDITAL ITEM 8.2.1 e ITEM, 8.2.2.
O CRITÉRIO DE DESEMPATE SE BASEIA NO ITEM 8.4 DO REFERIDO EDITAL.
PARA OS CARGOS DE PROFESSORES É ACRESCENTADO O PESO DOS TÍTULOS.

M.F VOLEIBOL - ESCOLINHA		CLASSIFICAÇÃO
0,0	AUSENTE	
M.F TEC. ATIVIDADES DESPORTIVAS - XADREZ		CLASSIFICAÇÃO
6,6	0424 - EDISON LUIZ DE OLIVEIRA	1º LUGAR
M.F TEC. ATIVIDADES DESPORTIVAS - BOLÃO		CLASSIFICAÇÃO
NÃO HOUVE APROVAÇÃO		XXXX
M.F PROJETO CECON - INFORMÁTICA		CLASSIFICAÇÃO
8,0	0081 - NAIRA DELAZARI	1º LUGAR
6,4	0193 - CHALES ANTONIO ALVES	2º LUGAR
6,0	0355 - JONATAN FELIPE BONAMIGO	3º LUGAR
6,0	0525 - ALESSANDRA ROQUE DE MORAES	4º LUGAR
5,4	0414 - DENIS ZANARO RIBEIRO	5º LUGAR
5,4	0781 - CLAUDINOR DE ABREU	6º LUGAR
4,8	0210 - SABRINA ALMEIDA	7º LUGAR
4,6	0481 - ANDRE MARCIO NEUMANN	8º LUGAR
4,6	0667 - ELIANE FRANKE	9º LUGAR
M.F PROJETO CECON - RECREAÇÃO		CLASSIFICAÇÃO
7,0	0270 - LAURA BONADIMAN	1º LUGAR
7,0	0721 - JOSIMARI DONDONI DO AMARAL	2º LUGAR
6,6	0641 - PATRICIA OLIVERIO DA COSTA	3º LUGAR
5,0	0654 - ALINE APARECIDA SCHIMDT DAMBROS	4º LUGAR
M.F INST.TECNICO - ARTES CÊNICAS		CLASSIFICAÇÃO
8,0	0761 - ALDETE BOARETTO	1º LUGAR
7,6	0766 - FERNANDA SPIRONELO	2º LUGAR
6,6	0602 - LUCIANA CRISTINA BUSSACRO	3º LUGAR
5,0	0819 - ARLETE TEREZINHA GRALHA	4º LUGAR
M.F PROJETO CECON - CANTO		CLASSIFICAÇÃO
7,0	0219 - ALDINA DA SILVA BASEGGIO	1º LUGAR
4,6	0807 - EDINEI DA SILVA ROSSETE	2º LUGAR
M.F PROJETO CECON - CUSTOMIZAÇÃO		CLASSIFICAÇÃO
6,0	0678 - ANA MARIZE SAVARIS DORINI	1º LUGAR
M.F PROJETO CECON - ARTE APLICADA		CLASSIFICAÇÃO
4,6	0782 - ALINE SOCCOL	1º LUGAR
M.F PROJETO CECON - CULINÁRIA		CLASSIFICAÇÃO
6,8	0143 - ELIANA MARIA SARTORI DAMBROS	1º LUGAR
M.F PROJETO CECON - BIJUTERIA		CLASSIFICAÇÃO
4,4	0733 - NILCE TOALDO DAMBROS	1º LUGAR

**A MÉDIA FINAL É RESULTADO CONFORME CONSTA EM EDITAL ITEM 8.2.1 e ITEM, 8.2.2.
O CRITÉRIO DE DESEMPATE SE BASEIA NO ITEM 8.4 DO REFERIDO EDITAL.
PARA OS CARGOS DE PROFESSORES É ACRESCENTADO O PESO DOS TÍTULOS.**

TIT.	N.P	M.F	PROFESSOR DE INFORMÁTICA	CLASSIFICAÇÃO
1	7,4	8,4	0119 - ANA PAULA FRANCESCHI	1º LUGAR
0	7,0	7,0	0767 - ANDRE LUIZ RECALCATTI	2º LUGAR
2	5,0	7,0	0460 - LUCI RAMOS FACHIN	3º LUGAR
1	5,8	6,8	0720 - ANGELICA RIBEIRO GALIO	4º LUGAR
1	5,6	6,6	0656 - THIAGO THEODORO DA SILVA	5º LUGAR
0	4,8	4,8	0784 - ROBSON RODRIGO DE ROSSI	6º LUGAR

TIT.	N.P	M.F	PROFESSOR DE HISTÓRIA	CLASSIFICAÇÃO
2	6,6	8,6	0713 - SELMAR JOSE KLEIN	1º LUGAR
1	6,4	7,4	0770 - EDNA APARECIDA PETRY	2º LUGAR
0	6,8	6,8	0316 - JORGE LUIZ MECABO	3º LUGAR
0	5,8	5,8	0584 - ROCYANA BRANDAO	4º LUGAR
0	5,8	5,8	0771 - CARLOS EDUARDO JUNG	5º LUGAR

TIT.	N.P	M.F	PROFESSOR DE GEOGRAFIA	CLASSIFICAÇÃO
2	6,8	8,8	0413 - MARCIA ROSANA BARTH	1º LUGAR
2	6,0	8,0	0521 - VANIA SCHWAIZER	2º LUGAR
0	5,8	5,8	0649 - ANDRE MARTINAZZO	3º LUGAR
0	4,2	4,2	0827 - EDINARA MADRUGA E SOUZA	4º LUGAR

TIT.	N.P	M.F	PROFESSOR PEDAGOGIA - EDUC. INFANTIL	CLASSIFICAÇÃO
2	7,6	9,6	0022 - CLECIANE DA SILVA	1º LUGAR
2	7,6	9,6	0759 - MARCIA PEROTONI	2º LUGAR
2	7,4	9,4	0234 - LEILA ROBERTA BARETA	3º LUGAR
2	7,2	9,2	0247 - MAVIS CAPELETI	4º LUGAR
2	7,2	9,2	0449 - GECY TEREZINHA D. DAMBROS	5º LUGAR
2	7,0	9,0	0071 - CLEUSA DE LURDES B. GENARO	6º LUGAR
2	7,0	9,0	0506 - GISELE APARECIDA SZEMASQUI	7º LUGAR
2	6,6	8,6	0339 - MARCIA APARECIDA SUSIN HACK	8º LUGAR
2	6,4	8,4	0246 - MARCIA CAROLINA MULLER	9º LUGAR
2	6,4	8,4	0102 - MARIZA LUCIA SONEGO	10º LUGAR
2	6,4	8,4	0664 - DULCE DA SILVA GIACOMELI	11º LUGAR
2	6,4	8,4	0073 - LILIAN MENDES MOREIRA	12º LUGAR
2	6,4	8,4	0683 - ELIANE MARTINELI	13º LUGAR
1	7,2	8,2	0438 - JOCINEIA LUKACVIZ	14º LUGAR
2	6,2	8,2	0646 - ARINEIDE DE FATIMA HERMES	15º LUGAR
2	6,2	8,2	0341 - IVANIR SALETE DUARTE DORINI	16º LUGAR
2	6,0	8,0	0268 - JOCILEI DORIGON HELT	17º LUGAR
2	6,0	8,0	0408 - ROSELI ZANON CORDEIRO	18º LUGAR
2	5,8	7,8	0340 - MONICA MARTA STILMER	19º LUGAR
2	5,8	7,8	0492 - CARLA SOARES DE ALMEIDA	20º LUGAR
2	5,8	7,8	0272 - ELENA APARECIDA O. MENEGAZZO	21º LUGAR
2	5,8	7,8	0488 - ANDREIA FRASSETTO BAZZO	22º LUGAR
2	5,6	7,6	0177 - FATIMA S. DA SILVA	23º LUGAR
2	5,6	7,6	0589 - MARCIA MARIA B. MARQUES	24º LUGAR
2	5,6	7,6	0354 - ELUSA P. SANTOS N. DE MATOS	25º LUGAR
2	5,6	7,6	0555 - SILVANA MARISTELA M. VETORAZI	26º LUGAR
2	5,4	7,4	0539 - GRACIELE HELT TIEPO	27º LUGAR
2	5,4	7,4	0642 - JULIANA PIEIRI DUARTE	28º LUGAR

**A MÉDIA FINAL É RESULTADO CONFORME CONSTA EM EDITAL ITEM 8.2.1 e ITEM, 8.2.2.
O CRITÉRIO DE DESEMPATE SE BASEIA NO ITEM 8.4 DO REFERIDO EDITAL.
PARA OS CARGOS DE PROFESSORES É ACRESCENTADO O PESO DOS TÍTULOS.**

TIT.	N.P	M.F	PROFESSOR PEDAGOGIA - EDUC. INFANTIL	CLASSIFICAÇÃO
1	6,2	7,2	0237 - KAREN ALBERTI HELT	29º LUGAR
2	5,2	7,2	0448 - JOCEMARA DE LIMA	30º LUGAR
2	5,2	7,2	0182 - LOURDES VIDI DAMBROS	31º LUGAR
2	5,2	7,2	0652 - CARMEM LUCIA C. BONATO	32º LUGAR
0	7,0	7,0	0190 - MELANIA ALVES	33º LUGAR
0	6,8	6,8	0216 - ROSANE R. DA SILVA E SOUZA	34º LUGAR
1	5,8	6,8	0645 - LIDIANE KOCH	35º LUGAR
1	5,8	6,8	0494 - SIMAIQUI TERESINHA DOS SANTOS	36º LUGAR
1	5,8	6,8	0175 - NEIVA APARECIDA S. MANTOVANI	37º LUGAR
1	5,8	6,8	0207 - MIRIAN MASCARELLO	38º LUGAR
1	5,6	6,6	0436 - ELIZANDRA CARLA GASPARINI	39º LUGAR
2	4,6	6,6	0187 - KARLA LUCIANA VICARI MENEGAS	40º LUGAR
1	5,4	6,4	0660 - KELLY CRISTINE BIARZI	41º LUGAR
2	4,4	6,4	0395 - SANDRA MARA TURATTO	42º LUGAR
1	5,2	6,2	0524 - JANE MARIA DE ANDRADE	43º LUGAR
1	5,2	6,2	0522 - NADIA MARIA SUZIN	44º LUGAR
0	6,0	6,0	0167 - ROSEMARI PIRES SARETA	45º LUGAR
0	6,0	6,0	0577 - EDILAINE KARINE F. DE OLIVEIRA	46º LUGAR
1	5,0	6,0	0698 - JANICE SALETE DA SILVA	47º LUGAR
2	4,0	6,0	0515 - SIRLEI CASSUBA	48º LUGAR
0	5,6	5,6	0681 - FERNANDA DEISI RAMOS	49º LUGAR
0	5,6	5,6	0318 - SABRINA LOVISON	50º LUGAR
0	5,4	5,4	0478 - NAIANA ANGELICA SCARTON	51º LUGAR
0	5,4	5,4	0041 - MONEA SOARES B. PESSOLI	52º LUGAR
0	5,2	5,2	0616 - DAIANE KIELING	53º LUGAR
0	5,2	5,2	0130 - FRANCIELE ALINE ZUCCHI	54º LUGAR
0	5,0	5,0	0004 - LISIANE MARIA MASSON	55º LUGAR
0	4,8	4,8	0477 - ZENIR APARECIDA S. SCARTON	56º LUGAR
0	4,6	4,6	0509 - GENICE V. SOARES DOS SANTOS	57º LUGAR
0	4,0	4,0	0701 - KELI POLO	58º LUGAR

TIT.	N.P	M.F	PROFESSOR PEDAGOGIA - SÉRIES INICIAIS	CLASSIFICAÇÃO
2	6,0	8,0	0537 - CLAUDETE ANDREIS BLANCK	1º LUGAR
2	5,8	7,8	0442 - JAQUELINE ISGANZELA	2º LUGAR
2	5,8	7,8	0692 - PATRICIA FATIMA T. BARETA	3º LUGAR
2	5,6	7,6	0622 - MARIZA ELI DALIA M. CASARA	4º LUGAR
2	5,4	7,4	0235 - GILBERTO JOSE VARGAS	5º LUGAR
2	5,4	7,4	0446 - ANDREA APARECIDA DE AZEVEDO	6º LUGAR
2	5,4	7,4	0238 - LUCIANA CRISTINA T. BARETA	7º LUGAR
1	6,2	7,2	0415 - TAILANE ESGANZELA	8º LUGAR
2	5,2	7,2	0068 - ROSELANGE LANCINI GARCIA	9º LUGAR
2	5,2	7,2	0726 - ROSILEI BARETA	10º LUGAR
2	5,2	7,2	0042 - DEBORA A. AZEVEDO RODRIGUES	11º LUGAR
2	5,2	7,2	0101 - EVANI MARICHEN LAMB RIFFEL	12º LUGAR
2	5,0	7,0	0382 - GISELI APARECIDA B. COLOMBO	13º LUGAR
2	5,0	7,0	0545 - DIANA REGINA VIGANO	14º LUGAR
2	5,0	7,0	0563 - ANALINE BASEI DA ROSA	15º LUGAR
2	4,8	6,8	0400 - JANETE LUCIA BEVILAQUA	16º LUGAR



2 4,8 6,8 0534 - ELIZANGA A. de I. LEVANDO 17º LUGAR

A MÉDIA FINAL É RESULTADO CONFORME CONSTA EM EDITAL ITEM 8.2.1 e ITEM, 8.2.2.
O CRITÉRIO DE DESEMPATE SE BASEIA NO ITEM 8.4 DO REFERIDO EDITAL.
PARA OS CARGOS DE PROFESSORES É ACRESCENTADO O PESO DOS TÍTULOS.

TIT.	N.P	M.F	PROFESSOR PEDAGOGIA - SÉRIES INICIAIS	CLASSIFICAÇÃO
2	4,6	6,6	0409 - AMARILDA APARECIDA R. DAMBROS	18º LUGAR
2	4,6	6,6	0473 - DIRLEI DA SILVA	19º LUGAR
2	4,4	6,4	0317 - JOSIANE BALBINOT	20º LUGAR
2	4,4	6,4	0465 - FRANCIANE TONINI	21º LUGAR
2	4,4	6,4	0512 - FRANCIELE RIBEIRO MARCONDES	22º LUGAR
2	4,4	6,4	0439 - ANA ELOI S. DE OLIVEIRA	23º LUGAR
2	4,4	6,4	0722 - LUCRECIA COLOMBO	24º LUGAR
2	4,4	6,4	0547 - MARIA GORETE ZANATTA	25º LUGAR
2	4,2	6,2	0388 - SILVIA REGINA DE GODOY	26º LUGAR
2	4,2	6,2	0597 - VERA LUCIA A. O. ALMEIDA	27º LUGAR
1	5,0	6,0	0105 - JIOVANA A. G. FRANCESCHINI	28º LUGAR
1	5,0	6,0	0373 - BEATRIZ ALMEIDA RAMOS	29º LUGAR
1	5,0	6,0	0586 - ROSEMERI PRANDO	30º LUGAR
1	5,0	6,0	0663 - GISSELE BEATRIZ BOF. DA CAZ	31º LUGAR
2	4,0	6,0	0757 - ANA PAULA SOCCOL	32º LUGAR
2	4,0	6,0	0078 - REGIANE CRISTINA L. GIULIATO	33º LUGAR
2	4,0	6,0	0421 - BELONI DOS PRAZERES DA SILVA	34º LUGAR
1	4,8	5,8	0499 - NIANE DE AZEVEDO	35º LUGAR
1	4,6	5,6	0813 - MARIA REGINA L. C. MILESKI	36º LUGAR
1	4,0	5,0	0343 - JUCIANE FATIMA M. LOPES	37º LUGAR
0	4,8	4,8	0350 - MARISOL BEATRIZ ALVES	38º LUGAR
0	4,8	4,8	0653 - MARINES REMOALDO DUTRA	39º LUGAR

M.F	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	CLASSIFICAÇÃO
9,2	0796 - GRAZIELI DE MATTOS	1º LUGAR
9,2	0027 - ADRIANA MANDELICHE	2º LUGAR
9,0	0155 - JOSIANI CASSIANO	3º LUGAR
8,8	0160 - MERILIN CAROLINE DE LIMA	4º LUGAR
8,8	0688 - ANALU FRANCISCA OLIVO V. TESSARO	5º LUGAR
8,8	0714 - DAIANE MORESCO CASADO	6º LUGAR
8,8	0470 - JOELMA APARECIDA GANZALA	7º LUGAR
8,8	0330 - LURDETE FATIMA ANDRIONI	8º LUGAR
8,4	0366 - ADRIANE DE LIMA	9º LUGAR
8,4	0718 - DAILI VIEIRA LOPES ZANARO	10º LUGAR
8,4	0053 - EDENARA MARIA M. DOS SANTOS	11º LUGAR
8,4	0261 - LECI TERESINHA DE ALMEIDA	12º LUGAR
8,2	0052 - LUCIMARI MENDES R. CALLUANS	13º LUGAR
8,2	0088 - BEATRIS DE LIMA	14º LUGAR
8,0	0275 - ANGELA APARECIDA PEZZOLE	15º LUGAR
8,0	0170 - MARLI TEREZINHA SURDI	16º LUGAR
7,8	0353 - SIRLEI FERNANDES DE LIMA	17º LUGAR
7,6	0289 - FRANCIELI TATIANA ALMEIDA	18º LUGAR
7,6	0057 - SIMONE APARECIDA DA SILVA	19º LUGAR
7,4	0779 - LETICIA ISABEL MULLER	20º LUGAR
7,2	0610 - BEATRIZ LOPES DUARTE	21º LUGAR
7,2	0214 - EUNICE FERREIRA C. SOARES	22º LUGAR
7,0	0229 - MIRIAM JAQUELINE R. MACHAJEWSKI	23º LUGAR

A MÉDIA FINAL É RESULTADO CONFORME CONSTA EM EDITAL ITEM 8.2.1 e ITEM, 8.2.2.
O CRITÉRIO DE DESEMPATE SE BASEIA NO ITEM 8.4 DO REFERIDO EDITAL.
PARA OS CARGOS DE PROFESSORES É ACRESCENTADO O PESO DOS TÍTULOS.

M.F AUXILIAR DE ENFERMAGEM - (Continuação)		CLASSIFICAÇÃO
7,0	0011 - ELIZABETE SIMONE BOF	24º LUGAR
6,6	0666 - MARLEI APARECIDA FRACASSO	25º LUGAR
6,6	0826 - LEDIANE TOSCAN	26º LUGAR
M.F AGENTE SERV. GERAIS - INFRA - ESTRUT.		CLASSIFICAÇÃO
8,2	0422 - DEIVID SAMUEL LISBOA	1º LUGAR
8,0	0113 - ALDECIR JOSE DE SOUZA	2º LUGAR
7,8	0621 - EVERTON NEVES CORREA	3º LUGAR
7,6	0556 - ADILSON EZEQUIEL SOARES	4º LUGAR
7,4	0469 - MARCELO RODRIGO TAVARES	5º LUGAR
7,4	0131 - RAMIRO MARCELO DOS SANTOS	6º LUGAR
7,2	0716 - VALTER FABONATTO WOYNHAM	7º LUGAR
7,0	0386 - THIAGO JULIAN SURDI	8º LUGAR
7,0	0007 - CLAUDIO ROBERTO FORTUNA	9º LUGAR
6,8	0128 - SANDRO LUIZ GONÇALVES DA SILVA	10º LUGAR
6,8	0822 - EDENILSON JOSE LOPES	11º LUGAR
6,8	0120 - FERNANDO TENUTTI	12º LUGAR
6,8	0198 - FLAVIO JOSE DONDONI	13º LUGAR
6,8	0203 - ALCIR ROCHA PEREIRA	14º LUGAR
6,6	0121 - GUSTAVO BOTARI	15º LUGAR
6,4	0378 - JAISON MARCOS PEREIRA	16º LUGAR
6,0	0091 - ANACLETO KRAUZE	17º LUGAR
6,0	0114 - EVERSON GABRIEL KLAUZ	18º LUGAR
5,8	0562 - ARI ADEMIR MACHADO	19º LUGAR
5,8	0786 - ADELINO BARETTA	20º LUGAR
5,4	0260 - EZEQUIEL ALVES DA SILVEIRA	21º LUGAR
5,2	0018 - MARCOS BATISTA DOS SANTOS	22º LUGAR
5,2	0371 - PAULO CEZAR CLEN	23º LUGAR
5,0	0428 - RONILDO LUIZ DE MATOS	24º LUGAR
5,0	0495 - ADILSON DE ALMEIDA MARQUES	25º LUGAR
5,0	0573 - ALEXSANDRO TEODORO DA SILVA	26º LUGAR
5,0	0810 - EVERTON ALVES FERREIRA	27º LUGAR
4,6	0196 - FABIANO LAUX	28º LUGAR
M.F FARMACEUTICO - BIOQUIMICO		CLASSIFICAÇÃO
5,8	0051 - CAROLINA SPADER	1º LUGAR
5,4	0804 - JULIANA AMERICO RIBEIRO	2º LUGAR
M.F FONOAUDIOLOGO		CLASSIFICAÇÃO
6,6	0647 - TATIANE CLOSS PRESTES	1º LUGAR
M.F ASSISTENTE SOCIAL		CLASSIFICAÇÃO
5,2	0295 - ADRIANE DALAZEN	1º LUGAR
4,0	0789 - FERNANDA DEPORTE	2º LUGAR

A MÉDIA FINAL É RESULTADO CONFORME CONSTA EM EDITAL ITEM 8.2.1 e ITEM, 8.2.2.
O CRITÉRIO DE DESEMPATE SE BASEIA NO ITEM 8.4 DO REFERIDO EDITAL.
PARA OS CARGOS DE PROFESSORES É ACRESCENTADO O PESO DOS TÍTULOS.

M.F PSICÓLOGO		CLASSIFICAÇÃO
6,4	0296 - ROSELAINE BEVILAQUA	1º LUGAR
6,4	0762 - THIAGO DAMBROS	2º LUGAR
6,4	0393 - CARISE F. WOICIECHOSKI	3º LUGAR
6,2	0738 - LILIANA U. M. Z. A. DAS ROSAS	4º LUGAR
6,2	0576 - KELLY C. LOPES MOSCHEN	5º LUGAR
6,0	0763 - EDILENE TRENTIN	6º LUGAR
5,8	0599 - SANDRA AP. DACAS	7º LUGAR
5,8	0750 - ROGER M. CONTE	8º LUGAR
5,6	0727 - SIMONE C. SCHIMIDT	9º LUGAR
4,6	0417 - JOZIANE M. PAZ	10º LUGAR
4,4	0609 - DAIANE P. CARDOSO	11º LUGAR
4,0	0199 - ALESANDRA SEGALIM	12º LUGAR

M.F ESCRITURÁRIO		CLASSIFICAÇÃO
6,8	0829 - SARAH POLLIANNA SOARES	1º LUGAR
6,4	0814 - ALEX DA SILVA	2º LUGAR
6,4	0578 - MAICON CESAR SCHILLER	3º LUGAR
6,2	0173 - MAYCON LUIZ RIQUETI	4º LUGAR
6,2	0593 - JURACI FRIGO	5º LUGAR
6,2	0283 - FRANCIELI SILVEIRA DE AVILA	6º LUGAR
6,0	0405 - EDSON RAUL MASSON	7º LUGAR
5,8	0548 - JULIANA HELD	8º LUGAR
5,6	0201 - FLAVIA ANTUNES PIRES	9º LUGAR
5,6	0514 - GUSTAVO MEYER MOREIRA	10º LUGAR
5,6	0614 - CARIZE VIDI	11º LUGAR
5,4	0823 - GEOCASTRIA DO NASCIMENTO	12º LUGAR
5,4	0808 - FELIPE TIAGO VARELA PAIM	13º LUGAR
5,4	0550 - CAMILA PARIZZOTTO DE MATTOS	14º LUGAR
5,4	0619 - DANIELA HOSELBAUER	15º LUGAR
5,4	0676 - CRISTIANO SCHIMITT	16º LUGAR
5,2	0655 - LEONARDO DAMBROS	17º LUGAR
5,2	0730 - RENAN DALAVECHIA	18º LUGAR
5,2	0607 - EDIPO CHAVES STOPASSOLA	19º LUGAR
5,2	0596 - DAIANA DE MATOS	20º LUGAR
5,2	0620 - DARCI ADAO DA SILVA JUNIOR	21º LUGAR
5,2	0146 - TATIANA REGINA BROETO	22º LUGAR
5,2	0800 - CASSIO BRUNETTO	23º LUGAR
5,0	0096 - DANIELI ZUCCO	24º LUGAR
5,0	0019 - ISAIAS MORESCO	25º LUGAR
5,0	0452 - TARIK GORONZI	26º LUGAR
5,0	0724 - JUSCELAINI CRISTINI ROSSETI	27º LUGAR
5,0	0543 - JOCIELI PAULA DA LUZ	28º LUGAR
4,8	0284 - GISELI SIEPMANN	29º LUGAR
4,8	0176 - LASSARA BORTOLINI	30º LUGAR
4,8	0225 - LEANDRO BATISTA DA SILVA	31º LUGAR
4,6	0707 - DANIELE POLO	32º LUGAR
4,6	0097 - MONICA LOPES DA CUNHA	33º LUGAR

A MÉDIA FINAL É RESULTADO CONFORME CONSTA EM EDITAL ITEM 8.2.1 e ITEM, 8.2.2.
O CRITÉRIO DE DESEMPATE SE BASEIA NO ITEM 8.4 DO REFERIDO EDITAL.
PARA OS CARGOS DE PROFESSORES É ACRESCENTADO O PESO DOS TÍTULOS.

M.F ESCRITURÁRIO - (Continuação)		CLASSIFICAÇÃO
4,4	0084 - ELAINE FATIMA GOTARDO	34º LUGAR
4,4	0301 - VANDERLEI MADRUGA DA ROSA	35º LUGAR
4,4	0324 - CLAIR BALDO	36º LUGAR
4,4	0535 - ANELISE RODRIGUES DE LIMA	37º LUGAR
4,2	0264 - PAULA MALTAURO	38º LUGAR
4,2	0752 - TAIARA GABRIELA HINKEL	39º LUGAR
4,2	0226 - GERONIMO RODRIGO BESEN	40º LUGAR
4,2	0526 - FLAVIA FERNANDA FACCIN	41º LUGAR
4,2	0463 - GREICIELI SCHUERMANN	42º LUGAR
4,2	0737 - BRUNA BOARETO	43º LUGAR
4,0	0402 - TAMARA KARINE HORLE	44º LUGAR
4,0	0498 - DANIELA SCHWAIZER	45º LUGAR
4,0	0508 - KATIANE APARECIDA DE MATOS	46º LUGAR
4,0	0665 - ACACIO DA SILVA	47º LUGAR
M.F AG.SERV.GERAIS - ED. DEMAIS SECRETARIAS		CLASSIFICAÇÃO
9,4	0274 - TATIANE B.CAMARCO DOS SANTOS	1º LUGAR
8,8	0082 - MARIA APARECIDA DONDONI	2º LUGAR
8,4	0126 - DIRLEI VON BORSTEL DA SILVEIRA	3º LUGAR
8,2	0528 - LUANA PAULA BRESSAN	4º LUGAR
8,2	0092 - ROSILENE DUTRA	5º LUGAR
8,2	0380 - ADRIANA DA SILVA	6º LUGAR
8,2	0148 - TEREZINHA B. COLOMBO	7º LUGAR
8,0	0658 - VANESSA APARECIDA S.A.DOS REIS	8º LUGAR
8,0	0774 - LUCIANE DURIGON	9º LUGAR
8,0	0775 - SIMONE ANTUNES DE ALMEIDA P.	10º LUGAR
8,0	0048 - NEIVA REBELATTO	11º LUGAR
7,8	0303 - CRISTINA STECKLING	12º LUGAR
7,8	0171 - ESTELA MACIEL	13º LUGAR
7,8	0455 - ANA CRSITINA BACHER	14º LUGAR
7,8	0360 - NEUZA TEREZINHA STEFANIAK	15º LUGAR
7,8	0640 - TANIA MARIA DALAVEQUIA ERCOLES	16º LUGAR
7,8	0669 - LUSIANA ANGELI HACHMANN	17º LUGAR
7,6	0033 - MONICA FATIMA DA LUZ BEAZE	18º LUGAR
7,6	0808 - ANA CLAUDIA LAUX	19º LUGAR
7,6	0429 - JULIANA PAULA MASSON	20º LUGAR
7,6	0104 - LUANE IONE STUMPF	21º LUGAR
7,6	0496 - JOSEANE CARDOSO EVARISTO	22º LUGAR
7,6	0335 - CLAUDIANE KLEEMANN	23º LUGAR
7,6	0098 - ADERLEI TEREZINHA DE ARAUJO	24º LUGAR
7,6	0485 - ILENIR SCAPIM DO AMARAL	25º LUGAR
7,6	0202 - MARINES APARECIDA T. VARGAS	26º LUGAR
7,4	0820 - EDINA DOS REIS ANGELI	27º LUGAR
7,4	0732 - CLEIA MARA DEMIN	28º LUGAR
7,4	0552 - ANA PAULA DE OLIVEIRA	29º LUGAR
7,4	0174 - DIANA CLARA KLEMMANN	30º LUGAR
7,4	0480 - JUCIMARA DA LUZ	31º LUGAR

A MÉDIA FINAL É RESULTADO CONFORME CONSTA EM EDITAL ITEM 8.2.1 e ITEM, 8.2.2.
O CRITÉRIO DE DESEMPATE SE BASEIA NO ITEM 8.4 DO REFERIDO EDITAL.
PARA OS CARGOS DE PROFESSORES É ACRESCENTADO O PESO DOS TÍTULOS.

M.F	AG.SERV.GERAIS - ED. DEMAIS SECRETARIAS - (Continuação)	CLASSIFICAÇÃO
7,4	0523 - DAIANE SAIONARA LIOTTO	32º LUGAR
7,4	0419 - ELISIANE SLOGO	33º LUGAR
7,4	0070 - ODETE RODRIGUES	34º LUGAR
7,4	0258 - MARISTELA DE ASSIS	35º LUGAR
7,4	0748 - VIVIANE SCHEURMANN	36º LUGAR
7,2	0095 - LILIANE BRANDINI	37º LUGAR
7,2	0137 - LOENI A. DA LUZ ANDRADE	38º LUGAR
7,2	0067 - ZIRLEI T. BERGAMO HACHAMANN	39º LUGAR
7,2	0049 - SONIA MARIA LISBOA	40º LUGAR
7,2	0236 - IVANI WIRTH AZEVEDO E SILVA	41º LUGAR
7,2	0567 - MIRIAN THAISY DA COSTA DOS REIS	42º LUGAR
7,2	0161 - DANIELA APARECIDA VIERO DE SOUZA	43º LUGAR
7,0	0695 - MICHELI OLIVERIO DA COSTA	44º LUGAR
7,0	0799 - MELANIA DE SOUZA	45º LUGAR
7,0	0791 - NERCY RODRIGUES DA SILVA	46º LUGAR
7,0	0651 - CLEONI PELEGEIRO CHUMA	47º LUGAR
7,0	0440 - IRACEMA MACHADO	48º LUGAR
7,0	0580 - TANIA CELIA DA COSTA DOS REIS	49º LUGAR
7,0	0538 - ANDREIA APARECIDA BONASSI	50º LUGAR
6,8	0009 - ROSELI VIEIRA LOPES	51º LUGAR
6,8	0643 - LUCIELA GROSS	52º LUGAR
6,8	0574 - LUCIANA DE LIMA	53º LUGAR
6,8	0359 - IRENE WIRTH HORLE	54º LUGAR
6,6	0356 - IVANICE WIRTH ZASTROW	55º LUGAR
6,6	0362 - SINAIRA DE AQUAR DE ALMEIDA	56º LUGAR
6,6	0765 - DAIANE APARECIDA PEREIRA	57º LUGAR
6,4	0030 - ARACELI ALVES DA SILVEIRA	58º LUGAR
6,4	0103 - MARLENE TEREZINHA HELLER	59º LUGAR
6,4	0107 - EDICLEA DIDEA MUNERON	60º LUGAR
6,4	0116 - SARA CRISTIANE DOS SANTOS	61º LUGAR
6,4	0195 - SALETE CELIBERTI PARIS	62º LUGAR
6,4	0250 - IRENE MACHADO GRAUER	63º LUGAR
6,4	0255 - LEONICE DOS SANTOS BILIBIO	64º LUGAR
6,4	0513 - GLECIA DA SILVA	65º LUGAR
6,4	0588 - CLAUZIA JANETTE TONIAL COLOMBO	66º LUGAR
6,4	0746 - JANETE ALBINA CAMPIONI MASSON	67º LUGAR
6,2	0040 - FRANCIELI APARECIDA FERREIRA	68º LUGAR
6,2	0044 - MARISA FATIMA CARNIEL DAMACENA	69º LUGAR
6,2	0269 - JANAINA GONCALVES DA SILVA	70º LUGAR
6,2	0331 - VERA TEREZINHA LOPES DUARTE	71º LUGAR
6,0	0036 - ADELAIDE MARIA SCHUSTER FERREIRA	72º LUGAR
6,0	0062 - MICHELE APARECIDA ANTUNES	73º LUGAR
6,0	0141 - LUCIANA SILVA AMORIN	74º LUGAR
6,0	0208 - JUCELI MAUSOLF	75º LUGAR
6,0	0474 - ANA CLAUDIA ALVES	76º LUGAR
6,0	0575 - PATRICIA APARECIDA VIEIRA	77º LUGAR
6,0	0703 - TANDARA MARQUES CABRAL	78º LUGAR
6,0	0715 - JUCIANE SANTOS TRINDADE	79º LUGAR



6,0 0731 - LUCIANA CORREIA levando você para o futuro.
5,8 0003 - MARIA CRISTINA HINZ MORESCO

80º LUGAR
81º LUGAR

A MÉDIA FINAL É RESULTADO CONFORME CONSTA EM EDITAL ITEM 8.2.1 e ITEM, 8.2.2.
O CRITÉRIO DE DESEMPATE SE BASEIA NO ITEM 8.4 DO REFERIDO EDITAL.
PARA OS CARGOS DE PROFESSORES É ACRESCENTADO O PESO DOS TÍTULOS.

M.F	AG.SERV.GERAIS - ED. DEMAIS SECRETARIAS	CLASSIFICAÇÃO
5,8	0017 - CLAUDETE LOPES BATISTA	82º LUGAR
5,8	0123 - ELIANE DANIELA TIEPO	83º LUGAR
5,8	0127 - VANESSA ANTUNES TIEPO	84º LUGAR
5,8	0147 - AURIDEA ARAUJO	85º LUGAR
5,8	0183 - LETICIA MENDES RODRIGUES	86º LUGAR
5,8	0307 - VANILDA DOS SANTOS	87º LUGAR
5,8	0390 - ANDREIA DOS SANTOS	88º LUGAR
5,8	0500 - VIDALVINA DE RAMOS	89º LUGAR
5,8	0787 - VANUZA FIOR	90º LUGAR
5,6	0158 - DERCI SCHIMDT SOARES DE MELLO	91º LUGAR
5,6	0288 - FABIANA FRANCO DOS SANTOS	92º LUGAR
5,6	0407 - JOSIANE MARA ANGELI	93º LUGAR
5,6	0549 - CARINA RAQUEL SCHUTZ BASEI	94º LUGAR
5,6	0742 - DEISI FRANCIELI MASCARELO	95º LUGAR
5,4	0029 - BEATRIZ FERREIRA CAVALI	96º LUGAR
5,4	0227 - MARCIA DA FONSECA	97º LUGAR
5,2	0087 - SIMONE DA SILVA K. ZENI	98º LUGAR
5,2	0293 - GENESIA IRENE DE LIMA CORDEIRO	99º LUGAR
5,2	0299 - ZELIA ANTONIA DE AZEVEDO ZINI	100º LUGAR
5,2	0306 - LIDIANI DA SILVA	101º LUGAR
5,2	0385 - VERA LUCIA KUNRATH	102º LUGAR
5,2	0536 - RAQUIEL ELOI NESSELLO	103º LUGAR
5,2	0591 - CLECI HACHMANN BOARETO	104º LUGAR
5,2	0772 - JENIFER CAROSSO	105º LUGAR
5,0	0389 - DILVA TEREZINHA BONASSI	106º LUGAR
4,8	0585 - CLAUDINEIA DE LOURDES CARLETE	107º LUGAR
4,8	0743 - JERUSA MACHADO	108º LUGAR
4,8	0803 - SOLANGE CRISTINA DE ANDRADE	109º LUGAR
4,6	0379 - MARILENE MACHADO	110º LUGAR
4,4	0150 - LAIRDE MAGENTANZ MANTHEI	111º LUGAR
4,4	0490 - CLAUDIA MARIA DALL ORSOLETTA	112º LUGAR
4,4	0699 - SOELI DE JESUS DOS PASSOS	113º LUGAR
4,4	0788 - SAIONARA A. DOS SANTOS SCHIMIDT	114º LUGAR
4,2	0328 - ADRIANA THEODORO DA SILVA	115º LUGAR
4,0	0020 - ANDREIA VIEIRA	116º LUGAR
4,0	0256 - IRENE PILGER DA LUZ	117º LUGAR
4,0	0298 - MARCIA MOMBACH PEREIRA	118º LUGAR
4,0	0773 - KELLY CRISTINE F. GRACIAS	119º LUGAR

Prova Prática Recurso - Edital 027.2010**CLASSIFICAÇÃO DO SELETIVO 027/2010**

(RELAÇÃO DAS APROVAÇÕES COM NOTAS MAIOR OU IGUAL A QUATRO)

A MÉDIA FINAL É RESULTADO CONFORME CONSTA EM EDITAL ITEM 8.2.1 e ITEM, 8.2.2.
O CRITÉRIO DE DESEMPATE SE BASEIA NO ITEM 8.4 DO REFERIDO EDITAL.
PARA OS CARGOS DE PROFESSORES É ACRESCENTADO O PESO DOS TÍTULOS.

NPE	NPP	MF	CARPINTEIRO	CLASSIFICAÇÃO
7,4	8,0	7,7	0816 - LUIZ EUGENIO STIEHL	1º LUGAR
7,6	7,0	7,3	0372 - HILTON DE VARGAS	2º LUGAR
7,0	5,0	6,0	0325 - PAULO ROBERTO L. DE OLIVEIRA	3º LUGAR

NPE	NPP	MF	PEDREIRO	CLASSIFICAÇÃO
6,6	8,0	7,3	0165 - EDSON FRANCISCO RIBEIRO	1º LUGAR
5,4	7,0	6,2	0736 - GERSON LUIZ RIBEIRO	2º LUGAR
4,2	6,0	5,1	0181 - ELCIO ANTONIO SCHEUERMANN	3º LUGAR

NPE	NPP	MF	OPERADOR DE MÁQUINA LEVE	CLASSIFICAÇÃO
8,2	10,0	9,1	0200 - JUCIANO DORIGON	1º LUGAR
7,4	9,0	8,2	0435 - CESAR INACIO TRZCINSKI	2º LUGAR
4,8	10,0	7,4	0437 - LAURI JOSE VARGAS	3º LUGAR
7,0	4,0	5,5	0444 - LUCINEI MARQUES	4º LUGAR
4,4	6,0	5,2	0750 - OSMAR CUSSO	5º LUGAR

NPE	NPP	MF	OPERADOR MÁQUINA - PESADA	CLASSIFICAÇÃO
8,4	10,0	9,2	0122 - ANTONIO JOSE COELI	1º LUGAR
7,4	10,0	8,7	0502 - LEANDRO LUIZ VARELA	2º LUGAR
6,2	10,0	8,1	0189 - VILMAR LEAL DA SILVA	3º LUGAR
7,2	8,0	7,6	0267 - ROQUE JOSE DA SILVA	4º LUGAR
6,6	8,0	7,3	0634 - JOAO PAULO DA SILVA	5º LUGAR
5,2	9,0	7,1	0290 - FLAVIO CASSUBA	6º LUGAR
4,2	9,0	6,6	0117 - ANILDO CARLOS DA SILVA	7º LUGAR
4,8	6,0	5,4	0776 - RAFAEL RECALCATI	8º LUGAR
4,2	5,0	4,6	0451 - ANTONINHO DA SILVEIRA	9º LUGAR
6,4	2,0	4,2	0744 - ALAOR FELIPE GRAMAZIO LIMONGI	10º LUGAR

NPE	NPP	MF	MOTORISTA	CLASSIFICAÇÃO
7,8	10,0	9,3	0089 - FERNANDO ROSA DE FREITAS	1º LUGAR
8,0	10,0	9,0	0243 - ODAIR JOSE PEZZOLE	2º LUGAR
7,6	10,0	8,8	0076 - SIDNEI PEREIRA	3º LUGAR
7,8	9,0	8,4	0560 - ALDOCIR RECALCATTI	4º LUGAR
6,4	10,0	8,2	0734 - RONALDO CRISPIN MACHADO	5º LUGAR
7,0	9,0	8,0	0677 - VALDECIR EXPEDITO MAZIERO	6º LUGAR
6,6	9,0	7,8	0021 - BELMIRO PELISSER	7º LUGAR
6,6	9,0	7,8	0064 - SIDNEI LAZAROTTO	8º LUGAR
6,0	9,0	7,5	0006 - AUGUSTO IVO PERIN	9º LUGAR
5,4	9,5	7,5	0151 - ANTONIO JUNIOR DA SILVA	10º LUGAR
4,8	10,0	7,4	0001 - JOSE DE ANDRADE	11º LUGAR
6,8	8,0	7,4	0149 - GILBERTO PADILHA	12º LUGAR
5,0	9,5	7,3	0367 - JOÃO RODRIGUES DE LIMA SOBRINHO	13º LUGAR
8,6	6,0	7,3	0745 - SÉRGIO GIRIOLI	14º LUGAR
4,2	10,0	7,1	0570 - VITOR FRANCISCO DE SOUZA	15º LUGAR
8,0	6,0	7,0	0002 - LUCIMAR PATRICIO BURILE	16º LUGAR
7,0	7,0	7,0	0433 - LAERSON MORO	17º LUGAR
5,4	8,5	7,0	0245 - ROQUE DIVANIR LOPES	18º LUGAR
4,6	9,0	6,8	0434 - ALDAIR ALVES DA FONSECA	19º LUGAR

A MÉDIA FINAL É RESULTADO CONFORME CONSTA EM EDITAL ITEM 8.2.1 e ITEM, 8.2.2.
O CRITÉRIO DE DESEMPATE SE BASEIA NO ITEM 8.4 DO REFERIDO EDITAL.
PARA OS CARGOS DE PROFESSORES É ACRESCENTADO O PESO DOS TÍTULOS.

NPE	NPP	MF	MOTORISTA	CLASSIFICAÇÃO
7,8	5,0	6,4	0753 - RUDIMAR ANTONIO DA SILVA	20º LUGAR
7,4	5,0	6,2	0812 - EVERTON AUGUSTO CASSANIGA	21º LUGAR
7,2	5,0	6,1	0517 - JOSE CARLOS DA SILVA	22º LUGAR
5,8	6,0	5,9	0507 - LUIZ CARLOS DA COSTA	23º LUGAR
7,6	4,0	5,8	0125 - SULIMAR MARCOS MOREIRA	24º LUGAR
6,8	4,0	5,4	0811 - CLAUDINOR COLOMBO	25º LUGAR
6,6	4,0	5,3	0636 - JOAO PEDRO ANDRADE	26º LUGAR
6,4	4,0	5,2	0043 - ALISON ANDRE SONZA	27º LUGAR
5,0	5,0	5,0	0026 - GIOVANE FIGUEIRO DE JESUS	28º LUGAR
5,0	5,0	5,0	0159 - RONEI NEUDO BECKER	29º LUGAR
4,8	5,0	4,9	0005 - DIRCEU ALVES DE OLIVEIRA	30º LUGAR
5,6	4,0	4,8	0568 - SERGIO CLEIN	31º LUGAR
5,0	4,0	4,5	0215 - GENILDO ENIO FERRARI	32º LUGAR
4,0	5,0	4,5	0805 - VALDECIR LUIZ	33º LUGAR
4,6	4,0	4,3	0368 - ELONONI SERAFINI	34º LUGAR

PROTÓCOLO 4697

Em resposta ao protocolo nº 4697, referente ao pedido de revisão de nota da candidata EVANI M. L. RIFFEL, Inscrição 0101 – Cargo Professor Séries Iniciais segue abaixo a correção de seu cartão resposta.

5,2/0101 - EVANI M. L. RIFFEL	AXBADABCCDDBADCCACXBCCDAXCDA	CCCCCCCCCCCCCECECECECCCCCCCCCCCCCCCCCCCC
-------------------------------	------------------------------	--

Na primeira coluna, encontra-se a nota final da mesma, com um total de 5,2. Na terceira coluna são as respostas assinaladas pela candidata e na quarta coluna a correção feita pelo sistema, onde o “E” significa “Errado” e o “C” Significa Certo.

O “X” simboliza a questão considerada certa para todos, neste caso um acréscimo de 0,8 nos conhecimentos específicos (Questão 02 e 19) mais 0,2 de conhecimento em Português (Questão 25).

Junto a esta nota, foi acrescentado o peso da titulação de (2,0) dois pontos, chegando a uma média final de 7,2.

PROTÓCOLO 4698

Em resposta ao protocolo nº 4698, referente ao pedido de revisão de nota do candidato DIEGO VETORAZI, Inscrição 0631 – Cargo Professor de Educação Física, informamos que a nota do respectivo candidato é 6,4, sendo que a pontuação das questões está conforme previsto em Edital item 7.3.1, Tabela “A”.

PROTÓCOLO 4685

Em resposta ao protocolo nº 4685, referente ao pedido de revisão de nota do candidato ROQUE JOSÉ DA SILVA, Inscrição 0631 – Cargo Operador de Máquinas Pesada, informamos que a nota do respectivo candidato no teste prático foi 8,0.

Publicado em 23 de Dezembro de 2010.

Concórdia

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato do Resultado do Julgamento e Classificação das Propostas - Tomada de Preços Nº 28/2010 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 28/2010 - PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material, mão de obra e equipamentos) para execução de obra de recapeamento asfáltico com CBUQ, nas Ruas Lauro Muller, Prefeito Segundo Dalla Costa, Padres Franciscanos, Prefeito Domingos Machado de Lima, estacionamento do Aeroporto e pontos isolados na cidade, de acordo com o Projeto Básico constante no Anexo "D" do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, §1º da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase classificatória da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: para o item 01 (estacionamento do aeroporto) a licitante VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA sagrou-se vencedora com o menor preço global de R\$ 22.115,08 (vinte e dois mil, cento e quinze reais e oito centavos), a licitante SETEP CONSTRUÇÕES LTDA ficou na segunda colocação com o preço global de R\$ 22.839,28 (vinte e dois mil, oitocentos e trinta e nove reais e vinte e oito centavos), a licitante DALLAGNOL ENGENHARIA E OBRAS LTDA ficou na terceira colocação com o preço global de R\$ 23.065,42 (vinte e três mil, sessenta e cinco reais e quarenta e dois centavos); para o item 02 (diversas ruas) a licitante SETEP CONSTRUÇÕES LTDA sagrou-se vencedora com o menor preço global de R\$ 454.647,70 (quatrocentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e sete reais e setenta centavos), a licitante DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA restou na segunda colocação com o preço global de R\$ 474.289,24 (quatrocentos e setenta e quatro mil, duzentos e oitenta e nove reais e vinte e quatro centavos), a licitante VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS restou na terceira colocação com o preço global de R\$ 516.007,61 (quinhentos e dezesseis mil, sete reais e sessenta e um centavos). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sintam prejudicada, para interposição de recurso.

Concórdia, SC, 23 de dezembro de 2010.

LUÍS CARLOS JAROMINEK

Presidente da C.P.L.

Coronel Martins

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº. 193, de 13 de Dezembro de 2010.

DECRETO Nº. 193, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2010.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECAÇÃO DE RECURSOS DA COSIP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em Exercício de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela

Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual nº. 510/2009 de 11/08/2009, Lei da LDO nº. 516/2009 de 04/11/2009, Lei Orçamentária Anual nº. 518/2009 de 15 de Dezembro de 2009, e pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município de Coronel Martins, de 28/10/1994.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar pelo excesso de arrecadação de recursos da COSIP, fonte 01.17.000000, no valor de R\$ 998,41 (novecentos e noventa e oito reais e quarenta e um centavos).

(A) Orçados 2010	(B) Arrecadado até 13/12/2010	(A-B) Excesso até 13/12/2010
12.169,04	13.167,45	998,41

Art. 2º Os recursos do excesso de arrecadação no valor de R\$ 998,41 (novecentos e noventa e oito reais e quarenta e um centavos) será utilizado na seguinte programação de despesa:

05.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0016.2.034 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA

Categoria	Descrição	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	01.17.000000	998,41

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 13 de dezembro de 2010.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 194 de 17 de Dezembro de 2010.

DECRETO Nº. 194 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo item VI e XL do artigo 94 da Lei Orgânica do Município de 28/10/1994, RESOLVE:

DECRETAR:

Art. 1º Fica estabelecido Ponto Facultativo, no dia 24 de Dezembro de 2010 e no período de 27 a 31 de dezembro de 2010, em todas as repartições públicas da Administração Municipal em virtude das Comemorações Natalinas e de Ano Novo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 17 de dezembro de 2010.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 195, de 17 de Dezembro de 2010

DECRETO Nº. 195, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

NOMEIA Prefeito Municipal E SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA ASSINAR E RESPONDER POR FUNDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados o Senhor Darci Cabral de Medeiros, Prefeito Municipal, e o Senhor Lucas Cuchi, ocupante do cargo de Chefe de Gabinete, para assinar e responder pelo Fundo da Infância e Adolescência - FIA, bem como autorizados a responder por pagamentos, a partir do dia 23 à 31 de dezembro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial Decreto nº. 009, de 13 de janeiro de 2010.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, 13 de Janeiro de 2010.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Portaria Nº 0134 de 22 de Dezembro de 2010.

PORTARIA Nº 0134 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 75, § 1º, 2º e 3º da Lei Complementar Nº 005/2003 de 14/04/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Coronel Martins - SC., e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público;

Considerando o requerimento protocolado sob nº 1804 de 20/10/2010, resolvo:

CONCEDER:

Art. 1º Fica concedido Licença para Tratar de Assuntos Particulares, ao Servidor Heitor de Sennes Pinto Sobrinho, afastando-se do cargo efetivo de Médico Veterinário, por um período de 07 (sete) meses conforme artigo 75 da Lei Complementar nº 005/2003 de 14/04/2003, a partir do dia 26 de dezembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 22 de dezembro de 2010.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 124, de 06 de Dezembro de 2010.

PORTARIA Nº. 124, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2010.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 04/01/2010 à 02/02/2011.

Nome	Cargo	Referência
Guimar Carlos Cassol	Motorista	01/04/2009 à 31/03/2010

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 06 de dezembro de 2010.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 125, de 06 de Dezembro de 2010.

PORTARIA Nº. 125, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2010.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 03/01/2010 à 01/02/2011.

Nome	Cargo	Referência
Edi Marcos Smaniotto	Chefe Div. Comp. Lic. E Patr.	02/01/2010 à 01/01/2011

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 06 de dezembro de 2010.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 126, de 06 de Dezembro de 2010

PORTARIA Nº. 126, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2010.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 13/12/2010 a 11/01/2011.

Nome	Cargo	Referência
Cleiton André Fenes da Silva	Auxiliar de Serv. Gerais	12/07/2009 à 11/07/2010

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 06 de dezembro de 2010.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 127, de 06 de Dezembro de 2010.

PORTARIA Nº. 127, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2010.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 13/12/2010 a 11/01/2011.

Nome	Cargo	Referência
Paulo Sérgio de Oliveira	Operador de Máquinas II	18/07/2009 à 17/07/2010

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 06 de dezembro de 2010.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 128, de 06 de Dezembro de 2010.

PORTARIA Nº. 128, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2010.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 03/01/2011 a 01/02/2011.

Nome	Cargo	Referência
Roseli Garbin	Servente Geral	30/03/2010 à 29/03/2011

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 06 de dezembro de 2010.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 129, de 06 de Dezembro de 2010

PORTARIA Nº. 129, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2010.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 03/01/2011 a 01/02/2011.

Nome	Cargo	Referência
Edenilce Pagnoncelli Chittó	Telefonista	01/11/2009 à 31/10/2010

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 06 de dezembro de 2010.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 130, de 06 de Dezembro de 2010

PORTARIA Nº. 130, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2010.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 03/01/2011 à 01/02/2011.

Nome	Cargo	Referência
Geneci da Costa Pertusatti	PCE 16 Fiscal de Tributos	01/04/2009 à 31/03/2010

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 06 de dezembro de 2010.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 131, de 06 de Dezembro de 2010.

PORTARIA Nº. 131, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2010.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 09/12/2010 à 07/01/2011.

Nome	Cargo	Referência
Fabiano Joton	Assessor de Tributação	04/08/2009 à 03/08/2010

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 06 de dezembro de 2010.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 132, de 06 de Dezembro de 2010.

PORTARIA Nº. 132, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2010.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 03/01/2011 à 01/02/2011.

Nome	Cargo	Referência
Alexandre Sachs	Assessor em Planej. Educacional	01/09/2009 à 31/08/2010

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 06 de dezembro de 2010.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 133, de 06 de Dezembro de 2010.

PORTARIA Nº. 133, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2010.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 86 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município.

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade a Servidor abaixo relacionado, no período e referências que especifica.

01- Pelo período de 30 (trinta) dias, com gozo a partir do dia 06/12/2010 à 04/01/2011.

Nome	Cargo	Referências
Geldecir Mariane	Motorista	06-2000 à 06- 2003

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 06 de dezembro de 2010.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 135, de 22 de Dezembro de 2010

PORTARIA Nº. 135, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº. 82 da Lei Complementar nº. 005/2003, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, Senhora Neiva Terezinha Ghidini, ocupante do Cargo de Professor IV, por um período de 15 (quinze) dias, a partir do dia 22 de dezembro de 2010 a 05 de janeiro de 2011, conforme cópia de atestado médico em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 22 de dezembro de 2010.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal.

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo Nº. 029/2010 de Convênio

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 029/2010 DE CONVÊNIO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2009 NÚMERO CONVÊNIO: 011/2005

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/11/2005

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Sexta do Convênio nº. 011, de 01 de novembro de 2005.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula Sexta do Convênio 011/2005 passará a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

Este convênio passa a vigorar na data de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogado, se as partes assim desejarem, mediante Termo Aditivo."

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido convênio.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 83.021.873/0001-08

CONVENIADO: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2010

Dados e Texto de Termo de DOAÇÃO

DADOS E TEXTO DE TERMO DE DOAÇÃO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2010. NÚMERO TERMO: 002/2010

VALOR TOTAL DO TERMO DE DOAÇÃO: A presente Doação

opera-se de forma gratuita.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 22/12/2010 LICITAÇÃO: LEI MUNICIPAL

DESCRIÇÃO: O presente Termo tem o objetivo Doar à Associação de Moradores de Linha Brum, os Bens Imóveis abaixo relacionados, de propriedade do Município de Coronel Martins-SC, através da Lei Municipal Nº 543 de 10 de Dezembro de 2010.

Ordem Nº.	Quantidade	Código controle patrimonial	Descrição do Bem
01	1	30006	Imóvel em alvenaria com 74,4m², cobertura de telha de barro, da Escola Isolada Municipal Linha Brum, localizada na Localidade de Linha Brum interior do Município de Coronel Martins/SC.
02	1	30054	Uma Área de terra com 1.210m², localizada na Localidade de Linha Brum, interior do Município de Coronel Martins-SC, conforme escritura pública matriculada no registro de imóveis da comarca de São Domingos sob o nº 441.

TIPO PESSOA (1/2): 2 CPF/CNPJ: 05.483.105/0001-62

DONATÁRIA: Associação de Moradores de Linha Brum, Coronel Martins - SC.

ASSESSORIA JURIDICA: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

Dados e Texto de Termo de DOAÇÃO

DADOS E TEXTO DE TERMO DE DOAÇÃO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2010. NÚMERO TERMO: 002/2010

VALOR TOTAL DO TERMO DE DOAÇÃO: A presente Doação opera-se de forma gratuita.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 22/12/2010 LICITAÇÃO: LEI MUNICIPAL

DESCRIÇÃO: O presente Termo tem o objetivo Doar à Associação de Moradores de Linha Brum, os Bens Imóveis abaixo relacionados, de propriedade do Município de Coronel Martins-SC, através da Lei Municipal Nº 543 de 10 de Dezembro de 2010.

Ordem Nº.	Quantidade	Código controle patrimonial	Descrição do Bem
01	1	30006	Imóvel em alvenaria com 74,4m², cobertura de telha de barro, da Escola Isolada Municipal Linha Brum, localizada na Localidade de Linha Brum interior do Município de Coronel Martins/SC.
02	1	30054	Uma Área de terra com 1.210m², localizada na Localidade de Linha Brum, interior do Município de Coronel Martins-SC, conforme escritura pública matriculada no registro de imóveis da comarca de São Domingos sob o nº 441.

TIPO PESSOA (1/2): 2 CPF/CNPJ: 05.483.105/0001-62

DONATÁRIA: Associação de Moradores de Linha Brum, Coronel Martins - SC.

ASSESSORIA JURIDICA: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

Dados e Texto de Termo de DOAÇÃO

DADOS E TEXTO DE TERMO DE DOAÇÃO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2010. NÚMERO TERMO: 003/2010



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

VALOR TOTAL DO TERMO DE DOAÇÃO: A presente Doação opera-se de forma gratuita.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 22/12/2010 LICITAÇÃO: LEI MUNICIPAL

DESCRIÇÃO: O presente Termo tem o objetivo Doar à Associação de Moradores de Linha Lageadinho, os Bens Imóveis abaixo relacionados, de propriedade do Município de Coronel Martins-SC, através da Lei Municipal Nº 543 de 10 de Dezembro de 2010.

Ordem Nº.	Quantidade	Código controle patrimonial	Descrição do Bem
01	1	30056	Uma Área de terra com 1.225m², localizada na Localidade de Linha Lageadinho, interior do Município de Coronel Martins-SC, conforme escritura pública matriculada no registro de imóveis da comarca de São Domingos sob o nº 7005.
02	1	30000	Um Imóvel em alvenaria com 73,20m², cobertura de telha de barro, da Escola Isolada Municipal Linha Lageadinho, edificada sob a área citada no parágrafo 1º do Art. 2º, localizada na Localidade de Linha Lageadinho.

TIPO PESSOA (1/2): 2 CPF/CNPJ: 05.517.588/0001-79

DONATÁRIA: Associação de Moradores de Linha Lageadinho, Coronel Martins - SC.

ASSESSORIA JURIDICA: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

Ermo

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto N.º 095, de 22 de dezembro de 2010.

DECRETO N.º 095, de 22 de dezembro de 2010.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I da Lei nº 252/09 de 15/12/2009 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde de Ermo no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a saber:

09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0037.2.051 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 (2) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos recebidos da Fonte 80(recursos próprios).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 22 de dezembro de 2010.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças

Portaria N° 092, de 23 de dezembro de 2010.

PORTARIA N° 092, de 23 de dezembro de 2010.

Nomeia Servidor em Caráter Temporário (ACT).

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º, III da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o afastamento por motivos de aposentadoria do Servidor Bernardo José Lopes;

Considerando a necessidade na continuidade dos serviços que desenvolve o servidor e não havendo servidor disponível para substituí-lo;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir ALBERTINA DE BORBA, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, conforme Art. 2º, III da Lei Municipal n.º 120/2001, de 03 de outubro de 2001.

Art. 2º A admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 24 de dezembro de 2010 e encerrando-se no dia 29 de abril de 2011 ou no prazo de até 30 (trinta) dias após a publicação da lista de aprovados em Concurso Público se este acontecer primeiro.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 23 de dezembro de 2010.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Portaria N° 093, de 23 de dezembro de 2010.

PORTARIA N° 093, de 23 de dezembro de 2010.

Nomeia Servidor em Caráter Temporário (ACT).

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o pedido de exoneração de servidor do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais II, a falta de aprovados em concurso público para o cargo e a necessidade na continuidade dos serviços que desenvolvia junto a Secretaria de Obras, Viação, Transportes e Serviços Urbanos;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o Senhor ELIOMAR COSTA HELENA, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, conforme Art. 2º, III da Lei Municipal n.º 120/2001, de 03 de outubro de 2001.

Art. 2º A admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 24 de dezembro de 2010 e encerrando-se no dia 29 de abril de 2011 ou

no prazo de até 30 (trinta) dias após a publicação da lista de aprovados em Concurso Público se este acontecer primeiro.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 23 de dezembro de 2010.
MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO
Secretário de Administração e Finanças Interino

Portaria Nº 094, de 23 de dezembro de 2010.

PORTARIA Nº 094, de 23 de dezembro de 2010.
Nomeia Servidor em Caráter Temporário (ACT).

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º, III da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a urgente necessidade de carpinteiro para a execução de serviços gerais junto a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo e a falta de aprovados em concurso público para o cargo;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o Senhor JAIRO BORGES DE SOUZA, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar o cargo de Carpinteiro, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo.

Art. 2º Sendo o Caráter Temporário da Admissão, conforme dispõe o Art. 1º, a contratação iniciará em 24 de dezembro de 2010 e encerra-se em 29 de abril de 2011 ou no prazo de até 30 (trinta) dias após a publicação da lista de aprovados em Concurso Público se este acontecer primeiro.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 23 de dezembro de 2010.
MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO
Secretário de Administração e Finanças Interino

Portaria Nº. 090, de 23 de dezembro de 2010.

PORTARIA Nº. 090, de 23 de dezembro de 2010.
Admite Servidor em Caráter Temporário - ACT.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º, III da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a exoneração de servidor do cargo de Agente Comunitário de Saúde, a falta de aprovados em concurso público para o cargo e a necessidade na continuidade dos serviços do Programa Saúde da Família - PSF da Secretaria de Saúde e Promoção Social;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir SILVANA VOTRI FAGUNDES, para ocupar o cargo de Agente Comunitário de Saúde, do quadro de pessoal do Programa

Saúde da Família de Ermo, em Caráter Temporário (ACT).

Art. 2º A admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 24 de dezembro de 2010 e encerrando-se no dia 29 de abril de 2011 ou no prazo de até 30 (trinta) dias após a publicação da lista de aprovados em Concurso Público se este acontecer primeiro.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo -SC, em 23 de dezembro de 2010.
MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO
Secretário de Administração e Finanças Interino

Portaria Nº. 091, de 23 de dezembro de 2010.

PORTARIA Nº. 091, de 23 de dezembro de 2010.
Admite Servidor em Caráter Temporário - ACT.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º, III da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a exoneração de servidor do cargo de Agente Comunitário de Saúde, a falta de aprovados em concurso público para o cargo e a necessidade na continuidade dos serviços do Programa Saúde da Família - PSF da Secretaria de Saúde e Promoção Social;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir SANTINA RODRIGUES LEOPOLD, para ocupar o cargo de Agente Comunitário de Saúde, do quadro de pessoal do Programa Saúde da Família de Ermo, em Caráter Temporário (ACT).

Art. 2º A admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 24 de dezembro de 2010 e encerrando-se no dia 29 de abril de 2011 ou no prazo de até 30 (trinta) dias após a publicação da lista de aprovados em Concurso Público se este acontecer primeiro.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo -SC, em 23 de dezembro de 2010.
MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO
Secretário de Administração e Finanças Interino

Resultado do Pregão Presencial Nº 07/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2010

Objeto: Aquisição de medicamentos para o atendimento dos programas de saúde deste município, para o exercício de 2011.

Vencedores: Farmácia Tramontin Ltda Me

Elosul Medic. e Mater. Hospitalares Ltda

De Nes Recco Drogaria Ltda Me

Dimaster - Com. de Prod. Hospitalares Ltda

Extra Distrib. de Medic. e Prod. Hosp. Ltda

Diprolmedi Medicamentos Ltda

Ana Paula Nola Biz - Pregoeira

Erval Velho

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 1481/2010

DECRETO n. 1481, de 07 de dezembro de 2010.

Determina a abertura de Processo Seletivo interno no quadro do Magistério Público Municipal, designa Comissão de Avaliação e dá outras providências.

Lenita Dadalt Fontana, Prefeita Municipal, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas no inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal, em consonância com o art. 28, da Lei Complementar n. 021/2009, de 07 de maio de 2009 e

Considerando a necessidade de profissionais para suprir a demanda presente na Rede Municipal de ensino e tendo em vista o objetivo de não efetivar novos profissionais dado a sazonalidade da demanda;

DECRETA:

Art. 1º. Fica determinado a abertura de Processo Seletivo Interno para ampliação temporária da carga horária dos professores da Rede Municipal enquanto perdurar a necessidade.

Art. 2º. O Referido Processo seletivo será realizado de acordo com o edital para esta finalidade e a avaliação será feita pela comissão abaixo designada para este fim, composta pelos seguintes membros:

- 1 - Ivone Kerschbaumer Denti - Secretária Municipal de Educação Cultura e Desporto;
- 2 - Odila Pratto Recalcatti - Diretora da Escola Básica Municipal César Avelino Bragagnolo;
- 3 - Walter Kleber Kucher Júnior - Secretário Municipal de Administração e Finanças;
- 4 - Susana Ap. Pratto Giacomelli - Auxiliar Técnico Contabilidade.

Art.3º. Este decreto n. 1481, entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 07 de dezembro de 2010.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 07 de dezembro de 2010.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1482/2010

DECRETO 1482, de 07 de dezembro de 2010.

Cria a Centro de Fisioterapia Público Municipal de Erval Velho- SC.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que consta no inciso XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica criado o CENTRO DE FISIOTERAPIA PÚBLICO MUNICIPAL, no Município de ERVAL VELHO - SC, para o atendimento através do fornecimento de serviços básicos na área de fisioterapia

aos cidadãos residentes no Município de Erval Velho - SC.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 07 de dezembro de 2010.

LENITA DADALT FONTANA,
Prefeita Municipal em Exercício.

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, em 07 de dezembro de 2010.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Secretário de Administração e Finanças.

Decreto 1483/2010

DECRETO 1483, de 07 de dezembro de 2010.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal n. 1215, de 13 de novembro de 2009 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 6.014,14 (seis mil, quatorze reais e quatorze centavos) para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJ/ATIV - 2.037 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
22 - 3.1.90.00.00.00.00.0071.11 - Aplicações Diretas
R\$ 6.014,14

Total de Suplementações R\$ 6.014,14

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2009 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 07 de dezembro de 2010.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Secretário Municipal de Administração e Finanças  

Anexo I - DECRETO N.º 1483/2010, de 07 de dezembro de 2010

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO
Fonte de Recurso 0014/2009
Exercício de 2009

Ativo Financeiro	83.646,60
(-) Passivo Financeiro	(0,00)
Superávit Financeiro	83.646,60

Deduções:

Decreto n.º 1483/2010 - 07/12/2010 6.014,14

Saldo R\$ 77.632,46

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2009- Anexo 14

Portaria 2379/2010

PORTARIA 2379, de 06 de dezembro de 2010.

Exonera Servidores Contratados em Caráter Temporário e dá outras providências.

Lenita Dadalt Fontana, Prefeita Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, mais o previsto na alínea "a" do inciso II do artigo 115, todos da Lei Orgânica do Município; combinado com a Lei Complementar 007, de 28 de dezembro de 2001 e 0937/2001 de 27 de abril de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar os servidores abaixo relacionados, contratados em caráter temporário, sendo todos do cargo de Professor ACT, tendo em vista o término do ano letivo.

Nome	Cargo	Portaria nomeação	Data da exoneração
Charlene Ap. Mazzarollo Fiorese	Professor-ACT	2281	17/12/2010
Dionilde Sutil Mocelin	Professor-ACT	2280	17/12/2010
Elissonia Sutil Mazetto	Professor-ACT	2280	17/12/2010
Giceli de Fátima Borin Bonadiman	Professor-ACT	2280	17/12/2010
Ivoneete Marcon de Lima	Professor-ACT	2326	17/12/2010
Josiane Regina Habech	Professor-ACT	2280	17/12/2010
Laura Taiza Vettori	Professor-ACT	2280	17/12/2010
Laura Aparecida Recalcatti Fattori	Professor-ACT	2316	17/12/2010
Marta Ana Schmidt	Professor-ACT	2328	17/12/2010
Paula Recalcatti Palavro	Professor-ACT	2370	17/12/2010
Patrícia Cristina Provensi	Professor-ACT	2306	17/12/2010
Ronaldo Dalla Costa	Professor-ACT	2280	17/12/2010
Simara Pedroso	Professor-ACT	2280	17/12/2010
Vânia Recalcatti Piovesan	Professor-ACT	2315	17/12/2010

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de dezembro de 2010.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, em 06 de dezembro de 2010.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR

Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2380/2010

PORTARIA 2381, de 17 de dezembro de 2010.

Designa Comissão especial para acompanhamento do Processo Seletivo nº 007/2010 e dá outras providências.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, todos da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º.Designar os Servidores abaixo relacionados sob a presidência do primeiro, para integrarem a Comissão Especial do Processo Seletivo n. 007/2010 de 17 de dezembro de 2010, para acompanhamento dos atos relacionados ao referido processo seletivo, sob a responsabilidade da empresa GEORGE ALMEIDA "Aprender. Com Cursos e Treinamentos".

Titulares:

1.Alessandra Tonial

2.Alduir Antonio Mocelin

3.Ivonez Margarida Sutil Demori

Art.2º.Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 17 de dezembro de 2010.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Secretário de Administração e Finanças

Extrato de Edital de Pregão 0019/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 0062/2010

Edital de Pregão Presencial nº 0019/2010

Objeto: Contratação de serviços de apoio administrativo. Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h30min do dia 30 /12/2010. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/ SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal.

Forquilha**PREFEITURA MUNICIPAL****Extrato de Contrato PMF Nº. 209/2010.**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 209/2010.

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - FATIMA LENTZ COSTA ME

OBJETO - aquisição pelo CONTRATANTE e o fornecimento pela CONTRATADA, de Materiais didáticos, através de empresas do ramo pertinente, para atendimento as escolas da rede municipal de ensino básico do município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 3.692,10 (três mil seiscentos e noventa e dois reais e dez centavos).

VIGÊNCIA - 30/06/2011

DOTAÇÃO - 0501.2013.3390 (60)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93 e Carta Convite nº. 209/

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

PMF/2010.
DATA DA ASSINATURA - 20 de dezembro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 210/2010.
EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 210/2010.

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - JUJU PAPELARIA LTDA ME
OBJETO - aquisição pelo CONTRATANTE e o fornecimento pela CONTRATADA, de Materiais didáticos, através de empresas do ramo pertinente, para atendimento as escolas da rede municipal de ensino básico do município de Forquilha/SC.
VALOR - R\$ 11.182,11 (onze mil cento e oitenta e dois reais e onze centavos).
VIGÊNCIA - 30/06/2011
DOTAÇÃO - 0501.2013.3390 (60)
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93 e Carta Convite nº. 209/PMF/2010.
DATA DA ASSINATURA - 20 de dezembro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 211/2010.
EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 211/2010.

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - LIVRARIA DANI LTDA ME
OBJETO - aquisição pelo CONTRATANTE e o fornecimento pela CONTRATADA, de Materiais didáticos, através de empresas do ramo pertinente, para atendimento as escolas da rede municipal de ensino básico do município de Forquilha/SC.
VALOR - R\$ 16.557,29 (dezesesseis mil quinhentos e cinquenta e sete reais e vinte e nove centavos).
VIGÊNCIA - 30/06/2011
DOTAÇÃO - 0501.2013.3390 (60)
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93 e Carta Convite nº. 209/PMF/2010.
DATA DA ASSINATURA - 20 de dezembro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 67/2010
EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 67/2010
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 176/2009

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - FUCRI/UNESC - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA
DO OBJETO - Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços na elaboração de projeto do Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico do Município de Forquilha/SC, durante o exercício de 2010, conforme proposta da contratada, que é parte integrante deste termo independente de sua transcrição.
DO PRAZO: O contrato PMF nº 176/2009 terá seu vencimento prorrogado de 31/12/2010 para 31/03/2011 com base no artigo 57 da lei 8.666/93, conforme solicitação da contratada e do Sr. Luiz Renato Steiner coordenador do Plano Municipal de Saneamento.
DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.
DATA DA ASSINATURA - 13/12/2010

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar Nº 0126/2010

LEI COMPLEMENTAR Nº 126, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010
DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL - LEI COMPLEMENTAR Nº 053/2003.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. A Lei Complementar Municipal nº 053/2003 passa a vigorar com o § 2º do Artigo 15, da SEÇÃO II, BASE DE CÁLCULO, do CAPÍTULO III, IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA, do TÍTULO III, IMPOSTOS, acrescido do inciso IV, com a seguinte redação:

"IV - Construção com área inferior a 08% (oito por cento) da área do terreno."

Art. 2º. A Lei Complementar Municipal nº 053/2003 passa a vigorar com Artigo 23, da SEÇÃO II, BASE DE CÁLCULO, do CAPÍTULO I, IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA, do TÍTULO III, IMPOSTOS, acrescido do inciso I-A, com a seguinte redação:

"I-A - 0,30 (trinta centésimos por cento), para os imóveis edificados resultantes de unificação;"

Art. 3º. A Lei Complementar Municipal nº 053/2003 passa a vigorar com o inciso I do Artigo 40, da SEÇÃO II, BASE DE CÁLCULO, do CAPÍTULO II, IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO \\ "INTER VIVOS\\ " A QUALQUER TÍTULO, POR ATO ONEROSO, DE BENS IMÓVEIS, POR NATUREZA OU ACESSÃO FÍSICA, E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS, EXCETO OS DE GARANTIA, BEM COMO CESSÃO DE DIREITOS A SUA AQUISIÇÃO, do TÍTULO III, IMPOSTOS, com a seguinte redação:

"I - 1% (um por cento) sobre a parte financiada, nas transmissões compreendidas no sistema financeiro de habitação;"

Art. 4º. A Lei Complementar Municipal nº 053/2003 passa a vigorar com o inciso I do Artigo 546, da SEÇÃO I, MULTAS, do CAPÍTULO I, PENALIDADES EM GERAL, do TÍTULO IX, PENALIDADES E SANÇÕES, acrescido das alíneas "j" e "k", com a seguinte redação:

"j) deixar de justificar ou corrigir divergências apontadas pelo fisco;

k) deixar de atender qualquer solicitação do fisco."

Art. 5º. A Lei Complementar Municipal nº 053/2003 passa a vigorar com o inciso II do Artigo 546, da SEÇÃO I, MULTAS, do CAPÍTULO I, PENALIDADES EM GERAL, do TÍTULO IX, PENALIDADES E SANÇÕES, acrescido das alíneas "m" e "n", com a seguinte redação:

"m) por deixar de apresentar declaração de serviços prestados, tomados ou sem movimento;

n) por deixar de apresentar a declaração por notas dentro do

prazo de 10 (dez) dias que sucederem a apresentação da declaração simplificada.”

Art. 6º. A Tabela 2 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003 passa a vigorar nos termos do Anexo I desta Lei.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 23 de Dezembro de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Lei Complementar Nº 0126/2010 - Anexo I
LEI COMPLEMENTAR Nº 126, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010

ANEXO I

2) ALC – ALÍQUOTA CORRESPONDENTE – ISSQN				
ITEM	Serviços Tributáveis	TPPC	SPL	PJ
LS	ISSQN	ALC	ALC	ALC
A-47	Art. 47 do CTM	Art.56	Art.61	Art.66
1	Serviços de informática e congêneres			3%
	1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas.			3%
	1.02 – Programação.			3%
	1.03 – Processamento de dados e congêneres.			3%
	1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.			3%
	1.05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.			3%
	1.06 – Assessoria e consultoria em informática.			3%
	1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.			3%
	1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.			3%
2	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.			3%
	2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.			3%
3	Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.			3%
	3.01 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.			3%

	3.02 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, es- critórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.			3%
	3.03 – Locação, sublocação, ar- rendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compar- tilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.			3%
	3.04 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estru- turas de uso temporário.			3%
4	Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.			2%
	4.01 – Medicina e biomedicina.	760,00	570,00	2%
	4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiolo- gia, tomografia e congêneres.			2%
	4.03 – Hospitais, clínicas, labora- tórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.			2%
	4.04 – Instrumentação cirúrgica.	150,00	112,50	2%
	4.05 – Acupuntura.	150,00	112,50	2%
	4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	150,00	112,50	2%
	4.07 – Serviços farmacêuticos.	150,00	112,50	2%
	4.08 – Terapia ocupacional, fisio- terapia e fonoaudiologia.	150,00	112,50	2%
	4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	150,00	112,50	2%
	4.10 – Nutrição.	150,00	112,50	2%
	4.11 – Obstetrícia.	760,00	570,00	2%
	4.12 – Odontologia.	760,00	570,00	2%
	4.13 – Ortopedia.	760,00	570,00	2%
	4.14 – Próteses sob encomenda.	760,00	570,00	2%
	4.15 – Psicanálise.	760,00	570,00	2%
	4.16 – Psicologia.	760,00	570,00	2%
	4.17 – Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.			2%
	4.18 – Inseminação artificial, fer- tilização in vitro e congêneres.	760,00	570,00	2%
	4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.			2%
	4.20 – Coleta de sangue, leite, te- cidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.			2%
	4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.			2%
	4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.			3%

	4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.			3%
5	Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.			3%
	5.01 – Medicina veterinária e zootecnia.	150,00	112,50	3%
	5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.			3%
	5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.			3%
	5.04 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	150,00	112,50	3%
	5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.			3%
	5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	150,00	112,50	3%
	5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	150,00	112,50	3%
	5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	150,00	112,50	3%
	5.09 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.	150,00	112,50	3%
6	Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.			3%
	6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	50,00		3%
	6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	50,00		3%
	6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.			3%
	6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	50,00		3%
	6.05 – Centros de emagrecimento, spa e congêneres.	150,00		3%
7	Serviços relativos à engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.			2%
	7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	760,00	570,00	3%

	7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	50,00		2%
	7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	760,00	570,00	3%
	7.04 – Demolição.	50,00		2%
	7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	50,00		2%
	7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	50,00		3%
	7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	50,00		2%
	7.08 – Calafetação.	50,00		3%
	7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	50,00		3%
	7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	50,00		3%
	7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	50,00		3%
	7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	50,00		3%
	7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	150,00		3%
	7.14 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.	50,00		3%

	7.15 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	150,00	3%
	7.16 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	150,00	3%
	7.17 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	150,00	3%
	7.18 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	150,00	3%
	7.19 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilação, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	150,00	3%
	7.20 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	150,00	3%
8	Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.		2%
	8.01 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	50,00	2%
	8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	50,00	2%
9	Serviços relativos à hospedagem, turismo, viagens e congêneres.		3%
	9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).		3%
	9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.	150,00	3%
	9.03 – Guias de turismo.	150,00	3%
10	Serviços de intermediação e congêneres.		3%
	10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	150,00	3%

	10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.	150,00	3%
	10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	150,00	3%
	10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).	150,00	3%
	10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	150,00	3%
	10.06 – Agenciamento marítimo.	150,00	3%
	10.07 – Agenciamento de notícias.	150,00	3%
	10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	150,00	3%
	10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	150,00	3%
	10.10 – Distribuição de bens de terceiros.	150,00	3%
11	Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.		3%
	11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.		3%
	11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.	150,00	3%
	11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.		3%
	11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.		3%
12	Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.		3%
	12.01 – Espetáculos teatrais.	75,00	3%
	12.02 – Exibições cinematográficas.		5%
	12.03 – Espetáculos circenses.		5%
	12.04 – Programas de auditório.		5%
	12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.		5%
	12.06 – Boates, taxi-dancings e congêneres.		5%
	12.07 – Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.		5%
	12.08 – Feiras, exposições, congressos e congêneres.		5%
	12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.		5%

	12.10 – Corridas e competições de animais.			5%
	12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.			5%
	12.12 – Execução de música.			5%
	12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.			5%
	12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.			5%
	12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.			5%
	12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.			5%
	12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.	150,00		5%
13	Serviços relativos à fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.			3%
	13.01 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.	50,00		3%
	13.02 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.	50,00		3%
	13.03 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.	50,00		3%
	13.04 – Composição gráfica, fotocomposição, clichê, zincografia, litografia, fotolitografia.	50,00		3%
14	Serviços relativos a bens de terceiros.			3%
	14.01 – Lubrificação, limpeza, lubrificação, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	50,00		3%
	14.02 – Assistência técnica.	150,00		3%
	14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	150,00		3%
	14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus.	150,00		3%

	14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.	50,00		3%
	14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	50,00		3%
	14.07 – Colocação de molduras e congêneres.	50,00		3%
	14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	50,00		3%
	14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	50,00		3%
	14.10 – Tinturaria e lavanderia.	50,00		3%
	14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	50,00		3%
	14.12 – Funilaria e lanternagem.	50,00		3%
	14.13 – Carpintaria e serralheria.	50,00		3%
15	Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.			5%
	15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.			5%
	15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.			5%
	15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.			5%
	15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.			5%
	15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.			5%

15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.			5%
15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.			5%
15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos à abertura de crédito, para quaisquer fins.			5%
15.09 – Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).			5%
15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.			5%
15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.			5%
15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.			5%

15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos à carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.			5%
15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.			5%
15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.			5%
15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.			5%
15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.			5%
15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.			5%
16 Serviços de transporte de natureza municipal.			3%
16.01 – Serviços de transporte de natureza municipal.	150,00		3%
17 Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.			3%
17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	150,00	112,50	3%

	17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.	150,00		3%
	17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	150,00		3%
	17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	250,00		3%
	17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	250,00		3%
	17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	150,00		3%
	17.07 – Franquia (franchising).	250,00		3%
	17.08 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	250,00	187,50	3%
	17.09 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	150,00		3%
	17.10 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	150,00		3%
	17.11 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	150,00	112,50	3%
	17.12 – Leilão e congêneres.	150,00		3%
	17.13 – Advocacia.	760,00	570,00	3%
	17.14 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	250,00	187,50	3%
	17.15 – Auditoria.	250,00	187,50	3%
	17.16 – Análise de Organização e Métodos.	250,00		3%
	17.17 – Atuação e cálculos técnicos de qualquer natureza.	250,00		3%
	17.18 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	250,00	187,50	3%
	17.19 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	250,00	187,50	3%
	17.20 – Estatística.	150,00		3%
	17.21 – Cobrança em geral.	150,00		3%
	17.22 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).	150,00		3%
	17.23 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	150,00		3%

18	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.			3%
	18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	150,00		3%
19	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.			3%
	19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	20,00		3%
20	Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.			3%
	20.01 – Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.	380,00		3%
	20.02 – Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.	380,00		3%
	20.03 – Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.	380,00		3%
21	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.			3%
	21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.			3%
22	Serviços de exploração de rodovia.			3%

23	22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.		3%
	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.		3%
24	23.01 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	380,00	3%
	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.		3%
25	24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	150,00	3%
	Serviços funerários.		3%
26	25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembarço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	380,00	3%
	25.02 – Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	380,00	3%
27	25.03 – Planos ou convênio funerários.	380,00	3%
	25.04 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	150,00	3%
28	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.	150,00	3%
	26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.	150,00	3%
29	Serviços de assistência social.		3%
	27.01 – Serviços de assistência social.	760,00	3%
30	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.		3%
	28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	150,00	3%
31	Serviços de biblioteconomia.		3%
	29.01 – Serviços de biblioteconomia.	150,00	3%

30	Serviços de biologia, biotecnologia e química.		3%
	30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.	760,00	3%
31	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.		3%
	31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	760,00	3%
32	Serviços de desenhos técnicos.		3%
	32.01 - Serviços de desenhos técnicos.	380,00	3%
33	Serviços de desembarço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.		3%
	33.01 - Serviços de desembarço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	380,00	3%
34	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.		3%
	34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	150,00	3%
35	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.		3%
	35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	760,00	3%
36	Serviços de meteorologia.		3%
	36.01 – Serviços de meteorologia.	150,00	3%
37	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.		3%
	37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	380,00	3%
38	Serviços de museologia.		3%
	38.01 – Serviços de museologia.	150,00	3%
39	Serviços de ourivesaria e lapidação.		3%
	39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	760,00	3%
40	Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.		3%
	40.01 - Obras de arte sob encomenda.	380,00	3%

Lei Nº 2086/2010

LEI Nº. 2086, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010.

REGULAMENTA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PELA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I**DO OBJETO**

Art. 1º. Este Regulamento destina-se a definir e disciplinar os

critérios a serem aplicados aos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e coleta e destinação final de resíduos sólidos, administrados pela Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, e a regulamentar as obrigações, restrições, vedações, proibições, penalidades, multas por infrações e inadimplências, e demais condições e exigências na prestação desses serviços aos usuários.

Art. 2º. Considera-se para os fins desta Lei:

I - Acréscimo ou multa: Pagamento adicional, devido pelo usuário, previsto neste Regulamento como penalidade por infração às condições estabelecidas.

II - Agrupamento de edificação: Conjunto de duas ou mais edificações em um lote de terreno.

III - Caixa piezométrica ou tubo piezométrico: Caixa ou tubo ligado ao alimentador predial, antes do reservatório inferior, para assegurar uma pressão mínima na rede distribuidora.

IV - Consumidor factível: Aquele que, embora não esteja ligado ao(s) serviço(s) de água e/ou esgoto e destinação de resíduos, o(s) tem a disposição em frente ao prédio respectivo.

V - Consumidor potencial: Aquele que não dispõe de serviço(s) de água e/ou esgoto e destinação de resíduos em frente ao respectivo prédio, estando o mesmo localizado dentro da área onde a SANEFRAI poderá prestar seus serviços.

VI - Consumo básico: Número de metros cúbicos de água a que tem direito cada usuário, pelo pagamento da tarifa mínima.

VII - Interrupção no fornecimento de água e coleta de esgotos: Interrupção, por parte da SANEFRAI, do fornecimento de água e/ou do serviço de coleta de esgotos ao usuário, pelo não pagamento da tarifa e/ou por inobservância às normas estabelecidas neste Regulamento.

VIII - Custo da derivação: Calculado pela SANEFRAI de acordo com o valor estipulado ou orçamento de custos de materiais e mão-de-obra para execução do ramal predial.

IX - Derivação ou ramal predial de água: é a canalização de água.

X - Derivação ou ramal predial de água interna: É a canalização compreendida entre o registro da SANEFRAI e a bóia do reservatório do imóvel.

XI - Derivação ou ramal predial de água externa: É a canalização compreendida entre o registro da SANEFRAI e a rede pública de água.

XII - Derivação ou ramal predial de esgoto: é a canalização de esgoto.

XIII - Derivação ou ramal predial de esgoto interna: É a canalização compreendida entre a última inserção do imóvel e a caixa de passagem situada no passeio.

XIV - Derivação ou ramal predial de esgoto externa: É a canalização compreendida entre a caixa de passagem situada no passeio e a rede pública de esgoto.

XV - Despejo Industrial: Refugo líquido decorrente do uso da água para fins industriais e serviços diversos.

XVI - Distribuidor: Canalização pública de distribuição de água.

XVII - Economia: Todo prédio, parte de prédio ou terreno, ocupado ou usado de forma independente, que utiliza água através de instalações privativas ou coletivas, para uma determinada finalidade, com escopo de lucro ou não.

XVIII - Esgoto ou despejo: Refugo líquido que deve ser conduzido a um destino final.

XIX - Esgoto Sanitário: Refugo líquido proveniente do uso de água para fins higiênicos.

XX - Excesso de Consumo: Todo consumo de água que exceder o consumo básico.

XXI - Extravasor ou ladrão: É a canalização destinada a escoar eventuais excessos de água ou de esgoto.

XXII - Fossa séptica: Unidade de sedimentação e digestão, destinada ao tratamento primário do esgoto sanitário.

XXIII - Fossa Absorvente: Unidade de absorção dos líquidos provenientes do efluente das fossas sépticas.

XXIV - Hidrante: É o aparelho de utilização apropriado à tomada

de água para extinção de incêndio.

XXV - Hidrômetro: É o aparelho destinado a medir o consumo de água.

XXVI - Ligação clandestina: É a ligação de imóvel às redes distribuidoras e/ou coletoras, sem autorização da SANEFRAI.

XXVII - Ligação predial de água e/ou esgoto e destinação de resíduos: É o ato de ligar a derivação predial à rede distribuidora ou coletora.

XXVIII - Limitador de consumo: É o dispositivo instalado no ramal predial para limitar o consumo de água.

XXIX - Peça de derivação: Dispositivo aplicado no distribuidor para derivação do ramal predial.

XXX - Redes distribuidora e coletora: É o conjunto de canalizações e de peças que compõem os sistemas de distribuição de água e de coleta de esgoto.

XXXI - Registro externo: É o registro de uso e de propriedade da SANEFRAI, destinado à interrupção do abastecimento de água e situado no passeio ou na calçada.

XXXII - Registro interno ou de acidente: É o registro instalado no ramal predial interno, para permitir a interrupção de passagem de água.

XXXIII - Reservatório domiciliar: Depósito destinado ao armazenamento de água potável, com o objetivo de suprir e demanda da edificação por um período de um dia quando da supressão do abastecimento público.

XXXIV - Resíduos sólidos: compostos de lixo e materiais degradados.

XXXV - Sistema de abastecimento de água: Captação, estações de tratamento, reservatórios, elevatórias, conjunto de canalizações e demais instalações, destinados ao abastecimento de água.

XXXVI - Sistema de esgoto: Conjunto de canalizações, estações de tratamento, elevatórias e demais instalações, destinadas ao esgotamento dos refugos líquidos.

XXXVII - Supressão da derivação: Retirada física do ramal predial e/ou cancelamento das relações contratuais SANEFRAI-Consumidor (usuário), em decorrência de infração às normas da SANEFRAI.

XXXVIII - Tarifas: Conjunto de preços estabelecidos pela SANEFRAI, referente à cobrança dos serviços de abastecimento de água, de coleta de esgoto sanitário, coleta e destinação final de resíduos sólidos.

XXXIX - Valor da ligação ou religação: Valor estipulado pela SANEFRAI para cobrar do usuário pela ligação de água e/ou esgoto e destinação de resíduos, ou pela religação.

XL - Tarifa mínima: Valor mínimo que deve pagar o usuário pelos serviços, de acordo com as categorias definidas na tabela tarifária da SANEFRAI.

XLI - Usuário ou consumidor: Toda pessoa física ou jurídica, responsável pela utilização dos serviços, proprietária ou detentora, a qualquer título, da posse do imóvel beneficiado por esses serviços.

XLII - Válvula de flutuador ou bóia: É a válvula destinada a interromper a entrada de água nos reservatórios dos imóveis quando atingido o nível máximo de água.

TÍTULO II DA COMPETÊNCIA

Art. 3º. Compete à SANEFRAI Saneamento Fraiburgo, exercer com exclusividade todas as atividades administrativas e técnicas que se relacionem com os serviços públicos de água, esgoto, coleta e destinação de resíduos sólidos, e exigir dos usuários o cumprimento das condições e normas estabelecidas na Lei, neste Regulamento e nas normas complementares, expedidas pelo Presidente da Autarquia.

§ 1º. O assentamento de canalizações e coletores e a instalação de equipamentos e a execução de derivações serão efetuados pela SANEFRAI ou por terceiros devidamente autorizados, sem prejuízo do que dispõem as posturas municipais e/ou a legislação aplicável.
§ 2º. As canalizações e coletores, as derivações e as instalações

assim construídos, integram o patrimônio da SANEFRAI.

§ 3º. A operação e manutenção dos sistemas de água e de esgoto, compreendendo todas as suas instalações, serão executadas exclusivamente pela SANEFRAI, através de seus técnicos e operadores.

Art. 4º. Nenhuma construção relativa a sistemas públicos de abastecimento de água e de esgoto, situada na área de atuação da SANEFRAI, poderá ser executada sem que o respectivo projeto tenha sido por ela elaborado ou aprovado.

§ 1º. O projeto deverá incluir todas as especificações executivas e não poderá ser alterado no decurso da obra sem a prévia autorização da SANEFRAI.

§ 2º. Mesmo quando executadas por terceiros devidamente autorizados, as obras serão fiscalizadas pela SANEFRAI, independente de sua participação financeira no empreendimento.

TÍTULO III DOS SERVIÇOS

Capítulo I Das Redes Distribuidoras e Coletoras

Art. 5º. As canalizações de água e os coletores de esgoto serão assentados em logradouros públicos após a aprovação dos respectivos projetos pela SANEFRAI, que executará diretamente as obras ou fiscalizará sua execução por terceiros.

Parágrafo Único. Caberá à SANEFRAI decidir quanto à viabilidade de extensão das redes distribuidora e coletora, com base em critérios técnicos, econômicos e sociais.

Art. 6º. Os danos causados em canalizações, coletores ou em outras instalações dos serviços públicos de água e de esgoto serão reparados pela SANEFRAI, às expensas do autor do dano, o qual ficará sujeito às multas previstas neste Regulamento, além das penalidades criminais aplicáveis.

Art. 7º. Os custos com as obras de ampliação ou extensão das redes distribuidoras de água ou coletoras de esgoto, correrão por conta dos interessados em sua execução.

Parágrafo único. A critério da SANEFRAI, os custos referidos neste artigo poderão correr por sua conta, desde que exista viabilidade técnico-econômica ou razões de interesse social.

Art. 8º. A critério da SANEFRAI, poderão ser implantadas redes distribuidoras de água potável em logradouros, cujos traçados não estejam definidos, sendo que, quando se tratar de redes coletoras de esgoto sanitário, a sua implantação dependerá da definição do traçado por parte da municipalidade.

Art. 9º. Serão custeados pelos interessados os serviços destinados a rebaixamento e/ou elevação de redes de distribuição e/ou coletoras de esgoto, quando ocasionados por alteração de traçados, construção de qualquer outro equipamento urbano e construção de ligações de esgoto em prédios para a qual seja necessária a modificação da rede coletora.

Art. 10. É vedada a ligação de águas pluviais em redes coletoras e interceptadoras de esgoto.

Capítulo II Dos Loteamentos

Art. 11. Os projetos de loteamento e parcelamento do solo urbano, que demandem a instalação de redes de abastecimento de água e coleta de esgoto, uma vez protocolados perante o Município, serão encaminhados à SANEFRAI, que opinará pela regularidade da distribuição dos traçados, podendo sugerir ou exigir sua alteração, mediante despacho fundamentado do Presidente.

Art. 12. As áreas destinadas à construção das unidades dos sistemas de abastecimento de água e de esgoto deverão ser doadas à SANEFRAI, quando da efetiva entrega das obras à Autarquia, mediante escritura pública.

Art. 13. Os sistemas de abastecimento de água e os serviços de esgoto dos loteamentos serão construídos e custeados pelos interessados, sob fiscalização da SANEFRAI.

§ 1º. Quando os sistemas referidos neste artigo se destinarem também a área não pertencentes ao loteamento, caberá ao interessado custear apenas a parte das despesas correspondentes às suas instalações.

§ 2º. Nos casos em que haja viabilidade técnica e econômica, ou razões de interesse social, esses sistemas poderão, a critério da SANEFRAI, ser executados com sua participação financeira.

Art. 14. Concluídas as obras, o interessado solicitará sua aceitação pela SANEFRAI, juntando planta cadastral dos serviços executados.

Art. 15. A interligação das redes do loteamento às redes distribuidora e coletora será executada exclusivamente pela SANEFRAI, depois de totalmente concluídas e aceitas as obras relativas ao projeto aprovado.

Parágrafo único. Quando necessário reforço de rede distribuidora que alimentará o loteamento, bem como do coletor de esgoto, estes serão executados pela SANEFRAI às expensas do interessado.

Art. 16. Os sistemas de abastecimento de água e/ou esgoto e destinação de resíduos, as obras, as instalações e os terrenos a que se refere este capítulo, serão incorporados, mediante instrumento competente, ao patrimônio da SANEFRAI.

Capítulo III Dos Agrupamentos de Edificações

Art. 17. Ao agrupamento de edificações aplicam-se as disposições do Capítulo II, relativas aos loteamentos, observando o disposto neste Capítulo.

Art. 18. Os sistemas de abastecimento de água e de esgoto dos agrupamentos de edificações serão construídos e custeados pelos interessados, observado o disposto no § 2º do artigo 13 deste Regulamento.

Art. 19. Sempre que forem ampliados os agrupamentos de edificações, as despesas decorrentes de reforço ou expansão dos sistemas de água e de esgoto correrão por conta do proprietário ou incorporador, ressalvado o disposto no artigo anterior.

Art. 20. Os prédios dos agrupamentos de edificações, situados em cota superior ao nível piezométrico da rede distribuidora ou inferior ao nível da rede coletora, poderão ser abastecidos através do reservatório e instalação elevatória também comum, desde que pertencentes a um só proprietário ou condomínio, ficando a operação e manutenção dessas instalações a cargo do proprietário ou condomínio.

CAPÍTULO IV Dos Prédios

Seção I Do ramal e do coletor prediais

Art. 21. O ramal predial externo de água ou de esgoto será assentado pela SANEFRAI às expensas do proprietário ou usuário.

§ 1º. O ramal predial de água compreende a tubulação a partir da rede distribuidora até o cavalete de medição inclusive, sendo computada nos custos da ligação, até a extensão máxima de 12

(doze) metros.

§ 2º. O excedente de material e serviços será cobrado de acordo com as tarifas constantes no Anexo II desta Lei.

Art. 22. O ramal predial externo de água e/ou a coleta de esgotos serão feitos por meio de um só ramal predial de água e/ou de esgoto, conectado respectivamente às redes distribuidora e coletora existentes na testada do imóvel.

§ 1º. O abastecimento de água e/ou a coleta de esgoto poderão ser feitos por mais de um ramal predial de água ou de esgoto, quando houver conveniência de ordem técnica, a critério da SANEFRAI.

§ 2º. Dois ou mais prédios construídos do mesmo lote poderão ser servidos pelo mesmo ramal predial de esgoto.

§ 3º. O assentamento dos ramais prediais de esgoto através de terreno de outra propriedade, situado em cota inferior, e de ramais de água em qualquer cota, somente poderá ser feito quando houver conveniência técnica e servidão de passagem legalmente estabelecida.

§ 4º. No caso de ligação predial de água, o cavalete deverá ser instalado na testada do terreno do autorizante e sob a responsabilidade do interessado.

§ 5º. Em casos especiais, a critério da SANEFRAI, os ramais prediais de água e de esgoto poderão ser derivados da rede distribuidora ou coletora, existente em logradouros situados ao lado ou nos fundos do imóvel, desde que este confine com o logradouro.

Art. 23. É vedado ao usuário intervir no ramal predial externo de água ou de esgoto, mesmo com o objetivo de melhorar suas condições de funcionamento.

Art. 24. Os ramais prediais de água e de esgoto serão dimensionados de modo a assegurar ao imóvel o abastecimento de água e coleta de esgoto adequados, observando os respectivos padrões de ligação.

§ 1º. Os ramais prediais de água e esgoto poderão ser deslocados ou substituídos, a critério da SANEFRAI, e quando por solicitação do usuário, as respectivas despesas correrão às expensas deste.

§ 2º. As despesas com a reparação de ramais prediais de água ou de esgoto correrão por conta do responsável pela avaria.

Seção II

Da instalação predial

Art. 25. As instalações prediais internas de água e de esgoto serão definidas e projetadas conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e da SANEFRAI, sem prejuízo do disposto nas posturas municipais vigentes.

Art. 26. Todas as instalações pertencentes aos ramais prediais internos de água e de esgoto serão executadas pelo proprietário às suas expensas.

§ 1º. A conservação das instalações prediais ficará a cargo exclusivo do usuário, podendo a SANEFRAI fiscalizá-las quando julgar necessário.

§ 2º. O usuário se obriga a reparar ou substituir, dentro do prazo que for fixado na respectiva notificação da SANEFRAI, todas as instalações internas defeituosas.

Art. 27. Serão de responsabilidade do interessado as obras e instalações necessárias ao serviço de esgoto dos prédios ou parte de prédios situados abaixo do nível do logradouro público, bem como daqueles que não puderem ser ligados à rede coletora da SANEFRAI.

Parágrafo único. Nos casos previstos neste artigo, o esgotamento poderá ser feito mecanicamente para o coletor do logradouro, situado na frente do prédio, ou através de terrenos vizinhos, desde que os proprietários o permitam, através de servidão instituída por escritura pública e averbada no registro do imóvel.

Art. 28. É vedada a ligação do ejetor ou bomba ao ramal ou ao alimentador predial.

Art. 29. É proibida, salvo consentimento prévio da SANEFRAI, qualquer extensão do ramal predial interno para servir outras economias, ainda que localizadas no mesmo terreno e pertencentes ao mesmo proprietário.

Art. 30. As instalações prediais de água não deverão permitir a intercomunicação com outras canalizações internas, abastecidas por água de poços ou quaisquer fontes alternativas.

Art. 31. É vedado o despejo de águas pluviais em derivações prediais de esgoto.

Seção III

Dos reservatórios

Art. 32. É obrigatória a instalação de reservatório domiciliar para execução da ligação do ramal predial, independente de categoria econômica, devendo os mesmos serem dimensionados e construídos de acordo com as normas da ABNT e da SANEFRAI, sem prejuízo do que dispõe as posturas municipais em vigor.

Art. 33. O projeto e a execução dos reservatórios deverão atender aos seguintes requisitos de ordem sanitária:

I - assegurar perfeita estanqueidade;

II - utilizar em sua construção materiais que não causem prejuízo à potabilidade da água;

III - permitir inspeção e reparos, através de aberturas dotadas de bordas salientes e tampas herméticas, devendo as bordas, no caso de reservatórios enterrados, ter altura mínima de 15 (quinze) centímetros;

IV - possuir válvula de flutuador (bóia), que vede a entrada de água quando cheios, e extravasor descarregando visivelmente em área livre, dotado de dispositivo que impeça a penetração no reservatório de elementos que possam poluir a água;

V - possuir canalização de descarga que permita a limpeza interna do reservatório.

Art. 34. É vedada a passagem de canalizações de esgoto sanitários ou pluviais pela cobertura ou pelo interior dos reservatórios.

§ 1º. Os prédios com mais de três pavimentos, ou que possuam reservatórios com diferença acima de 10m (dez metros) em relação à rede distribuidora, deverão possuir reservatório subterrâneo e instalação elevatória conjugada.

§ 2º. As instalações elevatórias serão projetadas e construídas de conformidade com as normas da ABNT e da SANEFRAI, às expensas dos interessados.

CAPÍTULO V

Dos Hidrantes

Art. 35. A SANEFRAI, de acordo com a conveniência do Corpo de Bombeiros do Município de Fraiburgo, instalará hidrantes em logradouros públicos onde existir rede de abastecimento de água compatível com as especificações técnicas pertinentes.

§ 1º. No caso de instalação de hidrantes por exigência do Corpo de Bombeiros, feita à terceiros, a solicitação destes será feita mediante carta da SANEFRAI, indicando o local da instalação.

§ 2º. Configurada a hipótese prevista no parágrafo anterior, caberá ao interessado o pagamento prévio do orçamento elaborado pela SANEFRAI, ou se preferir, poderá adquirir o hidrante e acessórios necessários a sua instalação com termo de doação para a SANEFRAI.

§ 3º. Só serão instalados hidrantes aprovados pela SANEFRAI e pelo Corpo de Bombeiros, observadas as normas específicas da ABNT, em especial, as de vazão do hidrante.

§ 4º. A instalação dos hidrantes será feita pela SANEFRAI ou por

terceiros por ela autorizados.

§ 5º. O Corpo de Bombeiros não poderá, sem o consentimento da SANEFRAI, utilizar a água dos hidrantes para outro fim que não sejam os propósitos emergenciais atinentes à atividade da corporação.

Art. 36. A operação dos hidrantes somente poderá ser efetuada pela SANEFRAI ou pelo Corpo de Bombeiros.

§ 1º. O Corpo de Bombeiros deverá comunicar à SANEFRAI, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, as operações efetuadas nos termos deste artigo.

§ 2º. A SANEFRAI fornecerá ao Corpo de Bombeiros, por solicitação deste, informações sobre o sistema de abastecimento de água e o seu regime de operação.

§ 3º. Compete ao Corpo de Bombeiros inspecionar com regularidade as condições de funcionamento dos hidrantes e dos registros de fechamento dos mesmos, e solicitar à SANEFRAI os reparos, porventura necessários.

Art. 37. A manutenção dos hidrantes será feita pela SANEFRAI, às expensas da corporação que os utiliza ou for responsável pelos mesmos.

Art. 38. Os danos causados aos registros e aos hidrantes serão reparados pela SANEFRAI, às expensas de quem lhes der causa, sem prejuízo das sanções, previstas neste regulamento e das penas criminais aplicáveis.

CAPÍTULO VI

Dos Despejos

Art. 39. Nas vias e logradouros onde inexistir rede coletora, é obrigatório o tratamento prévio dos líquidos residuais que, por suas características, não puderem ser lançados in natura na rede de esgoto.

Parágrafo único. O tratamento mencionado no caput deste artigo será feito às expensas do usuário, devendo o projeto ser previamente aprovado pela SANEFRAI.

Art. 40. O estabelecimento industrial ou de prestação de serviços, situado em logradouros dotados de coletor público, somente poderá lançar os dejetos em coletor geral, desde que estes não causem dano de qualquer espécie às obras, instalações e unidades de tratamento do sistema de esgoto.

Parágrafo único. A SANEFRAI manterá atualizado o cadastro dos estabelecimentos industriais e de prestação de serviços em que serão registrados a natureza e o volume dos despejos a serem coletados.

Art. 41. Os despejos industriais a serem lançados na rede coletora de esgoto deverão atender aos seguintes requisitos:

I - a temperatura não poderá ser superior a 40°C (quarenta graus centígrados);

II - o índice de acidez (pH) deverá estar compreendido entre 6,5 (seis inteiros e cinco décimos) e 10,0 (dez)

III - os sólidos de sedimentação imediata, como areia, argila e outros, só serão admissíveis até o limite de 500mg/l (quinhentas miligramas por litro);

IV - os sólidos sedimentáveis em 10 (dez) minutos só serão admissíveis até o limite de 5.000 mg/l (cinco mil miligramas por litro);

V - para os sólidos sedimentáveis em duas horas, deverão ser levados em conta a natureza, o aspecto e o volume do sedimento; sendo compacto, não se admitirão mais de 250.000 mg/l (duzentas e cinquenta mil miligramas por litro); não o sendo, poderá ser admitido em qualquer quantidade;

VI - substâncias graxas, alcatrões, resinas e outros (substâncias solúveis a frio em éter etílico) não serão permitidas em quantidade superior a 150 mg/l (cento e cinquenta miligramas por litro);

VII - a Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) não deverá

ultrapassar a DBO média do afluente da estação de tratamento de esgoto;

VIII - possuir vazão compatível com o diâmetro e as condições hidráulicas de escoamento de rede coletora e capacidade do sistema de tratamento de esgoto.

Art. 42. Não se admitirão, na rede coletora de esgoto, despejos industriais que contenham:

I - gases tóxicos ou substâncias capazes de produzi-los;

II - substâncias inflamáveis ou que produzam gases inflamáveis;

III - resíduos e corpos capazes de produzir obstruções (trapos, lã, estopa, pêlo) e outros;

IV - substâncias que, por seus produtos de decomposição ou combinação, possam produzir obstruções ou incrustações nas canalizações de esgoto;

V - substâncias que por sua natureza interfiram com os processos de depuração na estação de tratamento de esgoto.

Parágrafo único. Os despejos provenientes de postos de gasolina ou garagens, onde haja lubrificação e lavagem de veículos, deverão ser permeados em sistemas que permitam a deposição de areia e a separação do óleo através de filtragem.

Art. 43. O projeto de tratamento de efluentes industriais, a serem lançados na rede coletora de esgoto, deverá ser aprovado pelos órgãos competentes e pela SANEFRAI.

TÍTULO V

DO SISTEMA DE COLETA E ABASTECIMENTO

Capítulo I

Das Ligações de Água e Esgoto

Art. 44. As ligações de água e de esgoto poderão ser provisórias ou definitivas.

§ 1º. São provisórias as ligações para construção e as ligações a título temporário.

§ 2º. Além de atender aos requisitos estipulados neste regulamento, o postulante de ligação provisória deverá depositar, antecipadamente, o valor da tarifa estimado para o período de duração do serviço, facultando-se, para esse efeito, a divisão em sub-períodos não inferiores a um mês.

§ 3º. A classificação de consumo de usuário temporário será determinada, em cada caso, pela SANEFRAI.

§ 4º. Tanto para ligações provisórias como definitivas, deverá o requerente possuir, por ocasião da execução da ligação de água, um abrigo padrão para proteção de hidrômetros, observadas as dimensões mínimas e normas da SANEFRAI.

Art. 45. O ramal predial para construção será dimensionado de modo a ser aproveitado para ligação definitiva.

Parágrafo único. Em casos especiais, a critério da SANEFRAI, poderá o ramal predial ser dimensionado apenas para o atendimento da edificação.

Art. 46. As ligações de água e de esgoto para construção serão requeridas em nome do proprietário, pelo detentor da posse do imóvel ou seu representante legal.

§ 1º. Os pedidos de ligação serão apresentados de maneira formal, sendo obrigatória a apresentação dos seguintes documentos: I - matrícula atualizada do imóvel, contrato de compra e venda ou contrato de locação;

II - carteira de Identidade do proprietário ou responsável da pessoa jurídica;

III - prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;

IV - cópia de Alvará de Licença para construção;

V - cópia do projeto hidráulico.

§ 2º. A ligação provisória será classificada como categoria comercial até a sua efetivação como definitiva, quando então será

classificada de acordo com o seu uso.

Art. 47. As ligações provisórias de água e de esgoto só serão executadas após satisfeitas as seguintes exigências:

- I - instalações de acordo com os padrões da SANEFRAI;
- II - pagamento do valor da ligação e/ou dos respectivos orçamentos elaborados pela SANEFRAI.

Art. 48. Não sendo a obra concluída no prazo previamente estabelecido, caberá ao usuário solicitar a prorrogação do prazo da ligação para construção.

§ 1º. Concluída a obra, o proprietário do imóvel, ou seu detentor a qualquer título, requererá à SANEFRAI a ligação definitiva, mediante a apresentação do competente "habite-se".

§ 2º. Na impossibilidade da apresentação do "habite-se", poderá a SANEFRAI, a seu critério, conceder a ligação definitiva após comprovar, mediante inspeção, a conclusão da obra.

Art. 49. As ligações a título temporário são as destinadas ao fornecimento de água e ao esgotamento de estabelecimento de caráter temporário, tais como, exposições, feiras, circos, bem como obras em logradouros públicos.

Art. 50. As ligações de água e de esgoto, a título temporário, serão solicitadas pelo interessado, que deverá declarar o prazo desejado para o serviço, bem como o consumo de água potável, incumbindo-lhe ainda, se necessário, requerer a prorrogação de aludido prazo.

Art. 51. As ligações de água e de esgoto a título temporário serão concedidas em nome do interessado, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- I - licença ou autorização de órgão competente;
- II - plantas ou esboços cotados das instalações provisórias, indicando o local das ligações.

Art. 52. As ligações de água e de esgoto só serão executadas após satisfeitas as seguintes exigências:

- I - instalações de acordo com os padrões da SANEFRAI;
- II - pagamento do valor da ligação e/ou dos respectivos orçamentos elaborados pela SANEFRAI.

Art. 53. Aplicam-se às ligações a título temporário o disposto no § 2º do art. 46 deste Regulamento.

Art. 54. Caberá ao proprietário do imóvel ou ao detentor de sua posse, requerer à SANEFRAI as ligações definitivas de água e de esgoto.

Art. 55. Além dos requisitos previstos neste regulamento, a ligação definitiva de água ou de esgoto está sujeita ao pagamento das tarifas constantes no Anexo II deste Regulamento.

Parágrafo único. O pagamento da ligação definitiva poderá ser parcelado em até 04 (quatro) parcelas iguais.

Art. 56. As ligações de água e de esgoto para uso doméstico e higiênico têm prioridade sobre as destinadas a outros usos, cuja concessão ficará condicionada à capacidade dos respectivos sistemas e às possibilidades de sua ampliação.

Art. 57. A ligação de água destina-se apenas à própria serventia do usuário, a quem cabe evitar desperdício, poluição ou o fornecimento de água a terceiros, mesmo a título gratuito.

Parágrafo único. É vedada ao usuário a derivação de ramais coletores ou instalações prediais de água ou esgoto de sua serventia para atender a outros prédios, ainda que de sua propriedade, salvo com prévia autorização da SANEFRAI.

Capítulo III

Dos hidrômetros e limitadores de consumo

Art. 58. A critério da SANEFRAI o consumo de água poderá ser regulado por meio de hidrômetro ou limitador de consumo.

Art. 59. O hidrômetro ou limitador de consumo faz parte do ramal predial e será de propriedade da SANEFRAI, ao qual compete sua instalação e conservação.

Art. 60. Os hidrômetros serão instalados preferencialmente no interior do imóvel, no máximo a 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) do alinhamento predial, em local abrigado e de fácil acesso, obedecendo aos padrões da SANEFRAI.

§ 1º. O livre acesso ao hidrômetro deverá ser assegurado pelo usuário ao pessoal autorizado pela SANEFRAI, sendo vedado atravancar o padrão com qualquer obstáculo ou instalação, que dificulte a fácil remoção do medidor ou a sua leitura, sob pena de interrupção no fornecimento de água e aplicação de multa.

§ 2º. O usuário responderá pelas despesas decorrentes da falta de proteção e guarda dos hidrômetros instalados na área de domínio de seu imóvel.

§ 3º. Por solicitação do usuário, poderá ser efetuado deslocamento do hidrômetro, desde que seja viável tecnicamente, ficando o mesmo sujeito ao pagamento da respectiva tarifa constante no Anexo II desta Lei.

Art. 61. O limitador de consumo será instalado no passeio, dentro da caixa de registro da derivação.

Art. 62. O usuário poderá solicitar à SANEFRAI a aferição do hidrômetro instalado no seu prédio, obrigando-se pela tarifa específica, se constatado o funcionamento normal do aparelho.

§ 1º. Considera-se como funcionamento normal o estabelecido em consonância com normas da ABNT.

§ 2º. Verificada qualquer anormalidade no funcionamento do hidrômetro até que se proceda a sua correção, o consumo será cobrado pela média das 6 (seis) últimas medições registradas.

Art. 63. O hidrômetro poderá ser substituído ou retirado pela SANEFRAI, a qualquer tempo, em casos de manutenção, pesquisa, ou modificação do sistema de medição.

CAPÍTULO IV

Da Interrupção no Fornecimento de Água e Coleta de Esgotos

Art. 64. O fornecimento de água ao imóvel e coleta de esgotos serão interrompidos nos seguintes casos, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste regulamento:

- I - impontualidade no pagamento de tarifas;
- II - interdição judicial ou administrativa;
- III - instalação de ejetores ou bombas de sucção diretamente na rede ou no ramal predial;
- IV - ligação clandestina ou abusiva;
- V - retirada do hidrômetro e/ou intervenção abusiva no mesmo;
- VI - intervenção no ramal predial externo;
- VII - vacância do imóvel, antes habitado, por solicitação do usuário, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável por igual período;
- VIII - falta de cumprimento de outras exigências deste Regulamento.

§ 1º. A interrupção será efetuada decorridos os seguintes prazos: I - 02 (dois) dias úteis após a data de notificação, nos casos previstos nos incisos IV e VIII,

II - 15 (quinze) dias corridos após a data de reaviso do débito, no caso do inciso I.

§ 2º. Nos demais casos, a interrupção poderá ser efetuada independente de notificação, tão logo constatadas as infrações previstas neste artigo.

§ 3º. Cessados os motivos que determinaram a interrupção, ou, se for o caso, satisfeitas as exigências estipuladas para a ligação, será restabelecido o fornecimento de água, mediante o pagamento do

preço do serviço correspondente.

§ 4º. A emissão de fatura, após a interrupção do fornecimento, não será processada enquanto não houver o restabelecimento do fornecimento.

Art. 65. As ligações de água ou esgoto serão suprimidas:

- I - por solicitação do titular do domínio útil, caso o prédio perca as condições de habitabilidade por ruína ou demolição;
- II - restabelecimento irregular do fornecimento de água e coleta de esgoto;
- III - interrupção do fornecimento por período superior a 150 (cento e cinquenta) dias, de acordo com o inciso I do artigo 64 deste Regulamento.

Art. 66. Os ramais retirados serão recolhidos ao almoxarifado da SANEFRAI.

TÍTULO VI

DA CLASSIFICAÇÃO E DA COBRANÇA DOS SERVIÇOS

Capítulo I

Da Classificação dos Serviços

Art. 67. Os serviços de água e esgoto são classificados em quatro categorias:

- I - Residencial: quando a água é usada para fins domésticos em economias de uso exclusivamente residencial;
- II - Pública: quando a água é usada para consumo público, ou em prédios municipais, estaduais e federais;
- III - Industrial: quando a água é usada em estabelecimentos industriais;
- IV - Comercial: quando a água é usada em estabelecimentos comerciais e outros que não os classificados nos incisos I a III deste artigo.

Art. 68. Classifica-se o consumo de água em:

- I - Consumo medido: o apurado por aparelho de medição;
- II - Consumo estimado: o estipulado com base no consumo médio de faturamentos anteriores ou em avaliação técnica da SANEFRAI.

Capítulo II

Das Tarifas

Art. 69. A prestação dos serviços de água e de esgoto será retribuída mediante a cobrança de tarifas dos usuários, que compreenderão:

- I - as despesas de funcionamento;
- II - as quotas de depreciação, provisão para devedores e amortização de empréstimos;
- III - a constituição de fundo de reserva para investimentos;
- IV - necessidade de desenvolvimentos econômico e tecnológico da SANEFRAI;
- V - manutenção do equilíbrio econômico e financeiro da SANEFRAI.

Art. 70. Os valores das tarifas de água e de esgoto são os previstos nesta Lei.

Parágrafo único. É vedada a isenção ou redução de tarifas e outros valores de serviços da SANEFRAI, ressalvados os casos previstos em Lei.

Art. 71. Fica instituída a Tarifa Residencial Social, cujo valor será equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor atribuído à tarifa da Categoria Residencial.

Art. 72. Para ter direito à Tarifa Residencial Social de que trata este Regulamento, o usuário interessado deverá atender às seguintes condições:

- I - o imóvel deve estar em área de abastecimento da SANEFRAI, onde exista rede de distribuição de água;

II - ser proprietário de um único imóvel, com área construída não superior a 70m² (setenta metros quadrados);

III - ter renda familiar mensal de até 01 (um) salário mínimo;

IV - ter um consumo médio mensal, verificado nos últimos 12 (doze) meses, de até 10m³ (dez metros cúbicos) de água;

V - estar adimplente junto à SANEFRAI e ao Município em que o imóvel estiver localizado.

Parágrafo único. O pedido de ingresso na categoria compreendida pela tarifa residencial social, uma vez instruído, será encaminhado à Secretaria de Ação Social do Município de Fraiburgo, onde receberá parecer social sobre o seu enquadramento, de profissional habilitado para tal, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

Art. 73. Os usuários, cujas ligações registrarem infrações ao Regulamento da SANEFRAI, perderão o direito à Tarifa Residencial Social, além de sofrerem as sanções já previstas nas normas e regulamentos da Autarquia.

Art. 74. O cadastramento dos interessados terá validade de um ano, podendo ser realizado a qualquer tempo, surtindo efeitos somente após sua aprovação.

Parágrafo único. O cadastro deverá ser renovado anualmente, antes do término de sua validade, sob pena de cancelamento automático.

Art. 75. Para efetuar o cadastro, o interessado deverá comprovar as condições estabelecidas no artigo 72 deste Regulamento, mediante a apresentação, junto ao escritório da SANEFRAI, dos seguintes documentos:

I - certidão de débitos municipais;

II - declaração do interessado de que é proprietário de um único imóvel e que o mesmo possui área construída não superior a 70m² (setenta metros quadrados), acompanhada de cópia do respectivo título de propriedade;

III - declaração de renda familiar através do preenchimento pelo interessado de formulário padronizado da SANEFRAI, onde deverão constar informações pessoais de todos os membros residentes no imóvel, bem como cópia dos respectivos comprovantes de rendimentos;

IV - Cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Carteira de Identidade do interessado.

Art. 76. A SANEFRAI poderá, a seu critério, proceder vistoria no local para a verificação e conferência das declarações prestadas pelo interessado.

Art. 77. Sendo constatada fraude ou irregularidade nos documentos apresentados, ou ocorrendo qualquer alteração e o consequente não enquadramento nas condições estabelecidas no artigo 72, o usuário perderá imediatamente o direito ao benefício da Tarifa Residencial Social.

Parágrafo único. O usuário deverá informar à SANEFRAI qualquer alteração que enseje a perda do benefício, sob pena de ser-lhe cobrado o valor originário das faturas pelo período em que usufrui do benefício indevidamente.

Capítulo III

Da Cobrança das Tarifas

Art. 78. As faturas de água, esgoto e destinação de resíduos serão processadas periodicamente, de acordo com o calendário de faturamento elaborado pela SANEFRAI, devendo ser pagas na data de seu vencimento.

Parágrafo único. Ocorrendo impontualidade no pagamento das tarifas, as contas vencidas terão os seus valores atualizados, devendo serem cobrados os valores vigentes na data do efetivo pagamento.

Art. 79. As tarifas de utilização dos serviços de esgoto serão

cobradas à razão de 80% (oitenta por cento) sobre o volume de consumo de água, conforme estabelecido no Anexo I desta Lei. Parágrafo único. No caso do usuário dispor do sistema próprio de abastecimento de água, será considerado como volume de esgoto coletado, para efeito de cálculo da conta, o volume de água por ele utilizada, efetivamente medida ou estimada pela SANEFRAI.

Art. 80. Quando não for possível medir o volume consumido, por avaria do hidrômetro ou por outros motivos que impossibilitem a sua leitura, a cobrança será feita com base na média das últimas 06 (seis) medições realizadas.

Art. 81. Na ausência de medidores, o consumo poderá ser estimado em função do consumo médio mensal presumido, com base nas instalações físicas do imóvel.

Art. 82. Nos condomínios, as tarifas de todas as economias poderão ser cobradas em conta única, quando houver ligação comum de água.

Art. 83. No caso de serem localizados imóveis ligados às redes de água e/ou esgoto da SANEFRAI de forma clandestina, e não sendo possível verificar a data da respectiva ligação, deverão ser cobradas as tarifas de água e/ou esgoto a partir dos 6 (seis) meses anteriores à data na qual se constatou a infração, com valores atualizados, sem prejuízo da penalidade cabível.

Art. 84. Das contas emitidas caberá recurso pelo interessado, desde que apresentado à SANEFRAI antes das datas dos vencimentos das mesmas.

Parágrafo único. Após a data do vencimento serão recebidos recursos dos usuários desde que as contas estejam devidamente quitadas.

Art. 85. Quando o consumo mensal for inferior ao consumo básico da respectiva categoria, será devida a tarifa correspondente ao consumo básico.

TÍTULO VII DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 86. A inobservância a qualquer dispositivo deste Regulamento sujeitará o infrator à notificação e à aplicação das penalidades previstas no Anexo III desta Lei.

Art. 87. Serão punidas com multa, independentemente de notificação, as seguintes infrações:

- I - intervenção de qualquer modo nas instalações dos serviços públicos de água e de esgoto;
- II - ligações clandestinas de qualquer canalização à rede distribuidora de água e coletora de esgotos;
- III - violação ou retirada de hidrômetro ou de limitador de consumo;
- IV - interconexão da instalação com canalizações alimentadas com água não procedente do abastecimento público;
- V - utilização de canalização ou coletor de uma instalação predial para abastecimento de água ou coleta de esgoto de outro imóvel ou economia;
- VI - uso de dispositivos, tais como bombas ou ejetores, na rede distribuidora ou ramal predial;
- VII - lançamento de águas pluviais na instalação de esgoto do prédio;
- VIII - lançamento de despejos in natura, que por suas características exijam tratamento prévio, na rede coletora de esgoto;
- IX - início da obra de instalação de água e de esgoto em loteamentos ou agrupamentos de edificações, sem prévia autorização da SANEFRAI;
- X - alteração de projeto de instalações de água e de esgoto em loteamentos ou agrupamentos de edificações, sem prévia

autorização da SANEFRAI;

XI - inobservância das normas e/ou instalações da SANEFRAI na execução de obras e serviços de água e esgoto;

XII - impontualidade no pagamento de tarifas devidas à SANEFRAI.

§ 1º. Os valores das multas são os previstos no Anexo III desta Lei.

§ 2º. O índice de correção a ser aplicado para a atualização dos valores pagos após o vencimento, nas tarifas referentes ao fornecimento de água e outros serviços prestados pela SANEFRAI, será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

§ 3º. O reajuste proposto para as tarifas e preços de serviços praticados pela SANEFRAI, será realizado anualmente, no mês de janeiro de cada ano, submetendo-se previamente para anuência da ARIS (Agência Regulatória Intermunicipal de Saneamento), e posteriormente, ao Prefeito Municipal.

§ 4º. A atualização dos valores de que trata este artigo, será feita proporcionalmente, observado o índice do mês imediatamente anterior, tomando-se como data base para o seu início, a data de vencimento das respectivas faturas.

§ 5º. Sobre o valor das faturas pagas em atraso, além da atualização, incidirá multa no importe de 02% (dois por cento).

§ 6º. Os valores relativos à atualização e à multa de que trata a presente Lei, serão cobrados junto à fatura do mês subsequente ao da inadimplência.

Art. 88. Independentemente da aplicação da multa e conforme a natureza e/ou gravidade da infração, poderá a SANEFRAI interromper o abastecimento de água, observando o disposto no artigo 64 desta Lei.

Art. 89. O pagamento da multa não elide a irregularidade, ficando o infrator obrigado a regularizar as obras ou instalações que estiverem em desacordo com as disposições contidas neste Regulamento.

Art. 90. O Presidente da SANEFRAI, através de portaria, designará servidores para notificação de infrações a este Regulamento.

§ 1º. Uma via da notificação será entregue ao infrator mediante recibo.

§ 2º. Se o infrator recusar-se a receber a notificação, o servidor certificará o fato no verso do documento.

§ 3º. A notificação será expedida pelo Diretor de Águas ou pelo Diretor de Saneamento, conforme a natureza da infração.

§ 4º. Quando a infração corresponder a duas ou mais condutas, que por sua natureza, comuniquem-se as duas áreas de competência, a notificação será subscrita por ambos os Diretores.

Art. 91. Para o exercício do contraditório e da ampla defesa, é assegurado ao infrator o direito de recorrer da autuação ao Presidente da Autarquia, no prazo de 10 (dez) dias contados da notificação.

TÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 92. Na falta de êxito na cobrança amigável ou administrativa dos créditos da SANEFRAI, além da aplicação das disposições resritivas, previstas em lei, e neste Regulamento, poderá a Autarquia propor as medidas judiciais cabíveis.

Art. 93. O usuário deve assegurar aos servidores autorizados da SANEFRAI o acesso às instalações de água e esgoto dos prédios, áreas, quintais ou terrenos, para realização de vistorias de inspeção a essas instalações.

Art. 94. Quando ocorrer aumento extraordinário do consumo de água devido a vazamentos invisíveis no alimentador e/ou instalação predial, o preço a ser cobrado para o consumo excedente à média dos últimos 06 (seis) meses será o valor correspondente à faixa de consumo compreendida entre 11m³ (onze metros cúbicos) a 15m³ (quinze metros cúbicos), constante no Anexo I deste Regulamento.

§ 1º. Considera-se aumento extraordinário aquele que exceder a 05 (cinco) vezes o consumo médio do usuário verificado nos últimos 06 (seis) meses anteriores a ocorrência do vazamento, desde que o consumo verificado seja superior a 100m³ (cem metros cúbicos).

§ 2º. A aplicação do presente artigo fica condicionada à constatação da dificuldade de verificação do vazamento, que poderá ser realizada mediante prova do usuário ou vistoria no local pelos funcionários da SANEFRAI.

§ 3º. Sendo o vazamento de fácil verificação por parte do usuário e diante de sua omissão com comunicar o fato à SANEFRAI, o consumo será cobrado de forma normal.

§ 4º. Não será concedido o benefício deste artigo aos vazamentos ocorridos após a notificação da SANEFRAI da sua provável existência ao usuário, sendo o eventual consumo cobrado na forma deste Regulamento.

Art. 95. Todos os resíduos sólidos que forem encaminhados ao Aterro Sanitário Municipal, deverão ser pesados para que seja autorizada a disposição final.

§ 1º. O comprovante de pesagem será entregue ao servidor da SANEFRAI, responsável pelo controle no ingresso dos resíduos para efetivação da referida cobrança.

§ 2º. Os custos para destinação dos resíduos sólidos será composto através de tabela que determinará os elementos do preço final, a ser publicada anualmente pelo Presidente da Autarquia, levando em conta os serviços contratados através de certame licitatório e as despesas ordinárias do ente.

Art. 96. Os resíduos sólidos são divididos em classes, caracterizados por sua origem, fase e composição, sendo intransferível a responsabilidade pelo gerenciamento dos resíduos gerados no município.

Art. 97. Fica o Presidente da SANEFRAI autorizado a expedir normas complementares para o cumprimento deste Regulamento.

Art. 98. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento
LEI Nº. 2086, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010.

ANEXO I

TABELA I – Tarifas Gerais	
Serviços Comuns	Valor (R\$)
Ligação de água com tubulação até 25mm	115,41
Ligação de esgoto com tubulação até 100mm	165,70
Fornecimento de água até 10m ³	19,44

	Preço definido de acordo com tabela de custos definida pela Autarquia
Coleta e destinação de resíduos sólidos por quilo	
Limpeza de fossa por enquadramento na categoria de Tarifa Social	19,80
Limpeza de fossa residencial até 3,5m ³	34,80
Limpeza de fossa residencial de 3,6m ³ até 7m ³	69,60
Limpeza de fossa comercial por carga	84,10
Limpeza de fossa industrial por carga	84,10

TABELA II – Tarifas Adicionais	
	Valor (R\$) por unidade
Adicionais	
Adicional de fornecimento de água de 10,1m ³ a 25m ³	3,36 p/m ³
Adicional de fornecimento de água acima de 25,1m ³	4,52 p/m ³
Resíduos sólidos destinados por apreensão	1,45 p/kg
Resíduos sólidos externos à coleta convencional	1,74 p/kg

LEI Nº. 2086, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010.

ANEXO II

TABELA I – Serviços Complementares		
Serviço	Especificação	Valor (R\$)
Aferição de hidrômetro	Por solicitação do usuário, até 3/4"	15,73
Aferição de hidrômetro	Por solicitação do usuário, acima de 1"	30,12
Análise de água	Físico-químico (cloro residual, cor, fluoretos, coliformes termotolerantes, coliformes totais, turbidez e pH)	Preço definido de acordo com licitação vigente para a Autarquia
Análise de água	Bacteriológica	Preço definido de acordo com licitação vigente para a Autarquia
Consumo de água por circos, parques e outros	Custo fixo de consumo até 15 dias	137,46
Consumo de água por circos, parques e outros	Custo fixo mensal período superior a 15 dias	233,34
Custo por hora de mão de obra	De encanador	13,91
Custo por hora de mão de obra	De auxiliar	10,43
Desligamento	Por solicitação do usuário, de forma temporária	15,75
Desligamento	Por solicitação do usuário, de forma definitiva	15,75
Deslocamento do cavalete	Por solicitação do usuário	23,93
Hidrômetro	Reposição ou instalação nova	83,90
Hidrômetro danificado pelo usuário	Em caráter involuntário	83,90
Materiais diversos	Por metro adicional em qualquer instalação	Preço definido de acordo com licitação vigente para a Autarquia

Restabelecimento do fornecimento de água no cavalete	Por falta de pagamento	18,50
Restabelecimento do fornecimento de água no cavalete	Por falta pagamento com lacre violado	82,50
Taxa de expediente	Emissão de 2ª via, extrato, alteração cadastral	2,90
Vistoria na instalação predial	Por solicitação do usuário até 2 pavimentos	38,25
Vistoria na instalação predial	Por solicitação do usuário por pavimento (quando excedente a 2 pavimentos)	20,87

LEI Nº. 2086, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010.

ANEXO III

Tabela I – Multas		
Código	Descrição	Valor
01	Intervenção nas instalações dos serviços públicos de água e esgoto	65,78
02	Ligações clandestinas	163,68
03	Violação ou retirada de hidrômetros ou limitador de consumo	210,84
04	Interconexão da instalação predial com canalização de água ou outra procedência	123,29
05	Utilização da ligação de água ou esgoto para serventia de outra economia	65,43
06	Ligação de bombas ou ejetores na rede distribuidora ou no ramal predial	262,16
07	Lançamento de águas pluviais na instalação de esgotos do prédio	135,89
08	Lançamento de despejos na rede coletora que exijam tratamento prévio	429,51
09	Início de obras de instalação de água e/ou esgoto e destinação de resíduos em loteamentos ou conjuntos de edificações sem autorização da SANEFRAI	1.515,22
10	Alteração de projeto de instalação de água e/ou esgoto e destinação de resíduos em loteamento ou conjunto de edificações, sem prévia autorização da SANEFRAI	561,34
11	Inobservância das normas e/ou instalações da SANEFRAI na execução de obras e serviços de água e esgoto	413,22

Decreto Nº 0382/2010

DECRETO Nº 0382, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o artigo 14 da Lei Nº 2033, de 02 de Dezembro de 2009;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Autarquia Municipal de Saneamento - SANEFRAI para o exercício de 2010 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), nas seguintes dotações:

14.00 - Autarquia Municipal
14.01 - Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI
17.512.0032.2.068 - Manutenção do Saneamento Básico
3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0900 (8) R\$

10.000,00
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0900 (10) R\$ 90.000,00

Total R\$ 100.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do excesso de arrecadação apurado até esta data, bem como provável excesso a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

4160026 - Serviço de Fornecimento de Água R\$ 100.000,00

Total R\$ 100.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Fraiburgo, 22 de Dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0383/2010

DECRETO Nº 0383, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o artigo 14 da Lei Nº 2033, de 02 de Dezembro de 2009;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2010 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), nas seguintes dotações:

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

07.01 - Educação Geral

12.365.0010.2.021 - Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0322 (83) R\$ 100.000,00

Total R\$ 100.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do excesso de arrecadação apurado até esta data, bem como provável excesso a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

4172401 - Transf de Recursos do FUNDEB R\$ 100.000,00

Total R\$ 100.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Fraiburgo, 23 de Dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2667/2010

PORTARIA N.º 2.667 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado de Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de PEDRO EORICO CHAGAS DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 487.197.739-00, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 21 de dezembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2668/2010

PORTARIA Nº 2.668, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a servidora LUCIANA APARECIDA DOLBERTH PAVIANI, brasileira, casada, inscrita no C.P.F. sob o nº 605.700.839-15, nomeada no cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL DE GESTÃO, por 40 horas semanais, a partir de 30 de dezembro de 2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2669/2010

PORTARIA Nº 2.669, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a servidora MARIANGELA BEONI AMARAL DE ALMEIDA, brasileira, casada, inscrita no C.P.F. sob o nº 101.495.448-71, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, por 40 horas semanais, a partir de 23 de dezembro de 2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2670/2010

PORTARIA Nº 2.670, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, o servidor LUIZ FERNANDO MARQUES, brasileiro, casado, inscrito no C.P.F. sob o nº 799.791.579-68, nomeado no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SAÚDE SENIOR, por 40 horas semanais, a partir de 30 de dezembro de 2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2671/2010

PORTARIA Nº 2.671, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora IVONEIDE INÁCIO, brasileira, solteira, inscrita no C.P.F. sob o nº 036.595.969-30, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, por 40 horas semanais, a partir de 21 de dezembro de 2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2672/2010

PORTARIA N.º 2.672, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre o afastamento por Aposentadoria por Idade

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o Termo de Compromisso de Ajustamento de

Conduta, no qual se compromete a não permitir que servidores aposentados, em decorrência do exercício de cargos públicos permaneçam trabalhando, salvo quando aprovados em novo concurso público e optarem por vencimentos do cargo atual, renunciando desta forma aos proventos da aposentadoria;
E considerando, a decisão exarada pelo Prefeito Municipal no Processo Administrativo n.º 4.031, de 22 de outubro de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Afastar em 31 de dezembro de 2010, o servidor WALDEMAR GOMES DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 193.935.989-91, nomeado no cargo de provimento efetivo de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, por Aposentadoria por Idade, com data de início fixada em 04 de abril de 2005 e data da concessão em 22 de maio de 2005, Benefício nº 1345589856.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento.

Portaria Nº 2673/2010

PORTARIA Nº 2.673, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010.
Prorrogar a Ampliação da Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar nº. 111/2010; e em conformidade com a comunicação interna n.º 1.110/2010 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação de carga horária, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora ROSE MARI GAIO BIANCHI, brasileira, casada, inscrita no C.P.F. sob o nº 656.706.399-87, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E ESPECIALISTA GRUPO OCUPACIONAL PÓS-GRADUAÇÃO PG, no período de 01 de janeiro de 2011 até 31 de dezembro de 2011, com a respectiva remuneração proporcional.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2674/2010

PORTARIA Nº 2.674, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010.
Prorrogar a Ampliação da Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar nº. 111/2010; e em conformidade com a comunicação interna n.º 1.108/2010 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação de carga horária, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora ELIZABETT RIBEIRO

DE MELO ZONTA, brasileira, casada, inscrita no C.P.F. sob o nº 469.480.669-68, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, no período de 01 de janeiro de 2011 até 31 de dezembro de 2011, com a respectiva remuneração proporcional.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2675/2010

PORTARIA Nº 2.675, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010.
Prorrogar a Ampliação da Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar nº. 111/2010; e em conformidade com a comunicação interna n.º 1.107/2010 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação de carga horária, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, do servidor DENILSON DALAGNOL, brasileiro, casado, inscrito no C.P.F. sob o nº 701.316.609-00, nomeado no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR LP, no período de 01 de janeiro de 2011 até 31 de dezembro de 2011, com a respectiva remuneração proporcional.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2676/2010

PORTARIA Nº 2.676, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010.
Prorrogar a Ampliação da Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar nº. 111/2010; e em conformidade com a comunicação interna n.º 1.109/2010 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação de carga horária, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, do servidor ROBERTO RIVELINO LEMOS, brasileiro, casado, inscrito no C.P.F. sob o nº 646.848.909-10, nomeado no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR LP, no período de 01 de janeiro de 2011 até 31 de dezembro de 2011, com a respectiva remuneração proporcional.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2677/2010

PORTARIA Nº 2.677, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010.

Prorrogar a Ampliação da Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar nº. 111/2010; e em conformidade com a comunicação interna n.º 1.106/2010 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação de carga horária, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora ANA BELONI NOVICK SOARES, brasileira, casada, inscrita no C.P.F. sob o nº 560.609.049-040, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, no período de 01 de janeiro de 2011 até 31 de dezembro de 2011, com a respectiva remuneração proporcional.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2678/2010

PORTARIA Nº 2.678, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010.

Prorrogar a Ampliação da Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar nº. 110/2010; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0385/2010 da Secretaria de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação de carga horária, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora SELENE ANTUNES MOREIRA, brasileira, solteira, inscrita no C.P.F. sob o nº 384.828.199-68, nomeada no cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO, no período de 01 de janeiro de 2011 até 31 de dezembro de 2011, com a respectiva remuneração proporcional.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2679/2010

PORTARIA Nº 2.679, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas

atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a servidora SOLANGE LEANDRO DE SOUZA ZANELLA, brasileira, casada, inscrita no C.P.F. sob o nº 042.805.458-52, nomeada no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, por 40 horas semanais, a partir de 30 de dezembro de 2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso da Revogação do Pregão Presencial Nº 0162/2010-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0220/2010 - PMF

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0162/2010 - PMF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0082/2010

OBJETO - AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE VEÍCULOS NOVOS, DE FABRICAÇÃO NACIONAL.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, com fundamento no art. 49, caput, da Lei nº 8.666/93, torna pública a sua REVOGAÇÃO em função de alterações nas descrições dos itens dos LOTES. Após as devidas correções e ajustes, o Edital será novamente publicado. Informações pelo fone: (49) 3256 3000 - ramais 3023/3039. E-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 22 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Aviso do Pregão Presencial Nº 0165/2010-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0165/2010 - PMF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0084/2010

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de veículos novos, de fabricação nacional, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e do Órgão Participante (FMS)), durante o período de janeiro a março de 2011. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 12/01/2011. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 23 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Convênio Nº 0021/2010

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº CV10PMF0021

Concedente: Município de Fraiburgo - SC

Conveniente: Associação Ecológica Mirian Vieceili Zago
Objeto: Auxiliar a CONVENIENTE no repasse de recursos destinados a aquisição de materiais de construção para edificação de "redondel" coberto para atendimento da atividade de "equoterapia", em ambiente adequado a prestação da atividade, onde trabalham com pessoas portadoras de necessidades especiais.
Valor Total do Convênio: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em uma única parcela a qual será repassada no mês de dezembro/2010.
Vigência: 10 de novembro de 2010 a 28 de fevereiro de 2011.
Assinatura do Convênio: 10 de novembro de 2010.
Data de homologação no Legislativo: 09 de dezembro de 2010.

Extrato do Convênio Nº 0022/2010

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº CV10PMF0022

Concedente: Município de Fraiburgo - SC
Conveniente: Associação Atitude e Vida de Fraiburgo - AAVE
Objeto: Auxiliar na manutenção da CONVENIENTE no atendimento a alunos portadores de necessidades especiais, no acompanhamento e realização de atividades pedagógicas que estimulem a sua criatividade e o seu desenvolvimento.
Valor Total do Convênio: R\$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais) divididos em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais).
Vigência: 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011.
Assinatura do Convênio: 1º de dezembro de 2010.
Data de homologação no Legislativo: 23 de dezembro de 2010.

Extrato do Convênio Nº 0023/2010

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº CV10PMF0023

Concedente: Município de Fraiburgo - SC
Conveniente: Associação Ecológica Mirian Vieceili Zago
Objeto: Auxiliar na manutenção da CONVENIENTE no atendimento a crianças, todas elas portadoras de necessidades especiais (alunos da APAE e do CDV), no acompanhamento aos alunos e realização de atividades de Equoterapia, estimulando e melhorando o seu condicionamento físico e mental, mantendo os mesmos em contato com a natureza, bem como, pagamento do equitador e de cursos de atualização e capacitação para melhor atendimento a estas crianças.
Valor Total do Convênio: R\$ 18.300,00 (dezoito mil e trezentos reais) em 11 (onze) parcelas, sendo no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) para os meses de fevereiro, março, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro e uma única parcela de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais) no mês de abril de 2011.
Vigência: 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011.
Assinatura do Convênio: 1º de dezembro de 2010.
Data de homologação no Legislativo: 23 de dezembro de 2010.

Extrato do Convênio Nº 0024/2010

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº CV10PMF0024

Concedente: Município de Fraiburgo - SC
Conveniente: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Fraiburgo - APAE
Objeto: Auxiliar na manutenção da CONVENIENTE na prestação de serviços de apoio à escola a qual atende alunos portadores de necessidades educacionais especiais - deficiência intelectual e/ou múltipla, no pagamento de despesas tais como: zeladoras, motorista, cozinheira, transporte, alimentação, material didático/

pedagógico, higiene, limpeza e manutenção, medicamento para alunos, encargos e tributos e de profissionais (fonoaudiologia, fisioterapia, psicologia).

Valor Total do Convênio: R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) divididos em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) com início a partir de janeiro de 2011 e término em dezembro de 2011.

Vigência: 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011.

Assinatura do Convênio: 1º de dezembro de 2010.

Data de homologação no Legislativo: 23 de dezembro de 2010.

Extrato do Primeiro Aditivo do Convênio Nº 0003/2010

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº CV10PMF0003

Concedente: Município de Fraiburgo - SC
Conveniente: Associação Atitude e Vida de Fraiburgo - AAVE
Objeto do Convênio: Auxiliar na manutenção da CONVENIENTE no atendimento a alunos portadores de necessidades especiais, no acompanhamento e realização de atividades pedagógicas que estimulem a sua criatividade e o seu desenvolvimento.
Objeto do Aditivo: Contratação de enfermeiro para auxílio nas atividades desenvolvidas pela CONVENIENTE, conforme requerimento apresentado.
Valor Total do Aditivo: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) o qual deverá ser pago no mês de dezembro de 2010
Valor Total do Convênio: R\$ 24.400,00 (vinte mil e quatro mil e quatrocentos reais).
Vigência: 05 de janeiro a 31 de dezembro de 2010.
Assinatura do Convênio: 10 de novembro de 2010.
Data de homologação no Legislativo: 09 de dezembro de 2010.

Garopaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Dispensa de Licitação Nº 44/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o inciso IV do artigo 24 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 139/2010; DL nº. 44/2010; Contratada: Silva & Silva Estruturas Metálicas Ltda. - ME; Objeto: Locação de estruturas de palco, som e iluminação para realização de eventos de natal e show de réveillon no município de Garopaba nos dias 21,22,23 e 31 de dezembro de 2010; Valor: R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais); Data da contratação: 20/12/2010.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Aviso de Extrato de Termo Aditivo 01.Proc.03 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

1º Termo Aditivo; Contrato nº. 03/2010; Processo nº. 03/2010; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: Edison Becker da Cunha; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 02 meses, que vigorará de 01/01/2011 até 28/02/2011; Data da Assinatura: 15/12/2010.

Aviso de Extrato de Termo Aditivo 02.Proc.41 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

2º Termo Aditivo; Contrato nº. 14/2010; Processo nº. 41/2010; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: M & L Empreiteira de Mão de Obra Ltda. EPP; Objeto: Acrescentar ao referido contrato a importância de R\$ 19.243,00 (dezenove mil duzentos e quarenta e três reais), correspondente a falta de itens no orçamento e realizadas pequenas alterações a fim de completar o projeto, promovidas pelo Setor de Engenharia da Secretaria Municipal de Planejamento Territorial e Meio Ambiente, conforme planilha orçamentária; Data da Assinatura: 22/12/2010.

Aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº 13/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
AVISO DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o Inciso III, artigo 25 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 138/2010; IL nº. 13/2010; Contratada: Clarice Teixeira dos Santos - ME, CNPJ: 09.121.680/0001-76; Objeto: Contratação de apresentação artística tais como: recepção com fadas e duendes em pernas de pau e Mamãe Noel, estátuas vivas, chegada do Papai Noel e apresentação do espetáculo presépio em pernas de pau, fábrica de brinquedos, encenação do presépio vivo e do profeta Simeão a realizar-se na Praça 21 de abril, no centro de Garopaba; Valor: R\$ 27.300,00 (vinte e sete mil e trezentos reais); Data da Assinatura: 20/12/2010.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Edital de Convocação N.º 007/2010

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 007/2010

CONSIDERANDO, que foi encaminhada convocação por correspondência registrada, sem que houvesse resposta,

O Prefeito Municipal de Garopaba, no uso das atribuições conferidas pela legislação pertinente,

1. CONVOCA, a Senhora ANA MARIA DE SOUZA, candidata 002439, cargo Servente, aprovada no Concurso Público n.º 001/2009, a comparecer na Prefeitura Municipal de Garopaba, na Secretaria de Administração, no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias contados da publicação do presente Edital.

2. O não comparecimento será anotado no processo como a desistência do candidato.

3. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 23 de Dezembro de 2010
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC em 27/12/2010

Gaspar

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº. 3.290, de 20 de Dezembro de 2010.

LEI Nº. 3.290, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE PROPAGANDA COMERCIAL NOS LOGRADOUROS PÚBLICOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE GASPAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A distribuição de panfletos e tabloides de propaganda comercial, através de autorização a pessoas jurídicas, será regida pelas disposições desta Lei.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considerar-se-á:

I - panfleto: a publicidade apresentada em, no máximo, uma folha, dobrada ou não;

II - tabloide: a publicidade apresentada em várias folhas unidas, no formato "folheto";

III - distribuidora: a pessoa jurídica encarregada da distribuição da publicidade;

IV - entregador: a pessoa física, que vinculada à distribuidora, realiza a efetiva distribuição da publicidade; e

V - contratante: a pessoa jurídica ou física que será favorecida pela publicidade.

Art. 3º Os entregadores de panfletos e tabloides deverão portar crachá de identificação, em lugar visível, no qual constará:

I - identificação da empresa distribuidora;

II - identificação do entregador; e

III - foto do entregador.

Parágrafo único. Os crachás serão expedidos pela própria distribuidora, contendo as informações mínimas de que trata este artigo.

Art. 4º A distribuição de panfletos deverá respeitar o perímetro urbano da cidade.

Art. 5º A distribuição de panfletos indicada no artigo anterior poderá ocorrer somente nos horários compreendidos entre 9 (nove) e 20 (vinte) horas.

Art. 6º Os panfletos somente poderão ser distribuídos aos transeuntes na calçada, de mão em mão, sendo vedado afixá-los em veículos estacionados, distribuí-los sobre faixas de pedestres ou

em meio ao trânsito de veículos.

Art. 7º Em cada logradouro, serão permitidos até 4 (quatro) entregadores de cada distribuidora, agrupados, no máximo, em dupla e distantes, no mínimo, 100 metros uma da outra.

Parágrafo único. É vedada, ainda, a concentração de mais de 4 (quatro) entregadores no mesmo local, mesmo que de distribuidoras diferentes.

Art. 8º Os tabloides poderão ser distribuídos em residências ou estabelecimentos comerciais, sem restrição de horário ou locais, por distribuidoras ou por empregados do próprio estabelecimento, desde que estes estejam devidamente registrados na empresa.

Parágrafo único. Se os tablóides estiverem sendo distribuídos de mão em mão em via pública, deverão obedecer às regras referentes à distribuição de panfletos.

Art. 9º A distribuidora e seus entregadores ficam responsáveis em manter limpo o entorno do local de distribuição de panfletos, em um raio não inferior a 100 (cem) metros, tratando o público-alvo com educação e urbanidade.

Art. 10. Todo panfleto e tabloide publicitário deverá conter em seu rodapé:

I - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da contratante;

II - razão social da gráfica que confeccionou o material;

III - número da nota fiscal de serviço relativo à confecção do material;

IV - data da confecção do material;

V - quantidade de material confeccionado; e

VI - possuir mensagem "Não jogue no chão - mantenha a cidade limpa - reciclável", em letras de no mínimo 0,5 (meio) cm.

Art. 11. Todos os distribuidores e contratantes que descumprirem qualquer preceito desta Lei estarão sujeitos às seguintes penalidades:

I - o descumprimento quanto às disposições dos artigos 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º implicará multa ao distribuidor no valor de 08 (oito) UFGs - Unidade Fiscal do Município.

II - o descumprimento quanto à disposição do artigo 10º implicará multa ao contratante no valor de 08 (oito) UFGs - Unidade Fiscal do Município.

§ 1º As multas indicadas neste artigo poderão ser lavradas em nome do entregador quando não for possível identificar a distribuidora.

§ 2º As multas indicadas neste artigo poderão ser lavradas no nome da distribuidora quando não for possível identificar a contratante.

§ 3º Em todos os casos de descumprimento ao disposto nesta Lei, o material de propaganda poderá ser recolhido, independentemente de outras sanções previstas em Lei.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 20 de dezembro de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Lei Nº. 3.291, de 20 de Dezembro de 2010.

LEI Nº. 3.291, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

DISCIPLINA O USO, A DISPOSIÇÃO E O TRANSPORTE COM CAÇAMBAS COLETORAS DE ENTULHOS NO MUNICÍPIO DE GASPAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A presente Lei disciplina o uso, a disposição e o transporte com caçambas coletoras de entulhos no Município de Gaspar.

Art. 2º Para fins de aplicação desta Lei, entende-se por:

I - caçamba ou contêiner: equipamento destinado aos serviços de coleta, remoção, entrega ou descarregamento de materiais sólidos ou pastosos utilizados na construção civil, limpeza de terrenos ou obras em geral;

II - sistema viário: todas as vias e logradouros públicos do município destinados ao trânsito de pessoas, animais e veículos;

III - via pública: superfície por onde transitam veículos, pessoas e animais, compreendendo a pista, a calçada, o acostamento, a ilha e o canteiro central;

IV - leito carroçável: parte da via compreendida entre os meios-fios, destinada à circulação dos veículos;

V - PNE: Portador de Necessidades Especiais;

VI - caminhão tipo brooks: caminhões especiais com dispositivos escamoteáveis para depositar e recolher as caçambas;

VII - entulho: restos de materiais da construção civil, limpeza de terrenos e obras em geral, tais como: tijolos, concreto, argamassa, ferro, madeira, terra, pedra, areia, cimento e outros; e

VIII - lixo doméstico: vidros, metais, plástico, papel.

Art. 3º As caçambas coletoras de entulho deverão ser dispostas no interior dos imóveis ou a partir dos tapumes da construção.

§ 1º Na impossibilidade de colocar as caçambas coletoras de entulho no interior dos imóveis por falta de espaço físico ou devido às condições específicas de topografia, estas poderão ser dispostas no leito carroçável das vias, dentro da faixa de estacionamento ou acostamento, conforme posição estabelecida pela sinalização e pelo Código de Trânsito Brasileiro - CTB, sem prejuízo à segurança do trânsito de veículos e pedestres.

§ 2º As caçambas coletoras de entulho deverão estar dispostas em frente ao imóvel onde estiverem prestando os serviços, quando dispostas no leito carroçável.

§ 3º Em hipótese alguma as caçambas coletoras de entulho poderão estar dispostas sobre as calçadas.

Art. 4º Na via pública fica proibido dispor caçambas:

I - na faixa de estacionamento ou acostamento sinalizada com placas de regulamentação R-6a (proibido estacionar) e R-6c (proibido parar e estacionar);

II - em vagas de uso especial, como as destinadas a deficientes, idosos, uso exclusivo, devidamente sinalizadas, ressalvados os casos especiais, que deverão ser previamente autorizados pela autoridade competente;

III - sobre faixas de pedestres;

IV - em frente a rampas para PNEs;

V - em áreas de proteção de estacionamento e marcas de canalização;

VI - em frente aos locais destinados ao embarque e desembarque de passageiros, como os pontos de ônibus e táxi;

VII - a menos de 10m (dez metros) do alinhamento do meio-fio da via transversal (esquinas); e

VIII - junto ou sobre canteiros centrais.

Art. 5º Não será permitida a disposição de três ou mais caçambas consecutivas ou lado a lado em calçadas ou leito carroçável das vias, dentro da faixa de estacionamento ou acostamento.

Art. 6º As caçambas coletoras de entulho não poderão permanecer no mesmo local, em dias úteis, por período superior a 48 (quarenta e oito) horas, quando dispostas nas faixas de estacionamento na área urbana do município, e 72 (setenta e duas) horas nas demais áreas do município, exceto quando estiver no interior dos lotes.

Art. 7º Para evitar danos no pavimento e nos dutos subterrâneos é obrigatória a colocação de calço com dimensões e espessura adequadas antes de descer as sapatas de apoio do caminhão.

Art. 8º Deverão ser providenciadas medidas que impeçam o acúmulo de água nas caçambas coletoras de entulho e a procriação de vetores nocivos à saúde pública.

Art. 9º Na área urbana do município, a colocação e retirada das caçambas coletoras de entulho deverá ser feita nos seguintes horários:

I - dias úteis: das 6h às 8h30min e das 19h às 22h;

II - sábados: das 6h às 8h30min e das 14h às 22h; e

III - domingos e feriados: das 6h às 22h.

Art. 10. As empresas transportadoras deverão utilizar caminhões do tipo brooks, com caçambas escamoteáveis apropriadas para o transporte de entulhos.

Art. 11. Quanto à sinalização e identificação, todas as caçambas coletoras de entulho deverão cumprir as seguintes exigências:

I - apresentar-se identificada com o nome da empresa proprietária, número do telefone e número da caçamba coletora de entulho;

II - ser pintada em cores vivas e de fácil visualização;

III - apresentar bom estado de conservação;

IV - ter sinalização refletiva na parte superior de 8 a 15cm (oito a quinze centímetros) de largura, no mínimo, em volta da caçamba, nas quatro faces; e

V - conter a inscrição "Proibido Lixo Doméstico".

Art. 12. As caçambas coletoras de entulho deverão ser dotadas de cobertura que permita a proteção da carga durante o transporte a fim de evitar a queda de detritos.

Art. 13. Quando em manobra de deposição ou retirada de caçambas coletoras de entulho, os caminhões deverão estar visivelmente sinalizados com uso de lanterna tipo "pisca alerta", ligado na parte frontal, traseira e lateral, bem como cones refletivos dispostos sobre a pista de rolamento.

Art. 14. Fica proibida a deposição de lixo doméstico nas caçambas.

Art. 15. Logo após a retirada da caçamba coletora de entulho, a empresa transportadora deverá efetuar a limpeza do local.

Art. 16. A reparação civil pela empresa transportadora não prejudica a aplicação das penalidades previstas nesta Lei e na legislação em vigor.

Art. 17. Constitui infração a ação ou omissão, voluntária ou não, por parte da empresa ou do condutor do veículo transportador das caçambas coletoras de entulho, que importe na inobservância dos dispositivos previstos nesta Lei, no Código de Trânsito Brasileiro, bem como nas demais leis pertinentes.

Art. 18. O descumprimento quanto às disposições dos artigos 4º, 5º, 6º e 7º implicará multa e remoção da caçamba.

Art. 19. O descumprimento quanto às disposições dos artigos 8º, 9º, 10, 12, 13 e 14 implicará multa.

Art. 20. O descumprimento quanto às disposições do artigo 11 implicará multa e remoção da caçamba até que seja sanada a irregularidade.

Art. 21. O descumprimento quanto ao disposto no artigo 15 implicará multa e a limpeza imediata do local.

Art. 22. Fica estipulado o valor em 10 (dez) Unidades Fiscais do Município, a título de multa, para qualquer infração prevista nesta Lei.

Art. 23. Todas as empresas transportadoras de entulho deverão se enquadrar nos dispositivos desta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 24. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 25. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 20 de dezembro de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Lei Nº. 3.292, de 20 de Dezembro de 2010.

LEI Nº. 3.292, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO USO DE CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO POR SEGURANÇAS DE CASAS NOTURNAS, BARES, RESTAURANTES E EVENTOS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica determinada, no âmbito do Município de Gaspar, a obrigatoriedade do uso de crachá de identificação por seguranças que prestam serviços em casas noturnas, bares, restaurantes e eventos.

Parágrafo único. No crachá de identificação deverá conter:

- I - nome completo do funcionário;
- II - foto;
- III - função que ocupa; e
- IV - nome da empresa responsável pelo funcionário, se terceirizada.

Art. 2º O crachá de identificação deverá ser confeccionado em material plástico e sua impressão deverá ser feita com cores vivas de fácil visualização.

Art. 3º O crachá de identificação deverá, obrigatoriamente, ficar afixado na parte frontal, na altura do peito da pessoa que estiver prestando o serviço de segurança.

Art. 4º Constatada a ausência da referida identificação, os estabelecimentos em questão serão submetidos:

I - a multa de 2 (duas) UFMs - Unidades Fiscais do Município, na primeira ocorrência;

II - em caso de reincidência, o valor da multa será cobrado em triplo;

III - não obedecidas às normas vigentes, na terceira ocorrência será aplicada multa de 20 (vinte) UFMs - Unidades Fiscais do Município, bem como a cassação do alvará de funcionamento.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 20 de dezembro de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Lei Nº. 3.293, de 20 de Dezembro de 2010.

LEI Nº. 3.293, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

INSTITUI A IMPLANTAÇÃO DE PIAS NOS BANHEIROS QUÍMICOS OU PRÓXIMOS A ELES, NO MUNICÍPIO DE GASPAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica obrigatória, no Município de Gaspar, a colocação de pias nos banheiros químicos ou próximos a eles, por parte das empresas que prestam o serviço de locação.

Parágrafo único. O número de pias a que se refere o caput deste artigo obedecerá à seguinte proporção:

- I - de um a cinco banheiros químicos: uma pia;
- II - de seis a quinze banheiros químicos: duas pias;
- III - de dezesseis a trinta banheiros químicos: quatro pias; e
- IV - acima de trinta banheiros químicos: cinco pias.

Art. 2º Os estabelecimentos referidos no art. 1º terão o prazo

máximo de 120 (cento e vinte) dias para se adaptarem ao disposto nesta Lei.

Art. 3º Ao infrator desta Lei será aplicada multa de 10 (dez) UFMs - Unidade Fiscal do Município.

Parágrafo único. Em caso de reincidência, a multa a que se refere o caput do presente artigo será cobrada em dobro.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 20 de dezembro de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Herval do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 930/2010

PORTARIA Nº 930/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 27 de dezembro de 2010, da servidora FABIANE CHIAMULERA (Matr. 2810), ocupante do Cargo de Psicóloga, Nível/Referência - 12-1/A, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 191/2005, Art.69, § 3º.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 23 de Dezembro de 2010.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 0020/2010, de 22 de Dezembro de 2010.

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE

Unidade Gestora: "PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D' OESTE"

CNPJ/MF: 82.939.430/0001-38

TERMO ADITIVO Nº 0020/2010, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nelson Guindani, Prefeito, portador do CPF nº 501.589.459-72, resolve por este instrumento, PRORROGAR os contratos abaixo referidos pelo período compreendido entre 01 de Janeiro de 2011 até 31 de Março de 2011.

Proc. Licit.	Modalidade	Nº Contrato	Contratada
0018/2010	Pregão 005/2010	0025/2010	Transporte Coletivo Sarandi Ltda

0018/2010	Pregão 005/2010	0026/2010	Auto Viação Herval Ltda ME
0018/2010	Pregão 005/2010	0027/2010	Alvadir Toigo e Cia Ltda ME
0018/2010	Pregão 005/2010	0028/2010	Transporte Coletivo Zar-pelon
0083/2010	Pregão 0028/2010	0035/2010	Auto Viação Ouro Ltda
0083/2010	Pregão 0028/2010	0036/2010	Auto Viação Herval Ltda ME
0083/2010	Pregão 0028/2010	0037/2010	Transporte Coletivo Sarandi
0083/2010	Pregão 0028/2010	0038/2010	Transporte Coletivo Zar-pelon

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo Aditivo é celebrado com base nos fundamentos legais previstos na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e Legislação Complementar.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Todos os demais itens e cláusulas dos Contratos acima referidos e que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor.

Herval D' Oeste, 22 de Dezembro de 2010.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal
CPF: 501.589.459-72

Testemunhas:
DAIANE LORINI
CPF: 004.534.269-56

RUBENS ANTONIO CORREIA
CPF: 687.857.399-87

Termo Aditivo Nº 0021/2010, de 22 de Dezembro de 2010.

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE
Unidade Gestora: "PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D' OESTE"
CNPJ/MF: 82.939.430/0001-38
TERMO ADITIVO Nº 0021/2010, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nelson Guindani, Prefeito, portador do CPF nº 501.589.459-72, resolve por este instrumento, PRORROGAR o Contrato nº 0038/2009, referente ao Processo Licitatório nº 0086/2009, Dispensa de Licitação, com o Sr. Cláudio Arenhart, inscrito no CPF nº 105.718.419-53, pelo período compreendido entre 01 de Janeiro de 2011 até 31 de Dezembro de 2011.

Cláusula Primeira - O locatário reserva-se o direito de reincidir este Termo Aditivo a qualquer momento desde que tenha aviso prévio, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Cláusula Segunda - O presente Termo Aditivo é celebrado com base nos fundamentos legais previstos na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e Legislação Complementar.

Cláusula Terceira - Todos os demais itens e cláusulas do Contrato acima referido que não foram modificadas por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor.

Herval D' Oeste, 22 de Dezembro de 2010.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal
CPF: 501.589.459-72

CLÁUDIO ARENHART
Locador
CPF: 105.718.419-53

Termo Aditivo Nº 0022/2010 de 22 de Dezembro de 2010

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE
Unidade Gestora: Prefeitura Municipal Herval D' Oeste.
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro -
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE
Empresa: Andrade Construções Ltda
CNPJ/MF Nº 03.377.072/0001-40
Rua Antonio Bevilacqua nº 30
CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 0022/2010 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010
Termo Aditivo ao Contrato nº 0052/2010 de 03 de Agosto de 2010, que faz o Município de Herval d'Oeste, através de sua Unidade Gestora: "PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE", Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 389, representado pelo Senhor NELSON GUINDANI, Prefeito, inscrito no CPF/MF sob nº 501.589.459-72, em decorrência do Processo Licitatório nº 0086/2010 - Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 004/2010, mediante sujeição às normas do Edital, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este Termo Aditivo tem por objeto a execução de ampliação de construção de passeios em vias públicas urbanas, na Rua Santos Dumont, trecho entre a Rua Santa Catarina e imóvel de Heitor Marchiotti. Compreendendo uma área total de 778,46 m².

Parágrafo único - A publicação deste Termo Aditivo supre a necessidade de emissão de nova ordem de serviço, para a realização dos serviços previstos nesta cláusula.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

Pelos serviços descritos neste Termo Aditivo, o Município pagará à contratada o valor total de R\$ 49.710,48 (Quarenta e nove mil, setecentos e dez reais e quarenta e oito centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente TERMO ADITIVO é celebrado com base no artigo 65, inciso I, alínea a da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Todos os demais itens e cláusulas do Contrato nº 0052/2010, que não foram modificados por força deste TERMO ADITIVO, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 22 de Dezembro de 2010.
NELSON GUINDANI
Prefeito
CPF: 501.589.459-72
Contratante

SIMAR JOSÉ ROSA
Sócio Administrador
CPF: 437.061.009-59
Contratada

Testemunhas:
RUBENS ANTONIO CORREIA
CPF: 687.857.399-87

DAIANE LORINI
CPF: 004.534.269-56

IPREVI/HO

Política de Investimentos Exercício 2011

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS – EXERCÍCIO 2011

1. Objetivo

1. OBJETIVO

O objetivo deste documento é estabelecer uma política que determine e descreva tanto às diretrizes gerais para a gestão de investimentos do IPREVI-HO, quanto discipline os métodos e ações dos procedimentos correspondentes ao processo decisório e operacional de gestão.

A Política de Investimentos tem o papel de delimitar os objetivos do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, em relação à gestão de seus ativos, facilitando a comunicação dos mesmos aos órgãos reguladores do Sistema e aos participantes. O presente busca se adequar às mudanças ocorridas no âmbito do sistema de previdência dos Regimes Próprios e às mudanças advindas do próprio mercado financeiro.

É um instrumento que proporciona à Diretoria e demais órgãos envolvidos na gestão dos recursos uma melhor definição das diretrizes básicas, dos limites de risco a que serão expostos os conjuntos de investimentos, tratando ainda da rentabilidade mínima a ser buscada pelos gestores, da adequação da Carteira aos ditames legais e da estratégia de alocação de recursos a vigorar no exercício 2011.

No intuito de alcançar determinada taxa de rentabilidade real para a carteira do RPPS, a estratégia de investimento prevê sua diversificação, tanto no nível de classe de ativos (renda fixa, renda variável, imóveis) quanto na segmentação por subclasse de ativos, emissor, vencimentos diversos, indexadores etc.; visando, igualmente, a maximização da relação risco-retorno do montante total aplicado.

2. ORIENTAÇÃO DA GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

2.1 – Objetivos da gestão de alocação

A gestão da alocação entre os Segmentos tem o objetivo de garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações do Regime Próprio de Previdência Social, através do alcance da taxa da meta atuarial, que é igual à variação do INPC acrescidos de juros de 6% ao ano, para todas as aplicações realizadas.

Além disso, a política de investimentos complementa a alocação estratégica, fazendo as alterações necessárias para adaptar a alocação de ativos às mudanças no mercado financeiro.

As aplicações dos recursos financeiros do IPREVI-HO serão realizadas através de gestão mista, ou seja, diretamente pela gerência financeira e por instituição(s) financeira(s) credenciada(s) junto ao instituto, considerando os critérios estabelecidos pela Resolução 3.922/10, quais sejam: segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, transparência, além dos demais critérios, como solidez patrimonial, volume de recursos e experiência positiva no exercício da atividade de administração de recursos terceiros.

2.2 – Segmentos de Aplicação

Os segmentos de aplicação definidos na legislação que serão utilizados pelo IPREVI-HO em seus investimentos são:

- Segmento de Renda Fixa; e
- Segmento de Renda Variável.

2.3 – Metodologia de Gestão da Alocação

A definição estratégica da alocação de recursos nos segmentos acima identificados foi feita com base nas expectativas de retorno de cada segmento de ativos para os próximos 12 meses, em cenários alternativos.

Os cenários de investimentos foram traçados a partir das perspectivas para o quadro nacional e internacional, da análise do panorama político e da visão para a condução da política econômica e do comportamento das principais variáveis econômicas. As premissas serão revisadas periodicamente e serão atribuídas probabilidades para a ocorrência de cada um dos cenários.

Dadas tais expectativas de retorno dos diversos ativos em cada um dos cenários alternativos, a variável chave para a decisão de alocação é a probabilidade de satisfação da meta atuarial no período de 12 meses, aliada à avaliação qualitativa do cenário de curto prazo.

3. FAIXAS DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

a) Segmento de Renda Fixa:

As aplicações dos recursos do IPREVI-HO em ativos de renda fixa poderão ser feitas por meio de carteira própria e/ou fundos de investimentos. Os fundos de investimentos abertos, nos quais o IPREVI-HO vier a adquirir cotas, deverão seguir a legislação em vigor dos Regimes Próprios de Previdência Social.

b) Segmento de Renda Variável:

As aplicações dos recursos do IPREVI-HO em ativos de renda variável serão feitas através dos fundos de investimentos, de acordo com a legislação aplicada aos Regimes Próprios de Previdência Social.

c) Segmento de Imóveis:

Não há exposição neste segmento, entretanto, poderá ocorrer única e exclusivamente mediante integralização de cotas de fundos de investimentos imobiliários.

A alocação dos recursos entre os diferentes segmentos de aplicações financeiras está descrita na tabela abaixo, que apresenta os retornos esperados e incerteza associada a cada um deles no ano de 2011.

Segmento	Limite Mínimo	Ponto Ótimo	Limite Superior	Limite Res. 3922/10
Renda Fixa			100%	100%
Títulos Públicos Federais	20%		100%	100%
FI classificado renda fixa ou referenciado renda fixa			100%	100%
Operações Compromissadas			15%	15%
FI classificado renda fixa ou referenciado renda fixa			80%	80%
FI classificado renda fixa ou referenciado renda fixa			30%	30%
Poupança com RATING de baixo risco de crédito.	-	-	20%	20%
FIDC aberto com RATING baixo risco crédito.			15%	15%
FIDC fechado com RATING baixo risco crédito.			5%	5%
FI denominado como de "crédito privado"			5%	5%
Renda Variável			30%	30%

FI referenciado com indicadores IBOVESPA, IBrX e IBrX-50		30%	30%
FI de índices referenciado em ações IBOVESPA, IBrX e IBrX-50		20%	20%
FI em ações		15%	15%
FI MULTIMERCADO		5%	5%
FI em participações		5%	5%
FI imobiliário		5%	5%

3.1 – Segmento de Renda Fixa:

Os recursos financeiros do IPREVI-HO poderão ser aplicados no segmento de renda fixa em:

I – Até 100% (cem por cento) em:

a) títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC);

b) cotas de fundos de investimento, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos prevejam que suas respectivas carteiras sejam representadas exclusivamente pelos títulos definidos na alínea “a” deste inciso e cuja política de investimento assuma o compromisso de buscar o retorno de um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA) ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDkA), com exceção de qualquer subíndice atrelado à taxa de juros de um dia;

II – Até 15% (quinze por cento): Operações Compromissadas lastreadas exclusivamente em títulos públicos federais emitidos pelo Tesouro Nacional;

III - até 80% (oitenta por cento): em cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto e cuja política de investimento assuma o compromisso de buscar o retorno de um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA) ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDkA), com exceção de qualquer subíndice atrelado à taxa de juros de um dia;

IV - até 30% (trinta por cento) em cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto;

V - até 20% (vinte por cento) em depósitos de poupança em instituição financeira considerada como de baixo risco de crédito pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social, com base, dentre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País;

VI - até 15% (quinze por cento) em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, constituídos sob a forma de condomínio aberto;

VII - até 5% (cinco por cento) em:

a) cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, constituídos sob a forma de condomínio fechado; ou

b) cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa que contenham em sua denominação a expressão “crédito privado”.

3.2 – Segmentos de Aplicação – Fundos de Renda Variável:

Os recursos financeiros do IPREVI-HO poderão ser aplicados no segmento de renda variável em:

I – Até 30% (trinta por cento): em cotas de fundos de investimento constituídos sob a forma de condomínio aberto e classificados como referenciados que identifiquem em sua denominação e em sua política de investimento indicador de desempenho vinculado ao índice Ibovespa, IBrX ou IBrX-50;

II – até 20% (vinte por cento) em cotas de fundos de índices referenciados em ações, negociadas em bolsa de valores, admitindo-se exclusivamente os índices Ibovespa, IBrX e IBrX-50;

III - até 15% (quinze por cento) em cotas de fundos de investimento em ações, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos dos fundos determinem que as cotas de fundos de índices referenciados em ações que compõem suas carteiras estejam no âmbito dos índices previstos no inciso II do artigo 8º da Resolução nº 3.922/2010;

IV - até 5% (cinco por cento) em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos determinem tratar-se de fundos sem alavancagem;

V - até 5% (cinco por cento) em cotas de fundo de investimento em participações, constituídos sob a forma de condomínio fechado;

VI - até 5% (cinco por cento) em cotas de fundos de investimento imobiliário, com cotas negociadas em bolsa de valores.

s para a Gestão dos Investimentos

4. DIRETRIZES PARA GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

4.1 – Seleção dos Investimentos

O IPREVI-HO efetuará seus investimentos financeiros através de fundos mútuos de investimentos abertos ou fechados, conforme o segmento analisado.

A seleção dos fundos que deverão abrigar os investimentos do IPREVI-HO será feita sempre com base em análises quantitativas de desempenho, contemplando desempenho mensal e semestral e também histórico de 12 meses.

4.2 – Segmento de Renda Fixa

Meta (Benchmark)

IMA - IDkA

Nível de Risco Admitido e VAR

O risco de mercado máximo admitido para os fundos de renda fixa onde o IPREVI-HO efetua suas aplicações, exceto para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) e Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIC de FIDC), está associado ao seguinte Valor em Risco (confiabilidade de 95%):

Prazo Valor em Risco

21 dias úteis – 1,10% do PL

Não se utilizará o VAR para controle de risco de mercado dos FIDCS, uma vez que este tipo de veículo de investimento baseia-se quase que exclusivamente em risco de crédito.

Ativos Autorizados

No segmento de Renda Fixa, estão autorizados todos os ativos permitidos pela legislação vigente para as aplicações dos Regimes Próprios de Previdência Social.

Controle de Risco de Crédito

Os fundos de investimento em que o IPREVI-HO manterá aplicações deverão ter carteiras que obedeçam aos normativos legais

aplicáveis aos investimentos de Regimes Próprios de Previdência Social com relação ao risco de crédito.

Crédito FIDC e FIC de FIDC

Com relação a este tipo de investimento, somente serão efetuadas aplicações em fundos com "RATING" mínimo "A".

4.3 – Segmento de Renda Variável

Meta (Benchmark)

O IPREVI-HO adota como meta (benchmark) para seus investimentos em carteiras de ações o IBOVESPA, IBRX e o IBRX-50;

Ativos Autorizados

No segmento de renda variável, estão autorizados investimentos autorizados pela legislação vigente para as aplicações dos RPPS.

4.4 – Controle de Risco de Mercado

Qualquer fundo, para ser considerado apto para receber investimentos do IPREVI-HO deverá ser submetido, pelo gestor, a controle de risco de mercado através de VaR (fundos de renda fixa) e "Tracking Error"(fundos de ações).

4.5 – Marcação a Mercado

A Marcação a Mercado consiste em registrar todos os ativos pelos preços transacionados no mercado em casos de ativos líquidos ou, quando este preço não é observável, pela melhor estimativa de preço que o ativo teria em uma eventual transação no mercado.

4.6 – Diretrizes para Seleção dos Fundos

A seleção de um fundo para compor a carteira de investimentos do IPREVI-HO passa por duas abordagens:

- a) a aprovação da uma instituição gestora;
- b) a avaliação de desempenho do fundo sob análise.
- c) estar credenciado regularmente junto ao IPREVI-HO.

A seleção do(s) gestor (s) após seleção dentro dos procedimentos legais dos Regimes Próprios de Previdência Social será feita com base nos critérios quantitativos e qualitativos indicados a seguir:

Critérios qualitativos

Segurança;
Rentabilidade;
Solvência;
Liquidez;
Transparência;
Solidez e imagem da instituição;
Volume de recursos administrados;
Experiência na gestão de recursos;
Qualidade da equipe;
Qualidade do atendimento da área de relacionamento.

Critérios quantitativos

Desempenho dos fundos sob gestão da instituição, na modalidade desejada pelo IPREVI-HO em bases de retorno ajustado por risco, por um período mínimo de 12 meses;

A seleção de um fundo deve se basear em seu desempenho medido em bases de retorno ajustado por risco, na adequação de seu regulamento à Política de Investimentos do IPREVI-HO, na análise da composição de sua carteira e na taxa de administração cobrada.

O IPREVI-HO efetuará resgate imediato de fundos que tenham seu regulamento alterado de forma a ficar em desacordo com a Política de Investimentos, bem como de qualquer fundo cuja carteira, embora em conformidade, passe a manter ativos considerados inadequados pela Diretoria Executiva.

O número de fundos e gestores na carteira de investimentos do IPREVI-HO dependerá da diversificação de ativos que possa ser atingida e dos custos associados à contratação de mais de um gestor, ficando, entretanto, limitado a DEZ (dez) instituições financeiras.

Nenhum gestor poderá receber mais do que 20% (vinte por cento) do total dos recursos do IPREVI-HO, à exceção da CEF e do BANCO DO BRASIL, os quais poderão receber até o limite máximo de 100% (cem por cento) do total desses recursos.

O critério principal para resgate de recursos de um fundo da carteira do IPREVI-HO é o desempenho, sendo que será resgatado o investimento de qualquer fundo que, sem que as condições de mercado tenham se alterado drasticamente, apresente retorno inferior à meta de desempenho (benchmark) em períodos significativos de acordo com as análises da Diretoria Executiva, ainda que os limites de risco não tenham sido rompidos.

O IPREVI-HO poderá, ainda, efetuar resgates de fundos em função de decisões de alocação entre macro-classes de ativos ou estilos de gestão.

Deverá ser efetuado resgate de recursos de fundo cujo gestor ou grupo financeiro do qual faça parte passe a ser considerado como de comportamento ético duvidoso. Neste caso, os recursos não poderão ser transferidos para outro fundo do mesmo gestor, devendo este ser considerado inapto para gerir recursos do IPREVI-HO.

4.7 – Avaliação de Desempenho

Os fundos onde o IPREVI-HO mantém seus investimentos serão objeto de avaliação de desempenho mensal, além das medições semestrais definidas e aprovadas pelo Conselho de Administração, com apoio de metodologia que considere risco, retorno e índices de retorno ajustado pelo risco.

4. O

utras Diretrizes

5. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DE CORRETORAS

Para a seleção de corretoras que possam vir a intermediar a compra de títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional ou Banco Central, diretamente pelo IPREVI-HO, serão estas escolhidas dentro do respectivo procedimento legal dos Regimes Próprios de Previdência Social e devidamente registrada junto ao Banco Central, Bolsa de Valores e BM&F.

No caso da gestão terceirizada, o processo de escolha de corretoras fica a critério do(s) gestor (s) terceirizado, entretanto, o IPREVI-HO considera uma prática inadequada, por parte de qualquer gestor, a concentração de operações em corretora que pertença a seu grupo econômico.

A percepção deste tipo de prática desencadeará avaliação a respeito da conveniência de efetuar resgate de recursos dos fundos desse gestor.

6. DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE O AUDITOR INDEPENDENTE

O IPREVI-HO poderá se utilizar dos serviços de Auditor Independente externo, com reconhecida experiência, capacitação técnica, extensa relação de clientes, comprometido com o cumprimento de normas e prazos dos trabalhos exigidos, escolhido dentro dos procedimentos legais dos Regimes Próprios de Previdência Social.

7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Esta Política de Investimentos terá vigência até 31 de dezembro de 2011, devendo ser revisada anualmente pelo Conselho Administrativo, cumprida a legislação em vigor, entrando em vigor a partir do mês de janeiro de 2011.

Herval d' Oeste (SC), 21 de dezembro de 2010.
Conselho de Administração do IPREVI-HO.
Conselho Fiscal do IPREVI-HO.

Iomerê

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 1086/2010

DECRETO Nº. 1086 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010.
Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 558/2009 de 18 de novembro de 2009, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2010.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 558/2009 de 18 de novembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, o valor de R\$ 78.303,63 (setenta e oito mil trezentos e três reais e sessenta e três centavos), nas seguintes dotações orçamentárias.

01.00 Câmara Municipal
2003 Manutenção da Câmara de Vereadores
31900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 18.131,75

03.00 Secretaria de Administração e Finanças
2006 Manutenção da Sec. de Administração e Finanças
31900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 2.299,29

03.00 Secretaria de Administração e Finanças
2013 Obrigações Tributárias a Pessoas Físicas
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 2.170,72

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
2020 Manutenção do Ensino Fundamental
31900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 55.110,61

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
2026 Bolsa de Estudos
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 191,00

05.00 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
2041 Manutenção da Secretaria de Agricultura
31900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 400,26

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do excesso de arrecadação e também pela anulação das seguintes dotações:

01.00 Câmara Municipal
2003 Manutenção da Câmara de Vereadores
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 18.131,75

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
2020 Manutenção do Ensino Fundamental
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 1.000,00

33900000 Aplicações Diretas
101.00 Recursos de Impostos e Transf. de Impostos Educação
R\$ 5.000,00

44900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 10.816,00

05.00 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
2041 Manutenção da Secretaria de Agricultura
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 400,26

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 21 de dezembro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1087/2010

DECRETO Nº. 1087 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010.
Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 558/2009 de 18 de novembro de 2009, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2010.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 558/2009 de 18 de novembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Iomerê, o valor de R\$ 30.100,01 (trinta mil, cem reais e um centavo), nas seguintes dotações orçamentárias.

07.00 Fundo Municipal de Saúde
2062 Manutenção do Programa Saúde da Família
31900000 Aplicações Diretas
164.00 Recursos Atenção Básica
R\$ 11.234,12

07.00 Fundo Municipal de Saúde
2066 Manutenção do Programa Agentes Comunitários
31900000 Aplicações Diretas
164.00 Recursos Atenção Básica
R\$ 2.932,32

07.00 Fundo Municipal de Saúde

2067 Manutenção do SAMU
31900000 Aplicações Diretas
123.00 Recursos Transf. Convênios Saúde
R\$ 15.933,57

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do excesso de arrecadação e também pela anulação das seguintes dotações:

07.00 Fundo Municipal de Saúde
2067 Manutenção do SAMU
33900000 Aplicações Diretas
123.00 Recursos Transf. Convênios Saúde
R\$ 7.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 21 de dezembro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 1581/2010

PORTARIA Nº 1581 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010
Exonera servidor público

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Exonerar o servidora JUSSARA TIEPO do cargo de Chefe de sessão, lotado na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir da data de 31 de dezembro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Iomere, 22 de dezembro de 2010
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 22 de dezembro de 2010.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Edital de Tomada de Preços Nº 0001/2010 - FMS

Fundo Muncpal da Saúde
Edital de Tomada de Preços 0001/2010

O Gestor do Fundo Municipal da Saúde comunica, torna público a realização de Tomada de Preços para Aquisição de Medicamentos. A abertura das propostas se dará no dia 11/01/2011 às 14:00h na sede da Prefeitura Municipal.
Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos no site: www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000

Iomerê, 23 de dezembro de 2010.
SOLANGE DE BORTOLI BEAL
Gestor

Edital de Tomada de Preços Nº 0002/2010 - FMS

Fundo Municipal da Saúde
Edital de Tomada de Preços 0002/2010

O Gestor do Fundo Municipal da Saúde comunica, torna público a realização de Tomada de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar. A abertura das propostas se dará no dia 12/01/2011 às 14:00h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos no site: www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000

Iomerê, 23 de dezembro de 2010.
SOLANGE DE BORTOLI BEAL
Gestor

Irineópolis

CÂMARA DE VEREADORES

Portaria Nº 22/2010

PORTARIA Nº 022DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.

"NOMEIA OS MEMBROS DAS COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES PARA O BIÊNIO 2011-2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GERALDO ORLONSKI, Presidente da Câmara Municipal de Irineópolis, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo artigo 16, inciso I, letra "d", e inciso III letra "g" também do artigo 16 do Regimento Interno desta Casa e de conformidade com o artigo 41, inciso II da Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear os membros das Comissões Técnicas Permanentes para o biênio 2011-2012.

Comissão de Constituição e Justiça:

Presidente: ANGELO MARCOS BORGES
Relator: CARLOS ROBERTO RODRIGUES DA SILVA
Membro: ADEMIR GALLE

Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira:

Presidente: CARLOS ROBERTO RODRIGUES DA SILVA
Relator: ANGELO MARCOS BORGES
Membro : GERALDO ORLONSKI

Comissão de Viação, Obras e Serviços Públicos, Urbanismo e Transporte:

Presidente: GERALDO ORLONSKI
Relator: ADEMIR GALLE
Membro: ALCIONE AGUSTINHO ADAMI

Comissão de Educação, Cultura, Saúde, Promoção Social e Meio Ambiente:

Presidente: ALCIONE AGUSTINHO ADAMI
Relator: ELENI BAUM BAGGENSTOSS
Membro: ADEMIR GALLE

Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo:

Presidente: ELENI BAUM BAGGENSTOSS
Relator: ADEMIR GALLE
Membro: GERALDO ORLONSKI

Comissão de Patrimônio, Defesa do Consumidor, Trabalho e Legislação Social:

Presidente: CARLOS ROBERTO RODRIGUES DA SILVA

Relator : ELENI BAUM BAGGENSTOSS

Membro: GERALDO ORLONSKI

Comissão de redação de leis:

Presidente: CARLOS ROBERTO RODRIGUES DA SILVA

Relator: ALCIONE AGUSTINHO ADAMI

Membro: ANGELO MARCOS BORGES

Comissão de Legislação Participativa:

Presidente: ALCIONE AGUSTINHO ADAMI

Relator: ELENI BAUM BAGGENSTOSS

Membro: ANGELO MARCOS BORGES

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, em 22 de Dezembro de 2010.

GERALDO ORLONSKI

Presidente

Itapoá

PREFEITURA MUNICIPAL

Errata do Edital de Licitação Pública - Pregão Nº 01/2011

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

ERRATA DO EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA Nº 001/2011.

DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS

DATA: 04 de janeiro de 2011. HORÁRIO: 09h:30m.

LICITAÇÃO/MODALIDADE: Pregão.

Objeto: Aquisição de material escolar para elaboração de kits escolares para distribuição aos alunos da pré escola ao 5º ano do ensino fundamental da rede municipal de ensino, no ano letivo de 2011, conforme especificações do Anexo V do edital.

O Município de Itapoá, torna público que a licitação que se fará realizar na data e horário acima citado, aonde lê-se:

ANEXO V - TERMO DE REFERÊNCIA:

Item nº 1 - Apontador sem depósito em material termoplástico com furo cônico e uma lâmina de aço inoxidável fixada por parafuso metálico, com dimensões aproximada 6cm X 2,5cm X 1cm. Caixa com 50 unidades. Certificado pelo INMETRO. (pág. 19).

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.3 - Os materiais deverão ser entregues parceladamente, mediante requisição da Secretaria Municipal de Educação, que automaticamente deverá emitir o empenho do objeto requisitado, com entrega no prazo máximo de 3 (três) horas, contados do recebimento da solicitação, nos endereços indicados na emissão da ordem de entrega do produto/pedido de material.

PASSA A VIGORAR DA SEGUINTE FORMA:

ANEXO V - TERMO DE REFERÊNCIA:

Item nº 1 - Apontador sem depósito em material termoplástico com furo cônico e uma lâmina de aço inoxidável fixada por parafuso metálico, com dimensões aproximada 6mm X 2,5cm X 1cm.

Caixa com 50 unidades. Certificado pelo INMETRO. (pág. 19).

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.3 - Os materiais deverão ser entregues parceladamente, mediante requisição da Secretaria Municipal de Educação, que automaticamente deverá emitir o empenho do objeto requisitado, com entrega no prazo máximo de 3 (três) dias, contados do recebimento da solicitação, nos endereços indicados na emissão da ordem de entrega do produto/pedido de material.

Conforme o Art. 21  4º da Lei nº 8.666/93, onde consta à DATA E HORÁRIO DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES se manterá o exposto, pois esta alteração não fere os princípios deste artigo e parágrafo.

Itapoá, 22 de dezembro de 2010.

FERNANDA CRISTINA ROSA

Pregoeira Oficial do Município

Joaçaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato Homologação PL 106 PP42

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 106/2010/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 106/2010/PMJ, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial nº 42/2010/PMJ.

Objeto: a aquisição de 05 (cinco) veículos novos, ano 2010, modelo 2011, destinados a manutenção das atividades das Secretarias Municipais de Infraestrutura e de Educação, de acordo com as características mínimas descritas no Anexo I do presente Edital.

- Empresas Vencedoras:

CARBONI VEICULOS LTDA

- Valor total: R\$ 206.000,00 (duzentos e seis mil reais).

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2010.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato Homologação PL 29 PP 18 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 29/2010/FMS

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 29/2010/FMS, nos seguintes termos:

- Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL NR. 18/2010/FMS

Objeto: Aquisição de 02 (dois) veículos novos, ano 2010, modelo 2011, destinados ao atendimento dos programas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Joaçaba, SC, de acordo com as características mínimas descritas no Anexo I do Edital

- Empresa Vencedora:

AUTOSHOW GM COMÉRCIO DE VEICULOS LTDA.

- Valor Total: R\$ 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais)

CARBONI VEICULOS LTDA

- Valor Total R\$ 129.900,00 (Cento e vinte e nove mil, e noventa e nove reais)
- Vigência: entrega imediata.
- 2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2010.
 RAFAEL LASKE
 Prefeito

Extrato Homologação PL 30/2010 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA
 AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
 PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 30/2010/FMS

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:
 1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 30/2010/FMS, nos seguintes termos:

- Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL NR. 19/2010/FMS
- Objeto: Aquisição de eletrodomésticos, mobiliário, equipamentos médico-hospitalares e equipamentos de informática, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde e das Estratégias de Saúde da Família - ESF, do município de Joaçaba (SC), em conformidade com as especificações do anexo I do presente Edital
- Empresa Vencedora:
 CIRURGICA CLIMAZA COM.MAT. MÉDICOS.
- Valor Total: R\$ 2.700,00 (Dois mil e setecentos reais)
- COMAPE - MAQ.PARA ESCRITÓRIO LTDA
- Valor Total R\$ 4.190,00 (Quatro mil cento e noventa reais)
- CSE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA
- Valor Total R\$ 4.105,00 (Quatro Mil Cento E Cinco Reais)
- DISMACENTER SUPRIM INFORMATICA LTDA
- Valor Total R\$7.880,00 (Sete mil oitocentos e oitenta reais)
- JRC INFORMÁTICA LTDA
- Valor Total R\$ 1.600,00 (Hum mil e seiscentos reais)
- NEW POINT INFORMATICA LTDA
- Valor Total R\$1.230,00 (Hum Mil Duzentos E Trinta Reais)
- OBJETIVA COM.EQUIP.LTDA
- Valor Total R\$ 895,00 (Oitocentos E Noventa E Cinco Reais)
- SUPRIDENTAL -MF DE ALMEIDA E CIA LTDA
- Valor Total R\$ 16.270,00 (Dezesseis Mil Duzentos E Setenta Reais)
- TARSIO CALEB COM.E REP. LTDA
- Valor Total R\$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais)
- TECNOPONTO ELETROD. E ELETROELETRONICOS LTDA
- Valor Total R\$ 12.190,00 (Doze Mil Cento E Noventa Reais)
- Vigência: entrega imediata.
- 2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2010.
 RAFAEL LASKE
 Prefeito

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA
 AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
 PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 30/2010/FMS

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:
 1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 30/2010/FMS, nos seguintes termos:

- Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL NR. 19/2010/FMS
- Objeto: Aquisição de eletrodomésticos, mobiliário, equipamentos médico-hospitalares e equipamentos de informática, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde e das Estratégias de Saúde da Família - ESF, do município de Joaçaba (SC), em conformidade com as especificações do anexo I do presente Edital
- Empresa Vencedora:

CIRURGICA CLIMAZA COM.MAT. MÉDICOS.

- Valor Total: R\$ 2.700,00 (Dois mil e setecentos reais)
- COMAPE - MAQ.PARA ESCRITÓRIO LTDA
- Valor Total R\$ 4.190,00 (Quatro mil cento e noventa reais)
- CSE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA
- Valor Total R\$ 4.105,00 (Quatro Mil Cento E Cinco Reais)
- DISMACENTER SUPRIM INFORMATICA LTDA
- Valor Total R\$7.880,00 (Sete mil oitocentos e oitenta reais)
- JRC INFORMÁTICA LTDA
- Valor Total R\$ 1.600,00 (Hum mil e seiscentos reais)
- NEW POINT INFORMATICA LTDA
- Valor Total R\$1.230,00 (Hum Mil Duzentos E Trinta Reais)
- OBJETIVA COM.EQUIP.LTDA
- Valor Total R\$ 895,00 (Oitocentos E Noventa E Cinco Reais)
- SUPRIDENTAL -MF DE ALMEIDA E CIA LTDA
- Valor Total R\$ 16.270,00 (Dezesseis Mil Duzentos E Setenta Reais)
- TARSIO CALEB COM.E REP. LTDA
- Valor Total R\$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais)
- TECNOPONTO ELETROD. E ELETROELETRONICOS LTDA
- Valor Total R\$ 12.190,00 (Doze Mil Cento E Noventa Reais)
- Vigência: entrega imediata.
- 2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2010.
 RAFAEL LASKE
 Prefeito

Notificação Aluguel Comércio Ambulante

A Secretaria de Finanças notifica todos os contribuintes abaixo arrolados, bem como seus representantes legais, sucessores e responsáveis, que se encontra em débito o ALUGUEL COMÉRCIO AMBULANTE do exercício 2010, cujo lançamento em Dívida Ativa dar-se-á em JANEIRO de 2010.

Os dados e valores referentes aos lançamentos ficarão disponíveis, na íntegra, no Mural Público do município de Joaçaba no período de 22/12/2010 à 22/01/2011.

O Relatório abaixo com a nominata dos débitos em aberto foi emitido com base nos pagamentos efetuados até a data de 21/12/2010. Caso o débito em pendência tenha sido liquidado, envie ou apresente o comprovante de pagamento ao Setor de Tributação, para providenciarmos a devida baixa.

Joaçaba/SC, 22 de dezembro de 2010.

Iria Flávia Rodrigues Torrico Gildete Pogere Coradi
 Secretária de Gestão Financeira Diretora Geral de Gestão Financeira

CÓDIGO CONTRIBUINTE

40396	ERNESTO FERRANDIN DA SILVA
40937	NOELY TEREZINHA FEDRIGO
38675	ODETE CELITA PILATTI

Notificação Aluguel da Rodoviária Municipal

A Secretaria de Finanças notifica todos os contribuintes abaixo arrolados, bem como seus representantes legais, sucessores e responsáveis, que se encontra em débito o ALUGUEL DA RODOVIÁRIA MUNICIPAL do exercício 2010, cujo lançamento em Dívida Ativa dar-se-á em JANEIRO de 2010.

Os dados e valores referentes aos lançamentos ficarão disponíveis, na íntegra, no Mural Público do município de Joaçaba no período de 23/12/2010 à 23/01/2011.

O Relatório abaixo com a nominata dos débitos em aberto foi emitido com base nos pagamentos efetuados até a data de 21/12/2010. Caso o débito em pendência tenha sido liquidado,

envie ou apresente o comprovante de pagamento ao Setor de Tributação, para providenciarmos a devida baixa.

Joaçaba/SC, 22 de dezembro de 2010.
IRIA FLAMIA RODRIGUES TORRICO
Secretária de Gestão Financeira

GILDETE POGERE CORADI
Diretora Geral de Gestão Financeira

CÓDIGO CONTRIBUINTE

32198	MORGANA TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA ME
36171	RESTAURANTE SABOR DA ESTAÇÃO LTDA ME
27009	REUNIDAS S/A - TRANSPORTES COLETIVOS

Notificação Alvará de Licença Para Funcionamento

A Secretaria de Finanças notifica todos os contribuintes abaixo arrolados, bem como seus representantes legais, sucessores e responsáveis, que encontra-se em débito o ALVARÁ DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO do exercício 2010, cujo lançamento em Dívida Ativa dar-se-á em JANEIRO de 2011.

Os dados e valores referentes aos lançamentos ficarão disponíveis, na íntegra, no Mural Público do município de Joaçaba no período de 23/12/2010 à 23/01/2011.

O Relatório abaixo com a nominata dos débitos em aberto foi emitido com base nos pagamentos efetuados até a data de 21/12/2010. Caso o débito em pendência tenha sido liquidado, envie ou apresente o comprovante de pagamento ao Setor de Tributação, para providenciarmos a devida baixa.

Joaçaba/SC, 22 de dezembro de 2010.
IRIA FLAMIA RODRIGUES TORRICO
Secretária de Gestão Financeira

GILDETE POGERE CORADI
Diretora Geral de Gestão Financeira

CÓDIGO CONTRIBUINTE

30914	NEUSA GAGLIETTI - ME
32737	COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES B. F. LTDA
39388	ROMEU DOS ANJOS DÄUM - ME
40259	RONATH MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA TEIXEIRA
36705	ADS PRESTADORA DE SERVIÇOS DE MONTAGE LTDA ME
42346	MARINO MAZETTO RIVIERI & CIA LTDA
20932	LURDES SALETE LOLATTO & CIA LTDA - ME
18350	COMERCIAL DE BATERIAS TONINHO LTDA - ME
18833	LAURENY AULER SCHIRMER
19179	ARILDO LEMOS PEREIRA
21043	PREVEN ENGENHARIA DE INCENDIOS - PROJETOS E CONSULTORIA LTDA
21702	GAH - TRANSPORTE E COMERCIO LTDA
22152	DIGIART ATLANTIS LTDA
22664	MARLI GARCIA DA ROSA
30446	HAZA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA
35134	ANTONIO CARLOS VICENTE ME
35514	LAMARTINE MELLO ALVES JÚNIOR ME
36237	SANAFOGO - EQUIPAMENTOS DE INCENDIO E BATERIAS LTD
36356	BITTENCOURT & BITTENCOURT PRODUÇÕES LTDA ME
37115	VIRTUAL COMERCIO E SERIGRAFIA LTDA ME
36869	HENRIQUE VITOLDO DABROWSKI JUNIOR
38936	COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES SIMIANCO LTDA
40379	BC ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
40281	SAMIRA APARECIDA BATISTA GARCIA ME

40657	DESTAQUE CURSOS E EVENTOS LTDA
39952	INVESTIR TRANSPORTES LTDA
30956	ALDO FERNANDES BRANCO ME
20760	SOFTBITT INFORMATICA LTDA - ME
20066	WALDEMAR CORDAZZO
18052	WILLY POSIADLO
18809	AUTO ELETRICA BITTENCOURT LTDA - ME
19190	WALTER ANDRE SCHNEEBERGER - ME
20358	C. ALVES RIBEIRO & CIA LTDA ME.
20387	FRIZA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
20837	COMERCIO E TRANSPORTES BURNINI LTDA - ME
22431	VALMIR DA SILVA PADILHA
22508	LUIZ FERNANDO RAMOS DO PRADO
22709	MARILUZ SCHENATO DE SOUZA
36342	FABIANA AMBRÓSIO
36664	KATSCHOR COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
38857	PAULO RICARDO DA COSTA LOPES
39713	NOBLESE MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA ME
21878	KATIUSCIA FEITEN SANTOS LTDA - ME
22371	RADIO SANTA CATARINA LTDA
21173	J.D. CATTO & CIA LTDA
18437	EMPREITEIRA ELETRO OESTE LTDA
19902	ELOIR PEREIRA DUARTE
21024	LA MARCA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
21801	EMPREITEIRA ELETRO MEIO OESTE LTDA
22159	ANTONIO DIRCEU DE OLIVEIRA - ME
22552	FLAVIO DA SILVA
22565	SLINE INFORMATICA LTDA
22723	JANE SALETE GUARAGNI
24558	VILA LOBUS INFORMÁTICA LTDA ME
34439	A CASA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
36641	BIOGRAFIX TATOO E PIERCING E COMÉRCIO LTDA
36935	RAMAR COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME
37047	ONILCY ARMINDO HEBERLE
38708	G.A.A.T. EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA ME
39690	JACKSON LUIZ DE OLIVEIRA & CIA LTDA
39692	ADRIANO SANTANA RABELO ME
37365	MARCOS EMILIO SCHEUFELE
20089	ADMIR FRANCISCO MIRANDA DA SILVA - ME
22868	MARCILIO JOAO GRONDEK - ME
20001	ADEMAR BUSSOLARO - ME
38067	C. BUFFON TRANSPORTES LTDA ME
22409	M. P. DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
18329	INDÚSTRIA METALÚRGICA UNIÃO LTDA
19893	TRAMAK TRATORES MÁQUINAS KAER LTDA
21661	PRESTADORA DE MAO-DE-OBRA FORTE LTDA
22239	PADARIA E MERCEARIA IRMAOS AB LTDA
22720	NOC-PLANO DE ASSITENCIA FAMILIAR LTDA
22841	CLAUDIMIR FERREIRA CARPINTEIRO - ME
22904	SUMNY & SUMNY REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
34918	MENTORING CONSULTORIA ESTRATÉGICA LTDA
35314	ZILIANA TALITA DOS REIS
35513	COMÉRCIO DE MÓVEIS TURQUEZA LTDA
36782	GUESSER COM. E REP DE PROD. AGROPECUARIOS LTDA
41064	EDIFICA INCORPORAÇÕES LTDA
38411	MARCELO FELSNER - ME
22153	CONFECÇÕES PARATI LTDA
32654	GIOVANA DE FÁTIMA DE OLIVEIRA
18045	LUCÃO LANCHES LTDA - ME
19968	TUIO REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
20688	DIOVAN PEREIRA DA ROSA
21667	COM. DE CEREAIS E TRANSP.SCHLINDWEIN LTDA - ME
21865	MARCIANO PIRES DE MELLO ME
21963	LAURY ANTONIO TETZLAFF

6256	JOAO DE SOUZA
34737	GNB - TRANSPORTES LTDA ME
36391	EVANDRO NOVAK - ME
36432	LUIZ CARLOS FAURI
37086	EXPRESSO E LOGISTICA K N LTDA ME
38012	PRODUTRANS GERENCIAMENTO DE FROTAS LTDA ME
39606	EDUCACIONAL GODIVA LTDA
39822	GUILHERME MULLER
40234	MARILENE ANTUNES ME
41611	J.A.Z SERVIÇOS INDÚSTRIAS LTDA ME
38866	GERUSA GARCIA
32520	EDIMAR WILLE - ME
37497	ATIVACRED LTDA ME
40247	DILVA DEZANET ME
19516	OFICINA MECANICA J.S.V. LTDA - ME
19671	ELETRONICA VOLPATO LTDA - ME
20022	LANCHONETE AGUA DOCE LTDA - ME
20288	MILTON JOSE SACCOL
21895	F.TRAIANO ELETRONICA LTDA - ME
22251	JOCIANE GABRIELA ANTUNES
22596	RAMATI COMERCIO,TRANSPORTE E REPRESENTACOES LTDA
22673	PRODUSYSTEM INFORMATICA LTDA
22820	JUTAY COMERCIAL LTDA
19312	EOLEDIR MACIEL
30752	ALTERNATIVA M- EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA
30925	BOMBAS INJETORAS SÃO CRISTOVÃO LTDA
32462	CIARTE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA. - ME
21236	A S V - REPRESENTAÇÕES LTDA
18791	DORVALINA GIORDANI - ME
36117	LUIZ ROBÉRIO FERNANDES DIAS
37282	TOPOESTE TOPOGRAFIA E ASSESSORIA AMBIENTAL LTDA
36866	GALILEU SISTEMA DE ENSINO LTDA ME
39548	ALEXANDRE TRACZUK
39712	DISK VIDROS VIDRAÇARIA LTDA
40384	LUZALDO LOURENÇO DO NASCIMENTO
40911	REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS BOLDRINI LTDA
21261	AMK FLORICULTURA LTDA ME
21874	ITA TRANSPORTES DE CARGAS LTDA - ME
36806	GILMAR ANTONIO DA SILVA RIBEIRO ME
21602	EMPREITEIRA DE MAO-DE-OBRA E PAVIMENTACAO VILSON DA ROSA
42278	BABILONIA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
22099	GARCIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME
20842	MARCOS VIEIRA DA SILVA - ME
18238	OSMAR ERTTEL
18435	GERMANO PASTORI
19009	ERNESTO LAND
19402	FABRICA DE CARROCERIAS FORT LTDA
20802	LUCIA SCHMIDT - ME
21300	MOLIN COMERCIO E DISTR.DE JORNAIS E REVISTAS LTDA
21412	88X\S COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA ME
21699	JACIR PINTURAS LTDA
22093	PREFIX PRESTADORA DE SERVICOS LTDA
22341	MERCANTIL COUROS LTDA
22669	MOVIVA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME
22894	FUTURA - MAQUINAS AGRICOLAS LTDA
32740	ILSON GIOVALDO FARIAS
34009	METALÚRGICA WAJO LTDA ME
34604	JORCI MOREIRA LEITE ME
35501	WERJEN CORRETORA DE SEGUROS DE VIDA LTDA ME
35867	ELOS REFRIGERAÇÃO LTDA
36708	SIMONE MEIER
37105	G3 GESTÃO AMBIENTAL LTDA
36812	TONIAL JUNGES REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

38867	J. DE ALMEIDA IMÓVEIS ME
40035	AGUIAR ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM CALDEIRAS LTDA
40260	EDUARDA ROCHA DOS SANTOS ME
18879	DENBINSKI ARTEFATOS DE FERRO E ALUMINIO LTDA - ME
41622	GRASIELLI VARNIER MONTIBELLER
21784	FABRICIO DA SILVA COELHO & CIA LTDA - FUN. SANTA CATARINA
42310	WEDER MARQUES DE SOUZA
40745	JORGELI RIBEIRO DA ROSA
21531	COMÉRCIO E TRANSPORTES ZÍLIO LTDA ME
20145	ONLYSOFT SISTEMAS DE COMPUTACAO LTDA
22578	TRANSGRONDEK TRANSPORTES LTDA
19282	TRANSPORTES E COMERCIO POSSENTI LTDA
19912	GASOXI OXIGENIOS LTDA - ME
20338	MARCOS WEISS
22071	MARCIO DA ROSA
22174	MARILUZ APARECIDA DA COSTA VARELA - ME
22506	HEBERLE TRANSPORTES LTDA ME
22661	T.D.C. ALIMENTOS LTDA - ME
22823	LISELEI HADLICH
22833	OLDEMAR AUGSTEN
30627	MARCOS ANTONIO FERRI & CIA LTDA
32236	ZANCO REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
34970	JUAN VICTOR MODA HOMEM LTDA EPP
35512	LANSAT LOCADORA DE MÃO-DE-OBRA LTDA ME
35845	ARTUR KVIECZINSKI
36545	BAR E LANCHONETE GR ZACCARON LTDA ME
36465	IRMÃOS SACCHETTI LTDA ME
37943	DANIELA LUCIA CAZELLA ZANELLA ME
38445	MIQUEIAS PADILHA - ME
38427	MAURO ANTONIO DADALT
39546	DUANO ATACADISTA DE MERCADORIAS EM GERAL LTDA ME
19334	ADENIR DA SILVA
21290	ADILSON VANIN
19169	ROESLER & CIA LTDA
42473	BBB - BRANCHER, BRAGAGNOLO BORDIN COM. DE AUTOMÓVEIS LTDA
19183	REFRIGERACAO JOACABA LTDA - ME
20167	HELVESIO MARTENDAL - ME
17749	ALICRIDE BLEICHOVEL
21035	ARNALDO CEOLIN PANERAI
21156	JAIR DE ALMEIDA
21429	DIPER INDUSTRIA METALPLASTICA LTDA
21481	HIDROGAS INSTALADORA LTDA ME
21804	MALOCA LTDA - ME
22055	COMERCIAL ODONTOMÉDICA LTDA - ME
22725	TRANSPORTES J. BORTOLLI LTDA - ME
30062	EINIR OSVALDO DA COSTA
33291	TEREZINHA APARECIDA DE MATOS - PEDRA ME
35313	ERIVELTON ALVES GONÇALVES
35734	RAMOS E LISOT LTDA ME
20113	R.V. DA SILVA & CIA.LTDA
38259	GUETZ SAÚDE - CLÍNICA MÉDICA LTDA
38263	DENTAL CATARINENSE LTDA
40160	JOSE IRAI DOS SANTOS ME
37559	A. KVIECZINSKI PRESTADORA DE SERVIÇOS
17777	BRASIL TELECOM S/A
34992	FABIANA KLEIN DE MORAES ME
40413	GEWEHR E COSTA LTDA ME
41849	WALDIVINO TERENCE DA SILVA ME
22852	CLEVER INDUSTRIA ELETRONICA LTDA
38333	E.CARON MACAGNAN E CIA LTDA ME
40098	EDILAR IVO BIZZON ME
20890	MARVAL CHAPEACAO E PINTURA LTDA - ME

20509	CIME ARTE - ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
37709	SUSANI C D PICCININI ME
17830	ARMANDO LEVINSKI
18076	ADEMAR AUGUSTO JAPAO BELOTTO
18493	URBANIZADORA EGITO LTDA
18831	VICTTUR TRANSPORTES RODOVIÁRIO LTDA - EPP
20055	RICARDO AUGUSTO CORDEIRO DE MIRANDA
20831	FROTAN TRANSPORTES LTDA
21039	LUCIEN RIBAS DA COSTA
21726	SUELI ALVES FERREIRA - ME
22183	M. R. SOUZA E CIA LTDA
22809	ALTERNATIVA M - ESTRATEGIAS EM COMUNICACAO LTDA
32556	EMERSON DILDA
33334	VINÍCIUS BORTOLI ME
34645	BELAS ARTES FLORICULTURA E AJARDINAMENTO LTDA ME
35707	LOCAR LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA ME
38405	SURDI REVENDA DE VEÍCULOS E MOTOS LTDA
39353	CARLOS JOSÉ HEIMFARTH
39842	PAMATSU COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME
40655	GISLAINE MALTEZ COSTA
38336	GP ANDRIONI FILHO ME
41651	ROSANI TEREZINHA MENEGAT
38570	EMPÓRIO FREYA LTDA ME
30771	ENILÇO CRISPIN CORRÊA
41862	DEISE CAROLINE DOS SANTOS - ME
20641	REFRIGERACAO SCHMAUTZ LTDA - ME
18011	WALTER ANDRE SCHNEEBERGER
22677	Z.T. COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA ME
18902	EXPRESSO MERCÚRIO S/A
35347	LAURECI TERESINHA BASQUERA DEITOS
20321	ESPÓLIO DE DIAMANTINO VILMO CARLETO
21355	METACO IND.E CO.E REPRESENTACOES LTDA

Notificação Contribuição de Melhoria

A Secretaria de Finanças notifica todos os contribuintes abaixo arrolados, bem como seus representantes legais, sucessores e responsáveis, que se encontra em débito de CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA do exercício 2010, cujo lançamento em Dívida Ativa dar-se-á em JANEIRO de 2011.

Os dados e valores referentes aos lançamentos ficarão disponíveis, na íntegra, no Mural Público do município de Joaçaba no período de 22/12/2010 à 22/01/2011.

O Relatório abaixo com a nominata dos débitos em aberto foi emitido com base nos pagamentos efetuados até a data de 21/12/2010. Caso o débito em pendência tenha sido liquidado, envie ou apresente o comprovante de pagamento ao Setor de Tributação, para providenciarmos a devida baixa.

Joaçaba/SC, 22 de dezembro de 2010.

IRIA FLAMIA RODRIGUES TORRICO
Secretária de Gestão Financeira

GILDETE POGERE CORADI
Diretora Geral de Gestão Financeira

Código	Contribuinte
40162	ADEMIR KLEIN JUNIOR
5640	IVANOR DA COSTA
3955	JESSICA E AMANDA LAMB LUIZ
30739	LEANDRO JOÃO PESSOLI
3996	NELSON, JOECY, DANIEL, MARGARETH, ELIAS BASEN,
15524	SOCIEDADE COM HAB E CLAUDECIR ANTONIO COMIN
24101	VANDERLEI PIRES DE MELLO
628	WILAMIR ACHILES CECCONELLO

Notificação Dívida Ativa

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE JOAÇABA
SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA
SETOR DE TRIBUTAÇÃO

A Secretaria de Gestão Financeira notifica todos os contribuintes abaixo arrolados, bem como seus representantes legais, sucessores e responsáveis, que se encontra em débito o IPTU do exercício 2010, cujo lançamento em Dívida Ativa dar-se-á em janeiro de 2011.

Os dados constantes nessa relação ficarão disponíveis, na íntegra, no Mural Público do Município de Joaçaba no período de 22/12/2010 a 22/01/2011.

O Relatório abaixo com a nominata dos débitos em aberto foi emitido com base nos pagamentos efetuados até a data de 21/12/2010. Caso o débito em pendência tenha sido liquidado, envie ou apresente o comprovante de pagamento ao Setor de Tributação (Cadastro /IPTU), para providenciarmos a devida baixa.

Joaçaba/SC, 22 de dezembro de 2010.

IRIA FLAMIA RODRIGUES TORRICO
Secretária de Gestão Financeira

GILDETE POGERE CORADI
Diretora Geral de Gestão Financeira

	CONTRIBUINTE	IMÓVEL
18365	ACIOLI ANTONIO VIECELLI	33332
4374	ACYR CAMARA	3263
6375	ADAIR NUNES	21503
6375	ADAIR NUNES	4632
5293	ADAIR T RIBEIRO	3898
7308	ADALBERTO H LUDWIG SOBRINHO	5374
34950	ADÃO FERNANDES DOS REIS	4257
9730	ADAO LEMOS PADILHA	7341
26841	ADAO LOPES DE SOUZA	3404
5844	ADAO PEREIRA	4282
15172	ADAO PONCIO DE OLIVEIRA	11300
15172	ADAO PONCIO DE OLIVEIRA	32446
37120	ADÃO VIEIRA JOSE DA SILVA	28971
12871	ADELAR AMAZONAS GALVAO	9596
37139	ADELHEID PFITSCHER	27446
7223	ADELINO ESMERIO DA CRUZ	5326
4026	ADELINO SAGIN	3012
33718	ADELIR BORTOLI	5130
18076	ADEMAR AUGUSTO JAPAO BELOTTO	6481
10080	ADEMAR BERNARDI	26240
10080	ADEMAR BERNARDI	9549
4444	ADEMAR GALIOTTO	3726
15496	ADEMAR SARTORI	11486
37525	ADEMAR SBEGHEN	23681
40162	ADEMIR KLEIN JUNIOR	10594
14854	ADEMIR GONCALVES DA ESPADA	11043
11111	ADEMIR MANTOVANI	8227
6504	ADEMIR MIRANDA	4738
3736	ADEMIR PEREIRA	20751
21650	ADEMIR ZAGO	27401
39916	ADEMIR, VALMIR, MÁRCIA, CLAUDEMIR e JOSIA- NE DA SILVA	21704
39916	ADEMIR, VALMIR, MÁRCIA, CLAUDEMIR e JOSIA- NE DA SILVA	5391
31178	ADGAR ZEFERINO BITTENCOURT	20465
31178	ADGAR ZEFERINO BITTENCOURT	2132
31178	ADGAR ZEFERINO BITTENCOURT	12308
13252	ADILSO FAVRETTO	9914

10573	ADILSON BETTONI	7815
14537	ADILSON LOURENCO VEIGA	10915
14537	ADILSON LOURENCO VEIGA	10820
36584	ADILSON PAULO MATEVI, PATRICIA, LUCIANA E GREICE CAZELLA	611
807	ADILSON PAULO MATTEVI	612
807	ADILSON PAULO MATTEVI	20193
39656	ADILSON PEGORARO	29344
672	ADIMIR JOSE PEREIRA	517
4484	ADIR HECKLER	3358
4484	ADIR HECKLER	3357
37058	ADIR REBONATTO	10979
13497	ADMILSON LUIZ DIAS	10101
2556	ADMILSON WANDERLEI PARISOTTO	7908
4971	ADMIR FRANCISCO MIRANDA DA SILVA	3672
4971	ADMIR FRANCISCO MIRANDA DA SILVA	21055
2307	ADORILDES ORSO	1855
11515	ADRIANA APARECIDA DA SILVA	8562
31094	ADRIANA GALHOTO DOS SANTOS	8839
9923	ADRIANA, FABIANA, FABRICIO KATCHOR	7267
3106	ADRIANO CACCIA	2331
31611	AGENOR RAMOS DE BAIRROS	4590
10544	AGNALDO BELLOTO E VERA M MARTINI	7787
36005	AGOSTINHO PEREIRA FERNANDES	28929
18354	AGRO DIVEI IND. COM. REPRES. MAQ. AGRICOLAS LTDA	23115
18354	AGRO DIVEI IND. COM. REPRES. MAQ. AGRICOLAS LTDA	10547
18354	AGRO DIVEI IND. COM. REPRES. MAQ. AGRICOLAS LTDA	23116
6823	AGUINALDO GIOVANI CONTE	5039
13547	AIRTON CEVEY JUNIOR	10137
12748	AIRTON RIBEIRO DOS SANTOS	31970
12748	AIRTON RIBEIRO DOS SANTOS	9509
32332	ALAIDES DE ALMEIDA SILVA	9793
32332	ALAIDES DE ALMEIDA SILVA	22843
10623	ALAIRTON CARLOS PARISOTO	7858
36004	ALBERI BORGES DA SILVA	28928
4835	ALBERTO CARNIEL	20978
13349	ALBERTO SCHNEIDER	9989
9990	ALBINO DE BORTOLI	7310
34775	ALBINO GOMES E IVANA PEREIRA FERNANDES	28932
34775	ALBINO GOMES E IVANA PEREIRA FERNANDES	28965
34775	ALBINO GOMES E IVANA PEREIRA FERNANDES	28964
34775	ALBINO GOMES E IVANA PEREIRA FERNANDES	28966
34775	ALBINO GOMES E IVANA PEREIRA FERNANDES	28963
11456	ALBINO PASCHOALIN	8521
11456	ALBINO PASCHOALIN	33272
159	ALCEBIANES ARY VACCARI	8802
13639	ALCEDIR STRAPASSON	10197
13639	ALCEDIR STRAPASSON	32162
14289	ALCIDES ANTUNES PEREIRA	10627
9532	ALCIDES FERNANDES DA SILVA	6990
9532	ALCIDES FERNANDES DA SILVA	9717
9532	ALCIDES FERNANDES DA SILVA	6989
9532	ALCIDES FERNANDES DA SILVA	7614
15588	ALCIDES MACHADO DA SILVEIRA	23485
6413	ALCIDES VASTRES	4651
12925	ALCINDO DOS SANTOS	9630
40155	ALDA DALLA LANA	20683
41066	ALDACY MARIA GALVAN E IARA DAS GRAÇAS WOLF DE LIZ	7092
36940	ALDINO BEZ	27603
10712	ALDO SCHMAUTZ	7878

977	ALECIO CORBANI	11259
5514	ALENCAR DE APINAGE BITTENCOURT	4083
5514	ALENCAR DE APINAGE BITTENCOURT	4076
32481	ALESSANDRO VIEIRA DE LIMA	3909
29956	ALESSANDRO ZIBETTI	9889
20721	ALESSIO BARCELLA & CIA LTDA	282
5440	ALESSIO MUNARI	4019
23703	ALEXANDRE AUGUSTO BELLOTO	26573
13020	ALEXANDRE E LAURINDO PASINI	9718
15520	ALEXANDRE NUNES	11502
12866	ALEXANDRE ROGERIO DE SOUZA	9592
14353	ALEZIO LEVANDOWSKI	10677
41578	ALFONS SCHAUPENLEHNER	26881
41578	ALFONS SCHAUPENLEHNER	26880
13407	ALFREDO LINDNER	9160
14598	ALFREDO LUIZ TERRES	10875
14598	ALFREDO LUIZ TERRES	23205
32387	ALGEMIRO FERREIRA	3225
32387	ALGEMIRO FERREIRA	3371
4074	ALIAS DE OLIVEIRA	3047
4074	ALIAS DE OLIVEIRA	29840
17749	ALICRIDE BLEICHOVEL	388
17749	ALICRIDE BLEICHOVEL	10851
14332	ALIRIO CHIAMULERA	10869
9881	ALISE GUERREIRO	7232
36157	ALMIR VADECIR MULLER	7892
15615	ALMIR VIER	23513
6191	ALMIRANTE LEMES DA ROSA	4507
3737	ALMIRO NUNES DA SILVA	20752
38206	ALOIR COLLET MOREIRA	27487
35175	ALTAIR ALBERGUINI E NELSO LOURENÇO DE ALMEIDA	5356
15507	ALTAIR ANTONIO MULLER	11496
12676	ALTAIR CAMPAGNOLLO	33442
34909	ALTAIR DASSI, PAULO ROBERTO BREDAS E LUIZ FERNANDO BREDAS	1722
38217	ALTAIR GONÇALVES DA ESPADA E RAUL TITO DE MARCO	33205
5041	ALTEVIR SCHENA	3719
12812	ALTINO CAPESTRANO DE JESUS, ANDRÉIA, CLARISSE, REINALDO,	9560
12812	ALTINO CAPESTRANO DE JESUS, ANDRÉIA, CLARISSE, REINALDO,	22780
30467	ALTIVIR CHAVES	10864
10117	ALUIR VOLPATO	28841
10117	ALUIR VOLPATO	28842
3500	ALVARO DE OLIVEIRA	20678
9006	ALVARO PAIN	6592
9006	ALVARO PAIN	30905
18215	ALVINO SCHNEIDER	32123
18215	ALVINO SCHNEIDER	9961
37458	AMADEU CARDOSO	11120
8235	AMALIA COMIN	6054
6116	AMARILDO RODRIGUES DOS SANTOS	4454
3866	AMBROSIO CONTE	2871
3866	AMBROSIO CONTE	2870
3992	AMERICO SUTIL	2985
4271	ANA CRISTINA LUIS MATEUS	3193
14623	ANA DALLO MULLER	10895
15492	ANA DE SOUZA	11482
5762	ANA MARIA DA SILVA	21291
5762	ANA MARIA DA SILVA	4233
40671	ANA MARIA ZANINI	6452
40966	ANA PAULA DE LIMA DAMASSENDA DA SILVA	3279

40823	ANA REGINA TRINDADE VESOLOSKI E CESAR RICARDO VESOLOSKI	10035
14859	ANA RODRIGUES DA SILVA	11048
18303	ANADIR TEREZINHA CAMARGO	3084
15598	ANALZIRA S GUIMARAENS	23495
4695	ANCELMO PEREIRA DE OLIVEIRA	3504
31570	ANDERSON CRISTIAN SANTANA	5038
37769	ANDERSON CRISTIANO DA SILVA	3314
36710	ANDERSON GLUZEZAK	10122
41364	ANDERSON SCHMAUTZ	2906
10464	ANDRE LUIZ BARBOSA	7712
5445	ANDRE LUIZ DE MENDONCA	4023
14066	ANDRE LUIZ RIBAS E ANA MARIA RIBAS	10487
39318	ANDRÉ PEREIRA DOS SANTOS	10615
38853	ANDRE TODT	22090
38853	ANDRE TODT	6666
32534	ANDREA PATRICIA PUTTI	2272
35025	ANDREA RIEPE PIRES	4657
13319	ANDRELINO AMBROSIO	9964
13321	ANDRELINO AMBROSIO E LUIZ AMBROSIO	9966
6012	ANELSO ANTONIO RODRIGUES	21391
6012	ANELSO ANTONIO RODRIGUES	4385
9977	ANESTOR ALEXANDRE RIBEIRO	7308
5540	ANGELA MARIA DOS SANTOS	4095
8789	ANGELA TRAIANO	6448
11832	ANGELINA BERNADETE BUFFON	6381
18353	ANGELO AQUILES ANDRIN	6487
4295	ANGELO BOLDRINI	3664
6009	ANGELO MANTUAN	4383
14557	ANGELO SARTOR	11726
14557	ANGELO SARTOR	11732
14557	ANGELO SARTOR	11737
14557	ANGELO SARTOR	10838
14557	ANGELO SARTOR	11734
14557	ANGELO SARTOR	11739
14557	ANGELO SARTOR	11731
14557	ANGELO SARTOR	11736
14557	ANGELO SARTOR	11728
14557	ANGELO SARTOR	11741
14557	ANGELO SARTOR	11733
14557	ANGELO SARTOR	11738
14557	ANGELO SARTOR	11730
14557	ANGELO SARTOR	10839
14557	ANGELO SARTOR	11735
3800	ANSELMO GAVASSO	28724
5432	ANTENOR ANTONIO SIGNORI	4012
34023	ANTENOR FORNAZARI NETO	4121
15383	ANTENOR ROCHA	32822
15383	ANTENOR ROCHA	11409
35178	ANTOANI TOSI	27420
35178	ANTOANI TOSI	27436
35178	ANTOANI TOSI	27422
40455	ANTONINHO KRAUSE	5164
6053	ANTONIO ADEMIR DE FREITAS	4412
6053	ANTONIO ADEMIR DE FREITAS	21404
7147	ANTONIO ADOLFO DAMACENO	5272
10552	ANTONIO ALVES DOS SANTOS	10977
10552	ANTONIO ALVES DOS SANTOS	23222
14287	ANTONIO ARI MACHADO	10625
5473	ANTONIO BIAZOTTO PRIMO	4046
10802	ANTONIO BOLDRINI	7037
10802	ANTONIO BOLDRINI	7038
11103	ANTONIO CARLOS NEUMAYR	8631
8851	ANTONIO CRIPPA	6489

8851	ANTONIO CRIPPA	21995
400	ANTONIO DA CAZ	369
5151	ANTONIO EBERT	3789
11764	ANTONIO FERNANDES DA SILVA	8753
41055	ANTONIO GONÇALVES DE OLIVEIRA JUNIOR	7899
813	ANTONIO HERVIZ SARTORI	11912
19482	ANTONIO LUIZ COSTENARO	7427
15438	ANTONIO MARIANO	11438
4102	ANTONIO MOLIN	12007
3785	ANTONIO MOREIRA LOPES	2797
33838	ANTONIO NEREU CORREA	6728
3771	ANTONIO PALHARIN	9860
32134	ANTONIO PRIMO MARCHEZINI	3922
37749	ANTONIO RICARDO RODRIGUES DOS SANTOS E CHRISTINE MATZENAUER	2495
15577	ANTONIO RISSO	11558
4545	ANTONIO ROZA	11891
4545	ANTONIO ROZA	30006
40360	ANTONIO T BELLO, SALY DE LOURDES BELLO ROSA E SERGIO L BELLO	2216
40360	ANTONIO T BELLO, SALY DE LOURDES BELLO ROSA E SERGIO L BELLO	33794
10736	ANTONIO VILSON COSTA	7902
36606	APARECIDA FERREIRA DE LIMA MARTINS	27598
8809	APARICIO MOREIRA	6462
13152	AQUILES CORDAZZO	9847
13152	AQUILES CORDAZZO	9840
35069	ARACELI CAMARA	11400
14039	ARCEDILIA NEVES DA CRUZ	10461
14039	ARCEDILIA NEVES DA CRUZ	10460
5580	ARCENIO DE VARGAS	21224
33649	AREOVALDO ZAGO	8254
33649	AREOVALDO ZAGO	8364
33649	AREOVALDO ZAGO	8378
33649	AREOVALDO ZAGO	8168
33649	AREOVALDO ZAGO	8257
33649	AREOVALDO ZAGO	8639
33649	AREOVALDO ZAGO	8234
33649	AREOVALDO ZAGO	8374
33649	AREOVALDO ZAGO	8619
33649	AREOVALDO ZAGO	8616
33649	AREOVALDO ZAGO	8183
33649	AREOVALDO ZAGO	8693
33649	AREOVALDO ZAGO	8258
33649	AREOVALDO ZAGO	8555
33649	AREOVALDO ZAGO	8268
33649	AREOVALDO ZAGO	8387
13031	ARGEU E MARA R.M. TEIXEIRA	9727
40062	ARGEU TEIXEIRA E ARNOLDO PIRES DE LIMA	11403
9544	ARI CIMADON	31129
9544	ARI CIMADON	7001
6538	ARI FRANCISCO DE OLIVEIRA	4767
15550	ARIOVALDO JOSE DA ROSA	11532
9649	ARLENE VOLPATO	2492
33699	ARLETE DOTTA DA SILVA	10976
11779	ARLINDO EDVINO BECKER	29202
19472	ARMANDO BUFFON	7734
5423	ARMANDO WERNER NEES	4003
5423	ARMANDO WERNER NEES	4004
38024	ARMELINDO LOURENÇO PISSOLI	404
6497	ARMINDA DE JESUS DRESCH	4731
11762	ARMINDO DE OLIVEIRA	8751
41224	ARMINDO DOTTA	5156
21035	ARNALDO CEOLIN PANERAI	11308

37009	ARNALDO G.,LUCIANO G.DE ALMEIDA E ZENITA S.DOS SANTOS	2617
7991	ARNALDO PITOL	10899
641	ARNO KLANN	502
7459	ARNO LEBKUCHEN	5479
7997	ARTHUR DIDOMENICO	5847
7997	ARTHUR DIDOMENICO	5846
11347	ARTHUR J E LUCIANA LORASCHI MARTINI	8433
12633	ARTUR MORLOCK	28420
12633	ARTUR MORLOCK	9419
12633	ARTUR MORLOCK	28419
12633	ARTUR MORLOCK	28421
17703	ARTUR SCOPEL	11771
13263	ARTUR TRUCOLO	9922
18850	ARY RAZERA	4346
11783	ASSIR LUIZ DE LUCCA	8770
15305	ASSOCIACAO BRAS DE ODONTO - REG JOACABA	11378
20888	ASSOCIACAO DE MORADORES DO BAIRRO FREI BRUNO	33688
20888	ASSOCIACAO DE MORADORES DO BAIRRO FREI BRUNO	33687
36018	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO MONTE BELO	28934
37487	ATAYR DAVERSA	6689
742	ATENILSON ANTONIO MOSLINGER	33864
742	ATENILSON ANTONIO MOSLINGER	2867
742	ATENILSON ANTONIO MOSLINGER	2860
742	ATENILSON ANTONIO MOSLINGER	33863
742	ATENILSON ANTONIO MOSLINGER	34124
742	ATENILSON ANTONIO MOSLINGER	33865
742	ATENILSON ANTONIO MOSLINGER	560
17971	ATILIO BERNARDINI	9196
4623	ATILIO JUNG	4523
4623	ATILIO JUNG	3460
14843	ATILIO MAGNO DE OLIVEIRA	11033
36755	AUGUSTO SOMENSI	4659
37299	AUREA ELIAS	29226
2904	AURELIO JOSE BIAZOTTO	2209
17731	AUTO POSTO JOACABA LTDA	327
40118	AVELINO DORINI PRIMO	11996
40118	AVELINO DORINI PRIMO	11985
4775	AVELINO ROSSONI	3576
41200	AYALON ANGELO DE MORAES E FABIANA KLEIN DE MORAES	1812
9147	AZIR PRONER	6678
15565	BASILIO PRESTES DE OLIVEIRA	11547
32282	BEATRIZ RODRIGUES CHINATO HEBERLE	26867
32606	BENO MERGNER	5303
32606	BENO MERGNER	4555
6109	BENO STOFELL	5337
6109	BENO STOFELL	4448
6109	BENO STOFELL	28782
2783	BERNHARD JOSEF GRATT	2155
2783	BERNHARD JOSEF GRATT	2159
21730	BONATO COUROS S/A	26096
21730	BONATO COUROS S/A	26097
19692	BONATO S/A - COMERCIO E INDUSTRIA	3994
19692	BONATO S/A - COMERCIO E INDUSTRIA	30425
19692	BONATO S/A - COMERCIO E INDUSTRIA	21179
11499	BRUNO CAETANO PINCEGHER CARNEIRO	8550
380	BRUNO CEZAR HEBERLE	20023
35991	BRUNO FERNANDO BRANCO	22204
38742	BRUNO LUIZ ROVEA E CLENIR SALETE SIQUEIRA ROVEA	8208

9071	BRUNO ROBERTO HILDEBRANDO DE CORDOVA	6633
17750	BRUNO STROHDICK	1382
17750	BRUNO STROHDICK	1381
17750	BRUNO STROHDICK	1386
17750	BRUNO STROHDICK	1383
36463	CALEB GERSON KIELING E EDINETE MARIA BERNADON KIELING	614
19639	CARDINAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	1100
19639	CARDINAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	1717
19639	CARDINAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	46
19639	CARDINAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	11877
19639	CARDINAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	1599
34174	CARLA DE SOUZA CRIPA	3518
15049	CARLA GABRIELLE DRESCH	11223
15049	CARLA GABRIELLE DRESCH	11224
3588	CARLOS ADAO TRATSK	7510
21004	CARLOS ALBERTO CARLESSO	1405
6046	CARLOS ALBERTO CHILEME	4406
35992	CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA	22208
35762	CARLOS ALBERTO MARCA	3362
11624	CARLOS CAETANO GUBERT	8657
11624	CARLOS CAETANO GUBERT	22537
364	CARLOS GABRIEL PIRES	342
39471	CARLOS LOPES DE SOUZA E FRANCIELI NUNES	4479
32986	CARLOS MIGUEL LIMA FRANCO	7638
3291	CARLOS OLIVO FAVRETO	2434
15480	CARLOS REGI PEREIRA	11471
14997	CARMEN MONICA REITER	11177
13882	CELIA EGER	33645
13882	CELIA EGER	22986
7010	CELIA MARIA KLOSS	21564
7010	CELIA MARIA KLOSS	5205
7010	CELIA MARIA KLOSS	21565
5834	CELIA PINTO	4276
14102	CELSON LEMOS	10510
1433	CELSON MATTOS	4398
12260	CELSON MATTOS	33698
12260	CELSON MATTOS	9146
12260	CELSON MATTOS	9165
31685	CELSON RAMOS RIBEIRO E JANE MARIA DE ARAUJO	10847
42071	CELSON RODRIGUES E CARMEM, MARCOS RODRIGUES DOS SANTOS	31215
9325	CELSON ROMANETTO	6818
36009	CELSON TANQUES	28924
9129	CELSON, ADRIANA, AIRTON E HAMILTON DOS SANTOS AMBROSIO	22095
17421	CENON SCHNEIDER, PAULO SCHNEIDER E BERTOLDO B. SCHNEIDER	11570
33694	CENTRO ESPIRITA JESUS E CARIDADE DE JOAÇABA	444
13145	CESAR ROBERTO VANINI	9823
11416	CEZAR BRUGNARA	8488
38901	CHAIANA BERTO DA SILVA	11427
4370	CIDENES RATICO	3261
20545	CILES PAULO DE MORAES JUNIOR	2218
34004	CINTIA GOULART	4579
749	CINTIA SUSANE MORO ZANARDO	577
40922	CLACIR CARLOS ENGEL JUNIOR	26967

4642	CLADES SALETE RHODEN CANETTI	3475
4642	CLADES SALETE RHODEN CANETTI	30034
41745	CLAIR TESSARI E JANETE CASARIN TESSARI	2488
41745	CLAIR TESSARI E JANETE CASARIN TESSARI	34195
8746	CLARI JOAO DEMARTINI	6408
15472	CLARICE DE SOUZA E SILVIA DE SOUZA	11463
36996	CLAUDECIR BEVILAQUA	11963
14335	CLAUDEMAR ALVES RIBEIRO	7575
31099	CLAUDEMAR RIBEIRO BELO	11210
14729	CLAUDEMIR CASTALDELLO	10982
14729	CLAUDEMIR CASTALDELLO	11153
15478	CLAUDIA A. VARGAS DA CRUZ	11469
10068	CLAUDIA MARIA COSTANARO	3969
10068	CLAUDIA MARIA COSTANARO	3968
10068	CLAUDIA MARIA COSTANARO	3970
36809	CLAUDIA MARIEN ARNHOLD	10690
35395	CLAUDIA REGINA WESLOSKI FERNADEZ	9049
32979	CLAUDINEY TAVARES DE ARAÚJO	10442
15508	CLAUDIO ASSIS DE OLIVEIRA	11497
5824	CLAUDIO RAMOS DOS SANTOS	4270
14220	CLAUDIONIR VALERIO DE LIMA	10572
8429	CLAYTON ANTONIO WYZYKOWSKI	21900
38309	CLEBER BERNARDI DILDA	10681
35246	CLEBER VALDIR PADILHA DE OLIVEIRA E RITA DE CASSIA DE OLIVEI	10697
11570	CLEBERSON E DINOMAR GUERREIRO	31690
11570	CLEBERSON E DINOMAR GUERREIRO	8612
41974	CLEMENTINA COSTENARO E NICSON FRIZON	11507
7506	CLEMENTINA QUINTILHAN BEAL	5512
7506	CLEMENTINA QUINTILHAN BEAL	5511
35769	CLEMILDE DEPARIS E GERVASIO RODRIGUES DA SILVA	499
41875	CLENIR LEMES DA ROSA CONTTI E CRISTIANO MOACIR CONTTI	11131
5847	CLEUSA APARECIDA DE SOUZA	4285
35284	CLEUSA SALETE COSTA BEBER	4172
32542	CLEVISTON MACIEL	9821
21268	CLINICA HERTER S/C LTDA	12162
21268	CLINICA HERTER S/C LTDA	12164
21268	CLINICA HERTER S/C LTDA	12185
21268	CLINICA HERTER S/C LTDA	12163
21268	CLINICA HERTER S/C LTDA	12170
32723	CLODOMAR LUIZ MAGNABOSCO	29340
32600	CLODOMIRO ALVES PIRES E LEONILDO TASCA	27003
30704	CLODOMIRO PIMENTEL NOGUEIRA	31683
4771	CLOVIS AMALCABURIO	3579
38517	CLOVIS BIAZUZ	8755
539	CLOVIS JOSE PUTON	451
7668	CLOVIS MELOTTI	5639
7668	CLOVIS MELOTTI	5641
17787	CLUBE RECREATIVO E ESPORTIVO CRUZEIRO	11957
37694	COHAB E CELIO JOSÉ ROSSA	10666
34937	COHAB E CLÓVIS ALVES DE ANDRADE	7739
10656	COHAB E JACI TERESINHA FERREIRA	11783
10662	COHAB E LAURITA T POLO	11789
10655	COHAB E MIGUEL ANGEL FRANZOI	11782
38323	COHAB E RODRIGO ADRIANO BELOTO	7745
10659	COHAB E TEREZINHA MILANI	11786
1883	COMCASA - COMERCIO E CONSTRUCAO CIVIL LTDA	26172
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22446
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22452
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22479
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22457

17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22490
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22538
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22449
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22482
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22454
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22445
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22459
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22478
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22451
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22456
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22489
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22448
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22481
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22447
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22453
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	8358
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22458
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22491
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22539
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22450
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22480
30528	COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA	23459
30528	COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA	7792
30528	COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA	7802
13646	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PEDRO HENRIQUE MOREIRA	33545
13646	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PEDRO HENRIQUE MOREIRA	33559
13646	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PEDRO HENRIQUE MOREIRA	33544
13646	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PEDRO HENRIQUE MOREIRA	33557
13646	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PEDRO HENRIQUE MOREIRA	33571
13646	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PEDRO HENRIQUE MOREIRA	33568
30837	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL VERDE VALE	26370
35193	CONDOMÍNIO SHOPPING XV	33972
3982	CONSTRUTORA MACRO LTDA	2977
19989	COOPERATIVA REGIONAL DE LACTICINIOS JOACABA LTDA	12395
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23566
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23690
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23649
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23695
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23635
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23645
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23659
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	9822
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23637
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23656
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23689
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23609
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23562
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23647
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	22853
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23567
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23658
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23636
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23650
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23688

20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23646
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23685
30849	CORDAZZO IMOVEIS LTDA E JOÃO CARLOS BORDIN	23579
30849	CORDAZZO IMOVEIS LTDA E JOÃO CARLOS BORDIN	23571
30849	CORDAZZO IMOVEIS LTDA E JOÃO CARLOS BORDIN	23570
30849	CORDAZZO IMOVEIS LTDA E JOÃO CARLOS BORDIN	23580
30855	CORDAZZO IMOVEIS LTDA E JOÃO CARLOS UNGERICH	23542
34783	CRISTHIANE COVOLAN PICINATTO	5075
12767	CRISTIANO LEMOS BISSANI	9524
36078	CRISTIANO VIRGILIO PELLIZZARO	6535
35926	CUSTÓDIO LIMA DOS SANTOS	8947
41927	DAIANA ULIANA E LEONARDO MAESTRI	3502
4616	DALCIR DE SANTI E VANUZA DE SANTI	3455
12713	DALON MICHEL CIARNOSKI	9481
32390	DANIEL ALVES FILHO	10533
5307	DANIEL ANTONIO FRATINI	3906
39583	DANIEL RAMOS	11134
23162	DANIELI SCHLEMMER	3327
23162	DANIELI SCHLEMMER	29972
14637	DANILO FEDRIGO	10908
621	DANILO LAURI SCHAEFER	7896
621	DANILO LAURI SCHAEFER	7895
621	DANILO LAURI SCHAEFER	31555
264	DANILO TREVISAN	238
11423	DARCI DE GIACOMETTI	8495
11423	DARCI DE GIACOMETTI	31672
11423	DARCI DE GIACOMETTI	31673
5150	DARCI E ELIZA C A DE NEGRI	3788
11936	DARCI FERREIRA BRANDAO	8899
11936	DARCI FERREIRA BRANDAO	8898
17548	DARCI JOSE KUHN	11655
40760	DARCI SERNAJOTTO	27631
40190	DARLEI ANTONIO CAMARA	11225
4723	DAVID ANTUNES	3522
8502	DAVID SOLLA CAMINA	22098
15165	DAVID USINGER	11294
15165	DAVID USINGER	4796
15063	DELICIO PELENTIR DE MORAIS	11236
11222	DELICIO WALDOMIRO MOSCIBROCKI	1184
19666	DEMATICA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA	26992
19666	DEMATICA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA	26988
19666	DEMATICA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA	27461
13878	DERCIO JOSE SLOGO	10391
14994	DERLI CARDOSO	28677
14994	DERLI CARDOSO	11174
4500	DEVINO POLI	21694
4500	DEVINO POLI	3372
32400	DILCEIA IZABEL DALL' OGLIO	188
37075	DILCEU LUIZ PAZINATTO E FERNANDA FORBICI PAZINATTO	7631
13663	DILVIO EZAURO ALVES DA SILVA	10221
13102	DINO CONTE	9791
6066	DIOMAR FERNANDES BITTENCOURT	4421
12954	DIONE MARINA PEREIRA PINTO	9655
12973	DIONEIA SILVEIRA MENDES E OUTRA	9671
15457	DIRCEU ALBERTO WACHOLZ	23467

11748	DIRCEU ANGELO NORA	8741
14351	DIRCEU BARETTA	10675
14351	DIRCEU BARETTA	10676
14351	DIRCEU BARETTA	32755
9896	DIRCEU CHIAMULERA	7248
5852	DIRCEU DA FONSECA SOUZA	4290
8731	DIRCEU JOAO VALDUGA	6395
32439	DISNEY DE MARCO	23130
18428	DJANIRA ROSA SOBRINHA	6247
9151	DOMINGOS DEUMIRTES DE CAMARGO	6682
31682	DOMINGOS GALHOTTO	5192
31682	DOMINGOS GALHOTTO	21556
31682	DOMINGOS GALHOTTO	8558
20712	DOMINGOS INACIO SIQUEIRA	8335
19360	DOMINGOS JUVERCI DA SILVA	4275
35994	DORALINA ALVES DA SILVA	22206
5403	DORCELIRIA FERREIRA	3988
19535	DORIVAL AMANCIO DAMASIO	4458
38297	DORIVAL BARBIERI E SANDRA ISSLER	2150
11580	DORLI GEOVANIZ LEBIODA	8622
3850	DORVALINA FERREIRA FRANCA	2854
543	DORVALINO CASANOVA	452
15300	DORVILIO BALAN E AURI MENDES DA LUZ	11376
15253	DORVILIO BALAN E NERI LEITE	11343
12619	DOZOLINA BAVARESCO	9410
3834	DULCE MARIA BUCCO	2839
7271	DULCE MARIA FREIBERGER DELL ANTONIA	5355
1641	DULCE MARIA ZANINI	1617
358	DULCE,DUNIA,DULEI,ANDRE DEMOLINER	11894
358	DULCE,DUNIA,DULEI,ANDRE DEMOLINER	11896
17829	E.S.G.INTRACO LTDA	9484
17829	E.S.G.INTRACO LTDA	9188
17829	E.S.G.INTRACO LTDA	9370
17829	E.S.G.INTRACO LTDA	1090
40614	EDEMILSON JOSÉ LEORATO	4415
14418	EDEZIA NETO WINKLER	10731
6653	EDGAR AMALCABURIO	4874
6653	EDGAR AMALCABURIO	3292
9144	EDGAR ARNO BRISSON	6676
5192	EDGAR LUIZ FEDRIZZI E LEONILDA APARECIDA BINDER FEDRIZZI	4157
38014	EDILAR IVO BIZZON	10428
37117	EDILSON GONÇALVES	4386
37117	EDILSON GONÇALVES	21392
2076	EDIMAR BIARZI	5845
2076	EDIMAR BIARZI	33120
10600	EDIMARA ALVES CASSIANO	7835
1311	EDISON D OLIVEIRA FILHO, PEDRO DA SILVA, GELSON SURDI/OUTROS	33217
8294	EDISON ENRICONI	6100
13927	EDITE DREY	27733
13927	EDITE DREY	29296
18136	EDITORA GRAFOSET LTDA	10968
18136	EDITORA GRAFOSET LTDA	23213
18136	EDITORA GRAFOSET LTDA	10973
18136	EDITORA GRAFOSET LTDA	32897
18136	EDITORA GRAFOSET LTDA	10800
18136	EDITORA GRAFOSET LTDA	10799
18136	EDITORA GRAFOSET LTDA	11108
18136	EDITORA GRAFOSET LTDA	23218
18136	EDITORA GRAFOSET LTDA	32896
18136	EDITORA GRAFOSET LTDA	32895
18136	EDITORA GRAFOSET LTDA	10969
18136	EDITORA GRAFOSET LTDA	23214

10501	EDMAR MOLIN	7748
39784	EDNIRA LÚCIA LATENIK, NEIDE M. D. TEIXEIRA E ELIZEO HOPPEN	23250
33816	EDSON OLDEMBURG E ROSALINA MOTTA	27317
38635	EDSON TOSATTI E ROSELI ZARDO TOSATTI	8808
38189	EDUARDO ANTONIO MOSLINGER	2866
38189	EDUARDO ANTONIO MOSLINGER	28853
3340	EDUARDO BELEGANTE	2477
8428	EDUARDO BRUNO WYZYKOWSKI	6208
8428	EDUARDO BRUNO WYZYKOWSKI	27831
13379	EDUARDO KLOTZ	10014
13379	EDUARDO KLOTZ	32208
531	EDVELCIO ZAGONEL	443
161	EIBIEL LTDA	139
12269	ELCIO EMILIO FINGER	9172
3839	ELIANE APARECIDA MARTINS	2843
38757	ELIANE FERRONATO E FELIPE CARLOS FILIPIA-CKI	3230
2939	ELIANI MARLIS HAHN ROCCA E OUTROS	2229
15067	ELIAS AMBROSIO	11239
10502	ELIO DORNELES	9155
10502	ELIO DORNELES	7749
32993	ELIO NEI RODRIGUES DE SOUZA	20933
3174	ELIZABET MARIASINHA BISSANI	2377
14860	ELIZEU ANTONIO TIGRE	11049
14860	ELIZEU ANTONIO TIGRE	32558
10317	ELMIR JOSE DEL PIZZOL	7569
10317	ELMIR JOSE DEL PIZZOL	7570
38590	ELOI BRUNO CHIAMULERA	5655
11960	ELOI FRANCISCO HELLT	8921
11960	ELOI FRANCISCO HELLT	8920
7007	ELOI RATTI	5292
14624	ELOISIO GEOVANI BOEIRA	10896
38205	ELSA M, PEDRO B, PAULO V, SANDRA R, ANGELO R E ANA D. BECHI	5279
10306	ELVIO BECKER E DANIELA DA SILVEIRA A BECKER	7561
8766	ELZA SCHNEIDER	6428
2588	EMANOEL CESAR DOS SANTOS	2063
2588	EMANOEL CESAR DOS SANTOS	2062
34084	EMANUELI DUARTE E ALCÉMIR PAULO ROCHA	10560
13629	EMILIO GILMAR GUERREIRO	28587
13629	EMILIO GILMAR GUERREIRO	10187
13629	EMILIO GILMAR GUERREIRO	28586
13629	EMILIO GILMAR GUERREIRO	28585
18062	EMPREENDEIMENTOS IMOBILIÁRIOS BRAGAGNOLLO LTDA	326
39957	ENEVIR, ELIETE, ELAINE, EDINEI, EVANDRO, EITOR, ELIO PEROTTO	4240
14711	ENIO RECH	23219
14207	ENORI VIEIRA	10559
10467	EOLODIR MACIEL E CARMELINDO D.SANTOS	7715
13062	ERALDO ANTONIO DA COSTA	9757
13062	ERALDO ANTONIO DA COSTA	9756
15361	ERNESTO CALLIARI	23433
13281	ERNESTO LENHARDT DA COSTA	9937
7785	ERNESTO ZAGO	7061
7785	ERNESTO ZAGO	5737
7785	ERNESTO ZAGO	31283
7785	ERNESTO ZAGO	23071
7785	ERNESTO ZAGO	5736
10393	ERNI RHODEN	7643
14216	ERVINO PAES DE FARIAS	10841
14260	ESMAR EBERT	10603

13126	ESPÓLIO DE SEVERINO ZANELLA	22848
13126	ESPÓLIO DE SEVERINO ZANELLA	22847
13126	ESPÓLIO DE SEVERINO ZANELLA	22849
67	ESPÓLIO DE ALBERTO HAUSER	79
2560	ESPOLIO DE JOAO LIMAS	2053
2560	ESPOLIO DE JOAO LIMAS	2042
14553	ESPOLIO DE JOAQUIM FELICIANO DE ARAUJO	32948
14553	ESPOLIO DE JOAQUIM FELICIANO DE ARAUJO	10836
3993	ESPOLIO DE JORDAO CLARO DOS SANTOS	2986
3993	ESPOLIO DE JORDAO CLARO DOS SANTOS	29930
664	ESPOLIO DE MANOEL OLINTO PEREIRA	20145
664	ESPOLIO DE MANOEL OLINTO PEREIRA	20147
664	ESPOLIO DE MANOEL OLINTO PEREIRA	20146
664	ESPOLIO DE MANOEL OLINTO PEREIRA	514
5753	ESPOLIO DE NILTON CAVICHOLI	4230
33175	ESPOLIO DE RENATO PAGLIARIN	10320
42365	ESPÓLIO DE RUI RUNDBUCNHER	6055
42365	ESPÓLIO DE RUI RUNDBUCNHER	34347
14579	ESPOLIO DE SALMO RAMOS	10859
11881	ESPOLIO DE SANTO PASCOAL ANZOLIN	8852
11881	ESPOLIO DE SANTO PASCOAL ANZOLIN	8922
11793	ESPOLIO DE SANTO PASCOAL ANZOLIN E DARCI MACHADO	8779
36750	ESPOLIO DE SILVIO ROCCO BRADO	11749
35872	ESPÓLIO DE VITORINO PINTO DE SOUZA	33510
38831	ESTELAMAR CLAIRSSE GRUHLKE BUHRINGER E EVALDO BUHRINGER	27503
34938	ETREX EMPREENDEIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	607
34938	ETREX EMPREENDEIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	3855
34938	ETREX EMPREENDEIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	20189
2742	ETSON DAL CORTIVO	2136
6950	ETSON LUIZ LAMP	30335
857	ETTORE ZAMONER	651
7239	EUCLIDES CAMARGO	5340
34417	EUCLIDES CELITO RIQUETTI	8406
17587	EUGENIO CARLOS ZIBETTI	11683
17587	EUGENIO CARLOS ZIBETTI	11684
12839	EUGENIO MARQUES	9575
18479	EUGENIO TRINDADE DOS SANTOS	11560
10227	EURIPEDES CASTEGNARO	31421
10227	EURIPEDES CASTEGNARO	7497
12988	EVA FERREIRA DE ASSIS	9685
17541	EVA ROSA DUARTE FERNANDES	25297
10436	EVANDINA DE OLIVEIRA	7684
10436	EVANDINA DE OLIVEIRA	7685
11281	EVANDRO LUIZ RECH	10971
39630	EVERLIN DA SILVA PADILHA	4843
38574	EVERTON FERREIRA STOCK E MICHELE NOGUEIRA STOCK	8532
10312	EZIO LUIZ OLEINICK	7564
32601	FABIANA RICARDO DOS REIS E JULIANA DOS REIS	4588
13884	FABIANO E RAFAEL BERNARDINI	22987
15805	FABIANO LUIZ PIOVESAN	11925
37590	FABIANO PADILHA	11826
37297	FABIO ALVES	21223
38191	FABIO JUNIOR FLORIANO	3662
38191	FABIO JUNIOR FLORIANO	28512
14652	FELIPE CARLOS FINK	10922
34994	FELIPE NARCISO PALUDO	4041

17837	FEMDA - FÁBRICA DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA	5731
17837	FEMDA - FÁBRICA DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA	5722
17837	FEMDA - FÁBRICA DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA	5728
17837	FEMDA - FÁBRICA DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA	5727
17837	FEMDA - FÁBRICA DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA	5724
17837	FEMDA - FÁBRICA DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA	5730
17837	FEMDA - FÁBRICA DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA	5721
17837	FEMDA - FÁBRICA DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA	5723
17837	FEMDA - FÁBRICA DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA	5729
17837	FEMDA - FÁBRICA DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA	5725
32621	FERNANDA ROBERTA NIZER LUGINKLAND	7470
32621	FERNANDA ROBERTA NIZER LUGINKLAND	7472
14869	FERNANDO CESAR DALMOLIN	8416
14869	FERNANDO CESAR DALMOLIN	8417
5637	FERNANDO PAZINI	4159
13689	FIDENCIO MANOEL GOBBI	33409
18017	FIEL CORRETORA DE SEGUROS LTDA S/C	26979
10564	FIRMINO BUFON	7806
10290	FLAVIANO NERE	7544
8589	FLORENTINA MARIA POHL	30818
18754	FOPPA BEBIDAS E TRANSPORTES LTDA	4221
40793	FORTUNATO ROSALEN NETTO	27429
40793	FORTUNATO ROSALEN NETTO	27434
4274	FRANCA REGINA DAGOSTINI BRESSAN	26244
4274	FRANCA REGINA DAGOSTINI BRESSAN	10088
35679	FRANCIANE APARECIDA SCHUH E ALEXANDRO CAVALHEIRO CABRAL	10502
11692	FRANCIELI COSTA BEBER	33880
11692	FRANCIELI COSTA BEBER	8697
11692	FRANCIELI COSTA BEBER	10147
11692	FRANCIELI COSTA BEBER	8696
34662	FRANCIELLE CORDAZZO DO COUTO	28142
7163	FRANCISCO CARLOS WOLFF DE LIZ	10600
3853	FRANCISCO DA ROSA	2857
3843	FRANCISCO JOAIR ALMEIDA	28850
40737	FRANCISCO JOÃO ANTONELLO E ISABETE FAVRETTO ANTONELLO	8204
41767	FRANCISCO LOPES DA SILVA	27650
14274	FRANCISCO MATTEUS PEDROZO DE CAMPOS	10612
20797	FRANCISCO RAMOS NETO	4766
10593	FRANCISCO URBANSKI	7829
24247	FRIDA SCHLINDWEIN	3734
12679	FRIDA SINDLINGER KLANN	9516
12679	FRIDA SINDLINGER KLANN	9518
12679	FRIDA SINDLINGER KLANN	9454
9112	FUND R MASSIGNAN E OSVALDIR OLIVEIRA	6660
31646	GABRIEL GHISLENI	6646
33142	GELNEI ANA MORESCO CASADO E CELSO SILVEIRA CASADO	724
19129	GELSON ANTONIO BOESING	29589
19129	GELSON ANTONIO BOESING	2080
6078	GENESIO NUNES DE AGUIAR	21413
30602	GENÉSIO PERINI	2566
5728	GENESIO VASTRES	4217
14671	GENESSI MARIA MENON	10940

29824	GENTIL CAVALHEIRO	4278
17590	GENTIL ZIBETTI	11708
7151	GENTILA WOLFF DA IGREJA	5274
11513	GENY GALAFASSI	8561
15352	GERALDO FALAVINHA	23435
13121	GERALDO KREMER	9809
13121	GERALDO KREMER	32032
13523	GERSON ANTONIO GRIGOLO E ROSMARI DE OLIVEIRA	10118
4450	GESSI TEREZINHA DA SILVA	3325
37642	GIANCARLO BRAGAGNOLO	6941
30050	GIANPAULO RIBEIRO	5601
30050	GIANPAULO RIBEIRO	5602
9173	GICELDA GENOVEVA SURDI	6698
7712	GILBERTO BRAGAGNOLO	21940
7712	GILBERTO BRAGAGNOLO	21794
36396	GILBERTO CARLOS HOFF	27652
13214	GILBERTO LAZAROTTO	9882
14204	GILBERTO PARIZE	10556
32651	GILMAR DA SILVEIRA	5836
9358	GILMAR DEBUS	6851
36847	GILMAR FIORIN	10188
5349	GILMAR FOPPA	5298
5349	GILMAR FOPPA	5317
36007	GILMAR LUIZ DE ARAUJO	28931
7291	GILMAR MALAKOWSKI	21679
14364	GILMAR MERLO	10687
9406	GILMAR PENTEADO	6891
41644	GILMAR PENTEADO E EDNILSON BRUNO PENTEADO	28968
41644	GILMAR PENTEADO E EDNILSON BRUNO PENTEADO	28923
9133	GILSON JOSE BERNARDI	6670
34071	GILSON LEAL PORTES	27014
36778	GILSON LUVISON	4996
37193	GIOVANA MARTA COSTA BEBER	3343
12492	GIZELIANA PAULA BELEGANTE	9323
13596	GLADIS TEREZINHA LOHMANN E OUTROS	10164
14295	GLENIO CALICE DA ENCARNACAO	10633
1847	GOMERCINDO PEDRO ANDRIONI FILHO	1488
33778	GRACIELI PLATTAU GIORDANI	26333
1353	GRANDO, ARGENTA & CIA LTDA	1124
1353	GRANDO, ARGENTA & CIA LTDA	29461
33721	GRAZIELE CORDAZZO	26255
21946	GREICE JUSTINA SPADINI ANDRIONI	12347
21946	GREICE JUSTINA SPADINI ANDRIONI	12382
21946	GREICE JUSTINA SPADINI ANDRIONI	12381
5848	GUILHERME DOS SANTOS	4286
439	GUILHERME HENRIQUE BROMER	391
31118	GUINTER SCHEUFELE	5468
31118	GUINTER SCHEUFELE	5469
36297	GUIOMAR JOÃO MARCON	23540
15043	GUNTER EMILIO DEGENER	11217
3086	GUSTAVO ZAMBON DOS SANTOS	2392
8672	HAINES REICHARDT	9974
32745	HAYDEE ADRIANE SCHNEIDER SPIER	10626
2996	HEINZ WERNER FINK	2269
10219	HELIA APARECIDA DE LIMA	7491
3140	HENRIQUE LEBKUCHEN	2349
3140	HENRIQUE LEBKUCHEN	2350
9451	HENRIQUE VITOLDO DABROWSKI	6928
9451	HENRIQUE VITOLDO DABROWSKI	6927
2271	HENRIQUE VITOLDO DABROWSKI JUNIOR	11914
2271	HENRIQUE VITOLDO DABROWSKI JUNIOR	26228

3731	HERCILIO ALVES DE OLIVEIRA	2757
32671	HERCILIO DE MATOS NETO	7784
32671	HERCILIO DE MATOS NETO	31507
13288	HERMES SUSIN	33122
5706	HERMINIO BAÚ E VILMAR BAÚ	4202
5706	HERMINIO BAÚ E VILMAR BAÚ	30420
5706	HERMINIO BAÚ E VILMAR BAÚ	4201
37126	HERTA SARTORI	4168
14215	HIPOLITO ANOEL BARBOSA	10567
9101	HOMERO ANTUNES DE ALMEIDA	6655
385	HORACIO PIRES	20024
385	HORACIO PIRES	20026
7594	HUGO HENRIQUE KORNER	5579
3910	HUGO KUHL LANGE	2950
7574	HUGO MOOGEN BITTENCOURT	5561
7574	HUGO MOOGEN BITTENCOURT	5566
7574	HUGO MOOGEN BITTENCOURT	5563
7574	HUGO MOOGEN BITTENCOURT	5565
8333	IDALINO ROSSO	6128
23647	IEDA BAU	8816
680	IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS	33097
680	IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS	11185
680	IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS	11769
680	IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS	20151
41438	IJP EMPRENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	1372
41438	IJP EMPRENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	1374
41438	IJP EMPRENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	1371
22553	ILDO RODRIGUES DO NASCIMENTO	7824
15534	ILISETE ARPINI LAGNI	11516
37186	ILMA KLEIN SIMON	9657
13816	ILOR DAL VESCO	10347
15528	ILSE APARECIDA KUZNIER	11510
33775	ILSE BECKER NONEMACHER	22555
33775	ILSE BECKER NONEMACHER	8747
15592	ILSE TERESINHA DORÉ	23489
6530	ILSE TEREZINHA GEUDA	4760
22124	ILUI SEBASTIAO DE CAMPOS	4357
33747	IMOB. BALN. PIRAT FABRÍCIO, FÉLIX, CARLOS E SIRLENE MULLER	10835
33745	IMOBILIARIA BALN. PIRATUBA E CLODOALDO J. GONÇALVES DOS SANT	10871
33735	IMOBILIARIA BALN. PIRATUBA E EVERALDO LUIZ BERTUSSO	10894
33759	IMOBILIARIA BALN. PIRATUBA E GILBERTO DA SILVA	10920
33740	IMOBILIARIA BALN. PIRATUBA E GRACIOLINA BOSCHETTI	10919
33736	IMOBILIARIA BALN. PIRATUBA E JALMIR BORBA	32892
33736	IMOBILIARIA BALN. PIRATUBA E JALMIR BORBA	10957
33743	IMOBILIARIA BALN. PIRATUBA E JOÃO CARLOS SAMOURA	10913
33751	IMOBILIARIA BALN. PIRATUBA E WILSON AMA-DEU MEDEIROS	10868
33751	IMOBILIARIA BALN. PIRATUBA E WILSON AMA-DEU MEDEIROS	32851
33751	IMOBILIARIA BALN. PIRATUBA E WILSON AMA-DEU MEDEIROS	10867
18226	IMOBILIARIA BALNEARIO PIRATUBA LTDA	10942
18094	IMOBILIARIA COMETA LTDA	4937
18094	IMOBILIARIA COMETA LTDA	4834
36845	IMOBILIARIA COMETA LTDA E ADELIR BORTOLI & CIA LTDA ME	5129
32395	IMOBILIARIA COMETA LTDA E LEOMIR A. DRESCH	4730

17978	IMOBILIARIA LIMEIRA LTDA	1552
17978	IMOBILIARIA LIMEIRA LTDA	1551
21277	INDUSTRIA METALURGICA ILHA LTDA - ME	11007
18329	INDÚSTRIA METALÚRGICA UNIÃO LTDA	9736
18329	INDÚSTRIA METALÚRGICA UNIÃO LTDA	26572
13266	INES JOSEFINA SCHMAUTZ	9924
8244	INSTITUTO DE ENSINO E ASSISTENCIA SOCIAL	6062
4550	IONE HERICKS	4574
18123	IONE MASSIGNANI ROFNER	1477
4752	IRACEMA F PEREIRA	3548
4752	IRACEMA F PEREIRA	3547
37768	IRACEMA TRUCULO WILPERT	27164
14252	IRACI MARIA DA SILVA SCHULDEZ	10597
5972	IRAMIDES DE OLIVEIRA PENTEADO	21370
5972	IRAMIDES DE OLIVEIRA PENTEADO	21371
41394	IRINEO JOSÉ CERVELIN	11190
4724	IRINEU FERMIANO ESPINDOLA	3523
13248	IRINEU KRAUSE	9911
19074	IRMAOS BRANCHER & CIA LTDA	21087
19074	IRMAOS BRANCHER & CIA LTDA	21184
18583	IRMAOS JUNQUEIRA SC LTDA	31047
18583	IRMAOS JUNQUEIRA SC LTDA	22137
18583	IRMAOS JUNQUEIRA SC LTDA	6872
18583	IRMAOS JUNQUEIRA SC LTDA	22138
36675	IRONI FERNANDES MASCHIO	11013
40742	ISAC LUIS RIBEIRO	5023
41560	ISIDORO JOSÉ BRANCHER NETO	34179
41560	ISIDORO JOSÉ BRANCHER NETO	34198
30861	ISOLDE MARIA VOGT USINGER	11093
13092	ITACIR CANONICA	9781
9504	ITAMAR A E IARA CASTEGNARO BISCARO	6966
21504	ITAMAR ANTONIO GERALDI	6805
21504	ITAMAR ANTONIO GERALDI	22132
5317	IUA CANDIDA MARAFON	11632
10446	IVAIR, ADAIR, ELENIR E IVETE PEGORARO	7694
10446	IVAIR, ADAIR, ELENIR E IVETE PEGORARO	7695
3669	IVALDIR ANTONIO CARMINATTI	5951
3669	IVALDIR ANTONIO CARMINATTI	5948
13154	IVALDIR ROSA DA SILVA	9831
7628	IVALDO TRAIANO	5610
7628	IVALDO TRAIANO	21782
7628	IVALDO TRAIANO	21783
37240	IVAN DA SILVA RAMOS	2966
781	IVAN ZANARDO	9480
12089	IVANETE, ADEMAR E MARILENE BUSSOLARO	9035
15567	IVANILCE M DE OLIVEIRA QUEIROS	11548
10496	IVANILDE SARTORI	7743
33710	IVANIR MARIA RIBEIRO DA SILVA E HILARIO RIBEIRO DA SILVA	6624
33710	IVANIR MARIA RIBEIRO DA SILVA E HILARIO RIBEIRO DA SILVA	6623
33710	IVANIR MARIA RIBEIRO DA SILVA E HILARIO RIBEIRO DA SILVA	6628
33710	IVANIR MARIA RIBEIRO DA SILVA E HILARIO RIBEIRO DA SILVA	6635
5640	IVANOR DA COSTA	4161
5640	IVANOR DA COSTA	4162
5640	IVANOR DA COSTA	28631
5640	IVANOR DA COSTA	11514
4453	IVETE DA ROSA VIECELLI	3328
12901	IVETE KURTZ DALLA COSTA	9613
12901	IVETE KURTZ DALLA COSTA	32054
2925	IVO ARI FRONZA	2219
15179	IVO DA SILVA E ELEI DA SILVA	34083

37006	IVO MARCON	3901
8796	IVO PEREIRA DOS SANTOS	9307
9963	IVO RESMINI	7300
15085	IVO SOBRINHO	11256
15085	IVO SOBRINHO	32509
3215	IVONE BUEHLER	2405
5054	IVONE MARIA CARLETTO	3725
3857	IVONE MARTA KNEFELS	29828
3857	IVONE MARTA KNEFELS	2861
29869	IVONETE ANA MELERE	3055
425	IZABETE APARECIDA ROQUE TONDELLO E JUS-SARA CIELLO ROQUE	382
10302	IZABETE LOURDES BONETTI	7557
12590	JACIR FERREIRA FRANÇA	22730
40660	JACKSON, JOSIELE E JAISON FAVRETTO	5573
11491	JAIME ANTONIO BONAMIGO	8543
14712	JAIME LUIZ RECH	23220
19237	JAIR ADRIANO	4460
19237	JAIR ADRIANO	21431
3697	JAIR DA SILVA	2730
3697	JAIR DA SILVA	2731
31044	JAIR JOSÉ HOFF	27638
31015	JAIR MORELLO E SIDNEI BARBIERI	21989
15570	JAIR ROQUE DE MATTOS	11551
14443	JANDIR TESSARI	10752
14646	JANDIRA ALVES DE INHAIA DEBONA	10916
4944	JANDIRA LOPES DE MIRANDA	21038
4944	JANDIRA LOPES DE MIRANDA	3660
8617	JANE REGINA DE SOUZA	6344
11400	JANETE APARECIDA POZZA	8474
30954	JANETE APARECIDA ROSA E CLAUDEMIR FLAMIA	536
13040	JANETE TEREZINHA VENCATO	9735
10521	JARDELINO ANTUNES DA SILVA	7768
41362	JARRIE NICHELE ALMEIDA E GEORGE ALMEIDA	5529
32749	JAYSON RODRIGO RODRIGUES E GISELI PUHALE	11176
4292	JEFFERSON ALUIR COMUNELLO	3207
6739	JERRI JOSE BRANCHER JUNIOR	34188
15446	JESSICA R CUNHACO E TRIELLE R CUNHACO	11446
15471	JILMAR SEVERO DA SILVA	11462
20107	JIROL - JOACABA IMPLEMENTOS RODOVIARIOS LTDA	12403
9161	JOACI PIQUETTI	6687
6953	JOAO ADONIR RAMOS	5169
34293	JOÃO ALVARES DE OLIVEIRA E BENTA DE OLIVEIRA	3738
5630	JOAO ALVES DE MOURA E MAURO ALVES DE MOURA	4154
4768	JOAO ANTONIO DA SILVA E CELIO BORGES	3561
4768	JOAO ANTONIO DA SILVA E CELIO BORGES	30091
22404	JOAO ANTONIO MALAQUIAS BATISTA	4018
22404	JOAO ANTONIO MALAQUIAS BATISTA	10891
13017	JOAO BATISTA AMBROSIO E JOSE CARLOS DE OLIVEIRA	9716
14070	JOAO BATISTA ISLER	10954
5854	JOAO BATISTA VAES	4292
5235	JOAO CARLOS E MARIA HELENA DA LUZ	3856
18816	JOAO CARLOS PEREIRA DE MENDONCA	10032
4736	JOAO CONSTANTE RIES	3534
14409	JOAO DE OLIVEIRA LEITE	10722
33111	JOÃO DOS SANTOS	6721
15433	JOAO EBERT	23458
4055	JOAO EUDIVINO BEE	3031
3797	JOAO FRANCISCO ANASTACIO	2808
19354	JOAO GILBERTO ANTUNES	23628

3846	JOAO GONCALVES DOS SANTOS	2850
17704	JOAO HONORIO PICHININI	11772
4045	JOAO IGNACIO	3026
35776	JOÃO JANIR ALVES	5165
5661	JOAO JOACIR CASTANGNARO	4174
34012	JOÃO JOSÉ DALACOSTA	10115
34012	JOÃO JOSÉ DALACOSTA	22932
18147	JOAO LOPES	3474
18147	JOAO LOPES	5163
15441	JOAO M VIEIRA NASCIMENTO	11441
12097	JOAO MARIA DE MOURA	9042
11665	JOAO MARIA DE OLIVEIRA	8675
6480	JOAO MARIA LOPES DE SOUZA	4715
10138	JOAO MARIA PIRES DA SILVA	7775
18580	JOAO PEDRO CORREA	30940
18580	JOAO PEDRO CORREA	6679
15488	JOAO RIBEIRO DA COSTA	11478
15073	JOAO RODRIGUES	11245
3811	JOAO SILVA FILHO	2820
8987	JOAO TOMAZZI	6579
15065	JOAO VIEIRA	23299
3803	JOAO VILSON VIEIRA SATIQ	2815
18375	JOAOZINHO ANAOR FILIPPINI	10047
9959	JOAQUIM PALHANO	7297
3705	JOCIL RATHIER DUTRA	2737
21909	JOCILDE SALETE PEROSA CANONICA	23594
35389	JOEL ZANIN	11465
35390	JOENI EDMAR CONTESSOTTO	2319
33382	JOHN VITOR PUTTI E DIEINI A. DA COSTA	32421
33382	JOHN VITOR PUTTI E DIEINI A. DA COSTA	11430
32322	JOISE FORTE DAROS	7723
14151	JONAS LEMOS	23099
14151	JONAS LEMOS	23093
14151	JONAS LEMOS	23092
11761	JONAS TABORDA	8750
14605	JONES BORBA DE AZEVEDO	10881
15469	JORGE AGUSTINHO DE OLIVEIRA	11460
15475	JORGE ALVES PADILHA	11466
3806	JORGE CAMILO GAVASSO	2816
22392	JORGE LEMOS	4016
15476	JORGE ROBERTO SILVA	11467
30742	JORGINA ALVES MACIEL E JOSE CAVALHEIRO DA SILVA	5168
3112	JOSE ADILSON BITTENCOURT	2333
12990	JOSE ALVES SOBRINHO	9687
15440	JOSE ANTONIO PIAIA	11440
3994	JOSE AVELINO ANTUNES DE OLIVEIRA	2987
5102	JOSE BANDELOFF	3756
5102	JOSE BANDELOFF	26305
5102	JOSE BANDELOFF	3825
1766	JOSE CARLOS GOMIG	1416
38816	JOSÉ CARLOS KLOTZ E ROSANI MARIA PADILHA KLOTZ	5474
15420	JOSE DA SILVA	11435
6135	JOSE DA SILVA FILHO	4466
11030	JOSE DA SILVA SABRITO FONTES	31611
11030	JOSE DA SILVA SABRITO FONTES	8149
516	JOSE DARTORA	20077
516	JOSE DARTORA	20076
516	JOSE DARTORA	436
516	JOSE DARTORA	20078
9656	JOSE DE BARBA	7087
14963	JOSE DE JESUS CARDOSO	11156
36799	JOSÉ DE SIQUEIRA	11194

5598	JOSE E ANTONIO PINHEIRO	4132
18302	JOSE ELIAS	29427
18302	JOSE ELIAS	640
18302	JOSE ELIAS	11103
18302	JOSE ELIAS	11114
6408	JOSE FRANCISCO VARELA DOS SANTOS	21518
6408	JOSE FRANCISCO VARELA DOS SANTOS	30512
6408	JOSE FRANCISCO VARELA DOS SANTOS	4648
13066	JOSE GRACIANO PEREIRA	9760
5812	JOSE LEOCIR DA SILVA	4265
32266	JOSE LUIZ BERNARDI	5477
11314	JOSE LUIZ PARISOTO	8402
11314	JOSE LUIZ PARISOTO	8401
32393	JOSÉ LUIZ VOLPATO E ARIIVALDO LUIZ TASCA	2555
3682	JOSE MAROSTICA	2716
12083	JOSE OLIVO NETO	11187
4062	JOSE OSMAR RIBEIRO	3038
10806	JOSE OTAVIO CARLOMAGNO	11139
15444	JOSE PADILHA	11444
37007	JOSE QUINTILHAN E WALDOMIRO QUINTILHAN	408
3798	JOSE RIBEIRO	2809
8226	JOSE SCHAZMANN	29095
8226	JOSE SCHAZMANN	29136
8226	JOSE SCHAZMANN	29135
8226	JOSE SCHAZMANN	11283
8226	JOSE SCHAZMANN	29117
15493	JOSE VENTURA DOS SANTOS	11483
15493	JOSE VENTURA DOS SANTOS	32385
12946	JOSE VILMAR BANDEIRA	9648
4397	JOVENTINO DE MARCO	3276
35230	JUAREZ PRONER E ADENIR MARCON	22257
11571	JUAREZ SILVESTRE GUERREIRO	8613
4073	JUCELI SEBASTIAO DA SILVA	3046
4072	JUCELINO DA SILVA	3045
5266	JULIANO DAPPER E LEONARDO DAPPER	3881
40967	JULIMAR ANTONIO SALVADOR	4733
15527	JULIO CESAR BISSANI	11509
7471	JULIO CESAR ZAGO SOBRINHO	5490
12932	JULIO FERREIRA	9634
15445	JULIO TADEU RIBEIRO	11445
34936	JÚNIOR CESAR DE SOUZA CAVALHEIRO	23295
34936	JÚNIOR CESAR DE SOUZA CAVALHEIRO	11215
21034	JUNIR JAIME SAVARIS	11132
14420	JURACI VERONICA FIDELIS	10733
582	JUREMA FERNANDES	473
15430	JUREMA V. DE SOUZA	23455
32921	JUSSARA FRATTINI	7200
12975	JUVELINO BATISTA DOS SANTOS	9673
5541	JUVENAL RICARDO	4096
8793	KAREN ALINE ZANINI	12150
40368	KARIN APARECIDA WITTE SCHLINDWEIN E LUIZ FRANK	4246
39362	KARINE MARCIA DA COSTA	23547
11289	KLEBER MARTINI	8377
1968	LACI JUSTI	7644
1968	LACI JUSTI	33841
9732	LACY TEREZINHA LIBIODA	6420
40101	LARA ZÍLIO, ULISSES ZÍLIO, ZÍLIO & ZÍLIO E APARECIDA ZÍLIO	1379
35028	LARISSA BERTUCCI	7716
3115	LAURA, JORGE, LEANE, CARLOS E LILIAN KRUHS	2334
14286	LAURECI RAMOS DE DÉA	10623
3975	LAURIVAN DICK E RICARDO DICK	2970
15042	LAURO DE ALMEIDA	11216

9339	LAURO LAND	6832
21963	LAURY ANTONIO TETZLAFF	27397
11816	LAWREN CAVALVANTE DE PAULA	8801
2984	LEANDRO MENDONCA LINDNER	2262
34224	LEILA APARECIDA FLORIANO DE SOUZA	11881
34224	LEILA APARECIDA FLORIANO DE SOUZA	30096
36112	LEILA ESTROWISPI	2711
8902	LELIO RUY LINK	6523
31051	LENI SCHERER KELLER	1406
7750	LENICE ARGENTA SABAG	5709
10022	LEOBERTO GARÇA E LEODIR LUIZ GARÇA	22305
10022	LEOBERTO GARÇA E LEODIR LUIZ GARÇA	7333
14830	LEOCINDO FERNANDES	11021
523	LEOCIS ESTROVISPI	434
523	LEOCIS ESTROVISPI	439
523	LEOCIS ESTROVISPI	20081
35585	LEODIVETE, EDI CRISTINA, REGIANA E MARIA EDUARDA CAVALLI	3003
35585	LEODIVETE, EDI CRISTINA, REGIANA E MARIA EDUARDA CAVALLI	6298
35157	LEONARDO DALLA LANA	23672
35157	LEONARDO DALLA LANA	23673
5695	LEONILDE DELLA FAVERA FERLIN	33644
41526	LEONILDO D AGOSTINI E MARIA LUCIA D AGOSTINI	26929
3794	LEONILDO N DA COSTA	2805
13059	LEONILDO UBIALI	12026
8301	LEONIR ANTONIO TREVISAN	6105
39526	LEONIR JOÃO MARCON E ELISA LAVRATTI	20212
39526	LEONIR JOÃO MARCON E ELISA LAVRATTI	20213
13740	LEONOR SALETE POSSAMAI HEBERLE	10289
6179	LINDA DE LOURDES FRANCISCHETTI	4499
32766	LINDAMIR DO CARMO SECCHI GADLER	10988
32766	LINDAMIR DO CARMO SECCHI GADLER	1561
32766	LINDAMIR DO CARMO SECCHI GADLER	1613
32766	LINDAMIR DO CARMO SECCHI GADLER	29139
13045	LINDENOR A. DOS SANTOS FILHO	9739
38194	LLC CONSTRUÇÕES LTDA	28902
33550	LOERI JOSE LUVISON E SOLANGE DE FATIMA DUARTE DA SILVA	8914
13670	LOIRI LIZZI LAGRANHA	10229
7017	LORENA FERRONATO KOZLNSKI	21566
7017	LORENA FERRONATO KOZLNSKI	5210
14149	LORENA TERLAN	23090
37370	LOURDES GRANETO LOCATELLI	1588
37370	LOURDES GRANETO LOCATELLI	1640
39835	LOURDES LUDWIG, WALDIR, HILDA RICARDO, VERA E RAQUEL ANZOLIN	10376
10581	LOURENI MARTINS	7822
2148	LUAR EMPREENDIMENTOS LTDA	7123
2148	LUAR EMPREENDIMENTOS LTDA	7498
2148	LUAR EMPREENDIMENTOS LTDA	1
40687	LUCAS, LETICIA E LAIS ADAGUINARIO	9525
21620	LUCIANA CRISTINA ARGENTON FERNANDES	7156
31097	LUCIANE AP. M. FIEDLER E ANELIESE M.M. HOFFELDER	3266
31097	LUCIANE AP. M. FIEDLER E ANELIESE M.M. HOFFELDER	20887
33475	LUCIANO LIRA E SANDRA IVANA DE SOUZA	23588
33475	LUCIANO LIRA E SANDRA IVANA DE SOUZA	23593
33177	LUCIANO MARTINS	2588
6350	LUCIARA VIERA	4614
2892	LUCINDA MARIA CALEGARI	12071
8239	LUCIO PALUDO	6057

59	LUCIO SAAVEDRA TERAN	5701
14428	LUIS ALBERTO CONCI	10739
14635	LUIS CARLOS NIENOV	10906
30933	LUIS PAULO ELICKER	7506
5962	LUIZ ADAO DEITOS	4459
1429	LUIZ ALBERTO GARDINI	1180
4071	LUIZ ALCANTARA	3044
567	LUIZ ALEXANDRE VIEIRA, PATRICIA LEMOS VIEIRA E ANDRE VIEIRA	466
10598	LUIZ ALVES CASSIANO	7833
2611	LUIZ ANTONIO DE SOUZA	2073
10103	LUIZ ARI LEBKUCHEN	7399
18578	LUIZ BIAZOTTO	9150
14664	LUIZ CAMILO RIBEIRO E IRENE LEMINSKI	10934
33602	LUIZ CARLOS AGUIAR	9644
33602	LUIZ CARLOS AGUIAR	9643
555	LUIZ CARLOS BACHLER	20091
555	LUIZ CARLOS BACHLER	461
1556	LUIZ CARLOS BARETTA E OUTROS	1344
1262	LUIZ CARLOS BISCAINO PINTO	1164
39539	LUIZ CARLOS CECHETTI	9482
13408	LUIZ CARLOS COMINI	10036
10240	LUIZ CARLOS DA SILVA	28180
14565	LUIZ CARLOS DE ARAUJO	10846
4763	LUIZ CARLOS DEZANETT	3556
6612	LUIZ CARLOS LEITE MELLO	4837
3650	LUIZ CARLOS MOREIRA	2691
14168	LUIZ CARLOS MOTTA	32609
9107	LUIZ CARLOS NUNES	22082
9107	LUIZ CARLOS NUNES	6658
5956	LUIZ CARLOS RIBEIRO	4355
6089	LUIZ CLAUDIO BORGES DA SILVA E MARINO JACOMEL	21420
6089	LUIZ CLAUDIO BORGES DA SILVA E MARINO JACOMEL	4433
13186	LUIZ CUNHA	9862
13186	LUIZ CUNHA	22856
18177	LUIZ EUZEBIO MALISKA	28439
18177	LUIZ EUZEBIO MALISKA	7059
18177	LUIZ EUZEBIO MALISKA	7060
1562	LUIZ FERNANDO BREDÁ	8013
1562	LUIZ FERNANDO BREDÁ	8019
1562	LUIZ FERNANDO BREDÁ	8016
1562	LUIZ FERNANDO BREDÁ	8015
1562	LUIZ FERNANDO BREDÁ	8021
1562	LUIZ FERNANDO BREDÁ	8012
1562	LUIZ FERNANDO BREDÁ	8014
35573	LUIZ FERNANDO HALL	23036
35573	LUIZ FERNANDO HALL	23035
34076	LUIZ FERNANDO SPESSATTO	33191
7164	LUIZ FRANCISCO BECHI	5283
6131	LUIZ GONCALVES	4462
5224	LUIZ JOSE FESTA	3847
6383	LUIZ MERCIDES LOPES	4634
6383	LUIZ MERCIDES LOPES	4638
7820	LUIZ MOLIN NETO	5769
38500	LUIZ ROBERTO DA SILVA E BARBARA SALETE BIAZZOLO	2562
4307	LUIZ STANKI	20860
32757	LUIZ UMBERTO NUNES DA SILVA	6654
38096	LUIZ VALDIR SUBTIL DE LIMA	3535
18501	LUIZ VARGAS	32319
24325	LUIZ VASTRES	34390
24325	LUIZ VASTRES	8692

24325	LUIZ VASTRES	34389
24325	LUIZ VASTRES	34388
15016	LUIZA ALTENBURGER NEUHAUSER	11195
6946	LUNA SCORTEGAGNA	5162
40658	LURDES DADALT	2682
3188	LURDES JUNGERMANN	2385
8361	LURDES NATALINA BORTOLI KERBER	6149
15071	LUZIA ANTUNES DE OLIVEIRA	11243
294	LYSEO BRUNE	34387
20128	M C A - HIDRELÉTRICAS LTDA - ME	12394
20128	M C A - HIDRELÉTRICAS LTDA - ME	28844
35222	MAELI APARECIDA RIBEIRO DA SILVA	12462
35222	MAELI APARECIDA RIBEIRO DA SILVA	12470
34269	MAIARA APARECIDA RATTI	11309
34719	MAICON ZANELLA	11801
5862	MANOEL DA COSTA	4300
5862	MANOEL DA COSTA	21329
5862	MANOEL DA COSTA	33590
5862	MANOEL DA COSTA	21328
15553	MANOEL LOPES DE ANDRADE	11535
6585	MANOEL MARTINS SOBRINHO	4810
6585	MANOEL MARTINS SOBRINHO	30519
6585	MANOEL MARTINS SOBRINHO	4809
6585	MANOEL MARTINS SOBRINHO	30518
4352	MANOEL OSORIO FARIA DE OLIVEIRA	3251
14343	MARA RUBIA VILA LOBUS	10670
4979	MARCELINO AMBROSIO	3677
1866	MARCELO AFONSO DE SOUZA	1504
30823	MARCELO ELIRIO DEMARTINI	4917
4412	MARCELO ROBERTO DUTRA	3289
13538	MARCELO SKALEE	10131
7214	MARCELO ZAGONEL	5318
37524	MARCIA CERATI	10621
34233	MARCIA DE FATIMA XAVIER LEITE COMIN	27025
15072	MARCIA REGINA DOS SANTOS	11244
32540	MARCIA REGINA SECCHI	3280
39450	MARCIA TERRES	10853
6412	MARCIO EVANDRO E MARLENE O B WASEN	6572
37269	MARCO ANTONIO SCHMITZ	8615
39585	MARCO ANTONIO SCHNEIDER E MARGARETE ALVES SCHNEIDER	4871
42566	MARCO ANTONIO, ELVIRA, SILVIO, MARIA AP E ADAO	11690
6105	MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA	4444
39492	MARCOS ANTONIO FAVERO	26575
10376	MARCOS ANTONIO FERRI	7627
10376	MARCOS ANTONIO FERRI	7635
10376	MARCOS ANTONIO FERRI	7637
10376	MARCOS ANTONIO FERRI	7628
10376	MARCOS ANTONIO FERRI	7714
14099	MARCOS ANTONIO FIGUERO	11898
13047	MARCOS DANIEL ANTUNES DE OLIVEIRA	9741
35634	MARCOS LUIZ DE ANDRADE	7759
37679	MARCOS LUIZ FERREIRA BRANDÃO	8130
14	MARCOS VALERIO BROLLO	7961
14	MARCOS VALERIO BROLLO	7960
8815	MARCULINO FERREIRA DOS SANTOS	6466
39755	MARESSA MORAES GONÇALVES DE ARAUJO E FABIO SOARES DE ARAUJO	3839
11589	MARGARETE APARECIDA PASCHOALIN SCHMITZ	8629
7035	MARGARIDA ANTONIETA NOBRE	5223
7035	MARGARIDA ANTONIETA NOBRE	5224
15463	MARGARIDA SOARES	11455
15078	MARIA ANITA DAL FONSO	11249

30784	MARIA ANTUNES CAMARGO	3359
31070	MARIA APARECIDA POGERE	11522
36937	MARIA APARECIDA ROSA VARISA E DEONEZIO CANALE	11661
36937	MARIA APARECIDA ROSA VARISA E DEONEZIO CANALE	25305
10591	MARIA APARECIDA TETZLAFF	10606
37509	MARIA BALAN, IVO A BALAN, MAIKEL BALAN E CARMEN T G DA SILVA	12269
37509	MARIA BALAN, IVO A BALAN, MAIKEL BALAN E CARMEN T G DA SILVA	12283
37509	MARIA BALAN, IVO A BALAN, MAIKEL BALAN E CARMEN T G DA SILVA	12266
37509	MARIA BALAN, IVO A BALAN, MAIKEL BALAN E CARMEN T G DA SILVA	12268
37509	MARIA BALAN, IVO A BALAN, MAIKEL BALAN E CARMEN T G DA SILVA	12289
37509	MARIA BALAN, IVO A BALAN, MAIKEL BALAN E CARMEN T G DA SILVA	12284
37509	MARIA BALAN, IVO A BALAN, MAIKEL BALAN E CARMEN T G DA SILVA	12253
37509	MARIA BALAN, IVO A BALAN, MAIKEL BALAN E CARMEN T G DA SILVA	12273
37509	MARIA BALAN, IVO A BALAN, MAIKEL BALAN E CARMEN T G DA SILVA	12286
37509	MARIA BALAN, IVO A BALAN, MAIKEL BALAN E CARMEN T G DA SILVA	12278
11511	MARIA BENIA VIERA	8560
15537	MARIA BERNADETE PEREIRA	11519
1438	MARIA CONCEICAO STEFANES	1189
31111	MARIA CRISTINA CHANES	7245
32392	MARIA D. GARCIA DOS SANTOS E ADENIR RODRIGUES DOS SANTOS	4387
32392	MARIA D. GARCIA DOS SANTOS E ADENIR RODRIGUES DOS SANTOS	4388
3854	MARIA DA GRACA PEREIRA	2858
33717	MARIA DA GRAÇA WALENDOWSKY	11986
3614	MARIA DAS GRACAS MARQUES DE SOUZA	2669
34429	MARIA DO CARMO QUIBEN MAGNABOSCO	1206
7479	MARIA DO CARMO TRAIANO BEAL	5494
10355	MARIA DOLORES ROSALINO	7607
15499	MARIA DOS PRAZERES CORREA E LAURO FREDERICO SUTIL	11488
41096	MARIA DOS PRAZERES OLIVEIRA ALVES	6587
12247	MARIA GECI BERNARDINI	9154
15587	MARIA HELENA TORRES	23484
9204	MARIA IRACEMA VIEIRA SCHNEIDER	6726
3512	MARIA IRACI CORREIA	2606
13583	MARIA IVONE WIEST RIGHI	10152
13828	MARIA JOSE ALVES DE JESUS	32103
13828	MARIA JOSE ALVES DE JESUS	10350
13828	MARIA JOSE ALVES DE JESUS	10349
15504	MARIA LORENA DE OLIVEIRA	11493
15076	MARIA LUCIA ALVES	11248
9405	MARIA LUIZA FERREIRA	6889
32491	MARIA OLIVETE PERI	10017
32491	MARIA OLIVETE PERI	10016
15591	MARIA PADILHA COSTA	23488
11280	MARIA PITTOL	8368
11187	MARIA ROSA VIVAN	8299
11187	MARIA ROSA VIVAN	8298
15556	MARIA SALETE DA SILVA	11538
40284	MARIA, MARA E MARCIO MARTINS PEDRELLI	10837
6606	MARIANA LUIZA BORTOLI	4829
7277	MARIANE ESTER HUF DOS REIS	5359

40188	MARILDA APARECIDA COFFERI BARBOSA E PEDRO CORDEIRO	6730
40188	MARILDA APARECIDA COFFERI BARBOSA E PEDRO CORDEIRO	30952
35989	MARILENA CASTILHOS BROETTO	22209
35989	MARILENA CASTILHOS BROETTO	22210
10572	MARILENE ANTUNES	7814
15013	MARILENE CONCEICAO SECHI	11192
5851	MARILENE DA ROSA	4289
501	MARILENI COLETTI	427
501	MARILENI COLETTI	428
1558	MARINA ELIZIA MARCON	2217
41679	MARINA LEMOS	33898
41679	MARINA LEMOS	33899
11951	MARINO L. VIAN E OLIVA T. ALVES	8911
7719	MARIO OLIVARES MORALES	5689
7719	MARIO OLIVARES MORALES	5687
7371	MARIO SERAFIN	29077
7371	MARIO SERAFIN	20593
7371	MARIO SERAFIN	9872
7371	MARIO SERAFIN	2320
8861	MARIO VOLTOLINI	6495
33907	MARISA APARECIDA FEDRIGO E CLEITON LUIZ FEDRIGO	5284
28823	MARISA MORANDINI HORN	6029
32835	MARISA P, MARIA LEONOR , MARIA J.B. E ROSARITA BERNARDI	1687
32835	MARISA P, MARIA LEONOR , MARIA J.B. E ROSARITA BERNARDI	1686
32835	MARISA P, MARIA LEONOR , MARIA J.B. E ROSARITA BERNARDI	33170
14980	MARISA SILVEIRA CARDOSO	11160
21176	MARISTELA SALETE SYCHOSKI	3278
15075	MARLEI ELISABETE MOSLINGER	11247
13470	MARLEI SOARES DE OLIVEIRA	10080
9125	MARLENE ANTUNES DE SOUZA	22091
9125	MARLENE ANTUNES DE SOUZA	6667
15066	MARLENE GREGORIO DA SILVA	11238
39379	MARLENE TEREZINHA BALESTRINI KERBER	8415
8569	MARLI APARECIDA COSTA	21923
37417	MARLI DA SILVA VIEIRA	11133
14230	MARLI DE FATIMA RAMOS	10579
1825	MARTHA SILVANA DA COSTA	3262
35726	MATILDE MARQUES CABRAL	10569
3610	MAURA DE OLIVEIRA	2665
3610	MAURA DE OLIVEIRA	29756
12291	MAURI JOSE CAMPAGNOLO	9189
36302	MAURÍCIO DA SILVA GARCIA CAVALI	29033
7168	MAURICIO EING	5285
25328	MAURICIO INACIO NIELANDT PEREIRA	463
32713	MAURICIO LEMOS	3967
32713	MAURICIO LEMOS	4017
15450	MAURO ALVES DA SILVA	11449
9745	MAURO ANTONIO DALL ORSOLETTA	5909
5957	MAURO DA SILVA	4356
23155	MERIS MARIA DE OLIVEIRA	3237
40108	MICHELA L LAGRANHA, VALESKA L LAGRANHA E THIAGO L LAGRANHA	22955
13759	MIGUEL ANGELO HEBERLE	10304
12803	MIGUEL DIAS ROCHA E EDIR T DELAVY	9554
18427	MIGUEL GURGACZ	10331
18309	MIGUEL IGOR RUSSOWSKI	12138
6260	MILITINA GARCIA ROSA DA SILVA	4610
8252	MILO ANTONIO CALLIARI	6521

8252	MILO ANTONIO CALLIARI	23301
36003	MILTON ANTONIO DE SOUZA	28927
31661	MILTON RODRIGUES	3525
12965	MOACIR DE LIMA	9664
40300	MOACIR DIAS E ELIZETE DOS SANTOS DIAS	7456
19446	MOACIR LUIZ NORA	20115
21426	MOACIR PEREIRA	11550
5414	MOZART R. DE MATTOS	3995
15853	MUNICIPIO DE JOAÇABA E ANTONIO FRANK	12434
34993	MUSTAPHA LEMES	3739
38772	NADIA APARECIDA GALVAN GRONDEK	27589
3754	NAHIR CORBANI ZANETTI E ILDO ANTONIO	3303
15465	NAIR DA LUZ	11457
19159	NAIR EINSWEILLER DICK	1670
15296	NAIR FRANCISCA DE CAMARGO	23404
14975	NAIR REGINA BOMBASSARO	11155
35624	NAÔR VIRGILIO COSTANARO PETRY	10588
5033	NAROLINO VIEIRA DA SILVA	3711
5033	NAROLINO VIEIRA DA SILVA	3717
5033	NAROLINO VIEIRA DA SILVA	34115
5033	NAROLINO VIEIRA DA SILVA	30133
5033	NAROLINO VIEIRA DA SILVA	3713
19252	NEIRO VIEIRA DE LEMOS	6516
19252	NEIRO VIEIRA DE LEMOS	22007
12951	NEIVA MARIA REICHEN	9652
14523	NEIVA STOBBE	10812
11825	NELI ANZOLIN PARMEGIANI	8810
15596	NELI L OLIVEIRA	23493
11953	NELI, ELI, NELCI, RITA, JUNI, IONE, ROSE JAIRO DEISE ANZOLIN	8913
11953	NELI, ELI, NELCI, RITA, JUNI, IONE, ROSE JAIRO DEISE ANZOLIN	8915
3748	NELSI CARNIEL	2761
35995	NELSI SALETE DUARTE	22205
36836	NELSON LUIZ RUARO E ELISANGELA APARECIDA AMORA	4997
35586	NELSON SARTURI	11211
38617	NELSON SCHLINDWEIN E KARIN APARECIDA WITTE SCHLINDWEIN	7648
14653	NELSON URBANO DUTRA	10923
645	NEMESIO JOSE MARTENDAL	20134
19275	NEREU EVANDIR ARAUJO	11436
32382	NEREU RIBEIRO	27113
37957	NEURI ANTONIO PINTRO	29013
37957	NEURI ANTONIO PINTRO	28993
37141	NEUSA DE FATIMA GERVASIO	23617
33950	NEUSA GUIMARÃES	27322
2808	NEUSA MARIA MOREIRA	2168
38644	NEUZA MARIA PELISSARI E CERENITA PEDROSO DOS SANTOS	10535
3313	NEVIO JOAO BISSANI	12436
9720	NEVIO, NELSON, INDIMINI ZIERO, ANGELA W FRANCHINI, ELZA ZIERO	7508
532	NI	20135
532	NI	3828
532	NI	20148
532	NI	20136
532	NI	3829
532	NI	2886
532	NI	25335
532	NI	33831
10105	NILCE PRONER GAGLIETTI	31348
10105	NILCE PRONER GAGLIETTI	34383
10105	NILCE PRONER GAGLIETTI	7401

10105	NILCE PRONER GAGLIETTI	31347
13602	NILO AMADINHO HARO	10170
7663	NILO FRONZA	5635
12229	NILO ZAMBIAZZI	31841
4841	NILSON ORIGE COELHO	20981
4841	NILSON ORIGE COELHO	20980
3096	NILSON SCHLINDWEIN	2327
3096	NILSON SCHLINDWEIN	20599
19430	NILTO BARCARO	10909
19430	NILTO BARCARO	10911
19430	NILTO BARCARO	10910
4338	NILTON ROSANELLI	8869
4338	NILTON ROSANELLI	22576
34452	NILVA TEREZINHA VITTORAZZI TIECHER	384
33311	NILZA DESBESSEL SIMAS E MARISA DESBESSEL IENTZ	3181
33311	NILZA DESBESSEL SIMAS E MARISA DESBESSEL IENTZ	20849
15485	NOELI MARIA DA SILVA	11475
36788	NOEMIA ROSA HECKLER	3020
9882	NOEMY ZAMONER PAGANI	1685
40764	NOERCY PORFIRIA ANDRIN	407
4759	NORALINA VIEIRA DA SILVA	3554
14588	NORBERTO MEDEIROS	23204
34797	O ESTADO DE SANTA CATARINA	23332
34797	O ESTADO DE SANTA CATARINA	5826
34797	O ESTADO DE SANTA CATARINA	1198
34797	O ESTADO DE SANTA CATARINA	25280
34797	O ESTADO DE SANTA CATARINA	23052
34797	O ESTADO DE SANTA CATARINA	3685
34797	O ESTADO DE SANTA CATARINA	2741
34797	O ESTADO DE SANTA CATARINA	20755
34797	O ESTADO DE SANTA CATARINA	5829
21930	O KARATON SISTEMAS DE COMUNICACAO VISUAL LTDA	8630
21930	O KARATON SISTEMAS DE COMUNICACAO VISUAL LTDA	31697
29474	OBERDAN WILLE E ELIANE RAFALOSKI WILLE	383
6998	ODALIDES DOS SANTOS	5198
6325	ODENIR KUHL	11286
6325	ODENIR KUHL	27339
6325	ODENIR KUHL	4592
36674	ODETE MOREIRA LEITE	12506
41530	ODILA DORÉ	2648
4573	ODILA NUNES BORGES	3427
37118	ODOVIR FOIATO	2539
10270	OLAVO GUILHERME SANTINI	7531
11528	OLDEMAR JOSE VOLTOLINI	8573
5853	OLINDA SANTOS	4291
10013	OLIR DOMINGOS COMIN	7327
9074	OLIVAL MARQUES BELO	6636
9074	OLIVAL MARQUES BELO	6638
9074	OLIVAL MARQUES BELO	6637
12640	OLIVAR ANTONIO LAGNI	9425
5126	OMIRO JOSE SCHLINDWEIN	3771
5921	ONORI, VALDEMAR, LUIZ SERGIO E INES S. VALDEMARCA	4335
10199	ORACI, JUDITE E EDITH BUFFON	22333
33824	ORALIA DA SILVA MACHADO, ARAHÃO, RUTE, MIDIAN, JOEL, MOISES	4488
7626	ORESTES RODRIGUES GALVAO	2630
3569	ORESTES ZAGONEL	2639
6002	ORIDES ALVES DREHER	4380
33565	ORLANDO BUCCO	26192

33565	ORLANDO BUCCO	26183
33583	ORLIZIO MARCON	7665
8618	ORTENILA FAVRETTO	21938
8618	ORTENILA FAVRETTO	28097
544	OSCAR LEAL E OUTRA	453
31049	OSCAR/ ADAO M. DA SILVA; OSMAR/OSNI M. DA SILVEIRA	27398
17983	OSMAR ALVES DE MOURA	4035
4437	OSMAR DA SILVA	3313
38647	OSMAR DA SILVEIRA, JOSIANE E GELSON BRE-MSTROPP, FELIPE SANTO	31313
13244	OSMAR ERTEL	9908
13244	OSMAR ERTEL	9932
5666	OSMAR FERREIRA DE OLIVEIRA	21257
5666	OSMAR FERREIRA DE OLIVEIRA	4176
33871	OSMAR JOÃO DA COSTA E NAIR APARECIDA CORDEIRO	9677
33871	OSMAR JOÃO DA COSTA E NAIR APARECIDA CORDEIRO	10704
33871	OSMAR JOÃO DA COSTA E NAIR APARECIDA CORDEIRO	23161
3170	OSMAR JOSE PAGANINI	2375
6033	OSMAR LOPES DE MATTOS	4397
2883	OSMAR LUIZ,VILMAR ANTONIO CAZELLA E OUTROS	20522
10617	OSMAR MACHADO DA SILVEIRA	7852
4626	OSMAR MARCELINO	20930
11183	OSMAR WALTER WEBER E ROSA DA SILVA	8296
14290	OSNI ESPINDOLA FELIX	10628
3473	OSNI HEBERLE	23320
3473	OSNI HEBERLE	11282
3473	OSNI HEBERLE	11392
34656	OSNI HEBERLE E VICTOR CESAR SUFREDINI	11268
30605	OSÓRIO DO ESPÍRITO SANTO TIGRE	3464
1937	OSORIO IVO BREDÁ	1660
7383	OSVALDINO DAGOSTINI	30595
35782	OSVALDINO RODRIGUES DO AMARAL	8877
13296	OSVALDO BECKERS	9949
14404	OSVALDO RAMOS	10719
14404	OSVALDO RAMOS	23167
33559	OSVALDO SOARES MOREIRA	511
24318	OSVINO ZILIO	4543
5093	OTACILIO, AVELINO, WALDEMAR, MARIA E ADAIR GUARAGNI	21095
5093	OTACILIO, AVELINO, WALDEMAR, MARIA E ADAIR GUARAGNI	3754
5093	OTACILIO, AVELINO, WALDEMAR, MARIA E ADAIR GUARAGNI	21097
5093	OTACILIO, AVELINO, WALDEMAR, MARIA E ADAIR GUARAGNI	21094
5093	OTACILIO, AVELINO, WALDEMAR, MARIA E ADAIR GUARAGNI	21096
14088	OTOMAR WILLY KNEVELS	10499
14088	OTOMAR WILLY KNEVELS	10498
14088	OTOMAR WILLY KNEVELS	10500
15543	PALMIRA E DIVALETI R BORGES	11525
32747	PALUDO INCORPORADORA LTDA	34353
32747	PALUDO INCORPORADORA LTDA	34355
32747	PALUDO INCORPORADORA LTDA	34360
35402	PATRÍCIA MOLIN MARIN	2411
35402	PATRÍCIA MOLIN MARIN	2414
35660	PAULO CELSO DE QUADROS FERREIRA	30957
35660	PAULO CELSO DE QUADROS FERREIRA	6705
32159	PAULO CESAR DOS PASSOS	3318

15542	PAULO CESAR MATTEVI	5383
10351	PAULO CONSTANTE FUGA	7603
3883	PAULO MANOEL CAVALCANTE DA SILVA	2887
6584	PAULO NUNES	4808
14820	PAULO PEREIRA DOS SANTOS	12487
8598	PAULO ROBERTO BREDÁ	8229
8598	PAULO ROBERTO BREDÁ	8029
8598	PAULO ROBERTO BREDÁ	8062
8598	PAULO ROBERTO BREDÁ	8026
8598	PAULO ROBERTO BREDÁ	8028
8598	PAULO ROBERTO BREDÁ	8232
8598	PAULO ROBERTO BREDÁ	8030
6060	PAULO ROBERTO RECALCATTI	4417
6060	PAULO ROBERTO RECALCATTI	4416
744	PAULO VILSON GENOR L MILKIEVICZ	566
744	PAULO VILSON GENOR L MILKIEVICZ	565
4229	PAULO WILLIAN LANGE	3161
32807	PEDRINHO INÁCIO DA SILVA	9674
18634	PEDRO ALECIO NETO WINKLER	10705
38593	PEDRO ALVES DE BRITO	21243
38593	PEDRO ALVES DE BRITO	4163
20978	PEDRO ARZELINDO DOS SANTOS	23483
14374	PEDRO BLEICHOVEL	10696
15584	PEDRO CARRER	11565
11234	PEDRO DA SILVA	8341
34221	PEDRO DE ARAUJO	11528
20762	PEDRO DE OLIVEIRA	3004
14378	PEDRO EDISON LAMB	10699
14378	PEDRO EDISON LAMB	10709
546	PEDRO FERREIRA VELHO	456
13341	PEDRO GEJA	22888
12939	PEDRO JESUS DE ALMEIDA	9641
9341	PEDRO LAND FILHO	6834
38164	PEDRO MASCARELLO	4020
38164	PEDRO MASCARELLO	21185
22156	PEDRO PEREIRA DA CRUZ	3853
22156	PEDRO PEREIRA DA CRUZ	30167
4859	PEDRO PIGATTO	3620
4859	PEDRO PIGATTO	20993
4859	PEDRO PIGATTO	20992
34132	PEDRO ROSA DA CRUZ	8218
13034	PEDRO VALDOMIRO MOREIRA	9730
37187	PETERSON CENTENARO	23004
8904	PLINIO ANTONIO ARBUGERI	22399
8904	PLINIO ANTONIO ARBUGERI	22391
8904	PLINIO ANTONIO ARBUGERI	33855
34965	PLINIO, CELSO E NELSON DE CARLI, UMBERTO CALGARO E JOSE L	4212
6339	PORFIRIO MILTON DA SILVA	4605
6520	PREFEITURA DE JOACABA E ADELAR	21525
6523	PREFEITURA DE JOACABA E LEONTINA	1070
6521	PREFEITURA DE JOACABA E MARINES	21528
6522	PREFEITURA DE JOACABA E MARLI	1069
6099	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA SC E ODIN ROGERIO LOPES	4439
908	PRIMO CORDAZZO	3671
18228	PRIMO SALVATORI	6569
3741	RACHEL BUENO ALBACH	2759
10704	RAFAEL A CORDAZZO E WALDEMAR C FILHO	11831
2976	RAIANE SCHINATTO DE SOUZA	2258
18244	RAMIRO SOLLÁ CAMINA	5972
1282	RAMIRO SOLLÁ CAMINA E OUTROS	20217
1282	RAMIRO SOLLÁ CAMINA E OUTROS	20219
1282	RAMIRO SOLLÁ CAMINA E OUTROS	1064

4413	RAULINO RATIER DUTRA	3290
6654	RAUNI FELIPE FRANCO	4876
6654	RAUNI FELIPE FRANCO	4875
4290	REACILVA MACIEL DA ROSA	3204
14674	RECERES BASSO	11347
35472	REGINA DE OLIVEIRA	9854
10383	REINOLDO ADILTON CARDOZO DE AGUIAR	7634
18597	REINOLDO HERTER	3211
18597	REINOLDO HERTER	23531
18597	REINOLDO HERTER	7862
18597	REINOLDO HERTER	23528
18597	REINOLDO HERTER	11568
18597	REINOLDO HERTER	23533
18597	REINOLDO HERTER	23530
18597	REINOLDO HERTER	23532
18597	REINOLDO HERTER	23529
3865	REJANE DE DEUS E SILVA CONTE	2869
12120	RENATO CAMILO PASQUAL	9062
3051	RENATO COPPI	2302
40135	RENATO DELGADO BARBOSA	23541
5051	RENATO GARCIA FILHO E CLEUSA GODOY GARCIA	3724
15158	RENATTA DALPISOL	11288
2535	RENI CAVALLI	6221
13036	RENI DE FATIMA BARBOSA	9731
35627	RICARDO LUIZ SCALABRIN	6509
34371	RICARDO PADILHA	28182
32320	RILDO FALCÃO KICK E CATIA BURATTO	10921
15425	RITA DE OLIVEIRA	23450
3707	RITA MARIA E LUIZ DALCANALE NETO	2739
3707	RITA MARIA E LUIZ DALCANALE NETO	2738
10409	ROBERT FINK	7660
10409	ROBERT FINK	7659
10616	ROBERTO BISSANI E CRISTINA DA SILVA	7851
7374	ROBERTO CARLOS BAZZO	27452
7374	ROBERTO CARLOS BAZZO	9871
5066	ROBERTO CARLOS BUCCO	23048
5066	ROBERTO CARLOS BUCCO	23599
5066	ROBERTO CARLOS BUCCO	3735
5066	ROBERTO CARLOS BUCCO	29223
39498	ROBERTO CARLOS NUNES CAUDIA MARILIA CARDOSO DE SOUZA NUNES	3849
9285	ROBERTO DE OLIVEIRA	6789
14844	ROBERTO MARCON	11034
5804	ROBERTO PADILHA	4261
5804	ROBERTO PADILHA	21309
38892	RODRIGO BARBOSA,GILBERTO BARBOSA,FRANCIANE BARBOSA	6820
35966	ROGERIO CAVASIN DAROS	10660
11925	ROGERIO CHIAMULERA	8820
34753	ROLDÃO MATTOS SOBRINHO	4250
4355	ROMALDO GERMANO LUDWIG	3253
18239	ROMANO MASSIGNAN S/A INDUSTRIA E COMERCIO	5508
18239	ROMANO MASSIGNAN S/A INDUSTRIA E COMERCIO	8450
9543	ROMARIO AVILA SATICQ	22170
9543	ROMARIO AVILA SATICQ	7008
13196	ROMARIO SCHEVER	9870
4475	ROMILDE SATSKUNA	3347
2103	ROMULO GUILHERME MATTOS	33592
2103	ROMULO GUILHERME MATTOS	4401
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	3982

5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	4002
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	3974
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	4007
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	4198
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	3979
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	3985
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	4137
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	3905
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	3971
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	3976
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	3990
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	4009
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	4181
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	3910
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	3981
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	4001
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	3973
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	3987
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	4006
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	4197
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	3978
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	3984
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	4136
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	3904
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	3983
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	4008
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	3903
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	3980
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	3972
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	3986
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	3977
5767	ROMULO, BRAZILIA, SUELY, RACHEL COSTA BEBER E ODONE CARDONET	3991
29587	ROQUE ROSANELLI	8767
29759	ROSA HARO	23019

29759	ROSA HARO	23018
39514	ROSA MERIS FIORESE COSTA	3718
8977	ROSA PENTEADO	6575
31602	ROSANA SCHWINDEN	10825
11952	ROSANGELA MARIA PUTTI E ROSELY FATIMA PUTTI DO PRADO	8912
11782	ROSANI VIDI ROESLER E OUTROS	8769
36073	ROSE PENTEADO	28970
13553	ROSELI DE FATIMA DOS SANTOS	3226
37629	ROSEMARI ALVES BEC RIES	3533
35167	ROSICLER MARIA TOBALDINI ZANOL	7317
1631	ROSINA VARGAS RIBAS E DAVID MENDES RIBAS	3658
32616	ROSITA APARECIDA PADILHA SCAPINI	21471
36008	RUBENS PEREIRA FERNANDE	28933
3607	RUBENS VIEIRA	2700
3607	RUBENS VIEIRA	2699
34406	RUDIMAR NORA	4668
39493	RUDINEI RIBEIRO	4633
15168	RUI AMILTON SILVEIRA D AVILA	11297
12209	RUI DOS SANTOS FERREIRA	9126
19567	RUI FLAMIA	6123
19567	RUI FLAMIA	6124
13510	RUI HOFFELDER	10111
18612	S. VEIGA SOBRINHO & CIA LTDA	336
15562	SADI SILVEIRA DA SILVA	11544
18366	SADY ZAGO	5752
18366	SADY ZAGO	5751
5028	SALETE APARECIDA LOPES CORDEIRO	3708
6396	SALETE BILIBIO DE OLIVEIRA	4643
15602	SALETE CARDOSO HILLA	23499
12774	SALETE DE OLIVEIRA E OUTROS	9533
12774	SALETE DE OLIVEIRA E OUTROS	9532
12181	SALETE TEREZINHA DE OLIVEIRA PEREIRA	9107
11132	SANDRA PAULA XAVIER PEREIRA	8248
38184	SANDRA SALETE DO NASCIMENTO	8847
5790	SANDRO ADRIANO BORTOLUZ	26106
8019	SANTINA CRISTOFOLI	5868
15079	SANTINA MOREIRA	11250
32384	SAULO VINICIUS,MABEL CRISTINE E CEZAR LOURENÇO BRANCHER	5488
9186	SAVIO DE JESUS MACHADO	6709
9186	SAVIO DE JESUS MACHADO	28432
37095	SEBASTIANA MALAQUIAS	4325
37095	SEBASTIANA MALAQUIAS	4324
9058	SEBASTIANA TETZLAFF	7828
5838	SEBASTIAO BARBOSA DE MATTOS	21325
5838	SEBASTIAO BARBOSA DE MATTOS	4279
5714	SEBASTIAO MARQUES	21275
5714	SEBASTIAO MARQUES	21274
37980	SEBASTIÃO XAVIER CORREA E OUTROS	4425
13326	SELIO GASPARETTO	9971
11898	SELMA ELICKER	8866
2576	SELMA NUNES MOREIRA	2054
40560	SENOIR LUIZ KINZEL	23679
8768	SERAFIM MOLIN	6430
9135	SERGIO ANTONIO FLAMIA	22096
9135	SERGIO ANTONIO FLAMIA	6672
15308	SERGIO APARECIDO PEREIRA	11381
33089	SERGIO BRUNO DA SILVA AMORA	10725
602	SERGIO CAMPANA	482
21028	SERGIO DOS SANTOS	7818
14101	SERGIO LEMOS DA SILVA E SIMONE CARNERA DA SILVA	10509
14107	SERGIO LEMOS E IGREJA ASSEMBLÉIA DE DEUS	23076

11903	SERGIO LUIZ BRUNETTO	8870
15544	SERGIO LUIZ RATTI	32473
38011	SERGIO MOREIRA LEITE E NELSON MOREIRA LEITE	23643
17944	SERGIO RODRIGUEZ TORRICO	27265
4659	SETEMBRINO CIRINO DOS SANTOS	3481
490	SEVERINO ANTONIO GRIGOLO	3079
490	SEVERINO ANTONIO GRIGOLO	3080
13537	SEVERINO MANOEL DA SILVA	10130
13173	SEVERINO PILATTI	9849
2869	SHAUANE POERNBACHER DE OLIVEIRA	2197
36276	SILVANA N. P. ALENCAR E MARCO ANTONIO V. ALENCAR JUNIOR	3255
5068	SILVIA MARIA SALARDI	3737
12076	SILVIO FERRAZ DOS SANTOS	9022
12076	SILVIO FERRAZ DOS SANTOS	28615
12076	SILVIO FERRAZ DOS SANTOS	32010
12076	SILVIO FERRAZ DOS SANTOS	9576
12076	SILVIO FERRAZ DOS SANTOS	9562
7067	SILVIO KERCHBAUMER	5238
4581	SIMILDE, NILSON, NILCE, NELSON, NEIVA E NEUZA STOBBE	3434
15513	SIMONE AP M STEFANES BELLAN	23476
5856	SINCLAIR TEREZA ALVES	4294
17951	SINDICATO DOS CONDUTORES AUTONOMOS DE VEIC. ROD	31143
17951	SINDICATO DOS CONDUTORES AUTONOMOS DE VEIC. ROD	7138
19682	SINDICATO DOS TRAB.NAS IND. MET.MEC. MAT ELET. DE	4031
19682	SINDICATO DOS TRAB.NAS IND. MET.MEC. MAT ELET. DE	4030
9175	SINOIR ROSEGHINI CORREA	6700
15466	SIRLEI APARECIDA DE OLIVEIRA	11458
34589	SOCIEDADE COM HAB E ADÃO DANIEL VIEIRA	27498
33647	SOCIEDADE COM HAB E ADAO SANGALI	30282
33647	SOCIEDADE COM HAB E ADAO SANGALI	4277
36529	SOCIEDADE COM HAB E ADOALDO SERNAJOTO	27604
31008	SOCIEDADE COM HAB E ANACLETO JOEL DORNELLES DA SILVA	27512
34250	SOCIEDADE COM HAB E ANDRÉA RIEPE PIRES	27607
34635	SOCIEDADE COM HAB E ANGELO ADÃO LOURENÇO	27549
35487	SOCIEDADE COM HAB E APARECIDA DA SILVA	27605
34849	SOCIEDADE COM HAB E AQUILES DE CAMARGO	26311
39322	SOCIEDADE COM HAB E ARI MACHADO	27507
40785	SOCIEDADE COM HAB E ARTILINO ANTUNES DA SILVA	29843
34621	SOCIEDADE COM HAB E ASSIS DE ALMEIDA	27556
15487	SOCIEDADE COM HAB E CELSO PIRES DE LIMA	23491
34629	SOCIEDADE COM HAB E CINTHIA ANA STEFANES	27528
33787	SOCIEDADE COM HAB E CLARICE ANTUNES PIRES / ALVARO LEMOS	20910
33787	SOCIEDADE COM HAB E CLARICE ANTUNES PIRES / ALVARO LEMOS	3410
32910	SOCIEDADE COM HAB E CLAUDEMIR DAPPER	27110
42002	SOCIEDADE COM HAB E DALLAS APARECIDA SANTOS	27546
34627	SOCIEDADE COM HAB E DEJANIRA DE FÁTIMA MELLO	27527
35096	SOCIEDADE COM HAB E DIVONETE DIAS FERREIRA TERES	11552
38071	SOCIEDADE COM HAB E ELIANE APARECIDA ZACARON	11491

33695	SOCIEDADE COM HAB E ELIZEU LORENÇO ORSO	27600
34523	SOCIEDADE COM HAB E GIOVANA APARECIDA RECK HORÁCIO	27611
34559	SOCIEDADE COM HAB E GIOVANA DA SILVA SCAPINI	27599
34586	SOCIEDADE COM HAB E GISLAINE ANTUNES PEREIRA	27516
34530	SOCIEDADE COM HAB E HELIO DOS SANTOS	27608
32933	SOCIEDADE COM HAB E ITAMAR PREZOTTO	11768
34531	SOCIEDADE COM HAB E IVA LUIZA DA SILVA	27642
38933	SOCIEDADE COM HAB E IVO MACHADO	27533
15538	SOCIEDADE COM HAB E IVONE KUZNIER	11520
33057	SOCIEDADE COM HAB E IVONINA RIBEIRO DA LUZ	27509
34594	SOCIEDADE COM HAB E JANE DO PRADO	27505
30996	SOCIEDADE COM HAB E JEAN DOMINGOS BRESSAN	27517
15503	SOCIEDADE COM HAB E JOAO MARIA DA SILVA	11492
34533	SOCIEDADE COM HAB E JOÃO PAULO DE OLIVEIRA BARROS DOS SANTOS	27641
37517	SOCIEDADE COM HAB E JOEL MARTINHO ETGES	27646
34591	SOCIEDADE COM HAB E JOSÉ CAIO DORNELLES DA SILVA	27502
34625	SOCIEDADE COM HAB E LÉIA REGINA DE LIMA	27526
34562	SOCIEDADE COM HAB E LÉO AUGUSTO MENDES	27620
34630	SOCIEDADE COM HAB E MARA LUCIA DA ROSA	27551
31050	SOCIEDADE COM HAB E MARIA DE FATIMA KLUVES	11255
34631	SOCIEDADE COM HAB E MARIA DOS SANTOS CAMPOS	27550
35072	SOCIEDADE COM HAB E MARIA EDIR ALVES	11433
41758	SOCIEDADE COM HAB E MARIA IZABEL DA ESPADA DE OLIVEIRA	4288
33201	SOCIEDADE COM HAB E MARIA SALETE RAMOS	23128
35582	SOCIEDADE COM HAB E MARIA TEREZINHA DE OLIVEIRA	4442
34590	SOCIEDADE COM HAB E MARLON JANIE CARDOZO	27501
34537	SOCIEDADE COM HAB E NEIVA LUCIA RIBEIRO DA SILVA	27590
34567	SOCIEDADE COM HAB E NEREU DE ARAÚJO	27621
35584	SOCIEDADE COM HAB E NILSON DA ROSA	4435
34620	SOCIEDADE COM HAB E NOEMI SOARES VARELA	27523
34538	SOCIEDADE COM HAB E NOEMIA BARBOSA MAGOLT	27591
37178	SOCIEDADE COM HAB E ORLANDO CASADO	2758
37178	SOCIEDADE COM HAB E ORLANDO CASADO	29792
33786	SOCIEDADE COM HAB E RAQUEL CAVALHEIRO CABRAL	12064
34246	SOCIEDADE COM HAB E ROMILDO NUNES	27483
34540	SOCIEDADE COM HAB E ROSANE APARECIDA XAVIER LEITE	27623
33782	SOCIEDADE COM HAB E ROSELI PEDROSO	12068
34588	SOCIEDADE COM HAB E ROSEMILDA DOS SANTOS	27520
38135	SOCIEDADE COM HAB E ROSILENE SALETE DA SILVA	27614
34542	SOCIEDADE COM HAB E ROVANIA JANICE DA SILVA	27588
15555	SOCIEDADE COM HAB E SEVERINO PEREIRA	11537
34543	SOCIEDADE COM HAB E SIDNEI ANTUNES PEREIRA	27633
34521	SOCIEDADE COM HAB E SIMARA CRISTIANI MOREIRA	27627

34564	SOCIEDADE COM HAB E SIMONE APARECIDA FRANÇA	27610
36759	SOCIEDADE COM HAB E VALDO AMORIM	11292
40317	SOCIEDADE COM HAB E VALMIR DOMINGOS BENITES	33629
15558	SOCIEDADE COM. HAB. E ANGELINA MOLIN	11540
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	4299
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	12121
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	27656
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	33641
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	33655
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	33660
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	11760
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	23478
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	27594
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	33065
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	33633
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	33646
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	33652
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	11500
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	11495
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	33638
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	4287
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	23475
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	23480
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	2842
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	33621
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	33635
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	3043
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	23477
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	27555
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	33626
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	33632
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	33659
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	33665
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	4295
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	33618
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	33631
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	33637
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	23474
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	27657
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	33623
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	33648
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	11546
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	20799
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	21682
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	23479
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	27649
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	33066
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	33634
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	12144
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	27554
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	33658
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	11115
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	3033
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	11454
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	33063
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	33630
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	33636
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL	33650
4619	SOLANGE FIORIO BUCCO	23046
4619	SOLANGE FIORIO BUCCO	23047
13039	SOLANGE MARI DOS SANTOS DA ROCHA	10598
11516	SOLANGE MARIA DA SILVA	8563

39415	SOLANGE MARIA GIONGO E ROSANGELA GIONGO BURLIM	2346
11133	SOLIMAR A RIBEIRO E CASSIA GIACOMIN	8249
6360	SONIA BAZEI	4619
14551	SONIA CHAVES	10834
1270	SONIA M. FRAZON TREVISAN. RAFAEL E LUIZ F. TREVISAN	1212
1270	SONIA M. FRAZON TREVISAN. RAFAEL E LUIZ F. TREVISAN	1223
1270	SONIA M. FRAZON TREVISAN. RAFAEL E LUIZ F. TREVISAN	1214
1270	SONIA M. FRAZON TREVISAN. RAFAEL E LUIZ F. TREVISAN	1222
1270	SONIA M. FRAZON TREVISAN. RAFAEL E LUIZ F. TREVISAN	1213
30959	SONIA MARIA MULLER ZOCOLI	20376
30959	SONIA MARIA MULLER ZOCOLI	20377
10782	STELA JOSEFA VETTORI TRUCULO	7937
9851	SUCESSORES DE LIDIA NATUS	7208
9851	SUCESSORES DE LIDIA NATUS	22261
8159	SUELEN E PAOLA ANTUNES DE MORAES	5984
11752	SUELI DE SOUZA VARGAS	8744
8954	SUELI SCHNEIDER FAVARO	6559
32715	SUSANA BATTASSINI	33358
32715	SUSANA BATTASSINI	33379
36921	SUSTENE APARECIDA SIMONETTO, CARLOS MAURÍCIO DAGOSTINI E	31380
36921	SUSTENE APARECIDA SIMONETTO, CARLOS MAURÍCIO DAGOSTINI E	33777
30754	SUZANA DAROLD E HENRIQUE ARI MASCARELLO E MILTO ROVEA	21304
12919	SYLVIO APOLINARIO DE MELLO	9626
14721	TACY ALCIDES HACK	10978
19447	TAHITI LOCAÇÕES LTDA	928
19447	TAHITI LOCAÇÕES LTDA	34345
37683	TAINA TESSARI	1008
7350	TANIA DAS GRACAS KANGERSKY	5398
36190	TANIA MARIA DALFOVO LUNARDI	4522
36190	TANIA MARIA DALFOVO LUNARDI	5167
14572	TECLA LOPES SCHULKA E OUTROS	10852
33392	TEILOR ANTONIO MOLINARO	9276
13478	TELISMAR GEWEHR	10092
41156	TEODOMIRO PIRES DE MELO E MARCIA STIL	22737
6997	TEODORO ANTONIO ZAMBIAZZI	21646
41172	TERCILIO FERREIRA BRANDÃO	8908
41172	TERCILIO FERREIRA BRANDÃO	31747
32764	TERCILO FAVETTI	2851
21167	TERESINHA RODRIGUES VIEIRA TELES	1715
5873	TEREZA COLHS	4307
5873	TEREZA COLHS	21331
12966	TEREZINHA DOS ANJOS	9665
12966	TEREZINHA DOS ANJOS	9666
37147	TEREZINHA M. ,CARMELINDA ANA, NELVA, JOSÉ MARCHELO GALILHETI	10642
40540	TEREZINHA MARIA DAROLD	9587
3530	TEREZINHA NEIDA LAUBER	2622
15464	TEREZINHA ROSA	11456
5791	TEREZINHA TOPANOTTI DA SILVA	4252
15560	TEREZINHA VIEIRA E ELEMAR EDSON BOMM	11542
18116	TERRAMAR COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA	9749
18116	TERRAMAR COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA	9725
18116	TERRAMAR COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA	33173
18116	TERRAMAR COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA	4928
18116	TERRAMAR COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA	4740

18116	TERRAMAR COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA	4927
18116	TERRAMAR COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA	11205
40480	TERRAMAR COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA E ROSANGELA FÁTIMA DEMELLO	9755
14916	TERRAMAR E ANTONIO PEREIRA	11101
6479	TERRAMAR E ELIEZER DA SILVA	4717
6479	TERRAMAR E ELIEZER DA SILVA	4714
12974	TERRAMAR E FRANCISCO NIQUELATTI	9672
6540	TERRAMAR E MARINO JACOMEL	4908
6540	TERRAMAR E MARINO JACOMEL	4979
6540	TERRAMAR E MARINO JACOMEL	4769
6540	TERRAMAR E MARINO JACOMEL	4978
36140	THEREZINHA DE ALMEIDA	4475
30872	THEREZINHA DE JESUS DOS SANTOS	4591
33703	THEREZINHA DE JESUS DOS SANTOS E LUIZ DA ROSA	4578
33703	THEREZINHA DE JESUS DOS SANTOS E LUIZ DA ROSA	21490
32802	TIAGO BRUNO BORTOLON	27197
36380	TIAGO DE SOUZA	8216
40139	TIAGO PIRES DE MELO	11235
19893	TRAMAK TRATORES MÁQUINAS KAER LTDA	22215
19893	TRAMAK TRATORES MÁQUINAS KAER LTDA	7118
32669	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA	1288
18757	TRIESTE CONSTRUÇOES LTDA	33947
18757	TRIESTE CONSTRUÇOES LTDA	33922
18757	TRIESTE CONSTRUÇOES LTDA	33946
17909	TRIGOFLOP PARTICIPAÇÕES LTDA - ME	9261
32366	UBIRAJARA ANTONIO LAMARTINE ROSAR	10566
32366	UBIRAJARA ANTONIO LAMARTINE ROSAR	33399
35795	UNIÃO FEDERAL	2123
30780	VALDAIR DE LIMA PRUCHE	11448
4366	VALDECIR DEITOS	20879
4366	VALDECIR DEITOS	3260
6171	VALDECIR DELLA VECCHIA	4493
4702	VALDECIR JOSE SETE	3510
3217	VALDECIR JOSE SETE E GEOVANA TEREZINHA SETE	2407
15061	VALDECIR ROQUE RODRIGUES	11234
11156	VALDEMAR LIMA KATSCHI	8271
6068	VALDEMAR RIBEIRO BITTENCURT	4423
15519	VALDENIR F RODRIGUES	32468
15519	VALDENIR F RODRIGUES	11501
15447	VALDIR MIGUEL CARDOZO/SILVIA SALETE A. DOS SANTOS DE LIMA	9460
4796	VALDIR ALVES DE CANDIDO	3582
8873	VALDIR ALVES SAMPAIO	6503
6484	VALDIR BIAZUS CORTINA	4719
30961	VALDIR DA SILVA	30256
30961	VALDIR DA SILVA	4671
4044	VALDIR IGNACIO	3025
7307	VALDIR LUDWIG	5373
6352	VALDIR R MARCONDES E LADIR MARTINAZZO	4616
10125	VALDIR SCHLEMMER	7418
6241	VALDIVINO ALVES VIEIRA	28542
14272	VALDOMIRO DALLANORA	10610
15601	VALDOMIRO DE LIMA FRANCO	23498
10015	VALDOMIRO PEDRO TIRELLI	7328
18367	VALDOVINO GONCALVES LINS	22339
10006	VALERIO LISSA DAL PRA	9967
34258	VALESCA E EDIO PLINIO LAMB, ILSE LAMB, ANDRÉIA E ANGELA MEIR	3198
31528	VALMIR ALCEBIADES PESSOLI	8011

31528	VALMIR ALCEBIANES PESSOLI	8010
3443	VALMIR PAVESI	2550
3443	VALMIR PAVESI	29739
763	VALMOR ANTONIO ROMANI	582
763	VALMOR ANTONIO ROMANI	584
763	VALMOR ANTONIO ROMANI	581
763	VALMOR ANTONIO ROMANI	583
8675	VALMOR FRANCISCO BELOTTO	6377
8675	VALMOR FRANCISCO BELOTTO	8317
8675	VALMOR FRANCISCO BELOTTO	8318
4075	VANDERLEI RIBAS	3048
9467	VANIA SIBELE MEIRA	6940
33901	VANICE DORE BISSANI E JULIANO BISSANI	4556
12000	VANIR FERNANDES BRANCO	22201
12000	VANIR FERNANDES BRANCO	22202
5064	VANIZA SALETE DA CAS	3733
6283	VERA LUCIA BERTOTTI	4563
32466	VERA LUCIA CARDOZO DE AGUIAR E ARACELI CAMARA	22807
32466	VERA LUCIA CARDOZO DE AGUIAR E ARACELI CAMARA	9603
14964	VERA LUCIA RUARO	11144
34428	VERA TEREZA QUIBEN PRADI	1210
7489	VERENA TEREZA PERSCH BERTO	5503
5648	VERONICA CORREIA FREITAS	4167
15127	VICTOR CESAR SUFREDINI	11265
15127	VICTOR CESAR SUFREDINI	11267
12218	VILARIO CORBANI	9133
6133	VILMAR DUARTE DA SILVA	30318
6133	VILMAR DUARTE DA SILVA	4464
6133	VILMAR DUARTE DA SILVA	30319
33577	VILMAR GIORDANI	26334
33577	VILMAR GIORDANI	26345
33577	VILMAR GIORDANI	26344
32613	VILMAR JAIME MARTINS ALVES E MAIKON JAS-SANAN PICCOLI	26972
4125	VILMAR LIERMANN	20809
4125	VILMAR LIERMANN	3088
12176	VILMAR LUIZ BITTENCOURT	9103
2405	VILMAR MIGUEL SARTORI	1932
2405	VILMAR MIGUEL SARTORI	1952
15410	VILMAR R DA SILVA	11425
36006	VILMAR SPOLTI	28930
5420	VILMAR VIEIRA	4000
3090	VILMAR ZILIO E OUTROS	20596
12188	VILSON E JOSE ALVES FERNANDES	9113
8947	VILSON PIQUETTI	6554
8947	VILSON PIQUETTI	4665
8947	VILSON PIQUETTI	2591
8947	VILSON PIQUETTI	5031
8947	VILSON PIQUETTI	2662
8947	VILSON PIQUETTI	6830
39576	VILSON PIQUETTI E IVETE WASEN	9320
39576	VILSON PIQUETTI E IVETE WASEN	9353
39576	VILSON PIQUETTI E IVETE WASEN	9321
29728	VILSON SCHALY	3992
13594	VILSON SILVEIRA	10162
9563	VILSON VIEIRA DOS SANTOS	7012
34275	VITOR ZAGONEL	5297
28571	VITORIA TOALDO RUSSOWSKI	5975
28571	VITORIA TOALDO RUSSOWSKI	5974
28571	VITORIA TOALDO RUSSOWSKI	6009
4056	VIVALDINA GONCALVES PEREIRA	3032
14144	VIVALDINO DE CASTRO MOTA	10534

14221	VLADIMIR ELOI MARCIO	10573
30632	VOLMAR ROQUE BENETI E MARLI A. DAMASCE-NO BENETI	498
15521	VOLMIR DOS SANTOS	11503
13533	WAGNER E JULIANO DECZKA DAVID	10126
10033	WALDEMAR MARCA	9962
10033	WALDEMAR MARCA	7342
40624	WALDIR LEBKUCHEN E ADRIANA APARECIDA MARQUES	23614
11120	WALDOMIRO BELI DA COSTA	8236
11120	WALDOMIRO BELI DA COSTA	10737
11120	WALDOMIRO BELI DA COSTA	31620
34194	WALDOMIRO ERNESTO SCHMITZ	3238
13042	WALDOMIRO MENDES	9737
15452	WALDOMIRO PALHANO	11451
13005	WALDOMIRO SOARES, EZIEL SOARES, EZEQUIEL SOARES, JESIEL SOAR	9704
14339	WALMOR ROCHA	10663
13871	WALTER DE OLIVEIRA	10387
18159	WANDERLEI ANTONIO MARIN	2410
15419	WELLINGTON DE OLIVEIRA	11434
3046	WERNER SPECHT	20674
32599	WERNER WENDERER	21121
32599	WERNER WENDERER	3760
17510	WILMAR SCALCO	33057
1115	WILSON ANTONIO CECCONELLO	34185
1115	WILSON ANTONIO CECCONELLO	34196
36403	WILSON BOLDRINI	4528
10207	WILSON GARCIA DOS ANJOS	7483
19621	WILSON JAIR WITTE	711
3808	WILSON JOSE PEREIRA	2818
12258	WLADIMIR STUL	9163
105	YEDE CECILIA BADOTTI NEZELLO	95
15498	YONE PEREIRA FERNANDES	11487
5262	ZEILA CARVALHO DE MELO	3879
17966	ZELIA MOREIRA GODOY	2623
17966	ZELIA MOREIRA GODOY	3346
15501	ZELINDA CORREIA	11490
14275	ZENI APARECIDA DE ASSIS	10613
9262	ZENIRA MARIA DA SILVA	6767
37008	ZENITA S.DOS SANTOS, ARNALDO G., E LUCIA-NO G. DE ALMEIDA	2613
37008	ZENITA S.DOS SANTOS, ARNALDO G., E LUCIA-NO G. DE ALMEIDA	2614
37008	ZENITA S.DOS SANTOS, ARNALDO G., E LUCIA-NO G. DE ALMEIDA	2616
30907	ZENO LOPES DA SILVA	9543
2581	ZILMAR ANTONINHO MATTIUZ	2058

Notificação ISS FIXO

A Secretaria de Finanças notifica todos os contribuintes abaixo arrolados, bem como seus representantes legais, sucessores e responsáveis, que encontra-se em débito o ISS FIXO do exercício 2010, cujo lançamento em Dívida Ativa dar-se-á em JANEIRO de 2011.

Os dados e valores referentes aos lançamentos ficarão disponíveis, na íntegra, no Mural Público do município de Joaçaba no período de 23/12/2010 à 22/01/2011.

O Relatório abaixo com a nominata dos débitos em aberto foi emitido com base nos pagamentos efetuados até a data de 21/12/2010. Caso o débito em pendência tenha sido liquidado, envie ou apresente o comprovante de pagamento ao Setor de Tributação, para providenciarmos a devida baixa.

Joaçaba/SC, 22 de dezembro de 2010.
 IRIA FLAMIA RODRIGUES TORRICO
 Secretária de Gestão Financeira
 GILDETE POGERE CORADI
 Diretora Geral de Gestão Financeira

CÓDIGO	CONTRIBUINTE
30914	NEUSA GAGLIETTI - ME
32737	COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES B. F. LTDA
39388	ROMEU DOS ANJOS DÄUM - ME
40259	RONATH MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA TEIXEIRA
36705	ADS PRESTADORA DE SERVIÇOS DE MONTAGE LTDA ME
42346	MARINO MAZETTO RIVIERI & CIA LTDA
20932	LURDES SALETE LOLATTO & CIA LTDA - ME
18350	COMERCIAL DE BATERIAS TONINHO LTDA - ME
18833	LAURENY AULER SCHIRMER
19179	ARILDO LEMOS PEREIRA
21043	PREVEN ENGENHARIA DE INCENDIOS - PROJETOS E CONSULTORIA LTDA
21702	GAH - TRANSPORTE E COMERCIO LTDA
22152	DIGIART ATLANTIS LTDA
22664	MARLI GARCIA DA ROSA
30446	HAZA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA
35134	ANTONIO CARLOS VICENTE ME
35514	LAMARTINE MELLO ALVES JÚNIOR ME
36237	SANAFOGO - EQUIPAMENTOS DE INCENDIO E BATERIAS LTD
36356	BITTENCOURT & BITTENCOURT PRODUÇÕES LTDA ME
37115	VIRTUAL COMERCIO E SERIGRAFIA LTDA ME
36869	HENRIQUE VITOLDO DABROWSKI JUNIOR
38936	COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES SIMIANCO LTDA
40379	BC ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
40281	SAMIRA APARECIDA BATISTA GARCIA ME
40657	DESTAQUE CURSOS E EVENTOS LTDA
39952	INVESTIR TRANSPORTES LTDA
30956	ALDO FERNANDES BRANCO ME
20760	SOFTBITT INFORMATICA LTDA - ME
20066	WALDEMAR CORDAZZO
18052	WILLY POSIADLO
18809	AUTO ELETRICA BITTENCOURT LTDA - ME
19190	WALTER ANDRE SCHNEEBERGER - ME
20358	C. ALVES RIBEIRO & CIA LTDA ME.
20387	FRIZA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
20837	COMERCIO E TRANSPORTES BURNINI LTDA - ME
22431	VALMIR DA SILVA PADILHA
22508	LUIZ FERNANDO RAMOS DO PRADO
22709	MARILUZ SCHENATO DE SOUZA
36342	FABIANA AMBRÓSIO
36664	KATSCHOR COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
38857	PAULO RICARDO DA COSTA LOPES
39713	NOBLESE MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA ME
21878	KATIUSCIA FEITEN SANTOS LTDA - ME
22371	RADIO SANTA CATARINA LTDA
21173	J.D. CATTO & CIA LTDA
18437	EMPREITEIRA ELETRO OESTE LTDA
19902	ELOIR PEREIRA DUARTE
21024	LA MARCA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
21801	EMPREITEIRA ELETRO MEIO OESTE LTDA
22159	ANTONIO DIRCEU DE OLIVEIRA - ME
22552	FLAVIO DA SILVA
22565	SLINE INFORMATICA LTDA
22723	JANE SALETE GUARAGNI
24558	VILA LOBUS INFORMÁTICA LTDA ME
34439	A CASA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
36641	BIOGRAFIX TATOO E PIERCING E COMÉRCIO LTDA
36935	RAMAR COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME

37047	ONILCY ARMINDO HEBERLE
38708	G.A.A.T. EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA ME
39690	JACKSON LUIZ DE OLIVEIRA & CIA LTDA
39692	ADRIANO SANTANA RABELO ME
37365	MARCOS EMILIO SCHEUFFELE
20089	ADMIR FRANCISCO MIRANDA DA SILVA - ME
22868	MARCILIO JOAO GRONDEK - ME
20001	ADEMAR BUSSOLARO - ME
38067	C. BUFFON TRANSPORTES LTDA ME
22409	M. P. DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
18329	INDÚSTRIA METALÚRGICA UNIÃO LTDA
19893	TRAMAK TRATORES MÁQUINAS KAER LTDA
21661	PRESTADORA DE MAO-DE-OBRA FORTE LTDA
22239	PADARIA E MERCEARIA IRMAOS AB LTDA
22720	NOC-PLANO DE ASSITENCIA FAMILIAR LTDA
22841	CLAUDIMIR FERREIRA CARPINTEIRO - ME
22904	SUMNY & SUMNY REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
34918	MENTORING CONSULTORIA ESTRATÉGICA LTDA
35314	ZILIANA TALITA DOS REIS
35513	COMÉRCIO DE MÓVEIS TURQUEZA LTDA
36782	GUESSER COM. E REP DE PROD. AGROPECUARIOS LTDA
41064	EDIFICA INCORPORAÇÕES LTDA
38411	MARCELO FELSNER - ME
22153	CONFECÇÕES PARATI LTDA
32654	GIOVANA DE FÁTIMA DE OLIVEIRA
18045	LUCÃO LANCHES LTDA - ME
19968	TUIO REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
20688	DIOVAN PEREIRA DA ROSA
21667	COM. DE CEREAIS E TRANSP.SCHLINDWEIN LTDA - ME
21865	MARCIANO PIRES DE MELLO ME
21963	LAURY ANTONIO TETZLAFF
6256	JOAO DE SOUZA
34737	GNB - TRANSPORTES LTDA ME
36391	EVANDRO NOVAK - ME
36432	LUIZ CARLOS FAURI
37086	EXPRESSO E LOGISTICA K N LTDA ME
38012	PRODUTRANS GERENCIAMENTO DE FROTAS LTDA ME
39606	EDUCACIONAL GODIVA LTDA
39822	GUILHERME MULLER
40234	MARILENE ANTUNES ME
41611	J.A.Z SERVIÇOS INDÚSTRIAS LTDA ME
38866	GERUSA GARCIA
32520	EDIMAR WILLE - ME
37497	ATIVACRED LTDA ME
40247	DÍLVA DEZANET ME
19516	OFICINA MECANICA J.S.V. LTDA - ME
19671	ELETRONICA VOLPATO LTDA - ME
20022	LANCHONETE AGUA DOCE LTDA - ME
20288	MILTON JOSE SACCOL
21895	F.TRAIANO ELETRONICA LTDA - ME
22251	JOCIANE GABRIELA ANTUNES
22596	RAMATI COMERCIO,TRANSPORTE E REPRESENTACOES LTDA
22673	PRODUSYSTEM INFORMATICA LTDA
22820	JUTAY COMERCIAL LTDA
19312	EOLEDIR MACIEL
30752	ALTERNATIVA M- EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA
30925	BOMBAS INJETORAS SÃO CRISTOVÃO LTDA
32462	CIARTE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA. - ME
21236	A S V - REPRESENTAÇÕES LTDA
18791	DORVALINA GIORDANI - ME
36117	LUIZ ROBÉRIO FERNANDES DIAS
37282	TOPOESTE TOPOGRAFIA E ASSESSORIA AMBIENTAL LTDA
36866	GALILEU SISTEMA DE ENSINO LTDA ME
39548	ALEXANDRE TRAICZUK

39712	DISK VIDROS VIDRAÇARIA LTDA
40384	LUZALDO LOURENÇO DO NASCIMENTO
40911	REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS BOLDRINI LTDA
21261	AMK FLORICULTURA LTDA ME
21874	ITA TRANSPORTES DE CARGAS LTDA - ME
36806	GILMAR ANTONIO DA SILVA RIBEIRO ME
21602	EMPREITEIRA DE MAO-DE-OBRA E PAVIMENTACAO VILSON DA ROSA
42278	BABILONIA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
22099	GARCIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME
20842	MARCOS VIEIRA DA SILVA - ME
18238	OSMAR ERTEL
18435	GERMANO PASTORI
19009	ERNESTO LAND
19402	FABRICA DE CARROCEIRAS FORT LTDA
20802	LUCIA SCHMIDT - ME
21300	MOLIN COMERCIO E DISTR.DE JORNAIS E REVISTAS LTDA
21412	88X\VS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA ME
21699	JACIR PINTURAS LTDA
22093	PREFIX PRESTADORA DE SERVICOS LTDA
22341	MERCANTIL COUROS LTDA
22669	MOVIVA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME
22894	FUTURA - MAQUINAS AGRICOLAS LTDA
32740	ILSON GIOVALDO FARIAS
34009	METALÚRGICA WAJO LTDA ME
34604	JORCI MOREIRA LEITE ME
35501	WERJEN CORRETORA DE SEGUROS DE VIDA LTDA ME
35867	ELOS REFRIGERAÇÃO LTDA
36708	SIMONE MEIER
37105	G3 GESTÃO AMBIENTAL LTDA
36812	TONIAL JUNGES REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
38867	J. DE ALMEIDA IMÓVEIS ME
40035	AGUIAR ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM CALDEIRAS LTDA
40260	EDUARDA ROCHA DOS SANTOS ME
18879	DENBINSKI ARTEFATOS DE FERRO E ALUMINIO LTDA - ME
41622	GRASIELLI VARNIER MONTIBELLER
21784	FABRICIO DA SILVA COELHO & CIA LTDA - FUN. SANTA CATARINA
42310	WEDER MARQUES DE SOUZA
40745	JORGELI RIBEIRO DA ROSA
21531	COMÉRCIO E TRANSPORTES ZÍLIO LTDA ME
20145	ONLYSOFT SISTEMAS DE COMPUTACAO LTDA
22578	TRANSGRONDEK TRANSPORTES LTDA
19282	TRANSPORTES E COMERCIO POSSENTI LTDA
19912	GASOXI OXIGENIOS LTDA - ME
20338	MARCOS WEISS
22071	MARCIO DA ROSA
22174	MARILUZ APARECIDA DA COSTA VARELA - ME
22506	HEBERLE TRANSPORTES LTDA ME
22661	T.D.C. ALIMENTOS LTDA - ME
22823	LISELEI HADLICH
22833	OLDEMAR AUGSTEN
30627	MARCOS ANTONIO FERRI & CIA LTDA
32236	ZANCO REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
34970	JUAN VICTOR MODA HOMEM LTDA EPP
35512	LANSAT LOCADORA DE MÃO-DE-OBRA LTDA ME
35845	ARTUR KVIECZINSKI
36545	BAR E LANCHONETE GR ZACCARON LTDA ME
36465	IRMÃOS SACCHETTI LTDA ME
37943	DANIELA LUCIA CAZELLA ZANELLA ME
38445	MIQUÉIAS PADILHA - ME
38427	MAURO ANTONIO DADALT
39546	DUANO ATACADISTA DE MERCADORIAS EM GERAL LTDA ME

19334	ADENIR DA SILVA
21290	ADILSON VANIN
19169	ROESLER & CIA LTDA
42473	BBB - BRANCHER, BRAGAGNOLO BORDIN COM. DE AUTOMÓ-VEIS LTDA
19183	REFRIGERACAO JOACABA LTDA - ME
20167	HELVESIO MARTENDAL - ME
17749	ALICRIDE BLEICHOVEL
21035	ARNALDO CEOLIN PANERAI
21156	JAIR DE ALMEIDA
21429	DIPER INDUSTRIA METALPLASTICA LTDA
21481	HIDROGAS INSTALADORA LTDA ME
21804	MALOCA LTDA - ME
22055	COMERCIAL ODONTOMÉDICA LTDA - ME
22725	TRANSPORTES J. BORTOLLI LTDA - ME
30062	EINIR OSVALDO DA COSTA
33291	TEREZINHA APARECIDA DE MATOS - PEDRA ME
35313	ERIVELTON ALVES GONÇALVES
35734	RAMOS E LISOT LTDA ME
20113	R.V. DA SILVA & CIA.LTDA
38259	GUETZ SAÚDE - CLÍNICA MÉDICA LTDA
38263	DENTAL CATARINENSE LTDA
40160	JOSE IRAI DOS SANTOS ME
37559	A. KVIECZINSKI PRESTADORA DE SERVIÇOS
17777	BRASIL TELECOM S/A
34992	FABIANA KLEIN DE MORAES ME
40413	GEWEHR E COSTA LTDA ME
41849	WALDIVINO TERCENIO DA SILVA ME
22852	CLEVER INDUSTRIA ELETROENICA LTDA
38333	E.CARON MACAGNAN E CIA LTDA ME
40098	EDILAR IVO BIZZON ME
20890	MARVAL CHAPEACAO E PINTURA LTDA - ME
20509	CIME ARTE - ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
37709	SUSANI C D PICCININI ME
17830	ARMANDO LEVINSKI
18076	ADEMAR AUGUSTO JAPAO BELOTTO
18493	URBANIZADORA EGITO LTDA
18831	VICTTUR TRANSPORTES RODOVIÁRIO LTDA - EPP
20055	RICARDO AUGUSTO CORDEIRO DE MIRANDA
20831	FROTAN TRANSPORTES LTDA
21039	LUCIEN RIBAS DA COSTA
21726	SUELI ALVES FERREIRA - ME
22183	M. R. SOUZA E CIA LTDA
22809	ALTERNATIVA M - ESTRATEGIAS EM COMUNICACAO LTDA
32556	EMERSON DILDA
33334	VINÍCIUS BORTOLI ME
34645	BELAS ARTES FLORICULTURA E AJARDINAMENTO LTDA ME
35707	LOCAR LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA ME
38405	SURDI REVENDA DE VEÍCULOS E MOTOS LTDA
39353	CARLOS JOSÉ HEIMFARTH
39842	PAMATSU COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME
40655	GISLAINE MALTEZ COSTA
38336	GP ANDRIONI FILHO ME
41651	ROSANI TEREZINHA MENEGAT
38570	EMPÓRIO FREYA LTDA ME
30771	ENILÇO CRISPIN CORRÊA
41862	DEISE CAROLINE DOS SANTOS - ME
20641	REFRIGERACAO SCHMAUTZ LTDA - ME
18011	WALTER ANDRE SCHNEEBERGER
22677	Z.T. COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA ME
18902	EXPRESSO MERCÚRIO S/A
35347	LAURECI TERESINHA BASQUERA DEITOS
20321	ESPÓLIO DE DIAMANTINO VILMO CARLETTO
21355	METACO IND.E CO.E REPRESENTACOES LTDA

Notificação Serviços Agrícolas

A Secretaria de Finanças notifica todos os contribuintes abaixo arrolados, bem como seus representantes legais, sucessores e responsáveis, que encontra-se em débito o SERVIÇOS AGRÍCOLAS do exercício 2010, cujo lançamento em Dívida Ativa dar-se-á em JANEIRO de 2011.

Os dados e valores referentes aos lançamentos ficarão disponíveis, na íntegra, no Mural Público do município de Joaçaba no período de 22/12/2010 à 22/01/2011.

O Relatório abaixo com a nominata dos débitos em aberto foi emitido com base nos pagamentos efetuados até a data de 21/12/2010. Caso o débito em pendência tenha sido liquidado, envie ou apresente o comprovante de pagamento ao Setor de Tributação, para providenciarmos a devida baixa.

Joaçaba/SC, 22 de dezembro de 2010.

IRIA FLAMIA RODRIGUES TORRICO

Secretária de Gestão Financeira

GILDETE POGERE CORADI

Diretora Geral de Gestão Financeira

Código	Contribuinte
31631	ADAO GENTIL DA SILVA
34976	AIRTON LUIZ FAVRETTO
17473	ANGELO BORSOI
30479	ANTONIO CARREL
35725	ANTONIO RIBEIRO DA SILVA
27130	ARILDO MARQUEZINI
24226	ARNILDO WINTER
35724	CLAUDINEI DACAS
36621	CONSTANTINO BATISTA DOS SANTOS
34268	DAVI PEDRO DCAZ
24368	DELIRIO NARDI
24255	DERCIO LUIZ BERNARDI
35609	GABRIEL MENEGHINI
27717	GILBERTO BRIDI
35686	HENRIQUE RICARDO SAGGIN
41307	ILEOMAR LUIS REINA
11921	IVAN CARLOS BENEDETTI
34098	JORGE NUNES DA SILVA
33988	LEUCIR ANTONIO BERNARDI
24389	LINO BULGARELLI
34094	MAICO ANGELO BASSO
37992	MARCIO BRIDI
36149	MARIA ELISA CAVALLI
36653	MARINES RITA ABATTI
24694	NELCIR BASSO
32871	NILSON BALDISSERA
17516	ORESTES TRINDADE DOS SANTOS
29851	OSCAR DAVI BALBINOTE
41293	TERESINHA OLIVO
33322	VICENTE MARINELLO
26603	WALDOMIRO BASSO
37742	ZEFERINO SAVARIS

Notificação Taxas de Embarque

A Secretaria de Finanças notifica todos os contribuintes abaixo arrolados, bem como seus representantes legais, sucessores e responsáveis, que se encontra em débito as TAXAS DE EMBARQUE do exercício 2010, cujo lançamento em Dívida Ativa dar-se-á em JANEIRO de 2011.

Os dados e valores referentes aos lançamentos ficarão disponíveis, na íntegra, no Mural Público do município de Joaçaba no

período de 23/12/2010 à 22/01/2011.

O Relatório abaixo com a nominata dos débitos em aberto foi emitido com base nos pagamentos efetuados até a data de 21/12/2010. Caso o débito em pendência tenha sido liquidado, envie ou apresente o comprovante de pagamento ao Setor de Tributação, para providenciarmos a devida baixa.

Joaçaba/SC, 22 de dezembro de 2010.

Iria Flâmia Rodrigues Torrico Gildete Pogere Coradi

Secretária de Gestão Financeira Diretora Geral de Gestão Financeira

CÓDIGO	CONTRIBUINTE
20780	EUCATUR EMP.UNIAO CASCAVEL DE TRANSPORTE E TURISMO
18049	REUNIDAS S/A - TRANSPORTES COLETIVOS
18049	REUNIDAS S/A - TRANSPORTES COLETIVOS
27009	REUNIDAS S/A - TRANSPORTES COLETIVOS
27009	REUNIDAS S/A - TRANSPORTES COLETIVOS

Pauta da Sessão Nº 44/2010

PAUTA DA SESSÃO Nº 44/2010

O CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTE, nomeado pelo Decreto nº 3.567 de 16 de abril de 2010, torna público que de acordo com o artigo 10 de seu Regimento Interno, realizará Sessão Ordinária no dia 10 de janeiro de 2011, segunda-feira, com início às 08h30min, nas dependências da Sala de Reuniões anexa ao Gabinete do Prefeito, na Prefeitura de Joaçaba (SC), a fim de deliberar dos seguintes assuntos:

1. Leitura, discussão e aprovação da Ata nº 60 de 06 de dezembro de 2010.
2. Leitura, discussão e votação do Processo nº116.936 em nome de SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SIMAE, conforme relatório do Conselheiro ROBERTO MINATTI.
3. Encerramento da Sessão e convocação da seguinte.

Joaçaba(SC), em 23 de dezembro de 2010.

GRACIELA GLASENAPP

Secretária do CMC

Resolução Nº: 006/CMAS-JBA/10

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CMAS - JOAÇABA/SC

Lei Municipal nº 2.340/96

Av. XV de Novembro, 378 Centro - Joaçaba - SC

Resolução Nº: 006/CMAS-JBA/10

Define os critérios de repasse do Piso de Transição de Média Complexidade para entidades prestadoras de serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade para Pessoas com Deficiência do município de Joaçaba/SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, pela Lei 2.340, de 22 de março de 1996 e de acordo com a deliberação da Reunião Extraordinária do Conselho, realizada em 21 de dezembro de 2010:

CONSIDERANDO:

A Resolução 109 de 11 de novembro de 2009 - CNAS que prevê a oferta, do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com deficiência, Idosas e suas Famílias.

A Lei Municipal 4.035 de 25 de Outubro de 2010, que autoriza o repasse de recursos financeiros à entidades de assistência social que realizam serviços de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, conveniadas com o Município e inscritas no CMAS.

O valor mensal repassado pelo FNAS para o Piso de Transição de Média Complexidade é R\$ 6.035,34.

RESOLVE:

Art. 1º - Que os recursos repassados pelo FNAS serão divididos pelo número de usuários do município inscritos nas entidades prestadoras dos serviços em janeiro do ano em exercício.

Art. 2º - O recurso estará vinculado à apresentação do Plano de Ação, que será desenvolvido em consonância com a Resolução 109/2009 - Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

Art. 3º - As entidades deverão apresentar o Plano de Ação, bem como a lista dos usuários inscritos onde constará nome, filiação, endereço e telefone até o dia 10 de janeiro no ano em curso.

Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Registre-se, publique-se.

Joaçaba (SC), 21 de dezembro de 2010.

MARISTELA ROSA ABATTI SCHÜLER

Presidente CMAS-Joaçaba

IMPRES**ImpressBalancete Financeiro novembro****SANTA CATARINA****INST. DE PREV. DOS SERV.PUB. DO MUNIC. DE JOACABA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Novembro/2010

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	474.750,12	Despesa Orçamentária	177.260,51
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	98.357,36	Despesas exceto Intra-orçamentárias	177.260,51
RECEITA PATRIMONIAL	137.359,95	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.997,51
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.773,96	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	174.263,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAME	234.258,85		
Receita Extra - Orçamentária	218.980,86	Despesa Extra - Orçamentária	210.937,41
DEPOSITOS	33.178,61	DEPOSITOS	32.581,60
CONSIGNACOES	33.178,61	CONSIGNACOES	32.581,60
PENSAO ALIMENTICIA	1.202,71	PENSAO ALIMENTICIA	1.202,71
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	6.409,65	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	6.409,65
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA M	9.421,58	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA	9.421,58
EMPRESTIMOS	12.950,21	EMPRESTIMOS	12.353,20
OUTROS CONSIGNATARIOS	3.194,46	OUTROS CONSIGNATARIOS	3.194,46
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	177.260,51	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	178.355,81
OBRIGACOES A PAGAR	177.260,51	OBRIGACOES A PAGAR	178.355,81
FORNECEDORES	2.537,16	FORNECEDORES	2.537,16
PESSOAL A PAGAR	2.997,51	PESSOAL A PAGAR	2.997,51
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	2.404,92	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	3.500,22
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	169.320,92	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	169.320,92
INTERFERENCIAS ATIVAS	8.541,74		
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	8.541,74		
REPASSES PREVIDENCIARIOS RECEBIDOS F	8.541,74		
Saldos anteriores	19.037.397,30	Saldos atuais	19.342.930,36
Aplicações do RPPS	19.030.968,53	Aplicações do RPPS	19.337.359,46
BANCO C/ MOVIMENTO	6.428,77	BANCO C/ MOVIMENTO	5.570,90
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	19.731.128,28	Total	19.731.128,28

JOACABA, 13/12/2010

ELISABET M. Z. SARTORI
DIRETORA PRESIDENTE

MARCIO ROBERTO PICCOLI
CONTADOR CRCSC 025688/O

SIMAE**Homologação pregão 0052/2010****ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

CNPJ: 84.591.890/0001-43
Rua Tiradentes, 123
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 52/2010 - PR**

Processo Administrativo: 64/2010
Processo de Licitação: 64/2010
Data do Processo: 07/12/2010

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretora, Elisabet Maria Zanela Sartori, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 64/2010
- b) Licitação Nr.: 52/2010-PR
- c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d) Data Homologação: 23/12/2010
- e) Data da Adjudicação: 23/12/2010 Sequência: 0
- f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA E COZINHA, PARA REPOSIÇÃO DE ESTOQUE DO SIMAE.

	(em Reais R\$)		
g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Desccto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 006964 - COPAPEL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PAPEL	4	0,0000	2.863,40
- 006453 - PRONER SUPERMERCADOS LTDA	16	0,0000	3.426,85
	20		6.290,25

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.060.3.3.90.00.00.00.00 (4) Saldo: 8.525,42

Joaçaba, 23 de Dezembro de 2010.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Lages

PREFEITURA MUNICIPAL

Contrato Administrativo Nº 305/2010

Contrato de Programa celebrado entre o Município de Lages, inscrito no CNPJ nº. 82.777.301/0001-90 e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), inscrito no CNPJ nº 09.427.503/0001-12.

Constitui objeto do presente contrato de programa a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Lages no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

Contrato Administrativo Nº 306/2010

Contrato de Rateio celebrado entre o Município de Lages, inscrito no CNPJ nº 82.777.301/0001-90 e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), inscrito no CNPJ nº 09.427.503/0001-12, para o exercício de 2010.

Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Lages ao CIGA para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa n.º 305/2010.

Luzerna

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 1298

DECRETO Nº 1298 de 17 de dezembro de 2010.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18 da Lei nº 877 de 08 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art.1º- Ficam anuladas parcialmente ou totalmente nas Atividades abaixo discriminadas, as Modalidades de Aplicação das despesas:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
ASSESSORIA JURÍDICA

Atividade - 04.0401.04.122.0004.2004 - Manutenção da Assessoria Jurídica
Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 811,00

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 08.0801.12.361.0031.2030 - Manutenção do Ensino Fundamental

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 19 - Transferência do FUNDEB (Aplicação em outras despesas da Educação Básica) R\$ 10.700,00

Atividade - 08.0801.12.361.0031.2031 - Manutenção do Transporte Escolar

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 2.200,00

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade - 11.1101.26.782.0067.2060 - Manutenção e Conservação das Estradas Vicinais

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 1.500,00

TOTAL ANULADO R\$ 15.211,00

Art.2º- Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementadas as Modalidades de Aplicação das despesas atribuídas às respectivas Atividades:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
ASSESSORIA JURÍDICA

Atividade - 04.0401.04.122.0004.2004 - Manutenção da Assessoria Jurídica

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 811,00

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 08.0801.12.361.0031.2030 - Manutenção do Ensino Fundamental

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 18 - Transferência do FUNDEB (Aplicação na Remuneração dos Profissionais do Magistério - Educação Básica) R\$ 10.700,00

Atividade - 08.0801.12.361.0031.2031 - Manutenção do Transporte Escolar

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 2.200,00

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade - 11.1101.26.782.0067.2060 - Manutenção e Conservação das Estradas Vicinais

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 1.500,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 15.211,00

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 17 de dezembro de 2010.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Decreto 1299

DECRETO Nº 1299 de 17 de dezembro de 2010.

"ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2010".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.19, da Lei nº 877 de 08 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 28.660,00 (vinte e oito mil, seiscentos e sessenta reais) à conta do superávit financeiro do exercício de 2009, apurado na Fonte 00 - Recursos Ordinários, criando a Fonte de Recursos e Valor no Orçamento do Município para 2010, atribuído às Atividades e encargos especiais:

UNIDADE GESTORA - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Atividade - 06.0601.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento de Administração

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 2.310,00

Encargos Especiais - 06.0601.28.845.0000.0014 - Pagamento de Contribuição ao PASEP

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Outras Despesas Correntes

Fonte 0.3.00 - Recursos Ordinários R\$ 3.000,00

Atividade - 06.0602.04.123.0013.2015 - Manutenção do Departamento de Fazenda

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 8.350,00

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Departamento de Educação - Setor de Ensino

Atividade - 08.0801.12.361.0031.2030 - Manutenção do Ensino Fundamental

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Outras Despesas Correntes

Fonte 0.3.00 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade - 11.1101.15.452.0061.2052 - Manutenção da Limpeza Urbana

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 28.660,00

Art.2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2009.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 17 de dezembro de 2010.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Decreto 1302

DECRETO Nº 1302 de 17 de dezembro de 2010.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18 da Lei nº 877 de 08 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art.1º- Fica anulada parcialmente, na Atividade abaixo discriminada, a Modalidade de Aplicação da despesa:

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade - 13.1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Categoria Econômica - 3.3.71.00.00 - Aplicações Diretas - Transferências a Consórcios Públicos

Fonte 02 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde R\$ 7.845,08

TOTAL ANULADO R\$ 7.845,08

Art. 2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementada a Modalidade de Aplicação da despesa atribuída à respectiva Atividade abaixo discriminada:

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade - 13.1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 02 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde R\$ 7.845,08

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 7.845,08

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 17 de dezembro de 2010.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Decreto 1304

DECRETO Nº 1304 de 17 de dezembro de 2010.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR EM FAVOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA"

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o inciso I, do art.19 da Lei nº 877, de 08 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECAÇÃO apurado até 17 de dezembro de 2010, na Fonte 24 - Transferência de Convênios Outros (não relacionados à educação/saúde), Destinação dos Recursos - 000055 - Transferência de Convênios do Estado, originário do recebimento da quarta e quinta parcelas do Termo de Convênio nº 7094/2010-7, Processo SR07 197/10-6, celebrado entre o Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Joaçaba e o Município de Luzerna, na forma do disposto no inciso II, do artigo 43 da Lei nº 4.320/64, atribuído a seguinte classificação orçamentária:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DA SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

Projeto - 07.0701.08.244.0025.1023 - Construção e Equipamentos do Centro de Multiuso

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 24 - Transferência de Convênios Outros (não relacionados a educação/saúde) R\$ 100.000,00

Detalhamento dos Recursos - 000055 - Transferência de Convênios do Estado

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 100.000,00

Art.2º - É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 17 de dezembro de 2010.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Decreto 1305

DECRETO Nº 1305 de 17 de dezembro de 2010.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2010".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das

atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.19, da Lei nº 877 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais) à conta do superávit financeiro do exercício de 2009, apurado na Fonte 00 - Recursos Ordinários, criando a Modalidade de Aplicação e Valor no Orçamento do Fundo de Saúde para 2010, atribuído à Atividade:

UNIDADE GESTORA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade - 13.1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte de Recursos - 0.3.00 - Recursos Ordinários R\$ 6.300,00

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2009.

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 17 de dezembro de 2010.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Decreto 1306

DECRETO Nº 1306 de 17 de dezembro de 2011.

"EDITA O CALENDÁRIO DOS FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS PARA O ANO DE 2011 PARA AS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE LUZERNA(SC)"

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art.1º- Fica editado o CALENDÁRIO DE FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS DE 2011, para as repartições públicas municipais de Luzerna(SC):

I - 01 de janeiro, sábado, confraternização universal (Feriado Nacional)

I - 07 e 08 de março, segunda e terça-feira de Carnaval (Ponto Facultativo);

II - 09 de março, quarta-feira de Cinzas (Ponto Facultativo período da manhã);

III - 21 de abril, quinta-feira, Tiradentes (Feriado Nacional);

IV - 22 de abril, sexta-feira, Sexta-Feira Santa (Feriado Nacional);

V - 01 de maio, domingo (Feriado Nacional);

VI - 23 de junho, quinta-feira, Corpus Christi (Ponto Facultativo);

VII - 24 de junho, sexta-feira, após Corpus Christi (Ponto Facultativo);

VIII - 25 de agosto, quinta-feira, Emancipação Político-Administrativa (Feriado Municipal), transferido para dia 29 de agosto, segunda-feira, conforme Lei nº 852 de 11 de agosto de 2009;

IX - 7 de setembro, quarta-feira, Independência do Brasil (Feriado Nacional);

X - 12 de outubro, quarta-feira, Nossa Senhora Aparecida (Feriado Nacional);

XI - 28 de outubro, sexta-feira, dia do funcionário público (Ponto Facultativo);

XII - 2 de novembro, quarta-feira, Finados (Feriado Nacional);

XIII - 15 de novembro, terça-feira, Proclamação da República (Feriado Nacional);

XIV - 24 de dezembro, sábado, Véspera de Natal (Ponto Facultativo);

XV - 25 de dezembro, domingo, Natal (Feriado Nacional);

XVI - 31 de dezembro, sábado, Véspera de Ano Novo (Ponto Facultativo).

Art.2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 17 de dezembro de 2010.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato pml.056.10

[EXTRATO DE CONTRATO

PML 2010

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.056.10

MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 0025/2010

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADO: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA

OBJETO: prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pela Unidade Gestora Central - Prefeitura Municipal de Luzerna e seus Fundos Especiais no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

VALOR: R\$ 224,00 mensais, totalizando o valor de R\$ 2.688,00.

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2011.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Atividade - 06.0601.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento de Administração

Reduzido; 016

Elemento - 3.1.71.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil

Fonte 00 - Recursos Ordinários

Reduzido: 018

Elemento - 3.3.71.00.00 - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários

Elemento - 4.4.71.00.00 - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários

Luzerna(SC), 21 de dezembro de 2010.

NORIVAL FIORIN

Prefeito de Luzerna

CONTRATANTE

ANTONINHO TIBÚRCIO GONÇALVES

Prefeito de Monte Carlo

Presidente do CIGA

Massaranduba

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar Nº 037/2010

LEI COMPLEMENTAR Nº 037/2010

Dispõe sobre o plano de carreira, cargos e salários dos profissionais do magistério público municipal e dá outras providências.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1 Fica instituído o Plano de Carreira, Cargos e Salários do Magistério Público Municipal de Massaranduba, classificados na forma desta Lei.

Art. 2 Integram este plano de carreira do magistério público municipal os profissionais que exercem atividades de docência e os que oferecem suporte pedagógico direto a tais atividades, incluídas as de direção e os especialistas em assuntos educacionais.

Art. 3 O regime jurídico único do pessoal do magistério público municipal será o estatutário.

CAPÍTULO II DOS CONCEITOS

Art. 4 Para efeito da aplicação desta lei, considera-se:

I. PLANO DE CARREIRA: conjunto de diretrizes e normas que estabelecem a estrutura e os procedimentos de cargos, remuneração e desenvolvimento dos profissionais do magistério.

II. CARREIRA: o desenvolvimento funcional do servidor por meio de promoções horizontal e vertical.

III. CARGO: conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometidas ao profissional do magistério, previstas no Plano de Carreira, Cargos e Salários, de acordo com a área de atuação e formação profissional.

IV. CATEGORIA FUNCIONAL: conjunto de cargos reunidos em segmentos distintos, de acordo com a área de atuação e habilitação profissional.

V. PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO: conjunto de professores e especialistas em assuntos educacionais, ocupantes de cargos e funções do quadro do magistério.

VI. PROFESSOR: membro do magistério que exerce atividades docentes.

VII. VENCIMENTO: retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.

VIII. REMUNERAÇÃO: vencimento do cargo de carreira, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas em lei.

IX. GRUPO OCUPACIONAL: conjunto de cargos reunidos segundo formação, qualificação, atribuições, grau de complexidade e responsabilidade.

X. NÍVEL: graduação vertical ascendente, não automática, com acesso regulamentado na forma da legislação vigente. Os níveis correspondem as titulações e habilitações dos profissionais da educação, independente do nível de atuação.

XI. REFERÊNCIA: graduação horizontal ascendente, existente em cada nível. Corresponde ao desempenho e a formação continuada do servidor.

XII. PROGRESSO FUNCIONAL: deslocamento do servidor nos níveis e referências contidas no seu cargo.

XIII. ENQUADRAMENTO: atribuição de novo cargo, grupo, nível e referência ao servidor, levando-se em consideração o cargo atualmente ocupado.

XIV. QUADRO DE PESSOAL: conjunto de cargos de provimento efetivo e comissionado dos profissionais do magistério.

XV. HORA-AULA: tempo reservado à regência de classe, com a participação efetiva do aluno, realizado em sala de aula ou de outros locais adequados ao processo de ensino e de aprendizagem.

XVI. HORA-ATIVIDADE: tempo reservado ao professor em exercício de docência para estudos, avaliação, planejamento, recebimento de orientação pedagógica e atendimento aos pais.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA DO PLANO DE CARREIRA

Art. 5 Este plano de carreira será constituído de:

Quadro de pessoal dos profissionais do magistério
Ingresso

III. Enquadramento

IV. Da tabela de unidades de vencimentos

V. Progressão funcional

VI. Da valorização dos profissionais em educação

SEÇÃO I

DA COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

Art. 6 O quadro de pessoal dos profissionais do magistério público municipal, compõe-se dos seguintes cargos:

Professor - docente

II. Especialista em Assuntos Educacionais - Orientador Pedagógico ou Psicopedagogo.

§ 1º O cargo de professor é o que desenvolve as atividades de docência, nos diferentes níveis:

I. Professor – Nível I - habilitação 2º Grau/Magistério

II. Professor – Nível II - habilitação em Licenciatura Plena

III. Professor – Nível III - Curso de Especialização na área específica

IV. Professor – Nível IV - Curso de Mestrado na área da educação

V. Professor – Nível V - Curso de Doutorado na área da educação

§ 2º O cargo de Especialista em Assuntos Educacionais é o que desenvolve as atividades de nível superior, que exercem as funções de orientador pedagógico e psicopedagogo nos diferentes níveis:

I - Especialista em Assuntos Educacionais – Nível II - habilitação em Licenciatura Plena

II - Especialista em Assuntos Educacionais – Nível III - Curso de Especialização na área específica

III - Especialista em Assuntos Educacionais – Nível IV - Curso de Mestrado na área da educação

IV - Especialista em Assuntos Educacionais – Nível V - Curso de Doutorado na área da educação.

Art. 7 Os cargos permanentes que compõem os grupos distribuem-se pelas categorias funcionais, amplitudes de referências e níveis de vencimentos conforme tabela a seguir:

Grupo	Categoria Funcional Nível de Referência	Amplitude de Referência
I	Professor – Docentes Níveis I, II, III, IV, V	A a S
II	Especialistas em Assuntos educacionais Níveis II, III, IV, V	A a S

Art. 8 Os cargos de provimento efetivo de Professor e de Especialistas têm as respectivas atribuições e habilitações profissionais estabelecidas na forma constante do Anexo I, parte integrante desta Lei.

Art. 9º Os cargos em comissão do quadro pessoal do Magistério, regidos pelo critério de confiança, a que sejam inerentes atividades de planejamento, controle e direção, são de livre nomeação e exoneração do chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único – A função de Diretor de Escola será exercida por servidor efetivo no sistema municipal de ensino, com escolarização mínima de licenciatura.

SEÇÃO II DO INGRESSO

Art.10 A investidura na Carreira do Magistério, far-se-á mediante aprovação prévia em Concurso Público de provas e títulos.

Parágrafo único - Comprovada a existência de vagas nas escolas e a indisponibilidade de candidatos aprovados em concurso anterior, a Secretaria Municipal de Educação realizará Concurso Público de provas e títulos, para preenchimento das mesmas.

Art. 11 A nomeação do servidor ocorrerá na referência inicial do nível estabelecido para o cargo, de acordo com a sua habilitação, atendendo os requisitos previstos nesta Lei.

Art. 12 O estágio probatório é o período de 03 (três) anos de efetivo exercício, a contar da data do seu início, durante o qual o profissional é avaliado para atingir a estabilidade do cargo para o qual foi nomeado.

§ 1 - O estágio probatório, tempo de exercício profissional a ser avaliado em um período determinado de três anos, ocorrerá entre a posse e a investidura permanente na função.

§ 2º - Durante o estágio probatório aos profissionais serão proporcionados meios para sua integração e desenvolvimento de suas potencialidades em relação ao interesse público.

§ 3º - Cabe à Secretaria Municipal de Educação garantir os meios necessários para acompanhamento e avaliação para o desempenho dos profissionais em estágio probatório.

§ 4º - Em caso de reprovação na avaliação, o profissional será exonerado, mediante processo administrativo, com garantia de contraditório e ampla defesa.

§ 5º - A avaliação do Estágio Probatório seguirá o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Massaranduba, Lei Complementar Nº 012/2005.

SEÇÃO III DO ENQUADRAMENTO

Art. 13 Os profissionais da educação, de provimento efetivo, que detenham habilitação nos termos desta Lei serão enquadrados por ato do chefe do Poder Executivo, nos respectivos cargos, em nível e referência, constantes no Anexo II e III, com vencimento igual ou em referência imediatamente superior ao vencimento atual.

§ 2 O professor que não possuir habilitação necessária para adaptar-se aos critérios desta Lei permanecerá em quadro isolado, com denominação de Professor Leigo, extinto quando vagar, sem direito à Progressão Funcional, assegurado o direito, se buscar até o final do ano de 2014 a habilitação exigida por esta Lei.

SEÇÃO IV DA TABELA DE UNIDADES DE VENCIMENTOS

Art. 14 A tabela de unidade de vencimentos será composta por níveis verticais e referências horizontais por nível.

§ 1 A tabela de remuneração obedecerá a um crescimento linear na progressão horizontal, por referência e na progressão vertical de um nível para outro.

§ 2 Quando da progressão vertical, o servidor será enquadrado na referência de igual valor monetário ou imediatamente superior da qual se encontrava, no nível anterior.

Art. 15 A tabela de vencimentos, dos profissionais em educação,

tem como referência a carga horária de 40 horas semanais e encontra-se definida no Anexo III.

Subseção I DAS GRATIFICAÇÕES

Art. 16 Ao profissional em educação, designado para exercer a função de Diretor de Escola, será concedida uma gratificação calculada com base no vencimento: Nível II – Referência A, para função de 40 (quarenta) horas semanais, conforme tabela do anexo IV.

Subseção II LICENÇA PRÊMIO

Art. 17 Após cada quinquênio de serviço público municipal, o membro do magistério ocupante de cargo de provimento efetivo fará jus a uma licença com remuneração, como prêmio, pelo período de 1(um) mês.

Art. 18 Interrompe-se a contagem do quinquênio, se o funcionário sofrer, neste período, pena de suspensão ou faltar ao serviço, sem justificativa.

§ 1º A contagem será suspensa pelo prazo de licença não remunerada ou pelo período que exceder a 60 (sessenta) dias no quinquênio, no caso de licenças para tratamento de saúde, por motivo de doença em pessoa da família, para o serviço militar obrigatório, por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro, concorrer a cargo eletivo e desempenho de cargo eletivo.

§ 2º Excetuam-se do parágrafo anterior as licenças para maternidade e paternidade.

Art. 19 A licença-prêmio será gozada em período integral, porém atentando aos seguintes critérios:

§ 1º Deverão usufruir a licença no semestre letivo, no mínimo 10% dos funcionários da Instituição Escolar.

§ 2º Em caso de interessados com licença adquirida, acima do percentual estabelecido, será concedida a licença, primeiramente, ao funcionário com mais tempo de serviço efetivo no município.

§ 3º O período concessivo da licença será o período aquisitivo para o direito a próxima licença.

§ 4º O servidor que pedir exoneração do cargo com licença vencida receberá a indenização no momento da rescisão.

§ 5º Será considerado para fins de contagem do quinquênio desta licença o ano de 2011.

Subseção III TRIÊNIO

Art. 20 A cada três anos de serviço, o servidor efetivo terá direito a um triênio de 3% sobre o vencimento.

Parágrafo Único – A contagem do tempo para fins de triênio retroagirá aos servidores já concursados, na data da publicação desta Lei, em no máximo 03 (três) anos contados da sua última promoção por antiguidade estabelecida pela Lei Municipal Nº491/93

SEÇÃO V DA PROGRESSÃO FUNCIONAL

Art. 21 A progressão funcional ocorrerá de forma articulada e concomitante, após o cumprimento do estágio probatório nas áreas

de atuação contidas no seu cargo, de acordo com sua habilitação, da seguinte forma:

- I. Pela progressão por desempenho e cursos de aperfeiçoamento.
- II. Por nova titulação ou habilitação.

Parágrafo Único: A progressão por desempenho ocorrerá em concordância com a progressão por curso de formação continuada, ocorrendo a cada 03(três) anos, sendo a primeira , após o estágio probatório.

Subseção I
DA AVALIAÇÃO PARA O DESEMPENHO
E PROGRESSÃO POR FORMAÇÃO CONTINUADA

Art. 22 A avaliação para o desempenho será cumulativa e realizada anualmente, através de preenchimento de formulário específico, conforme anexo V.

§ 1º O período avaliatório anual terá como data base a data de publicação desta Lei para os profissionais do magistério efetivos ou em estágio probatório.

§ 2º Para os profissionais do magistério que se efetivarem após a data de publicação desta lei, será considerado como período avaliatório, a data base de efetivação.

§ 3º A avaliação anual será realizada na Unidade Escolar por uma comissão composta de um Diretor, um professor concursado eleito pelo corpo docente e um orientador pedagógico, quando houver.

§ 4º Nas escolas que não possuem número suficiente de profissionais para comporem a Comissão da Unidade Escolar, a avaliação para o Desempenho do profissional será realizada pela Comissão de Gestão do Plano de Carreira.

§ 5º O profissional será avaliado em cada Unidade Escolar pelo período que exercer suas funções. A Comissão de Gestão do Plano de Carreira fará a média anual da avaliação.

§ 6º A comissão de avaliação da Unidade Escolar terá mandato de 3 (três)anos, podendo os membros serem reconduzidos por igual período e/ou substituídos em caso de afastamento da função ou da Unidade Escolar.

§ 7º O servidor avaliado não poderá fazer parte da comissão de sua avaliação, sendo designado neste caso, outro membro para avaliá-lo.

§ 8º A avaliação para o desempenho do Diretor e Orientador Pedagógico será realizada anualmente pela Comissão de Gestão do Plano de Carreira.

§ 9º Caso a avaliação por desempenho não seja realizada pelo setor responsável, caberá ao servidor solicitar a sua realização como garantia da sua progressão horizontal e em tempo hábil.

Art. 23 A avaliação deve medir o desempenho e a formação continuada do servidor no cumprimento das suas atribuições, levando em consideração a pontuação e os critérios comportamentais, estratégicos e operacionais em conformidade com os critérios, pontuações e diretrizes constantes no anexo VI desta lei.

§ 1º Ao atingir a soma de 75% de eficiência nos critérios estabelecidos, bem como a apresentação das 80 horas de cursos reconhecidos pela Comissão de Gestão do Plano de Carreira, o professor terá garantido a progressão para a referência subsequente.

§ 2º A progressão horizontal será realizada a cada 3 (três) anos a

partir da data de publicação desta Lei.

§ 3º A avaliação final do estágio probatório do profissional do magistério, se positiva, será considerada como Avaliação para o Desempenho para efeito da primeira promoção horizontal juntamente com a apresentação de 80 horas de curso, que acontecerá concomitantemente aos profissionais efetivos, após três anos da publicação desta Lei.

§ 4º Para os profissionais do magistério que se efetivarem após a data de publicação desta lei, será considerado como período avaliatório para progressão funcional, a data base de efetivação.

Art. 24 Serão consideradas para progressão, as horas de curso de formação continuada efetuadas dentro do período avaliatório do servidor.

§ 1º Os cursos deverão ser relacionados com a área de atuação e formação.

§ 2º Os cursos de aperfeiçoamento do ano de 2009 poderão ser utilizados para cômputo das horas para a primeira progressão.

Art. 25 Os cursos de formação continuada deverão ter carga horária de no mínimo 8 horas perfazendo um total de 80 horas ao final dos 3 (três) anos de avaliação. As certificações dos cursos de formação deverão ser apresentadas através de fotocópia autenticada à Comissão de Gestão do Plano de Carreira.

Art. 26 O resultado da Avaliação para o Desempenho será obtido através da média simples dos pontos que lhe forem atribuídos pelos avaliadores, anexo VII, tendo como conceitos:

- Excelente: se a somatória atingir 90 (noventa) pontos % ou acima.
- II. Muito Bom: se a somatória atingir entre 80 (oitenta) e menor que 90 (noventa) pontos %.
- III. Bom: se a somatória atingir entre 70 (setenta) e menor que 80 (oitenta) pontos %.
- IV. Insatisfatório: se a somatória não atingir 70 (setenta) pontos %.

Art. 27 Terá direito à Progressão para o Desempenho e Cursos de Aperfeiçoamento, regulamentada nesta Lei, o profissional efetivo do quadro do magistério.

Art. 28 Acarreta a suspensão da contagem do tempo para fins de promoção:

- I. As licenças e afastamentos sem direito a remuneração;
- II. As licenças para tratamento de saúde no que excederem a noventa (90) dias, mesmo que em prorrogação, exceto as decorrentes de acidente em serviço;
- III. As licenças para tratamento de saúde em pessoa da família, no que excederem a trinta (30) dias;
- IV. Os afastamentos para exercício de atividades não relacionadas com o magistério.

Art. 29 O Poder Executivo, ouvida a Secretaria Municipal de Educação, instituirá a Comissão de Gestão do Plano de Carreira para proceder o Termo Final da Avaliação do servidor, com a ciência do mesmo.

Art. 30 A Comissão de Gestão do Plano de Carreira será formada por três servidores, devendo preencher os seguintes requisitos:

- Ser Secretário da Educação;
- Fazer parte do quadro efetivo do Magistério;

§ 1º O servidor que será avaliado não poderá fazer parte da

Comissão de Avaliação.

§ 2º O ocupante do Cargo de Secretário (a) Municipal de Educação, será membro da Comissão, porém, caso este seja um dos servidores avaliados não poderá proceder a sua própria avaliação, sendo neste caso, designado um outro membro para avaliá-lo.

§ 3º Os avaliadores do quadro efetivo do magistério deverão ser eleitos pelos seus pares.

Art. 31 O mandato da Comissão de Gestão do Plano de Carreira terá duração de 3 (três) anos, podendo os membros serem reconduzidos por igual período e/ou substituídos em caso de afastamento da função.

Art. 32 Compete à Comissão de Gestão do Plano de Carreira:

- I. Informar aos profissionais da educação sobre o processo de promoções em todos os seus aspectos;
- II. Fazer registro anual sistemático e objetivo da atuação do profissional do magistério avaliado, dando-lhe conhecimento do resultado até 10 (dez) dias após a data do término da avaliação correspondente, para seu pronunciamento;
- III. Fornecer a cada membro do magistério avaliado, até 30 (trinta) dias após o encerramento da avaliação anual, cópia da respectiva ficha de registro de atuação profissional devidamente visada pela autoridade competente;
- IV. O membro do magistério terá 05 (cinco) dias úteis a partir da data do conhecimento da avaliação para recorrer, se assim o desejar.

Parágrafo Único: À Comissão de Gestão do Plano de Carreira caberá a redação do regulamento que disciplinará a forma de proceder à avaliação para o desempenho e formação continuada, o qual será devidamente aprovado por Decreto Executivo.

Art. 33 É de responsabilidade e competência do Avaliador:

Consultar, se necessário, servidores que conheçam efetivamente o trabalho desenvolvido pelo servidor avaliado;
Considerar, para fins de avaliação, todos os elementos constantes do processo de Avaliação para o Desempenho do servidor avaliado;
Analisar e avaliar com objetividade e imparcialidade o desempenho do servidor;
Apurar o resultado final de cada Avaliação para o Desempenho e registrá-la no Termo de Avaliação;
Emitir parecer para fundamentar a decisão da autoridade homologadora acerca do pedido de reconsideração;
Elaborar a redação dos resultados do desempenho dos servidores avaliados e encaminhá-la à autoridade homologadora;
Encaminhar à autoridade homologadora o formulário com os resultados das avaliações anteriores;
Encaminhar o processo concluído de Avaliação para o Desempenho, ao setor de Recursos Humanos, para as providências necessárias e arquivamento.

Art. 34 O membro do magistério que não alcançar, na avaliação, os requisitos mínimos para conseguir a promoção, deverá participar de todas as orientações pedagógicas e cursos de capacitação específicos para a melhoria do desempenho, promovidos ou recomendados pela Secretaria Municipal de Educação, sem prejuízo dos dias letivos dos alunos.

Parágrafo Único: Não logrando êxito na avaliação, o servidor perderá a promoção a que teria direito.

Art. 35 Fica prejudicada a progressão funcional para o desempenho, quando o membro do magistério sofrer uma das seguintes

penalidades, durante o período aquisitivo:

- I. Somar duas penalidades de advertência por escrito.
- II. Sofrer pena de suspensão disciplinar.
- III. Completar três faltas injustificadas ao serviço.
- IV. Somar cinco chegadas atrasadas injustificadas ou saídas antecipadas sem autorização da chefia imediata.
- V. Somar duas faltas injustificadas em reuniões, encontros, seminários, formação continuada.

Parágrafo único: Sempre que ocorrer quaisquer das hipóteses de interrupção previstas neste artigo, iniciar-se-á nova contagem para fins do tempo exigido para promoção.

Art. 36 É assegurado ao servidor avaliado:

Acompanhar todos os atos de instrução do processo, que tenham por objetivo a avaliação de seu desempenho;
Ter conhecimento prévio das normas, dos critérios e dos conceitos a serem utilizados na Avaliação para o Desempenho;
Ser notificado pela Comissão de Avaliação do resultado de cada uma de suas avaliações, das decisões relativas ao período de reconsideração do recurso hierárquico, de conformidade com o Anexo VII;
Ser comunicado pela chefia imediata do início de sua Avaliação para o Desempenho.

Art. 37 Dar-se-á a Progressão Funcional para a referência subsequente no próximo vencimento após o Termo Final de Avaliação ser deferido pela Comissão de Gestão do Plano de carreira.

Subseção II**DAS PROGRESSÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO**

Art. 38 Os servidores do grupo ocupacional Magistério poderão progredir na carreira mediante apresentação de nova habilitação na área de atuação.

Art. 39 A progressão por nova titulação prevista no artigo anterior, será semestral nos meses de maio e outubro, regulamentada pela Comissão de Gestão do Plano de Carreira e aprovado por ato do Poder Executivo.

§ 1º Nos casos de mudanças de nível fora da habilitação na qual o profissional é efetivo, a progressão se dará única e exclusivamente por concurso público.

§ 2º Quando da progressão prevista no caput deste artigo dar-se-á na referência salarial imediatamente superior ao vencimento atual.

Subseção III**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS DA AVALIAÇÃO PARA O DESEMPENHO E FORMAÇÃO CONTINUADA**

Art. 40 Após cada Avaliação, a Comissão emitirá relatório com parecer conclusivo. O relatório deverá ser conferido e encaminhado ao chefe do Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal, que após conferência deverá remeter a Secretaria de Educação e ao Chefe do Poder Executivo.

Art. 41 Após análise, o Chefe do Poder Executivo baixará Portaria, concedendo a Progressão Funcional, com base no Relatório apresentado pela Comissão de Avaliação, de conformidade com o Anexo VIII.

Art. 41 O Servidor Avaliado tomará ciência do resultado de sua avaliação perante Titular da Secretaria de Educação, datando e assinando o respectivo documento.

Art. 42 Caso o Servidor não esteja satisfeito com os resultados de sua Avaliação, no prazo de 3 (três) dias úteis, poderá manifestar-se por escrito, na ficha de resultados. Caberá um pedido de reconsideração à autoridade homologadora, neste caso o Chefe do Poder Executivo, a partir da notificação do resultado da avaliação, que decidirá num prazo máximo de 15 (quinze) dias sobre o recurso.

Art. 43 Os casos omissos nesta Lei serão resolvidos pela Comissão de Gestão do Plano de Carreira.

SEÇÃO VI DA VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO

Art. 44 O Sistema Municipal de Ensino, no cumprimento do disposto nos artigos 67 e 87 da Lei nº 9.394/96, envia esforços para implementar programas de desenvolvimento profissional dos docentes em exercício, em instituições credenciadas, bem como em programas de aperfeiçoamento em serviço.

Parágrafo Único: A implementação dos programas de que trata o caput deste artigo, tomará em consideração:

- I. A prioridade em áreas curriculares carentes de professores.
- II. A situação funcional dos professores, de modo a priorizar os que terão mais tempo de exercício a ser cumprido no Sistema.

Subseção I DA LOTAÇÃO

Art. 45 Todo membro do magistério público terá uma lotação específica nas Unidades Educacionais e será indicada quando de sua nomeação ou enquadramento funcional que acontecerá até um ano após a publicação desta lei.

§ 1º A lotação funcional nas unidades educacionais é fixada por ato da Secretaria Municipal de Educação, em função das necessidades da Rede Municipal de Ensino.

§ 2º Quando houver alteração no número de alunos matriculados, extinção de escolas ou regulamento que implique diminuição dos servidores lotados em determinada unidade educacional, o profissional atingido deverá ser removido para a escola de sua escolha que apresentar vaga, observados, pela ordem, os seguintes critérios:

- I. Aquele que manifestar interesse prévio;
- II. Aquele que tiver o menor tempo de serviço na unidade escolar e for solteiro;
- III. Aquele que tiver o menor tempo de serviço na unidade escolar e for casado, sem filhos;
- IV. Aquele que tiver o menor tempo de serviço na unidade escolar e tiver filhos.

Art. 46 A lotação indica o número de cargos de uma unidade educacional, dimensionada periodicamente por disciplina, especialidade, área de estudo, classe ou atividade, visando a manutenção do ensino em níveis coerentes nas áreas de competência do Município.

Subseção II DA REMOÇÃO

Art. 47 Remoção é a movimentação de servidor ocupante de cargo dos Quadros de Pessoal do Magistério Público Municipal de uma para outra unidade educacional ou unidade organizacional da Secretaria Municipal de Educação, sem modificação de sua situação funcional.

Art. 48 A remoção de servidor se faz a pedido, por concurso, por permuta e, excepcionalmente, de ofício.

Art. 49 Dar-se-á a remoção a pedido por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente, condicionada à comprovação por junta médica oficial e existência de vaga.

Art. 50 A remoção por concurso será promovida quando houver vaga, de acordo com normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação e aprovadas por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 1º O concurso de remoção precederá o concurso de ingresso e será realizado, a cada 02 anos, no segundo semestre do ano letivo.

§ 2º O edital de concurso de remoção deverá ser publicado em órgão oficial, no mínimo, trinta dias antes da data de início das inscrições, contendo as regras e o número de vagas disponíveis.

§ 3º A escolha de vagas disponibilizadas para a remoção por concurso obedecerá, rigorosamente, a classificação do servidor, observada a ordem decrescente das pontuações obtidas.

§ 4º O prazo de validade do concurso será de dois anos.

Art. 51 O servidor removido por concurso iniciará suas atividades no local de sua nova lotação no início do período letivo seguinte ao que se deu a remoção, salvo determinação em contrário da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 52 A remoção por permuta processar-se-á, anualmente, por ocasião da realização do concurso de remoção de que trata o art. 50, observadas as normas previstas em regulamento próprio.

Art. 53 A remoção de ofício dar-se-á pelo interesse público e dependerá de prévia justificativa da autoridade competente, que caracterize a desnecessidade do serviço prestado pelo servidor na área de atividade de sua lotação.

Parágrafo único: O ato de remoção de que trata o caput será motivado, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos.

Art. 54 Para analisar os casos de remoção a pedido, por concurso e por permuta, será composta uma comissão, nomeada pelo Secretário Municipal de Educação, formada por cinco integrantes, sendo:

- I. Um representante indicado pelo Conselho Municipal de Educação;
- II. Um representante indicado pela Gerência de Pessoal;
- III. Um representante da Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo;
- III. Dois servidores do quadro efetivo, indicados pela Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO IV DA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Art. 55 Fica autorizada a contratação de docentes em caráter temporário, para atendimento dos seguintes casos considerados de excepcional interesse público:

- I. Substituição de servidor em férias, licenciado ou designado para exercer outra função, tanto do quadro do município como também de outros órgãos públicos, conforme prevê o art. 149 da Lei Complementar 012/2005.
- II. Preenchimento de cargo inicial de carreira, desde que as vagas não tenham sido preenchidas através de Concurso Público.
- III. Para atender demanda de matrícula imprevista na rede Pública Municipal.

Art. 56 O prazo de contratação não será superior:

- I. Ao das férias, licença, ou designação, no caso do inciso I do Art. 55;
- II. De seis meses, a um ano, no caso dos incisos II e III do Art. 55;

Art. 57 As contratações serão de natureza administrativa, ficando assegurados os seguintes direitos ao contratado:

- I. Vencimento mensal inicial ao cargo da contratação;
- II. Gratificação natalina e férias proporcionais ao término do contrato;
- III. Inscrição no Regime Geral de Previdência Social.

Art. 58 O recrutamento será feito mediante processo seletivo de acordo com edital específico.

Art. 59 As contratações por período determinado seguirão o Regime Jurídico da Prefeitura Municipal.

CAPÍTULO V DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 60 A jornada de trabalho do Profissional do Magistério poderá ser parcial ou integral, correspondendo, respectivamente, a:

- I. 10 (Dez) horas semanais;
- II. 20 (Vinte) horas semanais;
- III. 30 (Trinta) horas semanais;
- IV. 40(Quarenta) horas semanais.

§ 1º A jornada de trabalho do professor em função docente inclui uma parte de 80% de horas aula e uma parte de 20% de horas atividades, destinadas, de acordo com a proposta pedagógica da escola, à preparação e avaliação do trabalho didático, à colaboração com a administração da escola, às reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional.

§ 2º A jornada de dez horas semanais do professor em função docente inclui oito horas aula e duas horas atividades que deverão ser cumpridas na escola.

§ 3º A jornada de vinte horas semanais do professor em função docente inclui dezesseis horas aula e quatro de horas atividades que deverão ser cumpridas na escola.

§ 4º A jornada de trinta horas semanais do professor em função docente inclui vinte e quatro horas aula e seis horas atividades que deverão ser cumpridas na escola.

§ 5º A jornada de quarenta horas semanais do professor em função docente inclui trinta e duas horas aula e oito horas atividades cumpridas na escola.

§ 6 O edital convocatório para preenchimento de cargos no Sistema Municipal de Ensino explicitará a carga horária e a disciplina e/ou módulo das vagas abertas em Concurso Público de provas e títulos, ou processo seletivo quando para Admissão em Caráter Temporário.

§ 7 Os professores que atuam no Centro de Educação Infantil cumprem jornada integral de 10h, 20h, 30h ou 40h.

Art. 61 - O professor que ministrar aulas acima do limite estabelecido nos § 1º, 2º, 3º e 4º do artigo anterior perceberá sob a forma de aulas excedentes, a base de 2,5% (dois virgula cinco por cento) por aula, calculado sobre o vencimento do cargo efetivo, considerando a carga horária de 40 (quarenta) horas,

não podendo ultrapassar a 08 (oito), 06 (seis), 04 (quatro) ou 02 (duas) aulas excedentes para as cargas horárias de 40 (quarenta), 30 (trinta), 20 (vinte) ou 10 (dez) horas semanais de trabalho, respectivamente.

§1º - Para a escolha das aulas excedentes, de que trata o "caput" deste artigo, será dada prioridade ao professor que contar com maior tempo de serviço no magistério público municipal e havendo empate, aquele que tiver maior tempo de serviço na unidade escolar.

§2º - Os valores percebidos a título de aulas excedentes não se incorporam em hipótese alguma à remuneração percebida pelo servidor.

§3º - O professor que ministrar aulas excedentes nos termos do "caput" deste artigo, deverá cumprir as horas atividade correspondente à sua carga horária semanal de trabalho, conforme estabelece os § 1º, 2º, 3º e 4º do artigo do art. 60 desta Lei.

Art. 62 O titular de cargo de carreira em jornada parcial, que não esteja em acumulação de cargo, emprego em função pública, poderá prestar serviço como Admitido em Caráter Temporário - ACT, conforme Lei Municipal 502/93, sendo que a retribuição pecuniária relativa às horas trabalhadas como ACT, corresponderá em qualquer hipótese ao do Professor - Referência A, respeitando a área de atuação: Magistério, Licenciatura Plena e Especialização.

Art. 63 A Secretaria Municipal de Educação poderá conceder dispensa do ponto aos profissionais da educação.

§ 1º A dispensa de que trata o caput deste artigo, será concedida para realização de pós- graduação em curso de Mestrado e que seja de interesse da Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º O tempo despendido para frequentar o curso será remunerado.

§ 3º Os profissionais da educação que usufruírem da dispensa do ponto para cursar Pós Graduação em curso de Mestrado deverão assinar termo de permanência no sistema municipal de ensino de, pelo menos 3 (três) anos após concluir o curso, sob pena de restituição auferida com o tempo despendido para frequentá-lo.

§ 4º Tempo, forma, inscrição, direito e triagem dos profissionais interessados na dispensa do ponto para formação profissional serão regulamentados pela Comissão de Gestão do Plano de Carreira e devidamente aprovada por Decreto Executivo.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS SEÇÃO I PROFESSORES LEIGOS

Art. 64 O professor leigo não fará parte do Plano de Carreira, Cargos e Salários ficando regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais - Lei Complementar 12/2005, e pela Lei 491/93 e suas alterações.

§ 1º Os professores de que trata o caput deste artigo constam no Anexo VIII.

§ 2º Os professores que constam no Anexo VIII, ao apresentarem nova titulação até 2014 pertencerão automaticamente a este Plano de Carreira, Cargos e Salários, obedecendo ao enquadramento estabelecido pelo artigo 13 desta Lei.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 65 Ficam regulamentas pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, bem como pela previdência e assistência social, as regras, as vantagens e os benefícios não vetados ou regulamentados nesta lei.

Art. 66 Os cursos de Mestrado e Doutorado para fins de progressão na carreira deverão ser reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e apresentar, no mínimo, o conceito três, na avaliação trienal.

Art. 67 O chefe do poder Executivo expedirá atos administrativos complementares necessários à plena execução desta Lei.

Art. 68 As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações próprias do orçamento geral do Município.

Art.69 A promoção por antiguidade estabelecida pela Lei 491/93 não se aplica aos profissionais que integram o presente Plano de Carreira, Cargos e Salários.

Art. 70 Fica extinto o cargo de Gerente de Direção Escolar criado pela Lei Complementar 022/2009 sendo criada a função gratificada de Diretor de Escola conforme estabelecido no art. 16 desta Lei.

Art. 71 Esta Lei entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2011, revogando a Lei Complementar 019/2008 e a Lei 1069/2009.

Paço Municipal de Massaranduba em, 22 de Dezembro de 2010.
MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretaria de Administração e Finanças

ANEXO I - DESCRIÇÃO DO CARGO

CARGO: PROFESSOR

Planejar as aulas, definindo metodologias de ensino, criando atividades de acordo com o conteúdo e objetivos, pesquisando, analisando e selecionando materiais didáticos.

Ministrar aulas, relacionando os conteúdos às diversidades pessoais e regionais dos alunos.

Participar do processo de planejamento das atividades da instituição educativa.

Elaborar plano de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional, as diretrizes educacionais e o Projeto Político Pedagógica da escola.

Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da instituição educativa a qual pertence.

Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino.

Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Avaliar o desempenho dos alunos, acompanhando o trabalho diário, aplicando instrumentos diversos de avaliação, refletindo sobre aspectos qualitativos e quantitativos, participando de reuniões de conselho de classe, cumprindo com o regimento escolar (PPP e a legislação Federal e Estadual em vigor), nos prazos estabelecidos.

Estabelecer formas alternativas de recuperação para os que apresentarem menor rendimento.

Atualizar-se em sua área de conhecimento.

Cooperar com os serviços de administração e orientação escolar. Zelar pela aprendizagem do aluno.

Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino.

Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais, esportivas e conselhos de classe.

Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s).

Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente.

Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento.

Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico, sugerindo objetivos gerais e específicos, propostas pedagógicas, definindo metodologias, estratégias de ensino, temas transversais, interdisciplinares, entre outros, de modo a cumprir com a legislação vigente, definindo um projeto atrativo e aplicável a unidade de ensino.

Zelar pela disciplina e pelo material docente.

Reservar sua hora atividade para estudos, planejamento, avaliação, reunião com especialistas e atendimento aos pais/responsáveis pelos seus alunos.

Cumprir os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

Manter atualizado registros burocráticos pedagógicos, preenchendo em formulários específicos dados acerca dos conteúdos e atividades ministradas, ocorrências diversas, frequência do aluno, resultado do processo de ensino-aprendizagem, conceitos, notas, informações prestadas aos pais, entre outros, conforme normas e padrões estabelecidos.

Executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

Atender as solicitações da Controladoria Municipal.

Considerar a alimentação, a higiene e outras atividades relacionadas ao cuidado como integradas ao processo educativo.

CARGO: ORIENTADOR PEDAGÓGICO

Garantir que a escola cumpra sua função social;

Promover a articulação entre a escola, família e comunidade;

Garantir o acesso e permanência do aluno na escola;

Levantar dados acerca da contextualização histórica da escola, das famílias envolvidas, buscando informações sobre as necessidades educacionais e sociais, caracterizando o perfil dos alunos, com o objetivo de fornecer subsídios para reflexão das mudanças sociais, políticas, tecnológicas e culturais da sua unidade escolar;

Participar da elaboração do P.P.P e do planejamento curricular, garantindo que a realidade do aluno seja ponto de partida e o redirecionador permanente do currículo;

Promover a participação dos professores, pais e alunos na construção do projeto político-pedagógico da escola;

Contribuir para que aconteça a articulação teórica e prática no desenvolvimento do currículo;

Orientar os professores quanto ao processo educativo na execução do currículo;

Contribuir para que a avaliação se desloque do aluno para o processo pedagógico como um todo, visando ao planejamento;

Garantir a participação dos pais e alunos no Conselho de Classe e coordená-lo juntamente com o diretor,em seu planejamento, execução, avaliação e desdobramentos;

Planejar e coordenar em conjunto com a Direção, as atividades escolares no que refere-se o calendário escolar, composição de turmas, distribuição de carga horária, lista de materiais, escolha de livros didáticos, recreio monitorado, dentre outros.

Estimular e promover iniciativas de participação e democratização das relações na escola;

Estimular a reflexão coletiva de valores (liberdade, justiça, honestidade, respeito, solidariedade, fraternidade, comprometimento social), visando a construção da cidadania;

Mediar conflitos disciplinares entre professores e alunos de acordo com as normas de convivência da escola e da legislação em vigor, levando ao conhecimento da Direção quando necessário, para os encaminhamentos cabíveis;

Influir para que todos os funcionários da escola se comprometam com o atendimento às reais necessidades dos alunos;

Promover o aperfeiçoamento permanente dos professores, através de reuniões pedagógicas, encontros de estudo, visando a construção da competência docente;

Garantir a articulação vertical e horizontal dos conteúdos pedagógicos;

Promover a reflexão e a construção de estratégias pedagógicas que visem a promoção da inclusão social;

Buscar apoio junto a profissionais especializados possibilitando ao corpo docente atuar com portadores de necessidades especiais

Promover a análise crítica dos textos didáticos e a elaboração de materiais didáticos mais adequados aos alunos e coerentes com as concepções do homem e da sociedade que direcionam a ação pedagógica;

Orientar o professor para que seu trabalho tenha como meta a aprendizagem do aluno;

Orientar professores e alunos para que o processo de ensino e de aprendizagem aconteça de maneira significativa;

Auxiliar a direção da escola no planejamento e condução dos trabalhos pedagógicos da escola;

Sugerir à Direção a compra ou recuperação de materiais, equipamentos e recursos pedagógicos necessários à prática pedagógica eficaz;

Buscar atualização permanente;

O trabalho da Orientação Pedagógica estará articulado com o Plano Municipal de Educação;

Executar outras atividades compatíveis com a função.

CARGO: PSICOPEDAGOGO

Dar assistência aos professores e a outros profissionais da instituição escolar para melhoria das condições do processo ensino-aprendizagem, bem como para prevenção dos problemas de aprendizagem.

Ajudar os professores, auxiliando-os na melhor forma de elaborar um plano de aula para que os alunos possam entender melhor as aulas.

Orientar os professores na melhor forma de ajudar, em sala de aula, aquele aluno com dificuldades de aprendizagem.

Possibilitar uma intervenção psicopedagógica visando à solução de problemas de aprendizagem em espaços institucionais.

Realizar um diagnóstico institucional para averiguar possíveis problemas pedagógicos que possam estar prejudicando o processo ensino-aprendizagem.

Mobilizar a equipe escolar para a construção de um espaço adequado às condições de aprendizagem de forma a evitar comprometimentos.

Avaliar o aluno e identificar os problemas de aprendizagem, buscando conhecê-lo em seus potenciais construtivos e em suas dificuldades, encaminhando-o, por meio de um relatório, quando necessário, para outros profissionais, com o intuito de favorecer o desenvolvimento da potencialização humana no processo de aquisição do saber.

Contribuir auxiliando educadores a aprofundarem seus conhecimentos sobre as teorias do ensino-aprendizagem e as recentes

contribuições de diversas áreas do conhecimento, redefinindo-as e sintetizando-as numa ação educativa.

Auxiliar os educadores realizando atendimentos pedagógicos individualizados, contribuindo para a compreensão de problemas na sala de aula, permitindo ao professor ver alternativas de ação e ver como as demais técnicas podem intervir.

Participar do diagnóstico dos distúrbios de aprendizagem e do atendimento a um pequeno grupo de alunos.

Auxiliar a direção da escola para que os profissionais da instituição possam ter um bom relacionamento entre si.

Participar em reuniões de pais, esclarecendo o desenvolvimento dos filhos; em conselhos de classe, avaliando o processo metodológico; na escola como um todo, acompanhando a relação professor e aluno, aluno e aluno, aluno que vem de outra escola, sugerindo atividades, buscando estratégias e apoio.

Intervir junto à família das crianças que apresentam dificuldades na aprendizagem para tomar conhecimento de informações sobre a sua vida orgânica, cognitiva, emocional e social.

Conversar com os pais para fornecer orientações.

Conversar com a criança ou adolescente quando este precisar de orientação.

Executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

Atender as solicitações da Controladoria Municipal.

CARGO: SEGUNDO PROFESSOR

Participar do processo de planejamento das atividades da instituição educativa.

Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino.

Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Atualizar-se em sua área de conhecimento.

Zelar pela aprendizagem do aluno.

Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino.

Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais, esportivas e conselhos de classe.

Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente.

Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola.

Zelar pela disciplina e pelo material docente.

Executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

Reservar sua hora atividade para estudos, planejamento, avaliação, reunião com especialistas e atendimento aos pais/responsáveis pelos seus alunos.

Co-reger a classe com o professor titular, contribuir, em função do seu conhecimento específico, com a proposição de procedimentos diferenciados para qualificar a prática pedagógica.

Planejar e executar, em conjunto com o professor titular as atividades pedagógicas.

Propor adequações curriculares nas atividades pedagógicas.

Participar dos conselhos de classe.

Tomar conhecimento antecipado do planejamento do professor regente, quando o educando estiver matriculado nas séries finais do ensino fundamental.

Participar com o professor titular das orientações (assessorias) prestadas pelo SAEDE.

Sugerir ajudas técnicas que facilitem o processo de aprendizagem do aluno da educação especial.

Cumprir carga horária de trabalho na escola, mesmo na eventual ausência do aluno.

Participar de capacitação na área de educação.

Participar com o professor titular da elaboração da avaliação de todos os alunos da turma.

Nas séries finais do ensino fundamental o segundo professor de classe terá como função apoiar, em função do seu conhecimento específico, o professor regente no desenvolvimento das atividades pedagógicas.

Considerar a alimentação, a higiene e outras atividades relacionadas ao cuidado como integradas ao processo educativo.

Executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.
Atender as solicitações da Controladoria Municipal.

ANEXO II

QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

Cargo	N de Vagas	GRUPO I – DOCENTE Habilitação Profissional
Professor	250	I Nível Médio Magistério
		- Habilitação obtida em curso de nível médio, na área do magistério, com registro na Secretaria de Estado da Educação ou equivalente.
		II Licenciatura
		- Habilitação obtida em curso de nível superior de licenciatura plena na área de atuação, para atuar na educação infantil, séries iniciais e finais do Ensino Fundamental. (Art. 63, da Lei nº 9394, de 20/12/96 – LDB e Resolução CNE nº 02/97).
		III Especialização
		Curso de pós-graduação – especialização na área de atuação e formação.
		IV Mestrado
		Curso de Mestrado na área da educação.
		V Doutorado
		Curso de Doutorado na área da educação.

Cargo	N de Vagas	GRUPO I I – Profissionais da Educação Habilitação Profissional
Orientador Pedagógico	10	II Licenciatura
		-Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Orientação Educacional; ou Licenciatura Plena em Pedagogia de acordo com a Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006. -Licenciatura Plena em Pedagogia com pós-graduação lato sensu em Orientação escolar ou educacional, com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta horas).
		III Especialização
		Curso de pós-graduação – especialização na área de atuação e formação.
		IV Mestrado
		Curso de Mestrado na área da educação.
		V Doutorado
		Curso de Doutorado na área da educação.

Cargo	N de Vagas	GRUPO I I – Profissionais da Educação Habilitação Profissional
Psicopedagogo	2	II Licenciatura
		- Licenciatura em Psicopedagogia -Licenciatura Plena em Pedagogia com pós-graduação clínica ou institucional em Psicopedagogia, com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta horas).
		III Especialização
		Curso de pós-graduação – especialização na área de atuação e formação.
		IV Mestrado
		Curso de Mestrado na área da educação.
		V Doutorado
		Curso de Doutorado na área da educação.

Lei Complementar Nº 038/2010

LEI COMPLEMENTAR Nº 038/2010

Institui o plano municipal de habitação de interesse social de Massaranduba, dispõe sobre as normas, fixam objetivos e diretrizes e dá outras providências.

MÁRIO FERNANDES REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei Orgânica Municipal, submete a Câmara de Vereadores o seguinte:

TÍTULO I

CONCEITUAÇÃO, OBJETIVOS E DIRETRIZES

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica Instituído, como instrumento básico da política de desenvolvimento habitacional, o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Massaranduba, que obedecerá aos objetivos e diretrizes básicas desta Lei.

§ 1º O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Massaranduba, visa instituir a política habitacional do município com o objetivo de promover o acesso à moradia digna, especialmente aos estratos de mais baixa renda, tendo por base o entendimento dos principais problemas habitacionais identificados no município.

§ 2º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, o orçamento anual, os planos, programas e projetos urbanísticos, assim como os demais instrumentos municipais de desenvolvimento deverão incorporar os princípios, diretrizes e prioridades contidos nesta lei.

Art. 2º. O Plano Municipal de Habitação De Interesse Social de Massaranduba abrange todo o território do Município, devendo o mesmo, estar adequado a política de desenvolvimento, com a Lei Federal N.º 10257/2001 - Estatuto das Cidades e a Lei Federal N.º 11124/2005 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, definindo:

I - Os critérios para garantir que a Cidade cumpra com sua função social;

II - Os critérios para garantir que a propriedade cumpra com sua função social;

III - As regras para promover acesso à moradia digna e redução de déficit habitacional.

Parágrafo único. A interpretação da presente Lei e seus anexos serão realizados de forma a articular sistemática e integradamente todos os dispositivos nela contidos.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 3º. Visando Orientar a articulação dos meios e o equacionamento dos programas habitacionais que integram o Plano Municipal Habitação De Interesse Social de Massaranduba, os objetivos foram construídos segundo os aspectos: Habitação, Serviço Público e Infraestrutura Social, Infraestrutura, Socioeconômico e Ambiental.

§ 1º São objetivos do Aspecto de Habitação, Serviço Público e Infraestrutura Social:

I - Viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada, à moradia digna e sua posse, aos serviços públicos essenciais e equipamentos sociais básicos;

II - Garantir a sustentabilidade dos programas habitacionais de interesse social, as-sociando-os ao desenvolvimento econômico, social e ambiental;

III - Promover os meios para garantir a diversidade dos programas e de agentes pro-motores da Política de Habitação de Interesse Social, Plano Municipal Habitação De Interesse Social, de acordo com as características diferenciadas da demanda, estimulando o associativismo e a auto-gestão na implementação de projetos;

IV - Aproveitar os investimentos na habitação já realizados pela população de baixa renda, promovendo a urbanização e recuperação física e loteamentos precários, bem como a regularização fundiária desses assentamentos e a melhoria das moradias existentes;

V - Garantir no caso de necessidade de remoção de área de risco ou por necessidade de obra de urbanização, o atendimento habitacional das famílias a serem removidas, preferencialmente na mesma região ou, na impossibilidade em outro local, com a participação das famílias no processo de decisão;

VI - Coibir novas ocupações por assentamentos habitacionais nas

áreas inadequadas para essa finalidade, em especial áreas de preservação ambiental e de proteção aos mananciais, áreas de risco, áreas contaminadas e bens de uso comum do povo;

VII - Priorizar ações nas áreas de risco;

VIII - Organizar e manter programas de aquisição de Imóveis e terras para Habitação de Interesse Social, acompanhando o PROHAMA - Programa Habitacional de Massaranduba, criado pela Lei nº 1.215 de 15 de setembro de 2010.

IX - Oferecer condições para o funcionamento dos canais instituídos e outros instrumentos de participação da sociedade nas definições e no controle social da política habitacional;

X - Incentivar a produção pelo mercado de moradias de padrão acessível aos grupos de renda média e baixa, simplificando, agilizando e dando transparência aos processos de aprovação de novos empreendimentos habitacionais;

XI - Desenvolver mecanismos de negociação de conflitos relacionados com o uso e a posse de imóveis, visando evitar despejos e ações reintegratórias;

XII - Manter informação atualizada sobre a situação habitacional do Município, especialmente em relação ao déficit e às necessidades habitacionais, através do cadastro geral da pasta da Habitação.

XIII - Fortalecer a relação com os demais municípios da região estabelecendo parcerias na formulação de planos e programas habitacionais, e desenvolvendo ações integradas em áreas de interesse regional, como as de proteção ambiental e de mananciais;

XIV - Manter o controle das ações através do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social e demais instâncias de participação;

XV - Manter parceira das unidades habitacionais de interesse social, com entidades afins;

XVI - Articular de forma democrática, com as parcerias nas instâncias municipal, estadual e federal de política e financiamento habitacional, visando a otimização dos recursos disponíveis;

XVII - Garantir na legislação do Plano Diretor áreas relativa à ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social;

XVIII - Viabilizar, através dos instrumentos do estatuto da cidade, recursos para investimentos em programas Habitacionais de Interesse Social;

XIX - Estimular a diversidade de soluções e a adequação dos projetos às condições do meio físico, visando melhoria da qualidade paisagística e ambiental dos empreendimentos habitacionais de interesse social;

XX - Considerar as características diferenciadas da demanda, desenvolvendo programas e projetos habitacionais coerentes com suas necessidades;

XXI - Adotar tecnologias de projeto, construção e manutenção dos empreendimentos habitacionais voltados para os princípios do desenvolvimento sustentável, contemplando alternativas de conservação de água e energia, reciclagem de resíduos sólidos e valorização das áreas e de lazer, dentre outros;

§ 2º São objetivos do Aspecto de Infraestrutura:

I - Integrar as ações em habitação com as demais políticas urbanas e sociais, de forma a garantir o direito à habitação como direito à cidade, incluindo o fornecimento de meios de transporte coletivo de qualidade, o acesso a equipamentos sociais e de infraestrutura urbana, bem como a proteção dos recursos naturais e da paisagem;

II - Garantir o melhor aproveitamento da infraestrutura instalada e das edificações existentes;

§ 3º São objetivos do Aspecto Socioeconômico:

I - Continuar a melhoria das condições de habitação com políticas de inclusão social e projetos complementares que visem o desenvolvimento humano, garantidas no PROHAMA;

II - Preocupar-se com a sustentabilidade econômica de suas intervenções, articulando-se à política socioeconômica e a programas de capacitação profissional, geração e trabalho e renda voltados para as comunidades beneficiadas;

III - Manter os programas de incentivos fiscais e urbanísticos para

implantação de atividades econômicas, pequenos centros de negócios e serviços, e investimentos em projetos estruturantes e de fortalecimento da comunidade;

IV - Vincular a inclusão em Programas Habitacionais de Interesse Social à contrapartida de participação em cursos de qualificação profissional e alfabetização nas famílias que possuam desempregados e analfabetos.

§ 4º São objetivos do Aspecto Ambiental:

I - Articular e integrar as ações e atividades ambientais desenvolvidos pelos diversos órgãos e entidades do município, com as ações e atividades ambientais desenvolvidas pelos órgãos federais e estaduais;

II - Compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a preservação da qualidade do meio ambiente e dos ecossistemas;

III - Aumenta e regenerar a vegetação das margens dos rios e recuperar as matas ciliares com espécies nativas;

IV - Conscientizar sobre a importância da proteção de fontes e nascentes.

CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES

Art. 4º. Para que se atinja o objetivo básico do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Massaranduba, ficam estabelecidas as seguintes diretrizes:

I - Prioridade para planos, programas e projetos habitacionais para a população de menor renda, articulados no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

II - Incentivo ao aproveitamento de áreas dotadas de infraestrutura não utilizada ou subutilizada, inseridas na malha urbana;

III - Utilização prioritária de terrenos de propriedade do poder público para implantação de Projetos Habitacionais de Interesse Social;

IV - Incentivo à implementação, com sustentabilidade econômica, dos diversos institutos jurídicos que regulamentam o acesso à moradia, previstos no Estatuto das Cidades;

V - Adoção de mecanismos de acompanhamento e avaliação e de indicadores de impacto social das políticas, planos e programas até 120(cento vinte) dias do registro do plano;

VI - Implantar no município os eixos estratégicos de desenvolvimento elencados e definidos com a participação popular, definidos como programas prioritários para o programa de PMHIS - Massaranduba:

a - Habitação, Serviço Público e Infra-estrutura Social;

b - Programa de Infra-Estrutura;

c - Programa Sócio-Econômico;

d - Programa Ambiental.

TÍTULO II PROGRAMA DE HABITAÇÃO, SERVIÇO PÚBLICO E INFRAESTRUTURA SOCIAL

CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 5º. O PROHAMA - Programa Habitacional de Massaranduba - tem por definição promover o direito à moradia. Como direito social básico, incorporando o direito ao serviço público e infraestrutura e serviços. Como direito social através da política habitacional induzir o repovoamento dos vazios urbanos, destinando áreas infra-estruturadas na cidade para provisão de Habitação de Interesse Social, democratizando o acesso ao solo urbano e a própria cidade.

Art. 6º. O Programa tem por objetivos:

I - Mobilizar recursos para viabilizar a produção e comercialização subsidiada de habitação para a população de menor renda; reduzindo o déficit habitacional do município;

II - Facilitar o acesso à habitação mediante incentivos para a população, na compra de imóveis;

III - Combater os fenômenos da segregação urbana, desequilíbrios sociais e urbanísticos.

CAPÍTULO II

DAS MEDIDAS PRIORITÁRIAS

Art. 7º. O PROHAMA - Programa de Habitacional de Massaranduba -, Serviço Público e Infraestrutura social têm como medidas prioritárias:

I - Implantação de programas de construção de unidades habitacionais isoladas e agrupadas para redução do déficit habitacional urbano e rural;

II - Implantação de programa de reforma e ampliação das unidades habitacionais urbanas e rurais;

III - Implantação de programa de regularização fundiária;

IV - Ampliação dos equipamentos urbanos;

V - Implantação de programa de incentivo para criação de novos loteamentos;

VI - Melhoria e ampliação da área de esporte e lazer;

VII - Criação de ZEIS;

VIII - Criação de um cadastro habitacional.

CAPÍTULO III

DO ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES HABITACIONAIS

Seção I

DAS AÇÕES E CRITÉRIOS DE PRIORIDADE PARA O ATENDIMENTO

Art. 8º. No âmbito do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, o atendimento das necessidades habitacionais compreende as seguintes ações:

I - Produção de unidades habitacionais;

II - Urbanização das áreas ocupadas precariamente;

III - Regularização fundiária das áreas ocupadas irregularmente;

IV - Melhoria das condições de habitabilidade.

Parágrafo único: A atuação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social abrange situações de legislação, substituição, inadequação, reposição e superação de deficiências da unidade e do espaço coletivo, podendo atuar no âmbito da casa, do parcelamento, do assentamento, do bairro ou mesmo cidade.

Art. 9º O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social manterá os seguintes critérios para a priorização do atendimento, de acordo com o PROHAMA.

I - Predominância de população com renda familiar mensal até três salários mínimos em situação de risco social, com alta incidência de criminalidade;

II - Incidência de problemas ambientais graves, como insalubridade, degradação natural, poluição atmosférica ou por despejos industriais e domésticos;

III - Alto risco para a segurança da população residente, com probabilidade de inundações, deslizamentos de encostas e desmoronamento de edificações precárias;

IV - Estar residindo no município há mais de três anos;

V - Famílias com pessoas desempregadas e/ou analfabetas deverão participar de programas de qualificação e/ou alfabetização.

VI - Famílias com pessoas portadoras de necessidades especiais, doenças crônicas e/ou idosos e mulheres provedoras;

VII - Famílias em situação de coabitação;

VIII - Não ter sido beneficiado por programa habitacional;

IX - Não ser proprietário de imóvel residencial em qualquer município;

X - Morar em área de risco, situação irregular e/ou invasão;

XI - Famílias com maior número de filhos;

XII - Ter terreno legalizado para ser beneficiado por programa de reforma e ampliação.

Seção II

DA PRODUÇÃO DA MORADIA

Art. 10. O atendimento às necessidades habitacionais requer a construção de novas unidades atendendo as seguintes diretrizes:

I - Construção de habitação de Interesse Social - HIS diretamente pelo poder público ou por entidades a ele conveniadas, incentivando a redução de preço, abrangendo:

a) Desenvolvimento de padrões tipológicos urbanísticos e habitacionais adequados às condições morfológicas do sítio e

climáticas;

b) Incentivo à promoção da qualidade do setor da construção habitacional, com ação de métodos construtivos mais eficientes, com melhores índices de produtividade e qualidade;

c) Criação de mutirão.

II - Incentivo à autoprodução de moradias;

III - Estimulo à ação do setor privado na produção de habitação ao alcance das faixas de renda mais baixas;

IV - Incentivo de programas de assistência técnica, voltados para a elaboração e implantação de projetos de construção.

Seção III

DA URBANIZAÇÃO DAS ÁREAS OCUPADAS PRECARIAMENTE

Art. 11. A urbanização de áreas ocupadas precariamente envolve a adequação de infraestrutura e serviços urbanos, sistema viário e acessibilidade, redefinições do parcelamento, criação e recuperação de áreas públicas, inserção de áreas verdes e de arborização de acordo com as seguintes diretrizes:

I - A urbanização de áreas ocupadas precariamente deve garantir a permanência da comunidade em seu local de moradia;

II - As obras de urbanização devem respeitar a configuração física geral do assentamento, buscando o menor número de remoções e remanejamentos, desde que seja possível garantir condições mínimas e adequadas de mobilidade, salubridade e saneamento;

III - A intervenção deve preservar espaços públicos ligados às tradições culturais das comunidades.

Seção IV

DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DAS ÁREAS OCUPADAS

Art. 12. O Executivo municipal deverá seguir o PROHAMA - PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE MASSARANDUBA.

Seção V

DA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE DE MORADIAS

Art. 13. Visando a melhoria das condições de habitabilidade do Poder Público Municipal promoverá gestões junto aos agentes financeiros, para que, em conjunto com o Município, possam ser ampliadas as possibilidades de acesso ao crédito destinado à melhoria e à ampliação da moradia, visando:

I - A capacidade de endividamento da clientela;

II - A instabilidade socioeconômica das famílias devido à instabilidade e informalidade dos postos de trabalho;

III - A necessidade de dilatação dos prazos e do estabelecimento de acordos nos casos de inadimplência.

Seção VI

DA ATUAÇÃO EM ÁREAS DE RISCO E DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Art. 14. O atendimento às necessidades habitacionais prevê intervenções pontuais ou conjugadas, em áreas de risco à vida humana e ao meio ambiente, tais como encostas, córregos, áreas alagadiças e outras situações inapropriadas, promovendo readaptações de uso e tratamento das áreas remanescentes, restringindo o reassentamento de famílias ao indispensável, mantendo o plano de atuação de vigência no município incluindo os seguintes aspectos;

I - Oferecimento de alternativas habitacionais para a população removida das áreas de risco;

II - Realização de obras de contenção de risco;

III - Prevenção da ocupação de novas áreas de risco e de proteção ambiental.

CAPÍTULO IV

DA GESTÃO COM PARTICIPAÇÃO

Art. 15. A gestão da questão Habitacional de Interesse Social no município pressupõe a participação conjunta e integrada dos diversos agentes envolvidos na produção da moradia, abrangendo os órgãos públicos, os segmentos do mercado imobiliário, os sindicatos patronais e de trabalhadores, organizações não-governamentais, movimentos sociais e população envolvida nos programas

habitacionais, dentre outros, tendo como diretrizes manter os mecanismos e instrumentos de planejamento e de financiamento, considerando a especificidade política e social da questão da moradia, visando, prioritariamente, a redução do déficit habitacional situado nos segmentos de menor renda, compreendendo, entre outras, as seguintes medidas:

Parágrafo único - Manter as prerrogativas do Fundo Municipal de Habitação, para o qual são dirigidos os recursos destinados à Habitação de Interesse Social;

TÍTULO III

PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 16. O Programa tem por definição promover a melhoria da Infraestrutura Urbana e Rural visando a melhoria da qualidade de vida da População, buscando a integração da Área Urbana com a Área Rural.

Art. 17. O Programa tem por Objetivos:

I - Promover a integração da Área Rural com a Urbana, melhorando a Infra-Estrutura na Área Rural;

II - Garantir a melhoria das Vias Urbanas e Estradas Municipais;

III - Implantar sistema adequado de saneamento básico.

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art.18. Ficam estabelecidos os seguintes prazos, contados imediatamente após a publicação desta Lei;

I - De cento e vinte dias, para o Poder Executivo Municipal promover reformas em sua estrutura administrativa, com o objetivo de conferir plena operacionalidade à aplicação deste Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, bem como os instrumentos de indução à redução do déficit habitacional e de gestão democrática.

II - De cento e cinquenta dias, para que o Poder Executivo Municipal elabore e envie ao Poder Legislativo as modificações na legislação municipal que sejam imprescindíveis aos objetivos referidos nos termos do inciso anterior;

Art. 19 . Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA EM, 22 DE DEZEMBRO DE 2010.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretaria de Administração e Finanças

Lei Complementar Nº 039/2010

LEI COMPLEMENTAR Nº 039/2010

Altera dispositivos da Lei Complementar 006/2003, que institui a Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP, e dá outras providências.

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes do Município que, a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Artigo 2º da Lei Complementar nº 006/2003, que institui a Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP, passa a vigorar com a seguinte redação e ajustes:

"Art. 2º A contribuição de que trata o artigo anterior corresponderá ao custo mensal do serviço de iluminação pública rateado entre os contribuintes de acordo com os níveis individuais de consumo mensal de energia elétrica, de acordo com a classificação e tabelas a seguir:

1) CONSUMIDORES RESIDENCIAIS:

FAIXA DE CONSUMO	VALOR DA CONTRIBUIÇÃO
0 a 30	ISENTO
31 a 100	R\$ 2,60
101 a 200	R\$ 3,90
201 a 300	R\$ 5,20
301 a 400	R\$ 6,50
401 a 500	R\$ 7,80
501 a 600	R\$ 9,10
Acima de 601	R\$ 10,40

§ 1º - São considerados consumidores residenciais todas as atividades familiares de subsistência e inscritos no Cadastro de Pessoa Física (CPF);

2) CONSUMIDORES COMÉRCIO, INDÚSTRIA E EMPR. SERV. PÚBLICO:

FAIXA DE CONSUMO	VALOR DA CONTRIBUIÇÃO
0 a 50	R\$ 7,80
51 a 100	R\$ 10,40
101 a 200	R\$ 13,00
201 a 300	R\$ 19,50
301 a 500	R\$ 26,00
501 a 800	R\$ 39,00
Acima de 801	R\$ 52,00

§ 2º - São considerados consumidores comerciais, industriais e empresariais de serviço público os inscritos no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

§ 3º - O valor da Contribuição, estabelecido na forma deste artigo, será apurado e cobrado, mensalmente, por meio de nota fiscal/fatura emitida pela concessionária responsável pelo fornecimento de energia elétrica, quando se tratar de contribuinte com edificação no imóvel.

§ 4º - O valor da contribuição será reajustado na mesma data e no percentual fixado pela ANATEL para correção da tarifa de energia elétrica. "

Art. 2º Os demais Artigos da Lei Complementar nº 006/2003, permanecem inalterados.

Art. 3º A presente Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei Complementar 009/2004 de 30 de dezembro de 2004.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA EM, 22 DE DEZEMBRO DE 2010.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretaria de Administração e Finanças

Lei Complementar Nº 040/2010

LEI COMPLEMENTAR Nº 040/2010

Dá nova redação ao artigo 259 da lei 562/94 -Institui o Código Tributário do Município de Massaranduba.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º. Fica alterada a redação do artigo 259 da Lei nº 562/94, de 23 de Dezembro de 1994, passando a vigorar sob a seguinte redação:

" Art. 259 - O montante da obrigação principal, referente a Taxa de Coleta de Lixo será o produto da multiplicação entre a alíquota, determinada de acordo com a tabela frequencial de coleta abaixo mencionada, o valor da UFM (Unidade fiscal Municipal) e a área edificada do imóvel.

Frequência de Coleta Número de dias por semana	% sobre a UFM	
	Imóveis Residenciais	Imóveis Não Residenciais
1	1,06	1,58
2	1,91	2,87
3	2,65	3,98
4	3,40	4,03
5	4,04	6,06
6	4,57	6,85

Parágrafo Único. (Inalterado)"

Art. 2º . Os demais artigos permanecem inalterados.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se integralmente a Lei Complementar nº 26 de 31 de Dezembro de 2009.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA EM, 22 DE DEZEMBRO DE 2010.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretaria de Administração e Finanças

Lei Complementar Nº 041/2010

LEI COMPLEMENTAR Nº 041/2010

Altera a Pauta de Valores – anexo a que se refere o artigo 183, inciso II da Lei Complementar nº 562/94.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º A Pauta de Valores a que se refere o artigo 183, inciso II da Lei Complementar nº 562/94 passa a vigorar conforme o anexo único desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA EM, 22 DE DEZEMBRO DE 2010.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretaria de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO

TIPO	DENOMINAÇÃO	Valor /UFM
		m²
RUA	11 DE NOVEMBRO	

	SC 413 – Rodovia Guilherme Jensen até a Rua Rodolfo Volles	0,1901
	Da Rua Rodolfo Volles até a Rua Adalberto Baumgarten	0,4944
	Da Rua Adalberto Baumgarten até a Rua Wigand Donadt	0,6509
	Da Rua Wigand Donadt até a Rua Erich Leu	0,7612
	Rua Erich Leu até a ponte João Bramorski	1,5223
	Da ponte João Bramorski até o entroncamento com a Rua Augusto Laffin	1,0014
RUA	7 DE SETEMBRO	
	Iniciando na Rua Benno Rode até esquina da Rua Wigand Donath	0,3001
	Da Rua Wigand Donath até a Rua 11 de Novembro	0,6906
	Da Rua 11 de Novembro até a Rua 11 de Novembro	0,9763
	Da Rua 11 de Novembro até o final na Rua Francisco Bramorski	0,6906
SC413	RODOVIA SC 413 – Guilherme Jensen	
	Do acesso para estrada 7 de Janeiro até o Trevo principal (Portal)	0,2394
	Do trevo até a divisa com Guaramirim	0,3858
RUA	25 DE JULHO	
	Iniciando na Rua Wigand Donath até a Rua Berthold Muller	0,1901
	Da Rua Berthold Muller até esquina a Rua Rodolfo Schmidt	0,8462
	Da Rua Rodolfo Schmidt até esquina com Rua Luiz Kreis	0,8462
	Da Rua Luiz Kreis até a Rua Alberto Holtz	0,1901
RUA	VICTOR BRAMORSKI	
	Iniciando na Rua 11 de Novembro até Ribeirão Massaranduba	0,2852
	Do Ribeirão Massaranduba até a Rua Paulo Cardoso	0,3294
	Rua Paulo Cardoso até a Rua 11 de Novembro	0,6003
	Rua 11 de Novembro até a Rua Alberto Holtz	0,2852
RUA	LUIZ KREIS	
	Do inicio até a ponte no Ribeirão Massaranduba	0,1901
	Da ponte no Ribeirão Massaranduba até a Rua Victor Bramorski	0,2852
	Da Victor Bramorski até a Rua 7 de Setembro	0,6906
	Da Rua 7 de Setembro até a Rua 11 de Novembro	1,3018
	Da Rua 11 de Novembro até a Rua 25 de Julho	0,9763
	Da Rua 25 de Julho até a Rua Wladislaw Kazmirski	0,6906
RUA	PAULO CARDOSO	
	Inicio até a Rua Victor Bramorski	0,2852
	Da Rua Victor Bramorski até a Rua 7 de Setembro	0,6906
	Da Rua 7 de Setembro até a Rua 11 de Novembro	1,3018
	Da Rua 11 de Novembro até a Rua 25 de Julho	0,9763
	Da Rua 25 de Julho até a Rua Wladislaw Kazmirski	0,6906
RUA	RODOLFO SCHMIDT	
	Inicio até a Rua Victor Bramorski	0,2852
	Da Rua Victor Bramorski até a Rua 7 de Setembro	0,6906
	Da Rua 7 de Setembro até a Rua 11 de Novembro	1,3018
	Da Rua 11 de Novembro até a Rua 25 de Julho	0,9763

	Da Rua 25 de Julho até a Rodovia SC 413 – Guilherme Jensen	0,6906
RUA	HELMUTH SPRUNG	
	Inicio até a Rua 7 de Setembro	0,6906
	Da Rua 7 de Setembro até a Rua 11 de Novembro	1,3018
	Da Rua 11 de Novembro até a Rua 25 de Julho	0,9763
	Da Rua 25 de Julho até a Rua 026	0,6906
RUA	ERICH LEU	
	Inicio até a Rua 7 de Setembro	0,6906
	Da Rua 7 de Setembro até a Rua 11 de Novembro	1,3018
	Da Rua 11 de Novembro até a Rua 25 de Julho	0,9763
	Da Rua 25 de Julho até a Rua 026	0,6906
RUA	BERTHOLD MULLER	
	Da Rua 11 de Novembro até a Rua 25 de Julho	0,9763
	Da Rua 25 de Julho até a Rua 026	0,6906
RUA	ADOLFO CARDOSO	
	Inicia Rua 11 de Novembro lado direito até o fim	0,3803
	Inicia Rua 11 de Novembro lado esquerdo até o fim	0,1901
RUA	043	
	Da Rua Eugenio Kleine até a Rua 11 de Novembro	0,2852
	Da Rua 11 de Novembro até a Rua Alfredo Muller	0,1901
	Da Rua Alfredo Muller até a Rua 1 de Maio	0,2852
RUA	ARCESTE PACHER	
	Inicio na Rua 13 de Outubro até Rua Alfredo Muller	0,1901
	Da Rua Alfredo Muller até a Rua 11 de Novembro	0,3803
	Da Rua 11 de Novembro até a Rua Eugenio Klein	0,2852
RUA	DA INTEGRAÇÃO	
	Inicio lado esquerdo até Rua 11 de Novembro	0,2852
	Da Rua 11 de Novembro até a Rua 079	0,5704
	Da Rua 079 até o trevo da Rua Thomaz Radwanski	0,3803
	Do trevo da Rua Thomaz Radwanski até a ponte sobre o Rio Guarani (Projetada)	0,1098
RUA	ALFREDO MULLER	
	Da Rua Arceste Pacher até a Rua Augusto Laffin	0,5404
	Da Rua Augusto Laffin até o fim	0,2702
RUA	1º DE MAIO	
	Inicio na Rua Gustavo Jensen até a Rua Paulo Cardoso	0,3803
	Da Rua Paulo Cardoso até a Rua Arceste Pacher (Projetada)	0,1901
	Da Rua Arceste Pacher até a Rua 11 de Novembro	0,3803
RUA	HELGA GUESSER	
	Da Rua 11 de Novembro até a Rua 078	0,5704
	Da Rua 078 até Rua 13 de Outubro	0,3803
	Da Rua 13 de outubro até a Rua Harold Laffin	0,2702
RUA	SANTA CATARINA	
	Da Rua 11 de Novembro até a Rua 1 de Maio	0,5704
	Da Rua 1 de Maio até a Rua Helga Guesser.	0,2702
RUA	OTTO BAUER	
	Inicio na Rua Butuca até a Rodovia SC - 413	0,2702

	Da Rodovia SC - 413 ate a Rua Eugenio Klein	0,3042
	Da Rua Eugenio Klein até a Rua 1º de Maio	0,3803
	Da Rua 1º de Maio até a Rua Harold Laffin	0,2702
RUA	PATRIMONIO	
	Do entroncamento com a Rua 020 até a Rua Adele Bruch	0,4498
	Da Rua Adele Bruch até o final do perímetro urbano	0,1499
RUA	020	
	Do Trevo da Rodovia SC413 até a Rua Carlos Gutknecht	0,6509
	Da Rua Carlos Gutknecht até a Rua 099	0,4498
	Da Rua 099 até entroncamento com a Rua 097	0,3803
RUA	WLADYSLAW KAZMIERSKI	
	Da Rua Pulo Cardoso ate a Rua Luis Kreis	0,3803
	Da Rua Luis Kreis ate a Rua Alberto Holtz	0,3803
RUA	FRANCISCO BRAMORSKI	
	Da Rua 11 de Novembro ate a Rua Eugenio Kleine	0,4604
	Da Rua Victor Bramorski ate a Rua Wladislau Kasmirski	0,2999
RUA	EUGENIO KLEIN	
	Da Rua Francisco Bramorski até a Rua Alberto Holtz	0,4604
	Da Rua Alberto Holtz até esquina com a Rua 043	0,1499
	Da esquina com a Rua 043 até a Rua Otto Bauer	0,3803
	Da Rua Otto Bauer até a Rua 070	0,2702
RUA	GUSTAVO JENSEN	
	Da Rua 11 de Novembro até Rua André Kubnik	0,4604
	Da Rua André Kubnik até o final no encontro com a linha do perímetro urbano	0,3803
RUA	ALBERTO HOLTZ	
	Inicio na Rua 039 ate a Rua Eugenio Kleine	0,4594
	Da Rua Eugenio Kleine até Rua Victor Bramorski	0,3803
	Da Rua Victor Bramorski ate a Rodovia SC – 413 – Guilherme Jensen	0,3803
RUA	RUA BUTUCA	
	Inicio na Rua Otto Bauer até Rua Rogério Antonio Tassi	0,2702
	Da Rua Rogério Antonio Tassi ate o fim no encontro com alinha do perimetro	0,2196
RUA	HARROLD LAFFIN	
	Da Rua Augusto Laffin ate Trevo com a Rua da Integração	0,3803
	Da Rua 11 de novembro ate a Rodovia SC – 413 – Rodovia Guilherme Jensen	0,3803
RUA	MADRE ROSA ANTONINA HUTNIK	
	Da Rua Thomaz Radwanski ate entroncamento com a Rua Padre Silvio Micheluzzi	0,4393
	Da Rua Padre Silvio Micheluzzi ate o fim de encontro com a linha do perimetro	0,2196
RUA	PADRE SILVIO MICHELUZZI	
	Da Rua Madre Rosa Antonina Hutnik ate a Srv. S005	0,2702
	Da Srv. S005 ate o fim de encontro com a linha do perimetro	0,2196
RUA	AUGUSTO LAFFIN	
	Da Rua 11 de Novembro até Rua Harold Laffin	0,7612
	Da Rua Harold Laffin ate a Rodovia SC – 474 – Rodovia Guilherme Jensen	0,4942

RUA	THOMAZ RADWANSKI	
	Do Trevo com a Rua da Integração até a Rua Madre Rosa Antonia Hutnick	0,4393
	Da Rua Madre Rosa Antonia Hutnick ate o fim de encontro com a linha do perimetro	0,2702
RUA	BENJAMIM CONSTANT	
	Iniciando na Rua Aderico Girardi até a Rua 091 Theofilo Brych	0,2852
	Da Rua Theofilo Brych até o final	0,1128
RUA	Rua Osmar Rode	0,4604
RUA	Rua Erwino Seifert	0,4604
RUA	Rua Wigand Donath	0,3294
RUA	Rua Benno Rode	0,3803
RUA	Rua Rudolfo Volles	0,1901
RUA	Rua Adalberto Baumgarten	0,1901
RUA	Rua Adele Bruch	0,2852
RUA	Rotatória Praça Bertoldo Guesser	0,5404
RUA	Rua 079	0,2702
RUA	Rua Alberto Reck	0,2196
RUA	Rua Progresso	0,2196
RUA	Rua Wiellhem Zech	0,2196
RUA	Rua 039	0,1901
RUA	Rua 076 – 24 de Maio	0,2702
RUA	Rua 13 de Outubro	0,2702
RUA	Rua 12 de Outubro	0,2702
RUA	Rua Das Missões	0,2702
RUA	Rua 25 de Dezembro	0,2702
RUA	Rua Batista Melchiorretto	0,3803
RUA	Rua 056	0,3803
RUA	Rua 049	0,2702
RUA	Rua Heinrich Bruch	0,2702
RUA	Rua Albino Scaburi	0,2702
RUA	Rua Acassio Roberto Uller	0,2702
RUA	Rua Jose Galczinski	0,2702
RUA	Rua 8 de Março	0,2702
RUA	Rua 058	0,2702
RUA	Rua Alfredo Borchardt	0,2702
RUA	Rua 9 de Abril	0,2702
RUA	Rua070 (projetada)	0,1098
RUA	Rua 062	0,2196
RUA	Rua 060	0,2196
RUA	Rua André Kubnick	0,3803
RUA	Rua Padre Vicente Stelmasczyk	0,4393
RUA	Rua 061	0,2196
RUA	Rua 040	0,5007
RUA	Rua 026	0,3808
RUA	Rua 053	0,2702
RUA	Rua 055	0,2702
RUA	Rua 054	0,2702

RUA	Rua 105	0,2852
RUA	Rua Amélia Brucheimer Bramorski	0,3294
RUA	Rua Felipe Jensen	0,1901
RUA	Rua Alberto Bruch	0,1901
RUA	Rua Artur Voelz	0,1901
RUA	Rua 049	0,1901
RUA	Rua Rogério Antonio Tassi	0,1901
RUA	Rua Leopoldo Manke	0,1901
RUA	Rua 118	0,2702
RUA	Rua 084	0,2852
RUA	Rua 080	0,2852
RUA	Rua 081	0,2852
RUA	Rua 083	0,2852
RUA	Rua 085	0,2852
RUA	Rua 088	0,2852
RUA	Rua 087 – Rua Guaramirim	0,1901
RUA	Rua 090	0,1128
RUA	Rua 094 – Rua Expedicionário Ladislau Lewandowski	0,1128
RUA	Rua Ribeirão Unberto	0,1128
RUA	Rua Aderico Girardi	0,2852
RUA	Rua 100	0,1128
RUA	Rua 099	0,1128
RUA	Rua Carlos Gutknechi	0,1128
RUA	Rua 098	0,1128
RUA	Rua 089	0,1128
RUA	Rua Theophilo Brych	0,1901
RUA	Rua 092 – VL 06	0,1901
RUA	Rua 093 – VL 08	0,1901
RUA	Rua Henrique Kuchenbecker	0,2196
RUA	Rua 111 – Willy Bruch	0,1901
RUA	Rua 078	0,2702
RUA	Rua 112	0,1128
RUA	Rua 113	0,1128
RUA	Rua 39	0,2702
RUA	Rua 115	0,1901
RUA	Rua 116	0,1128
SER.	Srv. S001	0,3294
SER.	Srv. S002	0,3294
SER.	Srv. S 004	0,2196
SER.	Srv. S005	0,2196
SER.	Srv. S006	0,2196
SER.	Srv. S007 - das Palmeiras	0,3803
SER.	Srv. S008	0,2702
SER.	Srv. S009	0,2702
SER.	Srv. S010	0,2852
SER.	Srv. S011	0,1901
SER.	Srv. S013 - Julio Cisz	0,2702
SER.	Srv. S014	0,1098

SER.	Srv. S015	0,2702
SER.	Srv. S018	0,2196
SER.	Srv. S019	0,1901
SER.	Srv. S020	0,2702
SER.	Srv. S023	0,2702
SER.	Srv. S024	0,2196
SER.	Srv. S025	0,2702
SER.	Srv. S026	0,2852
SER.	Srv. S027	0,2702
SER.	Srv. S028	0,2702
SER.	Srv. S029	0,1901
SER.	Srv. S030	0,1901
SER.	Srv. S031	0,2702
SER.	Srv. S032	0,2196
SER.	Srv. S033	0,2852
SER.	Srv. S034 – Willy Volles	0,1901
SER.	Srv. S036	0,1128
SER.	Srv. S037	0,1901
SER.	Srv. S042	0,1128
SER.	Srv. S052	0,2852
SER.	Srv. S053	0,1901
SER.	Srv. S054	0,2852
SER.	Srv. S056	0,1901
SER.	Srv. S057	0,1901
SER.	Srv. S058	0,1901
SER.	Srv. S059 – PEDRO SAFANELLI	0,1901
SER.	Srv. S060	0,1901
SER.	Srv. S061	0,1128
SER.	Srv. S062	0,1128
SER.	Srv. S063	0,1901
SER.	Srv. S064	0,1901
SER.	Srv. S065	0,1098
SER.	Srv. S066	0,1901
SER.	Srv. S067	0,1901
SER.	Srv. S068	0,1901
SER.	Srv. S069	0,2702
SER.	Srv. S070	0,1128
SER.	Srv. S071	0,1128
SER.	Srv. S072	0,1128
SER.	Srv. S073	0,1901
SER.	Srv. S074	0,1901
SER.	Srv. S075	0,1901
SER.	Srv. S076	0,1901
SER.	Srv. S077	0,1901
SER.	Srv. S078	0,1901
SER.	Srv. S079	0,1901
SER.	Srv. S080	0,1128
SER.	Srv. S082	0,1128

SER.	Srv. S083	0,1128
SER.	Srv. S084	0,1901
SER.	Srv. S085	0,1901
SER.	Srv. S086	0,1901
SER.	Srv. S087	0,1901
SER.	Srv. S088	0,1901
SER.	Srv. S089	0,1901
SER.	Srv. S090	0,1901

Lei Nº 1266/2010

LEI Nº 1266/2010

Aprova novos limites do perímetro urbano e dá outras providências

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica delimitado o novo Perímetro Urbano do Município de Massaranduba, conforme planta anexa e demais disposições desta lei.

Art. 2º A linha demarcatória do Perímetro Urbano é o elemento de referência, entendendo-se como Área Urbana no município de Massaranduba, todas as áreas remanescentes das propriedades em parte atingidas pela linha do Perímetro.

Art. 3º O Perímetro Urbano da Cidade de Massaranduba fica delimitado pela poligonal formada pelos seguintes vértices: Tendo como início o Vértice AOZ V01, localizado na cabeceira da ponte da Rodovia SC 413 lado nordeste, sobre o rio Putanga e na máxima extremidade norte do polígono, e definido pelas Coordenadas Geográficas, Latitude 26°34' 18,5641"S, e Longitude 48°58'35,0234"W IBGEBRASIL, e coordenadas planas retangulares UTM Datun SAD 69 N 7059385,084m E 701553,166m, referida ao Meridiano Central 51°00'00" W de Gr., deste, seguindo com os azimutes plano e distâncias: 101°52'27" e 124,46m até o vértice AOZ V02 coordenadas N 7059359,475 E 701674,960; 172°34'33" e 479,81m até o vértice AOZ V03 coordenadas N 7058883,683 E 701736,958; 216°17'56" e 1.996,91m até o vértice AOZ V04 coordenadas N 7057274,293 E 700554,797; 129°18'49" e 598,14m até o vértice AOZ V05 coordenadas N 7056895,335 E 701017,568; 220°00'40" e 385,86m até o vértice AOZ V99 coordenadas N 7057162 E 701314 distante 390,00m ate o vertice AOZ V100 coordenadas N 7057255 E 701599 distante 245,00m ate o vertice AOZ V101 coordenadas N 7057513 E 701867 distante 420,00m ate o vertice AOZ V102 coordenadas N 7057677 E 702128 distante 310,00m ate o vertice AOZ V103 coordenadas N 7057797 E 702124 distante 125,00m ate o vertice AOZ V104 coordenadas N 7057801 E 701898 distante 225,00m ate o vertice AOZ V105 coordenadas N 7057708 E 701681 distante 235,00m ate o vertice AOZ V106 coordenadas N 7057732 E 701558 distante 130,00m ate o vertice AOZ V107 coordenadas N 7057969 E 701060 distante 545,00m ate o vertice AOZ V06 coordenadas N 7056599,795 E 700769,484 182°07,23" e 1.027,75m até o vértice AOZ V07 coordenadas N 7055572,745 E 700731,410; 90°00'00" e 880,78m até o vértice AOZ V08 coordenadas N 7055572,745 E 701612,189; 180°00'00" e 1.644,19m até o vértice AOZ V09 coordenadas N 7053928,558 E 701612,189; 270°00'00" e 1.152,81m até o vértice AOZ V10 coordenadas N 7053928,558 E 700459,380; 0°00'00" e 1.505,76m até o vértice AOZ V92 coordenadas N 7053769 E 700336 distante 210,00m ate o vertice AOZ V93 coordenadas N 7053101 E 696497 distante 1.070,00m ate o vertice AOZ V94 coordenadas N 7052922 E 699634 distante 225,00m ate o vertice AOZ V95 coordenadas N 7053380 E 700207 distante 740,00m ate o vertice AOZ V96 coordenadas N 7053682 E

700541 distante 450,00m ate o vertice AOZ V97 coordenadas N 7053730 E 700799 distante 260,00m ate o vertice AOZ V98 coordenadas N 7053941 E 700946 distante 260,00m ate o vertice AOZ V11 coordenadas N 7055434,320 E 700459,380; 270°00'00" e 772,88m até o vértice AOZ V12 coordenadas N 7055434,320 E 699686,503; 0°00'00" e 286,01m até o vértice AOZ V13 coordenadas N 7055720,326 E 699686,503; 270°00'00" e 146,80m até o vértice AOZ V14 coordenadas N 7055720,326 E 699539,703; 229°15'02" e 610,86m até o vértice AOZ V15 coordenadas N 7055321,586 E 699076,931; 116°32'44" e 159,99m até o vértice AOZ V16 coordenadas N 7055250,084 E 699220,057; 202°42'40" e 284,21m até o vértice AOZ V17 coordenadas N 7054987,912 E 699110,327; 287°51'52" e 310,78m até o vértice AOZ V18 coordenadas N 7055083,247 E 698814,535; 207°59'59" e 863,79m até o vértice AOZ V19 coordenadas N 7054320,564 E 698409,013; 180°35'03" e 1403,89m até o vértice AOZ V20 coordenadas N 7052916,750 E 698394,701; 200°59,18" e 2.450,84m até o vértice AOZ V21 coordenadas N 7049635 E 697254 e distancia de 1.000,00m até o vértice AOZ V22 coordenadas N 7049635 E 696406 e distancia de 1.400,00 até o vértice AOZ V23 coordenadas N 7051894,043 E 697155,014; 5°58'12" e 1.301,73m até o vértice AOZ V24 coordenadas N 7053188,717 E 697290,403; 295°54'38" e 485,03m até o vértice AOZ V25 coordenadas N 7053400,660 E 696854,129; 27°56'48" e 752,44m até o vértice AOZ V26 coordenadas N 7054065,359 E 697206,761; 5°54'11" e 1,032,94m até o vértice AOZ V27 coordenadas N 7055098,334 E 696678,450; 296°50'16" e 676,40m até o vértice AOZ V28 coordenadas N 7054792,961 E 697281,991; 297°15'00" e 1.138,80m até o vértice AOZ V29 coordenadas N 7055619,765 E 695666,034; 297°05'48" e 840,75m até o vértice AOZ V30 coordenadas N 7056003,867 E 694915,321; 359°17'25" e 305,54m até o vértice AOZ V31 coordenadas N 7056309,388 E 694911,537; 335°16'03" e 847,61m até o vértice AOZ V32 coordenadas N 7057077,068 E 694557,913; 234°41'20" e 314,45m até o vértice AOZ V33 coordenadas N 7056895,312 E 694301,316; 336°30'04" e 224,19m até o vértice AOZ V34 coordenadas N 7057100,906 E 694211,925; 244°04'44" e 666,18m até o vértice AOZ V35 coordenadas N 7056809,698 E 693612,769; 257°07'47" e 477,27m até o vértice AOZ V36 coordenadas N 7056703,386 E 693147,486; 175°05'46" e 631,82m até o vértice AOZ V37 coordenadas N 7056073,876 E 693201,495; distância de 2.900,00m até o vértice AOZ V91 coordenadas N 7053214 E 693600 distancia de 1.300,00m até o vértice AOZ V53 coordenadas N 7053891,535 E 692510,132 291°53'05" e 497,00m até o vértice AOZ V54 coordenadas N 7054076,785 E 692048,947 202°18'14" e 747,22m até o vértice AOZ V55 coordenadas N 7053385,464 E 691765,363 314°06'56" e 121,00m até o vértice AOZ V56 coordenadas N 7053469,688 E 691678,488 206°29'24" e 71,62m até o vértice AOZ V57 coordenadas N 7053405,583 E 691646,541 217°54'12" e 173,18m até o vértice AOZ V58 coordenadas N 7053534,086 E 691530,444 26°15'42" e 247,47m até o vértice AOZ V59 coordenadas N 7053756,017 E 691639,945 295°57'16" e 199,23m até o vértice AOZ V60 coordenadas N 7053843,212 E 691460.8061 17°11'49" e 462,44m até o vértice AOZ V61 coordenadas N 7054284,983 E 691597,532 291°32'54" e 74,15m até o vértice AOZ V62 coordenadas N 7054312,217 E 691528,563 44°35'25" e 297,26m até o vértice AOZ V63 coordenadas N 7054523,913 E 691737,253 299°10'03" e 214,02m até o vértice AOZ V64 coordenadas N 7054628,216 E 691550,374 12°38'05" e 398,25m até o vértice AOZ V65 coordenadas N 7055017,416 E 691637,620 02°55'18" e 677,22m até o vértice AOZ V66 coordenadas N 7055693,755 E 691672,141 290°41'28" e 74,60m até o vértice AOZ V67 coordenadas N 7055720,048 E 691602,524 02°50'57" e 200,01m até o vértice AOZ V68 coordenadas N 7055919,808 E 691612,466 115°15'26" e 56,45m até o vértice AOZ V69 coordenadas N 7055895,719 E 691663,525 350°36'09" e 1.004,19m até o vértice AOZ V70 coordenadas N 7056886,435 E 691499,554 107°41'35" e 543,20m até o vértice AOZ V71 coordenadas N 7056721,346 E 692017,058 08°06'09" e 49,75m até o vértice

AOZ V72 coordenadas N 7056770,601 E 692024,070 108°33'13" e 323,63m até o vértice AOA V73 coordenadas N 7056667,624 E 692330,878 87°27'17" e 381,84m até o vértice AOA V74 coordenadas N 7056684,610 E 692713,017 247°13'48" e 275,79m até o vértice AOA V75 coordenadas N 7056954,167 E 692651,924 85°11'21" e 870,24m até o vértice AOA V76 coordenadas N 7057027,151 E 693519,101 15°09'31" e 263,53m até o vértice AOA V77 coordenadas N 7057281,510 E 693588,012 108°44'02" e 141,60m até o vértice AOA V78 coordenadas N 7057236,033 E 693722,108 62°15'17" e 751,99m até o vértice AOA V79 coordenadas N 7057586,116 E 694387,644 157°20'10" e 416,95m até o vértice AOA V80 coordenadas N 7057201,366 E 694548,303 52°06'04" e 170,14m até o vértice AOA V81 coordenadas N 7057305,879 E 694682,561 153°18'37" e 382,72m até o vértice AOA V82 coordenadas N 7056963,935 E 694854,463 54°28'38" e 74,36m até o vértice AOA V83 coordenadas N 7057007,142 E 694914,987 157°39'12" e 736,59m até o vértice AOA V84 coordenadas N 7056325,865 E 695195,045 112°07'27" e 460,34m até o vértice AOA V85 coordenadas N 7056152,492 E 695621,493 08°23'46" e 312,1 m até o vértice AOA V86 coordenadas N 7056461,258 E 695667,067 119°19'14" e 2.043,46m até o vértice AOA V87 coordenadas N 7055460,582 E 697448,751 213°31'56" e 92,62m até o vértice AOA V88 coordenadas N 7055383,371 E 697397,595 110°03'57" e 569,83m até o vértice AOA V89 coordenadas N 7055188,579 E 697932,913 30°57'36" e 4.048,80m até o vértice AOA V90 coordenadas N 7058660,527 E 700015,780 64°44'42" e 1.699,94m chega-se ao vértice AOA V01, vértice inicial da descrição deste perímetro.

Art. 4º A área urbana total do município de Massaranduba/SC passa a ser de 24.956.743,00 m².

Art. 5º Fica revogada a Lei Municipal Nº 958/2006 de 15 de dezembro de 2006

Art. 6º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA EM, 22 DE DEZEMBRO DE 2010.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretaria de Administração e Finanças

Novo Horizonte

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 1841/2010

DECRETO Nº 1.841/2010 de 20 de Dezembro de 2010.

Abre crédito adicional suplementar por anulação de dotação e dá outras providências.

SANTOS ZILLI, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica e amparado pelas disposições dos arts. 41, I, 42 e 43, III, da Lei Federal 4.320:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar por anulação de dotação do orçamento vigente, no valor de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), relativos a recursos ordinários, assim consignados:

50.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA TRANSPORTES OBRAS E MEIO AMBIENTE

50.01 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Atividade 2.023 - Manutenção do Depto de Transportes

Elemento de Despesa 3.1.91-01-0000-000000 - Aplicações Diretas decor op. Entre órgãos.R\$ 2.100,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 2.100,00

Art. 2º - Para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação, no valor de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais).

50.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA TRANSPORTES OBRAS E MEIO AMBIENTE

50.01 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Projeto 1.0062 - Construção de Pontes e Pontilhões

Elemento de Despesa 3.1.90-01-0000-000000 - Aplicações Diretas .R\$ 2.100,00

TOTAL ANULADO R\$ 2.100,00

Art. 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder as alterações necessárias no PPA (Plano Plurianual) e LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), resultantes desta suplementação por anulação de dotações orçamentárias.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Novo Horizonte/ SC, 20 de dezembro de 2010.

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal.

Decreto 1842/2010

DECRETO Nº 1.842/2010 de 20 de Dezembro de 2010.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação do exercício e dá outras providências.

SANTOS ZILLI, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos arts. 41- I, 42 e 43 - II, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei Orçamentária 406/2009;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação do exercício de 2010, no orçamento vigente, no valor de R\$ 0,08 (oito centavos), relativos a recursos vinculados, assim consignados:

40.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

40.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Atividade 2.015 - Manut. Ensino Médio

Elemento de Despesa 3.3.90.01.0069.000000 Aplicações Diretas R\$ 0,08

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 0,08

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC

Em 20 de Dezembro de 2010.

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal

Extrato de Publicação do Processo Licitatório Nº 055/2010 TP Nº 005/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
Processo Licitatório Nº 055/2010
TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2010
Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

Objeto: Constitui objeto da presente licitação seleção de propostas para a Pavimentação Asfáltica, trecho 1 da Rua João Poglia e parte da Rua Catarino Sanagiotto, sede do município, com recursos advindos do Contrato Nº 0329811-63/2010 - Programa Gestão da Política de Desenvolvimento do Ministério das Cidades, em regime de empreitada global, conforme Projetos, memorial descritivo, orçamentos e Cronograma físico-financeiro, descritos nos Anexos parte integrante do edital.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 21/01/2011.

O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, 01, nos dias úteis, das 7:30 h as 11:30 h e 13:30h as 17:30 h, ou pelo fone (49) 3362-0024.

Fundamentação Legal: Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores Novo Horizonte (SC) em 27 de Dezembro de 2010.

Extrato de Publicação do Processo Licitatório Nº 056/2010-TP Nº 06/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
Processo Licitatório Nº 056/2010
TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2010
Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

Objeto: Constitui objeto da presente licitação seleção de propostas para a Pavimentação Asfáltica, sobre pedras irregulares na Rua Soterio Cacciatore, sede do município, com recursos advindos do Contrato Nº 0334669-31/2010 - Programa Gestão da Política de Desenvolvimento do Ministério das Cidades, em regime de empreitada global, conforme Projetos, memorial descritivo, orçamentos e Cronograma físico-financeiro, descritos nos Anexos, parte integrante do edital.

Abertura dos Envelopes: 14:00 horas do dia 21/01/2011.

O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, 01, nos dias úteis, das 7:30 h as 11:30 h e 13:30h as 17:30 h, ou pelo fone (49) 3362-0024.

Fundamentação Legal: Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores Novo Horizonte (SC) em 27 de Dezembro de 2010.

Paulo Lopes

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº. 1428 de 22 de Dezembro de 2011

LEI Nº. 1428 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

Declara de utilidade pública a ACIAPLO - Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Paulo Lopes.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica declarada de utilidade pública a ACIAPLO - Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Paulo Lopes.

Artigo 2º - À entidade de que se trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 22 de dezembro de 2010.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei no Diário Oficial dos Municípios, em 27 de dezembro de 2010.

Zenita Feliciano da Silva

Secretário M. de Administração

Decreto Nº 68/10

DECRETO Nº 68/10.

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

Art. 1º - Fica autorizado, no orçamento fiscal vigente, suplementação da dotação abaixo, no valor de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

0201 - GABINETE DO PREFEITO R\$ 8.900,00

04.122.0009.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito R\$ 8.900,00

3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 8.900,00

0501 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 5.450,00

12.361.0018.2.011 - Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 3.900,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.01 - Aplicações Diretas R\$ 3.900,00

12.367.0018.2.016 - Atendimento ao Deficiente R\$ 1.550,00

3.3.50.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 1.550,00

0701 - FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE R\$ 1.320,00

08.243.0027.2.021 - Pagamento de Conselheiros Tutelares R\$ 1.320,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 1.320,00

0801- SEC. DE TRANSP, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$ 44.200,00

15.452.0031.2.027 - Manutenção da Limpeza Pública R\$ 12.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

26.782.0031.2.029 - Manutenção da Secretaria de Obras R\$ 32.200,00

3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 12.830,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 19.370,00

1001 - SECRETARIA DE AGRICU., INDÚSTRIA E COMÉRCIO R\$ 12.130,00

20.606.0048.2.045 - Manutenção da Secretaria de Agricultura R\$ 12.130,00

3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 12.130,00

Art 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo excesso de arrecadação da fonte 0.1.00 no valor de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 22 de dezembro de 2010.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 27 de dezembro de 2010.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária M. de Administração

Pinheiro Preto

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Alteração de Licitação Nº 060/2010

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
AVISO DE ALTERAÇÃO DE
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 060/2010
PREGÃO PRESENCIAL

O Município de Pinheiro Preto, através do Chefe do Poder Executivo, torna público, que realizou as seguintes alterações no edital de licitação nº 060/2010, modalidade Pregão Presencial, cujo objeto visa contratação de empresa prestadora de serviços técnicos profissionais comuns na área elétrica (eletricista) e serviços de manutenção dos equipamentos (móveis e imóveis), na forma que segue:

11. CONDIÇÕES DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS E PRAZO DO CONTRATO
()

11.2. O profissional deverá cumprir carga horária de 10:00 hs semanais.

As demais cláusulas de referido edital permanecem inalteradas.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 23 de dezembro de 2010.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito

Chamada Pública Nº 003/2010

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL 003/2010
CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2010 PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR
CONFORME LEI 11.947/2009

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 13/01/2010, seleção de proposta, visando à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura e do empreendedor familiar rural para as escolas do município. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 13/01/2011, até as 10:30hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:45hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562 2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato do Contrato Nº 052/2010 - EDUCAÇÃO

Extrato de Contrato Nº 052/2010 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 070/2010

Objeto: EMASSAMENTO E REPINTURA DA ESCOLA ALDA FURTADO DOS SANTOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL.

Contratado: RAMOS & BEHLING LTDA ME

Prazo de vigência: O presente contato terá vigência até 31/12/2010.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 9.220,00 (Nove mil e duzentos e vinte reais).

Data e assinatura do contrato: 7 de dezembro de 2010.

ALBERT STADLER

Prefeito

Extrato do Contrato Nº 053/2010 - EDUCAÇÃO

Extrato de Contrato Nº 053/2010 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 071/2010

Objeto: REFORMA DO N.D.I ALDA FURTADO DOS SANTOS COM AREA DE 46,63m², COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL.

Contratado: RAMOS & BEHLING LTDA ME

Prazo de vigência: O presente contato terá vigência até 31/12/2010.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 14.995,00 (Quatorze mil e novecentos e noventa e cinco reais).

Data e assinatura do contrato: 7 de dezembro de 2010.

ALBERT STADLER

Prefeito

Porto União

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 3.844/2010

LEI Nº 3.845, de 22 de dezembro de 2010.

Denomina a rua que liga a BR 280 até os Conjuntos Porto União e São João Maria em nossa cidade de Julia Hollas.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada a rua que liga a BR 280 até os Conjuntos Porto União e São João Maria em nossa cidade de Julia Hollas.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 22 de dezembro de 2010.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal em Exercício

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 3.845, de 22 de dezembro de 2010.

J U S T I F I C A T I V A

Júlia Hollas nasceu no dia vinte de fevereiro de um mil oitocentos e noventa e oito na cidade de São Gerônimo, Estado do Rio Grande do Sul. Filha de Adolpho e Juliana Gebinski. Seus pais eram agricultores e dona Juliana também era parteira. Júlia aprendeu com a mãe desde menina a ajudar as mulheres nas horas do parto.

No dia dezessete do ano de um mil novecentos e dezenove no Município de Guaíba, Distrito de Mariana Pimentel, casou-se com João Hollas, nesta mesma cidade tiveram sua primeira filha chamada Elly.

Vieram para o Paraná, aproximadamente no ano de um mil novecentos e vinte e dois, localidade de Flor da Serra no Município de Porto Vitória. Compraram um terreno e trabalharam na agricultura. Ali tiveram os seguintes filhos: Lídia, Gerdaum, Arlindo, Joana, Odílio, João, Avelino e Reinaldo.

Dona Júlia continuou seu trabalho de parteira, a chamavam qualquer horário, ela sempre com muita disposição e dedicação ajudava a todos que a procuravam, mesmo depois do parto auxiliava as mulheres na recuperação pós-parto com ervas que cultivava.

No ano de um mil novecentos e quarenta e cinco vieram morar na cidade de Porto União, no Pintado, onde seu marido comprou um terreno. Seu João continuou trabalhando na agricultura era encarregado da Fazenda Santa Rosa.

Júlia teve um papel fundamental na comunidade do Pintado e redondeza mãe e esposa exemplar, pessoa muito admirada pela família e toda comunidade, pois sempre auxiliou as pessoas que dela precisavam.

Dona Júlia adoeceu e não pode mais dar continuidade ao trabalho que tanto amava e que dedicou por toda sua vida. Ficou acamada durante doze anos, teve atrofia óssea, sua saúde ficou muito fragilizada.

Faleceu no dia vinte e nove de dezembro de um mil novecentos e oitenta e nove com noventa anos de idade.

A rua com o nome da homenageada pertence a família, nada mais justo diante da importância do trabalho social desenvolvido por dona Júlia, assim mantendo sua memória viva em nossa comunidade.

Lei Nº 3.840/2010

LEI Nº 3.840, de 22 de dezembro de 2010.

Ratifica Protocolo de Intenções do Consórcio Público Intermunicipal para Solução de Problemas Públicos Comuns - CONIN, nos termos da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, e do Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam ratificados todos os termos do protocolo de intenções do Consórcio Público Intermunicipal para Solução de Problemas Públicos Comuns - CONIN, aprovado em assembléia extraordinária em 05 de outubro de 2010 e publicado no Diário Oficial do Município em data de 18 de outubro de 2010, edição nº 596, que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2º O Consórcio Público Intermunicipal para Solução de Problemas Públicos Comuns - CONIN será constituído sob a forma de Associação Pública de Direito Jurídico Público Interno, de natureza autárquica e é ente integrante da administração pública indireta do conjunto dos Municípios consorciados.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 22 de dezembro de 2010.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal em Exercício

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças
e Contabilidade

ANEXO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº 3.840, de 22 de dezembro de 2010.

PROTOCOLO DE INTENÇÕES CELEBRADO PELOS MUNICÍPIOS DE PORTO UNIÃO-SC E UNIÃO DA VITÓRIA-PR, VISANDO A CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL

Os Prefeitos dos Municípios de PORTO UNIÃO/SC e UNIÃO DA VITÓRIA/PR resolvem formalizar o presente Protocolo de Intenções, com o objetivo de criar o Consórcio Público Intermunicipal para Solução de Problemas Públicos Comuns nos ditames da Lei Federal nº 11.107/2005, constituindo-o sob a forma de sociedade jurídica de direito público de natureza autárquica. O escopo é ordenar a utilização dos recursos disponíveis e reforçar o papel dos Municípios integrantes na elaboração e gestão das políticas públicas destinadas à solução de problemas da área de saneamento básico (Saneamento Básico - Conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de: captação, tratamento e distribuição de água potável; coleta, tratamento e disposição final de efluentes de esgotos sanitários; coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas), de recursos hídricos e bacia hidrográfica. Objetiva-se, também, possibilitar a gestão associada desses serviços públicos, através do gerenciamento, planejamento, coordenação e execução nas áreas abrangidas pelo Consórcio Público.

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, DOS ENTES CONSORCIADOS, DO REGIME JURÍDICO, DO PRAZO E DA SEDE

Cláusula Primeira - Referido consórcio será denominado "Consórcio Público Intermunicipal para Solução de Problemas Públicos Comuns - CONIN", representado pelos Municípios de União da Vitória (PR) e de Porto União (SC).

Cláusula Segunda - Poderão vir a integrar o CONIN demais Municípios da Região Sul do Paraná e do Planalto Norte Catarinense, seja por adesão integral ou parcial aos termos do presente Protocolo de Intenções, com publicação da Lei de Ratificação e, conseqüentemente, assinatura do Contrato de Rateio, consoante termos do Decreto Federal nº 6.017/2007.

Cláusula Terceira - O CONIN reger-se-á pelas normas da Lei Federal nº 11.107/2005, Decreto Federal nº 6.017/07, Lei Federal nº 11.445/2007 e pelas Leis Federais nº 8.666/97 e 8.987/95 e demais dispositivos legais pertinentes, bem como pela regulamentação que vier a ser adotada pelos seus órgãos.

Parágrafo Único - Por se revestir de personalidade jurídica de direito público, o CONIN observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, celebração de contratos, prestação de contas e admissão de pessoal, passando a integrar a administração indireta de todos os entes federativos consorciados, consoante dispõe o artigo 7º, §1º do Decreto Federal nº 6.017/07

Cláusula Quarta - O CONIN será constituído por prazo indeterminado.

Cláusula Quinta - A área de atuação do CONIN será formada pelos territórios dos Municípios associados que o integram, constituindo uma unidade territorial e inexistindo limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe. (art. 2º, II, "a" do Decreto Federal nº 6.017/07)

Parágrafo Primeiro - O CONIN, terá sede na Praça Visconde de Nácar, s/n, Centro, União da Vitória - PR.

Parágrafo Segundo - A alteração da sede do CONIN poderá ocorrer mediante decisão da Assembléia Geral, devidamente fundamentada, com voto da maioria absoluta dos Municípios Consorciados.

CAPÍTULO II

DAS FINALIDADES

Cláusula Sexta - O CONIN terá as seguintes finalidades:

I - Planejar, implantar, gerir, coordenar e executar os serviços públicos área de saneamento básico (Saneamento Básico - Conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de: captação, tratamento e distribuição de água potável; coleta, tratamento e disposição final de efluentes de esgotos sanitários; coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas), de recursos hídricos e bacia hidrográfica.

II - Assegurar a prestação desses serviços públicos conforme legislação vigente, para a população dos municípios consorciados;

III - Assegurar o estabelecimento de um sistema de controle da prestação desses serviços de forma eficiente e eficaz, inclusive mediante a execução direta ou indireta nos Municípios, mediante a pactuação de Contrato de Rateio e pagamento de preço público;

IV - Gerenciar, juntamente com as Secretarias, órgãos e departamentos competentes dos Municípios consorciados, os recursos técnicos e financeiros, conforme pactuado em contrato de rateio, de acordo com os parâmetros aceitos pelo Ministério das Cidades e demais princípios, diretrizes e normas que regulam a prestação dos serviços objeto do presente Consórcio Público;

V - Realizar processos licitatórios compartilhados, dos quais, em cada um deles decorram dois ou mais contratos celebrados por consorciados ou entes de sua administração indireta, bem como estabelecer relações cooperativas com outros consórcios regionais que venham a ser criados e que, por sua localização, no âmbito macro-regional, possibilitem o desenvolvimento de ações conjuntas;

VI - Otimizar o uso dos recursos humanos e materiais colocados à disposição do consórcio, além de prestar a seus consorciados serviços de acordo com a disponibilidade existente, especialmente capacitação e assistência técnica, fornecendo inclusive recursos humanos e materiais, materiais técnicos, utensílios e equipamentos profissionais;

VII - Firmar convênios, contratos, termos de parceria, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos de governo, visando planejar, adotar e executar programas e medidas destinadas à ampliação e

melhoria dos serviços públicos nos Municípios consorciados;

VIII - Desenvolver, de acordo com as necessidades e interesses dos consorciados, ações conjuntas de ampliação das redes de água e esgoto, tanto para captação e tratamento de água quanto para captação e tratamento de esgotos, sempre na direção da ampliação do acesso dos cidadãos às estruturas de saneamento básico, realizando estudos de caráter permanente sobre as condições ambientais e de controle da qualidade dos serviços públicos prestados, planejando e oferecendo alternativas de ações que modifiquem tais condições;

IX - incentivar, ampliar e apoiar a estruturação dos serviços básicos de saneamento nos municípios consorciados, bem como os relacionados às áreas de recursos hídricos e bacia hidrográfica, objetivando, assim, a uniformidade de qualidade da prestação dos serviços oferecidos através do CONIN;

X - Administrar ou gerenciar direta ou indiretamente os serviços públicos nas áreas de saneamento básico, (captação, tratamento e distribuição de água potável; coleta, tratamento e disposição final de efluentes de esgotos sanitários; coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas), de recursos hídricos e bacia hidrográfica, bem como programas governamentais e projetos afins e relativos a essas áreas de sua atuação, de forma direta ou indireta, desde que disponíveis pelos Municípios consorciados, mediante contrato de gestão e preço público, nos termos da Lei nº 11.107/2005;

XI - Implantação de processos eletrônicos ou informatizados contábeis, administrativos, gerenciais e operacionais, visando criar instrumentos de controle, avaliação e acompanhamento dos serviços prestados à população regional;

XII - Viabilizar a existência de infra-estrutura para a adequada prestação dos serviços públicos na área territorial do consórcio, de maneira a propiciar a integração das diversas instituições públicas e privadas para melhor operacionalização dessas atividades.

Cláusula Sétima - Para cumprir suas finalidades, o CONIN poderá:

I - Adquirir bens móveis e imóveis que entender necessários a ampla realização das finalidades do CONIN, através de recursos próprios ou decorrentes de rateio de investimento de seus associados, os quais integrarão o seu patrimônio, bem como recebê-los em doação, autorização de uso ou comodato;

II - Contratar e credenciar profissionais especializados para o gerenciamento e/ou prestação dos serviços públicos objetos do CONIN, bem como pessoas físicas ou jurídicas para prestação de serviços delegados, além de órgãos e entidades estaduais e federais;

III - Prestar assessoria no planejamento, adoção, implantação e execução de projetos, estudos, programas e medidas destinadas à promoção dos serviços públicos nos Municípios consorciados.

IV - Adquirir equipamentos nas áreas específicas de saneamento básico, (captação, tratamento e distribuição de água potável; coleta, tratamento e disposição final de efluentes de esgotos sanitários; coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas), recursos hídricos e bacia hidrográfica, indispensáveis à população pertencente aos Municípios de abrangência do CONIN, bem como todos aqueles bens indispensáveis à execução dos objetivos deste;

V - Contratar e credenciar profissionais especializados para prestação de serviços de área de saneamento (captação, tratamento e distribuição de água potável; coleta, tratamento e disposição final de efluentes de esgotos sanitários; coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas), de recursos hídricos e bacia hidrográfica, bem como pessoas físicas ou jurídicas para prestação de serviços delegados, através de parcerias, convênios de cooperação, com consorciados, entidades beneficentes e privadas, instituições especializadas, além de órgãos e entidades estaduais e federais;

VI - Administrar direta ou indiretamente os serviços da área de saneamento básico (captação, tratamento e distribuição de água potável; coleta, tratamento e disposição final de efluentes de esgotos sanitários; coleta, tratamento e disposição final de resíduos

sólidos; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas), de recursos hídricos e bacia hidrográfica, além de programas governamentais e projetos afins e relativos às áreas de sua atuação, desde que disponíveis pelos Municípios associados, mediante contrato de gestão e preço público, nos termos da Lei nº. 11.107/2005;

VII - Receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários à consecução de seus objetivos e finalidades, os quais integram seu patrimônio.

CAPÍTULO III

DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO

Cláusula Oitava - Para o desenvolvimento de suas atividades, o CONIN, poderá valer-se dos seguintes instrumentos, mediante decisão da Assembléia Geral:

- I - firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo;
- II - promover desapropriações e instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou interesse social, realizada pelo Poder Público;
- III - ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação nos casos em que a legislação permitir e respeitando este protocolo;
- IV - estabelecer contrato de programa para a prestação dos serviços públicos fixados neste protocolo;
- V - estabelecer termos de parcerias para a prestação dos serviços públicos fixados neste protocolo;
- VI - estabelecer contratos de gestão para a prestação dos serviços públicos fixados neste protocolo;
- VII - adquirir ou administrar bens para o uso compartilhado dos Municípios consorciados;
- VIII - prestar serviços públicos mediante a execução, em estrita conformidade com o estabelecido na regulação, de toda e qualquer atividade ou obra com o objetivo de permitir o acesso a um serviço público com características e padrão de qualidade determinado;
- IX - prestar serviços, inclusive de assistência técnica, à execução de obras e o fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos entes consorciados;
- X - emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos pelo Consórcio Intermunicipal administrados;
- XI - outorgar concessão, permissão ou autorização de obras ou serviços públicos indicando de forma específica o objeto da concessão, permissão ou autorização e as condições a que devesse atender, observada a legislação de normas gerais em vigor;
- XII - contratar operação de crédito observados os limites e condições estabelecidas na legislação pertinente.

CAPÍTULO IV

DA REPRESENTAÇÃO EM MATÉRIA DE INTERESSE COMUM

Cláusula Nona - Cada membro do CONIN poderá, em assuntos de interesse comum e relativamente aos termos a que vier ratificar do presente Protocolo de Intenções, representar os demais entes da Federação consorciados perante outras esferas do governo, consoante dispõe artigo 5º, inciso V, do Decreto Federal nº 6.017/07.

CAPÍTULO V

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Cláusula Dez - O CONIN terá sua estrutura básica composta por:

- I - Assembléia Geral;
- II - Conselho Diretor;
- III - Conselho Fiscal;
- IV - Comissão Técnica;
- V - Secretaria Executiva;
- VI - Conselho Consultivo.

SEÇÃO I

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Cláusula Onze - A Assembléia Geral é o órgão deliberativo e instância máxima da administração do CONIN, inclusive para elaboração, aprovação e modificação dos estatutos, consoante dispõe o artigo 5º, VII do Decreto Federal nº 6.017/07.

Cláusula Doze - Dentre outras atribuições, compete à Assembléia Geral:

- I - homologar o ingresso no CONIN de ente federativo que tenha ratificado o Protocolo de Intenções após 06 (seis) meses de sua subscrição;
- II - homologar o ingresso da União Federal e dos Estados do Paraná e de Santa Catarina no CONIN;
- III - aplicar ao ente consorciado as penas de suspensão e exclusão do CONIN;
- IV - aprovar os estatutos do CONIN e as suas alterações;
- V - eleger ou destituir o Presidente do CONIN;
- VI - aprovar:
 - a) o orçamento plurianual de investimentos;
 - b) o programa anual de trabalho;
 - c) o orçamento anual do CONIN, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de contrato de rateio;
 - d) a realização de operações de crédito;
 - e) a fixação, a revisão e o reajuste de tarifas, taxas e outros preços públicos, e;
 - f) a alienação e a oneração de bens, materiais ou equipamentos permanentes do CONIN ou daqueles que, nos termos de contrato de programa, lhe tenham sido outorgados os direitos de exploração;
- VII - aprovar a cessão de servidores por ente federativo consorciado ou conveniado ao CONIN;
- VIII - aprovar planos e regulamentos dos serviços públicos prestados pelo CONIN;
- IX - aprovar a celebração de contratos de programa;
- X - apreciar e sugerir medidas sobre:
 - a) a melhoria dos serviços prestados pelo CONIN;
 - b) o aperfeiçoamento das relações do CONIN com órgãos públicos, entidades e/ou empresas privadas;
- XI - aprovar o ajuizamento de ações judiciais;
- XII - deliberar sobre a necessidade de contratação e ampliação do quadro de pessoal, e preenchimento das vagas existentes;
- XIII - deliberar sobre alteração ou extinção do CONIN;
- XIV - adotar as medidas pertinentes em caso de retirada de ente consorciado;
- XV - deliberar sobre a participação do CONIN em instituições e órgãos relacionados às suas finalidades institucionais.

Cláusula Treze - A Assembléia Geral será convocada para:

- I - ao final de cada ano fiscal apreciar as contas da entidade consorciada;
- II - a cada 02 (dois) anos, eleger o Presidente e o Vice Presidente do Consórcio Público;
- III - a cada 04 (quatro) anos, eleger o Conselho Diretor e o Conselho Fiscal.
- IV - extraordinariamente, sempre que necessário.

Parágrafo único. A eleição dos membros do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal deverá ocorrer no mês de dezembro do segundo ano da gestão dos prefeitos municipais e a posse no mês de janeiro do ano subsequente.

Cláusula Quatorze - Na Assembléia Geral cada contratante do CONIN terá direito a um voto por matéria apreciada, consoante dispõe o artigo 5º, §1º, do Decreto Federal nº 6.017/07.

Parágrafo Primeiro - A Assembléia Geral será instalada com a presença de membros que representem metade mais um dos votos totais do consórcio, os quais poderão deliberar sobre todas as

matérias de competência do CONIN por maioria simples, ou seja, metade mais um dos votos presentes, salvo as exceções a serem previstas no Estatuto.

Parágrafo Segundo - Matérias que versem sobre aprovação e alteração de estatutos, alteração de sede e extinção do CONIN deverão ter a presença de, no mínimo, dois terços (2/3) dos votos totais.

Parágrafo Terceiro - Aprovação e alteração dos estatutos, bem como a aprovação da extinção do CONIN deverão ser homologadas pela Assembléia Geral, com no mínimo dois terços (2/3) dos votos dos entes consorciados presentes na Assembléia.

Cláusula Quinze - Admitir-se-á, à exceção da Assembléia Geral, a participação de representantes da sociedade civil nos trabalhos dos órgãos colegiados do CONIN, consoante autoriza o artigo 5º, § 2º, I, do Decreto Federal nº 6.017/07.

Cláusula Dezesseis - Admitir-se-á, à exceção da Assembléia Geral, que os órgãos colegiados do CONIN sejam compostos por representantes da sociedade civil ou por representantes apenas dos entes consorciados diretamente interessados nas matérias de competência de tais órgãos, consoante autoriza o artigo 5º, § 2º, II, do Decreto Federal nº 6.017/07.

SEÇÃO II DA ELEIÇÃO E DA DESTITUIÇÃO DO PRESIDENTE

Cláusula Dezesete - O Presidente e o Vice-Presidente do CONIN serão eleitos em Assembléia Geral especialmente convocada, podendo ser apresentadas candidaturas nos primeiros 30 (trinta) minutos, somente sendo válidas as dos candidatos Chefes de Poder Executivo de ente consorciado, obedecidas as seguintes condições:

I - O Presidente será eleito mediante voto público, aberto e nominal, para mandato de 2 (dois) anos permitida a reeleição para mais 01 (um) período;

II - Será considerado eleito o candidato que obtiver a maioria dos votos;

III - Caso nenhum dos candidatos tenha alcançado a maioria dos votos, realizar-se-á segundo turno de eleição, cujos candidatos serão os dois candidatos mais votados e no segundo turno será considerado eleito o candidato que obtiver metade mais um dos votos, considerados os votos brancos;

IV - Na mesma ocasião em que for eleito o Presidente do CONIN, será escolhido o Vice-Presidente que substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos.

Cláusula Dezoito - Não obtido o número de votos mínimo mesmo em segundo turno, será convocada nova Assembléia Geral, a se realizar entre 10 (dez) e 20 (vinte) dias, caso necessário prorrogando - se pro tempore o mandato do Presidente em exercício.

Cláusula Dezenove - A eleição do Presidente e do Vice-Presidente do CONIN será realizada no último bimestre do mandato e a posse acontecerá em Janeiro do ano subsequente.

Cláusula Vinte - O mandato do Presidente do CONIN cessará automaticamente no caso de o eleito não mais ocupar a Chefia do Poder Executivo do ente da Federação que representa na Assembléia Geral, hipótese em que será sucedido pelo Vice-Presidente do Consórcio, desde que este também ocupe a Chefia do Poder Executivo Respectivo.

Cláusula Vinte e Um - Se o término do mandato do Prefeito que ocupar a Presidência da Assembléia Geral ocorrer antes da eleição para a Presidência do CONIN seu sucessor na Chefia do Poder Executivo assumirá interinamente o cargo de Presidente até a

realização de nova eleição.

SEÇÃO III DA COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE

Cláusula Vinte e Dois - Compete ao Presidente:

I - representar o Consórcio Público judicial e extrajudicialmente;

II - convocar e presidir as reuniões da Assembléia Geral;

III - zelar pelos interesses do CONIN, exercendo todas as competências que lhe tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelos estatutos;

IV - Prestar contas ao término do mandato;

V - Providenciar o cumprimento das deliberações da Assembléia Geral;

VI - Convocar a Assembléia Geral e os Conselhos Diretor, Fiscal e Consultivo.

Parágrafo Único - Os estatutos definirão os atos do Presidente que poderão, eventualmente, ser delegados ao Secretário Executivo.

Cláusula Vinte e Três - Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente nas suas ausências, vacâncias e impedimentos.

SEÇÃO IV DO CONSELHO DIRETOR

Cláusula Vinte e Quatro - O Conselho Diretor é o órgão de deliberação do CONIN, constituído pelos Municípios associados efetivos em pleno gozo de seus direitos.

Parágrafo Primeiro. O Conselho Diretor será composto por um Presidente Executivo, um Secretário e um Segundo Secretário, eleitos em Assembléia Geral, para exercer o mandato de 04 (quatro) anos, permitida a reeleição para mais 01 (um) período.

Parágrafo Segundo - O Conselho Diretor será convocado obrigatoriamente, ordinária e extraordinariamente pela Assembléia Geral.

Parágrafo Terceiro - A convocação para reunião do Conselho Diretor se dará por carta, fac-símile, correio eletrônico e por edital afixado na sede do CONIN com 10 (dez) dias de antecedência.

Cláusula Vinte e Cinco - As deliberações do Conselho Diretor, quer seja ordinária ou extraordinária, serão tomadas por voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes à reunião.

Cláusula Vinte e Seis - Compete privativamente ao Conselho Diretor:

I - eleger e destituir os administradores;

II - propor alteração ao do estatuto.

Parágrafo Único - Para as deliberações que visem destituir os administradores ou alterar o estatuto é exigido o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes à reunião especialmente convocada para esse fim.

Cláusula Vinte e Sete - O Conselho Diretor, além da reunião ordinária obrigatória anual, reunir-se-á ordinariamente por convocação do seu Presidente sempre que houver pauta para deliberação e, extraordinariamente, quando convocado por, ao menos, 1/3 (um terço) de seus membros.

SEÇÃO V DO CONSELHO FISCAL

Cláusula Vinte e Oito - O Conselho Fiscal será constituído por 03 (três) Membros Efetivos e 03 (três) Membros Suplentes, dentre aquelas pessoas indicadas pelos Municípios associados efetivos em pleno gozo de seus direitos, eleitos em Assembléia Geral,

juntamente com o Conselho Diretor, para exercício de mandato de 04 (quatro) anos, permitida a reeleição para mais 01 (um) período.

Parágrafo único. O Conselho Fiscal escolherá entre seus membros o seu Presidente, Vice-Presidente e Secretário, por consenso ou escrutínio secreto.

Cláusula Vinte e Nove - O Conselho Fiscal será instalado com a presença da totalidade de seus membros efetivos, ou na falta de qualquer deles pelos seus respectivos suplentes, sendo que suas deliberações serão tomadas por maioria simples, ou seja, metade mais um dos votos.

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal terá como atribuições a fiscalização das ações e atuação dos órgãos do CONIN, bem como a aprovação das contas do Conselho Diretor, além de outras previstas em seu estatuto.

SEÇÃO VI DA COMISSÃO TÉCNICA

Cláusula Trinta - A Comissão Técnica será composta por 06 (seis) membros, a serem indicados após a eleição dos Conselhos Diretor e Fiscal.

Parágrafo Único - A indicação dos membros da Comissão Técnica caberá ao Conselho Diretor, sendo que aqueles deverão ser escolhidos entre os Secretários Municipais e servidores dos Municípios participantes do CONIN aprovados em Assembléia Geral.

Cláusula Trinta e Um - Caberá à Comissão Técnica assessorar tecnicamente os aspectos referentes a recursos humanos (contratação, demissão, política salarial, jornada de trabalho e etc.) recursos financeiros (política tarifária, captação, aplicação, gastos gerais e etc.), investimentos (equipamentos, imóveis e etc.), administrativos (reformas, ampliações, normatização dos serviços e etc.) e outros pertinentes a execução dos objetivos proposto no convênio.

Parágrafo Único - As propostas elaboradas pela Comissão Técnica deverão ser encaminhadas para aprovação do Conselho Diretor.

SEÇÃO VII DA SECRETARIA EXECUTIVA

Cláusula Trinta e Dois - Para cumprimento do disposto no inciso IX, artigo 4.º da Lei Federal n.º 11.107/2005, a Secretaria Executiva, como órgão destinado a promover a realização dos fins a que se destina o CONIN.

Cláusula Trinta e Três - A Secretaria Executiva terá quadro de pessoal constituído por:

- I - 01 (um) Secretário Executivo e
- II - Pessoal de Apoio Técnico e Administrativo, cuja composição inicial será:
 - a) 01 (um) Diretor de Planejamento, Administração e Finanças;
 - b) 01 (um) Gerente Operacional;
 - c) 01 (um) Gerente Comercial;
 - d) 01 (um) Gerente Programas e Projetos;
 - e) 01 (um) Assessor Jurídico.

Parágrafo único. O estatuto do CONIN disporá sobre as atribuições e competências da secretaria executiva, seus órgãos, departamentos e setores.

Cláusula Trinta e Quatro - O Secretário Executivo deverá ter experiência comprovada na área de Administração Pública, com formação superior e será indicado pelo Conselho Diretor, cujo nome

deverá ser aprovado pela Assembléia Geral.

SEÇÃO VIII DO CONSELHO CONSULTIVO

Cláusula Trinta e Cinco - O Conselho Consultivo será constituído por representantes de entidades civis, legalmente constituídas, com sede ou representação nos entes consorciados.

Cláusula Trinta e Seis - Compete ao Conselho Consultivo atuar como órgão consultivo da Assembléia Geral do CONIN e para tanto poderá:

- I. Propor planos e programas de acordo com as finalidades do CONIN;
- II. Sugerir formas de melhor funcionamento do CONIN e de seus órgãos;
- III. Propor a elaboração de estudos e pareceres sobre as atividades desenvolvidas pelo CONIN.

Cláusula Trinta e Sete - O estatuto do CONIN disporá sobre composição, mandato, organização e funcionamento do Conselho Consultivo.

SEÇÃO IX DOS CARGOS EFETIVOS, EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

Cláusula Trinta e Oito - Dentre os Órgãos da Administração, somente os componentes da Secretaria Executiva serão remunerados, mediante Cargos Efetivos (CE), em Comissão (CC) ou Funções Gratificadas (FG), estas concedidas apenas ao Pessoal Efetivo, em valores a serem estipulados e aprovados por Resolução do Conselho Diretor.

Cláusula Trinta e Nove - O quadro de pessoal efetivo do CONIN será contratado através de seleção competitiva pública (Concurso Público), contido no Plano de Carreira, Cargos e Salários - PCCS, devidamente autorizada por decisão do Conselho Diretor e ratificada em Assembléia Geral.

Cláusula Quarenta - Servidores públicos dos Municípios Consorciados poderão ser requisitados com ou sem ônus para o CONIN e, poderão, em razão de necessidade justificada, assumir funções gratificadas remuneradas no CONIN, desde que o ato não caracterize acumulação de cargos públicos.

Parágrafo Primeiro - Somente será aprovada a cessão de servidores com ônus para o CONIN mediante decisão unânime da Assembléia Geral, presentes pelo menos a metade mais um dos membros consorciados e, no caso de o ônus da cessão ficar com consorciado, exigir-se-á, para a aprovação, da maioria simples dos votos, exigida a presença de metade mais um dos consorciados.

Parágrafo Segundo - O Servidor requisitado que for cedido sem ônus para o CONIN, continuará submetido ao regime jurídico do cedente.

Parágrafo Terceiro - Resolução do Conselho Diretor determinará os casos de excepcional interesse público para contratação por tempo determinado, objetivando atender a necessidades temporárias.

Cláusula Quarenta e Um - A admissão de pessoal efetivo condiciona-se ao preenchimento do regramento do Plano de Carreira, Cargos e Salários - PCCS e execução de seleção competitiva pública (Concurso Público) - PCCS.

Parágrafo Único - É possível a contratação de pessoal através da modalidade emprego público, para execução direta ou indireta de programas governamentais federais, estaduais, municipais e/ou

intermunicipais, cujos recursos estejam condicionados ao plano de governo, com natureza financeira involuntária.

CAPÍTULO VI DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DA AUTORIZAÇÃO DA GESTÃO ASSOCIADA

Cláusula Quarenta e Dois - Fica autorizado aos Municípios consorciados a gestão associada por meio do CONIN, de serviços públicos correlatos às finalidades da instituição.

Parágrafo Único - A gestão associada autorizada no caput refere-se ao planejamento, à regulação e à fiscalização e, nos termos de contrato de programa, à prestação dos serviços, e se dará de acordo com as diretrizes básicas estabelecidas em regulamento próprio.

Cláusula Quarenta e Três - A gestão associada abrangerá somente os serviços prestados nos territórios dos entes que efetivamente se consorciarem.

Parágrafo Único - Exclui-se o território do Município a que a lei de ratificação tenha apostado reserva para o excluir da gestão associada de serviços públicos.

Cláusula Quarenta e Quatro - Para a consecução da gestão associada, os entes consorciados transferirão ao CONIN, sempre mediante lei, o exercício das competências de planejamento, da regulação e da fiscalização dos serviços públicos objetivados neste instrumento.

Parágrafo Primeiro - As competências transferidas por meio do caput desta cláusula são, entre outras:

- I. elaboração e avaliação de projetos, programas, ações e seus respectivos orçamentos e especificações técnicas;
- II. elaboração de planos de investimentos para a expansão, a reposição e a modernização dos serviços públicos oferecidos;
- III. restrição de acesso ou suspensão da prestação dos serviços em caso de inadimplência do usuário, sempre precedida de prévia notificação;
- IV. elaboração de planos de recuperação dos custos dos serviços;
- V. acompanhamento e a avaliação das condições de prestação dos serviços;
- VI. apoio à prestação dos serviços, destacando-se:
 - a. a aquisição, a guarda e a distribuição de materiais para a manutenção, a reposição, a expansão e a operação dos serviços técnicos;
 - b. a manutenção de maior complexidade, como a manutenção mecânica, eletromecânica, mecatrônica, entre outros;
 - c. o controle de sua qualidade, exceto das tarefas relativas a esta atividade que se mostrarem convenientes realizar de modo descentralizado pelos Municípios consorciados, nos termos do contrato de programa.

Parágrafo Segundo - Fica o CONIN autorizado a receber a transferência do exercício de outras competências referentes ao planejamento, à regulação e à fiscalização de serviços públicos.

CAPÍTULO VII DO REGIME ECONÔMICO FINANCEIRO

Cláusula Quarenta e Cinco - Além das obrigações institucionais, os Municípios consorciados obrigam-se pelo pagamento dos custos dos serviços, aquisição de equipamentos e sua manutenção, taxas, preços públicos ou quaisquer outros compromissos por eles próprios assumidos, inerentes à execução de sua finalidade social.

Cláusula Quarenta e Seis - Terão acesso ao uso dos bens e serviços do CONIN todos aqueles Municípios consorciados que

contribuírem para a sua aquisição e manutenção.

Parágrafo Único - Tanto o uso dos bens como dos serviços será regulamentado, em cada caso, pelos respectivos Municípios associados.

Cláusula Quarenta e Sete - Os entes consorciados poderão ceder recursos humanos, bens móveis e imóveis para o CONIN, respeitada sua legislação própria, consoante dispõe o artigo 5º, inciso X, do Decreto Federal nº 6.017/07.

Parágrafo Único - Os bens patrimoniais colocados à disposição do CONIN através de termos de cessão de uso, não serão incorporados, mesmo que temporariamente, ao patrimônio do consórcio.

Cláusula Quarenta e Oito - Os entes Consorciados, com a aprovação das devidas Câmaras Municipais, repassarão ao CONIN, através de Contrato de Rateio, o valor necessário ao atendimento dos serviços a serem pactuados em Contrato de Programa.

Parágrafo Único - É de direito de qualquer dos Contratantes, quando adimplentes com as suas obrigações, exigir o pleno cumprimento das cláusulas do contrato do CONIN, consoante dispõe o artigo 5º, inciso XIII, do Decreto Federal nº 6.017/07

Cláusula Quarenta e Nove - O CONIN possuirá outras receitas, sendo através de doações, remuneração dos próprios serviços prestados, produto da alienação de seus bens livres, produto de operações de crédito, rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e de aplicações financeiras.

CAPÍTULO VIII DOS CONTRATOS E DAS POLÍTICAS TARIFÁRIAS

Cláusula Cinquenta - Ao CONIN é permitido celebrar contrato de programa para prestar serviços por meios próprios ou através de terceiros, sob sua gestão administrativa ou contratual.

Parágrafo Único - O disposto nesta cláusula permite que, nos contratos de programa celebrados pelo CONIN, se estabeleça a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.

Cláusula Cinquenta e Um - São cláusulas necessárias do contrato de programa celebrado pelo CONIN as que estabeleçam:

- I - o objeto, a área e o prazo da gestão associada de serviços públicos, inclusive a operada com transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços;
- II - o modo, forma e condições de prestação dos serviços;
- III - os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade dos serviços;
- IV - o cálculo de tarifas, taxas e de outros preços públicos na conformidade da regulação dos serviços a serem prestados;
- V - procedimentos que garantam transparência da gestão econômica, financeira e orçamentária de cada serviço em relação a cada um de seus titulares, especialmente no que se refere aos subsídios cruzados;
- VI - possibilidade de emissão de documento de cobrança e de exercício da atividade de arrecadação de tarifas e preços públicos;
- VII - os direitos, garantias e obrigações do titular e do CONIN, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão dos serviços e conseqüente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações;
- VIII - os direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização dos serviços;
- IX - a forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e das práticas de execução dos serviços, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-las;

X - as penalidades e sua forma de aplicação;
XI - os casos de extinção;
XII - os bens reversíveis;
XIII - os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas ao CONIN relativas aos investimentos que não foram amortizados por tarifas ou outras receitas emergentes da prestação dos serviços;
XIV - a obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas do CONIN ao titular dos serviços;
XV - a periodicidade em que o CONIN deverá publicar demonstrações financeiras sobre a execução do contrato; e
XVI - o foro e o modo consensual de solução das controvérsias contratuais.

Cláusula Cinquenta e Dois - No caso de a prestação de serviços for operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, também são necessárias as cláusulas que estabeleçam:

I - os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu;
II - as penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;
III - o momento de transferência dos serviços e os deveres relativos à sua continuidade;
IV - a indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido;
V - a identificação dos bens que terão apenas a sua gestão e administração transferidas e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao contratado; e
VI - o procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierem a ser amortizados mediante receitas de tarifas ou outras emergentes da prestação dos serviços.

Cláusula Cinquenta e Três - Os bens, equipamentos e materiais permanentes vinculados aos serviços públicos serão de propriedade da administração direta do Município contratante, sendo onerados por direitos de exploração que serão exercidos pelo CONIN pelo período em que vigorar o contrato de programa.

Cláusula Cinquenta e Quatro - Nas operações de crédito contratadas pelo CONIN, para investimentos nos serviços públicos, deverá ser indicada a quantia correspondente aos serviços de cada titular, para fins de contabilização e controle.

Cláusula Cinquenta e Cinco - Receitas futuras da prestação de serviços poderão ser entregues como pagamento ou como garantia de operações de crédito ou financeiras para a execução dos investimentos previstos no contrato.

Cláusula Cinquenta e Seis - O contrato de programa continuará vigente até seu termo final, ainda que:

I - o titular se retire do CONIN ou da gestão associada, e
II - ocorra a extinção do CONIN.

Cláusula Cinquenta e Sete - Os contratos de programa serão celebrados mediante dispensa de licitação, incumbindo ao Município contratante obedecer fielmente às condições e procedimento previstos na legislação pertinente.

Cláusula Cinquenta e Oito - É condição para que o CONIN celebre contratos de gestão, nos termos da Lei 9.649/98, ou termos de parcerias, na forma da Lei nº 9.790/99, a existência de limite orçamentário aprovado pelo Conselho Diretor e fornecimentos que estejam de acordo com o plano de atividades aprovado pelo mesmo Conselho.

Cláusula Cinquenta e Nove - As contratações serão precedidas de cotação prévia de preços e realização de licitação, nos termos e modalidades estabelecidas pela Lei de Licitações (Lei Federal nº

8666/93 e alterações), bem como pelas Leis Federais 8.987/95 e 10.520/02, e suas respectivas alterações, a execução orçamentária, contábil e fiscal fica adstrita aos ditames da Lei Federal nº 4.320/64 e Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Cláusula Sessenta - A política tarifária e de outros preços públicos dos serviços públicos a serem desenvolvidos através do consórcio, seus reajustes e revisões, reger-se-á pelo disposto no plano diretor específico, bem como pelas normatizações e definições advindas da(s) Agência(s) Reguladora(s) dos Serviços Públicos em questão.

Cláusula Sessenta e Um - A política tarifária observará os seguintes critérios:

I - a tarifa se comporá de duas partes, uma referida aos custos do serviço local, a cargo dos entes consorciados, e outra referida aos custos do CONIN, que engloba os custos de prestação dos serviços públicos a seu encargo, dos serviços vinculados e os relativos à reposição e à expansão futuras;
II - ambas as partes da estrutura de custos serão referenciadas em volumes medidos ou estimados mensalmente, com valores distintos para cada qual;
III - no caso de saneamento básico, as tarifas serão progressivas de acordo com o consumo de água, e diferenciadas para as categorias não residenciais, que poderão subsidiar o consumo residencial;
IV - as tarifas poderão ser reajustadas ou revistas para atender à necessidade de execução de programas de melhoria e ampliação dos serviços.

CAPÍTULO IX

DA RETIRADA E EXCLUSÃO DE ENTE CONSORCIADO

Cláusula Sessenta e Dois - O Município consorciado poderá se retirar a qualquer momento do CONIN, desde que denuncie sua participação com prazo nunca inferior a 120 (cento e vinte) dias, cuidando os demais Municípios consorciados de acertar os termos da redistribuição dos custos dos planos, programas ou projetos de que participara o Município retirante.

Cláusula Sessenta e Três - A retirada do ente consorciado deverá ser precedida de comunicação formal à Assembléia Geral com a comunicação posterior ao seu poder legislativo.

Parágrafo Primeiro - Os bens destinados pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, salvo em caso de extinção do CONIN.

Parágrafo Segundo - A retirada não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o CONIN.

Cláusula Sessenta e Quatro - A exclusão de ente consorciado só é admissível havendo justa causa.

Parágrafo Primeiro - Além das que sejam reconhecidas em procedimento específico, constitui justa causa a não inclusão, pelo ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas que, nos termos do orçamento do CONIN, prevê-se devam ser assumidas por meio de contrato de rateio.

Parágrafo Segundo - A exclusão prevista no parágrafo primeiro deste artigo somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o ente consorciado poderá se reabilitar.

Cláusula Sessenta e Cinco - A exclusão de consorciado exige processo administrativo onde lhe seja assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Cláusula Sessenta e Seis - Mediante previsão do contrato de CONIN, poderá ser dele excluído o ente que, sem autorização dos demais consorciados, subscrever protocolo de intenções para constituição de outro consórcio com finalidades, a juízo da maioria da assembléia geral, iguais, assemelhadas ou incompatíveis.

CAPÍTULO X DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Cláusula Sessenta e Sete - A alteração ou a extinção do Contrato de Consórcio Público dependerá de instrumento aprovado pela Assembléia Geral, ratificado mediante lei por todos os consorciados.

Parágrafo Primeiro - Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outra espécie de preço público serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços.

Parágrafo Segundo - Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantindo o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

CAPÍTULO XI DA ELABORAÇÃO E ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS

Cláusula Sessenta e Oito - Constituído o CONIN, será elaborado seu estatuto, o qual será apresentado a Assembléia para aprovação, por maioria simples, e posterior publicação em até 60 (sessenta) dias.

Parágrafo Único - O estatuto deverá prever as formalidades e quorum para a alteração de seus dispositivos.

CAPÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula Sessenta e Nove - O CONIN sujeitar-se-á ao princípio da publicidade, veiculando todas as decisões que digam respeito a terceiros e as de natureza orçamentária, financeira ou contratual, inclusive as que concernem à admissão de pessoal.

Cláusula Setenta - Serão veiculados os termos dos contratos de gestão, dos termos de parceria celebrados e do contrato de rateio anual, na imprensa oficial ou no veículo de imprensa que vier a ser adotado como tal.

Parágrafo Único - As publicações acima referidas poderão ser resumidas, desde que indiquem o local e sítio da Internet em que possa ser obtida a versão integral dos referidos documentos.

Cláusula Setenta e Um - A interpretação do disposto neste protocolo de intenções, o qual se converterá em Contrato de Consórcio Público, deverá ser compatível com o exposto em seu Preâmbulo e aos princípios que regem a Administração Pública, notadamente aqueles constantes da Constituição Federal.

Cláusula Setenta e Dois - O CONIN será organizado por estatuto cujas disposições, sob pena de nulidade, deverão atender a todas as cláusulas deste Protocolo de Intenções.

Parágrafo Único - O estatuto deverá dispor sobre o exercício do poder disciplinar e regulamentar, procedimento administrativo e outros temas referentes ao funcionamento e organização do CONIN.

Cláusula Setenta e Três - Fica eleito o Foro da Comarca do

Município sede do CONIN para a solução de eventuais conflitos resultantes deste protocolo, do Contrato de Consórcio Público que dele resultará, bem como de qualquer relação envolvendo o CONIN, salvo disposto em legislação federal.

Por estarem firmes e acordados, os prefeitos municipais assinam o presente protocolo de intenções em 06 (seis) vias de igual teor e forma.

Porto União da Vitória (SC/PR), 22 de dezembro de 2010.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal em Exercício

PORTO UNIÃO - SC

CARLOS ALBERTO JUNG

Prefeito Municipal

UNIÃO DA VITÓRIA - PR

Lei Nº 3.841/2010

LEI Nº 3.841, de 22 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre Crédito Especial, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no Orçamento Geral do Município, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 510.000,00(quinhentos e dez mil reais).

ORGÃO ORGÃO 0200 - PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE 0209 - SECRETARIA MUN.DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

ATIVIDADE 2026 - Manutenção Secretaria de Desenvolvimento Social

MODALIDADE 339000-170 - Aplicações Diretas novo 510.000,00

TOTAL 510.000,00

Art.2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação a ocorrer no exercício financeiro 2011 na fonte 170 - CONVENIOS COM A UNIÃO.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 22 de dezembro de 2010.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal em Exercício

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Lei Nº 3.842/2010

LEI Nº 3.842, de 22 de dezembro de 2010.

Altera a Lei Municipal nº 2.819, de 23 de dezembro de 2002, alterada pela Lei Municipal nº 3.601, de 20 de maio de 2009, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o Artigo 1º da Lei Municipal nº 2.819, de 23 de dezembro de 2002, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituída a Controladoria do Município de Porto União - CMPU, órgão central do Sistema de Controle Interno, da Administração Pública do Município, com o objetivo de executar o sistema de controle interno, com atuação no Poder Executivo Municipal, nele compreendidas a administração direta, indireta e fundacional, e alcance aos concessionários e permissionários de serviços públicos e aos beneficiários de subvenções, contribuições, auxílios e incentivos econômicos e fiscais, conforme a legislação, com a finalidade de:

I- ()
II- ()
III- ()
IV- ()
V- ()
VI- ()
VII- ()
VIII- ()
IX- ()
X- ()
XI- ()

Parágrafo único. ()

Art. 2º Altera a alínea “a” do Inciso I do Artigo 2º, da Lei Municipal nº 2.819, de 23 de dezembro de 2002, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“a) três Secretários Municipais, preferencialmente os ocupantes das pastas de Planejamento, Administração e Finanças”

Art. 3º Altera a alínea “c” do Inciso I do Artigo 2º, da Lei Municipal nº 2.819, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“c) por servidor efetivo estável do Município indicado especificamente para este fim.”

Art. 3º Revoga a alínea “d” do Inciso I do Artigo 2º, da Lei Municipal nº 2.819, de 23 de dezembro de 2002.

Art. 4º Revoga os parágrafos 2º, 3º e 4º do Artigo 2º, da Lei nº 2.819, de 23 de dezembro de 2002.

Art. 5º Altera o § 3º do Artigo 3º da Lei Municipal nº 2.819, de 23 de dezembro de 2002, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 3º As reuniões do órgão colegiado têm preferência sobre as demais atribuições funcionais, sendo que o não comparecimento à reunião equivale à falta injustificada ao serviço, penalizada na forma do Estatuto dos Servidores Públicos do Município.”

Art. 6º Altera o § 5º do Artigo 3º da Lei Municipal nº 2.819, de 23 de dezembro de 2002, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 5º O analista de controle interno poderá ser convidado a participar das reuniões do Órgão Colegiado, todavia, sem direito a voto.”

Art. 7º Revoga o parágrafo único do artigo 5º, da Lei Municipal nº 2.819, de 23 de dezembro de 2002.

Art. 8º Altera o Inciso II do Artigo 8º, da Lei Municipal nº 2.819, de 23 de dezembro de 2002, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“II. realizar tomadas de contas dos responsáveis sob seu controle,

emitindo relatório e parecer.”

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 22 de dezembro de 2010.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal em Exercício

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Lei Nº 3.843/2010

LEI Nº 3.843, de 22 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Saúde nas dotações orçamentárias a seguir especificadas no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais):

ORGÃO ORGÃO 0900 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 0901 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATIVIDADE 2076 - CISAMURC

ELEMENTO 317111 - 103 Transferências a consórcios públicos 76 20.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 20.000,00

Art.2º Para dar cobertura ao crédito citado no artigo precedente serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

ORGÃO 0900 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 0901 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATIVIDADE 2069 - Assistência Farmacêutica Básica

ELEMENTO 339030-103 Material de Consumo 27 20.000,00

TOTAL ANULAÇÃO 20.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 22 de dezembro de 2010.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal em Exercício

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Lei Nº 3.845/2010

LEI Nº 3.845, de 22 de dezembro de 2010.

Denomina a rua que liga a BR 280 até os Conjuntos Porto União e São João Maria em nossa cidade de Julia Hollas.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada a rua que liga a BR 280 até os Conjuntos

Porto União e São João Maria em nossa cidade de Julia Hollas.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 22 de dezembro de 2010.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal em Exercício

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 3.845, de 22 de dezembro de 2010.

JUSTIFICATIVA

Júlia Hollas nasceu no dia vinte de fevereiro de um mil oitocentos e noventa e oito na cidade de São Gerônimo, Estado do Rio Grande do Sul. Filha de Adolpho e Juliana Gebinski. Seus pais eram agricultores e dona Juliana também era parteira. Júlia aprendeu com a mãe desde menina a ajudar as mulheres nas horas do parto.

No dia dezessete do ano de um mil novecentos e dezenove no Município de Guaíba, Distrito de Mariana Pimentel, casou-se com João Hollas, nesta mesma cidade tiveram sua primeira filha chamada Elly.

Vieram para o Paraná, aproximadamente no ano de um mil novecentos e vinte e dois, localidade de Flor da Serra no Município de Porto Vitória. Compraram um terreno e trabalharam na agricultura. Ali tiveram os seguintes filhos: Lídia, Gerdaum, Arlindo, Joana, Odílio, João, Avelino e Reinaldo.

Dona Júlia continuou seu trabalho de parteira, a chamavam qualquer horário, ela sempre com muita disposição e dedicação ajudava a todos que a procuravam, mesmo depois do parto auxiliava as mulheres na recuperação pós-parto com ervas que cultivava.

No ano de um mil novecentos e quarenta e cinco vieram morar na cidade de Porto União, no Pintado, onde seu marido comprou um terreno. Seu João continuou trabalhando na agricultura era encarregado da Fazenda Santa Rosa.

Júlia teve um papel fundamental na comunidade do Pintado e redondeza mãe e esposa exemplar, pessoa muito admirada pela família e toda comunidade, pois sempre auxiliou as pessoas que dela precisavam.

Dona Júlia adoeceu e não pode mais dar continuidade ao trabalho que tanto amava e que dedicou por toda sua vida. Ficou acamada durante doze anos, teve atrofia óssea, sua saúde ficou muito fragilizada.

Faleceu no dia vinte e nove de dezembro de um mil novecentos e oitenta e nove com noventa anos de idade.

A rua com o nome da homenageada pertence a família, nada mais justo diante da importância do trabalho social desenvolvido por dona Júlia, assim mantendo sua memória viva em nossa comunidade.

Lei Nº 3.846/2010

LEI Nº 3.846 de 22 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre o Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas, revoga a Lei 2.744, de 25 de abril de 2002, e dá outras providências."

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º O Conselho Municipal Antidrogas - COMAD de Porto União, criado pela Lei nº 2.561 de 16.10.2000 e reestruturado pela Lei nº 2.744 de 25.04.2002, passa a ser denominado Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas - COMAD.

§ 1º Ao COMAD caberá atuar como coordenador das atividades de todas as instituições e entidades municipais responsáveis pelo desenvolvimento das políticas sobre drogas, assim como dos movimentos comunitários organizados e representações das instituições federais e estaduais existentes no município e dispostas a cooperar com o esforço municipal.

§ 2º O COMAD, como coordenador das atividades mencionadas no parágrafo anterior, integrar-se-á na ação conjunta e articulada de todos os órgãos de níveis federal, estadual e municipal que compõem o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD (instituído pela Lei nº 11.343, de 2006).

§ 3º Para os fins desta Lei considera-se:

I- redução de demanda como o conjunto de ações relacionadas à prevenção do uso indevido de drogas, ao tratamento, à recuperação e à reinserção social dos indivíduos que apresentem transtornos decorrentes do uso indevido de drogas;

II- droga como toda substância natural ou produto químico que, em contato com o organismo humano, atue como depressor, estimulante, ou perturbador, alterando o funcionamento do sistema nervoso central, provocando mudanças no humor, na cognição e no comportamento, podendo causar dependência química. Podem ser classificadas em ilícitas e lícitas, destacando-se, dentre essas últimas, o álcool, o tabaco e os medicamentos;

III- drogas ilícitas aquelas assim especificadas em lei nacional e tratados internacionais firmados pelo Brasil, e outras, relacionadas periodicamente pelo órgão competente do Ministério da Saúde, informada a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD, ao OBID - Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas e ao Ministério da Justiça;

Art. 2º - São objetivos do Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas:

I- propor programa municipal de prevenção ao uso indevido e abuso de drogas e entorpecentes, bem como acompanhar a sua execução;

II- coordenar, desenvolver e estimular programas e atividades de prevenção da disseminação de tráfico e do uso indevido e abuso de drogas;

III- estimular e cooperar com serviços que visam ao encaminhamento e tratamento de dependentes de drogas e entorpecentes;

IV- colaborar, acompanhar e formular sugestões para as ações de fiscalização e afins, executadas pelo Estado e pela União;

V- estimular estudos e pesquisas sobre o problema do uso indevido e abuso de drogas, entorpecentes e substâncias que determinem dependência física e psíquica;

VI- propor ao Prefeito Municipal medidas que visem a atender os objetivos previstos nos incisos anteriores;

VII- apresentar sugestões sobre a matéria, para fins de encaminhamento às autoridades competentes.

§ 1º O COMAD deverá avaliar, periodicamente, a conjuntura municipal, mantendo atualizados o Prefeito e a Câmara Municipal, quanto ao resultado de suas ações.

§ 2º Com a finalidade de contribuir para o aprimoramento dos Sistemas Nacional e Estadual de Políticas sobre Drogas, o COMAD, por meio da remessa de relatórios frequentes, deverá manter a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD, e o Conselho Estadual de Entorpecentes CONEM, permanentemente informados sobre os aspectos de interesse relacionados à sua atuação.

Art. 3º O COMAD fica assim constituído:

- I- um (01) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
- II- um (01) representante da Secretaria Municipal de Finanças;
- III- um(01) representante da Secretaria Municipal de Administração, Esporte e Cultura;
- IV- um (01) representante da Secretaria Municipal de Planejamento;
- V- um (01) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- VI- um (01) representante da Secretaria Municipal de Educação;
- VII- um (01) representante da Unidade Sanitária do Estado ou do Município;
- VIII- um (01) representante do Departamento Municipal de Esportes - DME;
- IX- um (01) representante do Poder Legislativo Municipal;
- X- um (01) juiz de Direito;
- XI- um (01) representante do Ministério Público;
- XII- um (01) representante do Órgão da Polícia Civil;
- XIII- um (01) representante do Órgão da Polícia Militar;
- XIV- um (01) representante do Ensino Superior;
- XV- um (01) representante da Classe Médica;
- XVI- um (01) representante dos Conselhos Comunitários existentes no Município;
- XVII- um (01) representante da Ordem dos Advogados do Brasil no Município;
- XVIII-um (01) representante do Conselho Tutelar Municipal.

§ 1º Os conselheiros, cujas nomeações serão publicadas em Diário Oficial do Município, terão mandato de 02 (dois) anos, permitida a sua recondução por mais 01 (um) ano.

§ 2º Sempre que se faça necessário, em função da técnica dos temas em desenvolvimento, o Conselho poderá contar com a participação de Consultores, a serem indicados pelo Presidente e nomeados pelo Prefeito.

§ 3º O COMAD será constituído pela seguinte estrutura organizacional, escolhida dentre os representantes descritos neste artigo:

- I- Presidente;
- II- Secretário-Executivo;
- III- Membros.

§ 4º O Presidente do Conselho deverá ser designado mediante livre escolha do Prefeito, dentre os conselheiros efetivos.

Art. 4º O COMAD fica assim organizado:

- I- Plenário;
- II- Presidência;
- III- Secretaria Executiva; e
- IV- Comitê REMAD.

Parágrafo único. O detalhamento da organização do COMAD será objeto do respectivo Regimento Interno.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei serão atendidas por verbas próprias do Orçamento Municipal, que poderão ser suplementadas.

§ 1º O COMAD deverá providenciar a instituição do REMAD - Recursos Municipais de Políticas sobre Drogas; fundo que, constituído com base nas verbas próprias do orçamento do município e em recursos suplementares, será destinado, com exclusividade, ao atendimento das despesas geradas pelo PROMAD.

§ 2º O REMAD será gerido pelo Órgão Fazendário Municipal, que se incumbirá da execução orçamentária e do cronograma físico-financeiro da proposta orçamentária anual, a ser aprovada pelo

Plenário.

§ 3º O detalhamento da constituição e gestão do REMAD, assim como de todo aspecto que a este fundo diga respeito, constará do Regimento Interno do COMAD.

Art. 6º As funções de conselheiro não serão remuneradas, porém consideradas de relevante serviço público.

Parágrafo único. A relevância a que se refere o presente artigo será atestada por meio de certificado expedido pelo Prefeito, mediante indicação do Presidente do Conselho.

Art. 7º O COMAD providenciará as informações relativas à sua criação à SENAD e ao CONEM, visando sua integração aos Sistemas Nacional e Estadual de Políticas sobre Drogas.

Art. 8º O COMAD providenciará a elaboração do seu Regimento Interno.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data da sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC) 22 de dezembro de 2010.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal em Exercício

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura e Cultura

Edital Nº 010/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE

PORTO UNIÃO

EDITAL Nº 010/2010

RENATO STASIAK, Prefeito Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, por meio da empresa CKM Serviços Ltda encarregada da realização do concurso público, nos termos do Edital nº 001/2010, faz saber a resposta do recurso impetrado contra o EDITAL DE ANULAÇÃO DA PROVA PRÁTICA REALIZADA NO DIA 28/11/2010 DE AGENTE ADMINISTRATIVO.

Recurso de: Graciele Carla Bordignon Rodrigues

Numero de Inscrição: 1402

Decisão da Comissão Avaliadora: Recurso Indeferido.

20/12/2010

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal de Porto União

Edital de Homologação Nº 009/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE
PORTO UNIÃO

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO

Nº 009/2010

HOMOLOGAÇÃO:

Renato Stasiak, Prefeito Municipal de Porto União, com fulcro no edital do CONCURSO PUBLICO nº 001/2010 - EDITAL nº 001 - Processo Licitatório Modalidade Convite nº002/2010, Contrato nº 100/2010, FAZ SABER que, tendo em vista a conclusão dos trabalhos relativos ao Concurso Público em tela, após cumprimento de todas as etapas previstas, prazos recursais e demais exigências referentes aos cargos de: 001 – Contador, 002-Auditor Fiscal, 003 – Engenheiro Civil, 004 – Enfermeiro, 005 – Farmacêutico, 006 – Fisioterapeuta, 007 – Fonoaudiólogo, 008 – Médico Cardiologista,

009 – Médico Neurologista, 010 – Médico Ortopedista, 011 – Médico Dermatologista, 012 – Médico Pediatra, 013 – Médico Endocrinologista, 014 – Médico Plantonista, 015 – Cirurgião Dentista, 016 – Psicólogo, 017 - Médico Veterinário, 018 – Professor 1a. a 4 a.. Série, 019 – Professor de 5ª a 8ª : Disciplina de Educação Física, 020 – Professor de 5ª a 8ª : Disciplina de Português, 021 – Professor de 5ª a 8ª : Disciplina de Matemática, 022 – Professor de 5ª a 8ª : Disciplina de História, 023 – Professor de 5ª a 8ª : Disciplina de Geografia, 024 – Professor de 5ª a 8ª : Disciplina de Ciências, 025 – Professor de 5ª a 8ª : Disciplina de Inglês, 026 – Professor de 5ª a 8ª : Disciplina de Informática, 027 – Pedagogo, 028 – Auxiliar de Enfermagem, 029 – Auxiliar de Enfermagem - Distrito de Santa Cruz do Timbó, 030 – Auxiliar de Enfermagem - Distrito de São Miguel da Serra, 031 – Técnico de Informática, 032 – Fiscal de Obras e Posturas, 033 – Motorista de Veículos Leves, 035 – Operador de Máquinas Pesadas, 036 – Operador de Máquinas Pesadas - Distrito de Santa Cruz do Timbó, 037 – Operador de Máquinas Pesadas - Distrito de São Miguel da Serra, 038 – Carpinteiro, 039 – Pedreiro, 040 – Mecânico de Veículos Pesados, 041 – Motorista de Veículos Pesados, 042 – Motorista de Veículos Pesados - Distrito de Santa Cruz do Timbó, 043 – Motorista de Veículos Pesados - Distrito de São Miguel da Serra, 044- Agente de Serviços Públicos - Nível I – Feminino, 045- Agente de Serviços Públicos - Nível II – Masculino, 046- Agente de Serviços Públicos - Nível II – Masculino - Distrito de Santa Cruz do Timbó, 047- Agente de Serviços Públicos - Nível II – Masculino - Distrito de São Miguel da Serra, 048 – Médico do PSF, constantes do quadro de pessoal, da Prefeitura Municipal de Porto União e listados no anexo I deste Edital.

RESOLVE:
HOMOLOGAR o resultado final do Processo Seletivo público promovido para o provimento dos cargos acima descritos na conformidade das publicações efetuadas através da Imprensa Oficial do Município de Porto União, SC e afixadas no Átrio da Prefeitura Municipal de Porto União.

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital que será publicado na Imprensa Oficial do Município e afixado no local de costume.

Porto União, 20 de Dezembro de 2010
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal de Porto União

Anexo I
Lista Geral dos Candidatos Habilitados e sua classificação

001 CONTADOR

NOME	DOCUMENTO	CLASSIFICAÇÃO
SERGIO JOAO DOHO-PIATI	00000004517595	1
AFONSO WASMANN NETO	00000091948192	2
ANDRIELI MARINA GIACOMINI	00000004667996	3

002 AUDITOR FISCAL

NOME	DOCUMENTO	CLASSIFICAÇÃO
MICHELE APARECIDA SZOSTAK	00000005196998	1
ALEXANDRE ROCHA PINTAL	00000066199401	2
LAURECI FREISLEBEN	00000063431320	3
BRUNA SHAIANE VOGEL	00000004470953	4
JAIR LUCIANO GONCALVES	00000056830782	5

HENRIQUE JOSE FARBER	00000004517716	6
DANIEL BENONI	00000003411802	7
JUSSARA ASQUIDAMINI	00000079100390	8

004 ENFERMEIRO

NOME	DOCUMENTO	CLASSIFICAÇÃO
GISELE CRISTINA BARTH	00000004074666	1
JANAINA ALBANESE REICHERT	00000105464967	2
THAIS APARECIDA JUNG	00000005189126	3
ELIANE DIONISIA SCHEID DOS SANTOS	00000004074466	4
DANIELA APARECIDA FRITZEN	00000003496056	5
IRIANA AUGUSTA DOS PASSOS	00000082438840	6
DAIANE JACON	00000063218898	7
MARA REGINA WOLF	00000096155590	8
DANIELLE ALINE HERBST	00000047772476	9
DAYANNA MARZARI CASAES	00001110447008	10
JUSELI CRISTINA GONCALVES DE CASTRO	00000062376589	11
LUCIELE ROSA ANDRIOLLI	00000004517916	12
ANA PAULA HUPALO SOSA	00000003461209	13
CRISTIANE APARECIDA KERBER	00000004667421	14
SIMONE CRISTIANE BOHRER	00000068942454	15
MARIA CLAUDETE ROZA	00000041692073	16
KATIA MARIA HAMMERSCHMIDT	00000003852226	17

005 FARMACÊUTICO

NOME	DOCUMENTO	CLASSIFICAÇÃO
FRANCIELI MUNZLINGER KONFIDERA	00000005241746	1
DANIELA GAN	00000050647130	2
ALEXANDRE SILVA	00000003146148	3
NILO EDUARDO INFANTINI CACHAPUZ	00004068298449	4
SOFIA FREITAS OLENKA	00000095648401	5
MARIA ESTER FARAH	00000004074945	6
ELAINE LEOCADIA ANTON	00000004581253	7
TATIANA FIGUEIREDO DE FREITAS	00000052411850	8
MIRELLA VILANOVA LUDKE	00000098461124	9
LUCIANE OTTO	00000034701733	10
ALLAN RODRIGO HOLOVATY	00000004917182	11
JANAINA RIEDE	00000097116237	12
SILVIA TEREZINHA ESTACIO	00000085093061	13

ANGELICA CRISTINA POLAY	00000014002136	14
PAULA MICHELE NES-TOR	00000004517787	15

006 FISIOTERAPEUTA

NOME	DOCUMENTO	CLASSIFICAÇÃO
NATHALY BERNARDON GIMENES	00000049172034	1
PRISCILA BARACHO PONSONI	00000054741009	2
INGO GILMAR KRELLING	00000003046877	3
MARCOS TADEU GRZELCZAK	00000003991982	4
ELIANI RITA TARNIOVICZ	00000003535173	5
LUCILA RUBIA BIEBERBACH	00000036344687	6
CINTIA ELISA CORREA	00000049172239	7
LILIAN BARTH	00000003991252	8
JOSIANE MARIA DOS SANTOS GUIMARAES BUENO	00000012047649	9

008 MÉDICO CARDIOLOGISTA

NOME	DOCUMENTO	CLASSIFICAÇÃO
ALBERTO AURELIO POSENATTO	00005025940379	1

010 MÉDICO ORTOPEDISTA

NOME	DOCUMENTO	CLASSIFICAÇÃO
CLEDER EDUARDO SURIANO	00000320306173	1

012 MÉDICO PEDIATRA

NOME	DOCUMENTO	CLASSIFICAÇÃO
LENOIR TISSIANI JUNIOR	00000066994996	1

014 MÉDICO PLANTONISTA

NOME	DOCUMENTO	CLASSIFICAÇÃO
CHRISTIAN LUIZ ARTNER	00000004343069	1
PALOMA FAGUNDES	00000004074211	2

015 CIRURGIÃO DENTISTA

NOME	DOCUMENTO	CLASSIFICAÇÃO
MARAHANE AYRES GUERIOS	00000001456660	1
PRISCILA MOREIRA BILINSKI	00000004074035	2
ALEXANDER HUBERT FECHT	00000003111642	3

DIEGO JOSE STRINGHINI	00000003991852	4
ANGELA GIACOMIN	00000004928112	5
ANDRE RICARDO GEMELI	00000036447854	6
SILVIA RAQUEL IMIANOSKI	00000001790462	7
IDA BEATRIZ MULLER	00009048865985	8
JULIANA MARCHIORO SOUZA MACALLOSSI	00000041697440	9
CRISTIANE SCHMID	00000032831838	10
JOAO BATISTA STRINGHINI	00000000516492	11
LUANA CARLA PFAU	00000081332282	12
PATRICIA RULF	00000003704895	13
JERUSA FRANCINE KLEINE	00000004099275	14
RAISA HINTZ	00000049172247	15
RODRIGO SAMUEL TULIO	00000047050928	16

016 PSICÓLOGO

NOME	DOCUMENTO	CLASSIFICAÇÃO
DEISE CRISTINA DEMBISKI	00000079064734	1
CLAUDIA MOEMA ZAIONS	00000056850791	2
CARLA SIQUEIRA DE SANTANA	00000085537202	3
TANISE BONFANTI MAES	00000004073135	4
ANELISE MAYRA MEISTER	00000004522307	5
LARISSA MORETTO	00000094375720	6
LARISSA REPUKNA	00000049173499	7
TATIANA RIEKOWSKI	00000086141558	8
FERNANDA WOSNY	00000004470193	9
ROZELAINE TURMINA	00000004524564	10
VANESSA MARTINAZZO	00000004074722	11
TABATA TAMIRYS BOLSONI	00000101390756	12
ANA CAROLINA COAS	00000003770415	13
JANETE APARECIDA MACHADO	00000002664816	14
GISLAINE BUENO DE OLIVEIRA	00000004707672	15
FRANCIANE DE FATIMA PASSEMKO ALVES	00000096614624	16
BIANCA WZOREK	00000005432414	17
FERNANDA SILVA DA COSTA	00000003247261	18
PAMULA VERGOPOLAN	00000048199583	19
ALVACIRA CHIPITOSKI NASCIMENTO	00000073681375	20
JILCE APARECIDA KUKUL	00000101453928	21
GREICY SOARES PADILHA OSWALD	00000087949605	22
ELISETE ERICA HANSCH ZANONI	00000001796501	23

017 MÉDICO VETERINÁRIO

NOME	DOCUMENTO	CLASSIFICAÇÃO
RENATA CRISTINA FLEITH	00000005327886	1
MARCELO AGUSTINI	00000082596941	2
DEBORAH DAUM MACHADO FRITZEN	00000003879035	3
WILLIAM WAGNER BAUMANN	00000077008470	4
VANIA MARIA ANTUNES DE SOUZA	00000095054951	5
MONICA DEGRAF CAVALLIN	00000090161644	6
RAFAEL VIEIRA DOS SANTOS	00000003224756	7
CAMILLA GRANEMANN GAUDENCIO	00000005731658	8
FERNANDA DICKEL DE ANDRADE	00001071590028	9
ANNE GRASIELLE CHAGAS	00000004254115	10
GILMARA VANESSA COLACO DA SILVEIRA	00000004662096	11
ELIZANDRA BERTE	00000054307713	12
JEAN ALVIR BENDLIN	00000003770184	13
WILLIAM OTTO	00000101376087	14
WILLY REICHE SCALET	00000003113419	15
BRUNA DOLISNI DA CRUZ	00000049171631	16
ANDERSON LUIS AIOLFI	00000078416467	17

018 PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE

NOME	DOCUMENTO	CLASSIFICAÇÃO
ELISIANE DE PAULA FRANCA	00000088480120	1
ROMILDA BAUM	00000003217108	2
ANDRESSA CRISTINA WEILLER	00000088439597	3
KELLY CORDEIRO RIBEIRO	00000106417008	4
DEISY JAQUELINE TANDLER	00000101236714	5
KATIA CORDEIRO RIBEIRO	00000104979270	6
LILIANE DE FATIMA CAMARGO	00000004470961	7
NEUSA IRIS GIACOMINI DERINGER	00000003146194	8
GICELI MARIA SCHNEIDER	00000087892751	9
ROSANGELA WALEK	00000003362416	10
KARIN DAIANE BARTH	00000005036785	11
SILMARA BUENO DE CAMARGO	00000057216735	12
ELEANA SALLES BUCH	00000074121578	13
JOSEANE CRISTINA JUNG BEREZA	00000005794826	14
MARCIA APARECIDA SIMPLICIO DE SOUZA	00000070553902	15
CAROLINE MOYSES DE SOUZA	00000004662649	16
KAMILA ROSA CZEPULA	00000096665601	17

DEIZI CARLA DROS-DOSKI AMARO	00000003753095	18
ELIANE REGINA GONTARSKI DE LIMA	00000045431355	19
LURDES FERNANDA LAUTERIO	00000075834152	20
GISELE GAJDECZKA	00000003791191	21
SIMONE DA SILVA MARINHO	00000082485961	22
LUCIA PAOLYCK	00000052414922	23
CINTIA MARQUES DE MORAES	00000003791508	24
CRISTIANE STEFANI	00000099399066	25
CLAUDIA BRANDE CASAGRANDE	00000004581066	26
FERNANDA LORENA PETTERS	00000058966029	27
ELISANGELA BAIK NOVICKI	00000077074635	28
PATRICIA DE FATIMA REISDORFER	00000004198897	29
GISELLA ARRUDA DE OLIVEIRA	00000067439295	30
ZENAIDE MARIA LARSEN ZIMMERMANN	00000041078189	31
ISABELA DE FATIMA MACHADO	00000086751674	32
HELAYNE CANDIDO TOMAL	00000077074244	33
CLENIR APARECIDA RODRIGUES	00000004819393	34
DANIELLI SUSKI	00000004074259	35
REGIANE SOARES DE MATTOS	00000077008519	36
RENILDA DE JESUS JURCK BARTH	00000003661326	37
ERICA ROGENSKI DE FARIA	00000048776426	38
MARA CLARICE SCHORR JUNG	00000054602424	39
FERNANDA CONCEICAO MARTINS	00000094317649	40
CRISTIANE REGINA JUNG	00000004198843	41
ELIS DIENIFFER SOARES MIRANDA	00000004581863	42
ELIANE DE FATIMA ALVES MARTINS	00000050249565	43
ANDREIA RIBEIRO	00000087654990	44

019 PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

NOME	DOCUMENTO	CLASSIFICAÇÃO
PATRICIA ARAUJO PEON	00000076984107	1
ELAINE DOS SANTOS	00000048199591	2
SELMA CRISTIANE CHIMANGOSEWSKI FURST	00000004254178	3
ROSE MARIE CARPOVICZ	00000065357658	4
MOISES ATILIO CABASSA JUNIOR	00000111428042	5
JOSE CARLOS PETTERS	00000005064571	6

ADRIANO RICARDO PEREIRA	00000100075474	7
SERGIO TROCHINSKI	00000053581358	8
TATYANNE ROIEK LAZIER	00000106184720	9
RENATA PENTEADO	00000096298099	10
ALISSON KONKOL	00000096225458	11
CARLOS ROMEU BUENO	000018R1452242	12
DOUGLAS SANT ANA MADUREIRA	00000003770976	13
ANDRE FELIPE BIANCO	00000045819840	14
PATRICIA ROTTA	00000077576460	15
CLAUDINEI GELINSKI	00000003410883	16
EZEQUIEL BARBOSA VIANA	00000107365540	17
MARCOS GIOVANI RODRIGUES	00000005000863	18
CARLA ERESMIRA MARTINS FERREIRA	00000049171844	19
JOAO GUILHERME BUCH FILHO	00000017997690	20
NILTON DAVI DA SILVA	00000030148037	21
FRANCIANE FLARESSO MACHADO	00000093909798	22
PAMELA THAYNA BAGNHUK	00000100517221	23
JOAO PAULO CARVALHO ROCHA	00000096440154	24
SAMIR ALVES	00000003112229	25
REGINA TEREZINHA BORINI DOS SANTOS	00000004581323	26
WILLIAN RODRIGO FRANCA	00000092360156	27
PATRICIA SOTT	00000005731409	28
JOCELEY FANTIN	00000058557650	29
TAHIANE CRISTINA THIBES	00000098608214	30
ELAINE MARA KARPINSKI	00000004074799	31
DRIELY DE LIMA	00000080898223	32
TATIANA FERREIRA LOPES	00000053823877	33
DALTON FAGUNDES	00000003791552	34

020 PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE PORTUGUÊS

NOME	DOCUMENTO	CLASSIFICAÇÃO
JOSIANE BEATRIZ AZEREDO	00000086314967	1
ELIS CRISTINA SLOMP	00000003791967	2
ALINE FERRAZ ROCHA	00000340596004	3
MARIZANE DA SILVA	00000003588066	4
SONIA GONCALVES THIBES DA LUZ	00000086314720	5
RITA DE CACIA HALLU	00000044067820	6
CLEONICE MARTINS MOTA	00000071086461	7

021 PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE MATEMÁTICA

NOME	DOCUMENTO	CLASSIFICAÇÃO
WAGNER SERRER	00000089890209	1

JEAN RODRIGO ADACHESKI	00000125481540	2
DANIEL BONADIMAN BERTOL	00000126301081	3
IVONETE FURST	00000004872454	4
MARCELINO DERSON PEREIRA	00000063215333	5
MONICA FRAGOSO DE ALMEIDA	00000004581005	6
JORGE ANTONIO DE SOUZA	00000003383637	7

022 PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE HISTÓRIA

NOME	DOCUMENTO	CLASSIFICAÇÃO
ANA DANIELE HOLOVATY	00000004581695	1
LUCIO AMBROSIO HUPALO	00000068574200	2
JOAO ANTONIO BUSCK	00000089200466	3
ALDO ROMAN ALVES CHUK	00000083246197	4
DANIEL ROCHA JUNIOR	00000130301299	5
CLEIDI LUCIMARA PRZYBYCZEWSKI	00000105275889	6
VALDECI JOSE DE OLIVEIRA	00000041580062	7
ALINE RAQUEL SEBBEN	00000066608891	8

023 PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE GEOGRAFIA

NOME	DOCUMENTO	CLASSIFICAÇÃO
VERONICA MAINA DA SILVA HOMCZINSKI	00002113562173	1
ROSE MUNDEL	00000089670888	2
PATRICIA BUENO	00000089227186	3

024 PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE CIÊNCIAS

NOME	DOCUMENTO	CLASSIFICAÇÃO
EDER HOMCZINSKI	00000004581945	1
PRISCILA SILVANA GUNTHER	00000071921751	2
MIGUEL LESCZYK	00000003461442	3
GRACIELI RITA SOARES	00000089890918	4
KELI MARIA BORASKI	00000004662303	5
FRANCIELE LYSENKO	00000090513001	6
ADRIANA DE MEIRA ANDRUKIU BEREZA	00000061547975	7
ROSELANI VOLKMAN KOSTEK	00000061888845	8
HENRIETTE CRISTINE BONFLEUR	00000049175637	9
ARLETE MARANGONI HENKE	00000013317350	10

025 PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE INGLÊS

NOME	DOCUMENTO	CLASSIFICAÇÃO
JAMILE PASTUCHAKI	00000076351961	1
ALCIONE APARECIDA HUPALO	00000003247327	2
SARA GALVAO	00000051892669	3

026 PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE INFORMÁTICA

NOME	DOCUMENTO	CLASSIFICAÇÃO
MARCOS AURELIO ARIATTI	00000003989577	1
EVERTON BACK	00000004074238	2
TIAGO ANTONIO GOMES	00000003991808	3
CLEUNICE REGINA KEREZ	00000003991468	4
CLEITON CESAR SCHAEFER	00000013677921	5
MARCELO AMARO	00000068542740	6
LINDALVA MONTEIRO	00000004470490	7
RICARDO CASTILHO DE OLIVEIRA	000023R3770948	8
ADILSON ALVES SANTOS	00000002736626	9
PEDRO PUDLA	00000001798527	10

027 PEDAGOGO

NOME	DOCUMENTO	CLASSIFICAÇÃO
SILVIA APARECIDA ROIEK CORREA	00000062558695	1
ANA PAULA KARPINSKI CASANOVA	00009076887646	2
TATIANE GULECZ	00000049174452	3
ANDREZA KERLI CORREA DALGALLO	00000004198425	4
ADRIELY APARECIDA DE BRITO	00000004198942	5
MARIA ADRIANA NASCIMENTO	00000002738971	6
CLEA SCHELBAUER	00000002738024	7
ELIZABETE VOLKMAN	00000004343652	8
FRANCIELE APARECIDA WEINGARTNER	00000004198765	9
MARTA BEZERRA KLABUNDE	00000200822652	10
SIMARA DANIEL KOCH	00000124908515	11
ANDREA APARECIDA BUENO DA SILVA	00000003770419	12
TANIA APARECIDA FUCH LENARTOWICZ	00000128158669	13
SIMONE DE FATIMA HUPALO	00000004198882	14
MARLI TERESA BONFLEUR	00000041563460	15
ELISANGELA BUDNHAC	00000082412921	16
FRANCIELE GALVAO	00000082222944	17

028 AUXILIAR DE ENFERMAGEM

NOME	DOCUMENTO	CLASSIFICAÇÃO
RICARDO LUIZ GIBINSKI	00000085539450	1
JAKELINE STOCKER RUBY	00000005460725	2
LUIS ROGERIO SILVA JUNIOR	00000004198481	3
GUSTAVO EDUARDO BAUERMEISTER	00000049172166	4
ANGELA MITZKO	00000081921342	5

DAIANE APARECIDA DOS SANTOS	00000097443840	6
JANETE APARECIDA VALPERES	00000061715045	7
ILIANE KADES	00000003242384	8

029 AUX.DE ENFERMAGEM - DISTRITO DE STA CRUZ DO TIMBÓ

NOME	DOCUMENTO	CLASSIFICAÇÃO
JESSICA DIANE STEIN	00000005795961	1
LEILA FRANCINI GREIN	00000005701415	2
VIVIANE RENATA OPAUTCHAK	00000004517460	3

031 TÉCNICO DE INFORMÁTICA

NOME	DOCUMENTO	CLASSIFICAÇÃO
MATHEUS SILVA ORTIZ	00001095130256	1
CRISTIANO BACK	00000004667893	2
GUSTAVO RENE LOZINSKI	00000109710075	3
EDUARDO MOECKE ROVARIS	00000004517396	4
LAURO SARTURI JUNIOR	00000005794169	5
WILLIAN NILTO DA SILVA	00000092390748	6
ALISSON FERREIRA	00000004046457	7
RODRIGO HIDEKI TAKEUSHI	00000307432567	8
FELIPE MICHAEL DA FONSECA	00000051899329	9
DOUGLAS SOARES PINTO	00000035155116	10
EVERTON JOAO LEITHOLD	00000003791653	11
JEAN MIGUEL BACHINSKI	00000076397813	12

032 FISCAL DE OBRAS E POSTURAS

NOME	DOCUMENTO	CLASSIFICAÇÃO
CLEDINEY NEPOUNUCENO	00000004343183	1

033 MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES

NOME	DOCUMENTO	CLASSIFICAÇÃO
RENAN MALINOWSKI	00000089483352	1
WILLIAN CESAR MACHADO	00000004470609	2

035 OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS

NOME	DOCUMENTO	CLASSIFICAÇÃO
ELTON MACIEL SCHNEIDER	00000004198358	1
LUIZ ANTONIO DE PAULA	00000068754968	2
PEDRO LUIZ REGERT	00000003791594	3
RONALD KUNZE	00000005731665	4

036 OPER.DE MÁQ. PESADAS - DISTR. DE STA CRUZ DO TIMBÓ

NOME	DOCUMENTO	CLASSIFICAÇÃO
ICARO AUGUSTO SCH-LEGER	00000099535032	1
ERNANI OPAUTCHAK	00000004517461	2

038 CARPINTEIRO

NOME	DOCUMENTO	CLASSIFICAÇÃO
ROBERTO LAURI PA-DILHA	00000003704843	1

039 PEDREIRO

NOME	DOCUMENTO	CLASSIFICAÇÃO
MARCOS AURELIO BEIMS	00000003791784	1
JORGE LUIS GONCALVES	00000005795310	2
MIGUEL MARTINS DA CUNHA	00000030436016	3

040 MECÂNICO DE VEÍCULOS PESADOS

NOME	DOCUMENTO	CLASSIFICAÇÃO
IVO DE JESUS GUIMARAES PINTO	00000003113935	1
EDISON PAULINO DA COSTA	00000037586285	2

041 MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS

NOME	DOCUMENTO	CLASSIFICAÇÃO
CARLOS CESAR POGOGELSKI	00000004517537	1
JOSIAS GUVIAZDECKI	00000129800305	2
EDSON DANIEL FRAITAY	00000066946100	3
RENATO KINAL	00000002736157	4
JAISON CHAVES	00000005560972	5
DOUGLAS FELIPE FREDER	00000084427721	6
PAULO SERGIO COLACO	00000075253729	7
JOSE DOS SANTOS	00000124406188	8
ANTONIO VANDERLEI DE MATOS	00000045455041	9

042 MOTORISTA DE VEÍC. PESADOS-DISTR.STA CRUZ DO TIMBÓ

NOME	DOCUMENTO	CLASSIFICAÇÃO
VANDERLEI JUNG	00000007161249	1
JOSE TOBIAS STEIN	00000004517649	2
RENATO DOS SANTOS	00000052416097	3

043 MOTORISTA DE VEÍC. PESADOS-DISTR.S MIGUEL DA SERRA

NOME	DOCUMENTO	CLASSIFICAÇÃO
ALCEMIR JOSE LEANDRO	00000023159120	1
JOSE OSMARI STACHERA	00000001459177	2

044 AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO

NOME	DOCUMENTO	CLASSIFICAÇÃO
DANIELA PERES DA SILVA	00000086430274	1
JANETE BARTOSKI	00000061737847	2
VANDERLEIA MELNIK BORGES	00000003461226	3
GISELE BUJAK	00000004074663	4
MAIARA DE BAIRROS RODRIGUES DOS SANTOS	00000005064710	5
SIRLENE DAS GRACAS FERREIRA	00000301356762	6
CLAUDIA CORREA DA SILVA	00000004198340	7
MARIA SILVANA BUENO	00000077439838	8
ELISABETH CRISTINA FAGUNDES DOS PASSOS	00000004517717	9
LILI CARDOSO FREISLEBEN	00000002811245	10
DILCELIA DA APARECIDA DA SILVA	00000054700008	11
MARIZE FATIMA DE SOUZA	00000003791368	12
MARIA ROSANA WODONOS	00000004343722	13
SANDRA FABIANA ALVES SANTOS	00000080652623	14
IDEJANE DOS SANTOS LIMA	00000003588396	15
ROSANA APARECIDA DE OLIVEIRA	00000065356082	16
JENIFER DAIANE WACHILEWSKI	0000052371578X	17
NOELI EMA ZETTEL PORCIDES	00000060901015	18
JUSSARA DOS SANTOS	00000084746444	19
CRISTIANI MARINA CUNHA KIMURA	00000058296449	20
ROSELIS DOMINGUES DA SILVA JOLY	00000003791190	21
CARLA CRISTIANE DORNELIS TRINDADE	00000092323277	22
ROSI DE FATIMA NASCIMENTO	00000057508752	23
REGINA MARIA VANIN	00000001331915	24
ROSANGELA BUENO DA SILVA	00000007371377	25
MIRIAN APARECIDA CIOCEK	00000081317640	26
SOLANGE ZWIESKOWSKI DOS SANTOS	00000041981944	27
IVANA APARECIDA GONCALVES DE CASTRO	00000091375397	28
CASSIANA FROHLICH CANZONE SIKORSKI	00000004074172	29
NEUSI INEZ MUDRYK FERETYSKI	00000059165011	30
DENISE KOTOSKI BAUER BRAESCHER	00000004819030	31
ADELAIDE APARECIDA FERREIRA SOARES	00000090372289	32

DALIANE CRISTINA DE LIMA	00000004662886	33
DAGMAR DE GODOI		
FABRICIO VIEIRA	00000006515749	34
ROSELI RIBEIRO	00000001791171	35
MARLENE APARECIDA FRANCA	00000047296749	36
RAQUEL DO ROCIO MENDES DE CASTRO	00000067128265	37
JANETE GAIEVICZ	00000089059470	38
LILIAN KELI DE SOUZA VIEIRA	00000005795121	39
MARIA WOHL MARCZAL	00000003247317	40
PATRICIA SIMONE FREISLEBEM	00000004667910	41
MARLI TEREZINHA MARTINS	00000004517279	42
LORENI DE FATIMA ALVES	00000005460603	43
TANIA REGINA SWIRSKI	00000038581708	44
FABIANE CARLA GOMES	00000050643347	45
MARISTELA SOUZA	00000005794368	46
MARIA CLARA FRANCO DE LIMA	00000003753379	47
DAIANE CRISTINA DE LIMA	00000053947142	48
SOELI SOARES FERREIRA BODNAR	00000061492615	49
REGINA JAK	00000096363877	50
MARLI CARRER	00000027396037	51
MARIZA DJANIRA PEREIRA	00000077074384	52
SIRLEI JUNG SCHNEIDER	00000004343777	53
NEREIDE PEREIRA	00000040761487	54
GENOVEFA DOS SANTOS LIMA	00000091560526	55
MICHELE DIAS	00000073328675	56
TEREZINHA DE FATIMA DOMINGUES PAULOW	00000075489870	57
ARIELI APARECIDA POLIKA DZIURKOWSKI	00000003770617	58
FILOMENA OLEINIK KREBS	00000049606974	59
JANETE NAKALISKI	00000066946142	60
SILVANA CRISTINA NACONIECNI	00000086141710	61
JOANA BASNIAK	00000012002700	62
SOLANGE APARECIDA OLINQUEVICZ ALMEIDA	00000060055459	63
NEUSA FERREIRA	00000004343699	64
IONE GUIMARAES PINTO GUVIAZDECKI	00000003680906	65
SILVANA VITORIO FERREIRA CHIARENTIN	00000005460333	66
DAYANE VAZ	00000104819958	67
TANIA LORENSINI	00000067325940	68
ROSE AMANDA MUXFELDT	00000001790748	69
SARA LEODORO	00000004662321	70
SUZAN CRISTIANE DE CASTRO	00000004667895	71
ROSELI DOS SANTOS	00000049177990	72
MARLENE HENNING	00000050647008	73

JOSEANE RODRIGUES	00000099129638	74
POLIANA ROBERTA DE MIRANDA	00000127413444	75
ROSANGELA KRANHOLDT	00000087866637	76
VANESSA JOSIANE PACHECO	00000005795606	77
MIRIAN TATIANE DE ASSUNCAO	00000087866670	78
ANA CILA ESTIPE	00000002699012	79
MARCIA ELIANE PAULEK SENN	00000051086724	80
ADRIANA APARECIDA DE SOUZA	00000076977763	81
JULIANA RODRIGUES DOS SANTOS	00000441234628	82
AVANI TEREZINHA DE OLIVEIRA	00000020515945	83
MARGARETE TEREZINHA LASCOSKI BARBOSA DE CAMPOS	00000061765867	84
ROSA SMEK	00000003588297	85
LENITA RUBIK	00000005794259	86
MARCIA APARECIDA DOS SANTOS	00000095465269	87
EDINA APARECIDA GONCALVES DE FREITAS KOECHKOFEL	00000004662348	88
ELOINA FERNANDES DOS SANTOS MATOZO	00000005189162	89
FABIANA TEREZINHA DE LARA ZANELLA	00000101907856	90
ANA APARECIDA OLIVEIRA BUENO	00000003283478	91
ANGELITIA ADAM PEREIRA	00000004581291	92
MARINA DE FATIMA NUNES DE LIMA	00000125950051	93
ROSANGELA APARECIDA LITWINSKI	00000081424420	94
LUANA PINTO	00000052416666	95
VERA GRUNDMANN DEBACKER	00000002312609	96
GILMARA DE FATIMA DE LIMA	00000003496658	97
MARGARIDA FERREIRA	00000051890208	98
MARILAINE PAULEK	00000050646524	99
ELIANE TEREZINHA BUENO	00000004074549	100
IZABEL DE FATIMA MARTINS	00000336668466	101
IVANE BALBINA DE CASTILHO	00000004074718	102
IARA JULIA DA SILVA	00000054600502	103
SILVETE SIEVERS	00000034078432	104
FRANCIELI APARECIDA BAIK	00000101529851	105
ELIANE APARECIDA DOS SANTOS	00000050642413	106
MARLENE DA CONCEIÇÃO SILVA	00000082496637	107
JENI APARECIDA SCHROH DOBLER	00000003991938	108
IRANEIDE MARIA DOS SANTOS	00000274234749	109

DALVA PEREIRA DU-ARTE	0000041559070X	110
DANIELE NEVES	00000105893868	111
SIRLENE APARECIDA KNAPIK	00000003552518	112
ALEXANDRA ANDREIA TREVISAN	00000004581925	113
DEBORA APARECIDA FEYH	00000003112371	114
MICHELE CRISTINA ANDRE DE MIRANDA	00000101575500	115
NICE LOPES DE OLIVEIRA	00000078773243	116
MARLI TEREZINHA NIZER BORUCH	00000124742170	117
LUCIANA FERNANDES DE OLIVEIRA	00000004057627	118
JACIRA DE LIMA	00000106340331	119
JOANETE DE FATIMA DOS SANTOS WENNIN-GKAMP	00000049174282	120
LUCIANE GORETI ULCHAK	00000076428883	121
EDITE RUBIK	00000049177761	122
ZILDA AQUINO	00000003410713	123
ALINE ALVES DE MIRANDA	00000478702267	124
RUTE SANTANA MARTINS DA CUNHA	00000059897128	125
ADRIANE DOELLE	00000071048950	126
JULIANA SIMONE MARTINS	00000091150239	127
CELITA FERNANDES DOS SANTOS CORDEIRO	00000002319099	128
JANAINA DE FATIMA ALVES DOS SANTOS	00000126163428	129
CLEIDE APARECIDA DE PAULA	00000087175421	130
BEATRIZ DE FATIMA MARQUES	00000079099996	131
JOELMA BEATRIZ SCHNEIDER BORTOLUZZI	00000003588213	132
MARLI ABEL	00000003283283	133
VALSONIA PITZ AMARANTES	00000067650441	134
VANDA DE FATIMA DE CARVALHO FOROSTESKY	00000060816611	135
JULIANA CRISTINA DOS SANTOS	00000005460594	136
JOSIANE DE SOUZA GOMES	00000005731878	137
NEUZA CRISTNA KUSNIER	00000061789758	138
NOELI APARECIDA PINTO DE LIMA	00000070008190	139
ROSELI GREGORIO	00000002316526	140
ELZA FERREIRA DAS CHAGAS	00000003791723	141

045 AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO

NOME	DOCUMENTO	CLASSIFICAÇÃO
------	-----------	---------------

JOSE ADILSON DOS SANTOS	00000064916793	1
THIAGO RODRIGO ALVES	00000005996039	2
AUGUSTO NOGUEIRA DE LIMA	00000057742739	3
JEOVANEI RIBEIRO ALVES	00000005794933	4
ALCYR AUGUSTO SCHERER	00000030943996	5
EDSON CARLOS ALVES DA SILVA	00000037809713	6
EDERSON JOSE RUBLOSKI	00000004581077	7
MARCIO BURAK	00000051890160	8
VALDECIR GLIXINSKI	00000002313321	9
JULIO CESAR DA SILVA	00000004819280	10
WILTON JOSE MICHELS	00000004917218	11
VALDINEI WENNIN-GKAMP	00000094035040	12
PEDRO LEMES DA SILVA JUNIOR	00000073332354	13
DANIEL DA MOTA	00000049178318	14
ELTON DIEGO DE FRANCA CARDOSO	00000097797323	15
LUIZ ANTONIO DE OLIVEIRA PEREIRA DA SILVA	00000004074292	16
NATALICIO RODRIGUES DAS CHAGAS	00000002811639	17
JOAO ANTONIO DA SILVA	00000004917704	18
ALESSANDRO FERREIRA	00000005795660	19
GILMAR ROCHA	00000003791099	20

46 AG.SERV.PÚBLICOS-NÍVEL II-MASC-DIST.STA C.D O TIMBÓ

NOME	DOCUMENTO	CLASSIFICAÇÃO
CESAR LUIZ STREMLow	00000004581141	1
LAURO ROBERTO STREMLow	00000004198267	2
MAURICIO IVAZ	00000005064683	3

048 MÉDICO PSF

NOME	DOCUMENTO	CLASSIFICAÇÃO
HELDER VINICIUS RIBEIRO	00000003791430	1
VINICIUS MARQUES KINGERSKI	00000004074373	2
NEYLTON LUCAS DE MELO	00000000714528	3
ALEXANDRE MAIA RODRIGUES	00000020419171	4
IRONDI BITTENCOURT MARTINS	00000008940240	5

Rio do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 1546/2010

PORTARIA Nº. 1546/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Conceder a partir de 14/12/2010, ao servidor NELSON MARQUES VIEIRA, ocupante do cargo comissionado de Chefe Div. Executivos Fiscais, gratificação mensal equivalente à 85% (oitenta e cinco por cento) do valor do piso mínimo dos servidores públicos municipais, com fundamento no Art. 105 da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, alterado pelo Art. 16 da Lei Complementar n.º 217 de 14/12/2010, em razão de estar designado para realizar a atividade de Oficial de Justiça Ad-hoc.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Dezembro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1547/2010

PORTARIA Nº. 1547/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Conceder a partir de 14/12/2010, ao servidor ADRIANO PEREIRA MARTINS, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, letra "E", gratificação mensal equivalente à 85% (oitenta e cinco por cento) do valor do piso mínimo dos servidores públicos municipais, com fundamento no Art. 105 da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, alterado pelo Art. 16 da Lei Complementar n.º 217 de 14/12/2010, em razão de estar designado para realizar a atividade de Oficial de Justiça Ad-hoc.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Dezembro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portaria Nº 1548/2010

PORTARIA Nº. 1548/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Conceder a partir de 14/12/2010, ao servidor JOÃO CARLOS DE ANDRADE, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I, letra "C", gratificação mensal equivalente à 85% (oitenta e cinco por cento) do valor do piso mínimo dos

servidores públicos municipais, com fundamento no Art. 105 da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, alterado pelo Art. 16 da Lei Complementar n.º 217 de 14/12/2010, em razão de estar designado para realizar a atividade de Oficial de Justiça Ad-hoc.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de Dezembro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Salto Veloso

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar N. 016/2010

LEI COMPLEMENTAR N. 016, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO DE SALTO VELOSO, ESTABELECE NORMAS DE ENQUADRAMENTO, INSTITUI TABELA DE VENCIMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar.

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. Fica instituído o Plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores públicos do Poder Executivo Municipal de Salto Veloso, destinado a normatizar os cargos públicos de provimento efetivo, e no que couber, os cargos em comissão, fundamentado nos princípios de qualificação profissional e desempenho, observando-se as diretrizes da Lei Orgânica do Município e o disposto no art. 39 da Constituição Federal, com a finalidade de assegurar a continuidade da ação administrativa, a eficiência e a eficácia do serviço público.

Art. 2º. O regime jurídico dos servidores públicos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Município de Salto Veloso, é regido pela presente Lei Complementar, e pelas disposições do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 3º. Constituem objetivos gerais da política municipal de gerenciamento de recursos humanos:

- I – estimular a profissionalização, a atualização e o aperfeiçoamento técnico dos servidores;
- II – garantir o desenvolvimento na carreira de acordo com o tempo de serviço, mediante avaliação de desempenho e aperfeiçoamento profissional;
- III – assegurar vencimento condizente com os respectivos níveis de formação escolar e tempo de serviço.

Art. 4º. Constituem objetivos específicos da política municipal de gerenciamento de recursos humanos:

- I – unicidade do regime jurídico;
- II – manutenção de sistema permanente de formação continuada, acessível a todo servidor, com vistas ao aperfeiçoamento profissional e à ascensão na carreira;
- III – estabelecimento de normas e critérios que privilegiem, para fins de progressão na carreira, o desempenho profissional e a

formação continuada do servidor;

IV – remuneração compatível com a complexidade das tarefas atribuídas ao servidor e o nível de responsabilidade dele exigido para desempenhar com eficiência as atribuições do cargo que ocupa.

CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º. Para efeitos desta Lei, considera-se:

I – Avaliação de Desempenho: Procedimento utilizado para medir o cumprimento das atribuições do cargo pelo servidor, bem como para permitir seu desenvolvimento funcional na carreira.

II – Cargo Público: Conjunto de atribuições e responsabilidades que se cometem a um servidor, instituído por lei, com denominação própria, atribuições específicas, número certo de vagas e vencimento determinado pago pelos cofres públicos municipais.

III – Cargo Público Efetivo: Conjunto de atribuições e responsabilidades que se cometem a um servidor, instituído por lei, com denominação própria, atribuições específicas, número certo de vagas e vencimento pago pelos cofres públicos municipais, destinado a ser preenchido por pessoa aprovada e classificada em concurso público.

IV – Cargo Público em Comissão: Conjunto de atribuições e responsabilidades que se cometem a um servidor, criado por lei, com denominação própria, atribuições específicas, número certo de vagas, com vencimento pago pelos cofres públicos municipais e provido em caráter transitório, de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito Municipal.

V – Classe: Conjunto de cargos com a mesma denominação, com o mesmo grau de complexidade e responsabilidade, e o mesmo nível de escolaridade, indicado no Quadro Geral de Vagas.

VI – Demissão: Penalidade decorrente da prática de ilícito administrativo, que

tem por objetivo desligar o servidor dos quadros do funcionalismo.
VII – Enquadramento: Ajustamento do servidor no Cargo, Classe e Grau, de conformidade com as condições e requisitos especificados para o mesmo.

VIII – Exercício Efetivo: Período de trabalho contínuo do servidor na Administração Municipal, ou quando à disposição de órgão da Administração Estadual ou Federal por convênio, acordo ou ajuste.
IX – Exoneração: Ato administrativo de dispensa do servidor que ocorre a pedido ou de ofício, em conformidade com o disposto no Estatuto dos Servidores do Município.

X – Faixa de Vencimentos: Conjunto de graus inserido em cada classe de vencimentos.

XI – Função Gratificada: Gratificação paga ao servidor público efetivo, mesmo que não estável, pelo cometimento de atribuições ou funções assessorias ou não inerentes ao cargo ocupado.

XII – Função Pública: Posto oficial de trabalho na Administração Municipal provido em caráter transitório e nos termos da lei, que não integra a categoria de cargo público.

XIII – Grau: Posicionamento do vencimento em cada classe, organizado na faixa horizontal, em ordem crescente, indicado por letras, para todos os cargos de provimento efetivo do Executivo Municipal.

XIV – Interstício: Lapso de tempo estabelecido como o mínimo necessário para que o servidor de cargo de provimento efetivo se habilite à progressão horizontal.

XV – Lotação: Ato administrativo que determina o local de trabalho dos servidores do quadro de provimento efetivo da Administração Municipal.

XVI – Nível: Grau de escolaridade necessário para provimento do cargo.

XVII – Nomeação: Ato administrativo de provimento de cargo efetivo ou em comissão.

XVIII – Quadro Geral: Conjunto que indica em seus aspectos qualitativos e quantitativos, o recurso humano necessário ao desempenho das atividades da Administração Municipal.

XIX – Remuneração: Retribuição pecuniária correspondente à soma dos vencimentos e das vantagens.

XX – Servidor Público: Toda pessoa física que, legalmente investida em cargo público, de provimento efetivo ou em comissão, presta serviço remunerado à Administração Direta e Indireta do Município de Salto Veloso.

XXI – Tabela de Vencimentos: Conjunto organizado de classes e graus de retribuição pecuniária fixa, adotado pelo Poder Executivo Municipal.

XXII – Vantagem Pessoal: Conjunto de adicionais de remuneração de natureza pecuniária de caráter individual, concedida mediante assunção de direitos previstos em lei.

XXIII – Vencimento: Retribuição pecuniária básica, definida em Lei, correspondente ao desempenho das atividades do cargo.

CAPÍTULO III DO PROVIMENTO DO CARGO

Art. 6º. São requisitos básicos para provimento de cargo público:

I – aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de validade do concurso;

II – idade mínima de 18 (dezoito) anos;

III – nacionalidade brasileira;

IV – gozo pleno dos direitos políticos;

V – regularidade em relação às obrigações eleitorais e, se do sexo masculino, em relação às obrigações militares;

VI – nível de escolaridade exigido para o desempenho do cargo, conforme estabelecido no Anexo IV desta Lei;

VII – aptidão física e mental comprovada em prévia inspeção médica oficial, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

VIII – idoneidade moral;

IX – habilitação legal para o exercício de profissão regulamentada.
Parágrafo Único. As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos, desde que estabelecidos em Lei e/ou previstos no Edital do concurso.

Art. 7º. Aos portadores de deficiência física ou mobilidade reduzida, serão reservadas vagas no percentual estabelecido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso, para o provimento de cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores.

CAPÍTULO IV DO CONCURSO PÚBLICO

Art. 8º. O ingresso no Quadro de Provimento Efetivo do Poder Executivo do Município de Salto Veloso, dar-se-á por aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 1º. O concurso público terá validade de 02 (dois) anos, contados a partir da publicação do resultado em órgão da imprensa oficial, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

§ 2º. O prazo de validade do concurso, as condições de sua realização e os requisitos a serem satisfeitos pelos candidatos serão estabelecidos em Edital a ser publicado em órgão oficial do Município, em prazo mínimo antecedente de 45 (quarenta e cinco) dias da realização da primeira etapa das provas escritas.

§ 3º. Não se admitirá a realização de concurso público enquanto persistir candidato aprovado em concurso anterior, com prazo de validade não expirado.

§ 4º. A aprovação em concurso público gera direito à nomeação, mas esta, quando ocorrer, respeitará a ordem de classificação dos candidatos, e só se efetivará após prévia inspeção médica oficial.

§ 5º. Quando, por interesse público superior devidamente justificado, houver necessidade da formação de cadastro de reserva, a aprovação para o cargo não gerará direito à nomeação, ficando condicionado o provimento à disponibilidade da vaga ou ao critério

da Administração.

Art. 9º. Além das normas gerais, os concursos públicos serão regidos por instruções especiais, que farão parte do Edital, respeitando, principalmente, o princípio da publicidade.

Parágrafo Único. Do Edital do concurso deverão constar, entre outras informações, os seguintes requisitos:

- I – o número de vagas existentes;
- II – as matérias sobre as quais versarão as provas e os respectivos programas e indicação bibliográfica;
- III – o desempenho mínimo exigido para aprovação nas provas;
- IV – os critérios de avaliação dos títulos, se aplicável;
- V – o caráter eliminatório ou classificatório de cada etapa do concurso;
- VI – o nível de escolaridade exigível, comprovado mediante apresentação da documentação pertinente;
- VII – a carga horária de trabalho;
- VIII – o vencimento básico do cargo.

Art. 10. Aos candidatos será assegurado o direito de recorrer, nas fases de homologação das inscrições, publicação de resultados parciais ou finais e homologação do concurso.

Art. 11. O servidor aprovado em concurso público e nomeado para o cargo, será efetivado após 03 (três) anos de estágio probatório, cujo desempenho será avaliado por Comissão Especial de Avaliação de Desempenho, com base em critérios estabelecidos por ato próprio do Executivo Municipal, observados os fatores constantes no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 12. Os cargos do Quadro de Pessoal da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, quanto à forma de provimento, serão classificados em cargos de provimento efetivo, e de provimento em comissão.

CAPÍTULO V

DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Art. 13. Os cargos de natureza efetiva constantes desta Lei serão providos:

- I – por enquadramento dos atuais servidores titulares de cargos efetivos no Município;
- II – por nomeação, precedida de aprovação em concurso público, de provas ou de provas e títulos.

Art. 14. Os cargos de provimento efetivo são os constantes do Anexo II, desta Lei Complementar.

Art. 15. Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Art. 16. Ficam criados no Quadro de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal de Salto Veloso os cargos efetivos constantes do Anexo II desta Lei.

§ 1º. Ficam reenquadrados os servidores públicos municipais efetivos, para os cargos de equivalência constantes no Anexo II, conforme o disposto no artigo 64 desta Lei.

§ 2º. Ficam criados os cargos e vagas previstas no Anexo II, com as remunerações, e atribuições previstas no Anexo IV da presente Lei Complementar.

CAPÍTULO VI

DOS CARGOS DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Art. 17. Por excepcional interesse público, fica a Administração Municipal autorizada a promover a contratação temporária de servidores.

Parágrafo único. Entendem-se por situações de interesse público excepcional, aquelas em que a demanda de serviços supera a disponibilidade de recurso humano do Poder Executivo, em especial nos casos de substituição de servidores por afastamento de qualquer espécie, criação de novas unidades administrativas ou fatores sazonais ou emergenciais.

Art. 18. Além dos casos previstos no artigo 37 da Constituição Federal, são cargos de contratação temporária todos aqueles necessários à implantação e implementação de programas especiais, cujos recursos sejam provenientes de convênios, ajustes ou acordos firmados pelo Município.

§ 1º. A remuneração dos cargos de contratação temporária será equivalente ao vencimento básico do cargo, previsto no Anexo II desta Lei Complementar.

§ 2º. Constatada a ausência do cargo no Anexo referido no parágrafo primeiro deste artigo, poderá o Chefe do Poder Executivo estabelecer a remuneração do cargo, por função correlata, devidamente justificada em Decreto a ser encaminhado à Câmara Municipal, para ciência, nos 15 (quinze) dias que se sucederem à sua publicação.

Art. 19. Na hipótese de extinção dos programas, convênios, acordos e ajustes os respectivos cargos serão automaticamente extintos e os contratos vigentes encerrados, garantindo os direitos gerados até a data de sua vigência, nos termos da respectiva lei.

CAPÍTULO VII

DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Art. 20. Os cargos de provimento em comissão são de livre nomeação

e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, e integram a estrutura administrativa do Poder Executivo do Município de Salto Veloso.

Art. 21. Os cargos previstos na Tabela I do Anexo I desta Lei, têm seus subsídios fixados através de Lei Municipal específica, a ser promulgada pelo Poder Legislativo Municipal, na forma do artigo 29, inciso V da Constituição Federal.

Parágrafo único. Os cargos de Procurador Geral do Município, Assessor de Gabinete e Assessor de Comunicação e Informação, são equiparados aos de Secretário Municipal, com a remuneração correspondente e fixada por Lei específica.

Art. 22. As descrições e especificações dos cargos de provimento em comissão são as previstas no Anexo I desta Lei Complementar.

§ 1º. Ficam reenquadrados os atuais cargos de provimento em comissão, para os cargos de equivalência constantes no Anexo I, conforme Tabela de Equivalência prevista no Anexo V desta Lei.

§ 2º. Ficam criados os cargos e vagas previstas no Anexo I, com as remunerações previstas nesta Lei Complementar.

§ 3º. O Cargo de Procurador Geral do Município deverá ser exercido por advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Santa Catarina.

CAPÍTULO VIII

DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

Art. 23. Para efeito desta Lei, função gratificada é a designação de servidor, em caráter transitório, exercendo atribuições temporárias de direção, chefia e/ou assessoramento, ou ainda, pelo cometimento de atribuições ou funções assessoriais ou não inerentes ao cargo ocupado.

Art. 24. É admitida a concessão de apenas uma função gratificada a cada servidor, pela designação de uma ou mais atribuições, na forma do artigo anterior.

Art. 25. As funções gratificadas, seus quantitativos e respectivos percentuais, são os previstos no Anexo V desta Lei Complementar. Parágrafo único. A designação para o exercício de função gratificada será concedida mediante ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

CAPÍTULO IX DA CESSÃO DE SERVIDOR

Art. 26. No âmbito da Administração Geral o servidor poderá ser cedido para outro órgão ou instituição do sistema em qualquer esfera de governo, nas seguintes hipóteses:

I – para exercer cargo em comissão ou função de confiança;
II – para exercer cargo ou emprego no qual foi investido no órgão ou instituição cedente.

§ 1º. Em qualquer hipótese, o ônus de sua remuneração será assumido pelo órgão ou instituição cessionária, salvo convênio específico aprovado pelo Poder Legislativo Municipal.

§ 2º. Caso o servidor opte por receber do cedente a remuneração do cargo ou emprego no qual foi por ele investido, o órgão ou entidade cessionária efetuará o reembolso das despesas correspondentes.

Art. 27. Para o cedente, o período da cessão do servidor será computado como tempo de serviço para todos os efeitos legais. Parágrafo único. As atividades desenvolvidas no órgão ou instituição cessionária deverão ser consideradas para efeitos de desenvolvimento na carreira da instituição cedente.

CAPÍTULO X DO VENCIMENTO E VANTAGENS PECUNIÁRIAS

Art. 28. Os vencimentos iniciais dos cargos efetivos são os definidos no Anexo II desta Lei Complementar.

Art. 29. A tabela de vencimentos do Quadro de Provedimento Efetivo do Poder Executivo Municipal de Salto Veloso, para fins de progressão funcional, ocorrerá nos percentuais previstos nesta Lei Complementar.

Art. 30. A revisão geral dos vencimentos estabelecidos para os cargos de provimento efetivo, bem como para os cargos de provimento em comissão, deverá ser efetuada anualmente, por lei específica, sempre na mesma data e sem distinção de índices, conforme disposto no art. 37, inciso X da Constituição Federal, desde que não ultrapasse os limites da despesa com pessoal, estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. A revisão dos vencimentos mencionada no caput deste artigo ocorrerá, sempre, no mês de dezembro de cada ano.

Art. 31. A cada cargo de provimento efetivo corresponde uma Classe e Grau de Vencimento sobre o qual incidirão todas as vantagens a que o servidor fizer jus.

§ 1º. Fica instituído o Valor Referencial de Vencimentos (VRV), como índice de conversão para fixação dos vencimentos dos servidores públicos municipais.

§ 2º. O valor do VRV para o ano de 2010, será de R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais), reajustando-se anualmente o valor, com base no índice médio da inflação medido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), aferido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Art. 32. O servidor titular de cargo efetivo, nomeado para exercer cargo em comissão poderá optar pelo maior vencimento entre estes cargos e, se exonerado do cargo em comissão, voltará a perceber o vencimento do cargo efetivo.

Parágrafo único. Os servidores do quadro efetivo nomeados para cargos em comissão terão direito à progressão funcional, que dar-se-á de forma administrativa, e que restará suspensa até o retorno

do servidor à função de origem.

CAPÍTULO XI DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 33. O valor atribuído a cada classe de vencimento será devido pela jornada de trabalho prevista para o cargo a que pertence o servidor, nunca superior a 40 (quarenta) horas semanais.

§ 1º. A jornada de trabalho de cada cargo será a especificada nos Anexos I e II desta Lei Complementar.

§ 2º. Poderá o Poder Executivo, através de ato próprio, fixar horários especiais para o desempenho de atividades ou funcionamento de setores específicos, em razão de interesse público devidamente justificado.

Art. 34. O exercício de horas extraordinárias será admitido por autorização do Secretário Municipal respectivo à área de atuação do servidor, e ficará limitado a 40h (quarenta horas) extraordinárias mensais.

§ 1º. A remuneração do serviço extraordinário será paga no valor idêntico ao da hora de trabalho ordinária, acrescido de cinquenta por cento.

§ 2º. O serviço extraordinário prestado acima dos limites definidos neste artigo, não será remunerado, dando causa à punição do servidor, e quando for o caso, do próprio Secretário que o autorizou.

Art. 35. O exercício de cargo em comissão ou o recebimento de função gratificada exigirá, de seu ocupante, a integral dedicação ao serviço público, podendo ser convocado sempre que houver necessidade da Administração Pública Municipal, sem complementação remuneratória de qualquer natureza.

Art. 36. Ficam instituídos, para os fins desta Lei Complementar, os sistema de plantão e sobreaviso.

§ 1º. Caracteriza-se como plantão, a jornada de trabalho regular, exercida em horários diferenciados, diretamente no local da repartição ou setor público, não sendo admitida remuneração acessória pelo seu desempenho.

§ 2º. Caracteriza-se como sobreaviso, a manutenção do servidor em local diverso da repartição ou setor público, à disposição do Poder Executivo, com a correspondente remuneração.

§ 3º. O sobreaviso será remunerado pelo acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da hora ordinária do servidor.

CAPÍTULO XII DO DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA

Art. 37. O desenvolvimento do servidor efetivo na carreira dar-se-á de três formas:

- I – Progressão funcional por nova titulação ou habilitação;
- II – Progressão funcional por tempo de serviço;
- III – Progressão por cursos de aperfeiçoamento.

Título I Da Progressão por Nova Titulação ou Habilitação

Art. 38. A progressão funcional por nova titulação ou habilitação, ocorre mediante a comprovação, por parte do servidor, da conclusão de curso superior ao nível de instrução obrigatório para provimento do cargo efetivo, em área correlata ou afim às funções que desempenha.

Parágrafo único. Ficam admitidas as progressões de cursos realizados em instituições educacionais brasileiras, reconhecidos pelo Ministério da Educação, em caráter de graduação nos seguintes casos:

- I – Ensino Fundamental;
- II – Ensino Médio;
- III – Graduação em Nível Superior;
- IV – Especialização, em Nível de Pós-Graduação;

V – Mestrado;
VI – Doutorado;
VII – Pós-Doutorado.

Art. 39. A concessão de progressão funcional por nova titulação ou habilitação será efetivada anualmente, nos meses de março e setembro.

Art. 40. A aferição da área correlata ou afim será determinada em processo administrativo específico, mediante parecer jurídico.

Art. 41. Ficam limitadas a duas, as progressões funcionais por nova titulação ou habilitação, para cada servidor, sempre em graus distintos.

Art. 42. Pelo acesso à progressão funcional prevista neste Título, o servidor perceberá um incremento correspondente a 10% (dez por cento) de seu vencimento base.

Título II Da Progressão por Tempo de Serviço

Art. 43. A progressão por tempo de serviço corresponderá a um acréscimo de 3% (três por cento) sobre o vencimento básico do cargo, e será concedida ao servidor efetivo, a cada 03 (três) anos, limitada a 12 (doze) graus, desde que se cumpra o interstício mínimo de 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo, entre uma progressão horizontal e outra.

Art. 44. São condições que interrompem o período aquisitivo da progressão por tempo de serviço:

I – a aplicação de penalidade disciplinar prevista na legislação municipal;

II – a falta ao serviço, no período de um ano, por mais de 06 (seis) dias, contínuos ou intercalados, ressalvados as faltas consideradas legais pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso.

Parágrafo único. No caso da interrupção do período aquisitivo por algumas das condições referidas neste Título, a contagem de prazo para nova concessão, inicia-se do dia imediatamente seguinte ao que servidor cumprir a condição que lhe foi imposta ou do retorno efetivo ao trabalho.

Título III Da Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento

Art. 45. A progressão prevista neste Título será concedida ao servidor, pela comprovação da participação em cursos de aperfeiçoamento, assim entendidos aqueles de curta duração, e que visem a atualização do profissional.

Art. 46. Os cursos deverão ser apresentados, a cada 05 (cinco) anos, sendo válidos os realizados neste interstício, servindo para fins de comprovação apenas uma única vez, e na soma mínima de 300 (trezentas horas).

Art. 47. Para que sejam reputados válidos, os cursos deverão receber parecer favorável do superior hierárquico, que opinará sobre sua correlação com as funções desenvolvidas pelo servidor.

Art. 48. Pela comprovação da participação em cursos, na forma prevista neste artigo, fará jus o servidor a um adicional no importe de 02% (dois por cento) para cada progressão, limitadas a 05 (cinco) progressões.

Das Disposições Gerais

Art. 49. Os servidores considerados estáveis no serviço público, nos termos do artigo 19 do ADCT, não farão jus às progressões

previstas neste Capítulo, salvo aprovação em concurso público.

Art. 50. O acréscimo pecuniário adquirido pelas progressões funcionais, incorpora-se ao vencimento do servidor, sendo contudo discriminado na folha de pagamento, como rubrica própria.

Art. 51. A contagem de tempo de serviço, para fins do disposto neste Capítulo, inicia-se no provimento do cargo através da aprovação em concurso público.

CAPÍTULO XIII DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Art. 52. A qualificação profissional, pressuposto essencial da carreira, deverá ser planejada e executada de forma integrada ao sistema, tendo por objetivo:

I – no treinamento introdutório, a adaptação e a preparação do servidor para o exercício de suas atribuições;

II – nos cursos de capacitação e de desenvolvimento, a habilitação do servidor para o desempenho eficaz das atribuições próprias das diversas áreas e especialidades;

III – nos cursos de treinamento gerencial, de assistência e de assessoramento, a habilitação para o exercício de cargo em comissão.

Art. 53. Os titulares de cada órgão deverão oferecer o apoio necessário aos programas de treinamento, cursos de capacitação e de desenvolvimento, mediante:

I – diagnóstico das necessidades do órgão;

II – sugestão de currículos, conteúdos, horários e períodos ou metodologias dos cursos;

III – levantamento das necessidades e áreas de interesse dos servidores;

IV – acompanhamento das etapas do treinamento;

V – licenciamento periódico, remunerado, para aperfeiçoamento do profissional, cujo tempo de exercício na carreira justifique o investimento.

CAPÍTULO XIV DO ENQUADRAMENTO

Art. 54. Os atuais servidores do Quadro de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal de Salto Veloso serão enquadrados nos cargos previstos no Anexo II, levando-se em consideração os seguintes fatores:

I – atribuições desempenhadas no cargo anteriormente ocupado pelo servidor efetivo, para o qual foi aprovado em concurso público;

II – classe de vencimento do cargo ocupado pelo servidor;

III – nível de escolaridade;

IV – habilitação legal do servidor para o exercício de profissão regulamentada.

§ 1º. Ficam os atuais servidores dispensados do cumprimento dos requisitos mínimos exigidos nos incisos II e III, para efeito de enquadramento em cargos da nova situação proposta pela presente Lei Complementar, salvo para os cargos que exigem habilitação legal específica para o exercício de profissão regulamentada.

§ 2º. O servidor que preferir manter-se no sistema instituído pela Lei Municipal n. 570, de 10 de outubro de 1991, não fará jus aos benefícios instituídos por esta Lei Complementar.

Art. 55. O enquadramento será realizado mediante processo administrativo próprio, e conduzido por comissão especial de designada por ato próprio do Executivo Municipal, devendo a mesma ser presidida pelo Secretário Municipal de Administração.

Parágrafo Único – A Comissão de Enquadramento terá o prazo máximo de 90 (noventa) dias para proceder ao enquadramento dos servidores de que trata esta Lei Complementar.

Art. 56. Caberá à Comissão de Enquadramento:

I – elaborar normas complementares de enquadramento e submetê-las à aprovação do Chefe do Executivo Municipal;

II – elaborar as propostas dos atos de enquadramento e encaminhá-las ao Chefe do Executivo Municipal para aprovação.

Parágrafo Único – Examinados e aprovados pelo Prefeito Municipal os atos de enquadramento, serão objeto de portaria específica.

Art. 57. Do enquadramento não poderá resultar redução de vencimento e/ou vantagens permanentes.

Art. 58. O servidor terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data da publicação do ato, para recorrer da decisão que promoveu seu enquadramento.

Parágrafo único. A transposição dos aposentados e pensionistas deverá ser realizada considerando-se o cargo ou emprego que o trabalhador exercia antes da concessão de sua aposentadoria.

CAPÍTULO XVI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 59. Os vencimentos estabelecidos no Anexo IV serão devidos aos servidores do quadro de provimento efetivo das carreiras das diversas áreas da Administração Geral apenas a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da publicação dos atos de enquadramento mencionados nesta Lei.

Art. 60. A despesa com pessoal do Município não poderá exceder os limites estabelecidos na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Executivo Municipal, só poderão ser feitas:

I – se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa com pessoal e os acréscimos dela decorrentes;

II – se houver autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO;

§ 2º. É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para efeito de contraprestação financeira de pessoal do serviço público.

Art. 61. A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II – os requisitos para investidura;

III – as peculiaridades do cargo.

Art. 62. Os cargos componentes da estrutura administrativa do Poder Executivo de Salto Veloso são regidos por estatuto, ficando vinculados aos seguintes regimes previdenciários:

I – servidores efetivos, ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Salto Veloso (IPRESVEL);

II – servidores comissionados, agentes políticos ou contratados em caráter temporário, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

Art. 63. Ficam instituídos os cargos constantes nesta Lei Complementar, em especial os de Agente Administrativo, Administrador Educacional, Assistente Social, Contador, Farmacêutico, Fiscal de Obras, Nutricionista, Técnico em Compras e Licitações, Técnico em Enfermagem, Técnico em Higiene Dental e Técnico em Recursos Humanos, com remuneração, carga horária, atribuições e habilitação definidas pelo Anexo IV.

Art. 64. Ficam reenquadrados, renomeados e reclassificados os cargos indicados neste artigo, com remuneração, carga horária, atribuições e habilitação definidas pelo Anexo IV desta Lei Complementar:

I – O cargo de Fiscal de Trânsito, para Agente Operacional de Tráfego;

II – O cargo de Merendeira, para Auxiliar de Alimentação e Nutrição;

III – O cargo de Auxiliar de Serviços Informatizados para Auxiliar de Informática;

IV – Os cargos de Zeladora e Zelador de Serviços Internos, para Auxiliar de Limpeza;

V – O cargo de Gari, para Auxiliar de Limpeza Urbana;

VI – O cargo de Vigia, para Guarda do Patrimônio Público;

VII – O cargo de Motorista do Transporte Escolar, para Motorista Classe I;

VIII – O cargo de Motorista, para Motorista Classe II;

IX – O cargo de Motorista de Caminhão, para Motorista Classe III;

X – O cargo de Motorista de Ônibus, para Motorista Classe IV;

XI – O cargo de Operador de Trator Agrícola, para Operador de Máquina Leve;

XII – O cargo de Operador de Máquina, para Operador de Máquina Pesada.

Art. 65. Ficam extintos, a partir de 1º de março de 2011, os contratos celebrados sob o regime instituído pelo Decreto Lei Federal n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

Art. 66. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso, 23 de dezembro de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria na data supra.

ODIRLEY MEZZALIRA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ANEXO I
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

TABELA I

CÓDIGO	CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA (h/s)	NÍVEL	VENCIMENTO
SM	Assessor de Comunicação e Informação	01	40	CC 1	Definido em Lei própria.
SM	Assessor de Gabinete	01	40	CC 1	
SM	Procurador Geral do Município	01	40	CC 1	
SM	Secretário de Administração e Finanças	01	40	CC 1	
SM	Secretário de Agropecuária e Meio Ambiente	01	40	CC 1	
SM	Secretário de Educação	01	40	CC 1	
SM	Secretário de Planejamento	01	40	CC 1	
SM	Secretário de Saúde e Assistência Social	01	40	CC 1	
SM	Secretário de Transporte, Obras e Urbanismo	01	40	CC 1	

ANEXO I
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO
TABELA II – Grupo I
Secretaria de Educação

CÓDIGO	CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA (h/s)	NÍVEL	VENCIMENTO (VRV)
CD	Diretor Geral de Ensino	01	40	CC 2	5,30
CD	Diretor de Centro de Educação Infantil	01	40	CC 3	4,31
CD	Diretor de Centro de Educação Básica	01	40	CC 3	4,31
CD	Coordenador do Ensino Fundamental	01	40	CC 4	3,52
CD	Coordenador do Transporte Escolar	01	40	CC 6	2,54

TABELA II – Grupo II
Secretaria de Saúde

CÓDIGO	CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA (h/s)	NÍVEL	VENCIMENTO (VRV)
CD	Diretor de Saúde e Assistência Social	01	40	CC 3	4,31
CD	Coordenador de Saúde	01	40	CC 7	1,56
CD	Coordenador de Assistência Social	01	40	CC 7	1,56

ANEXO I
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO
TABELA II – Grupo III
Secretaria de Planejamento

CÓDIGO	CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA (h/s)	NÍVEL	VENCIMENTO (VRV)
CD	Diretor Geral de Planejamento	01	40	CC 2	5,30
CD	Diretor de Esportes e Lazer	01	40	CC 3	4,31
CD	Diretor de Cultura	01	40	CC 3	4,31

TABELA II – Grupo IV
Secretaria de Transporte, Obras e Urbanismo

CÓDIGO	CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA (h/s)	NÍVEL	VENCIMENTO (VRV)
CD	Diretor de Serviços de Obras e Urbanismo	01	40	CC 3	4,31
CD	Diretor Adjunto de Departamento	02	40	CC 6	2,54
CD	Coordenador de Limpeza Urbana	01	40	CC 6	2,54
CD	Coordenador do Cemitério Municipal	01	40	CC 8	1,18

TABELA II – Grupo V
Secretaria de Administração e Finanças

CÓDIGO	CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA (h/s)	NÍVEL	VENCIMENTO (VRV)
CD	Diretor Geral de Departamento	01	40	CC 2	5,30

CD	Diretor Adjunto de Departamento	01	40	CC 6	2,54
----	---------------------------------	----	----	------	------

ANEXO II CARGOS EFETIVOS

TABELA I – Grupo I
Secretaria de Administração e Finanças

CÓDIGO	CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA (h/s)	NÍVEL	VENCIMENTO
CPE 15	Agente Administrativo	01	40	Médio	3,35
CPE 09	Auxiliar Administrativo	01	40	Médio	2,25
CPE 02	Auxiliar de Limpeza	02	40	Fundamental	1,35
CPE 18	Contador	01	40	Superior	6,71
CPE 14	Fiscal de Obras	01	40	Médio	3,35
CPE 14	Fiscal de Tributos	01	40	Médio	3,35
CPE 02	Guarda do Patrimônio Público	01	40	Fundamental	1,35
CPE 15	Técnico em Compras e Licitações	01	40	Médio	4,48
CPE 15	Técnico em Informática	01	40	Superior	4,48
CPE 15	Técnico em Recursos Humanos	01	40	Médio	4,48
CPE 16	Técnico em Tributação	01	40	Médio	5,72
CPE 11	Telefonista	01	40	Médio	2,68
CPE 16	Tesoureiro	01	40	Médio	5,72

ANEXO II CARGOS EFETIVOS

TABELA II – Grupo II
Secretaria de Educação

CÓDIGO	CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA (h/s)	NÍVEL	VENCIMENTO
CPE 18	Administrador Educacional	01	40	Superior	6,71
CPE 03	Atendente de Biblioteca	01	40	Médio	1,55
CPE 04	Atendente de Creche	15	40	Médio	1,57
CPE 10	Auxiliar Administrativo	01	40	Médio	2,40
CPE 02	Auxiliar de Alimentação e Nutrição	05	40	Fundamental	1,35
CPE 12	Auxiliar de Informática	01	40	Médio	2,80

CPE 02	Auxiliar de Limpeza	06	40	Fundamental	1,35
CPE 10	Auxiliar de Manutenção Geral	01	40	Fundamental	2,40
CPE 12	Motorista Classe I	04	40	Fundamental	2,80
CPE 16	Nutricionista	01	40	Superior	5,72

ANEXO II CARGOS EFETIVOS

TABELA II – Grupo III
Secretaria de Saúde e Assistência Social

CÓDIGO	CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA (h/s)	NÍVEL	VENCIMENTO
CPE 12	Agente de Saúde	03	40	Médio	2,80
CPE 15	Assistente Social	01	40	Superior	4,48
CPE 10	Auxiliar Administrativo	01	40	Médio	2,40
CPE 12	Auxiliar de Informática	01	40	Médio	2,80
CPE 02	Auxiliar de Limpeza	05	40	Fundamental	1,35
CPE 22	Dentista	01	20	Superior	8,82
CPE 23	Dentista	01	15	Superior	7,16
CPE 24	Dentista	01	10	Superior	4,41
CPE 18	Enfermeira	02	40	Superior	6,71
CPE 17	Farmacêutico	01	40	Superior	6,27
CPE 19	Fisioterapeuta	02	16	Superior	3,92
CPE 20	Médico	02	40	Superior	19,21
CPE 21	Médico	01	20	Superior	9,61
CPE 12	Motorista Classe II	03	40	Fundamental	2,80
CPE 13	Psicólogo	01	20	Superior	3,28
CPE 14	Técnico em Enfermagem	02	40	Médio	3,35
CPE 14	Técnico em Higiene Dental	01	40	Médio	3,35
CPE 06	Telefonista	01	40	Médio	1,70

ANEXO II CARGOS EFETIVOS

TABELA II – Grupo IV
Secretaria de Transporte, Obras e Urbanismo

CÓDIGO	CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA (h/s)	NÍVEL	VENCIMENTO
CPE 01	Agente Operacional de Tráfego	01	40	Fundamental	1,10
CPE 14	Almoxarife	01	40	Médio	3,35
CPE 02	Auxiliar de Limpeza Urbana	06	40	Fundamental	1,35

CPE 02	Guarda do Patrimônio Público	02	40	Fundamental	1,35
CPE 12	Motorista Classe III	05	40	Fundamental	2,80
CPE 12	Operador de Máquinas Classe II	08	40	Fundamental	2,80
CPE 08	Operário Braçal	07	40	Fundamental	1,87

ANEXO II CARGOS EFETIVOS

TABELA II – Grupo V
Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente

CÓDIGO	CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA (h/s)	NÍVEL	VENCIMENTO
CPE 10	Auxiliar Administrativo	01	40	Médio	2,40
CPE 22	Engenheiro Agrônomo	01	40	Superior	8,82
CPE 22	Médico Veterinário	01	40	Superior	8,82
CPE 12	Motorista Classe III	01	40	Fundamental	2,80
CPE 12	Operador de Máquinas Classe I	04	40	Fundamental	2,80
CPE 12	Operador de Máquinas Classe III	02	40	Fundamental	2,80
CPE 15	Técnico Agrícola	01	40	Médio	4,48
CPE 02	Viveirista Florestal	04	40	Fundamental	1,35

TABELA II – Grupo VI
Controladoria Interna do Município

CÓDIGO	CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA (h/s)	NÍVEL	VENCIMENTO
CPE 16	Controlador Interno	01	40	Médio	5,72

ANEXO III CARGOS EFETIVOS

TABELA I – Cargos em Extinção

CÓDIGO	CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA (h/s)	NÍVEL	VENCIMENTO
CPE 10	Auxiliar de Contabilidade	01	40	Médio	2,40
CPE 12	Auxiliar de Enfermagem	01	40	Médio	2,80
CPE 06	Auxiliar de Escritório	01	40	Fundamental	1,70
CPE 05	Auxiliar Odontológico	01	40	Médio	1,60

CPE 07	Carpinteiro	01	40	Fundamental	1,72
CPE 05	Jardineiro	01	40	Fundamental	1,60
CPE 13	Técnico em Contabilidade	01	40	Médio	3,28

ANEXO IV

QUATRO DE ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS PARA INVESTIDURA

CARGO	ATRIBUIÇÕES	ESCOLARIDADE E REQUISITOS
Agente Administrativo	<p>Examinar processos; Redigir documentos, promover despachos e elaborar informações; Redigir expedientes administrativos, tais como memorandos, cartas, ofícios e relatórios; Revisar quanto ao aspecto redacional ordens de serviço, instruções, exposições de motivos, projetos de Lei, minutas de decreto e outros; Realizar e conferir cálculos relativos a alterações de tributos, vantagens financeiras e descontos determinados por Lei; Realizar ou orientar coleta de preços de materiais que possam ser adquiridos sem concorrência; Efetuar ou orientar o recebimento, conferência, armazenagem e conservação de materiais e outros suprimentos; Fazer levantamentos de bens patrimoniais; Digitar, operar equipamentos de comunicação, terminais eletrônicos e equipamentos de microfilmagem; Executar outras atividades afins.</p>	Ensino Médio.
Administrador Educacional	<p>Administrar o processo didático no aspecto de planejamento, controle e avaliação; Elaborar programas de treinamento para capacitação profissional dos recursos humanos do magistério municipal; Executar, no âmbito do sistema de ensino, a supervisão e a orientação do processo didático em seu triplice aspecto de planejamento, controle e avaliação; Participar da elaboração das propostas pedagógicas das unidades educacionais do Município; Elaborar relatórios e requisições aos setores respectivos, mediante concordância do superior hierárquico, para aquisição de produtos e contratação de serviços essenciais ao desenvolvimento da atividade educacional; Executar outras atividades afins.</p>	Ensino Superior na área da educação ou administração.

Agente de Saúde	Prestar serviços no âmbito da saúde pública, executando atividades que visem a promoção, prevenção e recuperação da saúde da coletividade; Fazer levantamento da situação do indivíduo, usando técnicas de questionamento, entrevistas, contatos diretos, visitas etc., procurando formular diagnósticos da situação, levando em consideração as variáveis do meio em que ele vive; Integrar a equipe multiprofissional, participando de forma sistemática com os demais elementos, promovendo a operacionalização dos serviços, para assegurar o atendimento às necessidades da população; Executar o trabalho dentro de normas de higiene e segurança no trabalho; Executar outras tarefas afins.	Ensino Médio completo.
Agente Operacional de Tráfego (Fiscal de Trânsito)	Fiscalizar as leis de trânsito, serviços de transportes concedidos, executar o controle de trânsito de veículos, fazer vistorias, conferir os sistemas de sinalização propondo as melhorias e adequações necessárias; Promover o levantamento de dados estatísticos e elaborar estudos sobre acidentes e suas causas; Promover, junto ao superior hierárquico diretrizes de policiamento extensivo de trânsito, autuar e aplicar medidas administrativas de modo a coibir irregularidades do trânsito, notificando seus infratores, desempenhar outras atribuições afins.	Ensino Médio completo.
Almoxarife	Executar trabalho de almoxarifado, como: recebimento, conferência, estocagem, distribuição, registro e inventário do material, observando normas e instruções e/ou dando orientação a respeito do desenvolvimento desses trabalhos, para manter o estoque em condições de atender as unidades.	Ensino Médio completo.
Assistente Social	Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública; Encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais; Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações do Poder Público; Planejar, organizar e administrar os Serviços Sociais e as Unidade de Serviço Social; Realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública em qualquer nível; Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social.	Ensino Superior em Serviço Social e registro no órgão de classe.

Atendente de Biblioteca	Prestar atendimento aos munícipes que fazem uso da biblioteca, orientando as consultas e pesquisas; Conservar e organizar o acervo da biblioteca bem como o arquivo dos usuários; Elaborar e executar projetos de incentivo à leitura e contação de histórias; Colaborar no desenvolvimento do trabalho no Ambiente de Tecnologia; Auxiliar na higienização do acervo e digitação.	Ensino Médio completo.
Atendente de Creche	Executar atividades diárias de recreação com crianças e trabalhos educacionais de artes diversas; Acompanhar as crianças em passeios, visitas e festividades sociais da entidade; Proceder, orientar e auxiliar as crianças no que se refere à higiene pessoal como: tomar banho, trocar fraldas e roupas, escovar os dentes; Servir as crianças e auxiliar as crianças menores a se alimentarem; auxiliar a criança a desenvolver a coordenação motora; observar a saúde e o bem-estar das crianças; Ministrar medicamentos conforme prescrição médica; prestar primeiros socorros, cientificando o superior imediato da ocorrência; orientar os pais quanto à higiene infantil, comunicando-lhes os acontecimentos do dia; Levar ao conhecimento do chefe imediato qualquer incidente ou dificuldade ocorrida; Vigiar e manter a disciplina das crianças sob sua responsabilidade, confiando-as aos cuidados de seu substituto ou responsáveis, quando afastar-se, ou ao final do período de atendimento; Apurar a frequência diária ou mensal dos menores; Receber e acompanhar as crianças até o portão de entrada da entidade; Proporcionar um ambiente agradável para a hora do soninho dos bebês e de outras crianças que necessitarem; Colaborar com as atividades de articulação da entidade.	Ensino Médio e curso Técnico em Magistério.
Auxiliar Administrativo	Digitar e/ou datilografar relatórios, minutas e/ou memorando; Executar serviços de recebimento de correspondências/documentos e/ou expedientes, separando, classificando, encaminhando ou arquivando adequadamente, a fim de facilitar seu acesso e manuseio; Compilar ou elaborar dados estatísticos; Atender a municipalidade e demais funcionários, prestando informações ou encaminhando aos responsáveis; Solicitar, conferir, armazenar e controlar material de expediente; Inserir dados nos sistemas informatizados.	Ensino Médio completo

Auxiliar de Alimentação e Nutrição	Preparar as refeições para atender à demanda referente à alimentação da clientela dos projetos educacionais e/ou sociais do Município, cuidando da limpeza do local de trabalho e dos utensílios utilizados, garantindo um bom padrão de higiene no desempenho de suas tarefas.	Ensino Fundamental completo
Auxiliar de Contabilidade	Organizar documentos e efetuar classificação contábil, gerar lançamentos contábeis, conciliar contas, executar serviços qualificados, desenvolvendo procedimentos na área de contabilidade.	Ensino Médio
Auxiliar de Enfermagem	Promover a higiene e conforto dos pacientes; Fazer encaminhamentos e pedidos de materiais para exames; Relatar as intercorrências e observações dos pacientes; Aferir sinais vitais; Medir e registrar diurese e drenagens; Executar procedimentos de admissão, alta, cuidados pós-morte e transferência; Ministrar alimentação quando necessário; Promover mudança de decúbito; Executar ações assistenciais de enfermagem correlatas com as funções de auxiliar de enfermagem; Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de dificuldade; Obedecer as normas técnicas de biossegurança na execução de suas atribuições.	Ensino Médio e Curso Técnico de Auxiliar de Enfermagem e registro no Conselho Regional específico
Auxiliar de Escritório	Compreende as atribuições que se destinam a executar, sob supervisão imediata, tarefas de apoio administrativo consideradas simples, como protocolar a entrada e saída de documentos; Autuar os documentos recebidos, formalizando os processos; Preencher e arquivar fichas de registro de processos; Receber, conferir e registrar o expediente relativo à unidade em que serve; Distribuir e expedir a correspondência, bem como preparar documentos para expedição; Atender ao público interno e externo, e informar, consultando fichários e documentos; encaminhar os processos às unidades competentes e registrar sua tramitação; Executar outras atribuições afins.	Ensino Médio completo.

Auxiliar de Informática	Realizar a digitação dos documentos da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, conforme solicitação de sua chefia imediata; Alimentar os sistemas referentes aos Programas de Governo das esferas Municipal, Estadual e Federal; Conferir a documentação, organizar arquivos inerentes ao serviço de digitação; Emitir relatórios; Zelar pela conservação do equipamento de trabalho que está sob sua responsabilidade.	Ensino Médio completo.
Auxiliar de Limpeza	Executar serviços de limpeza e higiene nas instalações dos prédios da municipalidade, e serviços de copa, cozinha, e serviços gerais.	Ensino Fundamental completo
Auxiliar de Limpeza Urbana (Gari)	Realizar coleta de lixo domiciliar, industrial e entulhos; Realizar limpezas de locais públicos usando ferramentas e utensílios específicos; Executar pequenos trabalhos relacionados à construção civil; Realizar outras atribuições e tarefas afins.	Ensino Fundamental completo.
Auxiliar de Manutenção Geral	Executar atividades relacionadas à manutenção, regulação, limpeza de equipamentos, máquinas; Executar manutenção e reparo elétricos, hidráulicos, pintura, carpintaria e consertos em prédios públicos.	Ensino Fundamental completo
Auxiliar Odontológico	Atender e recepcionar pacientes nos consultórios; Auxiliar os odontólogos ou Técnicos de Higiene Bucal, no desempenho de suas funções; Preencher, organizar e manter atualizadas fichas e guias de atendimento; Registrar dados para fins estatísticos; Lavar e preparar material odontológico para esterilização; Zelar pelos equipamentos e materiais de ambulatório; Cumprir as normas de higiene e segurança do trabalho.	Ensino Médio completo.
Carpinteiro	Realizar trabalhos gerais de carpintaria em uma oficina ou canteiro de obras, construindo, cortando, armando, instalando e reparando peças, instalações, móveis e utensílios de madeira.	Ensino Fundamental completo.

Controlador Interno	Avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e os orçamentos do Município; Colaborar e controlar para o alcance das metas fiscais de resultados primário e nominal; Controlar o alcance das metas físicas das ações de governo e os resultados dos programas de governo através dos indicadores de desempenho indicados no Plano Plurianual, quanto à eficácia, a eficiência e a efetividade da gestão nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Municipal; Comprovar a legitimidade dos atos de gestão; Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município; Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional; Realizar o controle dos limites e das condições para a inscrição de despesas em restos a pagar.	Ensino Superior em Direito, Ciências Contábeis ou Gestão Pública.
Dentista	Promover a recuperação da saúde bucal, bem como orientar a forma de higiene bucal dos usuários do sistema de saúde pública municipal e redes de ensino municipal, prestando assistência odontológica e realizando perícia odontológico-administrativa.	Ensino Superior na área de Odontologia e registro no órgão de classe.
Enfermeira	Coordenar as atividades de enfermagem, aplicar injeções, ministrar remédios sob prescrição médica, coleta de exames e tratamentos diversos aos pacientes, sob orientação médica; Prestar os primeiros socorros a acidentados, fazendo curativos e em casos mais graves efetuar o encaminhamento hospitalar; Responder pela reposição e validade dos medicamentos.	Ensino Superior em Enfermagem e registro no órgão de classe.
Engenheiro Agrônomo	Elaborar e supervisionar projetos referentes a cultivos agrícolas e pastagens, orientando e controlando técnicas como utilização de terras, reprodução, cuidado e exploração da vegetação florestal para possibilitar um maior rendimento e qualidade dos produtos agrícolas, novos métodos e sistemas de cultivo, desenvolvimento da silvicultura, ou melhorar a já existente.	Ensino Superior em Agronomia e e registro no órgão de classe.

Farmacêutico	Responsabilizar-se pelos medicamentos sob sua guarda; Controlar o estoque de medicamentos e colaborar na elaboração de estudos e pesquisas farmacodinâmicas e toxicológicas; Emitir parecer técnico a respeito de produtos e equipamentos utilizados na farmácia, principalmente em relação à aquisição de medicamentos; Controlar psicotrópicos e elaborar boletins de acordo com as normativas sanitárias vigentes; Planejar e coordenar a execução de assistência farmacêutica no município; Coordenar o consumo e a distribuição dos medicamentos; Elaborar e promover os instrumentos necessários, objetivando o desempenho adequado das atividades de armazenamento, distribuição, dispensação e controle de medicamentos pelas unidades de saúde; Subministrar produtos médicos e cirúrgicos, seguindo receituário médico; Executar outras atividades afins.	Ensino Superior em Farmácia e registro no órgão de classe.
Fiscal de Obras	Verificar o cumprimento das leis e posturas municipais referentes à execução de obras particulares; Acompanhar o andamento das edificações, a fim de constatar a conformidade os projetos aprovados; Suspender obras iniciadas sem a aprovação ou em desconformidade com os projetos; Verificar denúncias e lavrar notificações sobre construções clandestinas, aplicando as medidas cabíveis; Comunicar à autoridade competente, as irregularidades encontradas nas obras fiscalizadas, tomando as medidas que se fizerem necessárias em cada caso; Prestar informações em requerimento, sobre construções de prédios novos; Executar outras tarefas correlatas.	Ensino Médio completo.
Fiscal de Tributos	Fiscalizar estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços, garantindo o cumprimento de normas e regulamentos estabelecidos pela legislação tributária; Promover o atendimento do contribuinte, dirimindo dúvidas quanto à aplicação da legislação tributária. Elaborar planos de ação, pareceres, autos de infração e notificação, e outros esclarecimentos quando solicitado pelos superiores, de ofício ou a pedido do contribuinte.	Ensino Médio.
Fisioterapia	Executar tratamentos de reabilitação em pacientes com deficiência física e/ou mental, empregando técnicas adequadas e de reeducação, para obter o máximo de recuperação.	Ensino Superior em Fisioterapia e registro no órgão de classe.

Guarda do Patrimônio Público	Fazer ronda de inspeção em intervalos fixados, adotando, providências tendentes a evitar roubos, incêndios e danificações nos edifícios e materiais sob sua guarda; Fiscalizar a entrada e saída de pessoas e veículos pelos portões; Verificar as autoridades para ingresso no local sob sua responsabilidade; Investigar todas as condições anormais que tenha observado: responder as chamadas telefônicas e anotar recados; Levar o conhecimento das autoridades competentes quaisquer irregularidade verificadas; Executar outras tarefas correlatas.	Ensino Fundamental completo.
Jardineiro	Efetuar serviço de jardinagem em praças, jardins e/ou outros lugares determinados, para fins de embelezamento.	Ensino Fundamental completo.
Médico	Prestar atendimento e realizar avaliação clínica em pacientes, que utilizam o sistema de saúde pública municipal e instituições educacionais, emitindo diagnóstico, prescrevendo medicamentos e/ou tratamentos adequados, aplicando recursos de medicina preventiva e ou terapêutica, promovendo a saúde e o bem estar do paciente.	Ensino Superior na área de Medicina e registro no órgão de classe.
Médico Veterinário	Prestar atendimento aos animais, analisar exames laboratoriais, emitindo diagnóstico, efetuando procedimentos cirúrgicos, prescrevendo medicamentos e/ou controle sanitários, assim como efetuar a fiscalização sanitária, e elaborar projetos agropecuários, aplicando recursos preventivos, para promover a saúde e o bem estar dos animais.	Ensino Superior em Medicina Veterinária e registro no órgão de classe.
Motorista Classe I	Conduzir veículos de transporte escolar; Zelar pela guarda e segurança dos mesmos; Conduzir demais veículos da Prefeitura quando receber determinação administrativa para tal; Realizar outras atividades atinentes ao cargo.	Ensino Fundamental completo e carteira de habilitação definida para categoria no Código Brasileiro de Trânsito.
Motorista Classe II	Conduzir ambulâncias, veículos de passeio, peruas e/ou caminhões trucas, transportando passageiros e/ou cargas diversas para locais determinados, responsabilizando-se pelo bem estar dos passageiros e auxiliando no carregamento e descarga de materiais diversos.	Ensino Fundamental completo e carteira de habilitação definida para categoria no Código Brasileiro de Trânsito.
Motorista Classe III	Dirigir, transportar, coletar, entregar cargas em geral e conservar os caminhões, utilizados no transporte, vistoriar cargas, além de verificar documentação do caminhão e de suas cargas, observando as regras de trânsito, operando os equipamentos acoplados ao veículo.	Ensino Fundamental completo e carteira de habilitação definida para categoria no Código Brasileiro de Trânsito.

Motorista Classe IV	Dirigir ônibus destinado ao transporte de passageiros; zelar pela conservação dos veículos que lhe forem confiados; verificar abastecimento de combustível, água e lubrificantes; comunicar ao seu superior imediato qualquer anomalia no funcionamento dos veículos; Seguir rigorosamente as normas de trabalho; Manter a pontualidade no horário de trabalho; Manter a disciplina; Tratar todos com urbanidade; respeitar as leis de trânsito e executar outras tarefas correlatas.	Ensino Fundamental completo e carteira de habilitação definida para categoria no Código Brasileiro de Trânsito.
Nutricionista	Prestar assistência nutricional a indivíduos e coletividades (sadios e enfermos); Organizar, administrar e avaliar unidades de alimentação e nutrição; Efetuar controle higiênico-sanitário; Participar de programas de educação nutricional; Ministrar cursos; Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.	Ensino Superior em Nutrição e registro no órgão de classe.
Operador de Máquinas Classe I	Operar trator agrícola no preparo do solo, aração, gradear e nas colheitas de produtos agrícolas, bem como silagens, transporte de dejetos animais, transporte de calcário, além de outras atividades designadas pelo superior imediato, compatíveis com o cargo.	Ensino Médio completo.
Operador de Máquinas Classe II	Executar trabalhos de terraplanagem, escavações, movimentação de terras e preparação de terrenos, para fins específicos; Zelar pela manutenção e conservação das máquinas e equipamentos utilizados; Providenciar o abastecimento de combustível, água e lubrificante na máquina sob a sua responsabilidade; Comunicar ao seu superior qualquer anomalia no funcionamento da máquina; Desempenhar atividades afins.	Ensino Médio completo.
Operador de Máquinas Classe III	Operar máquinas pesadas, examinando condições de uso da mesma, acionando e manobrando mecanismos a fim de executar serviços de patrolamento de vias públicas, terraplanagem, limpeza e abertura de ruas, espalhando saibro, seixo, nivelamento de terrenos e demais atividades.	Ensino Médio completo.

Operário Braçal	Executar atividades auxiliares de apoio, especialmente: executar trabalhos braçais pertinentes a serviços urbanos e rurais; executar atividades manuais semiquualificadas em edificações, vias públicas, rodovias e congêneres; Trabalhos de limpeza, conservação e manutenção de prédios públicos, escolas municipais, móveis, utensílios e equipamentos; Serviços de copa e cozinha; Serviços de portaria; prestar serviços relativos à horticultura; Atender as normas de segurança e higiene do trabalho e executar outras tarefas afins.	Ensino Fundamental completo.
Psicólogo	Prestar atendimento clínico aplicando técnicas psicológicas, avaliando o ser como um todo adotando tratamento para o equilíbrio psicológico. Participar e/ou coordenar programas específicos na comunidade (público alvo), definir resultados a serem atingidos, definir a linha de trabalho, assim como assessorar e prestar orientação aos familiares.	Ensino Superior em Psicologia e registro no órgão de classe.
Técnico Agrícola	Executar tarefas de caráter técnico, relativas à programação, assistência técnica e controle dos trabalhos agrícolas.	Ensino Médio na área e registro no órgão de classe.
Técnico em Compras e Licitações	Executar, sob supervisão, as tarefas relativas à aquisição de materiais permanentes e de consumo, obras e serviços, mediante ordens ou pedidos de compras, estabelecidos e regulamentados pelos órgãos da Administração; Catalogar e registrar fornecedores, promovendo cotações e confrontações de preços, para aquisição de bens e serviços, conforme especificações, prazos das entregas, preços e prazos de pagamentos; Controlar e executar as tarefas relativas à contratação de obras e serviços e à aquisição de materiais permanentes e de consumo, mediante ordens ou pedidos de compras; Controlar as tarefas relativas aos processos de licitação, em todas as suas modalidades, garantindo a legalidade dos mesmos, qualidade e as especificações necessárias às obras, serviços e materiais, maximizando a utilização dos recursos da municipalidade.	Ensino Médio completo.
Técnico em Contabilidade	Organizar, supervisionar e executar trabalhos inerentes à contabilidade, realizando tarefas pertinentes a escrita contábil para apurar os atos e fatos administrativos que modifiquem o patrimônio público e fornecer elementos necessários ao controle e prestação de contas do Município.	Ensino Médio em Contabilidade e registro no órgão de classe.

Técnico em Enfermagem	Desempenhar atividades técnicas de enfermagem nas unidades de saúde do Município; Desempenhar atividades de tratamento domiciliar; Atuar em cirurgia, terapia, puericultura, pediatria, psiquiatria, obstetrícia, saúde ocupacional e outras; Prestar assistência ao paciente, atuando sob supervisão de enfermeiro; Organizar o ambiente de trabalho; Trabalhar em conformidade às boas práticas, normas e procedimentos de biossegurança; Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.	Ensino Médio em Enfermagem e registro no órgão de classe.
Técnico em Higiene Dental	Planejar o trabalho técnico-odontológico, de nível médio, em consultórios das unidades de saúde do Município; Prevenir doenças bucais, participando de projetos educativos e de orientação de higiene bucal; Executar procedimentos odontológicos sob supervisão do cirurgião dentista; Administrar pessoal e recursos financeiros e materiais; Executar outras atividades afins.	Ensino Médio em Higiene Dental e registro no órgão de classe.
Técnico em informática	Analisar, detectar, diagnosticar e resolver conflitos, erros de configuração e inconsistências de dados, além de problemas correlatos à composição dos sistemas informatizados; Manutenção e configuração de equipamentos de rede (intranet e internet). Instalar, configurar e dar manutenção em sistemas operacionais, programas, aplicativos e sistemas gestores de bancos de dados. Instalar, configurar e dar manutenção em redes de computadores. de identificação de defeitos e possíveis reparos técnicos.	Ensino Superior completo na área de informática.
Técnico em Recursos Humanos	Planejar, coordenar, orientar tecnicamente e controlar as atividades da administração de pessoal; Propor e implementar políticas de benefício social e vantagens para os servidores municipais; Propor normativas da política de recursos humanos do município; Promover o cadastro funcional, atos de ingresso, controle de frequência, e desligamento de servidores; Gerar relatórios e dados informatizados que possibilitem a contraprestação remuneratória dos servidores; Conceber programa e oferecer e apoiar treinamentos voltados ao aperfeiçoamento funcional dos servidores municipais.	Ensino Médio completo.

Técnico em tributação	Promover o atendimento ao público na sua área de atuação, e efetuando as rotinas de lançamento de tributos, análise de recursos tributários, emissão de documentos de arrecadação tributária, parcelamentos, re-parcelamentos, inscrições no Cadastro Mobiliário Municipal, inscrições na Dívida Ativa, emissão de planilhas e formulários afins com a atividade a ser desenvolvida.	Ensino Médio completo.
Telefonista	Atender, anotar e transferir as ligações telefônicas das linhas externas e internas.	Ensino Médio completo
Tesoureiro	Elaborar pagamento dos empenhos para fornecedores, indenizações e outros, efetuando previsão de fluxo de caixa, controlando as contas, conferindo os extratos bancários, verificando créditos débitos, aplicando o dinheiro disponível, elaborando diário de tesouraria e fluxo de caixa.	Ensino Médio completo.
Viveirista Florestal	Executar trabalhos de preparar a terra, arando-a, adubando-a, irrigando-a e efetuando outros tratos necessários, para proceder ao plantio de flores, árvores, arbustos e outras plantas, outras tarefas determinadas pelo superior imediato, compatíveis, complementares e afins com o cargo.	Ensino Fundamental completo.

ANEXO V QUADRO DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

CÓDIGO	PERCENTUAL	VAGAS
FG 1	50%	05
FG 2	40%	07
FG 3	30%	09
FG 4	20%	11
FG 5	10%	13

ANEXO VI

TABELA DE EQUIVALÊNCIA	
Cargo Atual	Cargo Anterior
Assessor de Comunicação e Informação	Novo
Assessor de Gabinete	O mesmo
Coordenador de Assistência Social	Chefe de Assistência Social
Coordenador de Limpeza Urbana	Chefe de Limpeza Urbana
Coordenador de Saúde	Diretor de Saúde
Coordenador do Cemitério Municipal	O mesmo
Coordenador do Ensino Fundamental	Administrador do Ensino Fundamental
Coordenador do Transporte Escolar	Chefe do Transporte Escolar
Diretor Adjunto de Departamento (Secretaria de Transporte, Obras e Urbanismo)	Chefe de Turma
Diretor Adjunto de Departamento (Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente)	Novo
Diretor de Centro de Educação Básica	Novo
Diretor de Centro de Educação Infantil	O mesmo
Diretor de Cultura	Novo
Diretor de Esportes e Lazer	Coordenador de Esportes

Diretor de Saúde e Assistência Social	Diretor de Assistência Social
Diretor de Serviços de Obras e Urbanismo	O mesmo
Diretor Geral de Departamento	Novo
Diretor Geral de Ensino	Novo
Diretor Geral de Planejamento	Novo
Procurador Geral do Município	Novo
Secretário de Administração e Finanças	O mesmo
Secretário de Agropecuária e Meio Ambiente	Secretário de Agricultura e Meio Ambiente
Secretário de Educação	Secretário de Educação, Cultura e Esporte
Secretário de Planejamento	O mesmo
Secretário de Saúde e Assistência Social	O mesmo
Secretário de Transporte, Obras e Urbanismo	O mesmo

Lei Complementar N.º 015/2010

Lei COMPLEMENTAR n.º 015, DE 23 DE DEZEMBRO de 2010.
Altera anexo único da Lei Complementar nº. 006/2007 de 31 de dezembro de 2007, que institui no Município de Salto Veloso a Contribuição para Custeio da Iluminação Pública prevista no Artigo 149-A da Constituição Federal.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. A tabela de valores da CIP constante no Anexo Único da Lei Complementar nº. 006/2007 que institui no Município de Salto Veloso a Contribuição para Custeio da Iluminação Pública prevista no Artigo 149-A da Constituição Federal, passa vigorar com a seguinte redação:

(...)

ANEXO ÚNICO

Lei Complementar nº. 006/2007 de 31.12.2007

TABELA DE VALORES DA CIP			
FAIXA DE CONSUMO	CONTRIBUÍNTES		
	RESIDENCIAIS		NÃO RESIDENCIAIS
	URBANO	RURAL	
I – 0 a 30 Kw/h	Isento	Isento	Isento
II – 31 a 50 Kw/h	3,00	Isento	5,00
III – 51 a 100 Kw/h	5,00	Isento	7,00
IV – 101 a 200 Kw/h	6,50	Isento	12,00
V – 201 a 400 Kw/h	12,00	Isento	18,00
VI – 401 a 800 Kw/h	15,00	Isento	30,00
VII – 801 a 1.600 Kw/h	25,00	Isento	50,00
VIII – 1.601 a 2.400 Kw/h	35,00	Isento	70,00
IX – 2.401 a 3.200 Kw/h	70,00	Isento	130,00
X – 3.201 a 6.400 Kw/h	140,00	Isento	250,00
XI – 6.401 a 10.000 Kw/h	280,00	Isento	488,00
XII – Acima de 10.000 Kw/h	350,00	Isento	812,00

(...)

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de dezembro de 2010.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria na data supra.

ODIRLEY MEZZALIRA
Secretário de Administração e Finanças

Lei N.º 1.401

LEI N.º 1.401, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010.

Autoriza aumento para atualização da Tabela de Valor Venal dos Imóveis Urbanos de Salto Veloso e fixa regras para o pagamento do IPTU-2011.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a aumentar em 8,70% (oito vg sete por cento), a tabela de Valor Venal dos Imóveis Urbanos do Município de Salto Veloso, base de cálculo para o IPTU.

Art. 2º O pagamento do valor correspondente ao IPTU-2011 será parcelado em duas vezes vincendas em março e abril de 2011.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de dezembro de 2010.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria na data supra.

ODIRLEY MEZZALIRA
Secretário de Administração e Finanças

Lei N.º 1.402

LEI N.º 1.402, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010.

Altera artigo 26 da Lei Municipal 676/93 de 20 de abril de 1993, alterada pela Lei Municipal 879/97 de 02 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a Política dos Direitos da Criança e Adolescente e dá outras providências.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O Art. 26 da Lei Municipal 676/93, que dispõe sobre a Política dos Direitos da Criança e Adolescente, passa vigorar acrescido da seguinte redação:

()

Art. 26 - Os membros escolhidos para mandato de Conselheiros não serão considerados efetivos do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

§1º. Os conselheiros mais votados, obrigatoriamente serão os Conselheiros Tutelares, cujos cargos serão remunerados da seguinte forma:

I - 02 Conselheiros Tutelares - 2,0 (dois) pisos mínimo municipal;

()

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas demais disposições em contrário, em especial a Lei n.º 1.253/2007 de 14 de junho de 2007.

Gabinete do Prefeito, 23 de dezembro de 2010.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria na data supra.

ODIRLEY MEZZALIRA
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 1.399

LEI N. 1.399, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010

ESTIMA RECEITA E FIXA DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2011.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E UNIDADES GESTORAS

Art. 1º. A receita do orçamento geral do Município, para o exercício de 2011 está estimada no valor de R\$ 14.578.750,00 (quatorze milhões, quinhentos e setenta e oito mil, setecentos e cinquenta reais) e terá a seguinte classificação:

CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA	VALOR R\$
RECEITAS CORRENTES	13.079.680,00
- Receita Tributária	460.100,00
- Receita De Contribuição	984.400,00
- Receita Patrimonial	556.400,00
- Receita De Serviços	85.600,00
- Transferências Correntes	10.828.400,00
- Outras Receitas Correntes	164.780,00

RECEITA DE CAPITAL

1.499.070,00	
- Operações De Crédito	535.000,00
- Alienação De Bens	108.700,00
- Transferências De Capital	856.000,00
SOMA	14.578.750,00

Art. 2º. A despesa do orçamento geral do Município, para o exercício de 2011, está fixada no valor de R\$ 14.578.750,00 (quatorze milhões, quinhentos e setenta e oito mil, setecentos e cinquenta reais), e terá a seguinte classificação:

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR R\$
DESPESAS CORRENTES	11.342.186,00
3.1.90 - Pessoal E Encargos Sociais	4.166.505,00
3.1.91 - Encargos da Previdência Própria	437.350,00
3.1.71 - Pessoal Consorciado	22.195,00
3.2.90 - Juros De Empréstimos	10.700,00
3.3.20 - Contribuição ao PASEP	85.600,00
3.3.50 - Contribuições	155.150,00
3.3.71 - Despesas Consorciadas	57.360,00
3.3.90 - Outras Despesas Correntes	6.407.326,00
DESPESAS DE CAPITAL	2.649.134,00

4.4.90 - Investimentos	2.573.070,00
4.4.71 - Investimentos Consorciados	1.164,00
4.6.90 - Amortização da Dívida	74.900,00
Reserva De Contingência	587.430,00
TOTAL	14.578.750,00

Art. 3º. A receita do orçamento da Prefeitura Municipal para o exercício de 2011, está estimada no valor de R\$ 12.840.000,00 (doze milhões, oitocentos e quarenta mil reais) e terá a seguinte classificação:

CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA	VALOR R\$
RECEITAS CORRENTES	11.488.590,00
- Receita Tributária	460.100,00
- Receita De Contribuição	85.600,00
- Receita Patrimonial	246.100,00
- Receita De Serviços	85.600,00
- Transferências Correntes	10.451.760,00
- Outras Receitas Correntes	159.430,00

RECEITA DE CAPITAL

1.354.410,00	
- Operações De Crédito	535.000,00
- Alienação De Bens	67.410,00
- Transferências De Capital	749.000,00
SOMA	12.840.000,00

Art. 4º. A despesa do orçamento da Prefeitura Municipal, para o exercício de 2011, está fixada no valor de R\$ 10.855.150,00 (dez milhões oitocentos e cinquenta e cinco mil cento e cinquenta reais), que adicionando-se às transferências financeiras no valor de R\$ 1.984.850,00 (um milhão, novecentos e oitenta e quatro mil oitocentos e cinquenta reais), tem seu valor total de R\$ 12.840.000,00 (doze milhões oitocentos e quarenta mil reais) e terá a seguinte classificação:

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR R\$
DESPESAS CORRENTES	8.468.370,00
3.1.90 - Pessoal E Encargos Sociais	2.632.725,00
3.1.91 - Encargos da Previdência Própria	423.050,00
3.1.71 - Pessoal Consorciado	12.235,00
3.2.90 - Juros De Empréstimos	10.700,00
3.3.20 - Contribuição ao PASEP	85.600,00
3.3.50 - Contribuições	155.150,00
3.3.71 - Despesas Consorciadas	9.210,00
3.3.90 - Outras Despesas Correntes	5.139.700,00
DESPESAS DE CAPITAL	2.376.080,00
4.4.90 - Investimentos	2.300.640,00
4.4.71 - Despesas Consorciadas	540,00
4.6.90 - Amortização da Dívida	74.900,00
Reserva De Contingência	10.700,00
TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA	1.984.850,00
TOTAL	12.840.000,00

Art. 5º. A receita do orçamento do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2011 está Estimada no valor de R\$ 529.650,00 (quinhentos e vinte e nove mil, seiscentos e cinquenta reais) e terá a seguinte classificação:

CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA	VALOR R\$
RECEITAS CORRENTES	381.990,00
- Transferências Correntes	376.640,00
- Outras Receitas Correntes	5.350,00

RECEITA DE CAPITAL

147.660,00	
-Alienação De Bens	40.660,00
- Transferências De Capital	107.000,00
SOMA	529.650,00

Transferência Financeira	1.669.200,00
TOTAL	2.198.850,00

Art. 6º. A despesa do orçamento do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2011 está fixada no valor de R\$ 2.198.850,00 (dois milhões, cento e noventa e oito mil, oitocentos e cinquenta reais) e terá a seguinte classificação:

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR R\$
DESPESAS CORRENTES	1.958.966,00
3.1.90 - Pessoal E Encargos Sociais	838.280,00
3.1.91 - Encargos da Previdência Própria	14.300,00
3.1.71 - Pessoal Consorciado	9.960,00
3.3.71 - Despesas Consorciadas	48.150,00
3.3.90 - Outras Despesas Correntes	1.048.276,00
DESPESAS DE CAPITAL	239.884,00
4.4.90 - Investimentos	239.260,00
4.4.71 - Investimentos Consorciados	624,00
TOTAL	2.198.850,00

Art. 7º. A receita do orçamento do Instituto de Previdência dos Servidores, para o exercício de 2011, está estimada no valor de R\$ 1.021.850,00 (um milhão, vinte e um mil, oitocentos e cinquenta reais) e terá a seguinte classificação:

CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA	VALOR R\$
RECEITAS CORRENTES	1.021.850,00
- Contribuições	727.600,00
- Receita Patrimonial	294.250,00
SOMA	1.021.850,00

Art. 8º. A despesa do orçamento do Instituto de Previdência dos Servidores, para o exercício de 2011 está Fixada no valor de R\$ 1.021.850,00 (um milhão, vinte e um m,l oitocentos e cinquenta reais) e terá a seguinte classificação:

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR R\$
DESPESAS CORRENTES	470.800,00
3.1.90 - Pessoal E Encargos Sociais	428.000,00
3.3.90 - Outras Despesas Correntes	42.800,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.070,00
4.4.90 - Investimentos	1.070,00
Reserva De Contingência	549.980,00
TOTAL	1.021.850,00

Art. 9º. A receita do orçamento do Fundo de Assistência Médica dos Servidores, para o exercício de 2011, está estimada no valor de R\$ 187.250,00 (cento e oitenta e sete mil, duzentos e cinquenta reais) e terá a seguinte classificação:

CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA	VALOR R\$
RECEITAS CORRENTES	187.250,00
- Contribuições	171.200,00
- Receita Patrimonial	16.050,00
SOMA	187.250,00

Art. 10. A despesa do orçamento do Fundo de Assistência Médica dos Servidores, para o exercício de 2011, está Fixada no valor de R\$ 187.250,00 (cento e oitenta e sete mil, duzentos e cinquenta reais) e terá a seguinte classificação:

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR R\$
DESPESAS CORRENTES	155.150,00
3.3.90 - Outras Despesas Correntes	155.150,00
DESPESAS DE CAPITAL	5.350,00
4.4.90 - Investimentos	5.350,00
Reserva De Contingência	26.750,00
TOTAL	187.250,00

Art. 11. A Câmara Municipal receberá transferência financeira no importe de R\$ 315.650,00, (trezentos e quinze mil, seiscentos e cinquenta reais). A despesa do orçamento da Câmara Municipal de Vereadores está fixada em R\$ 315.650,00 (trezentos e quinze mil, seiscentos e cinquenta reais) e terá a seguinte classificação:

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR R\$
DESPESAS CORRENTES	288.900,00
3.1.90 - Pessoal e Encargos Sociais	267.500,00
3.3.90 - Outras Despesas Correntes	21.400,00
DESPESAS DE CAPITAL	26.750,00
4.4.90 - Investimentos	26.750,00
TOTAL	315.650,00

Art. 12. A abertura de créditos suplementares ao orçamento dependerá da existência de recursos disponíveis.

§ 1º - A reserva de contingência do orçamento da Prefeitura Municipal, no valor de R\$ 10.700,00 (dez mil e setecentos reais), será utilizada para reforço de dotações orçamentárias insuficientes, através de Decreto do Poder Executivo.

§ 2º - O excesso de arrecadação, desde que comprovada a sua existência, será utilizado em cada fonte de recurso para abertura de créditos, através de Decreto do Poder Executivo.

§ 3º - O superávit financeiro do exercício anterior, será utilizado para suplementação de dotações orçamentárias, através de Decreto do Poder Executivo.

§ 4º - O Poder Executivo, também através de decreto, movimentará dotações orçamentárias no elemento do objeto de convênios, utilizando para isto o valor do respectivo convênio, cujo valor não fará parte do demonstrativo do quadro de excesso de arrecadação.

§ 5º - O Poder Executivo movimentará, através de Decreto, as modalidades de aplicação de dotações orçamentárias dentro do mesmo projeto e ou atividade.

§ 6º - O Poder Executivo movimentará através de Decreto, a destinação de recursos nas modalidades de aplicações das dotações orçamentárias.

Art. 13. As suplementações feitas através de anulação de dotações orçamentárias de um projeto e ou atividade para outro, só poderão ser feitas por lei específica.

Art. 14. As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiverem assegurando o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 15. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, quando de seu ingresso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 16. Durante o exercício de 2011, o Executivo Municipal poderá realizar operações de crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei, de acordo com os limites estabelecidos.

Art. 17. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 18. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Governo Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 19. A presente Lei vigorará a partir de 1º de janeiro de 2011.

Art. 20. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso, 23 de dezembro de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria na data supra.

ODIRLEY MEZZALIRA

Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 1.400

LEI N. 1.400, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 140.000,00 (Cento e Quarenta Mil Reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

02.20 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.122.0002.2004 - Manutenção da Secretaria de Administração

3390.0000 - Outras despesas R\$ 70.000,00

02.40 - SECRETARIA DE AGRICULTURA

20.606.0023.2071 - Manutenção da Secretaria de Agricultura

3390.3000 - Outras despesas R\$ 10.000,00

02.40 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

26.782.0021.2066 - Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras

3390.0000 - Outras despesas R\$ 60.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º desta Lei, correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

02.60 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.365.0012.2046 - Aquisição de Imóveis

4490.0000 - Investimentos R\$ 140.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso, 23 de dezembro de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria na data supra.

ODIRLEY MEZZALIRA

Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 1.403

LEI N. 1.403, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010.

AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO A CONCEDER BRINDE NATALINO AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, em exercício, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e

promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo, a conceder um brinde natalino, para o ano de 2009, com valor não superior a R\$ 40,00 (quarenta reais), para cada servidor público municipal.
§ 1º. O brinde será concedido a servidores efetivos, contratados em caráter temporário com vínculo com a Administração Pública em data de 10 de dezembro de 2007, comissionados e estagiários do Poder Executivo Municipal.

§ 2º. O brinde oferecido pelo Poder Executivo é único, e não se afigura, para os fins legais, em salário ou remuneração in natura.
§ 3º. A espécie, quantidade e formato do brinde será definido por ato do Chefe do Poder Executivo, e discriminado no processo licitatório a ser lançado para aquisição dos produtos.

Art. 2º. Fica a cargo da Secretaria de Administração e Finanças, a fixação de data, horário e local para distribuição dos brindes, bem como, o estabelecimento de plano logístico que possibilite a entrega.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução financeira da presente Lei, correrão à conta das dotações orçamentárias próprias previstas e consignadas nos orçamentos vigentes.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso, 23 de dezembro de 2010.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria na data supra.

ODIRLEY MEZZALIRA
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 1.404

LEI N. 1.404 , DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010.
AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO COM O HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA DE JOAÇABA-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com o Hospital Santa Terezinha de Joaçaba - SC, objetivando o repasse financeiro mensal de R\$ 6.307,00 (seis mil trezentos e sete reais).

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária vigente.

Art. 3º. A conveniente, por intermédio de seu representante, terá prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento de cada parcela, para prestar contas ao erário público nos moldes do formulário TC-28.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso, 23 de dezembro de 2010.
PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria na data supra.

ODIRLEY MEZZALIRA
Secretário de Administração e Finanças

Extrato de Contrato Nº 0087-2010

Extrato de Contrato nº 0087-2010

Contratante: Prefeitura de Salto Veloso - SC

Contratada: Rudimar Cornelli

Objeto: Aquisição de terreno p o CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil deste Município.

Valor Total: R\$ 175.000,02

Base Legal: Processo Licitatório nº 0081/2010 - TP nº 0004 /2010.

Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Salto Veloso, 24 de dezembro de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 362/2010

DECRETO Nº 362/2010

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01/2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Orgânica Municipal e Lei nº 942 de 10 a novembro de 2010,

Considerando que até a presente data não houve nenhum protocolo de requerimento e nem ao menos manifestação de interessados na concessão de que trata o Edital nº 01/2010, Considerando que em virtude de intempéries climáticas as instalações a serem concedidas ainda não estão totalmente concluídas, Considerando o interesse do município na implantação de empresa na área da concessão e a necessidade de geração de emprego e renda no Município a fm de garantir melhor qualidade de vida a população

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado pelo prazo de 30 (trinta) dias o prazo para apresentação de requerimento e de documentos a que se refere o Edital de Chamamento nº 01/2010.

Art. 2º. As demais normas e disposições do Edital de Chamamento nº 01/2010 continuam inalteradas.

Art. 3º. As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, SC, em 17 de Dezembro de 2010.
ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

REASILVA BEATRIZ DILL SOARES RAIMONDI
Assessora de Planejamento
Matricula nº 1022/7

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 650/2010

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 650/2010

MODALIDADE: Pregão Presencial N. 38/2010

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial para LOCAÇÃO DE VEICULO PARA O GABINETE DO PREFEITO. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 08:00 horas do dia 04/01/2011, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 08:30 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 3657-0001 e site www.staterezinha-progresso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 21 de Dezembro de 2010.
ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

Edital de Chamamento Nº 01/2010

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01/2010

O Município de Santa Terezinha do Progresso, SC, por seu Prefeito Municipal, comunica aos interessados que, com base na Lei 942, de 10 de Novembro de 2010, está aberto para as empresas que possuem interesse na concessão de direito real de uso de espaço físico de imóvel destinado à implantação de Laticínio, localizado na Linha Boa Vista, interior do município, com área de terras de 60.000 m² e benfeitorias existentes, o período para apresentação de requerimento e documentação a fim de que, após análise e parecer do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Santa Terezinha do Progresso - COMDEC seja escolhida a proposta que melhor atenda os interesses do Município.

Cláusula 1ª - O período de recebimento dos requerimentos será de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste edital.

Cláusula 2ª - O requerimento com a documentação deve ser apresentado junto a Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso (SC), setor de protocolo, no horário normal de expediente.

Cláusula 3ª - As empresas interessadas na concessão de uso acima descrita deverão apresentar requerimento destinado ao Prefeito Municipal, solicitando o enquadramento na Lei nº 942 de 10 de Novembro de 2010, apresentando ainda memorial descritivo com as seguintes informações e documentação: a. quantidade de metros quadrados de área de terra necessária para a implantação do empreendimento; b. quantidade de empregos a serem criados pela empresa já no início das atividades; c. atividade a ser desenvolvida; d. matéria prima utilizada e sua origem; e. início das atividades; f. cópia do Contrato Social ou Declaração de Firma Individual, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado; g. quantidade de metros quadrados de área a ser construída; h. cópia da ata de instituição, em se tratando de associação ou cooperativa; i. Declaração de faturamento anual estimado da empresa; j. Certidão Negativa de Débito, relativo a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal da empresa no município de sua localização e no Município de Santa Terezinha do Progresso, bem como de seus sócios; k. Observações gerais que a empresa julgar necessário, notadamente quanto aos aspectos de produtividade e de resultados operacionais; l. Apresentação de Certidão Negativa de

Protesto de Títulos; m. Prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS) prova da regularidade para com o Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço (FGTS); n. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); p. Certidão Negativa de falência, concordata e recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da comarca sede do proponente, com data de emissão igual ou inferior a 90 dias. q. Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa, de que a mesma não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso, ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Cláusula 4ª - A documentação exigida neste edital poderá ser apresentada em original, em cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do respectivo original para conferência, juntamente com o Requerimento para o cadastramento, assinado pelo titular da empresa ou seu representante legal. O COMDEC poderá, a seu critério e a qualquer momento, realizar diligências para comprovação das alegações do interessado. No caso de documentos expedidos via internet, os mesmos poderão ser objetos de confirmação de sua autenticidade pelo COMDEC. Os documentos, que não possuírem data de validade, serão aceitos se emitidos em até 60 (sessenta) dias anteriores à data de entrega dos mesmos.

Cláusula 5ª - Os requerimentos e documentação serão analisados pelo COMDEC e a seleção da melhor proposta será feita pelo Poder Executivo, levando-se em consideração o parecer do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Cláusula 6ª - A qualquer tempo, o presente Edital de Chamamento Público poderá ser revogado ou anulado, no todo ou em parte, seja por decisão unilateral do Poder Executivo, seja por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique direitos à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

Cláusula 7ª - Não se admitirá a agregação de documentos e substituições, acréscimos ou modificações no conteúdo das propostas encaminhadas depois de esgotado o prazo fixado para recebimento de propostas.

Cláusula 8ª - Não serão aceitas propostas enviadas com itens e/ou componentes incompletos, inadequados, com prazo de validade vencido ou em formato diferente do padrão estabelecido por este Edital, o que resultará na desclassificação da proponente.

Cláusula 9ª - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase deste Edital. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado.

Cláusula 10ª - A contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluirá o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura de Santa Terezinha do Progresso.

Cláusula 11ª - Para Celebração do Termo de Concessão a Proponente deverá manter as mesmas condições exigidas para a participação neste Edital de Chamamento Público.

Cláusula 12ª - As disposições deste Edital de Chamamento Público, bem como a proposta da Proponente, farão parte integrante e complementar de cada instrumento jurídico assinado, independentemente de transcrição, para todos os efeitos legais.

Cláusula 13ª - O presente Edital regula-se pelos preceitos de direito público, a participação da proponente implica na aceitação de todos os termos deste Edital e seus Anexos, bem como das normas legais e regulamentares que regem a matéria,

Cláusula 14ª - O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital o da Comarca de Campo Erê, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja, competente para dirimir controvérsias que possam decorrer da execução do presente Edital.

Cláusula 15ª - O resultado da seleção será amplamente divulgado, inclusive, com publicação em órgão oficial. Por sua vez, as regras da concessão serão disciplinadas no contrato de concessão de direito real de uso de bem público a ser formalizado com a empresa escolhida.

Cláusula 16ª - Maiores informações serão prestadas aos interessados no horário das 7:00 às 13:00 horas na Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC ou pelo telefone (49) 3657-0001.

Cláusula 17ª - Os casos omissos e as situações não previstas neste Edital de Chamamento Público serão resolvidos pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico - COMDEC

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, SC, em 16 de Novembro de 2010.

ITACIR DETOFOL

Prefeito Municipal

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Licitação 145/2010

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. Prefeito Municipal, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 07/01/2011, às 11:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 145/2010, PREGÃO PRESENCIAL Nº 82 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO OKM ANO/MODELO 2011, PARA O GABINETE DO PREFEITO . Informações licitações@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 460/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO n.º 460/2010

Concede Licença para tratamento de Saúde a funcionária MARIA LUZIA KONS RIOS, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria da Educação.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97

DECRETA:

Art. 1.º- Conceder Licença para tratamento de saúde a funcionária MARIA LUZIA KONS RIOS, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de 16/12/2010, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16/12/2010.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 22 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2010.

Schroeder

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

PREFEITURA MUNICIPAL

Página: 1/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2010

Ata de Registro de Preço PR 52/2010-PMS

Número do Registro de Preços: 31/2010

Data do Registro: 25/06/2010

Válido até: 25/06/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais operacionais para manutenção, ampliação e consertos em geral para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
1	Luva para ligações prediais de água, fabricada por processo de injeção a partir de PVC 6,3, PN 750 KPa, extremidades com bolsas para tubo de PVC Junta Soldável, conforme com a norma da ABNT NBR 5648:1999 e respectivas referências normativas da mesma, DE 25.	PC	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	TUBOZAN	0,2600	1
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)	KRONA	0,2800	2
2	Luva de dupla compressão em PP, 20 mm.	PC	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	TIGRE	2,2800	1
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)	DOAL	2,3000	2
3	Cap para ligações prediais de água, fabricado por processo de injeção a partir de PVC 6,3, PN 750 KPa, extremidade com bolsa para tubo de PVC Junta Soldável, conforme com a norma da ABNT NBR 5648:1999 e respectivas referências normativas da mesma, DE 25.	PC	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	TUBOZAN	0,4300	1
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)	KRONA	0,4500	2
4	Cap para ligações prediais de água, fabricado por processo de injeção a partir de PVC 6,3, PN 750 KPa, extremidade com bolsa para tubo de PVC Junta Soldável, conforme com a norma da ABNT NBR 5648:1999 e respectivas referências normativas da mesma, DE 32.	PC	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	TIGRE	0,6900	1
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)	KRONA	0,7000	2
5	Luva de Redução, fabricada por processo de injeção a partir de PVC Rígido 6,3, PN 750 KPa, extremidades com Bolsas para Tubo de PVC de Junta Soldável, conforme com a norma da ABNT NBR 5648:1999 e respectivas referências normativas da mesma, DE 25 x ¾	PC	SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)	KRONA	0,4700	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	TUBOZAN	0,7400	2
6	Curva 90° de Raio Curto (Joelho), para JUNTA SOLDÁVEL, com bolsas em ambas as extremidades, fabricada a partir de PVC Rígido 6,3, por processo de injeção, PN 750 KPa, conforme com a norma da ABNT NBR 5648:1999 e respectivas referências normativas da mesma, DE 25.	PC	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	TUBOZAN	1,1400	1
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)	KRONA	1,1500	2
7	COLAR DE TOMADA 200 X ¾ (FERRO FUNDIDO)	PC	SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)	FANUEL	29,0000	1
8	Adaptador para tubo PEAD DN - 20mm x 3/4 conforme norma ABNT NBR - 9798.	PC	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	TIGRE	2,2500	1
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)	DOAL	2,3000	2
9	Tubete Cego, medida 3/4 na cor branca	PC	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	HAHNEMAN	1,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 2/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2010**Número do Registro de Preços: 31/2010****Data do Registro: 25/06/2010****Válido até: 25/06/2011**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais operacionais para manutenção, ampliação e consertos em geral para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
	SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)		LH		1,8500	2

SCHROEDER, 25 de Junho de 2010.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 1/1

ATA DE REGSITRO DE PREÇO PR 76/2010-PMS**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 44/2010****Número do Registro de Preços: 44/2010****Data do Registro: 27/09/2010****Válido até: 27/09/2011**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de brita número 01 com frete incluso para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
1	Brita número 01, incluso frete, sendo entregue em qualquer local do Município de Schroeder/SC, locais estes designados na ordem de compra.	M3	SILVA COMÉRCIO DE AREIA LTDA (11856)		44,5000	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)		44,9000	2
			INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA (11016)		46,2900	3

SCHROEDER, 27 de Setembro de 2010.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 1/13

ATA DE REGSITRO DE PREÇO PREÇO 25/2010-FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2010

Número do Registro de Preços: 12/2010

Data do Registro: 29/09/2010

Válido até: 29/09/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da Farmácia Básica da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
1	BECLOMETASONA, DIPROPIONATO AEROSOL 50mg/DOSE	UN	SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7157)		24,9000	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7014)		25,8900	2
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		26,1720	3
2	CARVEDILOL COMPRIMIDO 25MG	UN	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0,3000	1
			SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7157)		0,3300	2
3	ESPIRONOLACTONA COMPRIMIDO 100MG	UN	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0,1690	1
			PRODIET FARMACEUTICA LTDA (10868)		0,1700	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7014)		0,1920	3
4	GLICAZIDA COMPRIMIDO LIBERAÇÃO PROLONGADA 30MG	UN	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0,3000	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0,3640	2
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (6828)		0,4400	3
5	IBUPROFENO COMPRIMIDO 300MG	UN	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7014)		0,0340	1
			SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7157)		0,0350	2
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (6828)		0,0360	3
			CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0,0380	4
6	ITRACONAZOL CÁPSULA 100MG	UN	PRODIET FARMACEUTICA LTDA (10868)		0,2600	1
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0,2900	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0,2960	3
7	LOPERAMIDA COMPRIMIDO 2MG	UN	CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0,0980	1
			SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7157)		0,0990	2
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (6828)		0,1270	3
8	METOPROLOL, SUCCINATO COMPR. LIBER. CONTROLADA 50MG	UN	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0,9350	1
			SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7157)		0,9900	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7014)		1,0400	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 2/13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2010**Número do Registro de Preços: 12/2010****Data do Registro: 29/09/2010****Válido até: 29/09/2011****Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da Farmácia Básica da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
9	METRONIDAZOL COMPRIMIDO 400MG	UN	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (7244)		0,0640	1
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (6828)		0,0650	2
			SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7157)		0,0800	3
10	OMEPRAZOL CÁPSULAS 10MG	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0,1160	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0,3100	2
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (6828)		0,4360	3
11	SINVASTATINA COMPRIMIDOS 10MG	UN	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7014)		0,0230	1
			SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7157)		0,0260	2
			CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0,0280	3
12	ISOFLAVONA DE SOJA COMPRIMIDO 60MG	UN	PRODIET FARMACEUTICA LTDA (10868)		0,1900	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0,4030	2
			SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7157)		1,6600	3
13	ALENDRONATO DE SODIO COMPRIMIDO 10MG	UN	CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0,0790	1
			SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7157)		0,1000	2
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (6828)		0,1030	3
14	CARBONATO DE CALCIO COMPRIMIDO 1.250MG (EQ 500MG CA++)	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0,0270	1
			CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0,0360	2
			SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7157)		0,0400	3
15	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO SOLUÇÃO ORAL 40MG/ML	UN	DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (6828)		2,0300	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7014)		3,2560	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		3,2930	3
16	DIGOXINA ELIXIR 0,05MG/ML	UN	CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		3,4500	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7014)		3,5520	2
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		4,0800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 3/13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2010

Número do Registro de Preços: 12/2010

Data do Registro: 29/09/2010

Válido até: 29/09/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da Farmácia Básica da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
17	HEPARINA SODICA SOLUÇÃO INJ. 5.000UI/0,25ML SUBCUTANEO	UN	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		4,6000	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7014)		4,6500	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		5,3760	3
18	LEVODOPA 200MG + BENSERAZIDA 50MG COMPRIMIDO	UN	CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		1,5490	1
			PRODIET FARMACEUTICA LTDA (10868)		1,5500	2
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		1,8670	3
19	MEDROXIPROGESTERONA, ACETATO COMPRIMIDO 10MG	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0,5400	1
			CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0,6200	2
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0,7200	3
20	ACICLOVIR COMPRIMIDO 200MG	UN	CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0,0600	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0,0620	2
			SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7157)		0,0700	3
21	ACICLOVIR CREME 50MG/G	UN	PRODIET FARMACEUTICA LTDA (10868)		0,6500	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (7244)		0,6980	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0,7260	3
22	ACIDO ACETILSALICILICO COMPRIMIDO 100MG	UN	PRODIET FARMACEUTICA LTDA (10868)		0,0070	1
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0,0080	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7014)		0,0080	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0,0080	4
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0,0080	5
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (6828)		0,0080	6
			SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7157)		0,0080	7
			CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0,0090	8
23	ALENDRONATO DE SODIO COMPRIMIDO 70MG	UN	CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0,2890	1
			PRODIET FARMACEUTICA LTDA (10868)		0,3300	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 4/13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2010

Número do Registro de Preços: 12/2010

Data do Registro: 29/09/2010

Válido até: 29/09/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da Farmácia Básica da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7157)		0,3700	3
24	ALOPURINOL COMPRIMIDO 300MG	UN	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (7244)		0,0720	1
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0,0740	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0,0940	3
25	AMINOFILINA AMPOLA 24MG/ML E.V.	UN	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0,3480	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0,3840	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7014)		0,4110	3
26	AMIODARONA AMPOLA 50MG/ML	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0,8060	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7014)		0,8880	2
			CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0,9800	3
27	AMITRIPTILINA COMPRIMIDO 25MG	UN	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0,0180	1
			PRODIET FARMACEUTICA LTDA (10868)		0,0190	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7014)		0,0220	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0,0220	4
28	AMOXICILINA 500MG + CLAV. DE POTASSIO 125MG COMP	UN	SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7157)		0,5400	1
			PRODIET FARMACEUTICA LTDA (10868)		0,6700	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7014)		0,7300	3
29	ANLODIPINO COMPRIMIDO 10MG	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0,0340	1
			CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0,0350	2
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (6828)		0,0400	3
30	ANLODIPINO COMPRIMIDO 5MG	UN	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0,0160	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (7244)		0,0170	2
			CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0,0190	3
31	ATENOLOL COMPRIMIDO 100MG	UN	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0,0230	1
			PRODIET FARMACEUTICA LTDA (10868)		0,0240	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0,0270	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 5/13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2010

Número do Registro de Preços: 12/2010

Data do Registro: 29/09/2010

Válido até: 29/09/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da Farmácia Básica da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7014)		0,0290	4
32	ATENOLOL COMPRIMIDO 50MG	UN	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0,0140	1
			PRODIET FARMACEUTICA LTDA (10868)		0,0150	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0,0150	3
33	BECLOMETASONA AEROSOL 250mG/DOSE	UN	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7014)		20,5900	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (7244)		20,6000	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		28,2260	3
34	BIPERIDENO COMPRIMIDO 2MG	UN	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7014)		0,0450	1
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (6828)		0,0490	2
			CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0,0500	3
35	BUTILBR. DE ESCOPOLAMINA 10MG + DIPIRONA 250MG COMPR.	UN	PRODIET FARMACEUTICA LTDA (10868)		0,0900	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (7244)		0,1060	2
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0,1100	3
36	CAPTOPRIL COMPRIMIDO 25MG	UN	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0,0110	1
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0,0120	2
			PRODIET FARMACEUTICA LTDA (10868)		0,0120	3
			SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7157)		0,0120	4
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0,0120	5
37	CARBAMAZEPINA COMPRIMIDO 400MG	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0,0790	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (7244)		0,0800	2
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (6828)		0,0940	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7014)		0,0940	4
38	CARB. CALCIO 500MG + VIT. D 400UI COMPRIMIDO	UN	SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7157)		0,0600	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0,1390	2
			CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0,2900	3
39	CARVEDILOL COMPRIMIDO 3,125MG	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0,0810	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 6/13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2010

Número do Registro de Preços: 12/2010

Data do Registro: 29/09/2010

Válido até: 29/09/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da Farmácia Básica da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7014)		0,0980	2
			SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7157)		0,1090	3
40	CIMETIDINA AMPOLA 150MG/ML E.V./I.M.	UN	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0,1850	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0,2370	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7014)		0,2560	3
41	CINARIZINA COMPRIMIDO 75MG	UN	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0,0260	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0,0280	2
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0,0290	3
42	CLONAZEPAM GOTAS 2,5MG/ML	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		1,3100	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7014)		1,3400	2
			SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7157)		1,5700	3
43	CLONAZEPAM COMPRIMIDO 0,5MG	UN	DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (6828)		0,0200	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0,0210	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7014)		0,0240	3
44	CLONAZEPAM COMPRIMIDO 2MG	UN	PRODIET FARMACEUTICA LTDA (10868)		0,0220	1
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (6828)		0,0260	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7014)		0,0270	3
45	CLOPIDOGREL COMPRIMIDO 75MG	UN	SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7157)		0,6300	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (7244)		0,7450	2
			PRODIET FARMACEUTICA LTDA (10868)		0,7600	3
46	CLORETO DE SODIO AMPOLA 20%	UN	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0,1080	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0,1480	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7014)		0,1780	3
47	DIAZEPAM COMPRIMIDO 5MG	UN	PRODIET FARMACEUTICA LTDA (10868)		0,0170	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0,0190	2
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (6828)		0,0200	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 7/13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2010

Número do Registro de Preços: 12/2010

Data do Registro: 29/09/2010

Válido até: 29/09/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da Farmácia Básica da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (7244)		0,0200	4
48	DICLOFENACO POTASSICO COMPRIMIDO 50MG	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0,0180	1
			SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7157)		0,0200	2
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0,0220	3
49	DIMENIDRINATO 50MG/ML + PIRIDOXINA 50MG/ML AMP.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		1,0220	1
			CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		1,1200	2
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		1,5590	3
50	DIMETICONA GOTAS 75MG/ML	UN	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0,4200	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0,4700	2
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (7244)		0,5100	3
51	DIPIRONA GOTAS 500MG/ML	UN	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0,3000	1
			PRODIET FARMACEUTICA LTDA (10868)		0,3400	2
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0,3500	3
52	DIPIRONA COMPRIMIDOS 500MG	UN	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (7244)		0,0290	1
			PRODIET FARMACEUTICA LTDA (10868)		0,0300	2
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0,0350	3
			CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0,0360	4
53	ENALAPRIL, MALEATO COMPRIMIDO 20MG	UN	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0,0170	1
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0,0180	2
			PRODIET FARMACEUTICA LTDA (10868)		0,0270	3
54	ENALAPRIL, MALEATO COMPRIMIDO 10MG	UN	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0,0200	1
			CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0,0230	2
			SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7157)		0,0230	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7014)		0,0230	4
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (6828)		0,0240	5
55	ENALAPRIL, MALEATO COMPRIMIDO 5MG	UN	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0,0170	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 8/13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2010

Número do Registro de Preços: 12/2010

Data do Registro: 29/09/2010

Válido até: 29/09/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da Farmácia Básica da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7014)		0,0190	2
			CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0,0230	3
56	ESPIRONOLACTONA COMPRIMIDO 25MG	UN	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0,0850	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0,1030	2
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (6828)		0,1060	3
57	FLUCONAZOL COMPRIMIDO 150MG	UN	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7014)		0,1480	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0,1560	2
			CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0,1680	3
58	FLUOXETINA, CLORIDRATO COMPRIMIDO 20MG	UN	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0,0270	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7014)		0,0290	2
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (7244)		0,0300	3
			PRODIET FARMACEUTICA LTDA (10868)		0,0300	4
59	FUROSEMIDA COMPRIMIDO 40MG	UN	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0,0120	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7014)		0,0140	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0,0150	3
60	GLICAZIDA COMPRIMIDO 80MG	UN	PRODIET FARMACEUTICA LTDA (10868)		0,1000	1
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0,1200	2
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (7244)		0,1600	3
61	GLICOSE HIPERTONICA AMPOLA 50%	UN	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0,1320	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0,1550	2
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (6828)		0,1780	3
62	HALOPERIDOL AMPOLA 5MG/ML	UN	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7014)		0,3960	1
			CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0,5000	2
			SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7157)		0,5000	3
63	HIDROCLOROTIAZIDA COMPRIMIDO 25MG	UN	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0,0090	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 9/13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2010

Número do Registro de Preços: 12/2010

Data do Registro: 29/09/2010

Válido até: 29/09/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da Farmácia Básica da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0,0110	2
			SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7157)		0,0130	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0,0130	4
64	HIDROCORTISONA AMPOLA 100MG I.M./E.V.	UN	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (7244)		0,7900	1
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0,8000	2
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0,9110	3
65	IBUPROFENO COMPRIMIDO 600MG	UN	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7014)		0,0560	1
			PRODIET FARMACEUTICA LTDA (10868)		0,0570	2
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (7244)		0,0600	3
66	IMIPRAMINA COMPRIMIDO 25MG	UN	SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7157)		0,0330	1
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (6828)		0,0350	2
			CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0,0370	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0,0370	4
67	LEVOMEPROMAZINA GOTAS 4%	UN	PRODIET FARMACEUTICA LTDA (10868)		4,3500	1
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (6828)		5,4600	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		6,5050	3
68	LEVOTIROXINA SODICA COMPRIMIDO 100MCG	UN	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7014)		0,0830	1
			PRODIET FARMACEUTICA LTDA (10868)		0,0840	2
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (7244)		0,1060	3
69	MEBENDAZOL SUSPENSÃO 20MG/ML	UN	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0,3360	1
			SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7157)		0,3600	2
			PRODIET FARMACEUTICA LTDA (10868)		0,3800	3
70	METFORMINA COMPRIMIDO 500MG	UN	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0,0290	1
			PRODIET FARMACEUTICA LTDA (10868)		0,0320	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0,0380	3
71	METFORMINA COMPRIMIDO 850MG	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0,0350	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7014)		0,0390	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 10/13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2010

Número do Registro de Preços: 12/2010

Data do Registro: 29/09/2010

Válido até: 29/09/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da Farmácia Básica da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7157)		0,0400	3
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (6828)		0,0400	4
72	METILDOPA COMPRIMIDO 500MG	UN	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0,1040	1
			PRODIET FARMACEUTICA LTDA (10868)		0,1050	2
			SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7157)		0,1200	3
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0,1280	4
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (7244)		0,1280	5
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0,1280	6
73	METOCLOPRAMIDA COMPRIMIDO 10MG	UN	DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (6828)		0,0170	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0,0180	2
			SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7157)		0,0200	3
			PRODIET FARMACEUTICA LTDA (10868)		0,0200	4
74	METOCLOPRAMIDA AMPOLA 10MG/2ML E.V./I.M.	UN	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (7244)		0,2000	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0,2280	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0,2280	3
			SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7157)		0,2300	4
75	MIDAZOLAM AMPOLA 5MG/ML	UN	SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7157)		0,8600	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0,8940	2
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (6828)		1,0600	3
76	NIMESULIDA COMPRIMIDO 100MG	UN	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0,0220	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0,0240	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7014)		0,0290	3
77	NIMESULIDA GOTAS 50MG/ML	UN	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0,5490	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0,5500	2
			PRODIET FARMACEUTICA LTDA (10868)		0,5600	3
78	NISTATINA CREME VAGINAL 25.000UI/G	UN	DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (6828)		0,9190	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (7244)		0,9200	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 11/13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2010

Número do Registro de Preços: 12/2010

Data do Registro: 29/09/2010

Válido até: 29/09/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da Farmácia Básica da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7014)		1,0360	3
			PRODIET FARMACEUTICA LTDA (10868)		1,0600	4
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		1,0820	5
79	NORETISTERONA 50MG/ML + ESTRADIOL 5MG/ML AMPOLA	UN	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		6,0700	1
			PRODIET FARMACEUTICA LTDA (10868)		6,0800	2
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (7244)		7,1600	3
80	PARACETAMOL GOTAS 200MG/ML	UN	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0,2990	1
			PRODIET FARMACEUTICA LTDA (10868)		0,3000	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7014)		0,3850	3
81	PARACETAMOL COMPRIMIDO 500MG	UN	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (7244)		0,0200	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0,0220	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7014)		0,0220	3
			PRODIET FARMACEUTICA LTDA (10868)		0,0220	4
82	PASSIFLORA E ASSOCIAÇÕES COMPRIMIDO	UN	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0,1970	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0,3170	2
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (7244)		0,3180	3
83	PREDNISONA COMPRIMIDO 20MG	UN	DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (6828)		0,0410	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0,0420	2
			PRODIET FARMACEUTICA LTDA (10868)		0,0430	3
84	PREDNISONA COMPRIMIDO 5MG	UN	CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0,0190	1
			PRODIET FARMACEUTICA LTDA (10868)		0,0200	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0,0220	3
85	PROMETAZINA AMPOLA 25MG/ML I.M.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0,5380	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0,7200	2
			CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0,8400	3
86	PROPATILNITRATO COMPRIMIDO 10MG	UN	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0,2770	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (7244)		0,2780	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 12/13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2010

Número do Registro de Preços: 12/2010

Data do Registro: 29/09/2010

Válido até: 29/09/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da Farmácia Básica da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0,2790	3
			CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0,2800	4
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7014)		0,3060	5
87	SINSTATINA COMPRIMIDO 20MG	UN	CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0,0310	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7014)		0,0320	2
			PRODIET FARMACEUTICA LTDA (10868)		0,0350	3
88	SULFATO FERROSO COMPRIMIDO 40MG	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0,0240	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7014)		0,0260	2
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0,0280	3
89	TRAMADOL AMPOLA 50MG/ML	UN	CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0,4200	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0,5170	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7014)		0,5620	3
90	VARFARINA SODICA COMPRIMIDO 5MG	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0,0820	1
			SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7157)		0,0880	2
			CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0,0890	3
91	VERAPAMIL COMPRIMIDO 120MG	UN	CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0,2640	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0,2650	2
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (7244)		0,3260	3
92	TIMOLOL COLIRIO 0,5%	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		1,1290	1
			CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		1,1900	2
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (6828)		1,2400	3
93	TIABENDAZOL SUSPENSÃO 50MG/ML	UN	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		1,6800	1
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (6828)		2,9600	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		3,2260	3
94	NORTRIPTILINA COMPRIMIDO 10MG	UN	DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (6828)		0,1790	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 13/13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2010

Número do Registro de Preços: 12/2010

Data do Registro: 29/09/2010

Válido até: 29/09/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da Farmácia Básica da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7014)		0,1800	2
			SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7157)		0,1880	3
95	ISOSSORBIDA COMPRIMIDO 5MG	UN	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0,0250	1
			CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)		0,0260	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0,0270	3
96	IBUPROFENO COMPRIMIDO 200MG	UN	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7014)		0,1060	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0,1140	2
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (6828)		0,1320	3
97	DICLOFENACO SODIO COMPRIMIDO 50MG	UN	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0,0140	1
			PRODIET FARMACEUTICA LTDA (10868)		0,0160	2
			COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (11538)		0,0180	3
98	BICARBONATO DE SODIO AMPOLA 8,4%	UN	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7391)		0,3120	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0,5240	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7014)		0,5330	3
99	ATROPINA AMPOLA 0,5MG/ML	UN	SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7157)		0,3500	1
			DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA (6828)		0,3600	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0,3760	3

SCHROEDER, 29 de Setembro de 2010.

Siderópolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto nº152

DECRETO N.º 152, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010
HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DE AVALIAÇÃO DE SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 01/2007.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 51, XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Complementar Nº 01/2008; Considerando o parecer da Comissão de Avaliação de Acompanhamento do Estágio Probatório do Concurso Público Nº 01/2007;

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado final de avaliação de servidores em estágio probatório do Concurso Público Nº 01/2007:

NOME	CARGO	NOTA FINAL	RESULTADO
Adriana Neves Lopes	Técnico de Enfermagem	8,75	Aprovado
Albertina Manenti Silvestrini	Assistente Social	8,65	Aprovado
Ângela Maria de Abreu	Auxiliar de Odontologia	9,05	Aprovado
Bárbara Maria Bonassa Ronsoni	Agente Administrativo	8,9	Aprovado
Dilceia da Rosa Felisberto	Merendeira	10	Aprovado
Fernanda Cristina Frelô	Técnico em Auditoria de Saúde	9,05	Aprovado
Francisco Arcanjo Vieira	Operador de Maquinas	6,6	Aprovado
Geovana Savi da Silva	Fiscal de Vigilância Sanitária	7,55	Aprovado
Gilberto Feltrin	Motorista	9,3	Aprovado
Gisele Frassetto	Técnico de Enfermagem	9,1	Aprovado
Glaci Aparecida Dlugokenski Giongo	Merendeira	10	Aprovado
Ivana de Cesaro da Boit	Auxiliar Administrativo	8,6	Aprovado
Jandiará Salvaro	Dentista	8,45	Aprovado
Jose Carlos Bonassa	Motorista	9,25	Aprovado
Luana Mara Rodrigues	Técnico de Enfermagem	8,9	Aprovado
Lucia Maria De Menech	Técnico de Enfermagem	8,05	Aprovado
Luiz Lino de Araújo	Motorista	7,2	Aprovado
Maria Albertina Rodrigues	Auxiliar de Serviços Gerais	10	Aprovado
Maria Ignez Felisberto Genuíno	Merendeira	10	Aprovado
Mariana Serafim Cesa	Dentista	8,55	Aprovado
Marlei Elisete Valdatti Souza	Aux. de Ensino de Educ. Infantil	9,25	Aprovado
Paulina Jardim de Melo Ricardo	Merendeira	10	Aprovado
Pricila Noveli Joaquin	Coordenado de Licitações	8,33	Aprovado
Rafael Costa	Motorista	7,65	Aprovado
Raquel Innocenti	Fisioterapeuta	9,25	Aprovado
Renata de Lorenzi D'Agostin	Enfermeira	8,9	Aprovado
Rita de Cássia Salvaro Tramontin	Fisioterapeuta	9,1	Aprovado

Rosângela Moraes de Araújo	Técnico de Enfermagem	8,95	Aprovado
Tatiana Cruz Paes	Enfermeira	8,3	Aprovado
Vera Lucia Nogueira Bettiol	Recepcionista	8,85	Aprovado
Vilma do Livramento	Telefonista	7,8	Aprovado
Willian Bonassa	Agente Administrativo	7,9	Aprovado
Zuleide Pavan Salvaro	Técnico de Enfermagem	8,9	Aprovado

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 20 de Dezembro de 2010.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de Dezembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Decreto nº153

DECRETO N.º 153, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010
DECRETA RECESSO DE FINAL DE ANO

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município, Considerando a Tradição Natalina, os festejos de final de ano e temporada de veraneio.

DECRETA:

Art.1º - Fica estabelecido como RECESSO DE FINAL DE ANO, os períodos de:

- I. 20/12/2010 a 07/01/2011, na Secretaria de Educação, Esporte e Cultura;
- II. 23/12/2010 a 03/01/2011, na Secretaria de Saúde;
- III. 23/12/2010 a 10/01/2011, as demais Secretarias e Fundação de Cultura;

Parágrafo único: Excetuam-se neste decreto o Pronto Atendimento 24h - na Unidade São Lucas, os serviços de limpeza urbana e a coleta de lixo, bem como guarda municipal, por se tratarem de serviços de excepcional interesse público.

Art.2º - As equipes dos serviços de iluminação pública, distribuição de água, setor de tributos, setor de licitações e setor de nota fiscal de produtor rural, devem revezar para trabalharem em regime de sobreaviso - plantão.

Art.3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 20 de Dezembro de 2010.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de Dezembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria Nº340

PORTARIA Nº 340 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010

Rescinde o Contrato Temporário da funcionária ROSEMERI ANSELMO e dá outras providências.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.860 16/12/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato temporária da funcionária ROSEMERI ANSELMO, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 66091772953, da função de PROFESSOR MAG LP LEI 1860/2009, da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 17 de Dezembro de 2010.

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de Dezembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

Portaria Nº341

PORTARIA Nº 341 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010

CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº307/2010

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº307/2010, considerando o retorno ao trabalho do servidor CARLOS ALBERTO NASCIMENTO, CPF/MF nº560.243.209-49, Técnico de Enfermagem - contrato no SAMU, a contar de 15/12/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 17 de Dezembro de 2010.

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de Dezembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

Portaria Nº342

PORTARIA Nº 342 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010

Rescinde o Contrato Temporário da funcionária ROZANA DA SILVA BITENCOURTE e dá outras providências.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis,

no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.860 16/12/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato temporária da funcionária ROZANA DA SILVA BITENCOURTE, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 02429127962, da função de PROFESSOR MAG LP LEI 1860/2009, da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 17 de Dezembro de 2010.

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de Dezembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

Portaria Nº343

PORTARIA Nº 343 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010

Rescinde o Contrato Temporário da funcionária SERLI TEREZINHA PEROVANO e dá outras providências.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.860 16/12/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato temporária da funcionária SERLI TEREZINHA PEROVANO, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 69381143900, da função de AXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E CRECHE, da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 17 de Dezembro de 2010.

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de Dezembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

Portaria Nº344

PORTARIA Nº 344 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010

Rescinde o Contrato Temporário da funcionária THAIZE POSSOLI e dá outras providências.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.860 16/12/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato temporária da funcionária THAIZE POSSOLI, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 04789274950, da função de PROFESSOR MAG LP LEI 1860/2009, da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 17 de Dezembro de 2010.

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de Dezembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

Portaria Nº345

PORTARIA Nº 345 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010

Rescinde o Contrato Temporário da funcionária ZULENIR MAGALI PERICO e dá outras providências.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.860 16/12/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato temporária da funcionária ZULENIR MAGALI PERICO, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 99867990900, da função de PROFESSOR MAG LP LEI 1860/2009, da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 17 de Dezembro de 2010.

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de Dezembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

Portaria Nº346

PORTARIA Nº 346 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010

Rescinde o Contrato Temporário da funcionária GREICE KELLY DA SILVA SCHEFFER e dá outras providências.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.848/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato temporária da funcionária GREICE KELLY DA SILVA SCHEFFER, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 057135079-80, da função de Professor de Modelage Têxtil - 30 horas, da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 17 de Dezembro de 2010.

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de Dezembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

Portaria Nº347

PORTARIA Nº 347 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010

Rescinde o Contrato Temporário da funcionária RAFAEL BERNALDO e dá outras providências.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.848/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato temporária da funcionária RAFAEL BERNALDO, brasileiro(a), CPF/MF sob nº00697961907, da função de Professor de Eletrecista NR-10 - 30 horas, da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 17 de Dezembro de 2010.

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de Dezembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

portaria nº348

PORTARIA Nº 348 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

DESOBRIGA OS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO RECIBO DA COMUNICAÇÃO DO AVISO DE FÉRIAS

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, VII, da Lei Orgânica do Municipal;
Considerando o expressivo número de servidores da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura;
Considerando que os profissionais trabalham em esparsos locais das unidades escolares;
Considerando a dificuldade do trâmite burocrático;
Considerando que, os profissionais estarão em recesso escolar até o dia 7 de janeiro.

RESOLVE:

Art. 1º - Desobrigar os profissionais da Secretaria de Educação do Recibo da Comunicação do aviso formal de férias.

Art. 2º - Fica garantido a todos os profissionais da Secretaria de

Educação o pagamento antecipado do terço constitucional e vantagens de férias, referente ao período aquisitivo de cada servidor. Parágrafo Único - Os servidores que não possuem período aquisitivo completo de doze meses receberão proporcionalmente o terço e as vantagens de férias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 21 de Dezembro de 2010.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 21 de Dezembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Tunápolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 1031/2010 de 23 de dezembro de 2010.

Lei nº 1031/2010 de 23 de dezembro de 2010.

Autoriza o repasse financeiro de até R\$ 41.500,00 (Quarenta e um mil e quinhentos reais) para as entidades que especifica, sediadas neste Município e contém outras providências.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, submete a apreciação da Câmara Municipal de Vereadores a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a repassar um auxílio financeiro no valor de até R\$ 41.500,00 (Quarenta e um mil e quinhentos reais) para as entidades sociais especificadas, para custear despesas de manutenção, visando reformas e melhorias conforme plano de aplicação em anexo de cada Entidade.

Art. 2º O valor autorizado no artigo anterior, será distribuído às entidades Sociais do município de Tunápolis, conforme segue:

- Até R\$ 7.000,00 (sete mil reais) para a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA RAIGÃO BAIXO, inscrito no CNPJ 83.027.433/0001-68.
- Até R\$ 23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais) para a ASSOCIAÇÃO CULTURAL ASSISTENCIAL CINQUENTENÁRIO DA LINHA SÃO JORGE, inscrita no CNPJ 78.486.833/0001-89.
- Até R\$ 6.000,00 (seis mil reais) para a ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA, RECREATIVA, CULTURAL 25 DE JULHO, inscrita no CNPJ 78.482.999/0001-40.
- Até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para a ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA AVANTE DE LINHA BONITA, inscrita no CNPJ 82.820.069/0001-26.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta do orçamento vigente no exercício de 2011.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, SC,

Em, 23 de dezembro de 2010.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada
em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna.

Decreto Nº. 1.358/2010

DECRETO Nº. 1.358/2010

Dispõe da Concessão de Reconhecimento do Registro de estabelecimento da Unidade de Laticínios para Cooperativa dos Produtores Rurais da Microbacia do Lajeado e contém outras providências.

O Prefeito do Município de Tunápolis, no exercício das atribuições emanadas do art. 4º, inciso VII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica reconhecido o Registro do Estabelecimento da Unidade de Laticínios da Cooperativa dos Produtores Rurais da Microbacia do Lajeado, inscrita no CNPJ sob nº 07.247.940/0001-29, tendo como número 001/SIM (Serviço de Inspeção Municipal) do Município de Tunápolis, em conformidade com a Lei 451/99 de 07/06/2003 e o Decreto nº 741/2003 de 13/10/2003.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, aos 23 de dezembro de 2010.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado na presente data.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em controladoria Interna

Videira

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 1.457/10

PORTARIA nº 1.457/10

Demite Servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 168, III; 173, II e 178, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Videira e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 5153/10,

RESOLVE

Demitir LANIR APARECIDA DE LIMA NUNES, Técnico de Enfermagem, nível CE04, nomeada pela Portaria nº 1819/08.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 22 de dezembro de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração

aos 22 dias do mês de dezembro de 2.010.

VALMOR LUIZ DALL`AGNOL
Secretário de Administração

Pregão N. 02/2011 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2011 - PMV

REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 02/2011. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE FAIXAS DE LONA, BANNER E PRODUÇÃO DE OUTDOOR PARA SEREM UTILIZADOS PELAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 10 de Janeiro de 2011, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 12:30 às 18:30. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 22 de Dezembro de 2010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

